

*História da Literatura Portuguesa*  
– *Os Seiscentistas*

**de Teófilo Braga**

vol. III

**ÍNDICE**

*HISTÓRIA DA LITERATURA PORTUGUESA*

(RECAPITULAÇÃO)

Os escritores do século XVII vencem o Castelhanismo

SEGUNDA ÉPOCA

*2º Período: Os Seiscentistas*

(SÉCULO XVII)

As ideias preponderantes no século XVII são a sequência da Renascença  
Acção retrógrada dos Jesuítas; seu influxo pelo ensino público  
Desenvolvimento das Ciências e fundação de Academias  
Triunfa o espírito da Reforma  
Nos países católicos a corrente científica é suplantada pelo Humanismo

§ I

*Sincretismo da influência italiana e espanhola em Portugal*

O exagero da imitação clássica suscita a reacção da livre fantasia  
O *Culteranismo* espanhol influi em todas as literaturas  
As Academias particulares  
Quadro geral da influência culteranista  
A literatura francesa apropria-se das Comédias e Novelas espanholas  
A reacção do Cartesianismo contra o formalismo da Escolástica, ataca a Poética de  
Aristóteles  
Proto-romantismo do século XVII

1º – *Os Poetas líricos*

Os dois aspectos do lirismo: gongórico e camoniano

## A) OS LÍRICOS CAMONIANOS FRANCISCO RODRIGUES LOBO

Leiria, uma verdadeira Arcádia em que nasce o poeta  
O seu bucolismo natural

1º *Nascimento, Mocidade e Amores de Francisco Rodrigues Lobo* (1579 a 1604)

Fixação do seu nascimento em 1579

Preponderância da família do Duque de Vila Real

Intimidade do poeta com a ilustre família

Tradição dos amores com uma Dama do palácio ducal

Alusão do poeta a esses loucos amores

D. Antónia de Meneses, filha natural do Marquês de Vila Real

O criptónimo de *Theonia, Latonia e Dionea*, nos Romances, Novela e Égloga

– *Filha de um antigo Pastor* da ribeira do Lis

Filha natural do marquês, casou com seu primo D. Carlos de Meneses

Os *loucos amores* passaram-se entre 1598 e 1605

Quão pouco tempo dura uma alegria

Saída para os estudos de Coimbra em 1593

Imita as Canções de Cristóvão Falcão

Como terminaram os amores

Carta faceta de Soropita mofando dos amores do primo

Matriculado nas Escolas Maiores em Outubro de 1594 – em 20 de Novembro de 1595, no curso dos Legistas

Imita os Romances maurescos

O gosto das Redondilhas no século XVII

Frequenta de 1597-98 o segundo ano de Leis Peste em Coimbra e Leiria: vai completar a frequência ao Mosteiro da Batalha

Recebe o grau de Bacharel em 13 de Maio de 1602

Amizades com o velho lente Fr. Luís de Sotomaior

Publicação das suas *Églogas* em 1605

Faria e Sousa ataca sem fundamento a originalidade de Lobo

Interpretação do *Sileno* pela situação de Theonia .

Perigos do seu amor

Despedida de Coimbra

2º *Vida literária em Leiria: inspirado pelo sentimento nacional, é empolgado pelo Castelhanismo. – Sua morte desastrosa* (1604 a 1622)

Lembrança da agitação das Escolas

Pelo casamento do Marquês de Vila Real, Leiria torna-se um centro de sociabilidade (1604)

Dedica o poema do *Condestabre* a D. Teodósio

Continua em 1608 no *Pastor peregrino*, o encanto da *Primavera*

Em 1614 termina com o *Desenganado* a idealização novelesca No *Condestabre*, alude ao nascimento de D. João IV e às esperanças sebásticas

Sentimento que o leva a reproduzir a *Eufrósina*

A *Corte na Aldeia*, dedicada a D. Duarte, irmão do Duque D. Teodósio

Viagem de Filipe III a Lisboa em 1619 O Marquês de Vila Real é feito Duque de Caminha

Lobo escreve em Romances castelhanos a *Jornada de Filipe 3º* a Lisboa (influxo

do Duque de Caminha)

O efeito da visita régia

Filipe III, após o regresso, em 20 de Fevereiro de 1621

Lobo ainda elogia em um Soneto o Sermão das exéquias em Portalegre, em Maio de 1621

Soneto encomiástico ao *Tratado* de Aleixo de Meneses de 1623, traz: *Ultimo que hizo en su vida*

Na tradução da *Corte na Aldeia*, publicada em 8 de Novembro de 1622, já o tradutor Juan Bautista Morando dá o autor como no céu repousando em paz

Soneto de D. Tomás de Noronha à morte de Lobo

Por documentos da Inquisição, sabe-se que Soropita era de origem judaica

Em outro Soneto, diz que a *sua morte natural* seria *queimado* Pressentimentos do Poeta sobre sua morte

Pela sua morte no Tejo, lhe foi atribuído o Soneto de Camões, *Formoso Tejo meu*

#### D. FRANCISCO MANUEL DE MELO

Duas épocas diferentes na sua actividade literária

No cárcere liberta-se da vesânia do Culteranismo

Sá de Miranda, Gil Vicente e Camões, orientam o seu gosto poético

O conhecimento da linguagem popular dá-lhe a estrutura da prosa portuguesa

*1º Data autêntica do seu nascimento. – Educação jesuítica e vida soldadesca. – Actividade incessante nas Armadas. – Combates, naufrágios e intrigas de Corte. (1608 a 1641)*

Nasceu em 23 de Novembro de 1608, em Lisboa

Seus pais D. Luís Manuel de Melo e D. Maria de Toledo Maçuelos

D. Luís de Melo parte em 1619 para a ilha de S. Miguel, e aí morre repentinamente em 1615

A orfandade prematura na vida de D. Francisco Manuel

Em 1620 é internado no Colégio de Santo Antão

Elementos da sua educação: P.<sup>e</sup> Baltasar Teles

Liberto da compressão colegial, aos 17 anos dispõe de si e aceita a vida militar

Senta praça em 1626, na Companhia de Aventureiros, da Gente de Mar e Guerra

O espírito militar da *bonne aventure*

Serve na Armada da Coroa sob comando de D. Manuel de Meneses

Naufrágio nas Costas de França, 14 de Janeiro de 1627

Descrição viva na Epanáfora

Visita Madrid pela primeira vez, após o naufrágio

Regressa a Lisboa em 1628, publica *Doze Sonetos à morte de Inês de Castro*

Embarca na Primavera de 1629 a comboiar as Naus da Índia

Normas de pretendente e galanteador

Estava na corte de Madrid em 6 de Julho de 1634

Portaria de 11 de Dezembro de 1634 para lhe ser lançado o hábito de Cristo, completando quatro viagens na armada da Coroa

Falece sua mãe em 13 de Fevereiro de 1636, e dias depois sua irmã

Vai para Madrid e aproxima-se de Quevedo

Serve secretamente o Duque de Bragança na corte de Filipe IV

Carta de 4 de Outubro de 1636, a D. Francisco Quevedo

Estava em Madrid em 1637, quando se recebeu notícia do Tumulto de Évora

Mandado acompanhar o Conde de Linhares a Portugal

Prestígio das *Profecias do Encoberto*

Volta a Madrid a informar o Conde-Duque

Publica em 1638 a *Política militar*

Como se fazia o levantamento de tropas

Acompanha em 27 de Agosto de 1639 a Armada que leva as tropas para os Países

Baixos

Grande combate naval com os Holandeses

Redige a *Relação do Conflito do Canal* Jornada de Flandres para Castela, daí a Aragão até à Guerra da Catalunha

Chega à Catalunha a notícia da Revolução do 1º de Dezembro de 1640

D. Francisco Manuel de Melo é preso em Madrid durante quatro meses

Para fugir de Espanha, requereu promoção, sendo despachado Governador da Praça de Ostende

Foge para Inglaterra; e frequenta a corte de Carlos I

O embaixador português na Holanda convida-o para ir organizar a Armada de socorro a Portugal

Comunica os seus versos à Princesa Palatina

A partida da Armada de socorro, sob seu comando

Chegada a Lisboa

São desconsiderados todos os seus grandes serviços

*2º A Revolução de 1640 no quadro da Guerra dos Trinta Anos. – A repressão sangrenta da Nobreza por D. João IV garante-lhe a estabilidade interior. – Chega a Lisboa D. Francisco Manuel de Melo com a Armada de socorro. – O rei afasta-o dos comandos superiores. – Sua intimidade nos divertimentos musicais e literários da corte. – O Conde de Vila Nova e a lenda dos amores de D. Francisco Manuel. – Prisão e julgamento iníquo em três Instâncias. – Últimas esperanças mentidas de D. João IV.*

A perda da nacionalidade portuguesa consequência da formação da Grande Monarquia espanhola

A Revolução de Portugal, resultante do seu desmembramento

Aliada natural de todos os inimigos de Espanha

Chamados os Comendadores e Conselheiros das Ordens Militares a Madrid em Agosto de 1640, o Duque de Bragança sabe que não voltará a Portugal, e prefere a eventualidade da Revolução

Como explica a sua ascensão ao trono

O sentimento nacional acerca do domínio castelhano

As esperanças sebásticas e as Trovas proféticas

João Pinto Ribeiro, alma da Revolução

O eterno divórcio dos dois Povos

A execução do Marquês de Vila Real e seu filho o jovem Duque de Caminha

Malevolência contra D. Francisco Manuel de Melo

Afastado dos comandos militares superiores

Má interpretação das mercês que solicitara

Como ele se justifica

Começo do ódio do Conde de Vila Nova contra D. Francisco Manuel

Processo contra o secretário Francisco de Lucena contra o qual D. Francisco Manuel se escusa de depor

Condenação de D. Agostinho Manuel, seu tio

O antigo *partido espanhol* no paço

Primeiro projecto de casamento do Duque de Bragança  
Debalde se procura incriminar de traidor  
Sua defesa em uma Declamação jurídica  
Inactividade de D. Francisco, no seu recanto do Rossio  
Lacuna de 1629 até 1633 na documentação da vida de D. Francisco Manuel  
Depois do terrível naufrágio, projecta trocar a carreira das armas pela das letras, e vai para Coimbra .

Confirma-o o Soneto CI, da *Lira de Clio*

Visita o solar do Conde de Sortelha, em Góis, onde viu *D. Branca da Silveira (nueva la vi)*

Para acudir à tomada da Baía pelos Holandeses, parte o general Oquendo, em 30 de Abril de 1631: D. Francisco Manuel apresenta-se para ir

Fundamento no Soneto XLV *Apóstrofe a Estrela do Norte*

Não regressou logo com a Armada de Oquendo, pelo que foi julgado

Recordações da vida alegre de 1641 a 1644

Encontro com D. Branca da Silveira, já casada com seu tio D. Gregório, Conde de Vila Nova

Poesias de D. Francisco Manuel, sobre esta psicose .

Discórdia do Conde de Vila Nova com a esposa por causa das antigas relações com a criada *Helena da Cunha*

Francisco Cardoso, genro de Helena da Cunha, assassinado

O Conde de Vila Nova fizera-o seu mordomo pelo casamento com Beatriz da Cunha

Prisão de D. Francisco Manuel em 19 de Novembro de 1644

Versos sarcásticos feitos a *Helena da Cunha*

Alusão ao amor das criadas, na *Carta de Guia de Casados*

Intimidade literária e artística com D. João IV

Comédia em Música ou Drama cantado

Intrigas e rivalidades da corte

*Quare?* (Por que motivo?) divisa sua, depois de preso .

A tradição dos ciúmes de D. João IV

Os negativismos de Prestage

Os dois Memoriais a D. João IV

O mais extenso não foi apresentado; somente brevíssimo ou segundo (achado no Arquivo Silvã)

A rainha D. Leonor de Gusmão domina D. João IV

O rancor do Conde de Vila Nova

As intrigas do criado facínora João Vicente

Marcos Ribeiro mandante do assassinato de Francisco Cardoso

Iniquidades e nulidades do processo contra D. Francisco Manuel

Julgado em três instâncias no Juízo dos Cavaleiros, D. João IV condenou-o a degredo perpétuo para o Brasil

O mistério da *intriga de mulheres*

3º Anos de prisão e desterro. – *A Mesa da Consciência e Ordens influi no monstruoso processo. – A Terceira Instância e a acção directa de D. João IV. – Trabalhos literários de D. Francisco Manuel na Torre de Belém (1644-46), na Torre Velha (1650 a 1653) e no Castelo de Lisboa (1650 a 1653). – Partida para o degredo no Brasil (17 de Abril de 1655).*

A Mesa da Consciência, onnipotente

*Mesa de Tiestes*

O julgamento da primeira instância, sem ser ouvido

Preso em S. Vicente de Restelo escreve e publica a *Guerra da Catalunha*

O pseudónimo Clemente Libertino

Carlos de Noronha, presidente da Mesa da Consciência e Ordens, alma danada do processo

A condenação em segunda Instância

O arbítrio real, em terceira Instância

A filha ilegítima de D. João IV intercede

É transferido para o Castelo de Lisboa

Recorre ao Príncipe D. Teodósio, ignorando a dissidência com el-rei seu pai

A carta de intercessão de Ana de Áustria, sem efeito

A política francesa

D. João IV homologa os *votos consultivos* da terceira Instância

Nos últimos meses da prisão da Torre Velha escreve a *Carta de Guia de Casados*

D. João IV encarrega-o de escrever a *História do Duque D. Teodósio*

– o *Manifesto dos Palatinos*

– Versos para o rei pôr em música

É-lhe emprestada a obra de D. João IV *Defensa de la Musica*

Petição jocosa ao Rei, sobre a sua quinta de Entre-os-Rios

Antes de partir para o degredo do Brasil é-lhe concedido passar alguns meses na sua quinta de Entre-os-Rios

Aí teve relações com Luísa da Silva da qual houve o filho natural Jorge Diogo de Melo

O Governador de Entre Douro e Minho pede a D. João IV a mercê de mudar-lhe o desterro do Brasil para uma das fronteiras do Reino

Parte na Armada do Brasil em 17 de Abril de 1655

Na Baía refugia-se nos seus trabalhos literários, *Apólogos Dialogais*, *Epanáfora*

Sem recursos, fez algum negócio de açúcar para Angola

A morte de D. João IV em 6 de Novembro de 1556

4º *Quebrantamento do degredo perpétuo: Embarca para Portugal em Março de 1658. – Arribada à ilha de S. Miguel em Junho. – Acha-se em Lisboa em 1659. – Frequenta a Academia dos Generosos. – Pela aclamação de Afonso VI, e governo de Castelo Melhor é-lhe perdoado o quebrantamento do degredo e restituído às honras cívicas por carta de 30 de Julho de 1662. – Missão política em Outubro: indo às cortes de Inglaterra, França, Parma e Roma. – Regressa a Portugal em 1665. – Vitória do partido de D. Pedro. – Falece em 13 de Outubro de 1666.*

Carta a Cristóvão Soares de Abreu dando-lhe notícia da arribada à ilha de S. Miguel

Pede-lhe informação do meio cortesanesco

A situação política

Demora-se na ilha de S. Miguel até princípios de 1659

No Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada teve conhecimento das *Saudades da Terra*, donde colheu a Lenda de Machin e Ana de Arfet, sobre que escreveu a *Epanáfora amorosa*

A sua concepção da História

Publica as Epanáforas em 1660

A falsa Doação da Ilha da Madeira à Infanta D. Catarina para casar com Carlos II

O dote de Tânger e Bombaim

D. Luísa de Gusmão trabalha para substituir o Príncipe D. Afonso pelo irmão o infante D. Pedro

Como D. Afonso VI assume a Soberania, tendo o Conde de Castelo Melhor por primeiro-ministro

Pelas festas da Aclamação é indultado D. Francisco Manuel de Melo

Missão diplomática de D. Francisco Manuel para negociar o casamento do Rei

Em 8 de Abril chega a Inglaterra

Descrição poética da sua viagem

Como o P.<sup>e</sup> Manuel Godinho o considerara

A sua permanência em Roma: trata de legitimar seu filho Jorge de Melo

A espionagem Castelhana informa Filipe IV de todos os seus passos

Os casamentos de D. Afonso VI e de D. Pedro tratados simultaneamente (consequências)

Em 14 de Outubro de 1664 ainda se achava em Roma, imprimindo as *Cartas Familiares*

Nomeado Deputado da Junta dos Três Estados; felicitado em 31 de Março de 1666

Falecimento em 13 de Outubro deste ano, consequências da queda sofrida

Não sofreu o pesar da queda do Conde de Castelo Melhor, e o espectáculo da degradação do triunfo do partido de D. Pedro II

A sátira contra a rainha incestuosa A síntese da vida de D. Francisco Manuel de Melo

#### MANUEL DE FARIA E SOUSA

Errados pontos de vista de Camilo e Dr. Storck acerca deste escritor

Dados biográficos tirados dos seus textos

A tradição camoniana na sua família

Seu amor aos 14 anos com D. Catarina Machado

Perde a protecção do Bispo do Porto, D. Fr. Gonçalo de Morais

Casado sem recursos, acolhe-se à casa paterna

O sobrinho do Bispo, tendo de ir para Madrid tomar posse do lugar no Conselho de Estado, leva-o em Março de 1619 como seu secretário

Viu em Lisboa as festas à chegada e visita de Filipe III

Nomeado Secretário do Conselho de Portugal, trabalhando junto de Francisco de Lucena

Escreve um Poema em 16 Cantos da *Vida dos Reis Portugueses*, que converteu depois em prosa no *Epítome das Histórias portuguesas*

Vem para Lisboa com o Arcebispo Governador do Reino para servir como Secretário do Estado da Índia

O Marquês de Castelo Rodrigo, toma-o para seu secretário na Embaixada de Roma

Intimidade em Roma junto de Urbano VIII

É chamado a Madrid, sob prisão por inconfidência .

Depois de três meses de prisão foi-lhe contrariada toda a tentativa de voltar a Portugal

Publica em 1638 o Comentário dos *Lusíadas* em que gastou vinte e cinco anos

Acusado à Inquisição pelos *Comentários*, salva-o Fr. Francisco Brandão

Lutas dos anticamoístas

O Marquês de Montebelo acolhe-o nas suas doenças e falta de recursos

Dedica em 1644 ao Conde de Vila Nova a Parte IV da *Fuente de Aganipe*

Serve D. João IV na pesquisa de composições musicais célebres  
A sua correspondência, como se verifica pelas Cartas a D. João IV, era exclusivamente musicográfica  
Morre com cálculos na bexiga, no fígado e rins em Junho de 1649  
Os seus Manuscritos foram trazidos para Portugal por seu filho Pedro de Faria

#### MANUEL DE AZEVEDO MORATO

Autor das oitavas *Sentimentos de D. Pedro e D. Inês de Castro*, que apareceram anónimas na *Fénix Renascida*  
Manuscrito do século XVII em que aparece com o nome de Manuel de Azevedo  
Advogado dos Presas da Inquisição de Coimbra em 1688  
Tornou-se célebre o poemeto pela burla da atribuição a D. Maria de Lara e Meneses, imaginária amante do Infante D. Duarte  
Sua metrificacão perfeita, mas Gongórica  
A burla da atribuição a D. Maria de Lara, em 1762, nasceu do intuito de autenticar literariamente a lenda genealógica do parentesco de um desconceituado Guilherme Joaquim Pais de Meneses com a Casa de Bragança  
Na *História do Infante D. Duarte*, Ramos Coelho deixou a descoberto este embuste

#### B) OS LÍRICOS CULTERANISTAS

##### ANTÓNIO DA FONSECA SOARES (FREI ANTÓNIO DAS CHAGAS)

O tropel dos Poetas romancistas

1º *O Capitão Bonina*. Nome dado a António Fonseca Soares, na vida mundana  
Sua mãe Helena Elvira de Zuniga, católica castelhana, vinda da Irlanda  
Seu pai o bacharel António Soares de Figueiroa, da Vidigueira  
Nasceu em 25 de Junho de 1631  
Frequentou o Colégio e Universidade dos Jesuítas em Évora  
A cultura humanista levou-o para a versificação, no gosto dos Romances assonantados  
Um duelo de amor, aos vinte anos, com um rival da mesma idade (*defesa de desafiado*) perturbou-lhe toda a vida  
Refugia-se em Moura, e aí senta praça  
Dedica versos ao Príncipe D. Teodósio quando foi ao Alentejo  
Depois de três anos de campanha embarca-se para o Brasil  
Pela morte de D. João IV em 1656, regressa a Portugal  
Toma parte na campanha de Olivença e conquista da Praça de Mourão  
É um celebrado galanteador freirático  
Tem renome de *Capitão Bonina* Tem a patente de Capitão do Terço de Setúbal, em 20 de Janeiro de 1661  
Uma emboscada nocturna de que escapa leva-o a *acolher-se ao sagrado*

2º *Jonas: soldado, poeta e frade*

Noviciado da vida monástica em 20 de Maio de 1652  
Professa em S. Francisco de Évora em 19 de Maio de 1663

Nessa ocasião era tomada Évora por D. João de Áustria  
No seu ascetismo lançam-lhe em rosto as aventuras galantes  
Vieira ridiculariza a sua forma de pregar  
Doutrina mística das suas Cartas  
As quatro Elegias  
Censura a situação moral de D. Pedro II  
Defende o Conde de Castelo Melhor exilado  
Morre em 20 de Outubro de 1689

*Soror Violante do Céu*

Nasce em Lisboa, em 30 de Março de 1608 Celebra as festas religiosas em  
Vilancicos e Romances; e em

Sonetos e Canções a vida da corte

É louvada no *Hospital das Letras*

*D. Francisco de Portugal*

*D. Francisco Rolim de Moura*

António Gomes de Oliveira

Poetas secundários referidos no *Hospital das Letras*

## 2º – Os Poetas Épicos

Prestígio dos *Lusíadas*

### A) TASSISTAS E CAMOISTAS GABRIEL PEREIRA DE CASTRO

Jurisconsulto, lente, e Chanceler-mor do reino por Filipe IV

Nasce em Braga em 1571

Documentos inéditos de sua vida

Condenou Simão Pires Solis, suposto autor do Desacato de Santa Engrácia

Deixou a *Ulisseia* inédita sendo publicada por seu irmão Luís Pereira

Os seus melhores versos são reminiscências dos *Lusíadas* .

Juízo de D. Francisco Manuel

*Francisco Rodrigues Lobo*, no *Condestabre* glorifica a Casa de Bragança

Numerosas obras literárias dedicadas ao Duque D. Teodósio

D. Francisco Manuel fala da sua morte *afogado no Tejo*

*Manuel Tomás*. – Nasce em Guimarães em 1585

Viveu na ilha da Madeira, cónego na Sé do Funchal

Precocidade de um seu avoengo

No seu Poema *Insulana* trata a lenda de Machin e o Descobrimento da ilha da  
Madeira

*Francisco de Sá de Meneses*, e o seu poema *Conquista de Malaca*

A tradição oriental dessa conquista dava um belo poema

### BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS

O conhecimento da vida do poeta e do seu meio beirão dão uma nova luz ao  
poema *Viriato Trágico*

Em volta dos traços biográficos de Bento Madeira de Castro se agrupam as  
valiosas investigações do Doutor António de Vasconcelos e Sanches de Frias

O Canto XV autobiográfico, encaminha a reconstrução da sua vida

O seu amor por D. Cecília Madeira da Costa

Prisão em Coimbra, donde se evade audaciosamente em 1617  
Refugia-se na corte de Madrid Aventuras no mar, lutando com um corsário argelino, e roubado por uma nau holandesa  
Voltando a Avô sabe que D. Cecília Madeira vai casar com o cunhado de sua irmã D. Maria Madeira .  
Nesse ano de 1623 parte para o Brasil  
Esteve na Baía e Olinda  
Bate-se valentemente com os Holandeses que tinham assaltado a Baía  
Nove anos de importuna ausência  
Com a boa nova da Revolução de 1640 apresenta-se em Lisboa a D. João IV  
Comanda a guerrilha de Mancebos nobres *Companhia dos Leões*  
Nomeado Governador da Praça de Alfaiates, é preso por intrigas na Torre de Sabugal  
Como vence os seus inimigos e é reintegrado por D. João IV  
Seu casamento com D. Maria da Fonseca, afilhada e sobrinha de D. Cecília, seu primeiro amor  
Como ele localizou a tradição de Viriato na Beira .

## B) OS NOVELISTAS

Generaliza-se o género *picaresco*  
As Novelas pastorais desenvolvem-se em Alegorias e longas histórias morais  
*História do Predestinado peregrino*, de Bunyan  
Influência das Novelas de Cavalaria nos Poemas clássicos  
Este aspecto no *Viriato Trágico*

### 3º – Teatro

a) *Os Pátios das Comédias – Comédias de Capa e Espada*  
Privilégio concedido ao Hospital de Todos os Santos  
João de Matos Fragoso  
Alferes Jacinto Cordeiro  
António Henrique Gomes  
Manuel Freire de Andrade  
b) *As Tragicomédias dos Jesuítas*  
Representações na visita de Filipe III  
c) *A Escola Vicentina*  
O *Fidalgo Aprendiz*, seus elementos de realidade

## § II

### *Academias literárias e renovação dos Estudos filológicos*

Movimento científico fora das Universidades  
Institutos oficiais  
a) *Academia dos Generosos e dos Singulares*  
Ausência de espírito crítico e de senso comum  
Sátira do Culteranismo, na *Jornada do Parnaso* de Diogo Camacho  
D. Tomás de Noronha e Gregório de Matos  
b) *Gramáticos e Filólogos*

O humanismo jesuítico  
A sintaxe figurada  
Valor crítico do *Hospital das Letras*  
Tentativa de Bibliografia  
Trabalhos para o Vocabulário português  
c) *A Eloquência sagrada*  
A liberdade do púlpito comparada com a das Comédias  
Censuras do P.<sup>o</sup> Vieira, Manuel Bernardes e Cenáculo

### P.<sup>o</sup> ANTÓNIO VIEIRA

Nasce em Lisboa em 6 de Fevereiro de 1608  
Frequenta na Baía o Colégio dos Jesuítas  
Professa na Companhia em 1625  
Prega na corte e entra na confiança íntima do rei  
Planos políticos e missões secretas do jesuíta  
É mandado recolher ao Maranhão em 1650  
Entra nas intrigas para a deposição de D. Afonso VI  
Preso na inquisição de Coimbra em 5 de Outubro de 1665  
Sentenciado em 24 de Dezembro de 1667  
Vai a Roma, e defende os Cristãos novos  
Mandado recolher ao Colégio da Baía em 27 de Janeiro de 1681  
Seu falecimento em 18 de Julho de 1697  
Julgamento ante a síntese do seu século

### § III

#### *Historiógrafos, Moralistas, Viajantes, Epistológrafos*

A História sob o influxo monacal  
a) *Cronistas e historiógrafos*  
Frei Bernardo de Brito  
D. Manuel de Meneses  
Frei António Brandão  
*Frei Luís de Sousa*, juízo sobre a *História de S. Domingos e Anais de D. João III*,  
pelo Bispo de Viseu  
– *Vida de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires*  
Documentos que dissolvem a lenda de Frei Luís de Sousa  
*Jacinto Freire de Andrade*  
P.<sup>o</sup> Baltasar Teles, descoberta dos seus plágios  
D. Francisco Manuel de Melo equiparado a Tucídides  
b) *Os Moralistas*  
c) *Os primeiros Jornais portugueses*  
Manuel Severim de Faria um dos seus iniciadores  
Manuel de Galhegos e Dr. António de Sousa Macedo  
*Epistolografia*  
Frei António das Chagas, D. Francisco Manuel de Melo e P.<sup>o</sup> António Vieira

### CARTAS DA RELIGIOSA PORTUGUESA

Autenticidade de Cinco Cartas  
Documentos descobertos por Luciano Cordeiro, que dão luz plena a biografia, e  
autenticam as Cartas  
Conclusão sobre o Castelhanismo

O plano da incorporação de Portugal na unificação ibérica, prosseguido pelo *germanismo* da Casa de Áustria pelos casamentos reais, Filipe II realizou-o habilmente, fazendo-se aclamar por cláusulas de parentesco nas Cortes de Tomar. Daí a estabilidade do seu domínio de 1580 a 1598, tendo evitado sempre afrontar o *sentimento da Nacionalidade*. Por sua morte, o *Castelhanismo* asfixiante e absorvente veio acordar-nos o sentimento da pátria, a aspiração da independência nacional, a que o equilíbrio europeu deu o relevo da Revolução de 1640. Este grande fenómeno moral e histórico ocupa todo o século XVII e reflecte-se vivamente na elaboração literária dos *Seiscentistas*. A história deste período não está completa nos feitos de armas e vitórias gloriosas; houve uma luta do sentimento nacional contra a imposição da *língua castelhana* sustentada pelas esplêndidas obras da Literatura espanhola, criações geniais que foram continuamente impressas, às vezes em edições primeiras, em tipografias portuguesas; e também pela atracção dos talentos lusos para a cooperação das *Comédias famosas*, escritas nessa linguagem enfática e pomposa, representadas nas cenas de Madrid, Valladolid e Sevilha. O predomínio da Língua castelhana apagou desastrosamente as Literaturas da Galiza, de Aragão, de Valência; salvou-se a Literatura portuguesa pela reacção dos espíritos cultos *Seiscentistas* apoiando a expressão do sentimento nacional pela revivescência dos modelos clássicos quinhentistas. Vinte sete anos foram precisos para firmar-se a libertação de 1640; mas o *Castelhanismo* infiltrara-se na Literatura portuguesa desde o século XV (*Cancioneiro geral*, de Resende), e por todo o século XVI por pragmática cortesanesca (poetas bilingues, como Sá de Miranda, Gil Vicente, D. Manuel de Portugal, etc.). Desse envenenamento do Culteranismo se libertou uma plêiada de escritores seiscentistas: FRANCISCO RODRIGUES LOBO, que difundiu no *Condestabre* a esperança da restauração nacional; FR. LUÍS DE SOUSA vindicando a supremacia da língua pátria pelo purismo quinhentista; D. FRANCISCO MANUEL DE MELO, que sustentou na Europa com os seus libelos eloquentes a causa da autonomia de Portugal e revelando o alto génio da história; BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS, acordando a tradição épica de *Viriato*, e dando-lhe vida nas porfiadas lutas de guerrilhas nas fronteiras; o P.<sup>e</sup> ANTÓNIO VIEIRA, movendo-se entre as intrigas diplomáticas dos casamentos e sonhos do Quinto Império para sustentar o trono de D. João IV. O estado da alma portuguesa aparece-nos na austeridade ascética em FR. ANTÓNIO DAS CHAGAS, e na exaltação amorosa molinosista de SOROR MARIANA ALCOFORADO, desvenda-se a influência francesa, conduzindo-nos para um maior contacto com o Século excepcional. Esta riqueza de material fez-nos quebrar as proporções de uma Recapitulação.

# HISTÓRIA DA LITERATURA PORTUGUESA

## SEGUNDA ÉPOCA

*(Continuação)*

*2º PERÍODO: OS SEISCENTISTAS*

*(SÉCULO XVII)*

Coordenar a história das ideias, mesmo na sua forma mais próxima das emoções afectivas como as que procuram a expressão da literatura e da arte, é nada menos que determinar os motivos da actividade social convergindo para o carácter da civilização. As ideias preponderantes no século XVII são o desenvolvimento do fenómeno histórico do século anterior, em que pela Renascença clássica e pelo Protestantismo se tomou patente o facto da dissolução do regime católico-feudal, que dirigira a Europa desde o século XI. Contra o Poder temporal do feudalismo, compreendendo também sob este nome a realeza, levantaram-se as Comunas, que foram capciosamente submetidas à unificação monárquica das dinastias do século XVI, primeiro pelos códigos romanistas, depois pelos exércitos permanentes; contra o poder espiritual da Igreja, apareceram as descobertas científicas da astronomia e reataram-se os estudos da natureza pela continuidade das noções positivas da Grécia, e pelo estabelecimento do critério da observação em vez da credulidade autoritária. No século XVII, em verdade, o velho poder temporal sofre uma transformação profunda depois do triunfo da Revolução dos Países Baixos, depois da desmembração da Casa de Áustria, depois da Revolução de Inglaterra, mas subsiste na forma hereditária e pessoal, em antagonismo contra o poder espiritual da Igreja, que, pela acção retrógrada dos Jesuítas, visava ao restabelecimento da sua absurda teocracia. É esta situação ambígua e hostil dos dois poderes, que nos explica as aparentes contradições da evolução do século XVII. A Renascença, restabelecendo e imitando a cultura da Grécia e de Roma, renega toda a Idade Média, especialmente na literatura; todas essas criações sentimentais e artísticas da transição medieval foram consideradas bárbaras, desconhecendo-se as suas relações vitais com a sociedade moderna e proclamando-se a imitação dos modelos clássicos da Grécia e de Roma. A Igreja, que renegara a Antiguidade, teve de adaptar-se ao espírito da Renascença; os Jesuítas, querendo fortalecer o papado, e vendo a corrente histórica do estudo das humanidades, essencialmente secular, organizaram-se para se apoderarem do ensino público europeu, abriram Colégios, e ensinaram as exclusivas disciplinas literárias da civilização que a própria Igreja condenara. O carácter decadente das literaturas ocidentais no século XVII por isso que é comum e simultâneo, revela também esta causa comum. Os Jesuítas ficaram directores exclusivos da cultura literária ou humanista, ao passo que o estudo das Ciências adquiria um desenvolvimento espontâneo alheio à sua influência, e até certo ponto em acordo com as monarquias absolutas.

É esta a segunda fase do século XVII, e a que preponderou na civilização europeia; Comte explica a organização científica pela necessidade consultiva do poder monárquico, que precisava ter apoio e direcção na sua acção absorvente e unitária; assim se reconhecia implicitamente a superioridade das ideias científicas e positivas sobre as ideias teológicas e metafísicas. «Pouco a pouco, o que os reis haviam

considerado como uma coisa louvável de fazer, foram levados a considerá-lo como um dever, e reconheceram a obrigação de promover as ciências e de se submeter às decisões dos sábios. O estabelecimento da Academia das Ciências, instituída sob Luís XIV pelo ministro Colbert, é uma declaração deste princípio. – O número de Academias multiplicou-se prodigiosamente desde esta época sobre todos os pontos do território europeu, e pela acção da competência científica sobre os espíritos, constituem-se de uma maneira regular e legal. A sua autoridade política aumentou em uma proporção análoga, exercendo uma influência directa, sempre crescente sobre a direcção da educação nacional. – Toma-se essencial observar, que ao mesmo tempo que a acção científica se constituiu e estendeu de cada vez mais em cada nação europeia considerada isoladamente, a combinação das forças científicas dos diferentes países efectuou-se também de cada vez mais. O sentimento da nacionalidade foi (sob esta relação) totalmente afastado, e os sábios de todas as partes da Europa formaram uma liga indissolúvel, que tendeu sempre para tornar europeus todos os progressos científicos alcançados em cada ponto particular.»<sup>1</sup> Vencera o espírito crítico da Reforma no campo da Ciência experimental; enquanto os Jesuítas estafam a razão com o seu humanismo estéril sob as fórmulas do aristotelismo alexandrista, formam-se corporações de homens instruídos congregados para as observações dos fenómenos da natureza, consignam as descobertas em gazetas e cartas que circulam pela Europa, e enquanto a falsa ideia do *Equilíbrio europeu* separa os povos com ódios internacionais, a razão crítica estabelece a unanimidade dos espíritos, sendo Descartes o que pela audácia das suas sínteses deu a convergência ao espírito científico moderno. A ciência conservava a condenação do teologismo, e por isso fortificava-se nas Academias protegidas pela realeza, ou nos países democráticos como a Holanda.

Compreende-se como nos países católicos a corrente científica devia ser suplantada pelo *humanismo* da educação jesuítica. A literatura tomou-se uma ocupação de ociosos, sem relação com os interesses morais e sociais do tempo, formando-se Academias reaccionárias e pedantescas, que, em Espanha, propagaram o *culteranismo*, e, na Itália, o *marinismo* ou os *concetti*. Em Portugal, vemos uma nacionalidade extinta pela ocupação castelhana, de 1580; vemos essa nacionalidade recuperar a sua independência em 1640; lutar pela sua autonomia nas campanhas do Alentejo, mas a Literatura cultivada em numerosas Academias é totalmente estranha a estes interesses. Portugal, liberto pelo influxo da França do domínio castelhano da casa de Áustria, ficou sob os Braganças uma colónia dos Jesuítas; a história da nossa Literatura no século XVII é síntese desta decadência.

## § I

### *Sincretismo da influência italiana e espanhola em Portugal*

O exagero da imitação clássica, quer por via do estudo directo das literaturas greco-romanas, quer pela admiração reflexa dos poetas italianos, produziu uma natural reacção que se observa em França com Malherbe reagindo contra os neologismos eruditos de Ronsard, com Balzac procurando o purismo da frase, com Du Bartas adoptando uma desusada liberdade no emprego das figuras retóricas. Porém, essa reacção apresenta o seu maior vigor em Espanha, onde o génio oriental irrompe na imaginação andaluza de Gôngora, e se impõe pela pompa deslumbrante das imagens

---

<sup>1</sup> Opúsculo de Comte, de 1820, ap. *Système de Politique Positive*, t. IV, Ap. gen., p. 34. Estas ideias aparecem em Cournot, *Considerations sur la Marche des Idées*, t. II, p. 263, não obstante atacar dialecticamente as doutrinas de Augusto Comte.

poéticas exprimindo as ideias vulgares. O novo gosto inspira-se na natureza, mas embelezando-a convencionalmente; e esse artifício procurado com estudo é um sinal de cultura do espírito, que não sente a graça sem lhe dar a forma pitoresca do conceito. A nova corrente literária propagou-se a toda a Europa; na Itália, Marini, «espanhol de origem e educação» como diz Cantu, é o chefe dos *Concetiste*, e na França os *Culturistas* ditam as leis do gosto afectado nas intimidades do Hotel Rambouillet, que Molière retratou nas *Preciosas ridículas*; em Inglaterra, Lylli propaga este falso estilo literário com o nome de *Eufuismo*. À universalidade da influência italiana da Renascença, corresponde esta reacção do *Culteranismo espanhol*, sistematizado em regras dogmáticas pelo jesuíta Baltasar Gracian nas suas *Agudezas de Ingénio*. Dava-se o nome de *ingénio* à vá habilidade de converter em figuras de retórica todas as situações morais ou materiais, corrigindo a realidade não por um ideal mas pelo equivoco, pelo paralogismo, pela redundância, pelo eufuismo.

O *Culteranismo* provinha de uma verdadeira intuição da necessidade de independência de espírito para a concepção artística; infelizmente, os escritores que reagiam contra o predomínio da Itália estavam separados do povo ou não conheciam o valor estético do elemento tradicional, de sorte que na impossibilidade de acharem o carácter nacional da literatura, caíram no desvairamento de uma fantasia sem disciplina. La Bruyère notou a causa dos desconcertos da linguagem *culteranista*, referindo-se aos membros do palácio Rambouillet: «Eles deixam ao vulgo a arte de falar de uma maneira inteligível.» A Espanha era o centro donde irradiava o prurido deste novo gosto literário; e no século XVII vemos a literatura francesa inspirar-se para a criação poética dos seus principais génios da imitação da literatura espanhola. Scarron, no *Roman comique*, imita o género picaresco espanhol; principalmente no teatro é onde se observa uma imitação mais evidente, como em Corneille no *Cid*, no *Menteur*, e no *Don Sancho d'Aragão*; em Molière, no *Festin de Pierre*, imitado do *Burlador de Sevilha* de Gabriel Tellez, na *Princesa d'Elida*, no *D. Garcia de Navarra*; Quinault, Hardy, Rotrou seguem a mesma senda, e Le Sage transforma os esboços de Velez de Guevara no seu belo *Gil Blas*, e no *Diable boiteux*. Quando a fecunda literatura francesa obedecia ao influxo prestigioso da literatura espanhola, e o próprio Richelieu considerava a admiração pelo *Cid* de Corneille «como se os espanhóis tivessem tomado Paris», era impossível que o Culteranismo não dominasse de um modo absoluto em Portugal, no século XVII. Estávamos sob o domínio castelhano, tanto em política como em literatura. A língua portuguesa, como se sabe pela declaração de Manuel de Gallegos, que se defende de haver escrito na língua pátria, era considerada pelas classes elevadas como própria para ser falada nas praças e pelo vulgo rude. Os escritores portugueses preferiam o castelhano para a poesia e para a história, e concorriam para a riqueza do teatro espanhol compondo *Comédias famosas* no estilo de *Capa e Espada*. Muitas das obras dos grandes génios da literatura espanhola tiveram as suas primeiras edições em Portugal, e ocuparam-se de assuntos portugueses. Quem organizasse os anais da imprensa portuguesa neste período, concluiria que três quartas partes das suas obras publicadas foram em castelhano. A falta de participação de Portugal no extraordinário movimento científico do século XVII, fez com que a actividade intelectual se despendesse em um exercício disparatado da retórica, que viciou tudo, a linguagem, a poesia, o teatro, a história e a própria eloquência do púlpito. As Academias italianas, que de literárias se converteram em científicas no século XVII, na Espanha imobilizaram-se em *Tertúlias* e com esse carácter se reproduziram em Portugal.<sup>2</sup> Sob a

---

<sup>2</sup> No século XVII desenvolveram-se as Academias particulares em casa dos fidalgos e pessoas opulentas; precederam assim a existência oficial, que dando-lhes importância social também lhes imprimia o cunho do pedantismo com que ficaram. Em volta de Ménage, reuniam-se vários amigos às

influência do *Culteranismo*, a poesia lírica retoma os velhos metros de redondilha, e Sá de Miranda, o venerando chefe da Escola italiana, é lido, estudado e imitado na sua parte antiquada, nas Cartas em quintilhas de *medida velha*. E aqueles mesmos que voltavam aos metros de redondilha, do lirismo espanhol, não achavam emprego mais azado para as redundâncias e equívocos de linguagem do que as Novelas pastorais do gosto italiano contra o qual reagiam inconscientemente.

Os críticos italianos Bettinelli e o jesuíta Tiraboschi acusavam o mau gosto ou o *Conceptismo* na literatura italiana devido ao contágio de mau gosto ou *Culteranismo*, do tempo da dominação espanhola; replicaram-lhes fortemente o Abade Andrés, e o jesuíta Lampillas. Porém, esse carácter artificioso e falso da expressão literária, predominava também em Inglaterra e França; do que se pode concluir, que essa perversão do gosto literário resultava do estado geral da mentalidade de uma época. Escreve o Marquês de Valmar, na sua *História Crítica da Poesia Castelhana no Século XVIII*: «Por aqueles mesmos tempos em que se achava tão preponderante em Espanha a poderosa mania do *gongorismo*, Inglaterra, cujas influências de raça, de clima e de costumes diferem tão essencialmente das influências análogas de Espanha, achava-se inundada pela torrente do *eufuismo*, algaravia simbólica, composta de metáforas e conceitos, que podiam disputar aos *conceptistas* italianos e espanhóis a palma da extravagância. Escassos seriam então os influxos e comunicação recíproca das literaturas inglesa e castelhana, e não obstante isso, fere a atenção a semelhança dos desmandos em que ambas caíram, caminhando ao que parece por distinto rumo. O famoso John Lilly foi em Inglaterra o legislador do estilo metafórico e figurado, como o foi Gracian em Espanha, como o foi na Itália o Conde Manoel Thesouro no seu *Cannocchiale Aristotelico*. O pedantesco livro de Lilly *Euphues and his England*, ainda que de forma diferente, é digno companheiro da *Agudeza y Arte de Ingenio*, e outros códigos do estilo *culto*.

«A causas gerais, que se observam em certos períodos da história literária de todas as nações, e não a influências determinadas e locais, se devem atribuir os grandes vícios que em tempos infelizes alteram e depravam as letras. – ...O *eufuismo* de Inglaterra, o *conceptismo* de Ledesma, o *culteranismo* de Gôngora, as primorosas e cortesãs subtilezas do cavallier Marini, a affectação da *Pleyade* francesa do tempo de Luís XIII, e ainda o *bel-esprit* das *Précieuses* do Hotel de Rambouillet, e da refinada corte de Sceaux, têm afinidades incontestáveis, laços visíveis, que as irmanam e confundem.»<sup>3</sup>

Falando da influência da Espanha sobre a literatura francesa, Baret precisa as causas imediatas: «A Espanha afinal pacificada, reunida desde 1492 em um conjunto potente, ganhou o tempo que nós perdemos a lutar contra os Ingleses e mais tarde nas nossas longas discórdias religiosas.» (*Troubadours*, p. 286).

«Em França, especificadamente, esta preponderância durou perto de um século. Formar-se-ia uma biblioteca com os livros espanhóis traduzidos em francês, desde a batalha de Pavia até ao cativo do rei de França em Madrid, até Voltaire, que imita sem o dizer, os trocadilhos, e as cartas de Quevedo, e de António Peres; até Balzac, que copia frases castelhanas; até Corneille que deu o primeiro exemplo da comédia de carácter, traduzindo no *Menteur* a *Verdad Sospechosa*, de Alarcon; ate Molière, que

---

segundas-feiras para palestras literárias; nesta espécie de Academias, em que figuravam Chapelain, Bautru, Furetière, Perrault, Galland, o nome por onde eram conhecidas era o de *Mercuriais* (mercredi); também se celebravam Academias em casa do abade Dangeau às terças-feiras (*mardi*, dies Martis) e chamavam-se por isso *Marciais*; as que se celebravam no palácio da rainha Cristina da Suécia, eram às quintas-feiras (*jeudi*, Jovis Dies) e eram denominadas *Joviais*. O célebre palácio de M.<sup>lle</sup> Rambouillet era também uma Academia aristocrática, que ditava leis ao gosto e ao estilo literário.

<sup>3</sup> *Op. cit.*, vol. I, p. 7 a 9. Madrid, 1893.

tomou aos espanhóis o assunto do *Medecin Malgré lui*, do *Don Juan* e da *Princesse d'Elide*; até Lesage, que tanto se aproveitou deles na composição do *Gil Blas*, que o P.<sup>e</sup> Isla, vivamente mas inutilissimamente reivindicou para a Espanha esta obra-prima; por último, até Beaumarchais, que no *Barbeiro de Sevilha* se inspirou tão felizmente do movimento, do *brio*, para empregar o termo espanhol, que caracterizam de uma maneira tão notável as comédias de Lope de Vega.» (*Ib.*, p. 287).

«Apesar da afirmação de Voltaire e do trabalho de lord Holland, as tiradas mais eloquentes do *Cid* de Corneille, estão com as mesmas palavras no *Cid* de Guilhem de Castro, expressas em uma linguagem igualmente bela; que, mesmo na cena em que se encontram o pai e o filho, o autor espanhol está acima do trágico francês.» (*Ib.*, p. 288).

Baret também determinou um paradigma castelhano no *Polyeute* de Corneille: «É com um vivo interesse e assombro que recentemente descobrimos que uma das cenas mais animadas da tragédia de *Polyeute* se acha em germe na cena análoga da *Estrella de Sevilla* de Lope de Vega.» (*Ib.*, 288).

Baret explica as causas sociais que determinaram a influência da cultura espanhola em França no século XVII: «Vê-se a Espanha activa e estreitamente envolvida nos negócios da França, no século XVI. A Espanha pesa sobre nós com o seu ascendente. Por um momento alentou a esperança de assentar a infante Clara Eugénia no trono de S. Luís. Guerras, tratados de paz, alianças matrimoniais, unem ou misturam os dois povos. A necessidade de saber o castelhano fazia-se sentir, principalmente na corte. Multiplicam-se as gramáticas. Brantôme, que acompanhou a Madrid a filha de Henrique II, é muito familiarizado com o castelhano, e vê-se nas suas narrativas a corte dos Valois muito preocupada da literatura castelhana. Em 1615, Cervantes podia dizer no prefácio de *Persiles e Segismundo*: – *En Francia, ni varon ni mujer de/a de aprender la lengua castellana*. Efectivamente, M.<sup>m</sup> de Motteville em um opúsculo dirigido a M.<sup>lle</sup> de Montpensier, invoca autoridades espanholas e italianas, citando textos sem nenhuma explicação ou comentário.»<sup>4</sup> É ainda por circunstâncias políticas que o teatro espanhol se revela à França; a rainha Maria Teresa levou para Paris em 1661 a companhia de Sebastião de Prado, que se demorou doze anos, representando com as companhias italianas e de Molière no teatro do Palais Royal, e no do Petit-Bourbon. Baret chega a afirmar: «A grandeza do reinado de Luís XIV, é em muitos aspectos um reflexo da grandeza castelhana, cujo abaixamento ninguém acelerou mais do que este monarca. Espanta-nos que esta observação escapasse à sagacidade de Voltaire, tão conhecedor em outros pontos. – É certo que a pompa desta corte, que não foi sem influência sobre o estilo de Racine e de Bossuet, este gosto de festas, o próprio carácter destas festas, os brilhantes *carrosséis*, as danças e os espectáculos nos jardins de Versailles, para os quais Molière compunha improvisos, Luís XIV com certeza os tomou da Espanha por intermédio de sua mãe, a nobre Ana de Áustria, uma das mais completas, das mais amáveis personificações do carácter espanhol que se possa imaginar.»<sup>5</sup>

As liberdades de elocução poética, chamadas o culteranismo, tanto na Itália, França, Inglaterra e Espanha, que caracterizam o século XVII não são uma perversão na literatura, mas sim reforma ou renovação desordenada e mal compreendida. A reacção que se operou nas ideias filosóficas pelo Cartesianismo contra o formalismo da Escolástica, também se reflectiu nas doutrinas literárias na célebre questão da *Querela dos Antigos e Modernos*, e no abandono da *Poética* de Aristóteles. Dizia o Barão Taylor no Congresso histórico de 1840:

«A mesma reacção que se opera contra a antiguidade filosófica, não tarda a

---

<sup>4</sup> *Les Troubadours*, p. 321.

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 329.

manifestar-se contra a antiguidade literária, e a *Poética* de Aristóteles é atacada com tanta vivacidade como a *Lógica*. Perrault, Lamothe e Fontenelle são os campeões das ideias modernas, e ousou dizê-lo, apresentaram melhor a fórmula romântica do que a escola actual, do que o próprio Chateaubriand, que quis fechar a literatura no ciclo cristão. A literatura deve ser a expressão de uma sociedade inteira, e não apenas de uma das suas faces. Não há somente o elemento cristão no mundo moderno, posto que nele ocupe um lugar importante; há também o elemento bárbaro e, sobretudo, o elemento grego e romano, por que nós somos filhos da Grécia e de Roma. Quem nos libertará dos Gregos e Romanos?, diz-se frequentemente. Ninguém, porque não se pode eliminar uma porção do nosso ser. Importa não circunscrever a literatura no campo do cristianismo; ficaria incompleta. Digo, portanto, que os românticos do século XVII compreenderam melhor a questão do que os românticos do século XVIII. Eles sustentaram que os sentimentos, as ideias contemporâneas, eram superiores aos sentimentos e ideias dos antigos; conseqüentemente, que a literatura devia deixar estas para exprimir aquelas, e que apresentar em cena os heróis de Homero com as suas paixões e os seus costumes, era fazer recuar o mundo à queda de Tróia, isto é, três mil anos. Compreendiam a lei do progresso, e queriam que o mundo literário lhe fosse submetido como o mundo filosófico; eles tinham evidentemente razão.»<sup>6</sup>

## I – OS POETAS LÍRICOS

Acentuam-se dois aspectos no lirismo seiscentista; uma viva compreensão do estilo *camoniano*, continuando-o com felicidade, conciliando-se com a renovação das formas velhas da redondilha agora admiradas na primeira fase *mirandina*. Estas duas correntes do gosto quinhentista suscitaram os antagonismos entre *Camoístas* e *Tassistas*, pela preocupação da linguagem figurada, das imagens deslumbrantes e fantasiosos tropos, prevalecendo nos líricos culteranistas os romances assonantados, amorosos, místicos, picarescos e granadinos, na Epopeia a narrativa dos falsos Cronicões, e no teatro, a Comédia famosa de capa e espada. Nesta incoerência estética, salvaram-se as verdadeiras organizações poéticas, vegetando nesse sincretismo uma efêmera eflorescência de mediocridades, meramente aproveitáveis quando conduzem a alguma inferência histórica.

### A) Os Líricos camonianos

#### FRANCISCO RODRIGUES LOBO

Este incomparável poeta, que no fim do século XVI sob a depressão do sentimento nacional, e no derrancamento do gosto das pastorais italianas, brilha com a verdade da sua inspiração a par de Bernardim Ribeiro, de Cristóvão Falcão e de Camões, é um fenómeno que só se compreende pelo meio em que foi nascido e criado e pela realidade de uma emoção amorosa. *Lereno*, como o poeta a si se chama, formando este nome de Leiria, descreve a terra que é verdadeiramente uma Arcádia em que a vida rural não carece de ser imaginada, em que os quadros idílicos são todo o ambiente em que se respira e a vista alcança. É dali que ele tira todas as suas representações

---

<sup>6</sup> *Congrès Historique* (IX<sup>me</sup>), p. XVIII. Paris, 1843.

objectivas e os lances da vida sem artifício ou convencionalismo bucólico. As primeiras linhas da *Primavera* revelam esse meio que o fez poeta: «Entre as fragosas montanhas da Lusitânia, na costa ocidental do mar Oceano, onde se vêem agora com maior nobreza levantadas as rumas da cidade antiga Colipo, há um espaçoso sitio partido em verdes outeiros e graciosos vales, que a natureza com particulares graças povoou de árvores e fontes que fazem nele perpetua primavera, em meio do qual se levanta um monte agudo de penedia, cercado como ilha de dois rios, que pela fralda dele vão murmurando, até que ajuntando-se no extremo da sua altura levam ao mar em companhia a vagarosa corrente, e assim da parte do rio *Lis*, que na copia das aguas é principal, como pela do claro *Lena*, que escondido entre arvoredos faz o caminho, é cultivada a terra de muitos pastores, que naqueles vales e montes apascentam, passando a vida contentes com seus rebanhos e com os frutos que a terra em abundância lhe oferece... Aqui aonde Amor costuma conservar seu senhorio, mostrava cada dia maiores efeitos dele... Uma entrada do verão, quando pelo costume dos naturais do vale e por ajuntamento de outros pastores estrangeiros que ali traziam seu gado pela abundância dos pastos daquela ribeira, havia entre todos muitos exercícios de alegria costumados dos pastores, como eram musicas em porfia, duvidas amorosas, bailes e lutas de toureiro e outros jogos, em que havia na montanha guardadores estremados. *Lereno*, que na musica a muitos do vale tinha vantagem, um dia, que com o novo sol sobre os floridos ramos, começavam as aves a celebrar a entrada do Verão e as aves e boninas a se levantar da terra... escolhendo um lugar apartado, a que o inclinava a própria condição, se foi assentar junto de uma fonte que está perto do rio, à sombra de um alto freixo, entre duas faias, e ali cantou...» Era a iniciação do seu génio poético, suscitado pela *entrada do verão*, como os apaixonados trovadores cantando pela *reverdîe*; e esta precocidade, que cedo distinguia o jovem Lereno, floresceu esplendidamente pela psicose de um amor exaltado, que foi o tema exclusivo da sua obra literária. A beleza dessa idealização subsiste, por si, mas melhor se aprecia determinando a realidade que lhe dá um relevo objectivo. Os efeitos desse meio no desenvolvimento da organização poética de Francisco Rodrigues Lobo ainda hoje são verificáveis; são *esses os sítios* da perspectiva pitoresca de Leiria, em permanente idílio natural, mas para aspirar a atmosfera moral da floração psíquica de Francisco Rodrigues Lobo, que vivifica toda a sua poesia, importa pedir à sua obra a revelação do misterioso amor. A terra, que lhe foi berço, esclarece o espontâneo bucolismo em que despendeu o seu temperamento artístico; só o misterioso amor realça a beleza e sentido dos versos, admirados apesar de se acharem velados estranhamente.

Por circunstâncias das tremendas crises sociais e políticas de fins do século XVI e começos do XVII, ficaram ignoradas as principais datas da sua vida: são elementos para essa reconstrução as referências de escritores contemporâneos, as tradições literárias colhidas pelos bibliógrafos Nicolau António, Barbosa Machado e o bispo do Grão Pará Fr. João de S. José Queirós, com os elementos pessoais que se encontram pela sua obra, como o sincronismo das individualidades preponderantes contemporâneas com quem conviveu. Pela coordenação de todos estes esparsos subsídios, a vida do inspirado poeta é *um verdadeiro poema*.

1º – *Nascimento – Mocidade e Amores de Francisco Rodrigues Lobo*. (1579 a 1604). – Na cidade de Leiria, que ainda no fim do século XVI conservava os vestígios da sua cultura intelectual, onde até 1496 a tipografia hebraica ali fundada pelos Soncinos, publicava obras como o *Almanaque* de Zacuto, e a versão da novela do *Amadis de Gaula*, nasceu Francisco Rodrigues Lobo, que poetas satíricos feriam

vilmente denunciando-o por cristão-novo. Foram seus pais André Luís Lobo<sup>7</sup> e D. Joaquina de Brito Gavião, abastados, nobres, em boas relações com as famílias fidalgas, proporcionando-lhe condições para adquirir uma superior cultura na Universidade de Coimbra e poder renunciar ao exercício das honoríficas e rendosas funções públicas. A data do seu nascimento em 1579 é pelo poeta apontada na dedicatória dos seus Diálogos da *Corte na Aldeia* a D. Duarte, irmão do Duque de Bragança D. Teodósio, justificando o título do seu livro: «e se alguém julgar por atrevido tratar de cousas de *Corte, nascendo em idade em que já a de Portugal era acabada...*» Evidentemente neste trecho referia-se à catástrofe de Alcácer Quibir, em Agosto de 1578, em que o rei D. Sebastião e toda fidalguia da Corte portuguesa sucumbiram nos areais de África. No ano do governo do Cardeal D. Henrique já não havia corte, ocupada por jesuítas e castelhanistas intrigantes exclusivamente. Como essa edição da *Corte na Aldeia* de 1619, foi algum tempo tida como hipotética, transcrevo alguns trechos da dedicatória *Ao Senhor D. Duarte, Marquês de Frechila e de Malagan*:

«Depois que faltou a Portugal a Corte dos seus sereníssimos Reis, ascendentes de V. Excelência... retirados os títulos pelas vilas e lugares do Reino; e os Fidalgos e cortesãos por suas quintãs e casais, vieram a fazer Corte nas Aldeias, e renovaram as saudades do passado, com lembranças devidas a aquela dourada idade dos Portugueses, e até V. Excelência, que na de Espanha podia aventajar de toda tua grandeza, escolheu para morada essa cidade de Évora... cujos caídos muros e edifícios, desamparados Paços e incultos jardins parece que agradecidos à assistência e favores de V. Excelência ressuscitam agora...

«Com a mesma confiança busca a V. Excelência esta *Corte na Aldeia* composta dos riscos e sombras que ficaram dos cortesãos antigos e tradições suas; para que V. Excelência a ampare como protector da língua e nação portuguesa...

«E se alguém me julgar por atrevido em tratar de cousas de *Corte, nascendo em idade em que já a de Portugal era acabada*, sabendo que na de V. Excelência fui muitas vezes favorecido de mercês suas e honras, com elas na do Ex.<sup>mo</sup> Snr. Duque D. Teodósio, irmão de V. Ex.<sup>a</sup>...

«Ante quem em tudo é tão grande, nada o pode parecer senão esta confiança na benignidade com que V. Excelência sempre autorizou minhas obras.

«Lisboa, 1 de Dezembro de 1618.»

É valiosa esta página em que Rodrigues Lobo nos faz sentir como em Leiria se concentrara a aristocracia dos Meneses, a poderosa família, que, como a de Bragança, era aparentada com o rei D. Manuel. O Castelo de Leiria, assentado sobre um enorme rochedo na parte meridional da cidade, e pela parte do poente a grande muralha, o palácio e a Torre de Homenagem, tinha então por Alcaide-Mor D. Manuel de Meneses, que sendo 5º Marquês de Vila Real, em 1580 Filipe II, por ele se conformar com a sucessão castelhana concedeu-lhe o título de Duque de Vila Real. Vivia com grandeza no seu paço ducal com uma numerosa família: D. Miguel Luís de Meneses, 6º Marquês de Vila Real, D. Brites de Lara, D. Juliana de

Lara, e D. Luís de Noronha de Meneses, que nascera em 1589. O jovem poeta teve muito cedo relações de convivência com a poderosa família do Duque de Vila Real, que sabia apreciar a sua precocidade, dedicando ele versos ao já Marquês de Vila Real, Capitão em Ceuta, e a sua *Primavera* a D. Juliana de Lara, a qual casada desde 1598, com D. Sancho de Noronha, 4º Conde de Odemira, teria assistido à elaboração

---

<sup>7</sup> Ratificado pela matrícula de seu filho nas Escolas Menores em Coimbra em 8 de Outubro de 1594.

dessa pastoral, apreciando pelas alusões secretas o sentido das poesias, dos anagramas pessoais e situações novelescas. Este meio íntimo e de alta distinção é que formara o que ele exprimiu pelo título de *Corte na Aldeia*, dado intencionalmente a um bom livro enciclopédico-moral. O aspecto da região leiriense na sua beleza idílica, também acorda as recordações cavaleirescas ostentando o forte Castelo fundado sobre um rochedo contíguo à cidade, com a bem conservada Torre de Homenagem. Esse Castelo ainda tinha Alcaide-Mor, cargo no tempo do rei D. Manuel, que andava na família dos Barbas de Alardo, da casa do Amparo, e por D. João III passado ao Marquês de Vila Real, seu parente dilecto. Havia antagonismo senhorial entre os Barbas e os Meneses, voltando depois das execuções pela conjuração de 1641 a Alcaidaria-mor do Castelo de Leiria aos Barbas de Alardo. Na mocidade de Francisco Rodrigues Lobo, era D. Manuel de Meneses, 5º Marquês de Vila Real o alcaide-mor do Castelo, e pela sua adesão à causa de Filipe II nomeado Duque de Vila Real, vivendo no seu palácio junto do rio Lis, diante do campo chamado do Rossio. Em 1588 fundou a ermida de N. S. da Encarnação, com confraria, visitada aos sábados, cantando-se a *Tota pulchra*, a órgão, e com a devoção de uma romaria; a filha do fundador, D. Brites de Lara, era a juíza. Reza o Nobiliário de Rangel de Macedo, que esta dama casara com D. Pedro de Médicis, irmão do Grão-Duque de Florença, o qual pouco depois se ausentou para Castela e lá morreu, recolhendo-se ela ao convento de Jesus de Aveiro. O filho do Duque de Vila Real, D. Miguel Luís de Meneses, militou em África, sendo Capitão em Ceuta. A ele dedicou Rodrigues Lobo um romance, impresso na sua colecção de 1595 (fl. 54): *a la primera corrida que hizo en Ceuta el Marquez de Vila Real*. O poeta faceto D. Tomás de Noronha, que celebrou em um Soneto burlesco Rodrigues Lobo, achava-se também em Ceuta servindo sob o governo desse seu parente e dirigiu-lhe umas Oitavas, pedindo-lhe os dez mil réis que lhe prometera:

E a pobreza de amigos espantallo,  
Mal cruel, que até de lei carece,  
Não sinto eu no mundo igual trabalho,

Sabe-o só o triste que o padece  
Que se pera me livrar dela me valho  
Daquela mão que se me oferece  
Com os dez que prometestes, meu senhor,  
*Sois príncipe, sois rei e imperador.*<sup>8</sup>

O poeta aludia ao parentesco real do Capitão de Ceuta, neto de D. Brites de Lara, prima do rei D. Manuel. Rodrigues Lobo, de uma família opulenta, lisonjeava-o pela bravura, pelo heroísmo dos Meneses; e a sua entrada no paço ducal, manifesta-se na dedicatória da *Primavera* a D. Juliana de Lara, condessa de Odemira, sua irmã. Ainda um outro filho do velho Duque de Vila Real, D. Luís de Noronha e Meneses, nascido em 1589, e degolado aos 52 anos, pela Conjuração de 1641, manteve a amizade com Rodrigues Lobo, a quem, segundo tradição, confiara a educação de seus filhos. Diante deste esboço genealógico é que vem a impossibilidade de determinar os misteriosos amores de Lereno segundo a tradição como ela chegou ao bispo de Grão-Pará, que a consignou nas suas *Memórias*:

«Este poeta é excelente em o lírico, ainda que o primeiro se concede em

---

<sup>8</sup> *Poesias Inéditas* de D. Tomás de Noronha, p. 44.

Espanha ao nosso Jorge Montemaior, *Morreu afogado no Tejo*, e foi enterrado em S. Francisco da Cidade na capela dos Queimados. Morrendo dizia talvez inspirado de melhor nome:

Formoso Tejo meu, quão diferente...

«Queira Deus tivesse naquela corrente a de lagrimas para chorar *quanto tinha cantado nas ribeiras do Liz e Lena nos loucos amores da aia ou Dama do palácio do Duque de Caminha em Leiria, se não foram mais altos seus pensamentos*, que enfim, se não foram de Ícaro, pareceram de Faetonte no sitio da sepultura...»<sup>9</sup>

Sob esta revelação súbita, do fim do século XVIII, anotou Camilo Castelo Branco: «Eis aqui uma evidente novidade biográfica; eu de mim não sei de outro autor. *Com estas induções pode ser que um agradável estudo nas poesias de Lobo colha algumas referencias.*» Camilo achou-se em condições excepcionais para realizar esse estudo, porque possuiu uns *magníficos manuscritos de Francisco Rodrigues Lobo*<sup>10</sup>, onde com certeza deviam encontrar-se dedicatórias a personagens da família ducal de Vila Real e de Caminha. Infelizmente extraviaram-se da sua mão esses manuscritos.

A primeira condição para interpretar o sentido autobiográfico ou a realidade da emoção amorosa de *Lereno* é determinar nitidamente, que essa paixão ficou bem definida nos *Romances castelhanos* de 1596, e na *Primavera*, de 1601. Esses *loucos amores* visavam uma dama do palácio ducal, que não era uma *aia*, nem duquesa, porque nenhuma existia aí então; contudo, o poeta descreve esse perigoso amor:

Atrevido pensamento,  
Não me ponhais em perigo,  
Que para ser venturoso  
Não basta ser atrevido.

Se saís por levantar-me,  
Vede quanto atrás me fico,  
Que para quem não descansa  
É muito largo o caminho...

Vós tendes culpa de ousado,  
E eu de todas o castigo.  
Que nasce só para penas  
Que das vossas azas tiro.

Porfiaís com a esperança,  
E eu com a razão porfio,  
Té que vencida de todo,  
Fiquemos ambos vencidos...

---

<sup>9</sup> *Memórias do Bispo do Grão Pará Fr. João de S. José Queirós*, p. 124. Edição de Camilo.

<sup>10</sup> Em carta de 29 de Novembro de 1866 escrevia Camilo ao Visconde de Azevedo, fervoroso bibliófilo:

«Estou de posse de uns magníficos manuscritos de Francisco Rodrigues Lobo. Tenciono publicá-los. O pobre Visconde de Juromenha deu como meditas de Camões poesias que eu tinha no meu códice de Rodrigues Lobo. Que deplorável edição a do Visconde de Juromenha!» (*A Revista*, Ano III, nº5, p. 65. Porto, 1908).

Encolhei um pouco as azas  
E estai a conta comigo,  
Que de muito experimentado  
Já nos males adivinho.

Fiai-vos no desengano,  
Vereis se é melhor partido  
De um covarde acautelado,  
Que de ousado arrependido...

Contentai-vos, pensamento  
Ser de uma parte divino,  
Conhecei minha esperança,  
Deixareis de ser altivo.

*(Primavera, Floresta V)*

E ao atrevido pensamento, o poeta materializa o óbice que o separa da mulher que ama, pelas convenções heráldicas:

Vai o rio de monte a monte,  
Como passarei sem ponte?

o vão mui arriscado,  
Só nele é certo o perigo;  
O tempo como inimigo  
Tem-me o caminho tomado.  
Num monte está meu cuidado,  
E eu posto aqui noutro monte,  
Como passarei a ponte?  
Tudo quanto a vista alcança  
Coberto de males veio,  
De aquém fica meu desejo  
E dalém minha esperança;  
Esta, contínua, me cansa  
Porque está sempre defronte,  
Como passarei sem ponte?

*(Primavera, Floresta V)*

Há aqui a cor local; Leiria estende-se ao longo do Rossio, que a separa do Lis, comunica com a outra margem por duas pontes, uma ao centro e outra ao fim. Como o poeta representa pela situação material a ansiedade moral que se conflagra com o impossível imposto ao seu sentimento! Na *Égloga VII* descreve-nos a altivez e orgulho *daquela* a quem elevara o pensamento, o que ajuda a definir a situação que ocupava no palácio de D. Miguel Luís de Meneses, que regressara de Ceuta a Leiria, onde descansava patriarcalmente:

Aquela, tão desigual  
No trato, modo e cautelas  
Das mais pastoras, que entre elas  
Vencia a lei natural;

Aquela, sempre queixosa  
Por quem anda entre a gente,  
A alegria descontente  
De a ver triste tão formosa.

Aquella que por empreza,  
Por bem poucos escolhida,  
Desprezou glórias da vida  
Pelo gosto da tristeza.

Quis assim minha ventura  
Ou eu quis o que não tinha,  
Que veio a ser cousa minha  
Para ser pouco segura.

Mostrava-lhe eu afeição,  
(Vê tu quem lha negaria)  
Porém nada pretendia,  
Com receio ou com razão.

Meteu-se o Amor de permeio  
E com o trato costumado,  
Descobriu-se o meu cuidado,  
E acabou-se o meu receio.

Queria-me ou me enganava,  
Falava-me a meu sabor,  
E com mil mostras de amor  
Atrevimento me dava.

Creceu nisto o meu querer,  
E nela com o mesmo efeito,  
Não perde nunca o respeito  
Nem ela o seu proceder.

E assim no tempo contínuo  
Que segui tão doce emprego,  
Nunca fiz desassossego,  
Sendo Amor um desatino.

Era enfim esta pastora,  
Ou presente ou apartada,  
Como os meus olhos amada,  
Temida como senhora.

E o que eu sentia mais era  
Ser-lhe a sorte tão avara,  
Que em minha fé lhe trocara  
A ventura que perdera.<sup>11</sup>

D. Miguel Luís de Meneses, quando regressou de Ceuta, trouxe uma *filha natural*, chamada D. Antónia de Meneses, com quem vivia no seu palácio em Leiria, ainda celibatário, casando em 1604, com D. Isabel de Alencastre, filha de D. Teodósio, V Duque de Bragança e de sua 2ª mulher D. Brites de Lencastre. Vivia D. Antónia de Meneses na alegre desenvoltura da mocidade, e nesses passeios à Fonte Quente, onde se ia banhar; nas excursões ao Castelo, à ermida da Senhora do Monte e à Senhora da Pena, eram ocasiões para encantar pelo seu exotismo o juvenil poeta. No romance em que lhe fala de amor emprega o criptónimo, ou melhor, o anagrama de *Theonia*:

Ay haze señora mia  
aun que el ser tu mi señora  
tanto abaxa tu valor,  
quanto levanta a mi gloria.  
*Theonia* discreta y bela,  
pero bastaba *Theonia*  
que en dezir solo tu nombre  
digo una hermosura sola,  
si allá te acuerdas de mi,  
por mas que el tiempo te esconda,  
te me hade mostrar Amor  
a estes ojos que te adoran.  
.....  
Que adonde no ay resistencia,

---

<sup>11</sup> A estas coplas apaixonadas parece referir-se o poeta satírico D. Tomás de Noronha, que estivera em Ceuta sob o governo do Marquês de Vila Real, e conhecia a sua filha natural:

*A um namorado que quando falava na Dama não a nomeava se não por Ela, e dizia que era mais formosa que suas vizinhas.*

Nela só vivo, e morro só por ela,  
Porque ela é muito mais formosa que elas,  
E se o contradisser alguma delas  
Mente, remente, sim, por vida dela.

Que eu sei quem elas são e quem é ela,  
Que val' mais que elas, em que pes' a elas;  
E por isso lhe estão roendo elas  
Os calcanhares, com inveja dela.

Uma cousa tem elas melhor que ela,  
*Que ela é dura*, sendo brandas elas;  
Por isso elas tem mais cativos que ela.

Se ela quer ser mais servida que elas,  
Acabe ela de ser já tão *aquela*,  
E ficarão as moças todas elas.

ni ay combates ni ay victoria

.....  
que aya en Amor impossibles,  
pues le possible amor dobla...

O anagrama de *Latonia* é empregado pelo poeta no *Pastor peregrino* (Jornada VI), e na *Égloga IX* sob a forma de *Dionea*; Rodrigues Lobo tinha o exemplo de Camões, que na sua primeira *Égloga* celebrou D. António de Noronha, o seu jovem amigo filho do Conde de Linhares, morto em Ceuta, com o nome poético de *Theonio*. Francisco Rodrigues, levado pelo gosto dominante dos Romances maurescos e granadinos, que a escola gongórica exagerou na sua beleza, descreve os seus amores por essa forma da moda:

Por el *jardin de su padre*  
corre pisando las flores  
que de altiva en su hermosura  
pisalas y no las coge;  
vestido sayo vaquero  
de dos mezclados colores  
de amarillo y de morado  
do moran mil sus razones,  
y en una vanda que sale  
al braço dentro de un golpe,  
en letras de oro esta letra:  
*Ni esperes ni te enamores.*

Como se fuese possible  
que viendo sus perfecciones  
sin esperanza y sin vida  
los que la ven no la adoren:

Vió la al passar Albayaldos  
de en cima el muro y paróse  
para hier tras otra fiera  
una que tan fiera corre.

Esta caça de Aldamiro do romance mauresco repete-se com a zagala dos diálogos bucólicos da *Primavera*, em que no Bosque desconhecido «habita um *antigo Pastor desta ribeira* (de Lis) *que guardou para o fim da sua idade este descanso* tomando como uma secreta sepultura de sua velhice... Eu sou *uma filha sua*, que em estes trajes e nestes exercícios gasto os dias com algumas pastoras, que trago na caça por companheiras...» (*Floresta VI*). É evidente a alusão a D. Miguel Luís de Meneses, Marquês de Vila Real, quando regressou da Capitania de Ceuta e foi repousar para o seu palácio à beira do Lis com uma sua *filha natural*. Dele se lê no Nobiliário de Rangel de Macedo: «Houve de Maria Soares ou de D. Maria Soeja, filha de Tomé Lamberto a *D. Antónia de Menezes*, segunda mulher de D. Carlos de Noronha.»

Esta última informação do linhagista revela toda a amargura da *Égloga VII*, de 1605, em que depois de desabafar da ansiedade que lhe causa – Aquela tão desigual –, aquela sempre queixosa, termina:

Hoje soube de certeza  
*Que já tinha outro cuidado,*  
*Outro pastor, outro gado,*  
*Outro gosto, outra tristeza.*

Outro termo diferente,  
*Outra afeição mais galante,*  
Outra fé mais inconstante  
*Outro amante mais contente.*

O linhagista Rangel de Macedo, aponta: que este D. Carlos de Meneses era neto de D. Pedro de Meneses, capitão de Ceuta, que os mouros mataram; «foi grande letrado, deputado e depois presidente da Mesa da Consciência e Ordem» e em segundas núpcias casou com *D. Antónia de Meneses*, a *filha natural* do que mais tarde foi *I Duque de Caminha*, da qual houve dois filhos, um com nome do avô, D. Miguel Luís de Meneses, e outro D. António de Meneses, que se achou na restauração da Baía e morreu na perdição da Armada na costa de França em 1627. Nestes rápidos traços genealógicos, vê-se todo o drama passional de Francisco Rodrigues Lobo que se passa entre o período de elaboração dos *Romances* em 1596 e a composição das *Églogas* publicadas em 1605. A saída de Rodrigues Lobo para Coimbra, deixando Leiria, quando estava mais exaltado o seu amor, obedeceria a uma imposição do poderoso e orgulhoso fidalgo.<sup>12</sup> Esta decepção profunda, em que se achou Rodrigues Lobo parece ter enternecido a irmã de D. Miguel de Meneses, a condessa de Odemira D. Juliana de Lara, à qual foi feita a dedicatória da *Primavera*, publicada em 1601. A esta luz é que se esclarece o comovente lirismo de Lerenó, tão prejudicado pelas prosas poéticas da pastoral. Um verso sintetiza todo o seu sofrimento: «Quão pouco tempo dura uma alegria!» E que belas e inimitáveis as Oitavas em que glosou esse esto da alma:

Passa o bem como sombra, e na memória  
É maior quanto foi mais desejado,  
A pena ensina a conhecer a gloria,  
Não se conhece o bem se não passado;  
Em mim o caso soube desta historia,  
E no que mostrou já o meu cuidado,  
Vejo no que não vejo e no que via,  
Quão pouco tempo dura uma alegria.

Quanto melhor me fora se não vira  
Um enganoso e vão contentamento,  
Que ainda que faltar-me ali sentira,  
Era muito menor o sentimento;  
Mas viu minha alma o bem porque suspira,  
Foi traz ele seguindo o pensamento,  
Que como era novel, não conhecia  
Quão pouco tempo dura uma alegria.

---

<sup>12</sup> Lê-se no *Oriente Português*, vol. IV, p. 10: «Os orgulhosos Duques de Caminha saíram do cruzamento de um Noronha com uma senhora de Ceuta D. Maria Soar, e daí talvez o apodo de *Judeu*, lançado pelos frades do Goa a um dos seus descendentes, o Conde de Linhares Miguel de Noronha, Vice-rei da Índia.»

Lá numa região muito escondida  
Dizem que gente humana vive e mora,  
Que por ordem dos céus não corrompida  
Vê cada dia o sol uma só hora;  
Bem fora venturosa a minha vida,  
Se por esta medida o bem lhe fora  
Mas tive uma hora só em um só dia,  
Quão pouco tempo dura uma alegria!

Foi hora, e foi tão breve, que passou,  
Qual passar soe o raio transparente,  
Hora que no começo se acabou,  
Para se conhecer depois de ausente.  
O tempo, enfim, por hora má contou,  
Que sempre esconde, cega, engana e mente,  
Mas verdade era o que ele me dizia,  
Quão pouco tempo dura uma alegria.

Porém, vós, fados meus, que permitistes  
Que tão cedo este bem se me acabasse,  
E que tão largas horas e tão tristes  
Um tão breve momento me pagasse;  
Não me encurteis o bem com que fugistes  
Pois em tempo não vi quem me alegrasse,  
Vi-o para me ver nesta agonia,  
Quão pouco tempo dura uma alegria.

(*Floresta VII*)

No *Pastor peregrino*, de 1608, que era uma segunda parte da *Primavera*, fala a pastora Enália: «não há pastora nesta ribeira que mereça os cuidados de Lerenó; salvo *se ainda nela habita uma dama na qual ele mostrou que os não tinha por mal empregados*. A isto mudou Lerenó um pouco de cor, e com simulado espanto respondeu: – Mais quero eu a boa conta em que me tens, que os cuidados alheios. – *Não negues*, replicou ela, *cousa tão clara*; não era Belisa, *mas uma estrangeira, cuja formosura te enlevou tanto os olhos, que te fez perder o sentido de quem só nos teus empregava a vista após si, e como estrangeira no nosso vale aquela pastora estava com o desejo de saber quem seria, bem alheia de cuidar que havia outrem que comigo se ocupasse...*» (*Jornada XI*). É alusão clara à dama nascida em Ceuta, D. Antónia de Meneses.

O epíteto de *estrangeira* contrastava com a dama leiriense que amava Rodrigues Lobo, e fora preferida pela *filha natural* de D. Miguel Luís de Meneses. Este dualismo que veio complicar o drama amoroso de Lerenó parece deprender-se da tradição consignada pelo Bispo do Grão Pará: «os loucos amores por *uma dama dos paços* do duque de Caminha, se não *foram mais altos* seus pensamentos.» Di-lo na *Floresta V* da *Primavera*:

Deixa, deixa o pasto *estranho*,  
Torna ao teu natural;  
Se não te obriga meu mal,

Lembre-te o teu rebanho.

.....  
Se como eu vou suspirando,  
Buscas fugitivo amor,  
Onde acharás melhor,  
Que onde ele te anda buscando?

Quem te negará vontade,  
Tendo na tua esperança?  
Se só com uma esquivança  
Me compraste a liberdade.

.....  
Acharás noutra ribeira  
Pastora mais graciosa,  
Mais discreta e mais formosa,  
Porém não que mais te queira.

Torna, conhece teu erro,  
Deixa ora a terra alheia,  
Que te quer bem toda a aldeia,  
Ninguém te quer no desterro.

(*Floresta V*)

Este dualismo representa-se no *Lena*, ou arrabalde de Leiria, e no *Lis*, em cuja margem era o palácio ducal, em que habitava a *estrangeira*, vinda de Ceuta. O *desterro*, a que alude a quadra, era a partida forçada ou repentina para Coimbra, onde o poeta foi frequentar os Estudos menores em 1593.<sup>13</sup>

Na Écloga VI, condensa na cantiga do pastor Gil toda a imensa amargura da sua repentina decepção:

O bem tarda e foge,  
O mal chega e dura;  
Para que é ventura,  
Que não passa de hoje?

A minha alegria  
Vinda por enganoso,  
Tardou-me mil anos,  
Durou-me um só dia.

---

<sup>13</sup> Sobre esta data, escreve o Dr. Ricardo Jorge: «Apanha-se a continuidade escolar desde 1594, mas da iniciação universitária de Roiz Lobo aparece ainda anterior. Há a sua matrícula em 1593-94, com certidão e exame a 5 de Outubro em Instituta. (*Matrículas* 1589-600, vol. III, liv. 5, fl. 3) e prova correspondente de curso de duas lições da Instituta desde 1 de Outubro de 83 a 26 de Maio de 94. (*Provas do Curso* de 1594-99, vol. IV, liv. 2, fl. 80 vº. *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. II, p. 595.

Só se admitia à matrícula da Universidade de Coimbra com 15 anos de idade, e portanto Rodrigues Lobo, matriculado em Outubro de 1593, tinha nascido depois de Agosto de 1578, em que pela catástrofe de Alcácer Quibir *acabara* a Corte portuguesa.

Paga bem injusta  
Foi a de meu mal,  
Pois que o bem não vale  
O que uma dor custa.

.....  
Quem o que ora vejo  
Vira no começo?  
Quem vira o sucesso  
Antes do desejo!

Bem, de males cheio,  
Ide a quem vos deu;  
Deixai-me ser meu  
Pois vós sois alheio.

Do tempo servido  
Só tenho alcançado,  
Que sois desejado  
Mas não possuído.

Esperança minha  
Que o tempo secou,  
Vede em que ficou  
Quanto de vós tinha?

Sois árvore verde  
Que promete muito,  
Quando vem o fruto  
Nas flores se perde.

Pensamento leve.  
A vossa ousadia  
Sempre lhe eu temia  
Esse fim que teve.<sup>14</sup>

Na sua ausência em Coimbra, Lerenó exprime a ansiedade moral por estas coplas, que Cristóvão Falcão intercalou no *Crisfal*:

*Não sei para que vos quero,  
Pois de olhos me não servis,  
Olhos a que eu tanto quis?*

Rodrigues Lobo desenvolve-as em ingénuas quintilhas, e com consciência artística do seu modelo:

---

<sup>14</sup> No seu livro *Os Nossos Poetas – Melodias Portuguesas*, p. 38 a 41, publicou a sr<sup>a</sup> Condessa de Proença-a-Velha a Ária em que interpretou com genial intuição estas estâncias de Francisco Rodrigues Lobo, e que ela cantava com assombrosa expressão. Naquela obra, que ficou interrompida por circunstâncias dolorosas, realizou-se a mais perfeita e consciente iniciativa na revelação da Melodia portuguesa.

Noutro tempo, mal pecado,  
Quando eu via o que buscava,  
Era tão acautelado,  
Que sendo pastor de gado,  
Té do gado me guardava;  
Mas essa antiga alegria  
Nem a tenho, nem a espero,  
E pois vejo o que não via,  
Se não for por companhia,  
*Não sei para que vos quero?*

Eu vos quis para chorar,  
(Mas quem há que à dor resista)  
Que se eu pudera aturar  
Em tanto perder de vista  
Vós houvésseis de cegar;  
Poupei-vos como inimigo,  
Pois para o pranto vos quis,  
Tendo-o por menos perigo,  
Mas servir-me-eis de castigo  
*Pois de olhos me não servis.*

Muitas vezes ainda agora,  
Quando à lembrança me entrego,  
Desejo por meu sossego  
De arrancar os olhos fora,  
E ficar de todo cego;  
Mas torno a cuidar, enquanto  
Me lembro o mal que vos fiz,  
E que agora vos levanto,  
Como posso ofender tanto  
*Olhos a que eu tanto quis?*

Outra Cantiga de Cristóvão Falcão:

Partido fiz com meus olhos  
Que vos não quissem ver;  
Não mo puderam manter,

aparece na *Primavera* sob a forma de imposição da namorada:

Mandais-me que vos não veja,  
Dos olhos que heide fazer,  
Pois lhe não fica que ver?

Lereno glosa este mote com uma intensidade incomparável:

Tal a vista me ficou,  
Quando vi vossa figura,  
Que para o mais me cegou,

Como quem ao sol olhou  
E entrou numa casa escura.  
Vi quanto a vida deseja,  
Fiz dela alegre emprego  
Apesar da mesma inveja  
Vós, porque eu me vejo cego,  
*Mandais-me que vos não veja.*

Um remédio me convinha  
Contra a sem razão que usais,  
Que era ver-vos n'alma minha,  
Mas essa alma onde vos tinha,  
Nem de vista ma deixais.  
Da alma e de seu poder,  
Dos sentidos e à vida  
Ordenou vosso querer,  
E pois só não sois servida  
*Dos olhos, que heide fazer?*

E pois tudo o melhor levastes,  
E deixais-me os olhos sós,  
Tão cegos como os deixastes,  
Pois levai-os lhe negastes,  
Deixai-os ir traz de vós.  
Pois me souberam ganhar,  
Quando me soube perder  
Com o gosto de vos olhar,  
Não lhe deixeis que chorar,  
*Pois lhe não fica que ver.*

Em 1597 apareceu a *Sílvia de Lisardo* com Sonetos, Rimas e a *Segunda parte do Sonho de Cristal* «postas em ordem por Alexandre de Sequeira»; começou a revivescência dessas trovas bucólicas, que empolgaram a mocidade de Lerenó.

No *Desenganado* (Discurso II) vêm umas redondilhas assonantadas, em que Leontino conta como terminaram os seus amores:

Fez-me o desejo importuno,  
Porque não sofre tardança,  
Sendo assim, que quando obriga  
Tanto quem foge se enfada.

Fugiu-me a bela pastora  
Cujo nome e cuja casa  
Soube logo no outro dia,  
Antes que rompesse a alva.

Rompi com isto o segredo,  
Em que tinha as esperanças  
Que o amor sem sofrimento  
É o fogo que não tem brasas.

Segui meu desassossego,  
Que serviu de envergonhá-lo;  
Pois o pejo de ser visto  
Inda a quem ama acovarda.

*Eram já meus pensamentos  
Tão claros que alguns tomavam  
Deles matéria de riso,  
E eles de desconfianças.*

Temos que esta matéria de riso se explica por uma carta que em estilo faceto escreveu o primo do poeta Fernão Rodrigues Lobo Soropita a instância do negro do Abadinho Manuel Soares, à *filha da Marquês de Vila Real, de quem o negro se enamorou e estava ausente*.<sup>15</sup> Era um desfrute do velho primo Soropita, que andava

---

<sup>15</sup> Estas composições de Soropita, que além de excelente poeta lírico era um espírito faceto, acham-se no Cancioneiro ms. *Flores várias de diversos Autores lusitanos*, fl. 95 vº e 96. Tem a importância de autenticar, que a Sátira publicada pelo visconde de Juromenha (*Obras*, t. V, p. 307 a 309) achada anónima com a rubrica, *Contra Camões por causa do amor da escrava*, nunca teve referência ao Poeta. Os nomes do preto Luís e da sua negra Luísa é que induziram neste erro, sobre a lenda propalada por Faria e Sousa. O texto assinado por Soropita é correcto e mais perfeito do que o anónimo. Fica assim como curiosidade literária, servindo para afastar do nome de Camões esta gratuita a irreverência.

De Fernão Roiz Soropita

#### CARTA

*que escreveu a instância do negro do Abadinho Manoel Soares, à filha do Marquês de Vila Real, de quem o negro se enamorou e estava ausente.*

Dês que jaço nesta terra forma tão daninhas as saudades que se empoleiraram em mim, que não há pouso (no meu coração) onde elas não esgaratassem. E como mo tomassem em osso, tenho tais mataduras em meu contentamento, que só Vossa vista como alveitar de meu desejo poderá curá-las; porque como Vossa fermosura seja mais reluzente que a mais simples bacia de barbeiro e mais clara que agua fresca em caldeirão arcado, de tal maneira se me escancha no pensamento, que se tivera um fardel de mil vidas, todas descancarara em vosso serviço; mas pois que não tenho mais que só uma, e essa ainda desencordada, de todo prazer que dantes tinha, com ela na palma da mão estou esperando por resposta vossa, que vindo como confio me será mais saborosa que migas de azeite, que agora acabei de comer com sua vez em cima. Entretanto fazei conta que estou a sentir como cordovão esse pelame e não o será cousa que me desatolle desta tristeza, senão essa que espera vossa em reposta desta; e não há mais senão que o Soneto que com esta vai me custou a cravejar o que Deus sabe; e porque não ficasse cá entre o retraço da manjadoura, me pareceu melhor enviá-lo nesta maré pois está acabado, ainda que não seja para mais que para se ver nele muito de vagar, como em terra de azeite (que faz mais fermosa) o pouco do muito que por cá passa. O senhor Soneto diz assi:

---

Amor por vosso amor me açouta e pinga,  
e depois de me ter por vós assado,  
cada vez contra mim mais emperrado,  
não sei que birras são as que em mim vinga.

O coração que nunca lhe respinga,  
as soltas que lhe pôs já costumado,  
que mais emanquecer neste coitado  
que quanto vem do Congo e da Mandinga.

Assi morro por vós, e tanto em graça  
tomastes esta dor que me fastia,  
que não há quem de mim lembrar-vos faça.

Até que em tantos dias venha um dia  
que queixando-me assi de uma almofaça  
me acabe de estirar na estrebaria.

De Fernão Roiz Soropita

ELEGIA

*De um negro namorado para sua negra dama*

Ao som de um berimbau Luís captava  
as queixas que uma gralha repetia  
e doutra parte um corvo lhe entoava.  
Por sua negra ausente o perseguia  
a saudade que ainda hoje o mal trata,  
e o pensamento nela assi dizia:  
– Inda que teu amor me punja e mata,  
muito mais Você é que cuscus quente,  
mais gostoso que inhame e que batata.  
Que em toda a branqua e a negra gente  
não há de formosura mor tesouro,  
cara não há que a mi mais me contente.

.....  
Mas, inda que mofino com meu mal,  
quero bem à primeira caravela  
que trouxe negras cá a Portugal.  
Um ferrete me pôs para Castela,  
vender-me pôde, e eu o que desejo  
alforria não é, é poder vê-la.  
Mas é mui longe do Mondego ao Tejo;  
todavia eu me dou por satisfeito  
se esta chegar lá, já que a não vejo.  
Sai pois a negra voz do negro peito,

coligindo as *Rimas* de Camões; em uma carta inédita, belisca-o levemente: «Contemple vossa mercê qual iria o pastor Lereno nesta Floresta, *Riberas del sacro Tejo...*» (Ms. *Flores Várias*).

D. Tomás de Noronha mofava por essa forma da exaltada paixão do namorado, que mal roçava pelos quinze anos. Esse apelido de *Soares* lembra o da mãe de D. Antónia de Meneses, nascida em Ceuta, e a ternura do negro justificada pela cor trigueira da menina. Mas esse papel que acompanha uma Elegia, hoje bem conhecida por uma errada interpretação de Juromenha, não passou de uma sarcástica diversão literária.

Nas redondilhas de Leontino vê-se o desfecho do seu drama amoroso:

E inda que meu nascimento,  
Meu sangue, minha prosápia,  
Minha riqueza e valia  
A tinham como empenhada;  
Quando me dava um favor,  
Era com tais esquivanças,  
Que se nele me atrevia,  
Com elas me desconfiava.  
Sobejou-me a diligencia,  
Que às vezes faz grande falta,  
Que como mãe da ventura  
Tive sempre por madrasta.  
Quando com mores extremos,  
Traz de uma afeição tão larga,  
Me tinha a mim por seguro  
Com ter a ela obrigada;  
Um dia, (oh lembrança dura  
Que ainda me custa cara),  
Me mostrou com desengano  
O tempo a minha desgraça...

---

leve-te o negro amor a negra dama,  
negra, de quem estou já negro feito.  
Que a quem de negra o negro amor inflama,  
bem negra é, e bem negra a ventura  
de quem de negra negramente ama.  
Negragem, negrigonia, negregura,  
negrura, negraria, negramente,  
negrança, negração, enegradura,  
São e terão em negro sentimento  
em quanto em mi durar amor negreiro,  
negros azos do meu negro tormento.  
E se eu morrer neste negral matreiro  
em negra campa e com negras cores  
publique a negra causa, este letreiro:  
– Luís, retrato negro dos amores  
negros seus, aqui jaz; endurecida  
Luísa negra, o fez com negras dores  
a quem a negra morte foi homecida.

Quando um triste mensageiro,  
*Me disse que era casada,*  
*Por meu mal, no próprio dia*  
*A minha Pastora ingrata.*  
Fiquei logo sem juízo,  
Sem cor, sem sangue, sem alma,  
Que para os mais desatinos  
Oxalá todo faltara.  
Esqueci-me de mim próprio,  
De minha nobreza e casa,  
E daquele amor que tinha  
Que em doudice se trocara.  
Cheio de mortal veneno  
De dor, de ira e de vingança,  
Tratei de tirar a vida,  
A quem me roubara a alma.  
Por matar ao novo esposo,  
Antes de poder gozá-la  
Naquela primeira noite  
Me armei das primeiras armas...  
Depois de cobrar meu siso  
Corrido desta vingança,  
Sentido do que perde,  
*Deixei triste a minha pátria.*

Pelos *loucos amores* Rodrigues Lobo foi mandado para os estudos de Coimbra, afastando-o assim das complicações em que se envolvera em Leiria; aparece matriculado nas Escolas Maiores em 8 de Outubro de 1594. Na segunda parte da *Primavera*, que tem por subtítulo *Campos de Mondego*, escreve:

«...Lereno com os olhos em sua desejada pátria que deixava, tomou o caminho para os Campos do Mondego, para onde o ia guiando o seu destino por entre incultas charnecas, que já lhe mostravam em sua aspereza a diferença dos vales e montes em que se criara... foi caminhando e chegou à ribeira do Arunca, pequeno rio, que em graciosas voltas rodeia uma comprida várzea e depois se mistura nas águas do Mondego, digno de eterna memória pelos pastores e pastoras, que naquele tempo o habitavam, aqui chegou o pastor *assaz cansado mais de suas lembranças que do caminho...*»

Não foi perdido o tempo nessa iniciação da vida estudantesca de Coimbra; em 20 de Novembro de 1595 aparece matriculado no curso dos Legistas (separado dos Canonistas). A actividade mental expandiu-se na elaboração poética que o arrebatava; coligiu os seus versos e imprimiu no ano de 1596, na imprensa de António Barreira, em Coimbra, o pequeno volume de *Romances castelhanos e portugueses*, em que idealiza na forma dos romances granadinos a sua paixão por *Theonia*, D. Antónia, a filha do Marquês de Vila Real. Nas matrículas de 1596-97, falha o seu nome; todos os cuidados foram para os seus versos, primícias de um extraordinário lírico. Aí representa ao vivo a vida escolaresca de Coimbra no *Romance de queixas de un Estudiente al Amor*.

No me dexara el traidor  
solo en rebolver mis libros  
de *Baldo* para *Jason*,  
y de *Bartolo* a *Succino*,

llevando testimonios  
a Seyo, Sempronio e Ticio,  
que son ciertos en el baile  
como negros al domingo,  
haziendo mis consecuencias,  
sequelas y solepismos  
para contra la verdad  
que Dios le tenga en buen siglo.

(Fl. 15 vº)

A vida desvairada das *investidas* ou troças, o ruído das escolas com as lições de *ostentação* e sabatinas da mais capciosa dialéctica coimbrã, as aventuras goliardescas, não lhe apagaram as saudades de Leiria, do seu rio Lis, que, tirava o nome da forma de um lírio que circundava a cidade. Sofreu a nostalgia do torrão natal, que o debilitava:

Que feias que son mis carnes,  
que nudos que estan mis huesos;  
que juban y que çapatos  
tan puestos en el extremo,  
y que barrete tan malo  
bueno para dar consejo,  
que estava tan gastado,  
y que gastado manteo...

Não era exiguidade de recursos, porque seus pais eram abastados; mas a sobreexcitação da concentração contemplativa, transitando da delicada imitação dos romances granadinos, postos em moda por Gôngora, para as formosas Églogas, restauradas pelo sabor mirandino. Traduz as ingénuas revelações do seu amor representando-se como *el forçado Amete*:

en la galera real  
que ese moso Amete rige  
un forçado al duro remo  
llorando a las aguas dijo:

Anoguen-se en la mar mis ojos tristes  
que antes que al mar fueseu eran libres.

Na *Carta aos Romancistas de Portugal* mostra em tom facetado como essa forma de romance granadino tem a sua beleza artística, que lhe deram os grandes génios, e em que se pode exprimir o sentimento na sua verdade:

Mis señores romancistas,  
Poetas da Lusitania,  
Que hurtastes las invenciones  
A la lengua casteilana;  
Bolved a vuestros papeles  
Entregadlos à la fama,  
Que donde hay tan buenas plumas

No es razon que falten alas...  
Y a bueltas de un solo *Vega*  
De un *Espinel* y de *Arriassa*,  
De un *Gongora* y de un *Salinas*  
Mil falsarios se levantan.

E vai enumerando os tipos ou figuras convencionais dos romances granadinos e turquescos, que já enojavam pela banalidade estafada:

Que se queixa aora *Azarque*,  
Que dando bueita al Alhambra,  
Con su nombre y sus divisas  
Tresientos azares halla...  
No haremos en Portugal  
Cada domingo unas canas,  
Ocho a ocho, diez a diez,  
Pues *Aliatares* no faitan.  
No correremos tambien  
El Alhambra, el Alpuxarra,  
Do estan *Daraja* y *Celinda*  
*Adalifa* y *Celidaxa*...  
Quiçá, vestidos de Moros  
Vós querran las Castellanas,  
Porque saben que cautivos  
De ordinario se resgatan...  
*Azarques*, *Celin*, *Gazul*,  
*Musa*, *Zaide* y *Abenamar*,  
Templad vuestras bandurrias  
O enristad ya vuestras Lanças,  
Y entremes per el Parnasso  
Con nuestras varas alçadas...

O fervor dos romances mouriscos cultos data do fim do século XVI para XVII; generalizado pelo génio lírico de Gôngora, correspondia a uma recordação das antigas lutas da libertação do solo da Espanha, mas sem realidade histórica: temas convencionais, tais como *Galvan* com amores de uma cativa cristã, jogando nos seus jardins com *Moriana*, e a cada azar perdendo um castelo, uma, cidade; *Bucan* resolvendo problemas de requintes amorosos, lutas de ódios entre *Abencerrages* e *Zegri es*, dos *Gomeles* e *Aliatares*; a fecundidade dos Romancistas castelhanos formou ciclos desses personagens fantásticos de *Zaide*, *Abenumeya*, *Tarfe*, *Abindarraez*, *Zulema* e *Arbolan*.

Fernando Wolf é de opinião que estes romances não têm carácter árabe. Observa Duran que depois da conquista de Granada se cantaram alguns romances com vestígios de poesia árabe, chegando alguns a entrar na tradição, como este coligido na Serrania de Ronda:

Por las puertas de Celinda  
Galan se passea Zaide  
Aguardando que saliera  
Celinda para hablarle.

(Duran, *Rom. I*, p. X, not. 8)

O mesmo na tradição de Trás-os-Montes, apontados por Morais Ferreira.<sup>16</sup> Argote y de Molina, cita um *Cantar lastimero*, que ouvira cantar aos mouriscos de Granada, de quando a perderam:

Alhambra amor  
sa lloran tus castilios;  
o Muley Boabdil,  
que se ven perdidos.

Dadme mi caballo  
y mi blanca adarga,  
para pelear  
y ganar Alhambra.

Dadme mi caballo  
y mi adarga açul,  
para pelear  
y librar mis hijos.

Guadix tiene mis hijos  
Gibraltes mi muger,  
senora Mafalta  
hesisteme perder.

En Guadiz mis hijos  
y no en Gibraltar,  
señora Mafalta  
hesisteme errar.<sup>17</sup>

Ainda modernamente se ouvem cantares alusivos a Córdova e Granada, repetidos pelo povo em Tânger, Tetuão, Arzila e em outros pontos do norte de África.<sup>18</sup> O gosto já se cansava com tanta Zaida e Adalife e o próprio Gôngora protestava

---

<sup>16</sup> É característica esta versão de Miranda.

Passeaba-se el rei more  
Po' las rues de Granada,  
Co' l' resplendor de l' sol  
Le relhumbra la spada.

Passeie-se l' rei,  
Nós puode dormir,  
Pensando ne l' biê  
Que ll' há de benir.

(*Romanceiro Geral*, t. II, p. 327)

<sup>17</sup> Fl. 129 vº, *Conde de Lucanor*.

<sup>18</sup> Gayangos e Vedia, comentando Ticknor, cap. VII.

desmascarando os versejadores:

Ah mis señores Poetas,  
descubran-se ya esas caras,  
desnudense aquesses Moros,  
y acabense essas Zambras,  
Vayase con Dios Gazal,  
lleve el diablo a *Celindaxa*...

Rodrigues Lobo, que mostrara nos seus tentames como sentia a beleza do romance, previu a sua transformação no género madrigalesco:

Ahi nos queda el padre Tajo,  
Do tantas caras se lavan,  
Que de Moros convertidos  
Pensaes que ganados guardan.

.....  
avia sido no *Zegri*  
De los noblos de Granada,  
*Que Amor convertiu en zagal*,  
y hizo un rabel de ia lança.

O poeta pagou o seu tributo ao prestígio dos romances granadinos e imitação dos belos quadros de Gôngora e reconhecida a beleza da redondilha adoptou-a renovando a Égloga mirandina e as graciosas trovas de Cancioneiro. Era um talento espontâneo e fecundo com intuição artística que lhe disciplinava o temperamento.

Argote y de Molina, no *Discurso sobre la Lengua castellana*, na sua edição do *Conde de Lucanor*, apreciando a beleza da redondilha, desconhece que é uma forma comum na poética das línguas românicas: «Leemos algunas coplilías italianas antiguas en este verso, pero el es proprio y natural de España, en cuya lengua se halla mas antigua que eu alguna otra de las vulgares, y assi eu ella solamente tiene toda la gracia, lindez y agudez que es mas propria del ingenio español, que de otro alguno. – En el genero de verso al principio se celebravan en Castilla las hazañas y proezas antiguas de los reys, y los trances y sucessos assi de la paz como de la guerra, y los hechos notables de los condes, caballeros y infançones como son testimonio los *Romances antiguos castilianos*, assi como el de lo Rey Ramiro, cuyo principio es: *Ya se assienta el Rey Ramiro...*» (*Op. cit.*, fl. 127. Ed. 1642). No século XVI tornou-se o romance popular uma forma literária, em que a prosa dos Cronicões era metrificada para substituir os romances velhos, apenas imaginosos; di-lo Lope de Sepulveda na colecção de *Romances sacados de várias Histórias*, no prólogo: «para aprovecharse los que cantarlos quisieren, en lugar de otros muchos que yo he visto impresos y de muy poco fructo.» (Fl. 3 vº).

A luta contra a introdução dos versos italianos foi renhida; os bucolistas chamavam ao verso octossílabo *humilde e rasteiro*. Lope de Vega, com a autoridade do seu grande nome, decide-se pelo verso nacional, e escreve o poema de *Santo Isidro* para o fazer valer em um assunto religioso: «y de ser en este genero que ya los Españoles llaman *humilde*, no doy ninguna, porque no pienso que el verso largo Italiano haga ventaja al nuestro; que si en España lo dicen, es porque no sabiendo hazer el suo, se pasan al extranjero, como mas largo, y licencioso; y yo sê que algunos Italianos embidian la gracia, dificultad y sonido de nuestras redondillas, y aun han querido

imitallas, como lo hizo Seraphino Aquilano... Llamando a nuestras coplas castellanas *Barzeletas*, ò *Fretolas*, que mejor las pudiera llamar sentencias, y concetos, desnudos de todo cansado y inutil artificio, que cosa iguala à una redondilla de Garci Sanches, à Don Diego de Mendça; perdone el divino Garcilasso, que tanta occasion dio para que se lamentasse Castillejo, festivo y ingenioso poeta castellano, a quien parecia mucho Luis Gualvez Montalvo, con cuya muerte subita se perdierou muchas floridas coplas de este genero, particularmente la traduccion de la *Jerusalem* de Torcato Tasso, que parece que se avia ydo à Italia à escribirla para meterles las higas eu los ojos. Maravillosas son las estancias del excelente portugués Camões; pero la mejor no yguala a sus mismas *Redondilhas...*»<sup>19</sup>

Pelo registo das Matrículas e Graus sabe-se que Francisco Rodrigues Lobo frequentou no ano de 1597 a 1598 o segundo ano de Leis; mas já em Junho havia ameaços da peste, oficiando os vereadores de Torres Vedras aos Governadores do Reino para acudir com socorros às povoações próximas; Frei Luís de Sousa, referindo o terrível sucesso, aponta entre as terras já atacadas *Leiria*; Lisboa recebeu os primeiros assaltos em 25 de Outubro de 1598, estabelecendo logo um *desterro* ou hospital sobre a ribeira de Alcântara, continuando o desenvolvimento da peste até 8 de Setembro de 1599, tendo sido de 20.227 o número dos atacados e 13.861 os falecidos.

Em Coimbra começou a debandada dos estudantes antes da terrível visita; Filipe III assinou uma provisão abonando o ano a todos os estudantes que se tivessem mantido em Coimbra. A Universidade representa em 19 de Dezembro de 1598 para ser fechada, vindo a ordem em 12 de Maio de 1599.

Francisco Rodrigues Lobo saiu ainda em fins de 1598, indo completar a frequência do ano ao Mosteiro da Batalha, fazendo o curso na aula de Fr. Nicolau da Ressurreição, onde «*leu 9 meses de 98 a 99*». O assalto da peste a Coimbra deu-se em Janeiro de 1599<sup>20</sup>, como consta do Livro das Vereações, de 23 e 26 de Janeiro; a peste propagou-se rapidamente, e abandonada de todos os socorros a gente de Coimbra foi pedir ao Bispo D. Afonso de Castelo Branco para se arvorar em Provedor-mor, mas achou-se de todo impotente. Abriu-se um Adro da Peste no campo da Ermida de S. Sebastião no Alto de Santo António dos Olivais, onde se recolheram mais de 2.000 atacados, sendo vitimados 1.000. Estendia-se a peste para Aveiro, Vila Nova de Gaia, Porto, Guimarães, Mirandela e Vila Real.

No meio destes abalos Rodrigues Lobo ia trabalhando no delicioso Livro das suas Églogas; a VI é precedida de uma Epístola em tercetos, com rubrica: «*Carta que o Autor escreveu a um amigo que estava fugido da peste em uma quinta sua, com a Égloga seguinte que com pôs no mesmo tempo.*» Era dirigida ao seu grande amigo Paiva, que poderemos sem trabalhosa hipótese considerar Diogo de Paiva de Andrade, o erudito autor do *Casamento perfeito*:

Vós, que a verdade vedes mais ao perto,  
Aceitai, Paiva ilustre, o meu cuidado,  
Que vai qual sofre o mal deste deserto.

No começo da Carta descreve o estado dos espíritos ante a tremenda fatalidade:

Cá neste monte estéril, seco e alto  
Para onde vim fugindo do castigo,  
Que em tantos montes deu tão grande assalto;

---

<sup>19</sup> *Santo Isidro*, Prólogo, p. 3. Ed. Barcelona, 1608.

<sup>20</sup> Vieira de Meireles, *Epidemiologia Portuguesa*, p. 105.

À vista do destroço e do perigo  
Que me ameaça, estou continuamente  
Fazendo estreitas contas só comigo.  
Mas até neste estado descontente  
Aonde não tem lugar outra lembrança,  
Sempre, senhor, na minha estais presente.

Passados anos, quando escrevia a *Corte na Aldeia*, ainda aludia à grande mortandade da Peste de 1598: «Pois se é caso em que um historiador queira passar adiante como Ariosto, não matou mais gente a peste grande em Lisboa, que Rodomonte nos muros de Paris.» (Ed. 1722, p. 8).

Aparece o poeta matriculado em 15 de Março no curso de 1599 a 1600, 5 de Fevereiro, de 1600 a 1601, e 20 de Outubro de 1601 a 1602; recebe o grau de Bacharel em 13 de Maio, presidindo o Reitor Afonso Furtado de Mendonça, e padrinho D. António da Costa. Teve no acto de Formatura em 21 de Maio por padrinho o Dr. Jerónimo Pimenta, lente da Universidade, Desembargador do Paço, Chanceler-mor do reino, que era sobrinho do poeta Diogo Bernardes.<sup>21</sup>

Enquanto Rodrigues Lobo se conservou em Coimbra até 1602 teve intimas relações literárias com o afamado teólogo Dr. Frei Luís de Souto Maior, o autor do volumoso Comentário latino do *Cântico dos Cânticos*; o carácter de uma Égloga pastoril, que apresenta esse poema bíblico, que então se interpretava como a Alegoria da Igreja e seu esposo Jesus, aproximariam o velho catedrático que fora ao Concílio de Trento por ordem de D. Sebastião, do jovem poeta, que sentia intuitivamente a beleza humana do Livro dos Cantares. Pode ser mesmo que estas relações literárias sugerissem o entusiasmo para a composição das dez Églogas, de estilo e escola mirandina, quando já o seu gosto o impelia para a novela pastoral em prosa, tão deliciosamente iniciada com a *Primavera* em 1601. Foi em 1598, que Fr. Luís de Souto Maior imprimiu o seu Comentário, por indicação de Filipe II, à custa de um empréstimo de 3.000 cruzados feito à Universidade, que nunca pôde pagar, porque a obra soporífera não teve compradores nos vários conventos, e uma quase totalidade dos exemplares perdeu-se em 1606 em um naufrágio. Na exigência da Junta de Fazenda da Universidade, houve várias consultas à Mesa da Consciência e Ordens, e Fr. Luís de Souto Maior teve de recorrer ao perdão da sua dívida atendendo, que desde 1563, que exercia o magistério, até àquela data de 1610, não recebera nenhum favor da Universidade.<sup>22</sup>

A este reputado teólogo que fora Leitor em Lovaina, é que Francisco Rodrigues Lobo dedicou a sua Égloga I, acompanhada de uma Carta datada de Leiria, a 25 de Junho de 1604. Aí revela as relações literárias que mantiveram: «Estes Pastores, a que o favor de V. P. fez atrevidos, sendo de seu nascimento desconfiados, havendo que devem muito à natureza, se queixam das eleições da ventura e de quanto valem seus bens na opinião do mundo; e posto que quem com tanto cuidado despedia todas as cousas dele se pode mostrar alheio até desta lembrança, se V. P. a não tiver das boas artes, e não fizer caso dos bons engenhos, a quem se acolherão eles neste Reino, tão desacostumado aos favorecer, que ainda os sofre de má vontade; assim assegura-me a que V. P. sempre mostrou de honrar meus escritos, e eu esquecido do prémio e louvor deles não o quero maior que serem aceites a quem são oferecidos estes queixumes; V. P. os ouça e acredite com o seu nome, que isto basta para ficar o meu por eles conhecido. N. Senhor guarde e sustente a V. P. muitos anos. De Leiria, 25 de Junho de 1604.»

Não se enganou o poeta; as suas *Églogas* publicadas em Lisboa no ano de 1605

<sup>21</sup> Instituto de Coimbra, vol. 57, p. 767.

<sup>22</sup> *História da Universidade de Coimbra*, t. III, p. 665.

asseguraram-lhe um lugar dominante no gosto bucólico embora repinte artificialmente a rusticidade da linguagem, mas por vezes inimitável, como nas Cantigas *Descalça vai para a fonte* e *Antes que o sol se alevante*, que se recitam ainda e sempre com encanto. Frei Luís de Souto Maior, que tanto apreciava os seus escritos, conhecia estas três manifestações do seu talento, os *Romances* granadinos e subjectivos, as *Églogas* a cuja composição assistira, e a *Primavera*, que desde 1601 era admirada do público, que ansiava a sua continuação desse desenganado amor.

A florescência e actividade literária de Francisco Rodrigues Lobo em Coimbra por 1600, acha-se comprovada por uma referência malévola de Manuel de Faria e Sousa, quando fala do roubo do *Parnaso* de Camões: «Al tiempo que empece a estudiar que fué a los *ahos de 1600*, y los onze de mi idade me cogió este libro un mozo, que luego se fué à estudiar a *Coimbra*, aonde entonces florecia *Francisco Rodrigues Lobo*, que entonces publicó un Libro intitulado *Primavera*, que consta de prosas y versos, y siempre me pareció que en el avia algunas cosas de las que estaban en aquel libro. Mas por que yó no vi este de Lobo, luego quando salió, tiempo en que de esse otro teria algo en la memoria, sinó mucho despues, quando yo no la tenia d'el, no pude assegurar-me bien; pero imagino que unas *Otavas* que alli tiene el Lobo, luego aí principio, a que líama la historia de *Sileno*, estaban en aquel libro <sup>23</sup>; y tambien unas *Coplillas* que estan antes d'elia; y tambien una *Cancion*, que se vê a la entrada da Floresta sexta.» A suspeita de Faria sofre da sua vesânia de considerar plágios todas as líricas em que o sentimento, o gosto ou estilo camoniano acentuam a sua beleza. A *Primavera* apareceu em 1601, quando a paixão amorosa de Rodrigues Lobo chegava a esse epílogo que ele descreveu depois com o título de *Desenganado*; nas *Oitavas de Sileno* descreve como começou esse amor e o vaticínio que lhe amargurou a vida. Os traços pessoais, autobiográficos do pastor *Lereno* não tem analogia com a situação de Camões, que amou muito mas sem obedecer a um *atrevido* pensamento. A pedra em que estava gravada a História de *Sileno*, que os pastores descobriram debaixo de um penedo, junto da *Fonte que contra muitos males tinha aprovada virtude*, que é ainda hoje a chamada Fonte Quente, de Leiria, continha nos seus versos:

---

<sup>23</sup> No poemeto de *Sileno*, que Faria e Sousa pretendia tirar a Francisco Rodrigues Lobo, há uma estrofe que se refere a uma situação particularíssima:

Enquanto goze a vista soberana,  
Onde o sentir comum ficava falto,  
Não podendo entender que com cousa humana  
Se pudesse esconder valor tão alto;  
Qual vista de Actéon outra Diana,  
A vi com desusado sobressalto  
Fugir de um Fauno ousado, que defronte  
Vem saltando traz dela para o monte.

Não pode em mim sofrer a ardente chama  
Que em fogo me abrasava o vivo peito,  
Que não saísse dentre a verde rama  
Para atalhar ao Fauno o passo estreito;  
Ele voltando, em ira acceso, brama,  
Ou se tornou por medo ou por respeito,  
E a Ninfa que do monte estava vendo,  
Outra vez para o vale vem descendo.

Não haverá aqui alusão ao desvario do negro Luís, que Soropita chasqueou por se ter enamorado da filha do Marquês de Vila Real? Conheceria Faria e Sousa a Elegia de Soropita, que encaparia a Camões?

Nas *ribeiras do Lena* fui nascido  
E nas do Lis guardava o manso gado:  
Amor, de quem vivi mais esquecido  
Com transformar-me assim ficou vingado

.....  
Aqui vivi contente, não curando  
Mais que de um só rebanho que então tinha  
Ora à sombra das arvores cantando  
Gloria da liberdade sua e minha...

.....  
Viu-me Amor ser senhor de meus amores  
Não quis sofrer num reino dois senhores.

Procurou a vingança em seu sujeito,  
Porque isenções alheias tanto agravam,  
Não consentiu negar-lhe o seu direito  
Na vontade *a que tantas procuravam*.

É da banda do Lis que está aquela que lhe deslumbrou os sentidos, e aonde fica situado o paço ducal:

Quando uma branca cerva atravessando  
Com o peito vinha o rio cristalino...

Transpôs o vale e monte, oh nova sorte!  
Eu o alcance segui ela a fugida...  
Desci enfim traz ela o verde monte  
‘Té vê-la entrar nas aguas de uma Fonte.

Em belas oitavas descreve Lereno a entrada da bela ninfa no banho (da Fonte Quente) e como se lhe acordou na alma a paixão irreprensível e a louca ousadia de vê-la nesse momento:

A espaços voltava os olhos belos,  
As ondas que com os braços apartava  
Movendo ondas de amor nos seus cabelos  
Que o derretido aljôfar borrifava;  
Eu que para meu dano ousava vê-los,  
Neles a pouco e pouco me enlaçava;  
Não houve Amor mister poder sobejo,  
Que eu mesmo me venci de meu desejo.

Confuso estava, e prezo no que via,  
Seguindo já de longe o meu tormento,  
Quando o mover das aguas me acendia  
Com amoroso fogo o pensamento.  
Ora toda nas ondas se encobria  
Ora trocando o doce movimento,  
Encostada quebrara a clara veia,

Ora tomava pé na branca areia.

.....  
Não pode em mim sofrer a ardente chama,  
Que em fogo me abrasava o vivo peito,

.....  
O pejo de ser vista em tal estado  
Mil vezes lhe mudava a cor formosa,  
Passada vinha do temor passado,  
Mas tornava a corar de vergonhosa.  
Em igual posto eu tinha o meu cuidado,  
Quando ela mais corrida e vagarosa  
Segura para o rio se chegava  
Que de contente as ondas levantava.

Por causa do seu amor desatinado é transformado em Sileno, e a história desses amores ficou gravada em pedras: «*Ao segredo do tempo oferecida.*»

Para que nele vejam cada dia  
Como castiga Amor uma ousadia.

As coplilhas que Faria e Sousa supôs plagiadas de Camões são extremamente belas, e nesse género de trovas de Cancioneiro, a que Rodrigues Lobo chama Endechas, ele eleva-se à beleza fixada por Bernardim Ribeiro, Cristóvão Falcão e Camões, excedendo-os na espontânea fecundidade. Transcrevemos algumas estrofes dessas coplilhas em que descreve a servidão de amor, aludindo à loira e orgulhosa menina da ribeira do Lis:

Quem pôs seu cuidado  
Em pastora loira,  
Nem veja a lavoura,  
Nem sirva de arado;

Nem jamais se empregue  
Em lavrar abrolhos,  
Semeie em seus olhos,  
E em seus olhos cegue.

Para sustentai-a  
Gaste a vida nela,  
Ou viva de vê-la,  
Ou de desejai-a,

No vale e no monte  
Seja seu vizinho,  
Saia-lhe ao caminho,  
No rio, na fonte.

Se em monte ou ribeira  
Cria enxame bravo,  
Dê-lhe o doce favo

Da cresta primeira.

E quando a manada  
Anda apascentando,  
Lhe lavre cantando  
A roca pintada.

Se a tarde e sol posto  
Lhe parece bem,  
Mostre que não tem  
Mais sol que o seu rosto.

Tudo se transforme  
Na vontade dela,  
Vele quando vela,  
Durma quando dorme

Que Amor engrandece,  
Nas leis em que está,  
Quem serve e quem dá,  
E a quem lhe obedece.

E a suprema beleza alcançou-a Rodrigues Lobo pela emoção de uma realidade, que as insípidas alegorias pastorais e as prosas insulsas encobriram nos inspirados versos. É crível que o fizesse propositadamente para evitar o *perigo* do seu *atrevido* amor. Faria e Sousa, deslumbrado com a veemente Canção da Floresta VI da *Primavera*, entendeu que devia pertencer a Camões; mas na prosa que a precede desvenda-se um pouco do mistério: Lereno na íntima angústia passou a noite junto do seu velho amigo e confidente Tirreno, que «obrigado do amor que lhe tinha gastou muitas palavras e são conselhos pelo aquietar, tomando-lhe *o risco do cuidado em que entrava*, persuadia-o que se não entregasse de propósito àquela fantasia..., e com quanto a ele o moviam muito as palavras do velho – como a força de amor é maior que a da própria vontade, não obedecia com o coração ao que a língua prometia... Levantados pela manhã, despediu-se Lereno do velho, que *até chegar às ribeiras do rio Lena* o acompanhou encomendando-lhe o *resguardo de seu perigo*, mas ele que tinha a vida em o acometer, em lugar de tornar à aldeia e acudir ao desamparo do seu rebanho, *tomou de novo o caminho onde se perdera ao longo das praias do rio Lis*, entrou pela caladura dos dois penedos, e foi pelas suas próprias pisadas àquele lugar aonde já vira *a causa primeira de seu cuidado...*».

Era na margem do Lis que se erguia o palácio ducal; é nesse remanso da natureza, «tão mudo todo o vale que nem as arvores com a brandura do vento se moviam» que o poeta compôs a emocionante Canção:

Qual o cervo ferido,  
Da seta venenosa atormentado,  
Ligeiro corre o monte e a espessura,  
Até que sem sentido,  
Vem cair no lugar mais descuidado,  
Onde a força provou da frecha dura;  
Assim, minha ventura,

Depois que vida já me não consente,  
Permite justamente,  
Que onde tive a ferida,  
Venha nas mãos do Amor deixar a vida.

Qual simples borboleta,  
Que enganada na cor do vivo lume,  
Acha na ardente flama o desengano,  
E contudo inquieta  
Até que nele as azas não consume,  
Livre se não quer ver de tanto dano;  
*Assim num cego engano,*  
*Corro atrás do meu mal com tanta gloria,*  
Que perdendo a memória,  
Que pudera guardar-me,  
*Na luz que me offendeu venho abraçar-me.*

Se na chama amorosa  
Que as azas me queimou quando voava,  
Venho a deixar a vida por meu gosto,  
Que da luz tão formosa,  
Que inda por entre as nuvens me cegava  
Com o raio que feria o belo rosto;  
Se este Sol já é posto,  
Para que madruguei ‘traz minha fim?  
Mais quer a sorte assim,  
Que pois fiz tal emprego,  
*Em me atrever ao Sol, que morra cego.*

Na prosa que segue a estes esplêndidos versos, descreve Rodrigues Lobo uma situação imprevista, que o leva a declarar-nos quem é a mulher amada: «Enquanto com estes versos se queixava de seu dano, não andava tão longe a causa dele, que a espaços o não ouvisse, e chegando perto com duas pastoras que na caça trazia por companheiras... por curiosa de saber quem era, mais que obrigada das mágoas que lhe ouvira, adiantando-se das outras, lhe apareceu; e, deixando-o tão salteado, que por grande espaço perdeu a cor e a voz; mas ela com a sua (que a tudo respondiam as mostras do rosto) o assegurou dizendo:

– Vejo que mostras espanto de minha presença, e não a tenho por tão temerosa que ponha em alguém receios... Ouvi cantar e desejei saber quem era, e agora o caminho que aqui te trouxe.»

«Neste tempo estava Lerenó com mais sentido, porém ainda enleado, lhe respondeu:

– O caminho deste lugar, senhora, eu o não sei, só o *em que estou conheço que é perigoso; guiou-me a ele um cego, que nos mais arriscados acha menos perigo...* Rogo-vos, senhora – que como a homem perdido neste desterro, me digais, que lugar é aonde estou, e quem o habita, e se sois vós a senhora dele, como pareceis, ou deusa caçadora, a quem esta espessura seja dedicada, por que eu sou um guardador *natural desta ribeira do Lis*, que por estranha ventura de um sonho adormecendo na praia dele, sem saber o caminho que tomar, vim a este bosque e fiquei tão penhorado do que vi neste lugar onde me achastes, que como quem tinha nele a vida ou a morte, me tornou aqui a trazer o

fado, e já me contentarei com saber muito da causa dela.

– Com essa informação (disse a pastora) ta darei mais facilmente do que desejava. Sabe, que este em que agora estás, chamado o Bosque Desconhecido, e assim o são todas as cousas dele, *quem o habita é um antigo Pastor desta ribeira, que guardou para o fim de sua idade este descanso, tomando como secreta sepultura da sua velhice* tudo o que está situado e encoberto nesta penedia. *Eu sou uma filha sua*, que com estes trajos e nestes exercícios gasto os dias com algumas pastoras que trago na caça por companheiras, e porque duas delas me ficam esperando perto daqui, e não sei o que julgarão da minha tardança...» (*Floresta VI*). É delicioso o resto da cena, que apesar do maneirismo da época, pela sua realidade lembra a prosa de Bernardim Ribeiro. A *filha do antigo Pastor*, é D. Antónia de Meneses, nascida em Ceuta de uns amores quando Capitão-general, à qual se referem D. António Caetano de Sousa, na *História genealógica* e o linhagista Rangel de Macedo; a sua desenvoltura na caça é já descrita por Francisco Rodrigues Lobo nos *Romances*, impressos em 1596, onde a celebra com o anagrama de *Tionia*. Nos anos alegres de Coimbra, no ruído das escolas compôs Rodrigues Lobo as obras definitivas de sua inspiração, *Romances*, *Églogas* e *Primavera*, de 1596 a 1601. O seu regresso a Leiria, depois da licenciatura confinou-o em um meio tranquilo que o impeliu para os estudos de erudição pedantesca da época. A sua despedida de Coimbra com que termina na *Primavera* o quadro dos *Campos do Mondego*, é como uma elegia à mocidade:

Adeus, aguas cristalinas,  
Adeus, formosos outeiros,  
Faias, choupos e salgueiros,  
Lírios, flores e boninas.

Adeus, formosa lembrança  
Com que em meus males vivia,  
Adeus, vales de alegria,  
Adeus, montes de esperança.

Adeus, formoso *Penedo*  
De que com tantas *vaidades*  
Fixei minhas *saudades*,  
Que me pagastes tão cedo.

Adeus, prado, adeus pastores,  
Vassalos deste amor cego,  
Adeus, aguas do Mondego,  
Adeus, *Fonte dos Amores*.

Vou-me, como a rês perdida  
Nos montes da terra estranha,  
‘Té que os lobos da montanha  
Venham a tirar-me a vida...

*Paguemos culpas de um erro*  
*De que amor as culpas punha,*  
*Que uma falsa testemunha*  
*Nos condenou ao desterro...*

Lgrimas, que aqui ficais,  
Derramadas com razão.  
Adeus, que outras nascerão  
No lugar donde brotaes.

2º *Vida literária em Leiria: inspirado pelo sentimento nacional, é empolgado pelo castelhanismo. – Morte desastrosa.* (1604 a 1622). – Terminada a sua vida escolar, Rodrigues Lobo olhava para esse não remoto passado ainda sob a impressão da estonteadora turbulência, e sorria-lhe a serenidade fascinadora do torrão natal. No último diálogo da *Corte na Aldeia*, descreve a agitação das Escolas: «a forja em que se apuram os homens e se põem nos quilates com que hão de ter a valia que a este nome se deve, são as Escolas, nas quais da mesma maneira que por alquimia de cobre se faz ouro, nelas de um idiota e quase bruto se faz homem com saber, merecimentos e suficiênciam para se avantajarem do vulgo – que outra cousa é Universidade, que uma Corte especulativa em a qual se sabe o que na dos reis se executa; aonde à vista dos Doutores prudentes, na lição dos mestres escolhidos, na comunicação dos nobres bem acostumados, na conversação modesta dos religiosos, está o nobre em uma contínua lição de policia, tendo por palmatória de seus erros a vergonha de os acometer à vista de tantos censores deles, ajudando a advertência de lhes fugir a curiosidade com que se espreitam e a liberdade com que se repreendem, pois a entrada nas Escolas, a assistênciam nas aulas, qualquer descuido se rebate com os pés dos que nelas assistem, obrigando a todos a compostura do rosto, a quietação do corpo, a modéstia do trajo, a pontualidade na cortesia, ao cuidado no falar, e não se querer algum fazer singular entre os outros Têm as Escolas além destes um bem, que favorece esta opinião, e é, que de ordinário os que as buscam, ou são filhos segundos ou terceiros da nobreza do reino, que por instituições dos morgados de seus avós ficaram sem heranças e procuram alcançar a sua pelas letras, ou são *filhos dos homens honrados e ricos dele que os podem sustentar com comodidade nos estudos...*» Aqui aludia o poeta à sua situação económica, e a suficiênciam de Licenciado, que o avantajava do vulgo. Livre do ruído e emulação ferina das escolas, Lema a *doce pátria*, aparecia com toda a sua arcádica tranquilidade, que tanto exalta no canto XIX do poema *O Condestabre*:

..... e pondo os olhos nela,  
Viu que nunca antes vira outra mais bela.

Viu aquele edificio alevantado  
Sobre o profundo vão de altos rochedos,  
De dois tão claros rios rodeado,  
Povoados de soutos e arvoredos;  
De flores naturais vestido o prado,  
Que aos descuidados olhos fazem ledos,  
Descobertas campinas, claras fontes,  
Engraçados outeiros, frescos montes.

Oh, doce pátria minha, desejada,  
Nunca esquecida em meu verso amoroso,  
Que quanto sois mais bela e celebrada,  
Tanto sempre de vós sou mais queixoso.  
Se amor que é natural respeita a nada,

Mais que o seu fim, que é ser mais generoso,  
Bem pago estou do muito que vos quero,  
Pois nem temo a ventura, nem a espero.

Não me queixo já agora nem confio  
Do que tu foste a tantos não declaras,  
Que devo ao Lena e Lis, meu brando rio,  
Sem enganoso pego as águas claras;  
Seja tirano o tempo ou seja pio,  
Estrelas liberais ou sempre avaras,  
Que em tuas águas vejo o Lis mais belas,  
Os bens do tempo e o rosto das estrelas.

Esse ano de 1604, em que datou a carta dedicatória da sua primeira Égloga, iniciava uma vida nova de sociabilidade em Leiria; o opulento Marquês de Vila Real, pôs termo ao isolamento do palácio ducal, casando com D. Isabel de Alencastre, filha do segundo casamento de D. Teodósio, 5º Duque de Bragança, clandestinamente, com uma neta do bastardo do rei D. João II. As duas poderosas casas fidalgas de Bragança e Vila Real, achavam-se conciliadas nos seus mútuos orgulhos e primazias. Nesse mesmo ano de 1604, nascera a D. Teodósio II, e 7º Duque de Bragança, um filho, vindo expressamente a Portugal ao baptizado do seu sobrinho, D. Duarte, Marquês de Frechilla, que Filipe II afastara para Espanha por um casamento, com um título nobiliárquico, um solar de mil habitantes e mil cruzados de renda. Estes factos e personagens revelam-nos as relações de Francisco Rodrigues Lobo dedicando em 1610 o seu poema *O Condestabre*, a D. Teodósio II, e a *Corte na A ideia*, em 1619 a seu irmão D. Duarte, Marquês de Frechilla. D. Isabel, a futura Duquesa de Caminha, era o centro desta vida de distinção e esplendor em Leiria, que não ignorava a intransigência de sua cunhada D. Catarina, filha do Infante D. Duarte, a qual repelira sempre todas as propostas da cedência dos seus direitos à sucessão portuguesa a Filipe II. É nesse meio, em que o Marquês de Vila Real mantém o seu castelhanismo, que se acendeu um vago sentimento de pátria e de saudade pela sua antiga liberdade, que inspirou a Rodrigues Lobo a glorificação do herói nacional, vencedor dos castelhanos, o Condestável Nuno Álvares Pereira, embora acobertada com o intuito de exaltação dos Braganças pelo parentesco glorioso com o herói. Devido a este impulso de sentimento nacional Francisco Rodrigues Lobo não foi a Coimbra às festas, Certame literário e Préstito, que em 1606 fez a Universidade para celebrar o nascimento do príncipe castelhano; aí figurou com uma Canção, Gabriel Pereira de Castro<sup>24</sup>, e outros poetas, que se fecharam no anónimo, em latim, português, castelhano e italiano. No sermão do Dr. Gabriel da Costa pelo nascimento do Príncipe Filipe em 8 de Abril de 1606, discreiteia o lente sobre *as esperanças encarnadas*, e como condizem com *grandes nascimentos grandes festas*. Em 19 de Março de 1604 tinha nascido o primogénito do Duque de Bragança, que era já uma dessas esperanças.

No meio literário em que vivia Rodrigues Lobo, ainda a impressão da *Primavera* suscitava o desejo da sua continuação; é em 1608 que ele satisfaz esse empenho imprimindo o *Pastor peregrino*. O seu talento não evoluciona nesta forma estética, repetindo-se com fastio, ainda no *Desenganado* em 1614, com prosas enramalhadas, que abafam o esplendor maravilhoso dos seus versos. E até onde não chegariam as manifestações deste temperamento sentimental, se em vez das difusas formas

---

<sup>24</sup> A fl. 50 vº: *Ao nascimento do Príncipe nosso Senhor*. Canção. Em nota manuscrita contemporânea: *Do Dr. Gabriel Pereira de Castro, então lente na Universidade*.

novelescas, fizesse como Tasso com o *A minto*, criando o drama pastoril? O nexu subjectivo do seu lirismo pela unidade da acção dramática, teria muito mais relevo. Porque não tentou essa forma bela? Talvez pelo mesmo motivo por que tratou Camões em forma de Auto vicentino o seu tema do *Filodemo*: e justifica esta referência o *Auto del Nascimento de Cristo*, publicado anos depois da morte de Lobo.

O *Pastor peregrino* começa por uma agudeza estilística já usada nas composições poéticas em *eco*; entre os rochedos onde adormecera, «no mais alto da noite se lhe representou em sonhos, que via diante de si a Pastora do Vale Desconhecido com tão alegre rosto, que parecia estar esquecida da ira com que o desterrara e justificada inocência com que o pastor padecia aquela pena; e com o alvoroço deste sobressalto acordou muito contente, até que achando-se no vão enlevo em que o metera a fantasia, começou a suspirar desta maneira:

– Deixai-me já, enganadas alegrias, que eu não busco na ventura senão o que a meu desterro sem esperança e a minha vida desesperada *convém*.

E o eco, que com o silencio da noite representava ali melhor a voz humana, lhe respondia: – *Vem*.

Ele sem cuidar então o que seria, embaraçado ainda com o sonho que passara, foi continuando a pratica com as respostas imperfeitas que lhe dava.

– Que ouço (disse ele); quem me chama? Há por ventura alguém neste desvio, que responda a meus ais e que com fingidas alegrias me queira tirar deste repouso que a tristeza me *dá*?

Eco: – *Há*.

– E quem pode haver no mundo tão cruel, que tire a um descontente este descanso, se não é que me responde aquela cruel inimiga da sorte minha, que para tantas desgraças começou?

Eco: – *Sou*.

– Pois se é essa, porque te não contentas de meu dano? Deixa-me, cruel, no estado a que me chegaste, pois até a morte nele me enjeita, olha que o pastor que em outro tempo perseguias, não é esse desterrado peregrino que agora *vês*.

Eco: – *És*.

– Dizes bem; que nenhum outro pudera ser tão perseguido, mas se ainda esse te parece, que me queres, que até pelos desertos me andas buscando?

Eco: – *Ando*.

– Venturoso é logo mil vezes o que de ti se *esconde*.

Eco: – *Onde*?

– Nas entranhas da terra, se ainda não sigais a um corpo, que já não leva alma *consigo*.

Eco: – *Sigo*.

– Que fazia eu logo quando cuidei que te escapava neste *desterro*?

Eco: – *Erro*.

– Agora o conheci com teu desengano; porém, dize inimiga, se para todos foste sempre mudável, em que venceu a minha mofina a tua natureza, este é o costume que sempre *tiveste*.

Eco: – *Este*.

– Ai, como vender logo a preço desigual as falsas esperanças, em que com teus enganos ias *vivendo*?

Eco: – *Vendo*.

– Que me fica logo que dar atrás da que por elas me levante, se ainda que esta confissão, ficam meus males *dobrados*?

Eco: – *Brados*.

– E que aproveitam? Pois quando em outra parte puderam valer-me, teve a culpa de meu dano, quem mos *deteve*?

Eco: – *Teve*.

– Há-de ter termo algum dia tua crueldade. E em amor há-de haver razão para me dar o que em tua mão está como tiranizado. E tenho ainda que esperar de ti alguma mudança na gloria que me deténs?

Eco: – *Tens*.

– E cuja há-de ser a satisfação, que ainda a tão bom estado me restitua?

Eco: – *Tua*.

– E enquanto tarda, que remédio terei para *buscá-la*?

Eco: – *Cala*.

– Já há muito que meus males me tornaram mudo, mas que fiador me dás de tuas palavras, aonde nos não ouve mais que as arvores e penedos deste monte *seco*?

Eco: – *Eco*.

Ouvindo o peregrino este nome e caindo sobre si, achou o engano com que até então estivera falando...»

Contrasta com o requinte desta prosa derramada em solilóquios, sem um quadro ou situação que a anime, uma poesia ingénua, sentida, reproduzindo todas as belezas dos velhos Cancioneiros, como a imitaram os nossos melhores quinhentistas. É crível, que essas prosas fossem saboreadas pelas suas intenções alusivas no meio culto do palácio do Marquês de Vila Real, e que para comprazer com essas exigências do gosto ajuntasse à sua *Primavera* uma terceira parte em Discursos a que intitulou *O Desenganado*, em que esgotou as mais belas composições líricas. No Discurso XIII, em um Romance subjectivo escreve com extraordinário pressentimento:

Sobre a minha sepultura,  
Aonde é justo que descanse  
O corpo tão perseguido  
De uma alma firme e constante,  
Escrevei de letra escura  
Sobre a pedra dura e grave...

Aqui jaz, quem por ter bens da ventura  
Perdeu o maior bem que desejava,  
*E tendo já nas ondas sepultura,*  
Achou, perdido, a gloria que buscava;  
A bonança lhe foi esquiva e dura,  
Branda a tormenta, sendo dura e brava  
E em emenda do mal que em vida teve,  
Lhe seja agora a terra branda e leve.

Com esta parte da *Primavera* publicada em 1614, terminava a eflorescência novelesca, com que Rodrigues Lobo confidenciou o seu misterioso e desventurado amor; mas o género lançara raízes, que de imitações banais, chegaram até à insónia mental. São plantas parasíticas do género as *Ribeiras do Mondego*, de Elói de Sá Souto-

Maior, de 1623, a *Paciência constante*, Discurso poético em estilo pastoril de Manuel Quintana de Vasconcelos, de 1622, *Academia nos montes* e *Conversação de homens nobres* por Manuel de Campos, *A preciosa*, alegoria moral por Marina Clemência (Sóror Violante do Céu), *Auroras de Diana*, por Castro y Anhaya, *Desmaios de Maio em sombras do Mondego* (1636), por Ferreira Figueiroa, criado do Duque de Bragança, *Cristais de Alma, frases do coração, retórica do sentimento e amantes desalinhos*, por Gerardo de Escobar; sobretudo estes dois últimos escritos são típicos pela degradação do gosto e estilo literário. A evolução morfológica do género começa pela *Égloga*, animando o diálogo pastoril pelas alegorias; desenvolvendo-se o elemento descritivo do quadro e das situações, como fez Sanazzaro criou-se a *Novela pastoral*; subordinando esse quadro e situação a uma unidade de acção dramática, chegou lasso à realização bela do *Madrigal cénico*, um perfeito drama lírico. Pertence a esta fase o *Pastor Fido* de Gari. Rodrigues Lobo, levado na corrente do entusiasmo, com que eram lidas todas as partes da *Primavera*, *Pastor Peregrino* e *Desenganado*, estacou nessa forma, indo despender o seu talento em metrificar Oitavas da Crónica anónima do Condestável e a graça do seu Diálogo nos discursos eruditos, pesados, sentenciosos da *Corte na Aldeia*.

As boas relações do Marquês de Vila Real com o Duque de Bragança D. Teodósio II, sobrinho de sua mulher D. Isabel de Alencastre, animaram Rodrigues Lobo para lisonjear a Casa de Bragança a celebrar em um poema épico de vinte cantos em bem marteladas oitavas o *Condestabre* D. Nuno Álvares Pereira. As estrofes são sempre muito perfeitas, mas no seu conjunto não formam uma acção que apresente a estrutura da Epopeia; é como crónica metrificada. Era a mania da época, fundar o poema em todas as particularidades cronológicas, que se excluem de uma boa história geral. O Duque D. Teodósio II, chegou a estar filado por Filipe II sob color de uma fervorosa simpatia; salvou-o essa D. Catarina de Bragança, que não quisera vender-lhe os seus direitos à sucessão de Portugal. Em volta do Duque formava-se uma atmosfera de patrióticas esperanças; foi nesta corrente, que sob pretexto genealógico, Rodrigues Lobo metrificou os vinte cantos do *Condestabre* dedicado ao Duque, em 20 de Maio de 1610, de Leiria. Parece que o poeta, prevendo que essa apoteose do herói vencedor dos Castelhanos em Aljubarrota, poderia tornar suspeito D. Teodósio II ao rei Filipe III, quanto à sua lealdade, faz vivos protestos pela glória de um tal parentesco. Na aprovação do Censor eclesiástico, em que Lobo é denominado *Licenciado*, sob o mesmo receio se mostra que o poeta não fez mais do que notificar os factos históricos como andam nas Crónicas de há muito lidas. Exaltar o herói que sustentou a antiga liberdade portuguesa, vencendo os Castelhanos, e quando Filipe III procura castelhanizar-nos por meios suaves, era como alentar o sentimento que reivindicaria a autonomia da nacionalidade. É certo que o poema do *Condestabre* bem cedo se tornou muito raro. No poema abundam as expansões patrióticas, que não deixariam de repercutir na alma dos que sofriam a incorporação castelhana. Na aparição de D. Afonso Henriques incitando o rei D. Fernando a resistir à invasão de Henrique de Castela, exclama:

Eu sou o que te chamo e que te obrigo  
A sustentar a fé desta vitória,  
*E a Liberdade antiga lusitana,*  
Que por teus vãos descuidos se profana.

Quando a mãe do Condestável vem com carta da rainha para o aliciar ao interesse do rei Castelhana, ele lhe responde com altura:

Quem tem por preço leve e mais barato  
Cativar Portugal a um reino alheio,  
Siga seus vãos intentos, mas entenda  
Que há braço português que lho defenda.

Que quando a vã cobiça possa e monte  
Tanto nos peitos vis que ela profana,  
Verão sempre este peito estar defronte,  
Resistindo a essa fúria castelhana;  
Antes da minha morte então se conte  
Por defesa da terra Lusitana,  
Que afrontar-se vivendo um peito honrado,  
De ser só com promessas conquistado.

(Cant. VII)

Companheiros leais em quem consiste  
A liberdade e honra portuguesa,  
Defensores da Pátria, que tão triste  
Se vê de estranhas gentes feita preza;  
Se vosso valor grande não resiste  
E acanha dos contrários a braveza,  
Acabe Portugal, perca-se a fama  
Que de seu grande esforço se derrama.

(Cant. VIII)

No canto XI representa o poeta um sonho do Condestável em Borba em que perpassa como em fita cinematográfica toda a sua descendência bragantina; aí cita D. Isabel recém-casada com o Marquês de Vila Real:

Ver, deste Teodósio valoroso  
Nascer, e de Beatriz clara Duquesa  
*Isabel*, novo exemplo generoso,  
De virtude, brandura e de nobreza;  
Aqui vês o *Marquês*, seu doce esposo,  
Da antiga e alta estirpe portuguesa.

Não cita o título de Vila Real por um extremo de consagração, porque era estilo geral, como declara o poeta na *Corte na Aldeia*, que quando se diz o Duque é sempre o de Bragança, e o *Marquês*, é sempre o de Vila Real. Consagra nas mesmas estrofes a D. Teodósio II, e como se achou com dez anos de idade em um coche na batalha de Alcácer Quibir; e como casou com

Dona Ana de Velasco, ilustre e rara,  
Filha do Condestabre de Castela,  
Da antigua geração ilustre e clara  
Do valoroso Infante que *Don Vela*  
Teve por nome .....

O poeta não sabia que esse D. Vela é o tipo dos Condes traidores nas crônicas, romances e anexins castelhanos. Já fala no prestigioso menino que os acontecimentos fizeram o Restaurador:

De Ana lhe fica um Príncipe excelente  
Com que a Lusitânia se engrandece  
João, que a Pátria, o nome, a terra e gente  
Alegra, anima, honra e enriquece...

Condizem estes termos miríficos com a auréola maravilhosa que envolvia o jovem Duque de Barcelos, com seis anos de idade, no seu retrato de 1610, que foi anos depois gravado pelo artista inglês Thomás Dudley *fecit Ulyssipone*. Na inscrição latina gravada em nove linhas lê-se: «*Quem julgas que será este menino? JOÃO será chamado por seu nome, Rei de Portugal, desejado pelos seus, representado aos seis anos e protegido pela poderosa mão de Deus, reinará felicissimamente...*»

Desta gravura, escreve Joaquim de Vasconcelos: «O original foi talvez alguma pintura a óleo ou miniatura, como parece indicar a execução minuciosa do fundo: Uma vista de mar e praia com edifícios fantasiados, as andorinhas voando.»<sup>25</sup> A inscrição misteriosa pertencia ao retrato a óleo; na gravura feita para acompanhar os Sermões do *Cordel triplicado* do clérigo Ardizone Spinola, é que se declarou o destino da reprodução: *quadruplici sermone explicatur*.

Criava-se uma atmosfera maravilhosa que se confundia ou corporizava com a lenda sebástica do *rei desejado*. O mesmo Rodrigues Lobo, ao referir a morte de D. Sebastião desdenha das esperanças:

O grão Rei perde a vida e a ventura,  
E o nome português que honrar pretende,  
Ficando aos seus a sua morte escura  
Que parece que a parca se arrepende.

.....  
E assim na opinião do vulgo errado,  
Depois andara vivo, de enterrado.

Na sua vida confinada em Leiria, Rodrigues Lobo trabalhava nesta corrente de revivescência do sentimento nacional, sob o influxo da Duquesa D. Catarina de Bragança; a seus dois filhos D. Teodósio dedicava o *Condestabre* e a D. Duarte a *Corte na Aldeia*. Interessava-o a vulgarização das belas obras da literatura portuguesa quinhentista, que se perdiam pela extrema raridade; deve-se-lhe a edição da Comédia *Eufrósina*, de Jorge Ferreira de Vasconcelos, que oferecera ao Príncipe D. João como primícias do seu rústico engenho. Em carta datada de Leiria de 2 de Setembro de 1616 a D. Gastão Coutinho, que lhe mostrara desejo de ler a Comédia *Eufrósina*, alude a esta afectuosa intimidade: «quando na sua quinta do Carvalhal me tratou dela, não tinha por si somente esta razão, porque mais que todas o obrigava a excelência da sua linguagem, a propriedade de suas palavras, a galanteria de seus conceitos, a verdade de suas sentenças, a agudeza e sal de suas graças; e sobretudo ser Livro tanto em favor da língua portuguesa, que todos os afeiçoados o eram a ele, e tinham mágoa de não poderem usar com liberdade da sua lição, por alguns descuidos e erros que nela havia.

«Agora que de novo sai ao mundo, emendada (ou para melhor dizer), restituída

---

<sup>25</sup> *El Rei D. João o 4º*, p. 335. Porto MDCCCC. Esplêndida edição in-4º (Não entrou no comércio).

por mim à impressão, a ofereço a V. M. dando este pequeno serviço de sinal de outros maiores que ainda espero fazer.» O resto do prólogo é uma referência histórica genealógica dos seus heróicos parentes. Como Rodrigues Lobo não declarou o nome de Jorge Ferreira, que faltava na edição quinhentista, Barbosa Machado caiu no equívoco de lhe atribuir a *Eufrosina*. O efeito do estudo daquele portuguêsíssimo Jorge Ferreira sente-se no estilo da prosa da *Corte na Aldeia* de 1619, tão diferente do estilo das três partes da sua *Primavera*.

É também datada de Leiria, de 1 de Dezembro de 1618 a dedicatória a D. Duarte Marquês de Frechilla e de Malagan, a quem consagra uma oitava no poema do *Condestabre*.

Olha Duarte, a quem a natureza  
Formou para vencer nele a ventura,  
De Flechilla Marquês, que a Oropeza  
Deixa o famoso herdeiro que procura;

.....  
Desta parte o verás acompanhado  
De outra bela consorte, que em grandeza  
Não é inferior seu nobre estado  
Dona Guiomar, que o nome celebrado  
Fará de Malagon feliz Marquesa  
De geração ilustre e do apelido.

Na sua dedicatória vibra a nota do sentimento nacional «renovando as saudades do passado com lembranças devidas àquela dourada idade dos Portugueses»; e justifica a sua oferta ao infeliz D. Duarte, forçado por Filipe II a viver em Espanha, «como protector da língua e nação portuguesa...». Na *Corte na Aldeia* espalhou Rodrigues Lobo muitos elementos da vida nacional, que valorizam esses diálogos morosos e arrevesados pela retórica e erudição de um licenciado seiscentista. No verso do frontispício se lê: *Livros que são impressos do Autor*:

*Primavera.*  
*Pastor Peregrino.*  
*O Desenganado.*  
*As Églogas.*  
*Os Romances.*  
*O Condestabre.*  
*As Elegias de Devoção.*  
*A Corte na Aldeia.*

As *Elegias de Devoção* são totalmente desconhecidas hoje; talvez fizessem parte dos manuscritos que possuía Camilo; ou foram suprimidas pelos vários meios de intolerância.<sup>26</sup>

Ao finalizar a *Corte na Aldeia* refere-se Rodrigues Lobo ao novo gosto das comédias espanholas, que porventura esclarecerão uma carta inédita, que lhe é

---

<sup>26</sup> A poesia era muito odiada. Nas Denúncias da Inquisição de Lisboa lê-se: «A 6 de Abril de 1591 foi chamado Mestre Pedro Thalesio, professor de D. Manuel da Câmara, de 24 a 25 anos, flamengo e denunciou um livro defeso, a *Semana* de Bertas, que trata da Criação do Mundo, o qual livro viu em poder de Bartolomeu Rodrigues.» (*Arquivo Histórico*, vol. VIII, p. 472). Era o poema de Du Barthes, *La Semaine de la Creation*, tão apreciada por Goethe.

atribuída: «também os poetas nas suas Comedias que são mais próprias para recreação e passatempo, dividiram a sua obra em Actos, a que agora se chamam *Jornadas*, e suas respectivas cenas, e por divertir da gravidade e decoro das pessoas introduzidas inventaram as *Comedias modernas, Entremeses e Bailes*. » Em relação com estas companhias ambulantes se lhe acordaria o gosto pela literatura dramática, que o levaria à reprodução da Comédia *Eufrosina*, e mesmo preferindo a forma do Auto vicentino para a do *Nascimento de Cristo*. Entre os Mss. Pombalinos existe uma Carta – a Josefa Vaca, mulher de Morales grande representador de Comédias. (Nº 69, fl. 190 a 192 vº). Referindo-se à formosura da atriz e à conveniência de completar o seu nome (*vaca*) enriquecendo o marido, cita a comédia do *Paço de Galiana*, e o actor Torres. Mas será esta carta obra de Lobo? duvidamos pelo seu estilo chulo e denúncia da velhice, que o põe a coberto de aventuras galantes. Começa: «Mais afeiçoado às boas partes de V. m., seu parecer e gentileza do que movido de algum apetite carnal, dos que *em outro tempo podiam fazer suspeitar minhas advertências, por quanto estou em tréguas com a sensualidade...* » Achava-se o poeta com pouco mais de quarenta anos, então, donde resulta o apocrifismo da carta; ele contava com a vida, e ao terminar a *Corte na Aldeia*, prometia a continuação dos seus Diálogos: «Será justo que descansemos um pouco da continuação deste estilo, e se ao gosto dos curiosos leitores for bem aceito, *sairá brevemente à luz outro volume dos Diálogos, que espera ver o sucesso dos primeiros*, pois esta virtude de escrever não tem no autor deles outro fruto, mais que a satisfação de ânimos afeiçoados a uns escritos, aos quais com o trabalho de suas obras deseja pagar a vontade e opinião com que as acreditam.» Estas palavras estavam escritas em Dezembro de 1618; o ano de 1619 veio lançar Rodrigues Lobo em outra corrente, pela visita de Filipe III a Portugal, anunciada em carta de 20 de Março, e grandes preparativos da cidade de Lisboa para a recepção do monarca em que despendeu duzentos mil cruzados em festas. Houve um singular empenho em fazer sentir a Filipe III a extrema simpatia que lhe dedicavam os portugueses; e além dos Arcos triunfais, *Te Deums* solenes, luminárias, Auto-de-Fé e Danças e cantigas populares, foram aliciados os poetas para exaltarem Filipe III em enfáticas apoteoses métricas. Francisco Rodrigues Lobo compôs cinquenta romances em castelhano, que foram impressos com o título *La Jornada que la Magestad catholica del Rei Filippe 3º de las Españas hizo a su Reino de Portugal y el Triunpho y pompa con que la recibió la insigne Ciudad de Lisbona el año de 1619*.

Lá se foram por água abaixo todos os sentimentos de revivescência nacional, que o inspiravam! Mas de que nos admiraremos, se o Duque de Bragança D. Teodósio II ia como Condestável de Portugal a Elvas receber Filipe III à sua chegada em 13 de Maio, e se em 14 de Julho levava seu filho o Duque de Barcelos, (D. João – o IV) com quinze anos de idade, ao juramento do Príncipe, sucessor (Filipe IV) nos Paços da Ribeira, e ele reclamara como Condestável o ser o último a prestar juramento? Por outro lado Filipe III, para mostrar maior confiança na dedicação do Marquês de Vila Real, cujo pai Filipe II elevara a Duque, nomeou-o Duque de Caminha. Em meio de tão altos personagens, com quem mantinha íntima convivência, e sempre sob a malevolência que suscitava a suspeita de cristão-novo, podendo subitamente ser preso e queimado, Rodrigues Lobo foi na corrente dos poetas panegiricantes.<sup>27</sup> A vinda de Filipe III

<sup>27</sup> Citaremos os que imprimiram livros:

– VASCO MOUZINHO DE QUEVEDO, *Triunfo del Monarcha Fillipe tercero en la felicissima entrada de Lisboa*. Lisboa, 1619. Of. De Jorge Rodrigues. In-8.º (Em 6 Cantos).

FRANCISCO DE MATOS DE SÁ – *Entrada y Triunpho que la Ciudad de Lisboa hizo a la Cal. Real Mag. de El Rey D. Filippe Tercero*. Lisboa. Of. Jorge Rodrigues. 1620. In-4Y

GREGÓRIO DE SAN MARTIN – *El Triunfo mas famoso que hizo Lisboa a Ia entrada de D. Filippe 3º* Lisboa. 1624. In-8º (Em 7 Cantos).

revestiu uma significação especial; em 1618 decaiu do seu favoritismo o Duque de Lerma, por intrigas e traições do seu próprio filho o Duque de Uceda, que ficou dominando o rei sempre hesitante e por desconfiança sempre envolvido em pesquisas e compra de variadas influências. A viagem a Portugal era uma promessa nunca cumprida; por fim o seu confessor o terrível Fr. Luís de Alliaga decidiu-o à jornada, como se revela no poema de Vasco Mouzinho de Quevedo. Havia descontentamento entre as famílias fidalgas portuguesas por frustradas pretensões. A resolução e anúncio do monarca espanhol veio acordar todos os ávidos interesses, que lhe prepararam um cenário tão espectacular, que o próprio Filipe III exclamou diante daquele delírio de festas – que *era a primeira vez que na sua vida se sentia rei*.

No Romance IV da *Jornada*, Rodrigues descreve a alegria que produziu o aviso da próxima visita do monarca, celebrando-se um solene *Te Deum* na Sé de Lisboa:

Qual suele tras las tenieblas  
parecer la bella Aurora,

.....  
Todo quanto estava triste,  
Solo con ver se se assoma  
La mensagera del sol  
Se adorna, alegre y mejora.

Ansi con este recado  
Aquelia Ciudad famosa  
Que a las Ciudades dei mundo  
Puede servir de Corona,

Desterrarido sus tristezas  
Con ia esperança que gosa  
De que el Monarcha de Espafia  
Venga a renovar sus glorias...

No Romance VI conta como o Duque de Bragança levou seu filho o Duque de Barcelos, a Elvas, para beijar a mão de Filipe III:

Tanto que supo la nueva  
Que el invencible Monarcha  
Pisa las tierras de Luso,  
Ni solo un momento aguarda;

Con el Duque de Barcellos,  
Herebero de su Casa,  
*Princepe de gran valor*  
*Y de altivas esperanças*

---

*Real Tragicomedia del Descubrimiento y Conquista del Oriente...* Compuesta y representada en el real Collegio de S. Antão de la Companhia de Jesus a la Mag. Cathol. de Felipe segundo de Portugal 21 y 22 de Agosto de 1619. (Composto em latim pelo P.<sup>e</sup> ANTÓNIO DE SOUSA). – A descrição deste pomposo espectáculo enche um volume de 125 folhas por JOÃO MIMOSO SARDINHA (*História do Teatro Português*, t. II, p. 160).

FURTADO DE MENDONÇA, *Triunfos de Philippe III*, 1619.

Le viene a besar la mano  
Como el que deveras ama  
Y desea a sa Señor  
Y estar presente a su gracia.

Em Elvas foi o primeiro conflito do Duque D. Teodósio, pela antipatia em que se achava com o Duque de Uceda, ministro onnipotente de Filipe III; foi porventura essa a causa da elevação do Marquês de Vila Real a Duque de Caminha, e do futuro rancor sangrento com que D. João IV, como que instantaneamente, mandou degolar os seus primos que depois de 1636 representavam o falecido Duque de Caminha.

No primeiro romance da *Jornada*, Rodrigues Lobo dirige-se a Filipe III, exaltando os seus feitos, que perante a história são derrotas deploráveis que atestam a sua decadência:

Mientras *Flandres* se os humilla,  
*Italia* toda os abraça,  
*Inglaterra* os venera  
Y os tiene en los ojos *Francia*.

E incapaz de sentir a ironia, Rodrigues Lobo, que no seu isolamento de Leiria não estava ao corrente da política europeia e da situação da Espanha, depois daquela infeliz referência, encabeça outra quadra, a que Filipe III incredulamente sorriria:

Prestad benignos oydos  
Feliz y inclito Monarcha,  
A este canto que os ofrece  
*Vuestra amada Lusitana*.

Oyde los tiernos suspiros  
De un *Reyno que tanto os ama*,  
De una nacion tan illustre,  
Tan insigne, fuerte y clara.

Sus grandezas manifesta  
*Coa occulta voz os llaman*,  
*Como a su proprio se, ior*  
*Para quien todas se guardan*.

Rodrigues Lobo aludia ao pensamento de se assentar em Lisboa a corte espanhola, como já se propusera a Filipe II, em 1581, e que agora na alocução recitada às portas da cidade repetia o magistrado Dr. Inácio Ferreira. A nobreza estava queixosa de não ter despachado títulos e domínios, que tinham os fidalgos castelhanos, nomeados com cargos honrosos e rendosos para Aragão, Nápoles, Milão, Sicília e Flandres, nem nos tribunais, igrejas, bispados e Universidades de Espanha, nem no serviço da Casa real de Castela. A visita a Portugal veio acordar hostilidades latentes. Sobre este ponto escreve Rebelo da Silva: «O sentimento das injustiças e o amor próprio ulcerado exaltaram o orgulho e a altivez em todas as classes, e a presença da corte, azedava, passados dias, em vez de aplacar os ódios, as paixões e antigas rivalidades. Os fidalgos, ofendidos do nenhum caso que el-rei fazia deles, retraíam-se e murmuravam. As classes médias, não achando remédio nem protecção contra os abusos, declamavam maldizendo

o domínio estrangeiro. – Os castelhanos do séquito de Filipe III, vendo-se detestados, ansiavam voltar a Madrid. No meio desta confusão o monarca, como se quisesse alienar de propósito os ânimos, fugindo aos negócios, consumia o tempo visitando as igrejas, fazendo refeições nos conventos, caçando e pescando. De repente, quando menos se esperava, manifestou nos fins de Setembro a resolução de se recolher a Espanha sem aguardar as proposições dos Estados, alegando o estado da Alemanha como pretexto da saída que podia dizer-se quase uma fuga. – A 24 (de Outubro) passou a fronteira, e para coroar dignamente a sua obra deixou o Marquês de Alenquer investido do Governo do Reino, animado com o seu favor e superior a todos os adversários. Este desenlace precipitado da viagem tão auspiciada, mais pareceu castigo que benefício.» (*Hist. de Portugal*, t. III, 273).

Em 20 de Fevereiro de 1621, Filipe III, resistindo a uma febre lenta, e dando despacho suportou o forte calor de um braseiro enquanto não veio o sumilher Duque de Uceda, a quem competia pela etiqueta libertá-lo desse incómodo; daí resultou uma erisipela a que sucumbiu em 31 de Março de 1621. Nas exéquias que se celebraram em Portugal, ficou memorado o Sermão de Fr. António dos Inocentes, pregado em Portalegre em Maio de 1621, por causa do Soneto de encómio que o acompanha do *Licenciado* Francisco Rodrigues Lobo em louvor do Autor; tem este final hiperbólico:

Por *Rei*, não se isentou da *Lei da morte*,  
E hoje por ti na terra fica eterno.<sup>28</sup>

A *Jornada* de Filipe III só apareceu em 1623, na Oficina de Pedro Craesbeck, estando contudo licenciados desde 18 de Novembro de 1621, estes romances «os que compôs o *Licenciado* Francisco Rodrigues Lobo para declaração dos Arcos e Fabricas triunfais que se fizeram nesta insigne cidade de Lisboa a entrada do mui cat... Felipe nosso *senhor que santa gloria haja...* » Entre o falecimento do rei e a publicação comemorativa da *Jornada*, deu-se o caso desastroso da morte de Francisco Rodrigues Lobo. Determinou esta data, sempre incerta entre os bibliófilos, o Dr. Ricardo Jorge, quando em 1909, deu notícia do *Tratado de las siete Enfermedades* de Aleixo de Meneses, de 1623, que é acompanhado do Soneto encomiástico *Al Autor deste Libro*, Francisco Rodrigues Lobo. *Último que hizo en su vida* SONETO.<sup>29</sup>

O Dr. Ricardo Jorge reforça esta referência categórica, com outra de igual valor contemporâneo; quando em 8 de Novembro de 1622, Juan Bautista Morando publicava a tradução castelhana da *Corte na Aldeia*, de 1619, declarava em um Soneto encomiástico de Rodrigues Lobo:

Y hasta qu'el *Cielo (donde estas)* dê el mundo  
Para alabarte suficientes labios  
*Reposa en paz*, y alabate el silencio.

É importante o testemunho contemporâneo do poeta satírico D. Tomás de Noronha, que nem na morte abandonou os veementes chascos contra a superioridade daquele talento; na *Fénix Renascida* (t. V, p. 230) apareceu o Soneto burlesco:

---

<sup>28</sup> Publicado pelo Dr. Ricardo Jorge que conseguiu descobrir o Sermão do franciscano algarvio.

<sup>29</sup> Na *Medicina Contemporânea*, escreveu em 1909: «Tópico que suponho desconhecido dos nossos historiadores da Literatura.» E na *Revista da Universidade*, vol. II, p. 569: «Ora o singelo tópico não é apenas uma novidade respeitável, traz em si uma espécie valiosa para a biografia de um grande escritor português. Valiosa – e para isso bastava esclarecer um ponto da vida ignorado de Francisco Rodrigues Lobo.»

Desdorem-se as areias do Pactolo,  
Turvem-se as claras aguas de Canopo,  
O bêbado de Baco entorne o copo,  
Rache a guitarra o franchinote Apolo.

Desencaixe-se o céu de pólo a pólo,  
A doida Vénus morra e o seu cachopo,  
Enfim, pereça tudo quanto topo,  
Que a *Lereno* matou o vilão *Eolo*.

Por Jesus! que se entre as mãos tomara  
Este vilão ruim, o Rei do vento,  
Com um vergalho de boi o derrubara.

Por São Pedro do Céu, que em um momento  
A miserável vida lhe arrancara  
Com piparote ao reino do tormento.

Barbosa Machado na *Biblioteca Lusitana* consignou a tradição, que Rodrigues Lobo morrera afogado no Tejo, «ao tempo que passava de Santarém a Lisboa embarcado, perdera a vida, naufragante no Tejo». Uma forte rafala voltou repentinamente a fragata ou barça de carga e passageiros. Nicolau António, na *Biblioteca Nova*, ainda no século XVII, coligiu a tradição que completa mais o quadro: «que o conde de Assentar que nessa viagem naufragara, escapara nadando...» O Dr. Ricardo Jorge, que notou esta circunstância, esclareceu a referência ao companheiro do poeta, D. Lopo da Cunha, senhor de Santar, Barreiro e Senhorim, que esteve em 1625 na Restauração da Baía, fugindo para Castela quando se descobriu a conjuração de 1641, sendo feito Conde de Santar por Filipe IV. O cadáver do poeta *saindo à praia* foi honorificamente sepultado na Capela dos Queimados, no claustro de S. Francisco da Cidade.<sup>30</sup> Ainda D. Tomás de Noronha cuspiu outro Soneto atacando Rodrigues Lobo na morte, que em vez de ser afogado em água deveria ser a fogo, morte natural dos cristãos-novos. Execrando cinismo! Inocência teve notícia desse Soneto inédito, sem ter conseguido achá-lo: «De um Soneto composto por autor contemporâneo e alusivo à sua morte – colige-se que *era havido por cristão novo* e suspeito de judaísmo.» (*Dic. bibl.*, t. IX, p. 638). O Dr. Ricardo Jorge conseguiu encontrar esse Soneto nos Mss. da Biblioteca da Ajuda:

Façam as Musas tristes e enlutadas  
Da Fonte Cabalina um mijadeiro,  
E Baco, aquele grande taverneiro,  
Encha as pipas que tem mais atestadas.

Apolo rache as gaitas afinadas

---

<sup>30</sup> Pertencia esta Capela a Job Queimado, que foi Governador da Casa da Índia e Provedor das quatro Feitorias, que o rei D. Manuel estabeleceu, Tânger, Alcácer, Ceuta e Azamor. Segundo João de Barros (*Década II*, lib. I, cap. 306) arvorou a bandeira nos muros de Socotorá. Junto desta sepultura estava uma lâmina de bronze com honrosa inscrição. Fora casado com Violante Correia de Lacerda, filha de Francisco Pacheco, tesoureiro da Casa da Índia e de Ceuta. Um seu filho Vicente Queimado foi frade de S. Francisco. (Camões substituiu um filho de Branca *Queimado*, no alistamento para a Índia em 1553).

E jure não tornar a ser gaitero,  
Vénus meta-se em Chipre num mosteiro,  
Desfaça o Rapaz setas ervadas.

Sinta ó Tejo o que fez, e de orvalhado,  
Faça um capuz, e chore eternamente  
A morte de *Lereno* desastrado.

Prestes, Lereno, a morte impaciente  
Te acometeu; mas dizem, *que queimado*  
*Havias de morrer naturalmente.*<sup>31</sup>

Na dedicatória da nova edição do *Condestabre* ao Duque D. Teodósio II pelo livreiro Jorge Rodrigues: De Lisboa, 20 de Março de 1627, explica a raridade do poema: «por ter o tempo consumido a insigne obra de Francisco Rodrigues Lobo, que tão copiosamente as celebrava; sentiam todos, como era justo, tão grande perda, porém não havia quem se dispusesse a dar-lhe remédio, até que eu (posto que dos mais inferiores) obrigado do zelo comum da honra do Reino e do que tenho em particular de servir a V. Excelência, tratei de imprimir à minha custa esta obra de novo, com pouco mais cabedal que de desejos; mas o fervor da resolução e esperança deles prevaleceu contra a estreiteza do tempo.» O *Condestabre* era pois *res nullius*, pela morte do seu autor.

Também na edição da *Corte na Aldeia* de 1630, quando o título de Duque de Caminha desde 1620 era usado pelo Marquês de Vila Real, ainda se lê no Diálogo II: «Entre nós quando nomeamos o *Poeta*, se entenderá Luiz de Camões; o *Historiador*, João de Barros; o *Duque*, o de Bragança; o *Marquês*, o de Vila Real; a *Cidade* a de Lisboa; a *Coutada* a de Almeirim.» Se Rodrigues Lobo tivesse retocado em vida essa edição de 1619 actualizaria a honra do titular seu amigo.

Duas vezes nos *Romances* em 1596 e na *Primavera* em 1601, Rodrigues Lobo afoga as suas mágoas na corrente do Tejo, que por fatalidade veio a efectuar-se na realidade; o bibliófilo coevo Nicolau António na *Biblioteca Nova*, referindo a sua morte no Tejo, dá a esses trechos poéticos o valor de um pressentimento, segundo a voz comum: «*Presagiisse sibi hoc factum ipse visus fuit cum, nescio ubi, exoptavit, poetica licet exaggeratione, inter Tagi arenas sepulturam.*» Nicolau António, consignando esta circunstância, confessa não conhecer o lugar poético interpretado. É um dos raros *Romances* portugueses da colecção de 1596 e de um sentimento dos dezasseis anos:

Sobre as águas vagarosas  
que o Tejo já traz cansadas,  
.....  
leva o pescador Lereno  
com suas redes a barca,  
tão perseguida dos ventos  
quanto de amor sustentada.  
E porque o leva forçado  
sua vontade contraria,  
desterrado do seu Lena,

---

<sup>31</sup> Ms. da Ajuda (51, VIII, 18, fl. 24). Ap. Dr. Ricardo Jorge, Rev. da Univ., II, p. 577. O epíteto da morte *impaciente* significa que morrera novo. No Caderno 12 do Promotor da Inquisição de Lisboa, é apontada *cristã-nova* D. Margarida Lobo, filha de D. Maria Lobo, que era viúva e irmã de um advogado que se chamava *Seropita* de alcunha. (*Id. ib.*, p. 592). Fica autenticado o parentesco dos dois poetas.

e de sua amada pátria.

.....  
E ao som que os duros remos  
fazem dividindo as águas,  
derramando a dos seus olhos,  
vai dizendo estas palavras:  
– Fermosas águas do Tejo,  
do mundo tão celebradas,

.....  
*este corpo que amparais,  
que persegue a sorte ingrata  
dai-lhe em vós a sepultura,  
que é corpo que vai sem alma.*

.....  
o espírito com que vivo  
e de um tormento que mata,  
que os males aonde há firmeza  
nem com a vida se acabam.  
Junto então do rio Lis  
meu rebanho apascentava;  
fiz-me pescador do Lena,  
provei a sorte em mudanças  
só ao mal acho firmeza.

.....  
Se em vós mora piedade,  
*nessas húmidas entranhas  
dai fim a meus tristes dias  
e o vosso nome esta fama.*  
Contra o poder da ventura  
empregado em um sujeito,  
*de um fogo do amor perfeito  
águas foram sepultura.*

Na Floresta III da *Primavera*, intercala um belo romance subjectivo, em que vendo de cima de um penedo vogar uma barca:

Me representa a ventura,  
Quão pouco contra ela monta  
Firmeza, vontade e fé,  
Desejo, esperança e forças.  
Por um mar tão sem caminho,  
Morada tão perigosa,  
Para as mudanças do tempo,  
Dando sempre a vela toda.  
O leme na mão de um cego,  
Que quando vai vento à popa,  
Dá sempre em baixos de areia,  
Aonde em vivas pedras toca.  
Que farei para valer-me?  
Pois a terra venturosa

Aonde aspira meu desejo  
É cabo que se não dobra.  
Se quero voltar ao porto,  
Não há vento para a volta;  
Enfim, *que o fim da fornada*  
*É dar no fundo ou na costa.*

.....  
Mar empedado e revoltado,  
Navegação perigosa,  
*Porto que nunca se alcança,*  
*Água que sempre soçobra;*  
Estreitos não navegados  
Baixos, ilhas, sirtes, rocas,  
Sereias, que em meus ouvidos  
Sempre achastes livres portas;  
Adeus! que aqui lanço ferro  
E por mais que o vento corra,  
Para saber da ventura  
Não quero fazer mais prova.<sup>32</sup>

Nas muitas vezes que o poeta fez a carreira do Tejo entre Santarém e Lisboa, nessas horas contemplativas teve breves momentos de intensa poesia em que a vida subjectiva e a realidade se identificavam. Se em condições normais a sua vida se

---

<sup>32</sup> Nas *Cartas bibliográficas* encontra-se notícia da Canção de Manuel Lopes de Vega: *Em sentimento de hui amigo morto na passagem de hui rio*, a fl. 158 vº, Parte III do seu livro *Lírica Poesia*, publicado em Madrid em 1620. É fácil sob a primeira impressão parecer que se referia à morte de Francisco Rodrigues Lobo; mas a rubrica não declara que esse amigo era *poeta*, nem que o rio fosse o *Tejo*; e além de estar o livro já com as licenças datadas de 1619, a Canção exprime o sentimento pela morte de *uma criança*, logo na segunda estrofe:

*Cortou-te ainda em flor a Parea dura,*  
Invejando o poder da natureza,  
Que em ti resplandecia,  
E do triunfante louro  
Duramente ambiciosa,  
Antes da tarde pôs em noite escura  
*Essa manhã formosa.*  
De tua gentileza;  
Ai em que breve dia  
Caiu da natureza o mor tesouro.  
Exemplo lastimoso, que na morte,  
Fruto da possessão, flor da esperança  
Se igualam na balança,  
E no grande e pequeno igual a sorte  
Cego, quem considera  
Em mortal campo eterna primavera.

É muito aceitável, que o livro de António Lopes de Vega fosse conhecido de Rodrigues Lobo falecido em 1622.

prolongasse, ele teria assistido ao falecimento da primeira Duquesa de Caminha em 1626; ao casamento do velho Duque com sua sobrinha D. Maria Brites de Meneses em 1633, e passado o título em 1636 a seu jovem irmão, vê-lo-ia ser degolado no patíbulo com seu pai por ordem do próximo parente D. João IV. Com certeza Francisco Rodrigues Lobo, em homenagem à apoteose dos Braganças no *Condestabre*, gemeria alguns anos nos cárceres, como D. Francisco Manuel de Melo ou emigraria para França, para junto desse grupo de literatos foragidos da Inquisição, como Vicente Nogueira, António Correia Henriques, Barrios, Manuel Fernandes Vila Real, formando uma pequena Academia protegida pelo Marquês de Nisa embaixador de Portugal.<sup>33</sup>

Em 1716 apareceu pela primeira vez em nome de Francisco Rodrigues Lobo o

---

<sup>33</sup> Por este tempo aparece em Ruão, Paris e Holanda um *cisco Rodrigues Lobo*, entre 1644 a 1649, cujo nome é citado nos depoimentos de Manuel Fernandes Vila Real, traiçoeiramente chamado a Lisboa e queimado pela Inquisição. Se não estivesse bem fundamentada a morte do autor da *Primavera* em 1622, era difícil evitar a complicação desse homónimo, comerciante e banqueiro em Ruão e transmitindo fundos de Amsterdão para Paris, como com segurança apurou o Dr. Ricardo Jorge. Consignamos aqui uma das declarações de Manuel Fernandes Vila Real na Inquisição de Lisboa, que nos revelam alguns aspectos do quadro depois da Revolução de 1640:

«Declaro que, estando em Ruão, para vir para Paris, nos princípios da quaresma de 1648, me disse FRANCISCO RODRIGUES LOBO, que se eu queria praça em sua carroça, que lhe faria mercê em aceitá-la. Eu o fiz assim, e vim em sua companhia, sendo que *havíamos sido grandes inimigos*, porque ele foi um dos que mais contradisse o ofício de Cônsul e seu estabelecimento. Chegando a Paris o veio ver Jorge de Sousa da Costa, por ser grande amigo seu, e haver estado pousado em sua casa, quando foi a Ruão.

«E mandando-lhe uma empada de lampreia e ostras, lhe disse que mandava bom regalo a um homem que se ia para a Holanda; mas que pois eu a havia comido, lhe dava dela os agradecimentos. Pediu-me que *não dissesse ao Marquês (de Niza) da sua ida*, pelo muito que havia louvado o seu procedimento, em ódio meu, porém eu fiz o que devia e o que costumava, dizendo ao Marquês – que se passava, como fiz sempre de tudo o que tive notícia...» Ap. *Sum. de Vária Hist.*, (Idem, V, 108).

«Declaro que o Ofício do Cônsul, de que sua Majestade me fez mercê, foi causa de que tenho muitos inimigos em Ruão e Nantes, como sabe o Marquês de Niza. E peço queira ver-se a carta que ele escreveu a S. M. em Abril de 1646, sobre este particular, a qual entendo está entre os meus papeis, ou ele dará a copia, e dirá juntamente o que passou em Nantes com os *Portugueses que ali estavam: pois uns e outros dizem que são naturalizados franceses, e que não reconhecem a El Rei nosso senhor por seu rei*. Por esta causa e outras palavras descompostas que usavam, disse eu em Ruão a FRANCISCO RODRIGUES LOBO, e os outros, que os havia de deitar por uma janela, se falassem diante de mim com aqueles termos e ruins modos.» (Ap. *Sum. de Vária Hist.*, V, 109).

«Nesta ocupação (liquidação e balanço de uma casa comercial de um português em Paris) e em tudo o mais do serviço de S. M., estive em Paris até findo Janeiro de 1648, que fui a Ruão, adonde estive ajustando as contas daquela casa, e me tornei a Paris, meado da quaresma, em companhia de FRANCISCO RODRIGUES LOBO.» (Ib., p. 94).

«Na semana santa do mesmo ano (1649) emendei no Poema que fez Manuel Tomás, da ilha da Madeira, intitulado *Fénix da Lusitânia, e Restauração de Portugal* – a instância do autor, e do Dr. Paulo de Serra, que tinha a seu cargo a impressão do dito livro. E fiz a dedicatória dele a Gaspar Severim de Faria.» (Ib., p. 102).

incomparável Soneto, *Formoso Tejo meu, quão diferente*, no primeiro tomo da *Fénix renascida*, glosado em Oitavas pelo poeta culteranista António Barbosa Bacelar. Sob a impressão dessa leitura é que o Bispo do Grão-Pará nas suas *Memórias* aludindo à desgraça que vitimou o poeta, termina: «Morrendo, dizia talvez, inspirado de melhor nome: Formoso Tejo meu, quão diferente...»

Serão estes factos fundamento bastante para atribuírem a Rodrigues Lobo o belo Soneto que já andava em nome de outros poetas que o precederam, tais como Estêvão Rodrigues de Castro, Fernão Álvares de Oriente, Francisco Mendes e Henrique Nunes de Santarém? Reconhecendo que o primoroso Soneto só podia ser composto por um lírico genial, D. Carolina Michaëlis, o Dr. Wilhelm Storck e o Dr. Ricardo Jorge, sob esse critério subjectivo encabeçam-no a Rodrigues Lobo, pretendendo expungir-lo da obra de Camões. Levados unicamente pela beleza, não se preocuparam com a situação material descrita no Soneto, e que lhe autentica a sua verdade histórica.

O poeta, que até à sua morte cantou com todo o afecto o seu rio *Lis* e o pátrio *Lena*, não ia tomar o Tejo para paradigma da sua vida, mentindo ao ideal, chamando ao rio que lhe era estranho – *Formoso Tejo meu*, e em época em que permanecia habitualmente em Leiria. Rodrigues Lobo morreu novo, e as suas decepções amorosas estavam já acalmadas em 1610, quando publicava *O Condestabre*, entregando-se em 1616 ao estudo dos textos quinhentistas, e em 1618 ao trabalho de erudição da *Corte na Aldeia*, e conformado com a corrente dos acontecimentos da vida nacional, celebrando em 1619 nos numerosos romances castelhanos a vinda de Filipe III a Lisboa. A situação moral do Soneto é incompatível com o que nos revela a biografia de Francisco Rodrigues Lobo.

Em nome de CAMÕES aparece pela primeira vez publicado em 1861, pelo visconde de Juromenha (*Obras*, t. II, nº CCCXXXIII), que declara a respectiva fonte: «Este Soneto vem em um Ms. com o título: *Soneto de LUÍS DE CAMÕES a um Velho falando com o Tejo*.» Condiz a situação moral do Soneto com a desolação dos últimos anos da vida do épico; e o quadro objectivo da *grossa enchente* do Tejo *turvo* invadindo os vastos campos, fixa um facto histórico, que é uma página da Vida de Camões, pouco depois da publicação dos *Lusíadas*. Escreve o visconde de Juromenha:

«Cerrou-se o ano com espantosos frios, que caíram na derradeira semana de Dezembro, cobrindo-se tudo de gelo e coalhando-se o Tejo em Alcochete, ao longo da terra. Tal foi o ano do aparecimento dos *Lusíadas*. O ano que se seguiu em 1573, não raiou mais risonho; no primeiro de Março começou a chover tão grossa quantidade de agua, com fortes torrentes, que produziram grandes cheias; e no primeiro de Abril foi esta tão grande que chegou o mar a cobrir toda a rua da Misericórdia até ao Ver-o-Peso, por onde nadavam grandes barcos, e durou este estado tempestuoso até 12 de Maio, que choveu consecutivamente.» (Jur., *Obr.*, I, 120). O formoso Tejo mostrou a sua alteração: «No último quartel deste ano (1575), aos 3 de Outubro começou novamente a chuva dia e noite até ao fim do mês... e houve grandes perdas na cidade, alagando-se o Rocio e a Rua Nova; logo em Dezembro houve nova cheia ainda maior, e vinham pelo rio abaixo muitos bois, bestas e outros animais e até pessoas mortas.» (*Ibid.*, p. 122). A figura do *Velho falando com o Tejo*, é um reflexo pessoal do *Velho do Restelo*, manifestando a forma da idealização o sentimento de Camões; só ele, com verdade, é que podia em 1573-75, escrever:

Formoso Tejo meti, quão *diferente*  
*Te vejo e vi*, me vês a mim e viste:  
*Turvo té veio* a ti, tu a mim triste,  
Claro te vi eu já; tu a mim contente.

A ti, foi-te trocando a *grossa enchente*,  
A quem teu largo campo não resiste;  
A mim trocou-me a vista em que consiste  
O meu viver contente ou descontente.

Já que somos no mal participantes,  
Sejamo-lo no bem. Oh, quem me dera  
Que fôramos em tudo semelhantes!

Mas lá virá a fresca primavera,  
Tu tornarás a ser quem eras dantes,  
Eu não sei se serei quem dantes era.<sup>34</sup>

### FRANCISCO MANUEL DE MELO

Pelas particularidades da sua biografia determinam-se duas épocas da existência, que actuaram profundamente nas modalidades do seu talento de escritor. Discípulo das escolas e do humanismo dos Jesuítas, frequentador entusiasta das Academias ou Tertúlias literárias, é o seu jovem espírito envenenado pelo falso gosto do Conceptismo. Preponderava o pedantismo retórico no meio social, e D. Francisco Manuel de Melo obedece à corrente, despendendo o seu génio em compor Silvas, Labirintos e Obeliscos literários, em estilo culteranesco na inanidade das exagerações encomiásticas. Envolvido na incessante actividade das campanhas navais, levantamento de terços, cruzeiros e assédios, na sociedade desenvolvida da corte de Filipe IV, o cavaleiro fidalgo, na sua ardente mocidade, só entrevia a disciplina do seu espírito conhecendo de perto D. Francisco de Quevedo, de que tanto se aproximou daquela singular individualidade; mas um acidente, que se tornou o facto capital da sua vida, forçou-o à concentração moral, à intensa vida de espírito pela situação forçada de nove anos contínuos de cárcere e isolamento; o estilo arrebicado tornou-se de uma encantadora naturalidade, o sentimento vivo e comunicativo, a inspiração uníssona com a expressão da dor vergado sob o arbítrio da prepotência irresponsável. Foi nesta crise tremenda e prolongada, que ele se tornou um delicado poeta renovando a tradição do puro quinhentismo do gosto mirandino e camoniano; um prosador espontâneo, vigoroso, de empolgante vernaculidade, ingenuamente faceto para as especulações morais, sobriamente pitoresco nas narrativas históricas. Menendez y Pelayo notou esta evolução do seu génio: «Empezó por el Culteranisnio y por el Conceptismo y acabó por el decir líano y popular y por la mas encantadora y maliciosa sensillez...» (*Hist. de las Ideas Esth.*, II, 416).

Em uma das suas Cartas familiares escrevia: «Dizem lá, que: – aonde me a mim conhecem, honra me fazem. – Mas eu digo o contrario, tendo termo de que anda errado este provérbio; porque sempre me fizeram mais honra onde menos me conheceram.» (*Cart.*, Cent. I, nº 66). Isto desabafava na angústia de um cárcere a arbítrio; porém o seu

---

<sup>34</sup> Não por ser em edição moderna (1861) aonde o «*Soneto vem adjudicado a Camões*», que essa restituição com fundamento histórico se possa considerar «*leviandade de atribuir ao épico a obra de feitura alheia*»; nem «*fúria expropriadora em favor do épico*»; e muito menos a «*tendência mista de ingenuidade de critério e de paixão idolátrica*». Assim falou o Dr. Ricardo Jorge, concluindo: É uma pagina escura para a nossa historia literária antiga e moderna.» Para atribuir a Francisco Rodrigues Lobo o primoroso Soneto, é preciso apagar-lhe a realidade histórica, que se documenta, e lê-lo como uma ficção de efeito estilístico e sem verdade.

gênio fulgurava para a imortalidade para torná-lo conhecido, admirado, e ele o presentia, dizendo: «*a falta da liberdade da pessoa não se estende ao espírito.*» (*Ib.*, Cent. I, nº 68). E essa liberdade do espírito é que eleva toda a sua obra, acima das influências do meio depressivo.

D. Francisco Manuel de Melo obedeceu ao influxo espanhol, escrevendo em castelhano uma parte das *Obras métricas*, em que ensaiou todas as formas, desde o romance mauresco, as *jacarillas* ou xacarandinas postas em moda pelo seu amigo Quevedo, até aos Madrigais italianos, os tonos e os primeiros rudimentos da Ópera. Porém nas segundas três *Musas de Melodino* reagiu contra a subserviência do estilo e língua castelhana, rompendo com os ensaios culteranistas, imitando Sá de Miranda especialmente nas redondilhas: «Uma só cousa vos lembre, que me deveis esse grande desejo de ressuscitar o grave estilo dos nossos antepassados. Não aqueles cuja aspereza já para muitos foi desagradável, como no antigo Mena condenou o grande Sá; mas aquele outro, donde, como o diamante que reluz por entre os diamantes da luva, vai cintilando por entre as frases naturais engraçadas e facilísimas. Se minha atenção fora alegar-vos serviços, e ainda à minha pátria, bem pudera dizer-vos que afim de vos renovar este interesse, da formosa imitação da antiguidade, passei mil descontos com meu natural, que o prendi e sopeei, a troco de seguir aqueles nobres exemplos.» Este esforço, que o aproxima da tradição popular, tornou-o o perfeito lírico do século XVII. As suas *Éclogas* e *Cartas* em redondilhas têm a graça desafectada recebida de uma superior compreensão de Sá de Miranda; serve-se também dos Motes velhos e de Cantigas populares para glosar *pelo modo antigo*. No seu *Canto de Babilónia* ombreia com Camões nas redondilhas em que parafraseou o salmo, quando naufragou na foz do Mecon. No bellissimo *Auto do Fidalgo aprendiz*, que se representou no paço, e em que adivinhou o tema universalizado por Molière, mais tarde no *Bourgeois gentilhomme*, o poeta apropria-se da forma do Auto nacional criado por Gil Vicente. Enfim, há um manancial de poesia, em que se vivifica, é a tradição popular, a que por vezes alude, como no conto da *Maria sabida*, da *Carochinha*, como os romances da *Silvana*, da *Infantina*, da *Angelina glarcisa* e *Gaifeiros*, os Adágios, as locuções vulgares da *Feira de Anexins*, que matizam os *Apólogos Dialogais*, e a *Carta de Guia de Casados*, revelando o sentimento nacional na observação dos costumes domésticos.

E esse estilo assim formado vinha dar corpo às recordações históricas, que o isolamento pavoroso em uma torre sombria no mar lhe avivava na mente, escrevendo as emocionantes narrativas das suas *Epanáforas*, e a concepção histórica de um Tucídides, no quadro vigoroso das *Guerras da Catalunha*. Ninguém na Europa o igualou nessa penetração das causas morais dos factos, com o critério aprendido na realidade da vida, como parte activa nas revoluções, como vítima dos prepotentes, como prudente nas missões diplomáticas, e como excelente poeta com o dom de animar o que se passou ante os seus olhos ou o impressionara profundamente. Philarète Chasles avalia superiormente a *História das Guerras da Catalunha*: «Vê-se ali uma nação selvagem combatendo pelos seus direitos, governando-se a si própria, completamente republicana pelos costumes, católica pelas crenças, monárquica pelo hábito, muitas vezes esmagada pelo inimigo, mas nunca abatida. – Os personagens do drama colocam-se todos em relevo, conheci-los; estais a ouvi-los; acha-se ali o movimento dramático de Tucídides e de Heródoto, sem esforço, sem imitação da antiguidade. Circunstâncias análogas, produzem resultados comuns; esses homens proferiram esses discursos assim; comportaram-se por esse modo; verdade, pujança, eloquência, interesse enérgico sobre o teatro acanhado, pintura animada dos costumes catalães; axiomas políticos deduzidos naturalmente do conflito das paixões e do curso dos acontecimentos, estes méritos numerosos deveriam ter fixado a atenção de um livro, que desgraçadamente apareceu

pela primeira vez em Portugal, em um país então pouco literário, e que se precipitava rapidamente para a decadência.» (*Voyage d'un Critique, Espagne*, p. 283). Os espanhóis contam D. Francisco Manuel entre os seus escritores clássicos. Por estes traços gerais se reconhece quanto importa fixar as particularidades desses dois aspectos da sua vida, pela reflexão na obra do poeta e do moralista.

A sua actividade literária mistura-se com a participação da vida pública, dando isto essa superioridade que primeiro se observou nos escritores ingleses, e em França na época da Fronda.

1º *Data autêntica do seu nascimento. – Educação jesuítica e vida soldadesca. – Actividade incessante nas Armadas. – Combates, naufrágios, e intrigas da corte.* (1608 a 1641). Andou sempre errado o ano em que nasceu D. Francisco Manuel de Melo, até que, pelo Livro dos Baptizados da Freguesia de Santa Catarina (fl. 132 vº) ficou determinado o ano de 1608, em Novembro<sup>35</sup>; embora seja omissa no assento paroquial o dia, refere-se o poeta a 23 de Novembro, dia de *S. Clemente*: «Sendo *Clemente* o Santo titular do meu nascimento», como declara nos *Apólogos Dialogais* (p. 402). Nas *Epanáforas*, recordando o verso de Camões que dignifica Lisboa, escreve: «Chamou com elegância o Poeta português Princesa das Cidades do mundo à nossa insigne Cidade de Lisboa, minha Pátria.» (p. 157). Seu pai D. Luís Manuel de Melo (filho de D. Francisco Manuel de Melo, que serviu na Índia, Alcaide-mor de Lamego, e morgado da Ribeirinha por sucessão de seu tio Rui Pereira da Câmara, na Ilha de S. Miguel)<sup>36</sup>, casou em 9 de Fevereiro de 1604, nos Paulistas, com D. Maria de Toledo Maçuelos, filha de D. Isabel Correia de Leão e neta do *cronista* Duarte Nunes de Leão. Apesar de recentemente casado, já em 1606 teve a primazia nos fastos da Armada, que era comandada pelo general D. Luís Fajardo. *Cronista exímio*. e militar denodado serão as capacidades predominantes neste primogénito, que brilhou na sua época e sobrevive na história. Em 3 de Fevereiro de 1610, nasceu uma filha, D. Isabel. O lar doméstico em breve perdeu as suas alegrias; D. Luís de Melo teve de se ausentar de Lisboa, partindo para a Ilha de S. Miguel, em 1612, onde vivia seu pai, e aí faleceu repentinamente em 13 de Fevereiro de 1615, sucedendo D. Francisco Manuel a seu avô no morgado da Ribeirinha. Escreve ele: «*desde los primeros años, con mi padre me faltó quien me dispusiese a los empleos dignos de los hombres de bien. La libertad mejor que otro respeto me truxo mas presto a la vida de las armas* (si tal inquietud se puede llamar vida); de dizisiete fuy soldado, seguila hasta aora.» (*Cartas*, Cent. II, nº 50). Estes dados encerram a psicologia da sua biografia. Aos doze anos foi internado no Colégio de Santo Antão, em 1620, sob a disciplina premente do ensino dos Jesuítas, e ao terminar o seu curso de humanidades, teve a reacção juvenil da independência natural, e sem consciência da liberdade, seduziu-o o movimento e o desvairamento da vida militar, a qual, até à apatia de encarcerado, foi um turbilhão de tremendos e imprevistos acontecimentos. O quadro da educação humanista de D. Francisco Manuel, acha-se bem definido na *Corte na Aldeia*, como o tipo pedagógico da sua época: «E começando da *Gramática*, das línguas, que é o primeiro degrau das letras, ou como disse um autor

---

<sup>35</sup> Edgar Prestage, *D. Francisco Manuel de Melo*, p. 12. É um estudo biográfico fundamentalmente documentado e com importantes descobertas. In-8º grande, de XXXV-614 pág. Coimbra. 1914.

<sup>36</sup> Na *Epanáfora amorosa*, em que D. Francisco Manuel de Melo se dá por descendente de João Gonçalves Zarco: «razão é que eu me conte em a própria lista de seus sucessores, não com menor obrigação, que alguns que tenha referido; pois tirando os que possuem os morgados de suas baronias, sou eu quem goza o maior morgado da família dos Câmaras, instituído por Antão Rodrigues da Câmara, que foi materno avô de meu avô paterno, e neto de João Gonçalves da Câmara, filho de seu segundo filho Rui Gonçalves, senhor da Ilha de S. Miguel, donde fundou (mas não menor) a segunda casa titular deste apelido, e donde Antão Rodrigues da Câmara ficou bem herdado.» (*Epanáforas*, p. 443).

grave, a primeira porta por que se entra a todas as ciências, com cujo benefício elas se conservam e se perpetua a memória das cousas. – O segundo degrau desta escada é a *Lógica*, arte que ensina a distinguir e fazer a diferença do falso ao verdadeiro, do torpe ao honesto, e como o entendimento é causa do obrar, assim é ela do entender. – Reduzindo a dez cabeças ou Predicamentos toda a variedade de cousas que o mundo tem, achado o verdadeiro modo de distinguir todas elas, e descobrindo os géneros, espécies, diferenças, substancias e acidentes, esta ensina diversos modos de arguir, provar e sustentar o que concebemos no entendimento. – Aristóteles, Scoto e outros lhe chamam ciência e instrumento de saber... O terceiro lugar é da *Retórica*, que ensina a falar bem e a persuadir aos ouvintes com razões bem concertadas, ao intento do que pratica, não fazendo o fundamento na verdade do que diz, se não no concerto e semelhança de razão, com que obriga e move;... passarei à *Poesia*, arte tão nobre e desejada, que trabalhando sempre os invejosos por escurecer *seu preço*, lhe não puderam tirar o que hoje tem na opinião e exercício dos principais senhores de Espanha, e basta para o seu grande valor ser conhecido, ter nela fundamentada a *Filosofia*... Passarei à *Matemática*, e como a parte principal dela é a *Geometria*, arte tão excelente e tão necessária ao cortesão, que favorece todas as partes que nele se requerem – e que é necessária para a conquista de todas as disciplinas, favorecendo a arte militar no formar dos campos, dispor os esquadrões, recolher e dividir as companhias, sustentando a *Cosmografia* com suas medidas, a *Arquitectura* em suas proporções, a *Aritmética* e *Musica* em seus números, grandezas, medidas, corpos, pesos e todas as cousas que delas se compõem... Atrás disto segue-se a sua companheira a *Astrologia*, ciência tão levantada, que penetra da terra o segredo das estrelas... E passando desta à *Filosofia*... repartindo atributos seus pelas cinco partes em que se divide, *Física*, *Ética*, *Económica*, *Política* e *Metafísica*.» Rodrigues Lobo descreve estas ciências com todo o dogmatismo formalístico, que dava a pompa palavrosa das Escolas. Foi nesta atmosfera pedagógica do Colégio de Santo Antão afamado que D. Francisco Manuel de Melo carregou o cérebro juvenil com a volumosa Gramática latina decorada materialmente pelo método *alvarista* com a longa e jesuítica sintaxe, ampliada com *Chorros*, *Cartapácios* e *Prontuários* e mais adminículos. Mas o seu temperamento poético resistiu às indigestões de exâmetros insulsos da *Silva* e à terminologia da dialéctica. Foi um dos seus mestres o P.<sup>o</sup> Baltasar Teles na aula de Filosofia, deixando-lhe a impressão de um *Aristóteles*, e recordam-se dele com respeito: «Pelo que é universalmente reverenciado dos melhores mestres e discípulos daquele mundo (o Brasil), como eu sou testemunha de vista...» (*Cartas*, Cent. III). Aí se lhe acordou o interesse pela Matemática, escrevendo em 1625 um caderno sobre *Concordância*, ensaiou-se na poesia ou versificação, esboçando *Las finezas mallogradas*, Oitavas à *Restauração da Baía*, e cultivou a música, que tratou com entusiasmo depois no curto período em que brilhou na corte de D. João IV.

A educação jesuítica aparentemente fecunda e louvada por humanistas protestantes, deveu os seus resultados pedagógicos ao sistema do *internato*, que o instituidor da Companhia observou praticamente quando foi aluno do *Colégio de Santa Bárbara* sob o principalato dos Gouveias. A vida automática das classes, sob a presença dos mesmos professores que dirigem os alunos nas várias disciplinas, o exercício material da memória excluindo toda a iniciativa do espírito e da crítica, não criava inteligências, mas naturezas *passivas*, que eram exemplares enquanto sob a férula orbiliana, mas que ao libertarem-se destrambelhavam nos primeiros anos da sua libertação. Isto se observa em D. Francisco Manuel, precipitando-se aos 17 anos na vida livre e tempestuosa da militância, procedendo capciosamente entre Filipe IV e D. João IV (1637-1641) e sofrendo sem ímpeto de revolta contra o déspota que violando toda a

justiça o conserva nove anos em cárcere duro (1644-1653). Essa educação jesuítica imprimiu na sua inteligência apenas o interesse pelas curiosidades anedóticas dos *Loci communes* da erudição humanística, que já no século XVII entrava na renovação crítica.

O moço fidalgo e fidalgo escudeiro quis a sua liberdade, para ir sacrificá-la à vida militar; sentou praça em 1626, na Gente de Mar e Guerra, na Companhia dos Aventureiros, de que era capitão Diogo de Mendonça Furtado, de uma das galeras espanholas surtas no Tejo, estacionando sob o comando de Alonso de Castillo. Lisboa estava então ameaçada da próxima chegada de uma Armada inglesa, para piratear por ordem de Carlos I, na sua hostilidade contra Espanha desde 1623, contando com o auxílio da Holanda. O ataque tinha também por objectivo Cádiz e San Lucar; e livre de perigo, a galera em que servia D. Francisco Manuel saiu em guarda da costa. A idade e a tradição fidalga entusiasmava-o pelo ideal que formulou na *Corte na Aldeia Rodrigues Lobo*: «que a honra se apura e sustenta mais na guerra que na corte e nas escolas – porque a honra, o ser, o preço e a riqueza de um soldado não consiste no apelido da sua família, na herança de seus avós, na riqueza e morgado de seu pai, nem outros juros, tenças e rendas de que tenha esperança, se não na opinião em que está tido entre os amigos e contrários, segundo seu valor e merecimentos. – Só o soldado é filho de suas obras e se pode chamar honrado por si. mesmo, sem por roubo, empréstimo ou herança se chamar nobre; porque os que de nascimento o são, e pelas armas o merecem ser, assim honram a seus passados melhoram, e a seus descendentes obrigam, E os que de princípios humildes chegaram por, seu braço a merecer títulos, grandezas e senhorios, dão felice principio a sua família e também a reinos...»

Era este o espírito do século XVII, criado nessa agitação da Guerra dos Trinta Anos, *La bonne aventure*, da audácia do militarismo mercenário e da exploração, dos comandos jogando ao acaso das vitórias, servindo os alemães, e flamengos, os espanhóis ou os franceses sob os palpites da sorte. O bravo homem de guerra era segundo a expressão do tempo *un beau joueur*. Esta a carreira que mais sorria à mocidade aristocrática, e que, fascinou D. Francisco Manuel de Melo.

Ia ser arrebatado na vida activa., Nos serviços militares portugueses, depois da derrota de D. Sebastião, as *Comendas*, que se obtinham em três anos de serviço militar em África, substituíram-se pelo serviço de cruzeiros marítimos das costas, de cinco anos. Foi por esta circunstância que o jovem fidalgo serviu de soldado em uma das seis galeras espanholas que estacionaram no Tejo (1626), embarcando no ano seguinte na Armada da Coroa de Portugal, sob o comando de D. Manuel de Meneses (24 de Setembro de 1626); viagem que durou cinco meses. Observa ele: «em a *idade pueril antes que juvenil* em que me achava, me deu mais azas que forças.» (*Epanáf.*, 226). A Armada da Coroa, de que era general D. Manuel de Meneses, uma grande figura de antigo português, foi bordejando pela costa à espera das Naus da Índia. Por ordem régia partiu a Armada para a Corunha, onde já se achavam as Naus da Índia, e vindo com elas para o reino, ao partir assaltou-a um tremendo temporal, perdendo-se as naus Santo António e S. Diogo, indo naufragar nas costas de França em 14 de Janeiro de 1627.

Nas páginas das *Epanáforas*, escritas na intensidade das suas reminiscências de encarcerado, traçou D. Francisco Manuel de Melo a narrativa desta catástrofe, que então se equiparava quase à de Alcácer Quibir. Aqui as transcrições têm o mérito da emoção autobiográfica e da revelação da beleza do estilo do potente escritor, fazendo prevalecer a língua nacional sobre o desnaturado castelhano:

«Ao longo da praia de Arcajona, que se dilata entre a Concha de S. João da Luz até Bordéus, cidade principal da Gasconha, foram tomando lugar de sepultura nossos navios, e os Portugueses que neles navegavam.» (*Ib.*, p. 226). Em 9 de Janeiro de 1627 já tinha naufragado a Almiranta de Portugal, atribuindo-se as sucessivas desgraças aos

conflitos entre o Almirante António Moniz e o general da Armada D. Manuel de Meneses. Da situação da Capitania, em que se achava D. Francisco Manuel, escreve ele pitorescamente: «Seguiu-se ao cortamento dos mastros, o desfazer as obras mortas, com igual lastima que confusão, por serem todas de entalhamento precioso; ficou assim o navio mais leve; posto que eram desordenados os balanços que dava continuamente, e de tal sorte, que nem atados os homens podiam passar de um bordo a outro por acudir às fainas necessárias. Água do fundo vinha por instantes subindo e vencendo o navio, já cativo de seu peso; o que obrigou a se não parar toda aquela noite com bombas e gamotes, nas quais só tinham posto a esperança do humano remédio.

«Qual fosse a noite, sendo das longas do inverno, e em altura grande, poderá bem considerar quem se haja visto em semelhante fortuna. Toda se passou em confissões, votos e testamentos; outros mais previdentes que piedosos, em fazer jangadas e prevenir artificios, donde pudessem lançar-se ao mar no final aperto, que por instante aguardavam. D. Manuel, não ignorando o risco em que se via igual e comum ao de qualquer outro, mostrou sempre animo inteiro... Sou bem lembrado de hũa notável cousa, a este propósito, por haver eu nele também sido parte. – Assisti com D. Manuel quase toda a noite daquela tribulação, por que lhe devia amor e doutrina; e querendo ele mudar de vestidos, como todos a seu exemplo fizemos, ornando-se cada qual do melhor que tinha, porque morrendo, como esperava, fosse a vistosa mortalha recomendação para a honrada sepultura. Em meio desta obra e consideração a que ela excitava, tirou D. Manuel os papeis que consigo trazia, entre os quais abriu um, e voltando para mi (que já dava mostras de ser afeiçoado ao estudo poético) me disse sossegadamente: – *Este é um Soneto de Lope da Veiga, que ele me deu, quando agora vim da Corte; louva nele ao Cardeal Barbarino, legado à latere do Sumo Pontífice Urbano VII.* A estas palavras seguiu a lição dele e logo seu juízo, como se fora examinado em uma serena Academia; tanto que, por razão de certo verso, que parecia ocioso naquele breve poema, discorreu ensinando-me o que era *Pleonasmo* e *Acirologia*, e no que diferiam, com tal sossego e magistério, que sempre me ficou viva a lembrança daquela acção como cousa muito natural, sendo tudo explicado com tão boa sombra, que influiu em mim grande descuido do risco... » Em outro lugar desta *Epanáfora*<sup>37</sup>, faz D. Francisco a biografia literária de D. Manuel de Meneses, que tanto influiu no seu gosto poético: «Amava a Poesia, e dela antes a Poética que a versificatória; o que procedia de ser nos versos (que talvez provou a fazer) infelicíssimo, quão pratico nos preceitos da Arte, assim no modo Lírico como no Cómico, Satírico e Épico. O seu autor latino era Tácito, o grego Tucídides; e dos Poetas vulgares estimava pela variedade Ariosto, confessando sobre os heróicos a eminência do nosso Camões.»

Falando deste naufrágio em S. João da Luz, escreve D. Francisco Manuel: «as mulheres mais principais, e as donzelas mais recatadas discorriam pelas largas e soberbas áreas, obrando com os naufragantes singulares acções de conforto, com tal affecto como se cada um daqueles míseros, que jamais haviam visto, fosse seu filho, irmão ou esposo. – Poderei mais que algum outro dar razão deste successo; porque eu já pela pouca idade em que o padeci, o sentisse menos, ou por particular mercê divina eu me achasse em melhor disposição que outro algum dos escapados, fui encarregado do enterro dos mortos; os quais deram carga a noventa e seis carros, que para os conduzir ao povo me foram remetidos.» (*Epan.*, p. 255).

Da impressão produzida por este naufrágio diz ainda: «cujá perda naquele tempo, quiseram os mais repúblicos se pudesse avaliar neste Reino pela maior que ele padeceu depois da d'El Rei Dom Sebastião.» (*ib.*, 259). Relata as perdas: «*Duas naus*

---

<sup>37</sup> *Epanáforas*, p. 248 e 249.

da Índia, que segundo o melhor cômputo, importavam aquele ano três milhões; nelas mais de seiscentos homens, com a melhor marinagem da sua carreira; cinquenta e duas peças de bronze que por ambas se repartiram. – A *Almiranta* de Portugal, notável navio de quarenta canhões, quinhentos Infantes, o almirante António Moniz, todos os fidalgos e homens de posto; o *Galeão San Joseph*, de trinta peças, um capitão com quatrocentos homens; o *Galeão S. Filipe*, de vinte e oito peças... A urca *Santa Isabel*, de vinte e seis peças, e com ela duzentos companheiros, que eram a flor da nossa Infanteria. A Capitania de Portugal, que foi em seu tempo o mais real e possante navio que navegava, com a maior parte dos fidalgos e oficiais dele, sessenta peças, quatrocentos e setenta e nove pessoas...» (*Ib.*, 260). Esta enorme catástrofe foi atribuída às rivalidades dos dois comandantes superiores, sendo certo que D. Manuel de Meneses, regressando a Portugal, morreu do desgosto ao fim de um ano em 28 de Julho de 1628.

D. Francisco Manuel de Melo depois do naufrágio visitou Madrid pela primeira vez, não por curiosidade de rapaz, porque a angústia de sua mãe só se tranquilizava com a sua volta a Lisboa, mas para acompanhar o seu general, que com tanta distinção e bondade, quase paternal o tratava. Depois do regresso a Lisboa, ainda em 1627 compôs doze Sonetos em castelhano, que dedicou a D. Jerónimo de Ataíde, acerca de D. Inês de Castro. É uma folha de 16 páginas, in-8º com o título *Doze Sonetos por varias acciones en la muerte de la Señora D. Ines de Castro mujer del Principe Don Pedro de Portugal*. Em Lisboa. Ano 1628. Diz na dedicatória: «Vão buscar não aplauso, mas emenda estes doze Sonetos, que escrevi na morte da Senhora Dona Inês de Castro, que ainda nesta acção parece que lhe alcançou a tão mal merecida desventura, dela se façam isentos na mão de V. m. a que Deus guarde. De casa. Sábado. D. Francisco Manuel de Melo.» Os Sonetos são de um exagerado culteranismo, e bem revelam a impressão do poema *La Iffanta coronada* por El-rei D. Pedro – Dona Inês de Castro, em seis cantos e oitava rima por D. João Soares de Alarcão, em Lisboa em 1606. É um apontado de versos sem sentimento nem imaginação, agravado por um exagerado culteranismo. Veio acordar o interesse pelo assunto mais poético da literatura portuguesa, que inspirou outro poemeto das *Saudades de D. Inês de Castro*, com mais valor.

Na *Harpa de Melpomene* o confessa: *el affecto a los versos es tan antiguo en mi como la razon*. Era simplesmente o prurido das rimas e das comparações e figuras do gongorismo; era uma prenda característica dos antigos fidalgos. Mas quão longe estava ainda do sentir e compreender para além dos versos o que era a Poesia. O discípulo das humanidades jesuítas, abusava do artifício dos acrósticos, segundo as formas esquisitas das estrofes, e o emprego da língua castelhana empurrava-o para a pomposa sonoridade. Por isso ele próprio rejeitou esses *Doze* frios e inexpressivos *Sonetos do caso de D. Inês de Castro*; seriam precisos os profundos sofrimentos morais, para que nele vibrasse a verdadeira emoção humana, ainda assim moderando-lhe os ímpetos. Foi forçoso libertar-se da obsessão da língua castelhana, para se revelar toda a pureza da sua dicção poética.

Na Primavera de 1629 embarca D. Francisco Manuel na Armada da guarda-costa daquele ano, e a esperar as Naus da Índia e a Frota do Brasil. D. Francisco Manuel embarcado na urca «S. Salvador», acha-se no combate com um baixeiro turco de piratas, que se lhe escapa por mais veleiro. Foi depois deste lance que pediu ao general Tristão de Mendonça Furtado que o armasse cavaleiro. O general acedeu: «*eu o armei com todas as cerimónias costumadas na ordem da cavalaria*.» (Doc. nº 9). Este facto merece memorar-se, não tanto pela preocupação que vemos constantemente ter D. Francisco em tirar nota oficial dos seus serviços e haurir de todos os benefícios, mas que foi este general o que em Roterdão em Agosto de 1641 tirou D. Francisco Manuel da lealdade jurada a Filipe IV, que o nomeara em serviço de Mestre de Campo em Flandres. Torna-

se por esta antiga relação de 1629 explicável o prestígio exercido em Agosto de 1641 pelo embaixador português, que contratara a Armada que D. Francisco Manuel comandou a seu pedido ao socorro de Portugal.

D. Francisco Manuel era incansável no seu mister de pretendente, aproveitando Memoriais, requerendo certidões, pedindo atestados. Neste ponto excede Tolentino na pedinchice, mas sempre fidalgo altaneiro. Da corte de Madrid escrevia em 6 de Julho de 1634, a D. Lourenço de Ataíde, prometendo-lhe uma Comédia: «Las Damas, los grandes, todo el mundo favorece este empleo; *era-me pretendiente*; mal estado de humas para burlas y donayres.» (Cart., Cent. V, nº 3). O meticuloso biógrafo de D. Francisco Manuel, que publicou numerosos documentos inéditos das suas petições e pretensões, chega a concluir depois de expor a sua viagem a Madrid por licença de 20 de Janeiro de 1637: «É forçoso confessar, que o nosso biografado foi um pertinaz pretendente. Já tinha alegado os seus serviços nesta Armada de 1629 e em prémio deles recebera o habito de Cristo, mas não estava satisfeito. Tinha gasto muito dinheiro, talvez contraído dividas, e precisava de uma recompensa pecuniária...» (Prestage, *Op. cit.*, p. 64).

No Diálogo XIX da *Corte na Aldeia*, ao falar da Criação da Corte, expondo o influxo do trato das Damas e da situação do pretendente, encontram-se traços que nos fazem compreender a fisionomia de D. Francisco Manuel de Melo. No serviço das Damas adquire-se «o decoro e veneração, e deste exercício se alcança todo o bom procedimento e perfeição cortesã que pode desejar o homem bem nascido; porque sobreleva muito do ponto do serviço real, e com muitas vantagens faz a um cortesão discreto, cortês, adestrado, galante, airoso, bem trajado, estremado na cortesia, no dito, na graça, no mote, na historia e galanteria; este o faz ser bom ginete nas praças, bem visto nas salas, bem movido nos saraus e bem acreditado nos ajuntamentos. E como o serviço das Damas é o mais apurado exame para se conhecerem sujeitos honrados, Elias graduam e autorizam os homens e do seu voto tomam a informação para os fazer grandes na informação de todos.» Uma grande parte das poesias de D. Francisco Manuel foram compostas no serviço das Damas, em Madrid, comprazendo com o gosto dos romances maurescos e das velhas trovas de Cancioneiro; mas segundo a pragmática do tempo, não era inferior ao serviço das Damas o exercício de pretendente: «o sofrimento e diligencia dos pretendentes, que para tirarem fruto de seus serviços, acções e requerimentos, se acolhem ao amparo dos grandes, ao favor dos ministros, a companhia dos criados, e se sujeitam a todos os encontros e avisos que padece quem pede, sustentados no doce engano de uma esperança que lhes sai muitas vezes mentirosa.» D. Francisco Manuel de Melo foi um dos mais pertinazes pretendentes, da corte de Madrid, e Prestage desculpa-o pela época em que viveu sob o poder absoluto. Rodrigues Lobo, na *Corte na Aldeia* faz o retrato completo do pretendente, partindo dessa mesma base: «E como *neste tempo* os homens estão já desenganados de *quão pouco valem os merecimentos* (que por eles o não serem) vieram a chamar valia as aderências; e lhes tem mostrado a experiência, a verdade daquele rifão, que cada um dança, segundo os amigos que tem na sala; e que só põem em pé os serviços, quem os arrima a boa parede por mais arrastados que andassem na opinião da gente. Já nenhum pretendente discreto faz tanto cabedal deles, como de Ministros que o ouçam, criados que o admitam, amigos que o alembrem, ricos que o abonem, terceiros que o cheguem e peitas que o despachem. Para que o avisado depois de fazer o sinal da cruz à sua pretensão, primeiro sobre os que valem com o príncipe, depois disto os que tem lugar e entrada com os privados; logo conhecer os criados mais mimosos, em saindo da sala do valido tomai-a de empreitada, ser continuo no passeio dele, dando a todos a primeira cortesia, e a mais humilde seja a sua; o riso sempre na boca, os oferecimentos na língua,

os olhos no seu intento, dar o melhor lugar a todos, porque acaso não falte a algum que pode ser em seu favor, não se aparte da vista do que granjeia, faça-se encontradiço onde o veja, na igreja tomar o lugar da porta, na sala a saída, no acompanhamento a dianteira, para parar onde fique tomando os olhos do privado, para que assim ou com a continuação mereça ou com a importunação o despacho; use de traje limpo, mas não custoso... o falar, sempre à vontade do Ministro, dizendo os *amen* a todas as suas orações,... falar a todos no seu negocio, porque muitas vezes acerta um de que ele não esperava abrir caminho a seu despacho; etc.» É uma psicologia completa do tipo moral de pretendentes, e uma das melhores páginas da *Corte na Aldeia*; parece que D. Francisco Manuel a estudara, porque a executa plenamente. Nenhum serviço seu deixou de ser lembrado em atestados, declarações e requerimentos contínuos, auxiliado pela sua esbelta e garbosa figura de militar, sua valentia provada, o seu império pela inquebrantável cortesia fidalga, pelos seus talentos poéticos e sentimentalidade que o prestigiavam junto das damas da corte dissoluta de Filipe IV. Por esses provimentos e despachos, informações e requerimentos, se constitui o quadro biográfico do homem público.

«Eu El Rei, como Governador, etc. Faço saber que havendo respeito a Dom Francisco Manoel de Melo fidalgo de minha Casa ter servido em duas Armadas da Coroa de Portugal, hũa delas do ano de 626 que fez naufrágio na costa de França, e a outra de 629 achando-se nas pelejas que teve com duas naus de turcos e assim em outras ocasiões e ao serviço que Dom Luiz de Melo seu pai já falecido fez na Armada do ano 606 de que foi general Dom Luís Fajardo cuja ausão lhe pertence por sentença do Doutor Simão Soares que foi Juiz das Justificações de sete de setembro do ano de 629, hei por bem de lhe fazer mercê que servindo ele mais em duas Armadas efectivas da Coroa de Portugal que não sejam de menos tempo de quatro meses cada uma, se lhe aja por servida hũa Comenda e que lhe lancem logo o habito da Ordem de Xp.<sup>o</sup> e haverá efeito o despacho em que lhe mandei responder pelos ditos serviços em Carta de trinta de junho do ano passado de 1632; para o que se porá nela a verba necessária pelo secretario Francisco de Lucena, em cujo poder está, e de como fica posto passará certidão ao pé desta portaria antes de se fazer obra por ela, e por me constar por certidão de Francisco de Lucena ficar posta a verba na carta acima referida, lhe mandei passar o presente Alvará que lhe mandarei cumprir e guardar inteiramente como nele se contém, e valerá como carta etc. posto que seu efeito aja de durar mais de um ano, sem embargo de qualquer provisão ou regimento em contrario, e se comprará sendo passado pela Chancelaria da Ordem. Baltasar Gomes o fez. Em Lis.<sup>a</sup> aos 11 de dezembro de 634. Manoel Pereira de Castro o fiz escrever. Rei.»<sup>38</sup>

No meio desta vida activa, observa o perspicaz biógrafo do poeta: «De 1629 até 1633 há quase uma lacuna na historia da vida de D. Francisco Manuel, e os seus escritos não fazem referencia alguma aos seus actos durante o citado período, mas podemos afirmar que repartia o tempo entre Lisboa e Madrid.» (*Op. cit.*, p. 71). Achámo-lo em 1631 fazendo um recrutamento em Lisboa por ordem do Capitão-General Duque de Maqueda; dominava então o sistema do *agarrar para soldado*; levantavam-se tropas apanhando os homens novos e do povo a cordel. D. Francisco descreve-nos duas vezes este terrível processo, que temperava, quanto possível por uma natural bondade. Assim escreve, nas *Epanáforas*.

Como estava ordenado que partissem oito mil infantes, e faltasse este número, recorreu-se à violência agarrando homens a torto e a direito: «Com tal excesso se fez a execução, que se pode afirmar foi este um dia de maiores lastimas e lagrimas que se viu

---

<sup>38</sup> *Chancelaria da Ordem de Cristo*, vol. 28, fl. 3 v<sup>o</sup>.

em Espanha há muitos anos... As cadeias e grilhões que arrastavam os presos, faziam temerosíssimo estrondo; porem os alaridos e prantos das mães, mulheres e filhos que os cercavam, excedia o universal queixume dos que se viam cativos dos seus próprios naturais e por seus mesmos irmãos tiranizados. Nem para os últimos abraços de perpetua despedida se lhes concedera licença, que a morte não nega em seu maior curso.» Para evitar estes alaridos foram mandados para bordo das naus ficando aí na mesma noite: «Ninguém estranhe a demasia com que refiro esta acção, porque sendo-me encarregado o último golpe dela, com a embarcação que ordenei a esta mísera gente, tenho ainda nos ouvidos o eco de suas queixas e no coração a sombra da sua tristeza. Não pude escusar-me de ser um dos instrumentos desta tirania, oferecendo minha indisposição por desculpa.»<sup>39</sup> Alguns capitães, alferes e sargentos, consignaram em documento público de 20 de Dezembro de 1638, o testemunho do seu carácter generoso e humano: «que ordenando o Mestre de Campo D. Francisco Manoel de Melo levantar o terço para Flandres, para onde foi mandado – nos dispusemos a o acompanhar largando tudo pela fama de bom sujeito, liberalidade e outros requisitos que havemos bem experimentado, muita afabilidade no trato e honra, *sendo geralmente amado e com igual respeito obedecido*... E sabemos outrossi haver nesta cidade ajudado a muitos soldados e capitães pobres e dado sua mesa a alguns que atalhou a não deixarem o serviço real, nem cometerem vilezas a que a necessidade constringe.»

Em 13 de Fevereiro de 1636 faleceu sua mãe D. Maria de Mançoeiros, e poucos dias ou semanas depois sua formosa irmã D. Isabel de Leão na flor dos seus vinte anos. D. Francisco achava-se então em Lisboa, não tendo partido para Flandres com licença; porventura seria o motivo a gravidade da doença da sua mãe e irmã, que faleceram. O Soneto XXXXV, da *Harpa de Melpomene* na lição manuscrita traz na rubrica: *En las dos muertes (casy juntas) de su Madre y Hermana*. No texto da edição das *Obras métricas*, p. 59, o poeta tirou à rubrica todo o sentido histórico, substituindo-o *En las dos muertes juntas de madre y hermana*; no Soneto considera esse transe como começo da sua ruína:

Acertar de mi mesmo en tanta parte  
Maldice que era errarme? Antes há sido  
*Un ensayar al golpe de mi vida.*

A circunstância da morte simultânea de mãe e filha, leva a inferir que seria de febre infecciosa, por morarem na calçada do Combro, perto do Poço dos Negros onde se lançavam os animais mortos. A vida doméstica junto de sua avó era atormentada pelas execuções e odiosos trâmites fiscais a que ficara exposta a filha de Duarte Nunes de Leão. A mãe e irmã do poeta por esses abalos morais estavam dispostas mais a estes insidiosos assaltos febris, vivendo na calçada do Combro. Diz Prestage: «Profundamente magoado pelo duplo desgosto que acabava de sofrer, *D. Francisco buscou distracção na Corte*... » Não concordamos no motivo do seu aparecimento em Madrid, na idade em que tanto lhe podia comprazer o desvairamento da corte devassa de Filipe IV; a sua aproximação do singular espírito de D. Francisco de Quevedo, então mais uma vez afastado da corte pela malevolência do onipotente valido Conde-Duque de Olivares, faz entrever que por este meio tentava justificar a sua presença em Madrid. D. Francisco Manuel fora a Madrid em uma missão secreta do Duque de Bragança, e em serviço da aspiração da independência de Portugal. Autenticado este facto, D. Francisco Manuel eleva-se como um herói, que sacrificou a sua vida, e a figura do

---

<sup>39</sup> *Epanáforas*, p. 492 e 493.

Restaurador aparecerá depois algo repugnante.

No 2º *Memorial* de D. Francisco Manuel a D. João IV, há a revelação de um facto em que recorda o ter servido secretamente o Duque de Bragança, na corte de Filipe IV, onde era considerado: «só pela mercê de se lembrar V. Mag. para se servir de mim, me dispôs com todo o animo a fazê-lo na mais e mais importante ocasião, o negocio que à real Casa de V. Majestade havia acontecido.

«Vive António Pereira, que era então *agente de V. Mag. na corte de Madrid, por cujas mãos V. Maj. foi servido dirigir-me as suas ordens*, como me devia empregar naquela acção, quando no ano de 1637 sucederam neste reino as alterações de Évora. Creio também é vivo um Mateus Álvares, *que a V. Maj. servia nestas jornadas, e as fez varias vezes à corte, e à minha pousada, levando e trazendo segredos, e confianças*.

«Não tinha V. Maj. a esse tempo outro criado em Madrid, que António Pereira, e tinha – como é de crer – muitos émulos, muitos fiscais, e muitos olheiros para as suas acções.

«Satisfiz eu segundo meu pouco cabedal, a grande honra que V. Maj. me havia feito, dando cartas e informações ao Rei, valido, e ministros; *avisando a V. Maj. dos secretos e expedientes que se tramavam nas Juntas e Conselhos*, acerca daquele negocio, *conforme o observava, e por minha industria podia alcançar dos ministros com quem tinha suficiente entrada*; servindo-se V. Maj. agradecer-mo por carta de 20 de – 1637.»

A aproximação de D. Francisco Manuel, vinte oito anos mais novo do que D. Francisco Quevedo, exerceu uma decisiva influência benéfica no seu espírito; quebrou-lhe a impetuosidade de homem de armas, acordou-lhe o sentimento poético e a idealização amorosa pelo culto da galantaria. D. Francisco de Quevedo era um náufrago da vida, tendo sofrido a sua ruína pessoal em duas cortes; o seu critério moral era um escudo, refugiando-se nas suas especulações doutrinárias que tornavam profundos e fulgurantes os seus direitos, que se repetiam por consagração. Quantas vezes, nos transes da sua vida se sentiria lisonjeado D. Francisco Manuel por se achar comparável a Quevedo!

Em uma carta datada de Madrid em 4 de Outubro de 1636, e dirigida a D. Francisco de Quevedo *ao principio da sua amizade*, conta D. Francisco Manuel de Melo os primeiros anos da sua vida:

«Yo, Señor, sobre ser môço y viverlo entre los divertimientos de las Cortes, donde naci y me he criado, llegué con tan certo caudal a las Sciencias, que ni tengo las letras por profession ni aun por mio el tiempo que poder gastar en su conocimiento, – desde los primeros años, con mi padre me faltó quien me dispusisse a los empleos dignos de los hombres de bien. La libertad, mejor que otro respeto, me truxo mas presto à la vida de las armas (si tal inquietud si puede llamar vida.); de disisiete fui soldado, seguil-a basta aora. Ni el premio tarda, til mis esperanças le han haliado menos. Aquel estruendo mal dexa domarse del reposo que apotecem los libros. Todavia yo hice mis robos, mas no à la obligacion, descançando con ellos las horas dei descanço. – A los versos di aquielies tiempos el mejor cuidado en cuyo empleo no tuvieron poca parte los cuidados de aqueila edade. No sé si por ocasion é lisonja, prové las musas affables, no las austeras, cuyo favor me hacian creer los amigos; tanto no que aun contra los precetos de Oracio yo confiásse de mi más que medianamente. La variedad de mis sucessos sobre quienes já mas pude afirmar el animo, me sacó algunas vezes no solo de mi Patria y estudios, pero de mi mesmo.»

Falando do seu estado de espírito com umas certas tendências para o estoicismo, confessa que uma boa parte dessa disciplina moral deve aos escritos de D. Francisco de Quevedo: «No parezca lisonja; mas ny porque la parezca dexaré de confessar mucha

deuda en esta mudanza a sus grandes escritos de V. M. donde no solo nos alumbrá, con la que nos ensena a obrar, mas nos hechiza con la gallardia del instrumento. Instetuido de nuevo en este proposito, las horas que no ileva tras si ia tyrania dei trato civil, en las acciones de una pretencion tan licita, que es forçosa, dey algunas a la consideracion morai, algunas a la lecion varia, no pocas a la pluma...»<sup>40</sup>

Em princípio de 1637 encontrava-se ainda D. Francisco Manuel em Madrid assistindo ao grande espectáculo da Procissão de *Corpus Christi*; mas em 26 de Junho já se acha preso no Castelo de S. Jorge, donde data cartas de 6 e 18 de Agosto aludindo à *sua causa e desgraças*. Seria essa prisão por qualquer vaga suspeita das suas relações com o duque de Bragança? Em 1 de Setembro data de Madrid uma carta, e em 18 deste mesmo ano de 1637: «Ir assossegar povo inquieto com pouca gente e mal disciplinada, e oferecer-se para isto, é levar as desgraças sem duvida, e contingente o sucesso...» (Cent. III, nº 101). Na *Epanáfora I* confirma D. Francisco Manuel a sua estada na corte de Madrid quando se recebeu a notícia do levantamento de Évora: «Neste tempo eu residia na corte, pretendendo como melhor fortuna para os negócios alheios, que para os meus próprios; e não sem alguma inteligência e graça com grandes ministros.» Foi nesta situação convidado a acompanhar o Conde de Linhares a Évora para pacificar o povo, por indicação traiçoeira de Diogo Soares, contrário ao Duque de Bragança; D. Francisco diz que aceitou o peso desta missão «persuadido daquele *grande império do rogo*, e confiado que os *méritos da obediência* me dariam forças para levar uma carga tão excessiva...». Era a prega jesuítica da pedinçice incansável e obediência passiva.

Por ocasião das alterações de Évora, entenderam os amigos do Duque de Bragança que era conveniente mandar à Corte de Madrid, onde tinha um procurador ou residente, pessoa de confiança para explicar a situação do Duque e se mesmo fosse preciso apresentar *renúncia à sucessão de Portugal*. O residente da Casa de Bragança em Madrid era então António Pereira da Cunha; mas apesar da sua prática de negócios, não estava à altura da situação; os amigos do Duque lembraram-lhe D. Gemes de Melo, o qual antecipando a indicação: «temendo ser elegido nesta jornada, fez ao Duque lembrança de minha suficiência; acrescentando-lhe aquelas circunstâncias que o parentesco e amizade, entre nós contraídos, lhe faziam que em mim imaginasse bastante. Ajudou a ocasião melhor que o juízo, seu discurso; porque neste tempo eu residia na corte, pretendendo com melhor fortuna para os negócios alheios que para os meus próprios, não sem alguma inteligência e graça com grandes Ministros; tudo junto foi causa de que se me confiasse o peso de tão grande negociação, que eu aceitei persuadido daquele grande império do rogo, e confiado que os méritos da obediência me dariam forças para levar uma carga tão excessiva a meu talento.

«De pouco tempo eram então recebidas na Corte as novas da alteração de Évora, quando eu, pela ordem que tinha, com cartas de Elrei, Conde Duque e outros grandes Ministros de Portugal e Castela os informei (segundo minha instrução) da verdade do sucesso, pelo tocante aos movimentos de Vila Viçosa e mais lugares do Estado circunvizinhos, que era a parte que me tocava justificar. – Procurei instruir a todos os Ministros dos procedimentos de Bragança, mais em modo de referiu-os que de louvá-los, mostrando-os de tal sorte que não pudessem ser ouvidos sem ser acreditados.»<sup>41</sup> D. Francisco Manuel descreve as duas parcialidades dos Ministros de Portugal Diogo Soares e Conde de Linhares, e o perigo que resultava deste conflito para o Duque e Casa de Bragança. No 2.º *Memorial* a D. João IV, refere-se ao modo como procedeu nesta angustiada crise:

«Foi mandado o Conde de Linhares a Évora, e eu em sua companhia a Vila

<sup>40</sup> *Cartas Familiares*, Cent. II, nº 50.

<sup>41</sup> *Epanáforas*, p. 72.

Viçosa, com aquele fim que se podia esperar pudesse ter então em seus desígnios a Corte Castelhana dirigida por um ministro industrioso e político, qual era o Conde-Duque. E que era eu então senão um requerente, que em tudo dependia do bom semblante de ministro tão poderoso. Tampouco a idade me favorecia. A honra supria tudo.

«Por ventura o galardão que podia esperar de comprazer àquele Ministro, os sinais que ele não dissimulava de desejar lhe revelasse alguns segredos dos que passavam neste reino, foram bastantes para me meter nos beijos outras razões, que aquelas que me ditava a obrigação, e o amor que tinha e guardei sempre à real pessoa de V. Mag. e a seu estado.»

Querendo o governo de Madrid pacificar os tumultos de Évora, mandou em comissão especial o Conde de Linhares, acompanhado de D. Álvaro de Melo de Bragança, o inquisidor António da Silveira de Meneses, e D. Francisco Manuel de Melo. Escreve ele na *Epanáfora Política*: «Eu fui o terceiro dos nomeados; ignorei sempre o segredo, mas se não continha outro, que o notório. Era (diziam os Ministros) para intervir e comunicar os acordos da Junta, Casa de Bragança, mostrando que El Rei havia elegido o mesmo instrumento que lá se elegera para o meio destas negociações.»<sup>42</sup> Já em jornada para Portugal, uma ordem do Conde-Duque que veio encontrar o Conde de Linhares em Mérida, determinava que D. Álvaro de Melo e D. António da Silveira voltassem para Madrid: «Que ele Conde e eu somente prosseguíssemos a jornada, na forma em que se lhe havia cometido.»<sup>43</sup> Chegados os dois a Elvas, ali o Conde de Linhares declarou a mercê que El-Rei Filipe fazia à cidade admitindo-a à primeira bancada dos Procuradores em cortes; D. Francisco Manuel partiu para Vila Viçosa a tratar das pragmáticas e cerimónias que exigia o Duque de Bragança, primeira condição para o trazer à cooperação com o Conde de Linhares. Em Évora, mandou o Conde de Linhares pedir aos Jesuítas por D. Francisco Manuel de Melo, para que pacificassem os populares: «Dei cumprimento ao que se me encarregara, e praticando donde fui mandado as matérias presentes, sobre achar todos aqueles sujeitos conformes no desejo da quietação, de que discordavam muito em entenderem que ele se conseguiria por aqueles meios, a cuja introdução servíamos de instrumento.»<sup>44</sup> Desta influência dos Jesuítas nos tumultos de Évora diz D. Francisco Manuel: «dizem que tacitamente contribuíam às esperanças de alguma novidade. Quem mais instigava os ânimos a não desprezá-la era (segundo fama) Sebastião do Couto, doutor teólogo dos mais celebres do seu tempo... Da mesma opinião parece que foram os Padres Álvaro Pires Pacheco, – assi Gaspar Correia e Diogo Lopes, todos sábios varões sobre religiosos.»<sup>45</sup> D. Francisco Manuel descreve o prestígio das *Profecias do Encoberto*, que os Jesuítas propagavam fazendo crer ao povo que os tempos eram chegados para a «recuperação do Reino português.»<sup>46</sup>

Na noite do 1º de Janeiro de 1638 a pretexto de ir cantar o *Ano Bom* e as *Janeiras* junto do palácio do Conde de Linhares em Évora ajuntou-se um grande concurso de povo, que preparava um assalto: «A casa se pôs em armas, sendo desesperada a defesa; e com repartidas sentinelas e rondas se passou a noite, de que dou fé pela parte que me tocou do trabalho e receio.»<sup>47</sup>

Daí a poucos dias o Conde de Linhares pretextou negócios em Lisboa, retirou-se

---

<sup>42</sup> *Epanáforas*, p. 110.

<sup>43</sup> *Ibid.*, p. 114.

<sup>44</sup> *Ibid.*, p. 124.

<sup>45</sup> *Ibid.*, p. 25.

<sup>46</sup> *Ibid.*, p. 37.

<sup>47</sup> *Ibid.*, p. 125.

de Évora, deixando encarregado de redigir e remeter para a Corte de Madrid os relatórios dos tumultos, a D. Francisco Manuel de Melo, que por ordem sua os foi levar à corte. Do que D. Francisco omitiu por sentimento patriótico «anos depois me foi pedida (conta), e com prisão, desterros e trabalhos, castigado o silencio que guardei sendo voltado à corte, adonde o Linhares me despachou remetendo tudo por meu mal à informação que eu desse a El Rei e ao Conde Duque.»<sup>48</sup> Foi assim que o Conde de Linhares se salvou das dificuldades em que o colocara o seu intrigante colega Diogo Soares. Continua D. Francisco Manuel a narrar a sua missão: «Fiz caminho à Corte pela de Vila Viçosa, como me era ordenado, donde informei do mesmo, que já ali se entendia, e recebendo também novas ordens e cartas, entrei brevemente em Badajoz, donde já o Duque de Beja e Don Diogo de Cardenas esperavam o aviso que trazia, para que segundo as notícias que de mi alcançassem, se dirigissem. Mas eu logo lhes fiz certo, que a negociação a que havia sido encaminhado era muito diversa da que lhes podia competir; e como para seu manejo não levava ordem, nem cousa para algum movimento. Ordenaram-me contudo visse o exercito; só em nomes e cabos copioso, o mais pouca gente, bisonha e violentada. Arribando porém a Madrid em poucos dias, cheguei à presença do Valido (o ministro Conde Duque de Olivares) que com assaz destreza procurava animar-me a informá-lo sem algum receio. Foram sutis e intrincadas as perguntas; o Conde tinha alto engenho, e eloquência: pedia tudo a ocasião, todas encaminhadas à observação do ânimo dos grandes do Reino; e agora, com respeitos da autoridade, agora com força de argumentos, alguma vez com promessas, e algumas com severas demonstrações, armou laços a minhas palavras: referi o sucesso, despido de todo o discurso, por não fazer ofensa com minha ignorância ou malícia a alguma verdade. – Não ficou sujeito em Portugal, de aqueles que podiam ter parte na direcção publica, sobre quem não fizesse particular exame; mas donde mais se lhe conhecia desejo de investigar suas acções era quanto à Casa de Bragança, ao Marquês de Ferreira e Conde de Vimioso. Do primeiro falava sempre com cautelosa veneração, e dos dois com palavras que bem mostravam as ruins suspeitas que havia no ânimo donde saíam. Da resposta que então lhe dei me formou (como já disse) culpa, três anos depois...»

Depois de ter chegado a Madrid, do desempenho da delicada missão em que o envolveu o Conde de Linhares, dedicou D. Francisco Manuel o seu livro *Política militar* em Abril de 1638, ao omnipotente valido Olivares, lisonjeando-o hiperbolicamente. Pela sua correspondência encontrámo-lo outra vez em Lisboa, datada entre Novembro e Dezembro, do *Castelo* em que se acha preso. Em carta de 18 de Novembro: «A minha Junta se fez ontem... Assistiu Gouveia e Porto seguro. – Hoje recebi cartas da Corte. E a Senhora Princesa (Margarida) assegurando que se lhe escreveu pela via da Guerra sobre o meu negocio.» (Cent. III, nº 41). Ao Marquês Mordo-mor D. Manrique da Silva escrevia em Outubro: «Em mãos de V. S. está a *resolução da minha soltura*. – Só me fica para lembrar, que comigo está também prezo um negocio tão importante como a *leva desta gente*, que por ser destinada a Flandres, tem V. S. mais obrigação de ajudai-a...» Em carta de 16 de Novembro, a D. João da Gama, ainda do Castelo: «Agora me mandam crer me querem soltar hoje. O mesmo me prometeram a semana passada. Já me não entendo com palavras de príncipes.» Em 30 de Dezembro, referindo-se à Junta de conselheiros de estado, diz na carta 46 da III Centúria: «sobre réo, soy desvalido de los grandissimos.» Até a Manuel de Faria e Sousa escrevia sobre este mesmo caso. Por nenhuma referência vaga transpira o motivo desta prisão; há motivos, que por fúteis se não declaram. O livro da *Política Militar em Avisos para Generais* considerava-se como um guia composto a pedido do Duque de Bragança, quando foi nomeado Governador

---

<sup>48</sup> *Ibid.*, p. 126.

das Armas de Portugal. Seria talvez este início suspeito, que o fez réu, submetido a Junta não de juriconsultos mas de conselheiros de estado. A necessidade de utilizar as excepcionais aptidões de D. Francisco Manuel para o levantamento dos Terços, é que determinou a sua soltura.

Os reverses sofridos pela Espanha nos Países Baixos, obrigaram o governo a um levantamento de tropas; e como não ocorresse nenhum alistamento voluntário, tratou-se de apanhar a cordel, concedendo o rei a D. Ventura de la Canal e D. Luís de Monçalve a faculdade de fazer esse recrutamento à força: «recebendo por cada cabeça nas praças de armas, vinte e um ducados castelhanos, que da nossa moeda fazem 9\$240 réis.»<sup>49</sup>

D. Francisco Manuel descreve esta hedionda forma de recrutamento: «e na própria corte andassem de dia e de noite como as cabildas em os desertos da Arábia, de gente armada: cativando os miseráveis inocentes, que atravessavam descuidados as praças e as ruas...» Os agentes desses duros recrutadores «se lançavam a cativar gente sem exceção ou respeito, já pelos campos aquela que em fé de sua paz e utilidade os cultiva. Tal vez dentro das casas próprias, com falsos pretextos eram insolentissimamente assaltados os moradores, aos quais depois escondidos em covas e casas subterrâneas vendiam seus opressores a aqueles obrigados a el Rei por custoso preço...».

Traçando este espantoso quadro de lesa humanidade, a que então se chamava *apanhar para soldado*, diz D. Francisco Manuel de Melo:

«Escrevo com toda a inteireza o que vi muitas vezes e quase me passou pelas mãos; por que como em aquele próprio tempo e para a mesma guerra eu levantasse um Terço em Portugal, e depois em Castela o resto dele, fui muitas vezes convidado dos que tinham este trato – para proverem de alguns soldados que faltavam, por este atrocíssimo meio, do qual se Deus quis que eu não usasse, vi usar a muitos...» Veio ordem para em Portugal se levantarem quatro Terços; sobre isto diz D. Francisco Manuel: «A mim me coube em sorte a província da Beira, Douro e Minho com Trás-os-Montes e parte do. Alentejo, donde com menos dificuldade, não com menos dispêndio, e por isso com menos dificuldade levantei quinhentos Infantes, de que fora encarregado... mas pouco depois houve eu de governar todas estas tropas de Portugueses...»<sup>50</sup> Os terços seguiam transportados para as praças de armas, que eram Cartagena e Corunha: «A mim me coube o terceiro Terço, que constava de mil cento e setenta praças, com quinhentos e setenta portugueses, seiscentos castelhanos, os primeiros com cinco, e os últimos com seis Capitães, cada qual da nação de seus soldados.»<sup>51</sup> A Armada espanhola partiu com as tropas em 27 de Agosto de 1639; D. Francisco Manuel, Mestre de Campo dos modernos, seguia embarcado no Galeão «S. Francisco»; era comandado pelo português Salvador Rodrigues, natural de Almada, «o qual de grumete e marinheiro em nossas naus da índia (donde foi preso dos Ingreses na batalha do Poço de Çurrate) subia antes de quarenta anos de idade, por seu valor e industria, nas cousas de navegação ao posto de Almirante de Dunquerque; neste navio pelo nome e pelo capitão, fiz eu viagem, governando-o segundo a superioridade do officio que exercia.»<sup>52</sup>

Nesta Armada figurava o Galeão «Santa Teresa» «que valia bem por uma esquadra». Acrescenta D. Francisco Manuel: «Na retaguarda destes (navios à ordem do almirante Esfrondati) navegava a Teresa, que fora para Capitana deste Reino, fabricada por Bento Francisco, homem notável entre os nossos; cujo nome é bom que ande em

---

<sup>49</sup> *Epanáforas*, p. 454.

<sup>50</sup> *Epanáforas*, p. 456.

<sup>51</sup> *Ibid.*, p. 465.

<sup>52</sup> *Ibid.*, p. 494.

memória, pelos poderosos e excelentes navios que fez nesta idade...»<sup>53</sup> Para definir a grandeza da frota, diz D. Francisco Manuel que, segundo os livros da Vedoria geral, se distribuía cada dia entre gente de mar, fogo e guerra, vinte e cinco mil rações; chegou à altura do Canal de Inglaterra em 11 de Setembro; em 15 imediato foram avisados por um navio mercante inglês de ter sido avistada a Armada de Holanda; e naquela tarde e noite se aparelharam para a batalha; ao amanhecer do dia 16 acharam-se em frente da Armada holandesa. D. Francisco Manuel descreve com traços vivos um dos combates: «A noite, sobre serena estava escura; mas era o fogo tão continuado nos fogões das peças e mosquetes, donde se acendia de uma e outra parte, que alumiaava o mar, e quase nunca extinto, conservava certa claridade diante dos olhos que fazia escusar a luz do dia. As cargas dos canhões procediam indeterminadamente, de sorte que pareciam um continuado estrondo, como se com trovão universal o mundo se destruísse.

«Carlos de Brevil, religioso da Companhia de Jesus, homem sábio, e de singular virtude, que nesta jornada foi meu companheiro, afirmava – que nas catorze horas que durou o terribilíssimo combate, jamais pudera chegar à terceira palavra do Padre nosso, que continuamente estava dizendo, sem ouvir o eco de algum canhão. – Não sabemos, que o mar visse conflito de armas antigo, nem moderno, mais horrível, porque das onze horas da noite até às cinco da manhã, aquelas aguas pareciam as que fingem os Poetas do lago Averno... vimos e soubemos, que nas Dunas, povo de Inglaterra, cinco léguas distante do lugar do combate, de tal maneira tremeu a terra, que a gente se saiu ao campo por quase todas as horas da peleja.»<sup>54</sup> D. Francisco Manuel traça um magnífico quadro dos brulotes que os holandeses atiravam de encontro as naus espanholas, e do incêndio da «Teresa»: «Ardeu por fim a Teresa, sendo já morto seu general D. Lopo de Ossis, e pereceram nela mais de seiscentos homens portugueses e castelhanos. Este navio, sem duvida, como era o coração que animava o corpo daquela Armada, assim foi seu coração para difundir a morte; o vencimento a toda ela; por que no mesmo instante foram desmaiadas de tal modo as forças espanholas, como que na perda da Teresa se perdera cada qual dos que ali batalhavam.

«Desta sorte já se não via outra cousa, que navios queimados, corpos mortos, mas de sangue e fogo, que a sangue e fogo fazia crua guerra aos homens. Outros se rendiam a partido dos vencedores, que abusando da felicidade tratavam com maior rigor aos que se entregavam, que aos que se defendiam. A morte em diferentes trajos assaltava aos tristes combatentes...»<sup>55</sup>

Narrando na Epanáfora bélica o *Conflito do Canal de Inglaterra entre as Armadas espanholas e holandesas*, em 1639, ao qual assistiu, D. Francisco Manuel de Melo alude às diferentes redacções que deu a esta Relação histórica: «São três vezes as que tenho composto, sem que de uma aproveitasse para outra um só termo ou um só papel.

«Compus a primeira Relação logo que cheguei a Flandres na mesma Armada por especial ordem do Cardeal Infante D. Fernando, que governava aqueles Estados. Então sua Alteza por não dilatar o aviso, o pouco tempo que se gastava em copiar o discurso que eu lhe apresentei, mandou o próprio a el rei Dom Felipe, seu irmão. Depois para suprir esta falta, me pediu o original, seu secretario de estado Dom Miguel de Salamanca, o qual de minha mão recebeu, para nunca mais ser dele restituído.»<sup>56</sup>

---

<sup>53</sup> *Epanáforas*, p. 495.

<sup>54</sup> *Ibid.*, p. 568.

<sup>55</sup> *Epanáforas*, p. 515.

<sup>56</sup> Acerca deste personagem fala D. Francisco Manuel, a propósito dos Tumultos de Évora em 1637: «Por esta causa foi mandado de Madrid a Évora D. Miguel de Salamanca, pratico na língua framenga e de presença semelhante. Havia ocupado em Flandres o posto de Veador geral, donde passou

«Seguiu-se a jornada que fiz de Flandres a Castela, de Castela a Aragão, donde achando-me alguns meses ocioso, antes de darmos princípio àquela infausta guerra da Catalunha (e eu também a sua Historia) tornei ali a escrever este próprio *Conflito do Canal de Inglaterra* sem ter do passado opúsculo outra ajuda, salvo este nome, que em todo lhe conservei. Porém esta segunda Relação, estando-se já copiando, deu o mundo tantas voltas, e tantas comigo minha fortuna, que em breves tempos vim prezo à corte de Madrid, e na do exercito me foram tomados meus papeis, os mais e melhores que até então havia escrito, e que até hoje me não tornaram à mão, ficando em as de D. Gregório Romeiro de Morales, que tinha a Secretaria daquela guerra; donde entre outros originais, que não pude restaurar, perdi também estes, a que agora, como já vos disse, terceira vez dou principio...»<sup>57</sup>

Quando D. Francisco Manuel se achou em Madrid em principio de 1640, escrevendo a narrativa da grande derrota da Armada espanhola, destruída pelo almirante holandês Tromp, mal suspeitava que essa catástrofe da monarquia de Filipe IV, vinha nesse mesmo ano determinar a Revolução de Portugal. O valido Olivares, no seu fátuo optimismo, estava certo do seu triunfo sobre os Franceses e Holandeses, vindo depois a gloriosa Armada de Oquendo estacionar no Tejo, e pôr termo às agitações de ilusória aspiração da independência nacional, e reduzir Portugal a província castelhana. A guerra da Catalunha, e ao mesmo tempo atacada pela França, Flandres e Itália, e envolvida pela política de Richelieu desmembrando a Casa de Áustria, colocaram a Monarquia espanhola impotente para reprimir logo a Revolução de Portugal, reconhecendo-se que prolongar a apatia era desprezar a voz do povo que já bradava não querer ser *reduzido à miséria dos Galegos*. A 1637 seguiu-se, como consequência, 1640.

«Sucederam no ano de 1637 os movimentos de Évora, que foram como um ensaio da liberdade deste reino. Não se acharam na corte de Madrid D. Francisco de Melo, ou Francisco de Sousa Coutinho, que costumavam acudir e assistir aos maiores negócios da Casa de Bragança, e porque a juízo dos mais amantes dela, era aquele o maior negocio com que se vira, depois da adesão deste reino, porque o justificar-se El Rei nosso senhor para com El Rei D. Filipe, vinha a ser naquele tempo (e para este) a cousa mais importante. Resolveu S. M. que Deus guarde, descarregar sobre meus fracos ombros todo o peso desta importante confiança. Vivo é António Pereira da Cunha, secretario agora da guerra, e então agente da Casa. Vivo Mateus Álvares, criado antigo dela, por cujas mãos me foram entregues todos os despachos que El Rei N. S. foi servido remeter-me. Fruto foi daquele lavor o bem que hoje possuímos, tendo Rei nosso, o Príncipe cujo somos. A consideração de V. A. e o discurso universal examine (entrem também os desafeiçoados) o valor do caso, o mérito do instrumento. Passo adiante. Fui (instruído do Conde Duque) despachado por El Rei de Castela a Vila Viçosa e Évora, em companhia do Conde de Linhares; ele, que ficasse em Lisboa, e eu voltasse à Corte a informar da força dos povos, do aparelho das armas e da observação dos ânimos. Voltei com tal informação, que a tudo e a todos deixei quietos. Se era caso este para que a ambição de crescer (que a tantos fez tomar ruins caminhos) a mim me atentasse em pôr naqueles ministros castelhanos uma ruim suspeita, V. A. o julgue,

---

ao de Secretario de Estado do Infante Regente D. Fernando. Tinha juízo e industria para qualquer negócio, e das matérias da guerra suficiente conhecimento, O trajo de peregrino dissimulava com a língua e semblante o ânimo e comissão. Entrou por Galiza em Portugal, cujas províncias percorreu atentadissimamente; passou a Évora, dali a Vila Viçosa e por Elvas, havendo visto e notado a força e disposição da Província de Alentejo, entrou em Castela, dando parte de sua observação ao Duque de Beja...» (*Op. cit.*, p. 130).

<sup>57</sup> *Epanáforas*, p. 448.

porque eu sei decerto que a ser julgado de outrem, ou perigarei na opinião de político, ou na de verdadeiro. Incomparável é o mérito daquele trabalho, tendo eu moral certeza de haver por esta causa sucedido a nossa felicíssima liberdade; mas qual foi o outro prémio? Escute-o V. A.: Foi que vendo o Conde Duque apartado este reino da obediência castelhana, à maneira que um touro bravo se vinga na capa do que o cegou com ela para poder escapar-lhe, assim se quis logo vingar e satisfazer de mim, como de artífice e conselheiro de seu descuido, ordenando a minha prisão em Catalunha.»

Feita a Revolução do 1º de Dezembro de 1640, e conhecida sete dias depois na corte de Madrid, mais tarde chegou a notícia à Catalunha, onde estava servindo em campanha D. Francisco Manuel de Melo, sendo logo *preso por português*, por ordem expressa de Filipe IV. Não pode ser acusado de tratar de solicitar mercês «em lugar de apressar a sua vinda para Portugal». (Prestage, *Op.*, p. 152). Preso em *cárcere áspero* durante quatro meses, os seus memoriais evitaram-lhe um processo, sendo a promoção o único meio de poder sair de Espanha. Foi por este meio que António da Gama Lobo solicitou o despacho para as Galés de Sicilianos, «*para se poder mais facilmente passar a Portugal*». <sup>58</sup> Por estes expedientes se passaram duzentos portugueses à pátria. D. Francisco Manuel de Melo aproveitou o despacho de Mestre de Campo para realizar esse intento; lê-se em uma relação contemporânea: «D. Francisco Manuel de Melo *sendo prezo por português* no exercito da Catalunha, veio a Madrid, onde em satisfação de seus serviços, foi despachado por El-rei D. Filipe por Governador da Praça de Ostende, em Flandres; *passou-se a Inglaterra*, aonde se apresentou aos Embaixadores de El rei nosso senhor, D. Antão de Almada e o Dr. Francisco de Andrade (Leitão), que tinha Sua Mag. naquela Corte; e *dali se passou a Holanda*, e Tristão de Mendonça Furtado, em nome de Sua Mag. lhe encarregou o posto de General da Armada, que El rei – mandara ali prevenir, e com ela veio a este Reino.» <sup>59</sup> O Secretário da Embaixada era o Dr. António de Sousa de Macedo, Desembargador da Relação do Porto, prosador e poeta da intimidade de D. Francisco Manuel de Melo; era ele a cabeça pensante da missão diplomática, influenciando para que D. João IV o encarregasse do comando da Armada de Socorro, que o embaixador português na Holanda Tristão de Mendonça Furtado ali estava formando. Os Embaixadores portugueses tendo sofrido grandes tempestades só avistaram em 5 de Março de 1641 o Cabo de Finisterra, e em 9 é que o Dr. António de Sousa de Macedo se dirige a Londres para solicitar a licença para a entrada da Embaixada. Foi por Maio que D. Francisco Manuel de Melo chegou a Londres, abandonando o itinerário de Ostende, e a pôr-se às ordens de D. João IV. Estava-se discutindo o Tratado de Paz e Comércio de Portugal e Inglaterra; em 12 de Junho fora assinado o Tratado de Paz com os Estados Gerais, permitindo a Portugal o fretamento de navios e compra de armamento. Em 27 de Julho escrevia de *Londres* uma carta ao seu erudito amigo Herício Puteano; e em 13 de Agosto o Embaixador português na Holanda convidava-o em nome do rei para servir como General da Armada, que

---

<sup>58</sup> *Restauração de Portugal Prodigioso*, p. 394.

<sup>59</sup> *Id. Ib.*, p. 391.

Outros portugueses seguiram *para Inglaterra*, fugindo de Espanha: «Álvaro de Sousa, depois de ter sido prezo por português, estava feito Conde de Anciães por el rei Filipe, e *despachado Marechal de Campo para Flandres*, e lhe foram concedidas em três Comendas que come, em mais uma vida, com alvará de Dama para uma filha; veio para Bilbao, *donde embarcou para Inglaterra*, e surgiu em Artimua, outenta léguas de *Londres*, *aonde passou* demandando ao Embaixador de S. Maj. D. Antão de Almada, para se oferecer ao seu real serviço, e no porto das Dunas se embarcou para este Reino.» (*Restauração de Port.*, p. 393). De D. Manuel de Castro: «*também despachado para Flandres* por Capitão de cavalos, e Chave dourada e partidos grandes;... Francisco de Azevedo e Ataíde, fizera el-rei católico Alcaide-mor de Amarante...» ambos «*seguiram em tudo a mesma via* de Álvaro de Sousa.» (*Ib.*). – Outros fugiam por Catalunha e França para a *Rochelle*; alguns por Sevilha e Cádiz.

estava organizando. É neste decurso do fim de Junho a princípio de Agosto de 1641, que D. Francisco Manuel, frequenta a corte *daquele trágico Rei Carlos I*, como ele refere na sua *Carta de Guia de Casados*, recordando-se de cenas de «uma ceia às damas da Rainha e às maiores senhoras de Inglaterra», em que ele e gente diplomática as serviram tão garbosamente, que elas se deram «por melhor servidas, ainda que regaladas». Nas Cartas (Cent. I, nº 39) refere a um ministro francês: «*Eu beijei a mão a El Rei Carlos duas vezes em Londres*, e por esta honra que dele recebi, estou de novo escandalizado e afligido.» Aludia à sua execução. O Embaixador espanhol, cuidando embaraçar o recebimento da missão portuguesa, chegara a fazer a promessa da restituição do Palatinado; não o conseguiu. Nesta crise é que D. Francisco Manuel de Melo entrou na intimidade das Princesas Palatinas, que tanto souberam apreciar o seu talento poético. No 2º *Memorial* a D. João IV, alude a estas relações: «deixei de valer-me da intercessão dos *Príncipes Palatinos*, com quem tinha alguns conhecimentos de Inglaterra e da Rainha sua mãe e irmãos, quando me achei em Holanda.» Em uma espécie de prólogo *Noticia a los que leen*, no Ms. *Obras en versos del Melodino*, dá-nos um aspecto dessas relações afectuosas: «Yo, despues de varios casos... *Vine à parar en la Corte de la Haya* (coraçõ d'estes Felicissimos Estados) *donde me la Quietud y Buena Sorte traz que yo caminé tantos años; aqui la topé escondida entre la mercê de una Princeza* tan grande que no la liego ninguna Dicha y à quien la Fortuna no à dado Imperio y a que todos los dei mundo se avian de salir entrechos *mereci el de ser su creado; y aficionada a las Letras españolas quise leer mis Versos.*» No ano terrível de 1644 (da prisão do poeta) tinha ele já trasladado para a impressão os seus versos dedicados «*A la Serenissima Princesa Madama Clara Emilia de Bohemia*, hija de Frederico Quinto Rei de Bohemia, Palatino del Reino».

Acompanhava a remessa *desta primeira parte* (Cent. I, nº 87) dos seus Versos manuscritos, carta aludindo aos baldões de sua vida e descanso moral que se lhe deparou: «De la peregrinacion dei mundo, que he acabado a los piés de V. A. pocos mas despojos puedo colgar, que las mesmas insignias de mis errores; pues tambien ias mortajas suelen ser triunfos. – A la soberana sombra de V. A. (que del Sol es la menor sombra) hallaron mis males remedio, mi soledad abrigo, mi fortuna enmienda. Luego aqui será raçon publicar yo mis obras... Quanto tienen de indignas perderan ofreciendose a vuestro nombre... Si no he liegado a conseguir la doiçura francesa y de los mas idiomas que hermosamente goçais, en esta mesma falta voy confiado, pues por la novedad del lenguaje español, y por la aficion que le teneis, ya llevan consigo mis versos alguna disculpa, y recomendacion par vuestro agrado. Lea V. A. los affectos y dexese las raçones; que tan grandes verdades ellas se daran a entender...» Pela remessa da segunda parte de seus versos (Carta 78) há já a queixa do preso torturado: «Males contra cuyo rigor es solo escudo sua grandeza... No hará V. A. mucho en valerme agora, si lo estudia cada instante, haciendo entretenimiento de vencer mis peligros. Ellos crecieran, y vuestro nombre con ellos.» Na terceira remessa (Carta nº 88) declara: «Escritas fueron en mi nascimiento las fatigas de una vida funesta e que se concertava a ser de todas passiones. Aumentaronse con los años, como las letras del arbol. Agora son mayores los tormentos con los dias – Olvidarei los afanes, en presencia de V. A., a quien desde lexos respetan las sinraçones.»

D. Francisco Manuel de Melo frequentou a corte da rainha da Boémia durante os dias últimos de Julho até fins de Agosto em que partia a Armada de socorro para Portugal. Essas suaves recordações renovaram-se nos anos sombrios de prisioneiro de estado sob as calúnias de ódios pessoais.

« – Logo que vimos corridos, em favor da minha liberdade, os ferrolhos de El Rei de Castela, procurei vir-me a Portugal, e tive mais que fazer em esquecer-me dos

benefícios, que das injurias... Não posso negar que foram grandes as mercês, que depois me mandou fazer aquele Rei, dando-me um soldo maior que a fazenda que em Portugal possuía, e um posto ainda mais vantajoso a meus merecimentos. Rompi por tudo, e passei a Inglaterra, *ensinando o caminho que haviam de seguir outros*, e foi assim que o seguiram apôs mim tantas e tais pessoas, que não fiz eu pequeno serviço a este reino com lhe mostrar a via. Achei-me no Congresso da paz celebrada entre Portugal e a coroa inglesa, assisti a nossos embaixadores com alguma utilidade da reputação deste reino, porque vendo aqueles ministros, que pessoas de grandes postos logo a principio deixavam o serviço d'El-Rei de Castela, e se passavam ao de S. M. cresciam por instantes na estimação de Portugal. Vim ao Estado de Holanda solicitado por cartas do embaixador Tristão de Mendonça, assisti-lhe e o ajudei no último apresto da Armada, prevenida para nosso socorro, e não só nesta expedição comecei a servir logo, mas já o tinha feito com as notícias que desde lá enviei a S. M. de cousas que pediam pronto remédio. E porque as matérias daquela embaixada não davam ainda lugar a que Tristão de Mendonça as deixasse por se ocupar no apresto e governo dos navios; em ambas estas cousas o substitui, encarregando-mo da parte de S. M. Dei de todas boa conta, chegando a este reino depois de imenso trabalho, com o socorro de mais importância que ele recebeu até hoje, porque lhe trouxe bom número de naus, um regimento montado de cavalaria, outro armado de dragões, que depois ficaram infantes, e uma grande soma de armas e vitualhas, sobre muitas pessoas de conta nos exércitos donde serviam ocupavam grandes postos e depois neste reino, além de 200 soldados portugueses, retirados de Flandres, índia, Brasil e Catalunha, que se juntaram naqueles Estados, e com despesa conduzi a este reino, a quem foi tão grata a minha vinda, e principalmente ao povo de Lisboa, que o Juiz dele, António Monteiro com alguns da Casa dos Vinte e Quatro, me foi ver e dar os emboras da vinda, em nome do povo desta cidade, cuja autoridade então representava.»

«Chegado a Lisboa, sem que me embaraçasse a mágoa da pouca mercê que minha fortuna consentiu se me fizesse... Mandou-me s. M. lhe acomodasse e repartisse todos os soldados velhos, que aqui andavam de Flandres e Catalunha, para que se aproveitassem em seus exércitos, e assim o executei logo, livrando a corte e ministros de queixosos, e povoando as fronteiras de oficiais. Passei *sem posto* a servir em Alentejo, donde assisti um ano, e não sucedeu todo este tempo naquela província cousa importante, na qual com a pessoa ou consenso me não achasse. E na formação do primeiro exercito tive tanta parte, como então souberam todos os cabos e ministros. Conduzi pelo reino as tropas dos rendidos por nossas armas, e desbaratei mais parte com a industria, do que eles o vinham pela força de um exercito vencedor; porque dos 1.700 rendidos que me entregaram, não entraram em Castela 500, sem que à palavra real se fizesse alguma violência, nem se perdesse a ocasião da melhora achando-se modo de concertar o cómodo e a verdade. Vim a Lisboa, e ordenou El Rei N. S. que assistisse a varias Juntas, que se fizeram, dos maiores ministros sobre a fortificação das praças do Alentejo, e desígnios daquelas armas, e não foi o meu voto nestas ocorrências o menos aproveitado.»

Ao chegar à pátria e desconsiderando todos os seus grandes serviços, D. Francisco Manuel de Melo é afastado dos comandos, reduzido à inacção, envolvido em monstruoso processo judiciário e encarcerado em um presídio donde ao fim de nove anos sai para o desterro!

2º – *A Revolução de 1640, no quadro da Guerra dos Trinta Anos – A repressão sangrenta da Nobreza por D. João IV garante-lhe a estabilidade interior – Chega a Lisboa D. Francisco Manuel de Melo com a Armada de socorro – O rei afasta-o dos*

*comandos superiores – Sua intimidade nos divertimentos musicais e literários da corte – O Conde de Vila Nova e a lenda dos amores de D. Francisco Manuel – Prisão e julgamento iníquo em três Instâncias – Últimas esperanças mentidos de D. João IV. – A perda da nacionalidade portuguesa em 1580, não foi a consequência da cavalgada louca do fanático D. Sebastião após o sonho imperialista da conquista de Marrocos; operou-se lentamente, desde que Castela constituiu a Grande Monarquia espanhola; Fernando e Isabel, Carlos V e Filipe II, foram realizando uma unificação dos estados peninsulares, sendo Portugal o último absorvido nesse vórtice do Castelhanismo; Integra-se Aragão (1469-1506) com o Roussilhão e Sardenha; com as duas Sicílias, insular e continental; afunda-se a Navarra (1515), pela Aliança da Casa de Áustria; vêm os Países Baixos com o Condado de Borgonha e Charlois; engole o Ducado de Milão (1555); estabelece presídios na Toscana, e para coroamento da Grande Monarquia de Castela, Portugal é comprado pela traição e forçado pela aproximação dos Terços de Filipe II a aclamá-lo nas Cortes de Tomar. A obra de 1580, assim como era um final glorioso para a construção da Grande Monarquia espanhola, era também o início da sua dissolução; a invasão e ocupação de Portugal por Filipe II, como considera o historiador Heeren, foi uma verdadeira desgraça para o seu reino.<sup>60</sup> Os seus sucessores abdicaram a onipotência soberana em validos que lhes lisonjeavam os apetites e governavam por arbítrios caprichosos; a Grande Monarquia espanhola começou a desmoronar-se, perdendo o Roussilhão, Nápoles, Sardenha, Condado de Borgonha, o de Artois, os Países Baixos, nas lutas de 1621, e pelas questões do protestantismo e pelo plano político de Richeileu para separar a Casa de Áustria de Espanha da Casa da Alemanha, envolvendo a Grande Monarquia em uma conflagração de guerras, que constituem o quadro da Guerra caracteristicamente *revolucionária* dos Trinta Anos; assim começando o ano de 1640 pela rebelião da Catalunha, terminou pela Revolução do 1º de Dezembro em que Portugal proclamou a sua independência e autonomia nacional. E era tão lógico o momento para a Revolução inadiável, que o Alcaide-mor de Mourão, Pedro de Mendonça, diante do Duque de Bragança, na tapada de Vila Viçosa lhe declarou, que se ficava na apatia hesitante, Portugal se constituiria em República, como a Holanda: «a Europa, como observa Heeren, apresentava um espectáculo inteiramente novo: a Áustria em guerra com a Suécia, e com a maior parte dos estados protestantes da Alemanha; a Suécia com a Áustria, Baviera e Saxe; a França com a Áustria e os seus aliados e a Espanha; e Espanha com a França, Portugal e os Países Baixos.» (*Op. cit.*, p. 108). Era uma corrente que arrastava para o estabelecimento de um novo equilíbrio político da Europa, e Portugal pela sua independência, além da importância que lhe dava a sua posição geográfica «*achou-se o aliado natural de todos os inimigos da Espanha*». (*Id.*, p. 112). A Revolução de 1640, conhecida apenas pelo acto que se passou no dia 1º de Dezembro, e desligada da sua conexão do movimento europeu, é uma lenda maravilhosa que se tornou tradicional nas narrativas de Passarello, de D. Luís de Meneses, e dos Prodígios da Restauração acumulados pelo jesuíta P.º João de Vasconcelos, sob o pseudónimo de D. Gregório de Almeida. Não foi «*uma revolução feita com êxito milagroso – posta em cena com toda a possível leviandade*»<sup>61</sup>; caminhou-se conscientemente, tendo assegurado o desembarque de 7.000 homens por ordem do governo francês, pelo cônsul Mr. de Sainte-Pé, e dado o caso de insucesso, a presença de uma esquadra para levar os comprometidos. Richelieu servia assim o seu vasto plano político do enfraquecimento da Espanha. O Duque de Bragança não acederia à chamada momentosa se não tivesse a prova de que seria socorrido pela*

<sup>60</sup> *Manual Histórico do Sistema Político dos Estados da Europa*, P. I, p. 84.

<sup>61</sup> J. de Vasconcelos, *El Rei D. João o 4º*, p. V. Nas Cartas dos Jesuítas, chamam à Revolução *Las Locuras de los Portuguesiños*. (Col. da Acad. de Hist.).

França; tornava-se-lhe angustiosa a espionagem e as traições do castelhanismo, não se podendo fiar da nobreza portuguesa, desde que a maior parte dela dirigiu ao rei (Filipe IV) um papel – «no qual *estranhava a desobediência dos vassallos de Catalunha*, significando grande sentimento e oferecendo em momento tão crítico os ânimos e as vontades. Algumas Câmaras e entre elas a de Lisboa, manifestaram votos iguais em frases mais ou menos lisonjeiras. Filipe IV respondeu (carta de 29 de Julho de 1640) agradecendo o amor do país...»<sup>62</sup> Na hora da revolução, o Corregedor do Cível Dr. Francisco Soares de Albergaria, deixa-se matar, bradando – Viva el-rei D. Filipe; e o Alcaide-mor de Torres Vedras D. João Soares de Alarcão escrevia da fronteira para onde fugira, em carta a seu irmão: «eu me vou lançar aos pés de Filipe, meu Rei, porque me parece força não me apartar dos a que uma vez me deitei, nem em minha consciência pude nunca achar razões bastantes para quebrar o juramento e homenagens feitos a um Rei que conserva o ser católico... Com minha espada o hei-de acompanhar até à morte, e se de todo o vir desbaratado, com lagrimas a seus pés, chorarei as suas rumas.» É uma amostra do *partido espanhol*, que chegara até a penetrar no palácio de Vila Viçosa e a fazer a discórdia entre D. Teodósio II, nacionalista intransigente, e o Duque de Barcelos seu filho. O retraimento de D. João IV justificava-se por esta obliteração do sentimento nacional da nobreza; em 24 de Agosto de 1640 foram chamados pelo governo de Madrid os fidalgos, comendadores e cavaleiros das Ordens Militares para acompanharem Filipe IV às Cortes de Valência e Aragão. Não era possível eximir-se o Duque de Bragança ao mandado decisivo; os que trabalhavam pela causa da revolução fizeram-no compreender que *melhor era morrer em campanha*, do que em um cárcere perpétuo e ignorado. Por todas estas colisões, da política europeia e do governo castelhano, das defecções internas e das traições a que se via exposto, o Duque de Bragança prestou-se a deixar os seus ócios opulentos de Vila Viçosa, as melhores horas de boa música da sua Câmara e Capela, as longas caçadas aventurosas na Tapada, para vir ser jurado nas Cortes Constituintes de 1641. E na lhanza dos seus gracejos, ao ver-se rei de Portugal dizia: «*Para ser rei necessitou Deus trabalhar com ambas as mãos; com uma tapou-me os olhos, com a outra trouxe-me pelos cabelos.*»<sup>63</sup> E completando a expressão sintética das lendas, a esposa que lhe escolheu Olivares, a castelhana D. Luísa de Gusmão, para arrancá-lo da já deplorável hesitação, declarou-lhe: *Mais vale Rainha, uma hora, do que Duquesa toda a vida*. Para os que visam os factos no seu mesquinho ambiente pessoal, a Revolução de Portugal foi um milagre; só viram os cavalheiros que se dirigiram ao paço e arrojaram Miguel de Vasconcelos da janela abaixo, detiveram a Duquesa de Mântua incomunicável, indo com ordem por ela escrita tomar a entrega do Castelo, apoderar-se da fortaleza de S. Julião da Barra e irem depois celebrar um *Te-Deum à Sé*. Em que condições se achava a Grande Monarquia espanhola, para dar-se um tal sucesso? Escreve o Visconde de Santarém sobre documentos diplomáticos: «desde 1620 a formidável Monarquia que Carlos V e Filipe II tinham formado dos Países Baixos, de Milão, das Duas Sicílias, e dos vastos países das índias Orientais e Ocidentais, caminhava a passos largos para a sua decadência e ruma sob os reinados de Filipe III e IV; – os imensos tesouros que tinham achado na América haviam sido consumidos na guerra contra a Holanda, no quimérico projecto de mudar a ordem da sucessão estabelecida em França, finalmente em uma tentativa infrutuosa contra a Inglaterra, posto que todas estas causas tivessem abatido o grande Poder, nem por isso o orgulho e esse prestígio do seu antigo poder deixou de

---

<sup>62</sup> Rebelo da Silva, *Hist. de Portugal*, t. III, p. 61.

<sup>63</sup> «Refere um grande vulto do século XVIII». (Conde de S. Lourenço?). José Silvestre Ribeiro, *A Restauração de Portugal*, Lisboa, 1885.

sobreviver...»<sup>64</sup> Quer dizer, subsistiam as farroncas do Castelhanismo, a desorientação e a insânia.

Qual o estado do espírito português e do sentimento nacional sob o domínio espanhol? Manifestou-se sempre a aspiração da sua independência. O Duque de Bragança D. Teodósio II, em 15 de Outubro de 1592, em um protesto escrito afirma a sua sucessão legítima à Coroa de Portugal. O Visconde de Santarém relaciona este acto com a declaração de Henrique IV contra a usurpação de Portugal pelo monarca espanhol; embora se interprete este facto, visando o Prior do Crato, que faleceu em 1595, é evidente que ficou iniciado o plano político do monarca francês contra a grandeza da Casa de Áustria separando os domínios da Espanha e da Alemanha. Em 1596 assinou-se em 17 de Maio a Liga ofensiva e defensiva entre a França e Inglaterra, resolvendo convidar para essa Liga os estados e príncipes inimigos da Espanha. Isto reflectiu sobre o fervor dos partidários do Prior do Crato, e de quantos ainda plausivelmente acreditavam na sobrevivência de D. Sebastião, confiando na *sua vinda*. A morte de Filipe II em 1598, veio suscitar as esperanças de reivindicações da autonomia nacional, porque os seus sucessores trataram de fraudar e suprimir os foros e garantias jurados pelo invasor nas Cortes de Tomar de 1581; a intensidade das *esperanças sebásticas* entre o povo, chegou a causar receios aos governantes castelhanos, pelo desenvolvimento de uma activa elaboração de escritos proféticos, em forma de *Trovas*, que se recitavam e interpretavam. O embaixador em Madrid, Conde de Barrault, comunicava em carta de 20 de Fevereiro de 1602 para o governo francês, a agitação dos ânimos em Portugal contra a dominação castelhana, que além da independência lhe destruíra a sua prosperidade e riqueza. (*Quadro Elem.*, t. IV, p. CLIX). E em 13 de Julho escrevia o embaixador francês: «que a desconfiança que os Espanhóis tinham dos Portugueses, se achava levada ao último ponto; –que a gente de Lisboa tinha *inteligência com os estrangeiros para se libertarem da sujeição de Espanha*». (*Ibid.*). Que «não estavam no seguinte ano de 1603 os ânimos dos Portugueses mais tranquilos. A este respeito refere em 5 de Junho, à sua corte uma particularidade curiosa, que *em Lisboa e outras cidades de Portugal havia um movimento surdo por causa do pretendido D. Sebastião, o que inspirava alguns receios aos Espanhóis*». (*Ib.*, p. CLX).

A notícia da morte de Henrique IV causou em Portugal um grande sentimento, como participou o embaixador de França, Vaucelles, e que estavam na esperança de se libertarem; «factos que mostravam quanto os Portugueses esperavam da França e do reconhecimento que se consagrava à memória de Henrique IV, que nunca viu de bom grado a dominação castelhana em Portugal, e quanto lhes era insuportável o domínio estrangeiro». (*Ib.*, p. CLXIX).

Todas estas esperanças procuravam objectivar-se: D. Teodósio II, Duque de Bragança, pela sua intransigência com o castelhanismo, tornou-se um foco de convergência moral; foram numerosas as obras que poetas, moralistas e eruditos lhe dedicaram. Quando D. Sancho de Mascarenhas foi a Vila Viçosa notificar-lhe que se pensava em aclamá-lo, ele opôs a *sua esperança*, que D. Sebastião *ainda era vivo*, e consultava as beatas italianas por intermédio de S. Bernardino de Sena. Existia a revolução nos espíritos: o povo estava esgotado das constantes levadas para os Terços de Flandres e para as Armadas contra a França e Holanda; o comércio português sofria as hostilidades de Holanda na sua luta entre a Espanha; a nobreza de Portugal era excluída dos altos cargos, e arrebanhada para Madrid; as Ordens monacais eram forçadas a contribuírem para as lutas dos Estados protestantes, e pela sua prédica entre o povo

---

<sup>64</sup> *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal*, t. IV, p. CCX.

alentava-o nas esperanças de reivindicação da independência nacional; ligavam as profecias daniélicas com as esperanças britónicas. Lisboa era o ponto decisivo para a revolução que os acontecimentos impunham; o Tejo ficou livre da Armada de Oquendo, e antes de se conhecer em Madrid a rebelião (como amesquinhando o movimento nacional), já em todos os pontos de Portugal estava proclamada em plena unanimidade a Revolução do 1º de Dezembro. Revolução sem sangue, como a de 1385, como a de 1820, e a de 1910. Como são forças morais que acordam, aparecem como epónimos as capacidades mentais de um João das Regras, um João Pinto Ribeiro <sup>65</sup>, um Manuel Fernandes Tomás.

Um dos primeiros actos de D. João IV, bem aconselhado pelo exímio jurisconsulto Tomé Pinheiro da Veiga, foi a convocação das Cortes Constituintes, que se reuniram em Lisboa em 20 de Janeiro de 1641; convocados os deputados, dois cidadãos por cada cidade ou vila do reino, realizou-se a aclamação em 28 de Janeiro nos Paços da Ribeira. Acto sublime em que se proclamou o princípio fundamental de todo o poder – a *Soberania nacional*, extinta pelo imperialismo da Casa de Áustria contagiado a D. Manuel. Esse princípio foi lucidamente formulado pelo insigne jurisconsulto Francisco Velasco de Gouveia, que a reacção católica expulsara da Universidade de Coimbra; o livro *Justa Aclamação*, justificando a Revolução portuguesa, juridicamente demonstra com nitidez como os povos em acordo das suas vontades, possuem o poder soberano, que delegam temporária e condicionalmente nos reis.

A Musa jocosa também tomou sua parte nos acontecimentos políticos, celebrando a independência de Portugal como uma separação por incompatibilidade entre cônjuges.

#### MOTE E GROSAS QUE SE FEZ NA ACLAMAÇÃO DEL REI D. JOÃO O QUARTO

Portugal e mais Castela  
nunca foram bem casados,  
agora estão apartados,  
dizem que sem querer ela.

Um ilustre cavaleiro  
chefe de sangue real  
por nome Dom Portugal  
era mancebo solteiro.  
Vendo-o rico e sem herdeiro  
a um casamento anela,  
toda a dama nobre e bela,

---

<sup>65</sup> Acerca de JOÃO PINTO RIBEIRO, escreve Fr. Fortunato de S. Boaventura nos *Subsídios para se escrever a História literária de Portugal*:

«Quem foi, se não ele o primeiro e principal motor da restauração de 1640? Quem persuadiu e meteu ânimo ao Duque de Bragança para cometer uma das empresas maiores e mais arriscadas... Quem removeu as maiores dificuldades, levou ao fim aquela obra estupenda e maravilhosa que mais de uma vez chegou a pontos de faltar e perecer de todo? – Não teve, não conheceu outra ambição, que a de servir e melhor pudesse – a sua Pátria e nem houve fadiga, nem obstáculo, nem sacrifício que o aterrasses ou fizesse esmorecer. Tinha sido Juiz de Fora de Trancoso, era Agente da Sereníssima Casa de Bragança ao tempo que rebentou a conjuração portuguesa e ninguém o viu alegar serviços, quando ninguém os tinha como ele, nem solicitar galardão ou recompensa, que ninguém como ele merecia. Corre-se a lista das mercês feitas no reinado de D. João IV, e não aparece o nome deste herói...» (*Op. cit.*, p. 172).

Parma, Sabóia e Bragança,  
casa enfim com má liança  
*Portugal e mais Castela.*

O casamento foi feito  
fora da sua Igreja,  
porque a cobiça sobeja  
nem a Deus guarda respeito.  
E como houve este defeito,  
muitos deles encadeados  
nasceram, que malogrados  
os fizeram de tal sorte  
que por sempre lhe dar morte  
*nunca foram bem casados.*

Tinha a mulher tais costumes  
que em vez de pedir a mão,  
puxava de cabeção  
ao marido com ciúmes;  
fez-lhe ele então seus queixumes  
sentindo os juro quebrados,  
e os comeres tão salgados,  
que o sal lhe tirava o gosto,  
Em fim por quinto desgosto  
*agora estão apartados.*

Ele vive mui contente  
por ver que se desquitou,  
ela o desquite chorou  
que o bem perdido se sente,  
cuida porém muita gente  
que Portugal torne a vê-la,  
mas se houver de recebê-la  
será com festas de fogo  
e pode ser seja logo,  
*dizem que sem querer ela.*<sup>66</sup>

Na obra do P.<sup>o</sup> João de Vasconcelos, *Restauração de Portugal prodigiosa*, lêem-se factos que têm escapado à atenção dos historiadores. Assim da aclamação de D. João IV em Leiria, lê-se: «Com muita festa e contentamento de todos foi El-rei aclamado na cidade de Leiria, levou a bandeira da Câmara D. Luiz de Noronha, *Marquês* que foi de *Vila Real*, por SCU filho D. Miguel, *Duque de Caminha*, lhe escrever de Lisboa, a muita mercê que El-rei lhe fizera de Duque e a ele de Marquês, dos quais títulos havia poucos dias os privara El Rei de Castela por carta sua; acabada esta acção veio-se para Lisboa a beijar a mão a El-rei, e assistir-lhe no Conselho de Estado; porém não lhe durou tanto bem, porque aos 29 de Julho foram presos por entrarem em conjuração de lesa-majestade e aos 29 de Agosto foram degolados no Rocio com outras pessoas...» (*Op. cit.*, p. 294). O jovem Duque de Caminha, com 27 anos de idade, fez parte da corte

---

<sup>66</sup> Ms. L-3-58, *Bibi. Nac.*, fl. 468.

constituente, que aclamou rei de Portugal o Duque de Bragança, e em obediência paterna é que entrou na conjuração. Como membro do Conselho de Estado o Marquês de Vila Real foi aliciado pelo Arcebispo de Braga, D. Sebastião de Matos de Noronha, presidente do Desembargo do Paço, do Conselho de Estado, tendo sido assistente ao despacho da Princesa Margarida, Duquesa de Mântua; ele próprio envolveu seu sobrinho o Conde de Armamar, Rui de Matos de Noronha, com 23 anos de idade. O plano foi sugerido e dirigido pela Duquesa de Mântua, recolhida pelos revolucionários em um convento, onde a visitavam os altos funcionários do estado, que D. João IV conservava nos seus lugares. Tolerância generosa que determinaria uma fácil restauração, que era apoiada pelo Inquiridor geral, D. Francisco de Castro, e fortalecida pela Junta de Madrid *Intelligencia secreta*, em que entraram alguns fidalgos portugueses residentes na corte, sob ordem de Filipe IV. Era impossível aos fidalgos portugueses regressarem a Portugal, apesar das quantias depositadas na Rochelle e na Holanda pelo novo monarca para se repatriarem. As angustiosas aventuras que o Conde de Castelo Melhor, João Rodrigues de Sousa de Vasconcelos, afrontou para regressar à pátria excedem os romances mais sensacionais. Esse núcleo de fidalgos portugueses era um centro de atracção para os que não estavam satisfeitos com a restauração bragantina. D. João IV no seu terror reconheceu-o, e a 19 de Dezembro de 1640 proibira sob pena de morte e confisco passar sem licença de Portugal para Espanha, bem como cartas e papéis dirigidos a súbditos castelhanos ou sujeitos a esse governo. Apesar do draconismo do alvará, grandes titulares portugueses fugiram em um bergantim em 7 de Fevereiro de 1641, dirigiram-se para um dos portos de Castela. Foi grande a impressão desta fuga sobre o espírito popular; desde logo tornaram-se suspeitos o Arcebispo de Braga D. Sebastião de Matos de Noronha e o Marquês de Vila Real. O procurador da Coroa Tomé Pinheiro da Veiga requereu contra os trãnsfugas, sendo condenados à revelia na perda de bens e honras; dando-se apesar das severidades as reincidências.

São mordentes os Epigramas dirigidos a Tomé Pinheiro da Veiga, o incomparável escritor estilista da *Fastigímia*:

O vosso nome, Tomé,  
Tem dois sub-postos num só;  
Se por cão vos chamam *Tá*,  
Por bode vos chamam *mé*.

Se *pinheiro* vos dizeis,  
É nome de tal maneira  
Que a lenha para a fogueira  
No mesmo nome acendeis;

Nem vos falta para arder  
Lugar muito acomodado,  
Que para seres queimado  
Vossa *Veiga* o pode ser.

Um outro Epigrama denuncia a traição do Arcebispo de Braga: *Pasquim a S. Majestade, que se não fiasse de D. Sebastião de Matos arcebispo de Braga*:

Amo-vos tanto, Senhor,  
Que uma cousa vos direi:  
Que há-de ser traidor ao Rei

Quem foi ao reino traidor.  
Não cuideis que é valor  
Ter paixões dissimuladas,  
A traições tão declaradas  
Haja públicos castigos  
Que estão perto os inimigos  
E em *matos* sempre há ciladas.

Se queimais estes *matos*,  
Fique o campo descoberto  
E os que andam dos tratos perto,  
Andem mais perto dos tratos.  
Que não tardeis nos recatos,  
Como bom vassalo rogo,  
Porque o mal forças não tenha,  
Já que põe de casa a lenha,  
Ponde vós de casa o fogo.

Havia um certo ressentimento de D. Sebastião de Matos contra D. João IV, por não ter aceitado o banquete que lhe preparara, sendo então Bispo de Elvas, quando em 1634 fora esperar sua esposa D. Luísa de Gusmão, vinda de Badajoz: «ao receber os ilustres noivos, se embarçou em si mesmo e caiu (o bispo) no que muitos quiseram ver um prognóstico ou ameaça de desgraça que veio a experimentar pelo crime de rebelião contra o próprio Duque depois de aclamado e reconhecido rei.»<sup>67</sup> Por sentença de 23 de Agosto de 1641 foi preso na Torre de S. Julião da Barra onde morreu, em 1644. Os seus tristes cúmplices foram *degolados* com todas as formalidades nobiliárquicas em 29 de Agosto na praça do Rossio. Segundo o escritor inglês coevo John Danncy, referindo a expulsão dos espanhóis de Portugal, sob narrativa de testemunho ocular, diz que a execução fora no último dia de Agosto. O erudito Guilherme J. Carlos Henriques, resumiu desse livro publicado em 1661 o quadro impressionante da execução. Tem por título a obra *A compendious Chronicle of Kingdom of Portugal from Alphonso the first King to Alfonso the Sixth, now reigning*; eis a narrativa abreviada: «Um comprido corredor conduzia ao cadafalso, que foi construído com três andares, no mais elevado dos quais havia *duas cadeiras*, no do meio uma cadeira e no mais inferior outra.

«O primeiro levado ao suplício foi o Marquês de Vila Real, vestindo comprida opa de burel preto. Ia acompanhado de seus criados, todos vestidos de luto. Tendo subido ao andar mais alto, ajoelhou e rezou durante bastante tempo, e depois erguendo-se perguntou se nenhuma esperança de perdão havia? A resposta foi um grito unânime do povo que atulhava o Rossio: – Morra! morra o traidor! Em seguida fez-se a proclamação do costume, recebida com gritos de – Justiça! Justiça!

«Vendo o Marquês que nenhuma esperança havia de comutação da pena, pediu perdão aos assistentes e que o acompanhassem com as suas preces; encarregou o padre da Companhia, que aí estava, de pedir por ele perdão a El-Rei e à Pátria, e feito isto sentou-se na cadeira, às pernas da qual seus braços e pernas foram amarrados, *deitou a cabeça para trás, nas costas da cadeira, e o carrasco cortou-lhe as guelras com uma faca, tapando-o depois com um pano preto.*

«Em seguida veio o jovem Duque de Caminha ao mesmo andar do cadafalso, também acompanhado de seus criados vestindo luto. Chegado ao pé do cadáver do pai,

---

<sup>67</sup> Ramos Coelho, *Vida do Infante D. Duarte*, t. I, p. 135.

ajoelhou e beijou-lhe os pés bastantes vezes; depois pediu aos espectadores um padrenosso pela alma de seu pai, rezou, ouviu fazer a proclamação, sentou-se na cadeira fatal que lhe era destinada e também teve cortada a guela.

«O terceiro a sofrer foi o Conde de Armamar, que foi morto do mesmo modo, no segundo andar do cadafalso.

«O quarto e último dos nobres foi D. Agostinho Manuel e Vasconcelos que, sentado na cadeira do pavimento inferior, levou o cruel golpe que o separava para sempre da sua jovem esposa.

«Diz o historiador inglês, que os juizes queriam que a *degolação se fizesse pela nuca*; mas el-rei não confirmou a sentença por demasiada ignominia para pessoa da hierarquia dos réus.

«Os plebeus Pedro de Baeça e Melchior Correia de França foram enforcados em elevadíssima força; e Diogo de Freitas Nabo e António Valente em forcas de menor altura.»<sup>68</sup>

Esta repressão instantânea e cruenta de D. João IV, justificava-a um seu panegirista, porque lhe dera uma trégua de dez anos (1646 a 1656); tão sangrento facinorismo não era do temperamento natural dos Braganças, mas da consorte castelhana, que actuou sempre nas suas resoluções. D. João IV, levado na sua organização de artista, fundou a mais bela e completa Biblioteca Musical do século XVII; deve-se-lhe portanto aplicar com justiça este juízo que formulou Renan no seu estudo sobre a Arte na Idade Média: «O historiador da Arte não é sempre levado a proferir sobre certos personagens os mesmos juízos que o historiador da política e dos costumes. Tal tirano das cidades da Itália conspurcado de crimes e digno das maldições da posteridade, ocupa na história da Arte um lugar honroso.»<sup>69</sup> A precipitação das execuções foi provocada por um terror feminino do carrasco castelhano. Esperava-se com angústia a Armada de Socorro que se organizara na Holanda, comandada por D. Francisco Manuel de Melo; logo à sua chegada, sabendo das execuções, teve conhecimento de que seu tio D. Agostinho Manuel, o poeta e o historiador crítico, fora um dos trucidados. Tudo lhe revelou desde logo a pavorosa atmosfera de suspeições que envolvia os espíritos.

Desde a sua chegada a Portugal encontrou D. Francisco Manuel de Melo uma surda e persistente má vontade, que acumulando-se desvendou o mistério da sua perseguição. No livro de Fr. António Segner, *História do Levantamento de Portugal*, falando dos portugueses que tinham fugido do serviço do rei de Espanha para virem para a corte de Lisboa, aponta o «Maesse de Campo de Flandres, D. Francisco Manuel de Mello, a quien su Majestad embiava a Flandres con plaça de Maesse de Campo con dos mil escudos cada año sobre todo soldo. No recibieron con gusto en Lisboa... en especial a los dos Maesses de Campo, porque los pareció hazer a dos visos; y assi nunca les fiaron frontera, ni vaso de pelear.»<sup>70</sup> D. Francisco Manuel de Melo chegara a Lisboa com a Armada de socorro, que comandara, e foi recebido com alvoroço pelo povo, apresentadas as felicitações da Cidade pelo Juiz do Povo e Casa dos Vinte e Quatro; D. Francisco reconheceu pelo retraimento do Senado da Câmara, a hostilidade que contra si existia. Na *Epístola Declamatória* a D. Teodósio o revela: «Pouco advertidos desta demonstração estavam *aqueles* que ao próprio povo de Lisboa quiseram fazer que visse minhas acções pelos vidros torvos dos seus affectos. » No inédito *Tácito Português* consigna, que houve o plano de mandarem a Armada chegada de Holanda à Ilha Terceira, que ainda estava sede militar dos Espanhóis, indo ele como segundo comandante, mas que o escusaram por *razão ou fatalidade*. E no 2º Memorial a

---

<sup>68</sup> No *Damião de Góis*, do 1º de Janeiro de 1909.

<sup>69</sup> *Rev. des Deux Mondes* (1826), t. XI, p. 221.

<sup>70</sup> Citado por Prestage, *D. Francisco Manuel de Melo*, p. 163.

D. João IV, frisa esta muda desconfiança: «Os postos para que V. Maj. foi servido destinar-me – se movia a fazer mercê deles não por algum género de diligencia minha. *Aqueles, em que todos cuidavam que poderia ser empregado, se desviaram.* Eu, observando como pude o semblante de minha fortuna, em nenhum posto falei jamais...» E mais adiante revela o ponto concreto da suspeição: «No mesmo dia em que eu estava diante de um esquadrão governando contra os inimigos – estava alguma pessoa nesse paço, persuadindo a V. Mag. *me mandasse prender, porque eu sem duvida – a juízo da sua bondade – ia com ânimo de me passar para Castela*». A tradição que chegou ao Conde de S. Lourenço, era que D. Francisco Manuel de Melo se tornara «*suspeitoso ao rei por algumas informações de Castela ou verdadeiras ou falsas...*».

D. Francisco Manuel de Melo ia conhecendo a anulação a que o arrojavam, e na *Epístola Declamatória*, sempre garboso conclama: «Tão pouco parecerá imodéstia (sendo certo) dizer a V. A. *que não há neste reino, senão eu, outro homem que fosse Mestre de Campo em Flandres*, e que fosse eu lá primeiro que aqui cingissem espada muitos cabos, que gloriosamente a desembainharam em serviço de S. M. e V. A. Ouso fazer esta lembrança, porque toca não a meu louvor, senão ao daqueles que em breves anos souberam merecer tanta honra e nome, como a eles se conhece. Alguns capitães dos de meu terço, mandam hoje, com notória satisfação, exército e províncias deste reino; meus ajudantes governaram praças, e de presente dirige algum toda a cavalaria de uma província, como único cabo dela. Um capitão general de largo estado de S. Maj. foi sargento da minha companhia, e sargentos mores, que de mim receberam ordens e disciplina, é um grande número o que se acha repartido pelos exércitos, províncias destes remos e conquistas.» No 2º *Memorial* mostra as humilhações a que foi exposto sendo afastado do exército e mandado, «encarregou a condução de todas as tropas rendidas por suas armas em Castela», apesar das razões que expusera «para que V. M. *me escusasse de misturar com aquela gente, porque sem falta isto seria dar novas asas com que voasse o ódio de meus inimigos*». Mas para mais o ferirem foi mandado empregar-se «na condução e comando dos soldados reformados de Flandres e Catalunha, que andavam na corte» por decreto de 5 de Novembro de 1641. E esse irrisório acinte continuou-se pelo decreto de 16 de Novembro de 1643, para que «recebesse os soldados que andavam vagos na corte, daquelas tropas dos rendidos de Castela... mais de setecentos homens, que para o poder do inimigo não voltaram».

Trabalha-se para aniquilar aquela notabilidade já europeia; era fácil mal interpretar actos de D. Francisco Manuel de Melo como *delle juego*, mas ele estava tranquilo porque só de D. João IV eram conhecidos os seus ininterruptos serviços à causa da independência de Portugal. O rei que ele ajudara a pôr no trono era um egoísta covarde; tudo ocultou para comprazer com os ódios, deixando sucumbido nas intrigas o homem digno, sancionando as iniquidades da justiça. Ainda Prestage, que tão completamente estudou e documentou a sua vida, aponta factos que o colocam suspeito na crise de Revolução de 1640: «que em lugar de apressar a sua partida para Portugal, sacrificando tudo à ideia patriótica, levará meses em solicitar mercês de postos e dinheiro. De mais a mais mostrava empenho em que a sua reputação fosse reabilitada. Estamos por isso obrigados a concluir, que no principio tencionava ficar ao serviço do Rei Filipe, mudando depois por motivos que ignoramos.» (*Op. cit.*, p. 152). Os factos anulam estas hipóteses: D. Francisco Manuel de Melo foi o escolhido para fazer a pacificação dos tumultos de Évora; e expôs um relatório verbal ao Conde-Duque, que lhe fez um forte questionário: «passou a perguntar pelas forças e disposições em que se achava o espirito da Estremadura. Informei-o, segundo o que sentia, dizendo-lhe: – Que o exército era pequeno, mas para a moderação e descuido em que se os Portugueses achavam muito inferiores, forças seriam excessivas; – não tornei a ser ocupado nem por

esse desvio me escusei à sua observação, tanto pela julgar importantíssima à Nação portuguesa, quanto porque tinha nela mais que a parte comum, os passos, perigos e dispêndios, que já me havia custado.» (*Epanáforas*, p. 130). Trabalhava para a Revolução, sustada pela irresolução do Duque de Bragança que chegara a declarar que se fosse preciso renunciaria aos seus direitos. A guerra da Catalunha estando na maior intensidade, D. Francisco Manuel de Melo, pelo seu saber militar, é mandado como assistente e ajudante do Marquês de los Velles; exercia pelas suas qualidades um grande prestígio no exército espanhol nessa campanha de 1640. O traidor Diogo Soares concitava contra o activo disciplinador a desconfiança do Conde-Duque de Olivares: «alegando-lhe que, desde o exercito da Catalunha, onde servia, e com tanta intervenção nele, *poderia por mãos dos Catalães, fazer a Castela muitos desserviços em proveito deste Reino.*» Deu-se a Revolução do 1º de Dezembro de 1640 e a aclamação de D. João IV; ordem de Filipe IV para que o Mestre do Campo D. Francisco Manuel de Melo fosse preso e enviado para Madrid com grande segredo, trazido por mar a Valência e entregue ao poder do rei de Espanha. D. Francisco Manuel alude ao caso, nas *Epanáforas*: «Fui o primeiro português, que em Castela padeceu pela fé do Reino, e vindo prezo para a Corte desde Catalunha (em cujo exercito me achava servindo não inutilmente) já depois de calificado o meu procedimento por ocultar diligências, e *quatro meses de prisão áspera*, fui solto, e reduzido à presença do Conde Duque, o qual vendo-me, se antecipou a falar-me estas próprias palavras:

– Ea, Cavallero, *ele há sido un erro, pero erro con causa*. Bien se acordará lo que me dixo en el Prado; pues para que pudo ser bueno acreditar tantas acciones contingentes? No se ne quales se volvieron su Bragança, su Ferreira, su Vimioso...»

Como poderia pois apresentar-se rapidamente em Lisboa após o 1º de Dezembro de 1640, se D. Francisco Manuel esteve até Março de 1641 preso incomunicável, e quando eram postos todos os embaraços aos portugueses, e mais de duzentos fidalgos que tinham sido chamados a Madrid, para se repatriarem?

Estando preso, por não condizerem as informações que dera sobre os Tumultos de Évora com o êxito da Revolução de 1640, a que a nação portuguesa aderiu unanimemente, por certo que uma sentença de morte era a expectativa de D. Francisco Manuel de Melo, tal como a do seu amigo Conde de Castelo Melhor. O Memorial apresentado em Fevereiro de 1641 a Filipe IV, alegando «dezesseis anos de serviços contínuos em guerra viva, achando-se nos maiores transe, ferido algumas vezes» fê-lo forçado para desfazer «*a sinistra relação* que a S. Maj. se fez, em que se seguem muitos trabalhos e *detrimento em sua reptação*» (refere-se às denúncias do terrível Diogo Soares) declara que sempre foi fiel e verdadeiro servidor *como se tem conhecido e exigido suas obrigações*, e pede para voltar ao serviço em Milão ou em Flandres, atendendo a sua qualidade, serviços e trabalhos, que continuados tem padecido e com *a rebelião de Portugal tem perdido* «sua fazenda...

Com esse Memorial D. Francisco salvou-se da morte, por que a Junta de Execução em 9 de Março de 1641, foi de voto que com o soldo de reformado vá servir em Flandres «*pelo bem que tem servido*, se lhe dêem 50 escudos mais porque não goza as *mercês que lhe tinham feito em Portugal*». D. Francisco Manuel de Melo em cárcere áspero não podia saber se a Revolução de Portugal se mantinha; e bem saberia que o Duque de Bragança podia a cada momento converter sua *renúncia* em uma abdicação combinada com o Conde-Duque, que lhe fizera o casamento com uma Medina Sidónia; e mesmo o pedido para ir servir em Milão ou em Flandres foi o único expediente para conseguir sair de Espanha, *ensinando o caminho para Inglaterra*.

Por aviso de 23 de Novembro de 1640 foi comunicado a D. Francisco Manuel de Melo, que Filipe IV lhe fizera a mercê de *uma Comenda até trezentos mil réis*; como se

deu o acontecimento da Revolução do 1º de Dezembro em Portugal, representou D. Francisco em Fevereiro de 1641, estando por esse efeito preso em Madrid «que V. Mag. atendendo à sua qualidade, serviços e trabalhos que continuados tem perdido, e com a rebelião em Portugal tem perdido a sua fazenda... espera que o rei o ocupe no seu serviço». A Junta de Execução, apontando as mercês que recebera *pelo bem que tem servido*, e porque *não goza as que lhe tinha feito em Portugal*, S. Maj. recomenda ao Cardeal Infante que o ocupe conforme sua qualidade e serviços.

Em Maio de 1641 apresentava outro Memorial a Filipe IV D. Francisco Manuel de Melo, «Mestre de Campo que foi de um Terço de Infantaria portuguesa, que no ano de 1640 foi S. Maj. servido fazer-lhe mercê de *uma Hidalgia na Coraa de Portugal* para que pudesse valer-se dela nos empenhos em que se achava para ir servir na Catalunha, pois pelos movimentos daquele Reino não pode gozar dessa mercê, suplica V. Maj., que para fazer como faz resignação nas suas reais mãos se sirva conceder-lha em um hábito das três Ordens Militares, para que a possa ceder em pessoa que lhe pareça.»<sup>71</sup> E em outro Memorial pedia que o soldo que há-de gozar em Flandres se eleve a mil escudos em quanto não entre a gozar as mercês que lhe estão feitas em Portugal, e para as despesas da viagem lhe permita introduzir até 50.000 ducados da Fazenda de França ou da Holanda. (Doc. 47). É admissível que com estes Memoriais que condiziam com os seus costumes de pretendente e de militar da *buena aventura*, ele quisesse por tais expedientes alcançar meio de sair de Espanha; mas as frases sobre o *levantamento de Portugal*, e as suas perdas *pelos movimentos daquele Reino*, e o aumento do soldo elevado a mil escudos, em quanto não entrava no gozo das mercês que lhe foram feitas em Portugal, bastavam para pôr em dúvida a sua confiança na Revolução nacional. Podiam as *informações de Madrid*, fáceis de obter pelo seu inimigo Diogo Soares serem remetidas a D. João IV; mas o próprio D. Francisco Manuel de Melo afirmou a sua lealdade a D. João IV ao chegar a Lisboa, entregando-lhe todos os documentos das mercês pedidas e obtidas.

Como contra-revolução entendeu Olivares favorecer os fidalgos portugueses, para assim restaurar o domínio de Filipe IV: «E o que aconteceu em relação a outros portugueses de importância que serviam em Espanha, os quais ou não foram presos ou o foram e logo estes e alguns até honrados e escolhidos para altos cargos, de que temos exemplos no mesmo D. Francisco Manuel de Mello, que chega a escrever no seu Memorial a D. João IV, que *mais lhe custou desprender-se das mercês do que das cadeias de Espanha.*»<sup>72</sup>

Pelo prisma dos seus terrores D. João IV leu esses documentos, mas não mais contou com D. Francisco Manuel de Melo para a acção; continuou a reconhecer exclusivamente os méritos literários do escritor, mas não fez caso dos Memoriais em que D. Francisco reclamava para a sua justiça.

Côncios desta oculta animadversão de D. João IV, os inimigos de D. Francisco Manuel de Melo acordaram a lembrança de uns ferimentos que fizera em 1632, arrancando armas contra D. Maximo Turriano; foi-lhe passada carta de Perdão, assinada por João Pinto Ribeiro em 10 de Setembro de 1642, atendendo estar morto o agredido e ter sido em legítima defesa. D. João IV, para fazê-lo *entrar no gozo de uma mercê em Portugal* por Filipe IV, em data de 21 de Abril de 1643, despachou-o para uma Comenda da Ordem de Cristo. Na sua ingenuidade cavalheirosa D. Francisco Manuel de Melo não penetrou o sentido dessa graça régia.

«Nasci cercado de obrigações à real Casa de Bragança, ainda as ponho tarde no nascimento, quando é certo as recebi do próprio sangue de que sou engendrado, porque

<sup>71</sup> Prestage, Doc. nº 44. – A Junta da Execução foi do parecer que pedisse outra qualquer coisa.

<sup>72</sup> Ramos Coelho, *Vida do Infante D. Duarte*, t. I, p. 312.

desde que se erigiu este altíssimo estado, até V. A. poucos foram os senhores dele, que se deixassem de criar em os braços de meus tios e parentes, coroando-se este nobilíssimo progresso com a primeira criação e educação de V. A.: nem, sem ofensa da minha obrigação, posso aqui escusar-me de lembrar a V. A., que se meu bisavô paterno, D. Gemes de Melo foi neto de D. Francisco de Faro segundo filho do primeiro Conde de Faro, D. Afonso, que foi irmão segundo do senhor Duque de Bragança D. Fernando. Faço a V. A. presente desta antiguidade, por que se veja que quem traz tão decoradas suas obrigações, bem se segue que não faltaria nelas.»<sup>73</sup>

Este facto do parentesco de D. Francisco Manuel de Melo com a Casa de Bragança, vem esclarecer uma obscura situação da sua vida. Quando em 1643 ainda não tinha rompido a terrível perseguição palaciana, D. João IV, como Grão-Mestre da Ordem de Cristo, nomeou, por alvará de 21 de Abril, comendador da Comenda de Santa Maria de Espinhel, junto a Coimbra, vaga pelo falecimento do Conde de Odemira, D. Francisco de Faro. Este titular era pai de D. Guiomar de Castro, casada com D. Gregório Taumaturgo, 3º Conde de Vila Nova, que a envenenara, tendo fugido para Castela, donde regressou depois de 1640, entrando nas graças de D. João IV. Esta mercê da Comenda de Santa Maria de Espinhel devia ter acirrado a inveja do Conde de Vila Nova, cujo crime misterioso seria conhecido em Espanha, onde se refugiara sob pretexto da chamada dos fidalgos portugueses por Filipe IV. O ódio irrefreável de D. Gregório não se explica bem pelos ciúmes do marido; esse precalço lhe aconteceu nos seus consórcios, como diz o Epigrama, *por efeito da vasilha*; o que o tornava rancoroso contra D. Francisco Manuel de Melo era julgá-lo sabedor do segredo do envenenamento de D. Guiomar de Castro, filha de D. Francisco de Faro, e daí o plano de o envolver em uma tenebrosa intriga, com cúmplices de sua casa. Como Guarda da Pessoa de El-Rei e Gentil-homem da casa do Príncipe D. Teodósio, tinha D. Gregório Taumaturgo a intimidade e confiança do Paço, valendo-se do sistema de espionagem com que D. João IV se defendia. Escreve Joaquim de Vasconcelos: «Uma rede de informadores extra-oficiais comunicava de Madrid todos os segredos da política espanhola a peso de ouro, é verdade. Neste ponto a economia de D. João IV não fazia questão, e pagava generosamente, para não ter de gastar o cêntuplo numa campanha arriscada.»<sup>74</sup> Esse elemento espanhol, que fizera a discórdia entre D. Teodósio II e seu primogénito, agora com os fidalgos que ficaram em Madrid intrigavam *informando secretamente* D. João IV, para fomentarem a anarquia. D. Francisco Manuel de Melo foi um desses *secretamente informados*.

Armado um processo contra o secretário de Estado Francisco de Lucena, rogado D. Francisco Manuel de Melo para testemunhar contra ele, recusou-se imediatamente, ficando logo envolvido na rede das suspeições, como alegou no *Memorial* a D. João IV. Ficou percebendo a trama, e as execuções apareceram-lhe a uma nova luz. Por sentença de 11 de Abril de 1643 é condenado Francisco de Lucena a ser degolado<sup>75</sup>; ele era filho

---

<sup>73</sup> *Carta declamatória* de D. Francisco Manuel de Melo, *Ao Sereníssimo, ao Sapientíssimo, ao Fidelíssimo Príncipe N. Sr. D. Teodósio*. (Bibl. da Universidade, Ms. nº 338. – Publicada no vol. XV do *Instituto de Coimbra*, p. 67 a 72). Andá impressa na *Aula política*, Lisboa, 1720.

<sup>74</sup> *El Rei D. João o 4º*, p. VI.

<sup>75</sup> Para incriminar o secretário Francisco de Lucena e condená-lo à morte, imputou-se-lhe a causa da prisão de D. Duarte, irmão de D. João IV que militava na Alemanha, por não lhe ter enviado a tempo a carta noticiando a Revolução de 1640, para o Infante se subtrair ao ódio castelhano. A demora do aviso da *Aclamação* foi devida aos numerosos mensageiros com cartas para diversos pontos da Europa, entre os quais ia também o aviso para a Francónia. D. João IV quis sacudir de si essa responsabilidade; era preciso sacrificar alguém por ele. D. Francisco Manuel de Melo não se prestou a jurar contra Francisco de Lucena; daí o ódio entranhado que o carácter reservado de D. João IV tornou um suplício lento de nove anos. No *Tácito português* escreveu D. Francisco Manuel de Melo: «O primeiro negocio foi avisar D.

de Afonso de Lucena, secretário, desembargador da Duquesa D. Catarina de Bragança, que sustentara intransigentemente o direito à Coroa de Portugal, mas veio a aceitar despachos de Filipe II. O filho perdeu o cargo de secretário de Estado de seu tio Francisco de Matos, para o Conselho de Portugal em Madrid, sendo transferido depois como secretário das mercês para Portugal. Em Madrid convivera com ele D. Francisco Manuel de Melo, com quem estava aparentado.

Realizada a Revolução de 1640, D. João IV conservou Francisco de Lucena no seu cargo, como conservara todos os altos funcionários. Ficara-lhe um filho retido em Madrid após a Revolução; acusaram-no de se corresponder com o filho, e a rainha D. Luísa de Gusmão que assistia aos conselhos desaprovou o seu parecer de entregar a Princesa Margarida, Duquesa de Mântua, em troca dos fidalgos que estavam detidos por Filipe IV. Mas o ódio da dura castelhana nasceu desde que Francisco de Lucena prestara a sua Quinta dos Peixinhos para residência de D. Duarte e D. Alexandre quando saíram do Paço de Vila Viçosa por não poderem suportar as insolências da cunhada D. Luísa de Gusmão. Quando a jovem esposa do Duque de Caminha, rapaz de vinte e sete anos, recém-casado, foi lançar-se aos pés de D. João IV e da rainha, exorando-lhes o perdão do marido que ocultara a infidelidade do pai por veneração apenas, o par soberano repeliu-a duramente concedendo-lhe por generosidade a permissão de comungar antes da execução. Assistira a esta cena, colaborando no mesmo rigor, Francisco de Lucena, já incurso no antigo ressentimento da Rainha, pelo asilo prestado aos Infantes.

A condenação de D. Agostinho Manuel, tio de D. Francisco Manuel de Melo, revela a acção do *elemento espanhol*; D. Teodósio II, sempre intransigente com o castelhanismo, encarregou D. Agostinho Manuel de lhe redigir o seu testamento. Quando depois da morte de D. Teodósio II, em 1630, o já duque de Bragança leu o testamento, desgostou-se com ele e D. Agostinho teve a ingenuidade de lhe revelar que o redigira. Ficou o ressentimento implacável, sobretudo da Duquesa pela consideração aí ligada ao Infante D. Duarte com quem se incompatibilizara. D. Agostinho Manuel era um poeta e estudioso da história; imprimira em 1627 a *Vida de D. Duarte de Meneses*, o grande fronteiro de África; e em 1639 publicou em Madrid, a *Vida e Acciones del Rey Don Juan el Segundo*, mas com a infelicidade de justificar a severidade de D. João II fazendo decapitar D. Fernando, Duque de Bragança; e para mais infelicidade estava casado em segunda núpcias, ele com 57 anos, com a jovem D. Margarida de Albuquerque, tendo por antepassado o Dr. João Teixeira Lobo, Chanceler-Mor, e *um dos Juizes do processo do Duque de Bragança D. Fernando*. A autolatria heráldica não esquecia nenhum destes factos isolados. Para mais agravar-se a sua situação, em 1639 publicara em Madrid a *Susseccion de Felipe II en la Corona de Portugal*. D. João IV dissimulava o ressentimento e D. Agostinho Manuel ainda poucas semanas antes da execução publicara em 1641 o *Manifesto na Aclamação do Senhor D. João III*. Ele pressentia a sorte que o esperava, e ainda para merecer as boas graças do monarca lhe enviou pelo Conde de Vimioso o Ms. do *Discurso sobre a Casa de Bragança*, para que permitisse a sua publicação, sendo talvez a introdução do *Memorial da Genealogia e*

---

*Duarte*, então ao serviço do Imperador (Fernando III) e atento ao governo do seu regimento, aquartelado no país da Francónia, distrito da corte imperial... Com ser este o primeiro negocio, mostrou a experiência que se *tardou na resolução*, ou *errara no modo*, *umas cartas soltas* que se despacharam e todas perdidas por Flandres, Holanda, Hamburgo, Veneza... *Acaso o alvoroço*, mais que a malícia, *foi o culpado desta inadvertência*.»

Quando em conselho de Estado se propôs a entrega da Princesa Margarida, que conspirava em Portugal, por troca do Infante D. Duarte, então preso na Alemanha, lembrou Lucena, que por ela se trocassem todos os que estavam prisioneiros em Madrid. Foi então que a Rainha, castelhana soberba, disse que se enviasse livre para Espanha aquela que governara Portugal. Tudo isto bastava para jogar a vida de Francisco de Lucena.

*Privilégios da Casa de Bragança* em que trabalhava. D. Francisco Manuel de Melo, no seu *Tácito Português*, mostra conhecer essa antiga dissidência provocada pelo elemento espanhol: «Os moços tem física contradição com os ânimos provecos; faz que *os filhos apartando-se do trato dos pais, quando menos se amam*, a mais das vezes no lugar de amor, que lhes devem, acomodam por vicio aos outros objectos.» Um dos pontos de discórdia era o casamento do Duque de Barcelos com uma dama da alta fidalguia castelhana, ou com *sua prima* D. Maria Ana de Toledo e Portugal, neta de D. Duarte e bisneta de D. Catarina de Bragança. D. Francisco Manuel de Melo assistiu em Madrid, entre o ano da morte de D. Teodósio e o casamento do novo Duque de Bragança com uma Medina Sidónia por *conveniências combinadas com Olivares*. Prestage observa no Esboço biográfico (p. 71): «De 1629 até 1633, há quase uma lacuna na história da vida de D. Francisco Manuel e os seus escritos não trazem referência alguma aos seus actos durante o citado período, mas podemos afirmar que repartia o tempo entre Madrid e Lisboa.» (*Op. cit.*, p. 71). Tratava-se de combinações que determinaram o casamento do Duque de Bragança em 1634; e se D. Francisco por qualquer forma Servia o sentimento nacional nas combinações para que a neta de D. Duarte fosse preferida pelo primo, eis determinado um móvel da perseguição de que D. João IV foi o instrumento *Passivo*, que se aproveita do grande talento literário e artístico de D. Francisco Manuel de Melo e o oprime com a maior insensibilidade moral, quando ele lhe expõe a iniquidade do julgamento e a sua evidente justiça. O antigo *elemento espanhol*<sup>76</sup>, tinha no paço a maior força da intriga, e por ele D. Luísa de Gusmão trabalhava para que o Príncipe D. Teodósio desposasse D. Maria Teresa, filha de Filipe IV. Agora melhor se compreende a trama que anulou D. Francisco Manuel de Melo, e porque os juízes afrontavam a sua justiça «*perdendo-o a ele para se não perderem a si*».

Fundamentando a circunstância de haver uma lacuna na história da vida de D. Francisco Manuel de Melo de 1629 até 1633 notou Prestage, que deste período «*os seus escritos não trazem referência alguma. aos seus actos*». Achemos alusão a dois factos capitais, que actuaram na sua vida. Depois do terrível naufrágio da Armada de D. Manuel de Meneses, D. Francisco Manuel, ao regressar a Lisboa, lembrou-se de abandonar a vida das armas e dedicar-se aos estudos literários, que lhe abriam uma carreira igualmente digna. Por influência materna e impulso próprio, chegou a partir para Coimbra; o Soneto CI, da *Lira de Clio*, reforça o facto apontado por A. F. Barata: «Lemos algures que D. Francisco Manuel *fora depois daquele ano* (do regresso do naufrágio) *a Coimbra, a fim de seguir a carreira das letras*. Seria por 1630, visto que *na primavera de 1631 sabemos que ele partira para o Brasil na Armada de António Oquendo...*» bem fadada pelas preces dos reverendos cônegos, como se vê do documento inédito (a pedido pelo Conde de Basto em circular de 31 de Abril de 1631 aos Bispos e cônegos do reino). No Soneto CI, pede D. Francisco Manuel de Melo ao rio *Arunce* que guarde silêncio sobre a sua ida a Coimbra:

Calla, Arrunque, no digas al Mondego  
Que mi desgracia tu ribera habita...

---

<sup>76</sup> Na *História do infante D. Duarte*, t. II, p. 63, descreve Ramos Coelho: «O *elemento espanhol* influiu profundamente nas discórdias suscitadas entre D. Teodósio e o Duque de Barcelos, e como se formaram mesmo dentro do paço de Vila Viçosa dois partidos; o do pai, composto de grande numero dos seus mais afeiçoados, que aderiam, ou por se julgarem preferíveis, ou por amizade ou dependência, às ideias rígidas e patrióticas que o animavam; e o do filho, em que entravam, além de outros, aquele *elemento*, o qual atraído, enganado por ele, transigia, até certo ponto, com os opressores da nação e com os disfarçados inimigos da Casa.» A influência da orgulhosa esposa castelhana, explica a crueldade e as injustiças do governo de D. João IV, facilmente sugestionado, explorando-lhe a covardia.

Aí mar la inculcará, que sin socego  
Sobre las ondas, que furioso incita...

Sabidas pues *las funebres batalías*  
De mi suerte a desgustos mas agenas,  
Informaran tus aguas, tus sirenas  
Ves lo que escusas, si contigo calías  
*El haverme guardada en tus arenas.*

Perto de Coimbra, em Góis, era o solar do Conde de Sortelha; ele falecera em 1617, repentinamente, mas sua viúva D. Maria Vilhena e a filha única D. Branca da Silveira para ali vinham veranejar. Seria em uma excursão estudantesca nos arredores de Coimbra, que D. Francisco Manuel com os seus vinte e dois anos, se encontrou com a jovem condessinha de Sortelha, na floração dos quinze anos. *Nueva la vi* era a recordação indelével que ficou no espírito do poeta. No entanto ia partir a Armada de D. António de Oquendo para o Brasil em 30 de Abril de 1631, para combater o Almirante holandês; D. Francisco Manuel de Melo não pôde resistir ao impulso intimo da heroicidade e inscreveu-se na expedição. Partiu para o Brasil. Fundamenta-se o facto pelo Soneto XLV, *Apostrophe à la Estrella Norte, passando de America en Europa la linea Equinocial*; porque este regresso não pode entender-se o do *quebrantamento do desterro* em 1658, porque na estrofe segunda ainda se refere a suas loucas ilusões:

Antes tan ciega audacia, entre sus rocas  
Sepulte el mar, ó entre sus golfes hunda,  
Que en nave emplee, dei Amor, segunda  
*Segundo empleo de esperanças locas.*

Barata escreve no seu esboço biográfico: «Sendo certo que António Oquendo voltou logo ao reino, não sabemos se D. Francisco Manuel o acompanhara, ou se por lá ficara algum tempo.» (p. 267). Por circunstância ignorada, D. Francisco Manuel não acompanhou na volta a armada de Oquendo, e isto explica as prisões que sofreu por conselho disciplinar em Lisboa e Madrid. É o único facto que as explica.

Preenchem a lacuna a estada em Coimbra por 1630; o primeiro encontro com D. Branca da Silveira e a primeira ida ao Brasil em 1631 e a demora aí não acompanhando o regresso de Oquendo, e explica a instância com que pediu que fosse trocado o degredo da África e depois da Índia *para o Brasil*.

Entre os projectos de casamento do Duque de Bragança na fidalguia espanhola, falou-se em D. Maria Ana de Toledo e Portugal, neta de D. Duarte, seu tio; mas conveio mais ao Conde-Duque de Olivares, que o casamento se fizesse com D. Luísa Francisca de Gusmão, filha do Duque de Medina Sidónia. Foi o agente secreto e traiçoeiro deste consórcio D. Francisco de Melo, que em uma carta ao Duque de Bragança revela a interferência de Filipe IV e do seu valido: «Entende S. Maj., a necessidade que vossa excelência tinha de casar-se e a conveniência dessa Casa... trataria da senhora D. Luísa, filha do Duque de Medina Sidónia, *me mandou advertir pelo Conde-Duque, que gostaria que Vossa Excelência efectuasse este casamento*, por juntar de novo as duas maiores Casas de Espanha;... *e pedindo-lhe ambos mercês para se efectuar o casamento, lhes dera toda a satisfação que deseja dar...*» Olivares disse a este D. Francisco para caminharem de acordo dispondo e tratando da conclusão; declarando D. Francisco que das resoluções do Duque de Bragança informaria o ministro de Filipe IV: «do que passar irei dando conta *ao nosso patriarca* (se. o Conde Duque de Olivares!)

se parecer a vossa excelência, como agora fiz da sua carta, que aprovou muito.» E para mais influir na subserviência do Duque de Bragança, descreve-lhe a noiva D. Luísa de Gusmão: «Tem dezeseite par dezoito anos de idade; sobre morena, formosa, olhos negros, grandes, e dizem-me que estremadas partes. Ando negociando o retrato, posto que se recatam muito antes de passar a matéria mais adiante.» Ramos Coelho, na *História do infante D. Duarte* comenta: «O estilo com que D. Francisco de Melo se exprime é para nós interessante, assim como a qualificação, aplicada por ele ao Conde Duque de Olivares, de *nosso patriarca*. – O herdeiro da Casa de Bragança a receber do valido de Filipe IV, o Conde Duque de Olivares, o titulo de pai, e a corresponder-lhe. O filho de D. Teodósio a pedir, a regatear mercês do rei estrangeiro, opressor da sua família e da sua pátria! Era assim que ele imitava a austera isenção do que lhe dera o ser, o seu afastamento da corte de Espanha, o desprezo pelas suas graças! E servia de intermédio a semelhantes torpezas um fidalgo português, um parente dos Braganças, um seu protegido! – Mas, se D. João procedia de maneira tão censurável, lá estava D. Duarte, espelho e herdeiro das virtudes paternas, para lhes seguir as pisadas e velar pela honra da família. A sua opinião foi contraria ao casamento do Duque de Bragança na casa de Medina Sidonia;... *os enredos e as promessas da corte de Madrid venceram seus conselhos*. De passo tão nobre e desinteressado, D. Duarte só colheria acarretar contra si o ódio do potente valido de Filipe IV, ou antes aumentá-lo, pois é crível que ele datasse desde a recusa de casar com sua filha, dada por D. Teodósio, ao que D. Duarte não podia ser estranho, e do que sofreria as consequências, assim como o duque seu pai. Outro fruto lhe resultou ainda provavelmente da contrariedade oposta ao casamento do senhor do estado de Bragança: indispor-se com sua cunhada..» (*Op. cit.*, t. I, p. 119-121).

Nunca puderam envolver D. Francisco Manuel em um processo de conspiração, infidelidade ou traição; buscaram então a acção da intriga caluniosa, com um processo-crime para se livrar da prisão, onde contavam que acabasse de vez esse glorioso benemérito da pátria. Ele cita e expõe a D. João IV, no esboço de *Memorial (Justificação)*:

«É constante que sucedendo neste reino, depois que eu a ele vim, quase todos os casos de infidelidade, sem os quais Deus não quis conceder a gloria de vermos a V. M. em seu trono, foi também ele servido, por sua infinita bondade, que havendo-se enredado naquelas matérias muitas pessoas, com culpa ou sem ela, não fui eu nenhuma dessas.

«Não é menos certo que em nove anos de Portugal, seis de prisão, e quase todos de perseguição, foi sempre tão claro e tão singelo o meu procedimento, que, apesar do artificio dos émulos, não houve nunca lugar de me ocasionarem esta ultima ruma.»

«Mas, falando ingenuamente, se eu deixasse de ter da guerra as notícias, que nem escondo, nem ostento, muita grande culpa fora a minha, por que, saberá V. A., que desde o ano de 1625, que foi o primeiro em que sentei a primeira praça de soldado, até o de 1644, em que fui prezo, não houve algum que passasse ocioso no serviço da guerra, já em armadas, já em galés, já em exércitos, achando-me nas maiores ocasiões deste tempo, donde vem ter adquirido tão boa pratica das matérias militares, que as opiniões que tive e escrevi acerca delas foram seguidas dos melhores, a cujo respeito em Portugal e Castela fui muitas vezes escolhido para resolver duvidas, dar pareceres e arbitrar sobre estilos em os casos mais intrincados, que a milícia traz consigo; ao que havendo respeito El Rei D. Filipe e seus ministros, tendo sua corte tão abundante de soldados, quis escolher-me a mim com menos treze anos de idade do que hoje tenho, para aconselhar e assistir à pessoa do Marquês de los Valles, em a mais importante guerra que teve Espanha, e pôde ser que a monarquia espanhola, por sua valia e consequências. Vivas

são ainda neste reino muitas pessoas, das que nelas se acharam, que poderão verificar a mão e autoridade que eu tinha naquele exercito, igual à dos maiores cabos dele, e se sem meu parecer dava um só passo quem o governava tanto, que todavia guardo algumas cartas dos maiores oficiais, em que me dizem (seja cortesia ou experiência) como logo que eu ali faltara, tudo fora desconcerto e perdição. Outra seria a causa, mas o sucesso foi assim.»

«Quis-me Deus salvar a vida para empregar melhor os riscos dela em serviços de V. M. a quem *não tardei em oferecê-la, mais que o que se tardou em me darem liberdade.*

«*Soltaram-me, e não sem prémio e honra, como constou a V. M. pelos despachos que pus em suas reais mãos.*

«Acaso cuidei, ou duvidei se havia de vir logo entregar essa liberdade, que gozava, ao império de V. M.? Não, por certo. *O primeiro fui, que rompendo dificuldades, e deixando cómodos, vim a este reino, dando assim exemplo a que viessem outros.*

«Antes de chegar a ele, comecei a servir a V. M.; pois *entrando nos Estado d'Holanda, fui ali encarregado em nome de V. M. pelo Embaixador Tristão de Mendonça, do governo daquela Armada, que ele lá prevenira para socorro deste reino.*

«Governei-a e conduzi-a a Lisboa, sendo aquele um dos maiores socorros que em seu porto entraram, à custa de imenso trabalho meu, pela contrariedade dos tempos e faltas de todos os meios necessários.

.....  
«Os postos para que V. M. foi servido destinar-me, por sua real grandeza se movia a fazer-me mercê deles, não por algum género de diligencia minha.

«Aqueles, em que todos cuidaram poderia ser empregado se desviaram; eu, observando como podia o semblante de minha fortuna, em nenhum posto falei jamais, e de alguns procurei humildemente escusar-me...

«Fui depois em foro de soldado, servir a V. Mag. a Alentejo. O como servi e obrei em um ano de assistência dirão os cabos, debaixo de cuja mão servia. Vivos são; honrados são; estou pelo que disserem.

«No mesmo dia em que eu estava diante de um esquadrão, governando-o contra os inimigos de V. M., estava alguma pessoa (que já desta pratica haverá dado a Deus conta) nesse Paço, persuadindo a V. M. me mandasse prender; por que eu sem duvida (a juízo de sua bondade) ia com animo de me passar a Castela.

«Fundava bem esta suspeita em me haver eu escusado de testemunhar contra Francisco de Lucena aquilo que eu não sabia, e este tal queria por força que eu soubesse, com pena de me ter a mim, e querer que me tivesse V. M. e o mundo naquela conta em que ele tinha aquele ministro.

«Fui desta acção avisado, porque a pratica não parou nos ouvidos de V. M. Então, por satisfação minha, tomando a ousadia da verdade, escrevi a V. M. uma carta, a que V. M. com singular clemência foi servido de me mandar responder com outra firmada da real mão em 4 de janeiro de 1642, servindo-se V. M. de honrar-me tanto que se acham nela escritas estas palavras: *Me pareceu dizer-vos que de vossos procedimentos tenho a devida satisfação, e fico certo que em tudo o mais que se oferecer de meu serviço procedereis sempre muito como deveis às obrigações de quem sois e à confiança que eu faço de vossa pessoa.*

«Não houve ocasião, conselho ou confiança naquele exercito, em que os cabos dele a não fizessem de mim mui particular. Será V. M. lembrado fui de boa parte para se resolver a campanha daquele ano, tão bem lograda, como todos viram.

«Sabem todos se não deu forma àquele primeiro exercito sem meus papeis,

parecer e industria. Examine-se bem quais destas minhas acções foram simuladas. Veja-se em que faltei com a pessoa, com o juízo, e com a fazenda; e se para estes empregos se achou outro mais diligente ou mais oferecido.

«Serviu-se V. M. depois de me mandar encarregar a condução de todas as tropas rendidas por suas armas em Castela, tirando-me para este efeito do exercito, em virtude de uma sua real carta em que V. M. depois de considerar a importância deste serviço, houve por bem que continuasse nesta maneira: – *confiando de vós e do amor com que me servis, procedereis nesta ocasião como sempre fizestes em tudo o que se vos encarregou* (e mais abaixo) *sendo certo que este serviço que ora me ides fazer, se há-de avaliar em vossas pretensões como se fora feito no exercito, em que com tanta satisfação minha o estáveis fazendo*. Foi esta carta escrita em Évora a 17 de Setembro de 1643.

«Representei eu então a V. M. as razões que havia para que V. M. me escusasse de me misturar com aquela gente; porque sem falta isto seria dar *novas azas* com que voasse o ódio dos meus inimigos.

«Concluído aquele negocio, que então era não de pequeno cuidado, se deu V. M. por tão servido do modo por que nele me houvera, que me fez mercê de me mandar escrever por Carta de 5 de Outubro de 1643 o seguinte: – *agradeço-vos muito o trabalho e acerto com que tendes cuidado este negocio*.

«Várias vezes me honrou V. M. mandando-me assistir em algumas Juntas com os maiores ministros, sobre matérias de guerra, política e conveniência, como se vê dos bilhetes por que fui chamado, que em meu poder tenho. Vivos são, e ao lado de V. M. assistem alguns dos sujeitos que ali concorreram e ouviram meus pareceres; testefiquem do zelo e amor do real serviço com que sempre tratei aquelas matérias.

«Pareceu a V. M. podia bem empregar-me a servi-lo na condução e cómodos dos soldados reformados de Flandres e Catalunha, que andavam na corte. Mandou-mo assim V. M. por seu real decreto de 5 de Novembro de 1642, e em muitos breves dias, por minha industria despejei a corte de requerentes e povoei as fronteiras de reformados.

«O expediente que depois se tomou sobre seus soldos, conservando-se-lhe algum à parte, eu fui o primeiro que o arbitrei a V. M. por um papel que para isso ofereci muito tempo antes que se resolvesse, e enfim se praticou, na mesma forma que eu havia proposto.

«Mandou-me V. M. por decreto de 16 de Novembro de 643, recebesse em seu serviço os soldados que andavam vagos na corte, daquelas tropas dos rendidos de Castela, das quais por minhas diligencias desfiz mais de setecentos homens, que para o poder do inimigo não voltaram, e destes em menos de três dias reconduzi uma leva a V. M. de quinhentos homens, soldados velhos, que fui remetendo aos almazéns, segundo V. M. me ordenava.

«Não é para esquecer, nem creio que V. M. esquecerá, que achando-se quase toda a nobreza deste reino na campanha de Badajoz, fui eu escolhido dos generais para vir dar conta a V. M. de boca, dos desígnios e potência de suas armas, e receber de V. M. as ordens de como se servia elas se empregassem em seus progressos.

«Estes foram, Senhor, passos meus e progressos em dous anos e meio que assisti solto na corte e exercito de V. M. Mande-me V. M. agora a meus émulos, que declarem quais foram os outros por que me caluniam; quais foram meus desígnios, vistos por minhas obras, ou indicados por elas nestes seis anos de minha prisão».<sup>77</sup>

Falando da sua vida de solteiro e do encanto de a passar em Lisboa, depois do seu regresso e empurrado por a inactividade, escreve D. Francisco Manuel com uma graça

---

<sup>77</sup> Representação a D. João IV donde resumiu o *Memorial –Declamação Juridica*.

que lembra a prosa garrettiana: «Até eu mesmo, que tenho um espirito avesso, folgo de *viver já posto ao canto*, neste canto do Rocio de Lisboa, que me coube em sorte pelas habilidades de meu antecessor. Sabeis o que faço? Todo o santo dia se me vai notando os que vem e os que vão, como homem mesquinho que espreita os touros pela greta do palanque. De aqui vejo os cortesãos que passam e que passeiam essa praça. – Mas se, como vós dizeis, havemos de passar um pouco a discorrer por aquela que chamamos *Vida bona* dos namorados, como quereis que vos diga que às vezes lhe tenho inveja? Vede se há quem nos ouça; e se posso falar, ouvi, e cerrai a porta. Eu costumava dizer, quando andava pelo mundo, que os amores eram como os sapatos; por que andar uma criatura sem amor, é pouco menos que andar descalça; trajo, que até em Lianor, quando ia para a fonte

### Descalça pela verdura

me fazia arripiar os cabelos.<sup>78</sup> Pois vedes aqui o que me parece um homem muito em si, muito sobre si, muito para si. Disse bem, notou melhor o nosso D. Francisco de Portugal, que todos os preceitos da lei de Deus em amar começam, em amar acabam. Nunca me pareceu mais aseada hũa roupeta justa, que um coração ajustado a vontade de quem quer bem. E mais vos quero dizer, que sendo agora um destes, que andam pior cingidos do que César em Roma na sua mocidade, já cuidei que a minha sorte me guardava para algum grande feito. Porque, depois da chegada a esta terra, estive mil vezes vai não vai para largar os velachos ao vento de algũa nova navegação; mas sempre se me mudou o vento. Eu digo para mi, que se isto há-de ser para meu bem, que seja embora; mas se não é mais que desazo, não estou pelo favor deste repouso, porque de verdade é vida sonsa e sem sabor. – Porque se me vai o entendimento enchendo de ferrugem, que noutros tempos reluzia como espada de alfageme; sendo lastima que em um homem honrado e de primor esteja sem exercício o melhor affecto do animo, qual o querer bem. – E mais vos direi. Eu sou um Joane<sup>79</sup> de boa avença nesta matéria; e tenho dó de que sabendo fiar tão delgado, não haja quem me gaste, nem se vista desta minha libré. Já eu disse que o mundo se parecia muito com a rua dos Algibebes, que tem os vestidos feitos, e morrer por quem lhos vista e o não acham; e logo todo o dia não se vê senão passar pela mesma rua homens muito despídos, mortos por lhes vestir aqueles vestidos, e mortos porque lhos não deixam vestir; sem haver quem possa concertar estas faltas, estes desejos e estas necessidades.

«Da mesma maneira pode acontecer que haja algũa pessoa honrada que lhe faça falta o meu bem querer, que a mi me sobeja, e eu não me amanhã a topar a quem queira bem.

«O que vos eu afirmarei é que, ainda que há muito tempo que não exército esta Arte, nem quero bem (nem à camisa que trago no corpo) que todavia me não esqueço dela, sem necessitar dos nominativos da de Ovídio; porque quando nisso me ponho, sei amar de uma Arte nova.

«Porém também digo, que passar ruins dias e piores noites, por gente loureira é cousa trabalhosa. Se assi achasse hũa criatura do meu tamanho, o que lhe bastasse de jeitosa, e o que lhe sobejasse de entendida (como agora digamos, algũa que vós

---

<sup>78</sup> Refere-se à célebre cantiga admiravelmente glosada por Camões e por Francisco Rodrigues Lobo.

<sup>79</sup> Alude à cantiga, também glosada por Camões:

Touca de beirame  
Namorou Joane.

conheceis) então vos digo eu, que fazia meu emprego.»<sup>80</sup> Esta carta, que lembra por vezes o estilo das Cartas de Camões, é datada de 14 de Dezembro de 1641. D. Francisco Manuel de Melo estava apaixonado por uma mulher, e procurava encobrir o seu segredo com essa linguagem despreocupada. *Nueva la vi*, diz ele; e ao regressar a Portugal acordaram-se-lhe as suas primeiras impressões. Ela estava casada, mas era loureira, como se dizia na linguagem do século XVII, *sécia*, como se usava dizer no século XVIII, ou *coquette* que ainda hoje substituí esses epítetos. Era a Condessa de Vila Nova, casada com seu tio, como consta de alguma nota impertinente que aparece de vez em quando pelos Nobiliários.

Escrevendo em 1657 a *Epanáfora trágica* do Naufrágio da Armada portuguesa em França, retratava assim a sua mocidade nas cortes de Madrid e Lisboa.

«Já lá vão aqueles anos, em que nas cortes de Portugal e Castela (donde fomos companheiros) idolatramos a mocidade dos enganos deleitáveis; aquela assistência dos Teatros, apela porfia dos passeios, *os dias que se gastavam em delicadas conversações, as noites em musicas primorosas*, nossas disputas sutilíssimas, nossas *Academias elegantes*. Tudo agora, senhor, olhado agora cá de longe da vida, é sem falta ocupação inútil...»<sup>81</sup>

Estas últimas linhas descrevem esses dias felizes, que encantaram a sua vida de 1641 a 1644, em que por tenebrosas intrigas foi encarcerado. D. Francisco Manuel de Melo, veio encontrar na corte de D. João IV, a gentil D. Branca da Silveira, com os seus vinte e cinco anos, casada com o tio gebo, D. Gregório Taumaturgo, feito alto dignitário do paço. O poeta sentiu avivarem-se as emoções de um primeiro amor, sacrificado a uma empresa militar. *Nueva la vi*, suspirava, na indelével recordação, agora mais intensa. D. Branca da Silveira era ultrajada no seu lar doméstico; e a grosseria do Conde de Vila Nova contrastava com o cavalheirismo inquebrantável de D. Francisco Manuel. A poesia foi a natural confidente. D. Branca da Silveira era bisneta de D. Luís da Silveira, conde de Sortelha, o amigo íntimo de Sá de Miranda e de Bernardim Ribeiro<sup>82</sup>; e a seu pai, dado a lances amorosos, oferecera Francisco Rodrigues Lobo em 1607 a sua novela do *Pastor Peregrino*; ela compreendia bem essa linguagem da vida subjectiva. Nos versos de D. Francisco Manuel de Melo aparece a expressão tímida de um sentimento que se avigora, diante da situação desgraçada que o comove, casado com o tio envenenador.

## MEDO E OBEDIÊNCIA

Quantas vezes conheço o meu cuidado,  
E contemplo na duvida que o espera;  
Tantas e muitas mais, dele quisera  
Antes ser despedido, que enganado.

Torno a cuidar depois que inda apartado  
Quem me assegura a mi, de que o estivera?

---

<sup>80</sup> Cartas, Cent. II, n° 10.

<sup>81</sup> *Epanáforas de Vária História Portuguesa*, p. 152. Ed. 1676.

<sup>82</sup> Figura no *Cancioneiro Geral*, de Resende, de 1516. Em 6 de Maio deste ano D. Martinho de Castelo Branco, Conde de Vila Nova de Portimão, obteve do rei D. Manuel despacho favorável ao seu requerimento para estabelecer uma *Mancebia* (um lupanar) em Vila Nova de Portimão, cobrando os direitos, assim como os seus descendentes, ainda que a vila seja incorporada na Coroa. Um trisneto deste, foi o 3° Conde de Vila Nova, D. Gregório Taumaturgo, que casou em segundas núpcias com D. Branca da Silveira, sua sobrinha, sendo directo senhor da *Mancebia* de Portimão. Este facto interessa para avaliar o seu carácter antipático.

Se para sempre amar sempre é uma era,  
Para sempre temer, sempre um estado.

Já produz de passar o mundo a esmo,  
Pois no Tempo, Lugar, Fé, Gosto e Morte  
A fraude é certa, e nunca conhecida.

Vós, que sabeis de mi mais do que eu mesmo,  
Ensinai-me a viver com minha sorte,  
Farei de todo vossas Sorte e Vida.

(*Tabo de Calíope*, p. 14)

#### LAMENTANDO O INFELICE CASAMENTO DE UMA DAMA

Rubi, cujo valor não conhecido  
Foi do *vil* lapidário a quem foi dado;  
Diamante, que quando mais guardado  
Dentre as mãos de seu dono foi perdido.

Zafiro singular, que foi vendido  
A quem em ferro o tem mal engastado.  
Aver, que por haver em vão achado,  
Em pastas de carvão foi convertido.

Pérola sem igual, pouco estimada  
Do bárbaro boçal índio inorante,  
Por quem, acaso, foi do mar levada,

Sois na fortuna; mas dissemilhante  
No valor, se ante vós não valem nada  
Zafir, Pérola. Aver, Rubi, Diamante.

(*Ib.*, p. 49)

Na Silva XIX (*Tiorba de Polímnia*, p. 215) refere-se vagamente ao título da amante:

Vila para quereria, y assi la quise,  
Que ninguno la vió tan adorada  
Sin temelia mudada;  
Yo solo no, por mas que el tiempo avise  
De su mudança; yo que, aun que la líaro  
*Améla tanto, que ofendido adoro.*

.....  
Esforçando la dicha el ardimiento,  
Repitese ia líama, y la osadia,  
Mientras *la ingrata mia*

*Burla mi fé y mi verdad ultraja,  
Y de Celio las ansias agasaja.*

.....  
... humareda sonora tanta  
Sus bellos combatidos ojos ciega,  
Que obligada no niega  
(Aun *contra el iludo del Hymeneo santo*  
De Celio a la cerviz antes pendiente,  
Que de esperanças perfidas se aliente.

Nos Tercetos XIII (*Tiorba*, pág. 202) descreve a crise extrema do seu amor:

Basta para saber, *que soy d'aquellos*  
De quien la fama casteliana dice,  
*Que nace Amor, y vive Amor entre elios.*

.....  
Assi de Amor los passos y camião  
Varios afios segui, por partes varias,  
Buscando mi custoso desatino.  
Por el vi las campalias solitarias  
Del largo mar, por el vi las regiones  
De las gentes remotas y contrarias.  
Por seguir su milicia y sus pendones,  
Pajaro implume, abandonando el nido,  
Antes vesti, que plumas, ocasiones.  
*Supe mas de querer que de querido,*  
*Sufri desdenes y prové receios*  
*Passé la ausencia y resisti el olvido.*  
*Encontróme la furia de los celos;*  
Enfin quiso el Amor en mi paciencia,  
Como flechas rompió, romper desvelos.  
*Desesperado pues, de resistencia*  
*Entreguéme a merced, ante el império*  
*De una siempre atrocissima violencia.*  
*En esta ceguedad y cautiverio*  
*Vivo, seuiora, donde esclavo odoro*  
*Mi propria perdicion como misterio.*

O poeta emprega intencionalmente a palavra *branca*, em um dos Tonos que se cantavam na corte e para a qual compôs a música o Maestro Gaspar dos Reis, mestre da Capela de S. Julião e depois da Sé de Braga:

*Blanca* de los cabos negros  
hermosos tan cabalmente

.....  
Lo negro sobre lo *blanco*  
nos pone descreta siempre,  
que al negro cabello manda

adorne la blanca *frente*  
.....

Dulce tempestad, el alma  
corre entre ellos dulcemente;  
desde el azavache en ondas,  
a las arenas en *nieve*.  
Que mapa hermoso se há visto,  
donde junta-se nos mostreo  
el Mar Negro en el Mar *Blanco*,  
el Mar Roxo en Mar de *leche*?

#### ESTREBILLO

Ay como lloro, mas ay como canto  
que tus estremos,  
niña, paguemos  
quedando todos tus negros,  
mas todos quedando *en bianco*.

(*Tono XVI*)

Em um Romance *Pidiendo una Dama la memoria de los Libros que elle Autor  
tenia en su casa*, aponta o quadro dos seus trágicos amores:

De un Amor mas fiel que el *Fido*  
se halla *escura una Tragedia*,  
que de Amor la lengua antigua  
no ay gusto que la entienda.

(*Avena de Tersicore*, p. 73)

O Soneto CXVI (*Harpa de Melpomene*, p. 59) *Bolviendo a ver la causa de su  
perdicion*, tem seu tanto de dantesco:

En medio de las treguas de una vida  
Con mas de aborrecida que olvidada,  
Manda el Amor que corra desatada  
La nueva sangre de la antigua herida.

Tal en el pedernal donde escondida  
La centella assistio dissimulada,  
Despues del ezlavon solicitada,  
Responde aí golpe, de quico fué perdida.

Custosa obligacion: Quando el olvido  
Coo sangre se pagó! O Amor, que tarde,  
Remedias los errores de la suerte,

No que revoques la que corre pido;  
Pero que el alma alguna vena guarde  
Coo que pueda otra vez obedecerte.

O Soneto CXXXV, *Viendo-se muger la que se vio nula*, como que comenta o anagrama de *Nueva la vi*:

Al dispuntar de tus divinos rayos  
Infante luz, yo levanté los ojos,  
Rayos ya tan ardientes, ya tan rojos,  
Como palidos fueron mis desmayos.

Tiernas flechas, de un niño Amor ensayos,  
Eran antes tus faciles enojos,  
Mas siempre prometiendo a tus despojos  
Ricos Agostos por sus verdes Mayos.

Entonces pretendi de mi cuidado  
Tiernamente decir lo que uso agora,  
Otra ves de tus rayos obligado.

La fê de ruela (que su riezgo adora)  
Que adviertas que tu Sol tendrá abrasado  
A quien cenizas le dexó tu Aurora!

No Soneto XCVIII (datado de Madrid, de 1640) com a a rubrica *Cuentas con su perdicion* refere-se ao amor ilícito que o empolga (Livia = *Branca*).

Livia, por mas que sin raçon intente  
Desponer de los casos la fortuna,  
Mis desengaños con prudencia alguna,  
Quien duda los movió como prudente.

*Lo mejor de mi edad arde impaciente*  
*De tu illicito amor líama importuna,*  
Que encendida en las tablas de la cuna,  
Las del negro ataúde amaga ardiente.

No camiña la vida tan de espacio  
Como el error; no son unos los días;  
Pues por que intentarás lo sea el engano?

Troquemos aquel siglo a un breve espacio,  
Y dessas horas que levaste mias  
Dáme una hora (si quiera) aí desengano.

No Soneto LXX (datado de Lisboa de 1642) há uma intensidade de sentimento que corresponde a uma empolgante realidade:

Que secreta violencia a vuestro culto  
Lleva, Seiiora, el pensamiento mio?  
Y que gustosamente mi alvedrio  
Prostrado adora el milagroso bulto?

Que modo tan estraño y tan oculto  
Es este de obligar eu que porfio?  
Lloro, espero, obedezco y desconfio,  
Creo, dudo, prometto y difficulto?

Sin falta esto es Amor, que poderoso  
Para vencer los impossibles sobra;  
Mas quien se admirará dei vencimiento.

Siendo Amor el artifice ingenioso,  
Siendo yo la materia de la obra,  
Siendo vuestro poder el instrumento?

Também da eflorescência poética faiscaram os Epigramas sobre D. Gregório Taumaturgo, e ainda à sua criada Helena da Cunha.<sup>83</sup>

---

<sup>83</sup> Nas *Obras Métricas (Viola de Thalia)* tem D. Francisco Manuel de Melo dois Epigramas *A um pouco venturoso em casamentos*:

Semprônio se descasou  
de Lésbia, dela ser tal;  
porém nada escarmentou,  
tomou Lívia por mulher,  
sobre ele logo gritou.

Júlio e a sogra, acode à filha,  
bradam todos; e um Doutor  
quer pôr em paz a quadrilha,  
dizendo que *era o sabor*  
*que se tomou da vasilha*.

Este nome de Semprônio substitui-se mentalmente por Gregório e aí temos os três casamentos do Conde de Vila Nova. O segundo Epigrama, não é menos causticante:

Tício, que aos Deuses se iguala,  
Saturno tem na corcova;  
na testa a Lua por gala  
na mão Júpiter; na alcova  
Vénus; Mercúrio na fala.

Na crueldade Marte; e logo  
nada quer do Sol; e teima,  
que lhe há-de fazer mau jogo  
Porque diz que o Sol, que queima,  
e ele tem medo do fogo.

Ao tempo da Revolução do 1.º de Dezembro de 1640, o Conde de Vila Nova, D. Gregório Taumaturgo achava-se residindo na corte de Madrid <sup>84</sup>, com muitos outros fidalgos portugueses chamados por Filipe IV; mas dele lê-se nas genealogias, que se refugiara em Castela por ter envenenado sua mulher D. Guiomar de Castro, filha de D. Lourenço de Castro, Conde de Odemira e de D. Maria da Silveira, aparentando-se por este casamento na Casa de Bragança. Explica este facto, como conseguindo o Conde de Vila Nova escapar-se de Madrid solertemente, se apresentou a D. João IV, que o nomeou logo *Guarda-Mor da Pessoa de El-Rei*, e Gentil-homem da Câmara do príncipe D. Teodósio. D. Francisco Manuel de Melo conhecera-o em Madrid, e não ignoraria a infamíssima aventura de envenenamento da esposa. Na situação favorável em que se achou D. Gregório Taumaturgo, tratou de, em segundas núpcias, casar-se com sua sobrinha D. Branca da Silveira, filha de D. Luís da Silveira, Conde de Sortelha e de sua irmã D. Maria de Vilhena.<sup>85</sup> É a esta dama que se referiu D. Francisco Manuel de Melo, como, segundo as Memórias do Bispo de Grão-Pará deduz-se o anagrama *Nueva la vi*, do título da Condessa de *Vila Nova*.

A discórdia entre D. Gregório Taumaturgo com a sobrinha, sua segunda esposa, proveio da causa preexistente, que infelicitara a primeira consorte D. Guiomar da Silva. D. Gregório mantinha amores com uma criada de sua casa chamada Helena da Cunha, da qual nasceu-lhe um filho que teve o nome de Gregório. Para co-honestar a situação da criada em sua casa, fez-lhe o casamento com o seu criado Francisco Cardoso, que legitimou o Gregorinho por subsequente matrimónio. Todos estes factos se passaram antes de 1643, em que Francisco Cardoso, marido de Helena da Cunha, era mordomo da casa do Conde de Vila Nova, sendo assassinado.

D. Branca da Silveira não se conformava com as relações do Conde de Vila Nova com a sua aia Helena da Cunha, casada já com o mordomo; e tendo perdido os filhos ao nascer, angustiada pelas intrigas domésticas, recolheu-se por 1646 ao Convento de Sant'Ana, morrendo *dois anos depois*, em 1649. Convinha ao Conde de Vila Nova justificar esta deplorável situação da família, caluniando a jovem esposa, que prematuramente sucumbira. Em 19 de Novembro de 1644 é preso D. Francisco Manuel de Melo na Torre de S. Sebastião (do Restelo) por processo de acusação de Domingos Cardoso e seu neto Gregório, como mandante do assassinato de Francisco Cardoso. Bem se provou que Marcos Ribeiro fora o mandante por adultério de sua mulher com o Francisco Cardoso, tendo sido presos três indivíduos, que foram executados por sentença judicial. Induzido pelo Conde de Vila Nova, com as suas altas influências junto de D. João IV, Domingos Cardoso depois do *caso julgado*, promove a acusação de D. Francisco Manuel de Melo, pelo testemunho de seu criado João Vicente, revelando-se pelos absurdos jurídicos e iniquidade abrupta dos juízes a influência implacável de um oculto mas omnipotente poder. D. João IV, fazendo sofrer com refinada crueza doze

---

Provavelmente porque *cheiraria a corno queimado?* subentende-se. Estes e outros Epigramas congêneres concitariam o ódio encarniçado de D. Gregório contra D. Francisco Manuel de Melo. A Décima epigramática *De ciúmes a hũa Elena, que tomou amores com um fulano de Lião*, parece aludir à aia da Condessa de Vila Nova:

Parti-me, *senhora Elena*  
mas vós, que sois de tramóia,  
destes c'º cavalo em Tróia  
para me dardes mais pena.

(*Obras Métricas*, II, 224)

<sup>84</sup> Rebelo da Silva, *Hist. de Portugal*, no século XVII, t. IX, p. 381.

<sup>85</sup> *Genealogia de Severim*, na Bibl. nac. Albergaria, *Triunfo de la Nobleza Lusitana*.

anos de prisão e seis de degredo pela falsa acusação o desventurado D. Francisco Manuel de Melo, que tanto trabalhara para o elevar ao trono.

O ódio entranhável do 3º Conde de Vila Nova, agravado pela malevolência de D. João IV, deu lugar à lenda dos amores de D. Francisco Manuel de Melo com D. Branca da Silveira e à rivalidade ferida do régio amante. Quando o gentil Mestre de Campo e delicado poeta chegou a Lisboa em 1641, frequentava a corte a jovem Condessa; aí figurou D. Francisco Manuel de Melo nos divertimentos poéticos e musicais, que promovia D. João IV.

Na Égloga I, *Casamento*, fez assim o retrato da mulher do seu gosto:

Quanto a cor, se eu lha escolhera,  
Fora *branca*, como a prata,  
No cabelo amanhecera,  
Carão mole como cera,  
Colo fresco como nata.

Os olhos foram retalhos  
Do céu, por quartas ou sesmos;  
Castelhãos, em lançar talhos,  
Grandes, como meus trabalhos,  
Formosos, como eles mesmos.

Faces, de camoeza nova,  
Dentes por ordem de guerra,  
Boca justa como trova;  
Se tiver na barba cova;  
Hi vos digo eu que me enterro.

Mãos de alféloa *branca* e doce,  
Talho de juiz benquisto,  
Corpo, que em vê-lo remoço,  
Pezinho que se não roce,  
O demais, assim como isto.

(*Çanfonha de Euterpe*, p. 59)

Duas vezes quer o poeta, que a mulher idealizada seja de tez *branca*, como a prata, e as mãos *brancas* como a alféloa. Não indicará esta feição o tipo aristocrático de D. Branca da Silveira? O outro ponto da Égloga faz o retrato da mulher burguesa:

Unha com carne c'oa roca,  
Que na feira os fusos feire,  
Grande alma de maçaroca,  
E saiba, pois que lhe toca  
Quantos pães dá um alqueire.

E mostra todo o seu desdém por certa classe de mulheres ou damas:

Destas que lêem patranhas,

Suspiram Motes de cor,  
Entendem falas estranhas,  
Quer de amor, quer de Façanhas,  
Livre-nos nosso Senhor.

Insiste nos encantos da mulher plebeia, submissa, nova, sem arrebiques:

Tu não me podes negar  
Que a mulher poldra se quer,  
Para poder-se amansar;  
Por isto a vou desejar,  
Mais cachopa que mulher.

.....  
Ser igual ou ser mais baixa  
Pouco importa entre nós já;  
Se é nobre, tudo é fataxa  
Eu não caso pela taxa,  
Como o que acho, e bem me está.

.....  
Tomara que fora chã,  
Amiga de usos antigos  
Do cadarço para a lá;  
A mulher moça e louca  
C'os fatos veste os perigos.  
Trinta chaves com trambolho  
Ao coz da vasquinha prezo,  
Que co' estojo façam molho,  
Olhar, que em lançando o olho,  
Veja toda a casa em peso.  
Arrecadada, guardosa,  
De comadres quanto menos,  
Nemigalha de gulosa,  
Lave, esfregue, amasse e coza,  
Saiba fazer aldemenos.

Um facto casualmente colhido pelos linhagistas vem aclarar a lenda: «A primeira Condessa de Vila Nova de Portimão tinha uma aia chamada *D. Helena da Cunha* de quem o Conde teve um *filho bastardo ao qual pôs o nome de Gregório*, reconhecendo-o e fazendo-lhe varias doações; e *casou a aia com seu mordomo Francisco Cardoso.*»<sup>86</sup> De entre uns inéditos Mss. da Livraria Azevedo de Vasconcelos, de Elvas, ofereceu-nos o em-dito António Tomás Pires um papel com a rubrica *D. Francisco Manuel a D. Helena pedindo-lhe que sobre ela fizesse alguma cousa.*

Eis o texto gracioso da carta, que parece referir-se a pessoa inculta:

Pois mandais que levante a minha pena,  
e sobre vós, senhora *Dona Helena*,  
vede agora que bem se desempulha:

---

<sup>86</sup> Sanches de Baena, *Gil Vicente*, p. 136.

vai sobre vós; e fora vai de pulha;  
porque homem eu sou tão bem criado,  
que me não meto em vós sem ser mandado.  
Mandais-me, como quem me faz negaça,  
que sobre vós alguma cousa faça,  
no que não errarei em quanto escrevo,  
se fizer sobre vós tudo o que devo.  
E pois que as obras são desconcertadas,  
pelo menos hão-de ir mui bem fundadas,  
entendendo que neste darei fruto,  
porque me desforrei por fazer muito.  
Mas que heide fazer sobre vós toda,  
se há quem vos traz essa cabeça à roda?  
porém calo-me, porque quero agora  
trabalhar sobre vós, minha senhora.

Depreende-se que a aia Helena da Cunha, envaidecida das relações com D. Gregório Taumaturgo, também pretendeu ser celebrada em versos *sobre ela* por D. Francisco Manuel. Está-se desvendando o meio odioso em que teceram primeiro as calúnias contra D. Branca da Silveira, e depois do assassinato do marido Francisco Cardoso, essa Helena da Cunha cooperou no ódio vingativo do amante, o Conde de Vila Nova.

Na *Carta de Guia de Casados*, traz D. Francisco Manuel de Melo uma observação acerca dos *Maridos calaceiros de criadas*, com o realismo de caso seu conhecido: «Parece-me será razão fazer uma breve lembrança a alguns, que dão em se torcer para as criadas, com grande perigo, certo, da reputação da sua casa, a quem eles mesmos são aleivosos, e merecedores que em seu dano com semelhante ousadia sejam de Deus castigados.

«Sendo certo que *a morte principal para todo o perigo dos homens é o ilícito trato com as mulheres*, nenhum dos mais licenciosos resulta em tão péssimos efeitos como aquele que se toma dentro da própria casa. *O desconcerto do senhor dela é logo bem aprendido da família, e como um delito chame por outro*, eles se multiplicam até em um triste excesso.

«*As criadas, vendo-se queridas de seus amos, conspiram logo contra as senhoras, traçando de ordinário tais enredos*, que, não contentes da primeira ofensa, as procuram depois, *da honra e da vida. Algumas com esperança de sucederem em seus Jogares (como não poucas vezes acontece)*; outras, por gozar mais soltamente sua liberdade. *Daqui vimos tragédias lastimosas; daqui vimos bodas infames.*» (*Op. cit.*, p. 163. Ed. 1873).

Agora a causa por que D. João IV exerceu a sua onnipotência servindo o ódio estúpido de D. Gregório Taumaturgo e o seu terror político; a ADVERTÊNCIA em cota ao ms. da *Justificação* tem este adminículo na que está trasladada no ms. do *Tácito português*, valioso inédito de D. Francisco Manuel de Melo: «Dom João José Ansberto de Noronha, Conde de San Lourenço, homem de prodigiosa memória e muito grande instrução em toda a literatura e historia, me disse hoje, 4 de Maio de 1790 – que não ouvira jamais falar nesta briga, mas sim, que sendo D. Francisco Manuel suspeito ao Rei por algumas informações de Castela, ou verdadeiras ou falsas, fizera propor a D. Francisco Manuel pela Condessa de Vila Nova, o plano de uma conspiração contra o Rei, ferindo pelos mesmos pontos das notícias ou suspeitas que tivera. Á conversação

desta nova Dalila assistiu o Rei oculto com um pano de raz, e o infeliz amante de condescender na proposição, e a fineza de não a denunciar, caiu na desgraça do Rei para não incorrer na de traidor.»

O eco desta tradição palaciana aparece nas *Memórias do Bispo do Grão-Pará*: «A Condessa de Vila Nova e *Figueiró*<sup>87</sup>, foi objecto das afeições de D. Francisco Manuel de Melo. Alude a ela quando diz *Nueva la vi*. D. João IV, querendo provar a fidelidade de D. Francisco, persuadiu a Condessa que o tentasse. D. Francisco Manuel, para lisonjeá-la, disse que seguiria o partido de Castela. Foi preso. Assim mo contou o Conde de S. Lourenço.» (*Op. cit.*, p. 188). Camilo, anotando esta passagem, observa: «Se o caso é verosímil, aí está a dilucidá-lo o mistério do longo encarceramento do grande escritor. Repugna crer tão estúpida perversidade em D. João IV.»

No interessante estudo sobre a *Biblioteca de Música de D. João IV*, por Ernest David, estribado nos trabalhos fundamentais de Joaquim de Vasconcelos, descrevem-se as diferentes composições dos mestres italianos do século XVII, que elaboraram os elementos formativos da Ópera. Este facto nos revela a orientação artística de D. João IV, e o motivo da intimidade literária com D. Francisco Manuel de Melo. Escreve Joaquim de Vasconcelos: «Tendo D. João IV conhecimento profundo de todo o movimento musical que se passava na Europa, fácil foi um acordo para introduzirem nos divertimentos do paço *os primeiros germens da Opera*. Assim andaram os dois homens igualmente notáveis por algum tempo de mãos dadas.»<sup>88</sup> As riquezas da maravilhosa Livraria de Música suscitavam essa iniciativa: «As produções do período revolucionário que começou nos primeiros anos do século XVII, não eram ai deficientes. Ai se podia achar as *Nuove Musiche* de Giulio Caccini, a *Euridice* de Peri e os *Madrigali guerrieri ed amorosi* de Monteverde, e a *Selva morale e spirituale* do mesmo maestro; o *Anfiparnasso* e a *Selva di varie recreazione*, de Orazio Vecchi; os *Madrigais* de Gesualdo, príncipe de Veneza; *il Lauro verde* e *il Lauro secco*, do célebre Luca Marenzio sobrenominado *il piu dolce cigno dell'Italie*; os Madrigais cromáticos de Cipriano Rore, os de Montoretto, sem esquecer o *Ulisse errante*, de Francesco Sacrati; o *Pianto d'Arianna*, de Francesco Costa; a *Armida del Tasso*, de Francesco Credi; *il Lamento d'Arianna*, de Claudio Peri, e uma multidão de outras obras que fazem já pressentir o advento da Ópera.»<sup>89</sup> Com esta riqueza de materiais, encontrou também D. João IV um inspirado poeta, conhecedor da técnica da versificação, tendo assistido na corte de Espanha às representações das Zarzuelas e aos *Ballets* franceses, verdadeiros rudimentos do Drama por música. Todas as tentativas de D. Francisco Manuel de Melo, acham-se nas suas *Obras métricas*, donde se tira o curioso quadro: «Pelas rubricas das suas poesias, temos conhecimento de urna *Opera* representada antes de 1644, que se intitulava *Juicio de Paris*. Nas suas Obras se conserva o *Prólogo heróico para uma Comédia em Música ó Drama cantado*, com a seguinte rubrica:

---

<sup>87</sup> O título de *Figueiró* foi ajuntado ao de *Vila Nova*, pelo terceiro casamento de D. Gregório, com sua parenta D. Mariana de Lencastre, filha de D. Lourenço de Lencastre e de D. Inês de Noronha; como ela não teve filhos passou o título do Conde de *Figueiró* para um sobrinho neto de sua irmã. Desta confusão dos títulos veio o erro dos linhagistas Cabelo e Moniz Castelo Branco, de julgarem esta D. Mariana de Lencastre, que sobreviveu a seu marido falecido em 1662, a heroína dos amores com D. Francisco Manuel de Melo e D. João IV. Camilo seguiu esta versão, tendo contudo anos depois apontado a data do falecimento de D. Gregório Taumaturgo, que torna impossível o envenenamento dessa terceira esposa: «como guardasse ainda algum residuo de veneno que matara D. Guiomar da Silva, ministrou-o a D. Mariana de Alencastre com igual êxito, vindo assim a condessa a morrer pouco tempo depois de denunciada.» (Ed. *Carta de Guia de Casados*, p. 48).

<sup>88</sup> *Os Músicos Portugueses*, t. I, p. 253. Aí cita a nossa cooperação para a biografia de D. Francisco Manuel de Melo.

<sup>89</sup> *Revue et Gazette Musicale*. Paris, An. XLI; 1877.

*Baxará desde el ayre en una nube, un gallardo Pastor que representa a figura de Paris.* Logo em seguida traz um *Coro de Ninfas prevenido a la Musica dei Juicio de Paris*. E tambem: *El Juicio de Paris prevenido a la Loa cantada de una real Comedia.*» «Por todos estes factos se torna incontestável a existência dos primeiros ensaios da *Opera italiana*, ainda envolta em gérmen nas ideias artísticas da *Opera-Ballet*; porque, com quanto não tenhamos nem a musica nem a letra do *Juicio de Paris*, contudo, pela natureza mesmo do assumpto, podemos concluir que esta *Comedia em musica* ou *Drama cantado* não passava da forma artística acima mencionada.»

As *Operas-Ballet*, da corte de França, eram imitadas nas outras cortes europeias, e modificadas por elementos nacionais; o seu entusiasmo prevaleceu na primeira metade do século XVII, sendo dominante a forma italiana: «A França estacionou em 1580 com a *Circé*, por que todos os Bailados seguintes que se representaram até às *Noces de Thetis et de Pelée*, 1654, não ‘tiveram a importância da *Circé* para o desenvolvimento da Opera italiana. A Itália, consubstanciada artístico-científica e literariamente, na *Academia Florentino*, continuou a ideia nascida em França, e assim vemos a *Opera-Ballet* chegada à sua perfeição em 1580 com a *Circé* transformada em Florença na verdadeira *Opera italiana*, cujos primeiros iniciadores se chamam pela ordem chronologica das suas produções, Caccini, Peri, Emilio del Cavaliere, Monteverde e Cavali.»<sup>90</sup> D. Francisco Manuel de Melo chegara às fontes vivas da música moderna; na *Fistula de Urânia*, coligiu as suas *Cancionetas e Balatas ai Modo italiano*, e os *Madrigales para musica ai Modo italiano*. Nesses versos conhece-se o sistema da acentuação prosódica adaptando-se à acentuação melódica. Como poeta, ele escrevia a letra para os *Vilancicos*, que se cantavam nos intervalos aos officios religiosos do Natal e mesmo das Missas festivas. Mas a sua maior actividade exerceu-se na composição de *Tonos*, cantados na corte com música de mestres insignes como João Soares Rebelo, que dirigiu a educação musical de D. João IV, e como seu irmão Marcos Soares<sup>91</sup>, e mestres das Catedrais de Lisboa, de Braga e mesmo de Espanha. Nove desses *Tonos* foram postos em música por Frei Filipe da Madre de Deus, que deixara a corte de Filipe IV para vir para a de D. João IV. Têm personalidade histórica os compositores Fr. Luís de Cristo, Gaspar dos Reis, António Marques (Lésbio?) e Esteval de Faria, dos quais se encontram notícias em Barbosa Machado, Joaquim de Vasconcelos e Ernesto Vieira. O *Tono* pela sua forma poética, pelo seu estribilho seguindo-se a uma quadra, lembra a *Seguidilha*, desenvolvida poética e musicalmente. Seria este o germe da Canzone, de que os italianos fizeram a *Ária*. Quando a Corte ia para Salvaterra era uma das distrações favoritas a música. E foi nesse meio cortesanesco que D. Francisco se achou *mexericado*, tal como da sua própria desgraça revelou Camões. Na *Viola de Tália* (p. 215), traz umas quadras: *Estando a Corte em Salvaterra, com um papel em nome do sábio Alfaqui se mandou perguntar ao Autor avisasse do que lhe parecia pior em aquela vila.* – D. Francisco Manuel fez uma enumeração com graça, e termina:

Item, me enfadam e me cansam  
Mexeriquitos de além,  
Não só porque mexericam,  
Mas por outros mil porquês.

Item, *me enfada um Juiz*

---

<sup>90</sup> J. de Vasconcelos, *Op. cit.*, p. 253.

<sup>91</sup> Mais se verifica as relações do poeta com a corte pelo Tono XXII, cuja música compôs Marco Soares: *Haviendo llegado las Damas a su Porteria para subir a Palacio, se hallava dormido el portero a quien llamaram en vano; y por celebrar esta accion, se escribió este tona: Buelen, nuestras señoras, etc.*

*Que dá agora em me prender,  
Por enfadado, e que solta  
Os enfadinhos sem ler.*

(Rom. XXIV)

Neste meio terrível é que se entreteceram as intrigas de amores romanescos, de ódios rancorosos, e os reconcentrados ressentimentos da prepotência, em que cooperavam as invejas do talento, da valentia e da generosidade com que afoitamente dominava. Não podendo envolvê-lo nas denúncias de conjura, recorreram à calúnia ou à felonía da Mesa da Consciência e Ordens para o inutilizarem. Em estes antecedentes da vida artística de D. Francisco Manuel de Melo, é que se patenteia o fundo detestável do carácter de D. João IV.

A perseguição de D. Francisco Manuel de Melo por D. João IV, com quem tanto cooperara na longa e perigosa conspiração que produziu o levantamento unânime de 1640, não foi um facto isolado; explica-se como outros análogos pelos covardes terrores do monarca. Escreve João Francisco Lisboa: «No interior as intrigas, as rivalidades, o desalento, a inconsciência de muitos daqueles que em Vila Viçosa tinham arrastado D. João IV para o trono, as repetidas conspirações agravaram o seu carácter tímido e irresoluto, e o tornaram sombrio e suspeito. Os terrores do carrasco castelhano o impeliam a procurar muitas vezes a salvação no ministério do carrasco português e assim o vimos à volta dos verdadeiros conjurados sacrificar Francisco de Lucena, ministro hábil e fiel, perseguir e prender servidores dedicados, como o Marquês de Montalvão, e sobretudo Matias de Albuquerque, justamente quando este acabara de ganhar-lhe uma grande vitória.»<sup>92</sup> D. Francisco Manuel de Melo reconheceu o meio em que se achava; alude na *Justificação* às rivalidades que lhe disputaram os postos que lhe competiam: «Aqueles que todos cuidaram poderia ser empregado, se desviaram. – No mesmo dia em que eu estava diante de um esquadrão, governando contra os inimigos de V. M., estava alguma pessoa, – que desta pratica já haverá dado a Deus conta, – nesse Paço persuadindo a V. M. me mandasse prender porque eu sem duvida, – a juízo da sua bondade – ia com animo de me passar a Castela. Fundava bem esta suspeita em me haver eu escusado de testemunhar contra Francisco de Lucena aquilo que eu não sabia. Fui desta acção avisado, porque a pratica não parou nos ouvidos de V. M. Então por satisfação minha, tomando a ousadia da verdade escrevi a V. M. uma carta a que – foi servido de me mandar responder em outra – em 4 de Janeiro de 1642 – «de vossos procedimentos tenho a devida satisfação. E fico certo que em tudo o mais que se oferecer de meu serviço, procedereis sempre muito como deveis às obrigações de quem sois, e à confiança que eu faço de vossa pessoa.»

D. João IV ainda o empregou em serviços de confiança, e até nos seus trabalhos musicais, para os quais D. Francisco Manuel de Melo escrevia as poesias. Em uma crise de sombrios terrores e suspeitas, envolveu o rei aquele varão prestante e alta inteligência mandando-o prender em uma torre ou praça de guerra. Ante esse facto, que se tornou uma invencível fatalidade na sua vida, o poeta adoptou a divisa *Quare?* a pergunta insolúvel ante a esfinge coroada. Por que razão? A resposta histórica resume-se em um efeito de psicologia mórbida.

D. Branca da Silveira amou D. Francisco Manuel de Melo, e recolhendo-se ao Mosteiro de Santa Ana depois da prisão do poeta, faleceu *dois anos* depois em 1649,

---

<sup>92</sup> *Vida do Padre António Vieira*, pág. 36.

quando se dava a sentença condenatória contra ele. Uma página desses amores entrevê-se em alguns calorosos Sonetos, de uma íntima e profunda poesia vivida.

Reconstruídos os elementos históricos do processo judiciário, ainda não encontrado entre os livros findos, pelo Memorial apresentado a D. João IV, após a concessão da terceira instância, e pela *Justificação* em que analisara as monstruosidades do Juízo dos Cavaleiros, resta o *elemento tradicional*, que nem Camilo nem Prestage conseguiram penetrar. Essas tradições mostram que o encarniçamento de D. João IV proveio de um *ciúme*, da rivalidade de amante despeitado. A primeira referência a essa aventura amorosa foi consignada em um dos dez volumes das Linhagens coligidas por José Cabedo de Vasconcelos e Manuel Moniz de Castelo Branco; embora estes genealogistas coevos errassem o nome da Condessa de Vila Nova, e portanto a época da aventura, pela idade que dão a D. Francisco Manuel, aproximam-se da realidade: «Entre vamos amadores, aceitou os requebros do rei, porque era D. João IV, e os de D. Francisco Manuel de Melo, porque era gentil, moço de trinta anos (em 1641, quando voltou a Portugal, contava 33 anos, observa Prestage), corajoso e forte, o primeiro e mais galã de quantos abrilhantavam os saraus da primeira fidalguia.» Por esta data fixa-se com rigor qual foi a *Condessa de Vila Nova* de entre as três esposas com que se matrimoniou D. Gregório Taumaturgo. Os linhagistas referem o encontro do rei D. João IV e D. Francisco Manuel, no Pátio das Colunas do palácio próximo do Limoeiro, esgrimindo na escuridão sem se conhecerem e fugindo depois cada um para seu lado ao aparecimento de uma luz no patamar da escadaria. Camilo, sumariando esta notícia, prejudicou-a romantizando o quadro, que chegou a ser considerado como de sua invenção. Esta tradição do século XVII foi consignada por curiosos, com o título de ADVERTÊNCIA nas margens do manuscrito da *Justificação* de D. Francisco Manuel de Melo. No Manuscrito do *Tácito português* (Ms. 830 da Bibli. Nac.) foi essa ADVERTÊNCIA transcrita por 1790, ajuntando-lhe o copista o parecer do Conde de S. Lourenço, «que narrou uma combinação de D. João IV com a *Condessa de Vila Nova* em relação a D. Francisco Manuel, mas *não ouviu nunca falar na briga*». A combinação era fazer certa pergunta a D. Francisco Manuel, sobre simpatias castelhanas. Bastam-nos as intimidades dos três personagens para acentuar a realidade histórica do ciúme do rei. No Manuscrito da *Justificação* pertencente ao Dr. Aires de Campos, também se acha a ADVERTÊNCIA, que este erudito filólogo comunicou ao bibliógrafo Inocêncio Francisco da Silva, que em 1859 a publicou no *Dicionário bibliográfico*; esse texto resumido é igual ao da ADVERTÊNCIA, que acompanhava a *Justificação* publicada por Camilo na sua edição da *Carta de Guia de Casados* de 1873 (p. 42); aí se lê: «Item: dizem, que a má vontade com que el-rei D. João 4º se mostrou nesta dependência de D. Francisco, procedera de se encontrar com ele uma noite em a porta do Pátio das Colunas, que está nas casas contíguas ao Limoeiro em que morava então a *Condessa de Vila Nova* (senhora de muito bem fazer a quem lho pedia).» Esta ADVERTÊNCIA também foi discutida ineptamente atribuindo-a a malevolência de Camilo! Como em nenhum desses traslados se diz qual das três *Condessas de Vila Nova* foi a da aventura do duelo na sombra, imaginou Gomes de Brito, que o Dr. Aires de Campos ocultara discretamente «resolvendo omitir o nome da dama, que deu causa a este reboliço.» Camilo, ao determinar qual das três *Condessas de Vila Nova* era a amada por D. Francisco Manuel, aceitou o erro dos linhagistas Cabedo de Vasconcelos e Moniz Castelo Branco, que consideraram a terceira mulher de D. Gregório, D. Mariana de Lencastre, com quem casou depois de enviuar da sua segunda mulher em 1649, quando D. Francisco Manuel já contava mais de cinco anos de cárcere, a qual veio a sobreviver ao Conde de Vila Nova falecido em 1662. O próprio Camilo veio a apontar este facto na *Boémia do espírito*. A primeira esposa, que morreu envenenada pelo

Conde de Vila Nova, foi D. Guiomar da Silva ou de Castro, fugindo em seguida para Castela, donde se repatriou em 1640; esta fica também excluída da aventura amorosa. Resta a segunda esposa, a sobrinha do Conde, D. Beatriz da Silveira, filha de sua irmã D. Maria de *Vilhena* e do Conde de Sortelha e sua única herdeira, nascida por 1615 a 16. Camilo, encostando-se à informação de Cabedo, não só errou o nome em *D. Brázia de Vilhena* como à D. Mariana, que convolou a segundas núpcias depois de 1662, fez vítima de veneno propinado por D. Gregório Taumaturgo. Esta, também herdeira do título de Figueiró, foi considerada nas *Memórias* do Bispo do Grão-Pará como a namorada de D. Francisco Manuel, intitulando-a Condessa de *Vila Nova e Figueiró*. Camilo, sem apurar as legendas, pela informação simples do linhagista «pouco menos de textualmente copiado do códice genealógico de Cabedo, que diz ter conhecido todos ou quase todos os figurantes da horrenda história», exclamou entusiasticamente: «Não podemos desejar mais claridade no mistério, que tanto deu que meditar e conjecturar no decurso de quase dois séculos e meio» (p. 48). Mais embrulhou a meada, quando na *Boémia do espírito*, convindo-lhe defender D. João IV, diz que o rei «não podia desfazer o que os Tribunais tinham feito» e também «como rei absoluto arrancar D. Francisco Manuel às prezas do Conde e do Juiz dos Cavaleiros que o condenou – na sua tal qual cumplicidade de parceiro nos dissabores do marido de *D. Mariana de Alencastre* a sua interferência seria duplamente afrontosa...» Prestage rejeita todas essas lendas apresentadas por Camilo Castelo Branco «a quem faltavam os predicados de são critério e exactidão». E em seguida: «Digamos desde já que nada leva a crer, que El-Rei fosse autor das desgraças de D. Francisco Manuel, antes pelo contrário...» (*Op. cit.*, p. 201). E num negativismo, chega a duvidar que Francisco Cardoso fosse criado do Conde de Vila Nova, e não ser certo que D. Francisco Manuel «andava de amores com a Condessa.» (*Ib.*, p. 204). Por isso não se preocupou em deslindar qual das três Condessas foi a que ocultaram as notícias genealógicas nos seus anacronismos e a ADVERTÊNCIA do século XVIII na vaga indicação titular.

Por uma carta ao Conde Camareiro-mor, datada de 28 de Janeiro de 1650, revelamos D. Francisco a razão que o levou a redigir dois Memoriais para ser um deles apresentado a D. João IV: «N. (o rei) aqui me tem e me achará para toda a resolução que for servido se tome comigo tão firme na pena como na mercê. É no meu animo indiferente o cutelo ou a palma, quando a razão seja quem pegue deste ou daquela insígnia. Mais sentirei perder o que podia servir, que o que podia alcançar, e ainda mais que a própria desgraça que me alcança. *Eu fiz dois papeis, um larguíssimo*, (que não pude acabar menos com a minha dor), *outro brevíssimo, mas certíssimos ambos*. Creio estarão hoje em mãos do Secretario do Estado (foi sua a ordem a de minha reclusão). O *segundo* lhe pedi quisesse oferecer em meu nome, e esse acusa o primeiro, porque se quer, se saiba que foi escrito. Pode-se só ler este pequeno, porque é quase todo ele um Salmo de David, que me parece falava por minha causa bem mais acreditadamente do que eu o faria.»<sup>93</sup>

O *Memorial*, até hoje conhecido do público, é esse primeiro e mais extenso, em que dá largas à sua angústia; o *Memorial* brevíssimo, que se conservou inédito no arquivo do Conde da Silvan e publicado pelo Dr. Prestage na sua obra capital *D. Francisco Manuel de Melo*, é o que deveria ter chegado à mão de D. João IV; na sua carta pergunta ao Camareiro-mor se ele subiria tão alto, «e quando haja subido o que terá obrado». Neste *Memorial* não há referência ao nome de assassinado Francisco Cardoso, escrevendo apenas: «Consta não haver visto nem tratado com tal homem, nem que o morto de mim se queixasse, nem eu dele em toda a vida. Nenhuma causa se

---

<sup>93</sup> *Cartas*, Cent. IV, nº 46.

oferece, por mais que com fingimento mostraram havei-a eu dissimulado para uma tal vingança.» A exibição dos serviços à Casa de Bragança e a D. João IV também não aparece aqui, para poder «guardar a brevidade aos príncipes e ministros conveniente». As palavras dos Salmos com que fechava o Memorial, imprimiam-lhe uma emoção religiosa para fazer sentir a verdade da sua queixa:

«*Et factus sum sicut homo non audiens; et non habens in ore suo redargutiones.*  
«*Quoniam in te, Domine, speravi; tu exaudies me, Domine.* (Sal. XXXVII).  
«*Sed tu, Domine, usquequo?*» (S. VI).<sup>94</sup>

Na mesma data escrevia a um amigo dando-lhe conta do seu estado; «No mesmo estado estou que antes; porque sem embargo que com *um largo e um breve papel*, procurei introduzir minha Justificação e Memória diante de N. (D. João IV), nem que à sua presença hajam chegado posso ainda fazer certo. Vossa mercê que sabe o que custa perder a esperança do remédio, bem pode avaliar meu sentimento.» (*Cent. IV*, cart. 41).

Barbosa Machado, na *Biblioteca Lusitana*, dá conta do inédito de D. Francisco Manuel de Melo intitulado *Justificação de suas acções ante Deus, ante sua Majestade e ante o mundo, contra as falsas calúnias impostas dos seus inimigos*.

Barbosa Machado considerou-o um Memorial a D. João IV; como Memorial o tomaram Herculano e Camilo Castelo Branco, e ainda depois de o Dr. Prestage ter encontrado o *Memorial* autêntico dirigido ao rei, no Arquivo da Casa Silvan, continuou a considerá-lo um segundo Memorial. D. Francisco Manuel, como nos revela nas suas Cartas, escreveu essa *Justificação*, mas como lhe saiu extensa de mais, aconselharam-lhe a que a resumisse, se queria que ela fosse lida. Assim a *Justificação* não teve o destino para que fora escrita, ficando um simples papel, informatório de que os curiosos houveram cópias; o *Memorial* resumidíssimo e com carácter oficial é que foi apresentado a D. João IV e aos juizes da terceira Instância, não tendo produzido o esperado efeito benéfico.

Como esse documento foi reservado, o traslado que ficou na casa Silvan nunca permaneceu ignorado; daí resultou que nas cópias da *Justificação* aparece o encabeçamento de *Memorial a el rei D. João IV. N. S. oferece D. Francisco Manuel de Melo*. Era uma hipótese plausível; mas pela publicação do inédito da Casa Silvan nasceu a inferência de que D. Francisco Manuel dirigira um 1º e um 2º Memorial ao rei quando lhe foi concedida a terceira Instância. A carta de D. Francisco Manuel põe em claro este ponto, sobre que não podia haver dúvida para quem estude a valer a obra do grande escritor. Sigamos o exame do processo.

«As testemunhas foram compradas, os juizes coactos. Mas é mais difficil comprehender a inacção régia e os rigores insólitos, usados para com um parente da casa reinante, militar distintíssimo, homem influente por sua família e amigos, o que tem persuadido a alguns, de que *o verdadeiro perseguidor fosse o próprio soberano.*» (Prestage, *Op. cit.*, p. 194). Se o não foi por sua resolução, mais abjecto se toma por ser o iníquo instrumento de uma influência malévola que durante nove anos se impôs ao ânimo apático do rei. É eloquente a representação de D. Francisco Manuel:

«Porém, já agora, parece que pede a razão, que... informe igualmente a V. A. das culpas que originaram a minha ruma. Varias cores e pretextos pouco decentes lhe quizeram dar meus inimigos... Por fim de tudo, Príncipe Sereníssimo, eu fui culpado em a morte de um homem, que nenhuma outra cousa soma a acusação com que me criminaram fiscaes, partes e juizes. Quarenta testemunhas em minha defesa, que cada

---

<sup>94</sup> O Dr. Prestage achou esta parte do Memorial avulso no Cód. ms. da Ajuda, 51-VII, 50, fl. 418, *Op. cit.*, p. 250.

uma por qualidade e justificação valiam mais que todos os documentos que contra mim houve, nada, Senhor, valeram. Minha desgraça foi cera que tapou os ouvidos a meus juizes, foi nuvem que lhe empanou os olhos. Oh perdoem as cinzas de muitos que são mortos, que com paixão me julgaram...

«Enfim me condenaram em perdição de tudo o que na vida é estimável, menos a vida, se a vida se pode contar como cousa de estima entre quem perde fazenda, pátria e liberdade. – *Por esta própria morte foram três homens justificados até o último rigor das leis, lançado outro nas galés para sempre*, não poucos degradados. Eu, sobre nove anos de preso (pena bem capaz de punir maiores culpas), despojado de minha fazenda por grossas condenações, proibido em perpetuo da pátria com desterro para o Brasil. Quem deu tanta calidade a um duvidoso erro dos ordinários da republica? Deu-lho, Senhor, o ódio e a vingança, que se lançaram da parte da culpa e a fizeram tão grave...

«Tardei, quanto foi necessário, para representar a S. M. minhas lastimas, que comovido realmente delas, houve por bem continuasse em minha prisão, debaixo de um judicial protesto de que estaria presente e seguro, para que se executasse em mim o cumprimento de minha sentença, tanto nas penas pecuniárias como no perpetuo desterro do Brasil, em que estou condenado.

«Grande será a desconsolação que levarei, deixando a pátria ameaçada de uma nova guerra, sem que possa ser participante das vitórias prometidas à justiça e generosidade de V. A.»

Dirigindo-se ao Príncipe D. Teodósio na *Epístola declamatória*, D. Francisco Manuel errara o alvo; na vida confinada da prisão ele ignorava as antipatias mútuas entre o rei e O príncipe. Tal pedido, por esta via, era para agravar mais O rancor que até se comunicava aos seus juizes. Referindo-se a um Memorial que fizera chegar a D. João IV, diz Francisco Manuel a um seu primo em carta de 25 de Outubro de 1645:

«Aqui tive notícia que no Paço se falara em mim esta manha. Fazei conta que *juram em vão este meu nome*. Contudo, para não faltar à obrigação do tempo e de mi mesmo, *escrevi um papel a N. (D. João IV) mas segundo o que me dizem que vai por lá, nem de ler o sobrescrito haverá hora.*» (*Cartas*, Cent. II, nº 70). D. Francisco Manuel sentia que D. João IV obedecia a uma instigação malévola permanente, a que nunca se refere. Por isso mesmo se denuncia: era a rainha D. Luísa Francisca de Gusmão, que influiu na morte de Francisco de Lucena, vingava-se de D. Francisco Manuel de Melo não querer jurar contra ele.

A Dama da rainha D. Luísa de Gusmão, prima de D. Francisco, D. Maria de Portugal, pela sua influência dirigiu-lhe um pedido em favor do perseguido parente «*prezo de pouco*, se foi lançar aos pés da Rainha, banhando-se em lagrimas a pedir a real intercessão por seu primo que era assaz homem de bem, semblante muito feio, talvez tanto como era belo espírito». Deixando a parte caricata desta anedota referida pelo Conde de S. Lourenço, o pedido à Rainha pela Dama da sua intimidade e serviço, mostra que ele bem conhecia uma das fontes da malevolência que actuava na perdição de D. Francisco Manuel, escusando-o pelo seu *semblante muito feio* para seduzir mulheres, e um *belo espírito* para justificar a natural galantaria. A prisão de D. Francisco Manuel de Melo continuou depois da morte de D. João IV; e sob a regência de D. Luísa de Gusmão foi para o degredo, vindo só a ser perdoado e reabilitado quando ela teve de ceder o poder a seu filho Afonso VI e ao seu primeiro-ministro o Conde de Castelo Melhor. Sobre o carácter de D. Luísa de Gusmão, escreve Ramos Coelho: «De D. Luísa é bem notória a indisposição contra o cunhado (Infante D. Duarte) motivo principal de deixar a casa fraterna e o reino; o seu animo imperioso e ciumento do marido favorecida pela indiferença do esposo, que lhe abandonava a administração domestica; quanto contribuiu para levá-lo a aceitar a coroa e quanto influiu nos casos do

governo, durante a sua vida e posteriormente.» (*Hist. do Infante D. Duarte*, t. I, p. 306).

Prestage, sem prever esta influência, escreve: «nada leva a crer que el-rei fosse autor das desgraças de D. Francisco Manuel... certo que podia ter mitigado a pena do escritor sem afrontar as leis, por estas reconhecerem ao Grão-Mestre a faculdade de modificar as sentenças proferidas pelos tribunais da Ordem de Cristo.» (*Esboço*, p. 201). Como explicar a secura e insensibilidade moral de D. João IV, senão por uma influência malévola irresistível?

Prestage notou o facto de D. Francisco Manuel «nunca nomear os seus inimigos *que tanto podiam no ânimo real* – infelizmente os nossos esforços para identificá-los foram inúteis». (*Ib.*, p. 205). O poeta estava absolutamente inibido de aludir por qualquer forma à rainha.

Na ADVERTÊNCIA que aparece em algumas das cópias da *Justificação* de D. Francisco Manuel de Melo, lê-se sobre a causa do seu julgamento: «A morte que se fez foi a um Francisco Cardoso, criado do Conde de Vila Nova, D. Gregório; foram enforcados três homens por ela, e um que entregou o morto aos homicidas foi condenado a galés.» Isto se referiu na representação.

Nas genealogias de José Cabedo de Vasconcelos e Manuel Moniz de Castelo Branco, precisa-se o facto nas suas particularidades: «Este Cardoso andava de amores adulterinos com uma Catarina, de Enxobregas, mulher de um arrendatário de foros da casa de Vila Nova, chamado Marcos Ribeiro; sabedor de sua desonra, – peitou três criados, que mataram a ferros o mordomo do Conde. Os assassinos foram presos e, postos a tormentos, declararam quem os mandara.» Estes dados confirma-os D. Francisco Manuel de Melo na sua desassombrada *Justificação*: «Pela morte de Francisco Cardoso, foram os matadores achados e condenados à morte, o mostrador dele a galés.»

Era um caso julgado. Como se recomeça um novo processo, para envolver em uma rede de ilegalidades e iniquidades a D. Francisco Manuel de Melo? Francisco Cardoso passara de criado a mordomo da Casa do Conde de Vila Nova, porque este o casara com a sua amásia e criada Helena da Cunha; o mandante do assassinato, Marcos Ribeiro, era o arrendatário dos foros daquela casa. Convinha ao Conde de Vila Nova que Domingos Cardoso, pai do assassinado, requeresse novo julgamento, tendo-se previamente arranjado testemunhas para indicarem D. Francisco Manuel de Melo como mandante do crime.

Expõe D. Francisco no seu *Memorial*, em relação a Francisco Cardoso: «Consta não haver visto nem tratado com tal homem, nem que o morto de mim se queixasse, nem eu dele em toda a vida. Nenhuma causa se oferece, por mais que com fingimento mostraram havei-a ou dissimulá-la para uma tal vingança.» E diante da repugnante imputação insurge-se o intemerato cavalheiro, o bravo mestre de campo: «Que do mais perdido homem da Republica se não pode presumir fizesse sem causa um tal feito.»

Conheceu prontamente D. Francisco Manuel de Melo quem movia o acusador Domingos Cardoso, para nova sentença: «Em a tal sentença se toma por fundamento, cometeram aquele delito *por mandado de certa pessoa*, que os réus varia e injuridicamente *deram a entender ser eu.*» (*Memorial*). Essa insinuação ele a esclarece: «Foram três os cúmplices do delito; depuseram variamente, sempre sem tormento ou questão dele. Disseram em Juízo quatro vezes, *duas me nomearam*, duas não.» Esses testemunhos dos réus convencidos de falsos por sentença da Relação, foram de «António Salvago de Sousa, capitão-mor de Castelo de Vide. Foi prezo e julgado, solto e livre. O Alferes Bernardo de Faria. Foi prezo e tão levemente condenado, que posso dizer e afirmar saiu solto e livre.

«Consta haver lançado de minha casa a João Vicente, autor deste enredo, por não

poder sofrer os seus maus procedimentos. Consta do seu escândalo e da sua natural disposição a qualquer modo de vingança, *consta que a prometeu tomar de mim*. Consta haver morto sua mulher por adultério, *nomear e perguntar pelo morto*, que não conhecia, *matá-lo depois que o conheceu*. Prova-se como, havendo sucedido o caso, e sendo notório e mandado a meus criados a jurar na devassa geral, eu estive sempre em minha casa, sem dela fazer ausência.

«Mostra-se que sendo avisado do dia e hora em que me queriam prender, não fiz alguma mudança, e fui achado em todo o natural e inocente descuido.» (*Memorial*).

Como é que aparece aqui João Vicente, criado de D. Francisco Manuel de Melo, sugerindo a Domingos Cardoso que o seu antigo amo fora o mandante do assassinato de seu filho Francisco Cardoso, quando já se tinham executado os assassinos e condenado Marcos Ribeiro a galés como o indubitável mandante? É este o *enredo* de que *foi autor* João Vicente servindo influências, que para exercer o seu ódio se acoitavam ao paço manobrando no ânimo de D. João IV, nada menos do que o Guarda-Mor da Pessoa de El-Rei e Gentil-homem da Câmara do príncipe D. Teodósio. Os linhagistas Cabedo de Vasconcelos e Moniz de Castelo Branco, citando o nome de Marcos Ribeiro, como mandante do assassinio de Francisco Cardoso, desconhecendo a vingança prometida de João Vicente, apontam o Conde de Vila Nova insistindo apesar da anterior sentença para acusação de D. Francisco Manuel. O plano era bem achado: livrava das galés o arrendatário dos seus foros; conseguia que João Vicente escapasse à acção da justiça, denunciando como mandante seu amo, D. Francisco Manuel de Melo, que ficou surpreendido pela infamante notícia. E no seu efectivo *Memorial* escrevia a D. João IV: «Que toda a acusação que se faz contra mim *tem por fundamento o ódio*, a invectiva de públicos e encobertos *inimigos, grandes e poderosos*, por vários e injustos respeitos.

«Tem por instrumento a informe, falsa e convencida confissão *de dois homens perdidos e falsários vis e facinorosos*.» (*Memorial*). Serão esses dois homens o arrendatário Marcos Ribeiro e João Vicente? Este *Memorial* foi dirigido a D. João IV, depois de cinco anos de prisão, em 1649; nele examina os trâmites injurídicos e as violações do direito, a monstruosa e insólita sentença de extermínio, que o Juízo da Coroa, a Mesa da Consciência e Ordens e o Juízo dos Cavaleiros lhe infligiram sob a pressão cavilosa de quem tudo podia. Antes de ter sido concedida a terceira Instância para o julgamento, meramente consultivo para se exercer o final arbítrio do poder real, escrevera D. Francisco a larga *Justificação*, em que expõe os seus serviços feitos à causa da independência nacional, à Casa de Bragança e pessoalmente ao próprio D. João IV; e confiando na alta influência do Rei de França, impetrando ao monarca português a justa benevolência para esse português valoroso, considerado nas cortes da Europa, ele nutriu a doce ilusão que encontraria em D. João IV a reparação que lhe era devida. Era chegado o momento da intervenção absoluta (*moderadora*) do poder real.

«É presente a V. Majestade, é notório a todos como estou prezo há *seis anos*. Qual a causa, qual a prova, quais os respeitos, que tal o sofrimento, que tão esquisito o rigor com que ordenou a minha fortuna fosse e seja tratado?

«E porque suposto que a minha justiça foi tantas vezes ventilada, quão poucas foi ditosa! E de todas seriam a V. Majestade somente referidos pelos juízes seus pareceres sem que apresentassem os motivos em que os fundaram. Permita-me V. Maj. agora por principio de clemência que invoco, represente aqui eu brevíssimamente o processo da minha causa.

«Pela morte de Francisco Cardoso foram os matadores achados e condenados à morte, e o mostrador deles a galés.

«Em a tal sentença se toma por fundamento cometerem aquele delito por mandado de certa pessoa, que os réus varia e injuridicamente deram a entender ser eu.

«Mas a sentença por ser dada entre outras pessoas não pode resultar em meu dano conforme a resolução do Direito tão vulgar, que até eu sei que assim está escrito na Ordenação, Lib. III, art. 81.

«Com tal pretexto de réu fui prezo pelas Justiças seculares, que depois de vários incidentes remeteram a causa para o tribunal da Coroa, porque ali se determinasse o ponto da jurisdição, o qual sendo julgado a meu favor, fui remetido ao Juízo dos Cavaleiros.

«Pedi então nele se pronunciasse sobre a prisão, a que ainda não estava pronunciado, e que para este provimento o juiz se regulasse pela devassa geral, que era só o acto legitimo donde podia ou não resultar-me culpa.

«Suspendeu a deliberação desse requerimento, enquanto se ventilava a matéria do assassinio, em que aquele quis envolver sua acusação com igual falência que na de mandante.

«Finalmente, declarou o juiz não continha o caso assassinamento, anulando o sumário e procedimento dos autos, deixando porém as chamadas culpas em sua realidade.

«Esta sentença se confirmou em segunda e terceira instância.

«Por quais sentenças parece sem duvida haverem usado de fundamentos contrários, porque não pode o sumário, e procedimentos do Juízo secular serem nulos, sem que também o ficassem sendo as culpas que me formavam por eles.

«Assim, sendo julgada a nulidade do processo, se anulou também a nulidade da culpa, porque de causa notoriamente nula se não pode deduzir algum efeito jurídico, e que validamente prejudique o que não só mostram as leis, mas toda a boa razão.

«Sendo, enfim entregue ao Juiz dos Cavaleiros, e havendo ele então de pronunciar sobre a prisão (como no despacho antecedente havia preveni4o) pois já se decidiu o não haver assassinio – declarou – não sei por que causa, me livrasse em seu Juízo da prisão em que estava.

«E porque se veja a violência que ali padeceu minha justiça, é de saber, que ainda que a sentença do juiz se confirmou, foi somente quanto à questão do assassinio, de que por então somente se tratava; e não quanto à validade das culpas e pronunciação.

«Isto é claro; porque se o juiz, antes de averiguado aquele ponto, não quis deferir o requerimento da pronunciação, como podia a Mesa (da Consciência e Ordens) e a Instancia, adiantar-se a julgarem em mais do que se litigava de presente?

«Assim, a titulo de réu, fui acusado pela via ordinária, pela culpa de mandante.

«Pois se pelas três sentenças estava livre da culpa do assassinio, que era mandar matar por dinheiro ou cousa que o valesse, bem se segue que também fiquei livre de o haver mandado matar.

«Porque as circunstancias que se aniquilaram e destruíram pelas três sentenças, por se presumir mandara matar por dinheiro, eram as próprias que estavam já nulas e sem algum credito por se presumir que mandara matar sem ele.

«E não constando de tal mandado, nem podendo ser de efeito em meu prejuízo as declarações dos réus, varias e nulas, bem se segue haver sido mal condenando pelo Juiz dos Cavaleiros em degredo perpetuo para África, mil cruzados para a parte, duzentos para as despesas da Mesa, e cento para seu Juízo.

«Prova-se melhor o excessivo rigor desta sentença, se o seguinte se considera:

«Admitiu-me o juiz a defesa, condenou-me como indefeso; disseram contra mim os réus incerta e variamente; disseram em minha defesa quarenta testemunhas; eles convencidos por duas sentenças da Relação, no mesmo caso por falsários, havendo envolvido nele outras pessoas; as testemunhas que juraram por mim todas de grande credito. Nunca se deu causa contra mim desta morte. Eu provei uma tão justificada,

como era vingar o matador o adultério que o morto lhe havia feito.

«Os mesmos e maiores fundamentos havia para não haver de ser pela Mesa, como fui condenado em perpetuo degredo para a Índia; privação da Comenda, dois mil cruzados para a parte, quinhentos para as despesas do Tribunal, e cento para as do Juízo, cuja execução em maior parte está já feita.

«Conhece-se qual seja o ódio da parte que me persegue não por verdadeira queixa, mas com ruim vontade, pois sendo esta sentença tão notavelmente rigorosa – como disse a voz publica – ainda apelou dela, pedindo igualmente – comigo a V. Maj. terceira instância.

«Concedeu-me V. Maj. a terceira instancia e consultaram a V. Maj. já os juizes; pende agora do arbítrio real a resolução.

«A essa causa são os votos destes juizes consultivos, e não definitivos.

«Este suave estilo guardaram sempre os Mestres da nossa Ordem (de Cristo).

«...Considere V. Maj. se com viva esperança posso estar de que sendo V. Mag. o arbitro, o Senhor e o Mestre, haja de emendar o erro alheio, de que eles que tão sem causa justa criminaram minha inocência, haja de mostrar o excesso a que subiram meu castigo.

«Ninguém ignora a paixão de que fizeram motivo alguns dos que me condenaram; cujo efeito eu mais adivinhei que mereci, prevenindo dele a V. Maj. muito antes de ser julgado por que sabia, que me tinha a paixão certo do dano naquele mesmo lugar, onde a razão me mandava buscar o remédio.

«Mas porque a experiência me tem mostrado, que com armas mais dobres, além desta acusação, que estejam contra mim meus inimigos, impondo-me diante de V. Maj. de várias e falsíssimas calúnias, licito me deve ser, Senhor, tomando de V. Majestade a devida licença, tornar sequer esta vez por meus procedimentos, dando minhas obras a minhas palavras tanta confiança, como razão.»

Por alvará de 26 de Abril de 1648, D. João IV como Governador e perpétuo Administrador do Mestrado da Ordem de Cristo, concede a terceira instância a D. Francisco Manuel de Melo «prezo na Torre Velha – na causa da acusação que lhe faz Domingos Cardoso no Juízo dos Cavaleiros sobre a morte de seu filho Francisco Cardoso». E nomeia para juizes dessa terceira instância para darem os seus pareceres aos Drs. Francisco de Almeida Cabral, Pedro Fernandes Monteiro e Diogo Marchão Temudo. Como correspondeu D. João IV à derradeira esperança do angustiado preso? Mandando, por alvará de 22 de Março de 1652, que «se execute a resolução tomada pelo decreto do Mestrado» de 21 de Maio de 1650 «não obstante os embargos com que ele (D. Francisco Manuel de Melo) veio depois de sentenciado em final, porque de mais não terem lugar, estando o negocio já naqueles termos, se não alegou por sua parte cousa que o relevasse, e este se cumpra e guarde como nele se contém». E em alvará de 4 de Dezembro de 1652, já depois de sentenciado em degredo perpétuo para o Brasil e mais penas pecuniárias, resolve «que sem embargo dos embargos a sentença dada contra ele se executasse e não fosse mais ouvido de alegação alguma que na causa fizesse, e este se cumpra e guarde...». Aqui se patenteia a descoberto de todas as praxes o facciosismo de D. João IV, servindo o ódio encarniçado do seu Guarda do corpo D. Gregório Taumaturgo, conde de Vila Nova. E esse rancor era tão entranhado, que ainda em carta de Roma, de 10 de Outubro de 1663, o Cardeal de Aragão escrevia para o seu rei, que ali a presença de D. Francisco Manuel «era pretexto que havia tomado el Conde de Castel Millor, parente y amigo suyo, por no sacarlo con desayre de Lisboa, ya que era preciso *por las quejas del Conde de Villa Nova que contra el tenia, de que V. Mag. se hallará noticioso...*». (Doc. 97. Prestage, *Esboço*, p. 544).

Ficam até aqui bem autenticadas as figuras sinistras que se coligaram para a

perseguição de D. Francisco Manuel de Melo; e por tanto caracterizado o ódio em que tão bem se entenderam o Conde de Vila Nova e D. João IV – *a intriga de mulheres*. Transpirou o mistério dessa intriga na ADVERTÊNCIA à margem da *Justificação* de D. Francisco Manuel, com a cor da lenda romanesca: «Dizem que a má vontade com que el rei D. João IV se mostrou nesta dependência de D. Francisco <sup>95</sup>, procedera de se encontrar com ele uma noite em o Pátio das Colunas que está nas casas contíguas ao Limoeiro, em que morava então a Condessa de Vila Nova, (senhora de muito bem fazer a quem lho pedia) e porque tenha dado ponto, senha e hora, uma noite a D. Francisco Manuel, e deu a mesma em tudo a el rei, que também era opositor, não sabendo um do outro, pretendendo subir a escada ambos ao mesmo tempo, e não querendo ceder qualquer deles, vieram à contenda das espadas, brigando igualmente com esforço e ventura; cansados suspenderam a contenda, e acudindo gente, se retiram ambos por não serem conhecidos; sem embargo que el-rei conheceu a D. Francisco, não conheceu D. Francisco a El rei, nem sabia que era opositor àquela empresa.»

«*Sucedeu depois a morte de Francisco Cardoso, criado da Condessa...*» À parte o lance romanesco, que não prejudica a realidade dos factos, vê-se como sobre o caso do assassinato de Francisco Cardoso, teceu *este enredo* contra D. Francisco Manuel o seu criado facinoroso João Vicente.<sup>96</sup> Camilo não estudou os elementos tradicionais a que deu publicidade; a referência à Condessa de Vila Nova compreende o sincretismo das três consortes com quem sucessivamente se desposara D. Gregório Taumaturgo. Qual delas foi a heroína do drama amoroso? O sincretismo dos genealogistas corrige-se pelas datas, que por vezes fornecem. Pelo texto da ADVERTÊNCIA, se apanha o indício, de que a Condessa de Vila Nova, depois da morte de Francisco Cardoso, «*a sua lhe sobreveio a ela daí a poucos tempos*». Portanto não foi D. Guiomar da Silva, por cujo envenenamento o Conde de Vila Nova fugiu para Espanha, donde voltou em 1640; nem foi D. Mariana de Lencastre, que lhe sobreviveu em 1662. Portanto, foi a segunda *Condessa de Vila Nova*, D. Branca da Silveira, sua sobrinha, que falecera em 3 de Abril de 1649. Tomando a tradição no seu sincretismo, os espíritos sem disciplina crítica, desprezam-na, como fantasia inútil perdendo os resíduos da realidade, em que se apura o fundo da verdade.

3º *Anos de prisão e desterro. – A Mesa da Consciência e Ordens influi no monstruoso processo. – A terceira Instância e a acção directa de D. João IV. – Trabalhos literários de D. Francisco Manuel na Torre de Belém (1644-1646), na Torre Velha (1646 a 1650) e no Castelo de Lisboa (1650 a 1653). – Partida para o degredo no Brasil (17 de Abril de 1655).* – Tendo sido preso D. Francisco Manuel de Melo em uma terça-feira, 19 de Novembro de 1644, pela justiça ordinária, sem ter sido ouvido mas apenas indiciado no *caso julgado* da morte de Francisco Cardoso, requereu como Cavaleiro da Ordem de Cristo a declinatória de foro para ser entregue ao Juízo dos Cavaleiros. O desgraçado escritor ficou imediatamente sob o arbítrio do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens, que intervinha em todos os litígios pela forma consultiva, aos quais o seu Presidente assistia e regulava os processos até final. A Mesa da Consciência e Ordens abrangia na sua interferência todas as questões referentes à Universidade, às Ordens militares, aos mosteiros e fundações piedosas, ao resgate de cativos, aos ausentes; ao cumprimento de legados e órfãos; não tinha limite a sua intervenção. O presidente era então D. Carlos de Noronha, um ambicioso, que pelo facto de ter casado com a filha natural do Marquês de Vila Real, pretendia suceder na Casa extinta pela execução dos seus titulares. Para obter esta extraordinária concessão

<sup>95</sup> Do *Autor*, na lição do Ms. do Dr. Aires de Campos.

<sup>96</sup> Facto ignorado até à publicação do *Memorial*, que se guarda na Casa do Conde da Silvã.

D. Carlos de Noronha fazia tudo quanto ao arbítrio palaciano aprouvesse ele de secretário da Mesa da Consciência, já em 26 de Fevereiro de 1641 assinava como Presidente, e levou o mais longe possível a intervenção desse Tribunal consultivo a uma acção directa e perturbadora. D. Francisco Manuel de Melo em algumas das suas Cartas chama à Mesa da Consciência e Ordens a *Mesa de Tiestes*, antropofágica; e no afectivo *Memorial* a D. João IV acentua a sua tremenda iniquidade: «Do mesmo modo não há o que minha justiça padeceu na Mesa da Consciência e Ordens, e menos são ignoradas as causas porque ali fui julgado de tal sorte. Sabe-se que a paixão de dois ministros que se encarregaram da minha perdição (de que ainda agora se gloriam), perturbou a causa de maneira que Elsa houve de ter aquele sucesso. As paredes e os bancos daquele Tribunal fazem notório o que souberam acerca do violento modo da sua sentença. O escândalo deste reino, e de outros aonde do caso houve notícia, mostrou bem que nele se não condenou a minha culpa, mas a minha desgraça. – Para mim se quebraram levemente os estilos não só da piedade, mas os da justiça. Aqueles, por ser *costume daquela Mesa* (o de todo o Juízo privativo) moderar as sentenças e penas... Mostram-se os factos do ódio, porque não contentes de me privarem da minha pátria e esperança dela, e da fazenda também, que toda não chega às condenações pecuniárias, me quiseram juntamente tirar a honra privando-me (como réu de lesa-majestade) da Comenda que mereci, por *dezesseis anos* de serviço na guerra.

«E esquecendo que do assassinio estava absoluto (que era só o caso em que pudera de alguma sorte ter aparência de justa tal condenação) agora me tornam a castigar como a convencido nele. – Suspendendo-se os efeitos das sentenças daquele Tribunal com a concessão da Terceira Instancia, houve nele tal zelo, que logo sobre mim executaram pela condenação à Mesa aplicada, me sequestraram a Comenda, que desde então posso dizer está perdida, e não embargada.»

Depois que D. Francisco Manuel de Melo reclamou por seu foro o Juízo dos Cavaleiros, era junto da Mesa da Consciência e Ordens juiz em primeira Instância o Dr. António de Beja (como se vê pelo livro da Porta); este despachou logo que se livrasse sob prisão; do Castelo, a que por foro fora recolhido por determinação da Mesa transferiram-no para a Torre de Belém (Castelo de S. Vicente) para ali esperar o moroso julgamento, em que *nunca foi ouvido*. Requereu ao Juiz dos Cavaleiros para que o pronuncie pela Devassa geral, que servira para o *caso julgado*, em que agora o envolve; mas o Juiz confundia o foro privilegiado com o ordinário (*mixti fori*) condenando-o a degredo perpétuo para África, com o pagamento de mil cruzados para a parte Domingos Cardoso, 200 cruzados para as despesas da Mesa de Consciência e Ordens e 100, para o Juízo dos Cavaleiros! No *Memorial* a D. João IV, escreve: «Não sou eu o primeiro queixoso das sentenças daquele Juiz dos Cavaleiros, que me julgou afinal. Ele, sem advertir em algum meu descargo, antes como se me vira matar, ou me ouvira mandar matar, me condenou com temerário juízo. Bem fez por minha causa a resposta que deu a certo ministro, ao qual, estranhando-lhe o modo que comigo tivera, respondeu: – *Antes se perca F. que não eu*. É já defunto este juiz, e devo omitir por honra de suas cinzas, outras cousas de maior peso, que pudera fazer certas, com muitos vivos.»

Depois desta sentença execranda, foi D. Francisco Manuel de Melo transferido para a Torre Velha, na outra margem do Tejo, em 1646, ficando quase incomunicável, pela dificuldade da travessia do rio. Durante a prisão em S. Vicente do Restelo, D. Francisco Manuel procurou resistir ao seu acabrunhamento pelo refúgio na elaboração dos estudos literários. Pertencem a este período, em que gozou alguma sociabilidade, os seus livros *Eco Político* e a *História do Movimento e Separação da Catalunha*, e a composição da deliciosa farsa vicentina em tudo, forma e chiste, do *Fidalgo aprendiz*, que se representou diante de Suas Altezas. E bem dizia ele:

Que importa que a liberdade  
Cativa sempre dos erros  
Tema da fatalidade,  
Nem que viva o corpo em ferros,  
Se vive solta a vontade?

(*Çanfonha de Euterpe*, p. 85)

*Em carta de 3 de Fevereiro de 1646 escreve: «Aqui engenhei uma farsa que se bem me não descontenta de todo, para quem como eu tenho outras tantas no teatro da Fortuna, bem pudera ser melhor escritor. E será mal, por aquela certa regra que não há alfaiate bem vestido.» Em carta de 6 de Abril, deste mesmo ano, escreve a um parente: «Também se sirva de me avisar como chegou esse Fidalgo Aprendiz (que se ele apreendeu em v. m. o esquecimento, bem aviados estamos) e do agasalho que por lá recebe, que enfim por fidalgo lá de riba, parece muito natural de lugares tão altos.» (Cartas, p. 516). Dirigia-se a D. Maria de Portugal, dama da rainha.*

«Fui prezo e dentro nas ásperas prisões em que me retinham, servi como me foi possível a S. M. e a este Reino. Prezo, escrevi e publiquei a *Historia de Catalunha*, do qual livro tomou o mundo a verdadeira opinião daquela guerra, e da industria de nossos inimigos, como se vê das doutrinas tão importantes à nossa causa, que sobre ele se fundou João Baptista Moreli, que escreveu depois. E no próprio tempo que os mais encobriam seus nomes, publiquei eu em meu próprio nome o livro que chamei *Eco Político*, respondendo e confutando um autor insolente castelhano. Este livro deu ocasião a se escrever modernamente contra o tal autor, sustentando minhas opiniões D. Francisco de Molina Saavedra.» Em carta de 10 de Outubro de 1645, dirigida ao papa Inocência X com a dedicatória da «*Historia da Separação do Principado de Catalunha*, e sua primeira guerra como origem dos grandes acontecimentos de Espanha» escrevia os pródromos da Revolução de Portugal. E na carta de 25 de Novembro, datada de Belém, declara: «Aos maiores casos fui presente – sem que o diferente nascimento me desvie ou afeiçoe a um ou outro partido.» E acrescenta: «As prisões ásperas em que vivo, atalham o efeito do acesso e devoção (à Santa Sé e a Vossa pessoa) com que por mi mesmo determinava ir a adorar-vos e oferecer-vos este tão fraco livro.»

Por via do Vice-Colector Apostólico em Portugal, é que foi dirigido o livro e uma carta. E referindo-se ao livro: «Trata-se nele a *Historia dos movimentos, separação e guerra do Principado de Catalunha*, e todas as acções deste tão grande negocio e das potências nele interessadas. *Aos maiores casos fui presente...*»<sup>97</sup> O grande problema que se debatia na política europeia, da separação da Casa de Áustria da Espanha era bem compreendido pelo insigne historiador, que na primeira Carta a Inocência X, dizia: «Da qual separação e guerra *tomaram também sembrante os maiores negócios da Europa*, que de importantes ou mortais somente aspiram aos remédios da Igreja.»

Em carta de 30 de Novembro de 1645 dando conta da sua *História da guerra da Catalunha* explica a razão do pseudónimo *Clemente Libertino*, com que a assinara: «Eu houvera de haver aquele primeiro (sc. nome de *Clemente*); e assi escusando-me do que tenho (s. Francisco) fui buscar o da obrigação *por nacer nesse dia* (em 23 de Novembro de 1608). O segundo usei, porque achando-me filho de Mãe que fora escrava e hoje é livre (alude à Restauração de Portugal) me convinha aquele significado.»<sup>98</sup>

<sup>97</sup> *Cartas Familiares*, Cent. I, nº 2.

<sup>98</sup> Cent. I, nº 72.

Em 11 de Junho de 1645, escrevia D. Francisco Manuel (de S. Vicente do Restelo) ao Conde Galeazo Gualdo Priorato ofertando-lhe o seu livro da *História da guerra da Catalunha* e oferecendo-se-lhe para ministrar certas informações sobre assuntos de história contemporânea, de que o Conde se ocupava: «a mi me será facil servir-vos en ellos, con justas informaciones de los sucessos publicos deste Occidente. Y porque no del todo desprecieis mi confiança, sabed Sefior, que el que se os offerece, aflos há que professa la Historia, muchos que la iee, y algunos que la escribe. De que os embio la muestra en esse libro, que es en esta materia el primer trabajo de mi estudio, si bien no es el primero.» (*Cartas*, cent. I, nº 6).

No cárcere continuou D. Francisco Manuel os seus estudos históricos; em carta datada de 30 de Setembro de 1649 ao Dr. João Baptista Moreli, que se interessara pelo escritor de quem falara o Dr. Manuel Álvares Carrilho, dirige-lhe frases que pintam as suas ocupações: «*Dentro de una Torre*, donde por mi desgracias (y aun por las agenas) *há seis afias que vivo*, despues de haver peregrinado muchos por el mundo, que *espírito* podia sobrarme para emplear en la consideracion politica ó estudio historico? – Contudo, vencido del natural, hurté a mis querellas algunos ratos, en los cuales recordando lo que havia visto, pude sacar a luz aquel informe de la *Historia de Catalunha*, lleno de imperfecciones, como su dueño. – Esta, con otras mayres causas, hicieron como yo la prohijasse a un *nombre supuesto*. *Creo no há perdido nada el libro faltandole mi nombre*, ni mi nombre faltandole el libro. Pero para reconocer ias honras, que V. S. hace a *Clemente Libertino*, está obligado y pronto *D. Francisco Manuel*...<sup>99</sup>

*Tristes y pocas son ias ocupaciones y progressos propios deste mi triste estado. No obstante, é siempre resistido ai ocio, escreviendo unos librillos de entre devocion y moralidad, de los quales los dos últimos offeresco a V. S. muy a ia ventura, por ser el transito difficultoso.*»

Como D. Francisco Manuel fora condenado a pena maior, havia recurso obrigatório para a segunda Instância; para esse efeito foram nomeados dois Juizes da Relação para junto da Mesa da Consciência e Ordens sentenciarem no foro privativo dos Cavaleiros, sob a presidência de D. Carlos de Noronha. Pergunta Prestage: «Resta saber quem eram os inimigos (além do Conde de Vila Nova de Portimão) que tanto podiam no ânimo real.» (*Op. cit.*, p. 205). Era um desses o Fiscal do processo privativo como Presidente da Mesa da Consciência e Ordens, D. Carlos de Noronha, que ambicionava entrar na sucessão da Casa de Vila Real, e portanto servindo o ódio de D. Gregório Taumaturgo para patrocinar o seu requerimento junto da rainha. Os dois Desembargadores nomeados para a segunda Instância carregaram mais a mão, com *excesso de jurisdição*. Dele escreve D. Francisco Manuel no *Memorial* a D. João IV: «Algum destes, mal afecto contra mim, obrou com tal animo, que temeroso que por suspeição o recusasse, houve maneira para me assegurar que sairia da Corte, e não

---

<sup>99</sup> O crítico francês Perrens, distinto pelos seus estudos sobre história da Itália, no seu livro *Os Libertinos em França no século XVII*, descreveu esta fase intelectual da Europa, em que a emancipação da consciência, a libertação dos preconceitos tradicionais começava pelo pensamento e não pelos costumes. É assim que, sob Luís XIII, e mesmo ainda depois de Luís XIV, esta palavra *libertino* não teve o sentido pejorativo e condenatório, que se lhe deu ulteriormente, quando por um sofisma sempre empregado nas lutas de má fé do autoritarismo contra a razão, se confundiu a libertação das inteligências com a libertinagem dos costumes. E por tal forma se propagou esse sentido contra as especulações filosóficas e os que a elas se entregavam, que do fim do século XVIII em diante e no nosso tempo exclusivamente o *libertino* é aquele que vive na dissolução dos costumes, na incorrigível imoralidade. Quando D. Francisco Manuel de Melo adoptou na sua dedicatória ao papa o pseudónimo de *Clemente Libertino*, ainda este nome caracterizava espíritos como Desbasreaux, Naudé, Guy Patin, La Mothe Le Vayer, Gassendi, o cardeal de Retz até à geração da Fronde. Bem se vê que o nosso poeta respirava o ar do século na corte de França.

voltaria, e com efeito saiu; mas como só a efeito de sua vingança se dispunha, voltou tanto a tempo, que o teve de obrar segundo o seu espirito.» E mais: «Não repararam os dois apaixonados ministros, nem prenderam lugar a que reparassem os outros no *excesso que faziam da sua jurisdição*, (pois sendo só do Principie o exceder como o minorar os termos dela) me *condenaram em perpetuo desterro para a índia*, cousa jamais vista nem naquele ou noutro Tribunal praticada sem expresso mandato dos Reis.» E na *Justificação ou Declamação Jurídica* tendo demonstrado como no Juízo singular dos Cavaleiros fora mal condenado em degredo perpétuo para a África, mil cruzados para a parte, duzentos para as despesas da Mesa e cento para seu Juízo, compara com o da segunda Instância: «Os mesmos e maiores fundamentos havia para não haver de ser pela Mesa, como fui condenado *em perpetuo degredo para a Índia*, privação da Comenda, dois mil cruzados para a parte, quinhentos para as despesas do Tribunal e cento para as do Juízo: cuja execução em maior parte já está feita.» Foi esta monstruosa sentença dada em 2 de Março de 1648, com imediato sequestro da Comenda.<sup>100</sup>

D. Francisco Manuel de Melo colocou as suas últimas esperanças em D. João IV, que como Grão Mestre da Ordem de Cristo sentenciava em terceira Instância, consultando apenas os três Juizes da Casa da Suplicação, que reunidos na Mesa da Consciência e Ordens aí formulavam o seu laudo. Domingos Cardoso foi instigado para requerer logo, após o pedido de D. Francisco Manuel, a terceira Instância, sendo-lhe concedida por alvará de 26 de Abril de 1648. Foi para ser lido pelos juizes da terceira Instância, que D. Francisco Manuel escreveu o lacónico *Memorial* entregue a D. João IV pelo secretário de Estado. O desgraçado escrevia: «Por visão clara de Deus, que na mão de V. Maj. havia posto a *emenda de tão grande sem razão*.

«Concedeu-me V. Maj. a 3<sup>a</sup> Instância, consultou já os Juizes, *pende agora do arbítrio real a resolução*.

«A este caso *são os votos dos Juizes consultivos e não definitivos*.»

Como procedeu o Grão Mestre da Ordem de Cristo, como juiz supremo em julgamento final de um cavaleiro?

«Acaso o ver-me enterrado vivo no melhor de minha idade, quando pudera esperar de possuir o que vejo desperdiçar aos outros, tirou alguma hora de mim uma só regra, uma só palavra impaciente?

«Vendo encaminhar a uma total ruma minha justiça, e tendo por certo havia pessoas, que folgariam de ma não achar, e chegando a tanto que ma não acharam, foi por ventura tamanha causa bastante para que eu quebrasse estes cadeados de bons respeitos, que voluntariamente havia lançado em minha própria boca?

«Cansei a V. M. alguma hora com petições de melhoras, ou de alivio de prisão? – senão padecendo meus males e trabalhos, me acomodei sempre de tal sorte com a prisão que V. M. me assignou, que já pode ser que pela conformidade com que a levava, houvesse quem dessa temperança quisesse fazer sacrificio.

«Ouvii algum o meu nome antes de agora pelos tribunais, acusado de algum delito?

«Fui tão atentado ao grande decoro que devia à justiça de V.M., que havendo

---

<sup>100</sup> Depois de julgado em segunda instância, e pedindo a intercessão de uma grande Senhora, escrevia D. Francisco Manuel: «Tiraram-me a pátria, a fazenda e a esperança para sempre, e sôbola honra também fizeram o possível, pois me tiraram o prémio que por ela foi Deus servido dar-me.» (Cent. III, nº 23).

Esta grande senhora era D. Maria de Portugal, dama da rainha D. Luísa, prima de D. Francisco Manuel, irmã do embaixador D. Francisco de Melo. (Carta 43 da Colecção. Ms. da Bibl. Nac., Códice 155).

recebido uma Carta de El Rei Cristianíssimo para V. M. em recomendação da minha causa, desviei que ela se apresentasse a V. M. pelas mãos do secretario expediente, só afim de não obrigar a V. M. contra seu ditame a alguma correspondência com aquela coroa, ainda a troco de minha utilidade.

«Presentemente deixei de valer-me da intercessão dos *Príncipes Palatinos*, com quem tinha algum conhecimento de Inglaterra, e da Rainha sua mãe e irmãos, quando me achei e Holanda, sendo de alguma maneira invitado, com sua autoridade, para esse efeito; só por me não parecer justo oprimir as resoluções de V. M. com extraordinárias diligências.

«Desejava e desejo de alcançar o benefício de que necessita minha fortuna, ou da grandeza de V. M., ou da virtude de minha justiça.<sup>101</sup>

.....  
«Mande-me V. M. ouvir os soldados, os virtuosos, os amigos das letras; ouça V. M. os bons e os melhores, que são os mais dignos de ser ouvidos, e de ser cridos dos príncipes ouçam-se aqueles em cujo poder estou há seis anos; mande-se V. M. de todos eles informar acerca de minha vida, ditos e feitos.»

Eis o despacho:

«Eu El-Rei como Governador e perpétuo Administrador que sou do Mestrado, Cavalaria e Ordem de nosso senhor Jesu Xpo. faço saber que havendo respeito ao que se me representou por parte de D. Francisco Manuel de Melo preso na Torre Velha acerca de lhe haver de conceder terceira instância na causa da acusação que lhe faz Domingos Cardoso no Juízo dos Cavaleiros sobre a morte de seu filho Francisco Cardoso, hei por bem de lha conceder, e nomeio para Juizes dela aos Doutores Francisco de Almeida Cabral, Pedro Fernandes Monteiro, Diogo Marchão Temudo, aos quais mando chamem a si os autos e neles dêem seus pareceres com os fundamentos deles que me enviarão, e se cumpram e guardem este meu alvará como se nele contém, sendo passado pela Chancelaria da Ordem. Nicolau de Carvalho a fez em Lix.<sup>a</sup> aos vinte e seis de Abril de seiscentos quarenta e oito anos. Manuel Pereira de Castro a fiz escrever. Rei.»<sup>102</sup>

Parece referir-se a este novo julgamento a carta datada de 10 de Janeiro de 1649 *a um ministro da justiça*: «nas mãos de V. M. haverei de entrar sem liberdade, sem fazenda, sem pátria e sem esperança, que nada disto me deixou o ódio de meus inimigos. Confio na bondade de Deus, e na inteireza de V. M. haverei de sair delas com toda a emenda e consolação de tamanhas perdas e sem razões, como as que em mi se tem exercitado.»<sup>103</sup>

E em carta ao Dr. Martim Monteiro, de 25 de Maio de 1648 alude a este novo julgamento: «Próximo estou ao último golpe; e a experiência dos passados (tão sensíveis) me tem enfraquecido de maneira, que havendo hoje tantas causas para estar animado, confesso a V. M. me vejo temerosíssimo.»<sup>104</sup> Escrevendo ao embaixador nas cortes do Norte, em data de 4 de Maio de 1649: «As naus da Índia se foram, e me deixaram cá, ainda por julgar; mas creio se tornará comigo brevemente resolução, e haverei de ir a parar à aquele Brasil, a que nunca fui afeiçoado (digo a Deus minha culpa) porque havendo-se ajustado o Senhor Conde de N. (Castelo Melhor?) a aceitar seu governo, deseja levar-me, e se entende que será possível.»<sup>105</sup> Em carta de 3 de Agosto de 1649 a um ministro: «Ontem tive aviso se encaminhava o negocio para ser julgado. Já ando de amores com o fim, sem disputar qual seja. E ele até nisso faz o

---

<sup>101</sup> Representação a D. João IV.

<sup>102</sup> Ordem de Cristo, Registo, vol. 40, fl. 429 vº.

<sup>103</sup> Cartas, Cent. I, nº 52.

<sup>104</sup> *Ib.*, nº 61.

<sup>105</sup> Cent. I, nº 64.

papel de dama, em se querer rogado.»<sup>106</sup>

Em carta de 18 de Abril de 1646 a uma grande senhora: «Porque um homem que, entre outros, se esmera em me perseguir, e é minha parte, me afirmam faz diligencias por alcançar contra mi novas instancias. – Todavia, bem que a justiça que me assiste, e os que melhor o entendem, me asseguram que não será possível conceder-se contra mi este provimento, nada contudo fio da justiça, que se acompanha da minha fortuna.» (Cent. III, nº 71, p. 349).

«De verdade falta tempo para me defender, que um homem entre outros que nasceu para que eu morresse, e isso pede, nem uma hora deixa em vão de me perseguir. Apurou os termos judiciais da causa, e anda sôfrego destas Naus da Índia.» (Nesta carta refere-se ao *Fénix de África*, acabado de publicar, em 1648).

D. Francisco Manuel pagava a um barco para lhe trazerem da Torre, onde estava preso, as suas cartas à margem de aquém. Diz ele: «Nunca desejei cousa como aquele manto de S. Raimundo, e dera por ele aquele meu mantão, porque era grande descanso passar hũa pessoa daqui para ali, sem mais embarcação que a sua capa. E de siso o digo, porque estas embarcações me vão a mi deixando sem ela.» (28 de Julho de 1646. – Cent. II, nº 19).

Em carta de 13 de Janeiro de 1648: «achareis cá mais longa vontade que aposento, e sobretudo carneiro adubado de boa vontade, que é bom legume para o campo.» (Cent. II, nº 44).

«Lá vai a nossa barqueta, muito fácil vos será mandardes embarcar a liteira de dormir, que assi lhe chamam os italianos...» (*Ib.*).

Em carta de 4 de Agosto de 1646: «Os dias e as sem-razões gastam a força a qualquer grande paciência; e ainda que em todo seja pouco, certo que medido pelo sofrimento a mi mesmo me pareça maior. Hoje estou em pior estado que no primeiro dia que me prenderam, entrando já nos três anos de prisão; e então isto é força que lembre e que magoe, se quer aquelas poucas vezes que se conta a quem se lastima de ouvi-lo.» (Cent. IV, nº 23).

D. Francisco Manuel de Melo mandou aos Juizes da terceira instância cópia do *Memorial*, «donde com fidelidade vão referidos os termos dos autos, para que com tal notícia... fique mais leve e fácil o estudo e conhecimento deles.» Com este papel enviou-lhes uma carta que os elucida sobre a marcha deste acintoso processo:

«Sobre três anos de cárceres esquisitos, cheio de trabalhos, injurias e enfermidades, cada vez mais perseguido, mais só, e pior tratado; sobre seis arzoados e um libelo contra mi de *um homem industrioso e favorecido*<sup>107</sup>; sobre três acusações de um Procurador da Coroa, qual se conhece, então fiscal da minha causa; sobre cinco acordos de vários tribunais, e sobre não ser ainda ouvido, nem me ser licito até agora meu livramento e natural defesa, estou, Senhor, nas mãos de V. M. a fim de ser sentenciado na terceira instancia deste incidente.» A carta é datada de 18 de Agosto de 1646.

«Sabei que sem falta irá o meu feito (ou o meu por fazer) quarta feira à mão dos juizes; e visto que eu hei de importunar o mundo todo, começo logo por minha tia, a quem me fareis mercê dar esse papel...» (Belém, 31 de Janeiro de 1646 – Cent. III, nº 15).

Em carta a Luís da Silva Teles, em 30 de Agosto de 1647: «Ninguém me diz outra cousa, senão que tenha paciência. – Tive esta manhã um acidente; maltratou-me. Fez o

---

<sup>106</sup> *Ib.*, nº73.

<sup>107</sup> Na Carta 51 da Terceira Centúria, escrevia: «só é poderoso homem este que me persegue, que no cabo de dois meses alcançou contra mim a *Terceira Instância*, e alcançaria trezentas se tantas pedisse.»

que os mais que me tratam; que poucos me tratam bem, e mais não é por acidente.» E alude à redacção do seu *Manifesto* «que hoje comecei, e espero que nos não envergonhe, salvo a mi, que devia gastar comigo a lastima e o tempo.» Refere-se ao documento intitulado *Manifesto de Portugal*, encomendado por D. João IV, quando o quiseram assassinar por ocasião da Procissão de *Corpus*. (Cent. II, nº 71).

Em 2 de Março de 1648 (Torre): «Estou na miséria que a V. m. lhe será notória; e ainda depois de ver sobre mim tanta desgraça, creio que a não mereço, e que *se exercitou em mim hũa grande sem razão*. Peço agora com essa petição, se sirvam de me conceder os meios ordinários para a averiguação da minha justiça.» (Era a petição da Terceira Instância?) «A confiança é de afligido; além do que ao Senhor (D. João IV) devo grande parte dela.» (A sentença da última instância ao Grão Mestre da Ordem de Cristo).

Torre, 26 de Março de 1648: «Há perto de outo dias que ando com tão pouca saúde, afligido de uns vágados, que manter a cabeça podia o pouco espaço que requiere um papel. E mais não são jejuns, por que estes em mim é fruto de todo o ano. – Tenho entendido haver N. aceitado a jornada do Brasil; e julgo que estamos em estado de introduzir as praticas de que eu a siga. Este mimo de escolher os últimos tormentos, bem sabe v. m. que até a gentildade o concedia. Parece o não deve negar a piedade e a cristandade. Ser perdido em Oriente ou em Ocidente, tudo é um. Digo a V. m. que há razões para me obrigarem a desejar este miserável favor, com que me dou por satisfeito.» (*Cartas*, p. 742).

Em carta de 14 de Março de 1648, a um certo Secretário (António do Couto) escrevia D. Francisco Manuel: «Tenho pedido nova instancia, para o que se devem consultar juizes em aquela *Mesa*, donde a minha justiça foi cruelmente trinchada, se comida não sei eu. (Refere-se à *Mesa da Consciência e Ordens*). 25 de Setembro de 1648: a resolução e como ela foi remeter-se àquela Mesa (da *Consciência e Ordens*), que para mim é a de Tiestes, não tenho a esperar senão a que ele costuma.» (*Cartas*, p. 729).

Em uma carta a António Luís de Azevedo (nº 60), escrevia: «esse papel para o Senhor Secretario me convinha que v. m. se sirva de lho dar logo em podendo, pois fale a S. Majestade antes que lá se ajunte aquela santa *Mesa*, para mim de Tiestes, donde se comem os filhos por iguaria.»

«Há tanto que fazer agora nesta causa, para que a razão saia à luz, que não só necessito de homens letrados, mas valentes, quais convém para que arremetam às trevas que a minha mofina tem posto sobre mi mesmo.»<sup>108</sup>

Em carta de 7 de Fevereiro de 1649, escrevia a um Ministro: «O feito entra amanhã a ser visto dos Adjuntos; ser N. (o Dr. Marchão Temudo) o último que o veja; porém como não é obra fácil acabar com alguém que ma não perca, sempre que V. M. fosse servido de me valer, viria muito a tempo a recomendação...»<sup>109</sup> E em carta a um embaixador na corte do norte, de 29 de Janeiro de 1649: «Os que tudo sabem melhor, me querem persuadir há razões para ter esperanças de melhoramento. Cedo se verá o desengano, porque em breve haverei de ser julgado. Se a jornada que dizem fará à Bahia o senhor? tivesse efeito, de que muitos duvidam (e eu com os muitos) bem me parece que ou por comutação ou por outro respeito, me fariam por daquela parte. Isto é cousa que não está na minha mão.»<sup>110</sup>

Depois que entrou em julgamento a terceira instância da sua causa foi-lhe apertada a prisão, como diz em carta de 3 de Janeiro de 1650: «Eu, Senhor, sobre seis

---

<sup>108</sup> Cent. II, nº 36.

<sup>109</sup> *Ib.*, nº 39.

<sup>110</sup> *Ib.*, nº 45.

anos de morto, estou enterrado agora de fresco; porque ante-ontem houve aqui novas ordens não sei porque causa, para que de mim se não fizesse a confiança que se fazia, e eu não desmereci em quatro, que tantos se tem feito de mi nesta prisão esta confiança.

«Seja Deus louvado, que por tão vários caminhos quer provar minha paciência... Fui cá deixado do Brasil depois de um ano de noviciado, em todo o qual me avisaram estivesse certo na jornada.»<sup>111</sup>

E em carta de 10 de Fevereiro de 1650 a um prelado amigo: «E também se não houvesse de fazer esta viagem, me seria de grande incómodo o aprestar-me em vão para ela, de que tenho assaz experiência no que me sucedeu semelhantemente em outro tal apresto que sem fruto fiz para a do Brasil, com que de todo consumei minha ruína.»<sup>112</sup>

Em carta de 13 de Dezembro de 1648 escrevia da Torre a um amigo: «Confesso ao Senhor N. (D. João IV) com toda a verdade, que estou aqui já tão aborrecido e com tanto quebranto, que não só o viver no cabo do mundo, mas o morrer em busca dele, me será mais próprio. Cinco anos de padecer, sem dia de folga, não perdoa aos mármoreos quanto mais a gente, e tanto para pouco como eu sou, segundo amostra a minha sorte.»

Em carta datada da Torre em 13 de Janeiro de 1649 a um ministro, fala D. Francisco da vingança do alto personagem: «Quem deterá a fúria de um braço poderoso e desarrazoado? – Ando em vésperas do dia do meu juízo. Temem-no os inocentes e os culpados, porque é juízo de homens, às vezes sem juízo. – Finalmente, ando lidando com este último termo de meus sucessos; e asseguro que me não tem menos penoso a incerteza que o rigor. De França hei recebido hũa *carta de el Rei Cristianíssimo* em recomendação de minha causa. Provavelmente irá ter a mãos de V. m. e provavelmente não perderá sua força na tradução. Eu a retenho, por esperar a oferecê-la mais perto da resolução.»<sup>113</sup>

«A carta anda já tão mandadeira, que se esse homem que a todo o propósito me persegue, me persegue já por ela muito de propósito, dando por desculpa quer concluir este negocio *antes que me chegue um favor de França*. Estou para lhe mandar dizer que se não canse, por que já é chegado, mas que não importa.» 15 de Março de 1649. (Cent. III, nº 71).

12 de Fevereiro de 1649 – Da notícia que o Processo já está em mão do Juiz Revisor, tendo chegado a Lisboa, o rei: «*me parece se encaminhará este último desengano.*» (A António Luís de Azevedo). E tremendo desengano, decepção esmagadora.

O Juiz era o Dr. Diogo Marchão Temudo, *que se não queria perder a si*, como os das anteriores instâncias.

Em carta que escrevia para Roma a Fr. Bernardo de S. Pedro, com data de 13 de Fevereiro de 1649, alude à solução que se espera da sua causa: «Ficam para ultimar-se meus negócios, e eu com vezes de sol; porque tais me querem para o Oriente, tais para o Ocidente. Dizem enfim, que *para a Índia*, ou *para o Brasil* haverei de fazer viagem. Nas mãos de Deus estou, Senhor de todo o mundo, bem pode fazer que caia bem em qualquer parte que os homens me lançarem. Todavia fico com alguma melhor esperança, havendo conseguido uma instante intercessão del Rei Cristianíssimo (Luís XIV na regência de Ana de Áustria) que por minha causa escreveu com honra e affecto a N. (D. João IV) agora meu último juiz.»<sup>114</sup> Como Governador da Ordem, Cavalaria e Mestrado de Cristo, efectivamente D. João IV é que sentenciava D. Francisco Manuel de Melo em última instância. Ainda sob a incerteza dolorosa do lugar do seu desterro,

---

<sup>111</sup> Cent. II, nº 46.

<sup>112</sup> *Ib.*, nº 52.

<sup>113</sup> Cent. III, nº 99.

<sup>114</sup> Cent. II, nº 5.

D. Francisco Manuel não se esquece dos seus trabalhos literários, com que fortificava o espírito; fala-lhe na publicação de *Fénix de África*: «Resta dizer a V. P.<sup>o</sup> que o meu livro *Fénix de África*, que V. P.<sup>o</sup> viu em princípios e abençoou, está já impresso e publicado em duas partes, e posso dizer que estimado em muitas – Pedi ao Senhor (*inicial*) quisesse remeter a Roma um exemplar ao P.<sup>o</sup> (Frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo) um volume. Creio o fará e haverá assi maneira para que ele chegue a mãos de V.<sup>a</sup> P.<sup>o</sup> de quem espero que julgando-o digno, queira comunicar a alguns dos engenhos de Itália, práticos na língua espanhola, lá donde ela é tão bem aceita quanto aqui experimentamos».<sup>115</sup>

Em carta a Francisco de Sousa Coutinho escrita em 4 de Maio de 1649, refere: «As Naus da índia se foram e me *deixaram cá, ainda por julgar*; mas creio se tomará comigo brevemente resolução; e *haverei de ir para aquele Brasil, a que nunca. fui afeiçoado* (digo a Deus minha culpa) por que havendo-se ajustado o senhor Conde de (Castel Melhor) a aceitar seu governo, deseja levar-me; e se entende que será possível.» (*Cartas*, p. 80).

*Esta esperança lhe foi frustrada, pelas delongas do julgamento. Nesta mesma carta pedia D. Francisco Manuel ao Embaixador da Holanda a remessa da Carta do Príncipe Palatino, que era estimado na corte portuguesa: «E mesmo (lembra-se) da carta do Príncipe, quando haja lugar, se bem creio que não vindo agora, seria tarde, porém útil sempre.»*

Em carta de 9 de Fevereiro de 1649 a Mr. Lanier, escreve D. Francisco Manuel: «Mis negocios estan en el ultimo vale; y N. (D. João IV) para determinar-se en lo que hade disponer de mi persona. *Dicese que si el Senor Conde de* (de Castel Melhor) *passare al Brasil* para lo que fue ilamado desde su gobierno, yo avré de acompafiaile, y alla no quedar ocioso.» (p. 124).

Como vimos pelo alvará da Chancelaria da Ordem de Cristo, foram nomeados três juizes para reverem o processo de D. Francisco Manuel de Melo; entre eles, figura o Dr. Diogo Marchão Temudo. Com data de 27 de Maio de 1649, D. Francisco Manuel de Melo dirigiu-lhe uma extensa carta *informando de sua justiça*, apelando para a sua integridade: «Quando considero que depois de tão vários sucessos ordenou N. S. que esta minha causa viesse ter seu último termo nas mãos de V. m., e fosse tal ministro o derradeiro que sobre ela desse seu parecer, creio que com particular atenção quis o céu dar bom fim a este processo, e não só amparar-me da violência de meus inimigos à sombra da justiça de V. m., mas também com sua benignidade consolar-me para qualquer resolução. – Certifico-me não se cansará V. m. de que eu lhe represente meu estado, e para que eu o represente, não é necessário mais que pedir a V. M. se lembre dele. Quais foram os princípios de minha desgraça, as circunstâncias dela, como é falido o juízo dos homens, quantas verdades se não podem justificar, que officios fizeram meus inimigos, o que podiam, quem eram, que vejo sobre mim de calúnias, qual foi a temperança com que suportara, quão rigorosas as sentenças, respeitos que nelas foram públicos, que tão grande ruma é a que estou padecendo. Não me ficou fazenda, nem saúde para ganhá-la, nem merecimento, nem esperança de consegui-lo, nem pátria nem terra donde não viva miserável. Parece-me a mi, Senhor, que são todas estas lembranças bem dignas de serem presentes a quem julgar como Deus manda que se julgue.»<sup>116</sup> E referindo-se aos terrores do rei sobre conspirações, na época em que o mandou prender, lembra D. Francisco Manuel de Melo, que o tempo tem desmentido tudo: «de minha pessoa não seja ilícito ter compaixão, mormente *quando os accidentes próximos tem postrados os medos*, desmentindo as imposturas com que me ofendiam meus

<sup>115</sup> *Ibidem*.

<sup>116</sup> *Cartas*, Centúria II, n.º 3.

contrários.»<sup>117</sup> «Os Ministros que com V. M. me hão de julgar, por letras, por cristandade e por honra espero eu deles aceitem qualquer discurso de V. m. a este propósito encaminhado.» (*Ib.*).

O empenho da mudança do degredo para o Brasil, explica-o D. Francisco Manuel de Melo na carta de 19 de Junho de 1649, a António Luís de Azevedo: «De novo creio se move outro negocio acerca do qual eu serei lá nomeado; porque esta nova Companhia, havendo intentado há dias valer-se ou servir-se de mim sou certo que de fresco com instancia há-de propor esta petição a S. Majestade.» (Carta 15. Ed. Prest. A Companhia, aprovada pelo Alvará de 16 de Março de 1649, vem descrita na Carta da III Cent., nº 64).

Torre, em 18 de Setembro de 1649: «Por lá me fazem crer anda essa minha consulta há vinte e mais dias; e sendo o tempo tal, e tal o negocio, asseguro a V. m., como cristão, que em maior enleio me não vi nunca. Vim já a suspeitar se S. Majestade haveria mandado fazer alguma secreta diligencia, movido da grande variedade de votos, donde há dois *ex diametro* opostos; e por ventura que de alguma palavra do Senhor Secretario se haja colhido bastante ocasião para se cuidar assim. Peço a v. m. me faça mercê de observar particularmente tudo o que lhe for possível acerca desta matéria, porque com qualquer sinal de desengano eu embainharei essa pouca esperança de remédio, e me torne a sujeitar a um novo encantamento, pois assim é bem que seja.» (Carta 20, p. 65).

Em carta de 29 de Agosto de 1649 a Azevedo: «Entendo que será amanhã nessa Secretaria a decantada Consulta de meus Juizes. Veremos (segundo espero) mais esta vez, que nem por muito cuidar as cousas, elas acertam. Meus lumes tenho de grande variedade, e minhas confusões das suas. Escrevo ao Senhor Secretario largamente, remeto-lhe uma Carta para S. Majestade, um papel, parte daquela *Declamação*, para que se houver lugar de que El Rei, se queira informar do processo. Tudo lhe levará João Nunes da Cunha...» (Carta 18, ed. Prest.).

«Que correspondência se pode esperar de uma alma despedaçada? Eu me achara ditoso, se o fosse de violência À pessoa, contanto que ao espirito se perdoasse. Lá chegam as lanças da sua razão, lá fere a dor, lá mata a malevolência. –Tenho observado vai o meu negocio às mãos de S. Majestade tão perdido enfim como meu; e suposto que de sua grandeza muito pudera confiar, a minha fortuna me faz temer não menos. – Já pelo Senhor D. Rodrigo de Menezes havia sabido a singular mercê que a Senhora Soror Maria fazia a meu nome. – Se esta Princesa quis mostrar seu poder e bondade em me valer, não acertara com outro sujeito em que tanto mais se luzisse; porque tamanha desgraça de tão grande favor necessitava.» (2 de Outubro de 1649, a António Luís de Azevedo).

Pobre D. Francisco, não imaginara que o pedido de Sórora Maria, filha ilegítima de D. João IV, mais acordava o rancor da rainha D. Luísa, que actuava na cabala dos intrigantes que o perseguiram.

Em 20 de Agosto de 1649: «Nem dia nem hora há para mi. Que heide fazer? ou a quem heide pedir remédio? Dizer a v. m. o que estou padecendo, é injusto e impossível. E de verdade, perece por teima ou por desgraça tudo é um e eu pereço.» (Cartas, p. 737).

Em 28 de Novembro de 1649: «As cousas vão já tão cegas e fora de comum discurso que eu me não atrevo a julgá-las nem ainda a presumi-las. Donde naceu assentar comigo o deixar-me de todas as diligencias, pois nem elas nem as circunstâncias de justiça e de piedade, houveram comigo ou em mim algum lugar.

---

<sup>117</sup> *Ibid.* Um profissional da Justiça, como os outros.

Contudo será esta a derradeira; e assi vai o *Memorial*. Pode ser que a desesperação em que já me vejo sirva de sacrificio, e com razão, porque ele é o mais custoso.» (*Cartas*, p. 786).

Em 29 de Outubro de 1649: «Não são poucas as causas do meu silencio. Uma mortal melancolia; ...as minhas pretensões são acabadas. Nenhuma outra tenho senão procurai alcançar alguma conformidade com esta fortuna em que me vejo e qualquer outra em que me ponham. – Justiça e Misericórdia ambas cessaram para mi. Todos os mais são incertísimos. Sobre este desengano nenhuma Esperança diz bem.» (*Cartas*, p. 735).

*Em 18 de Setembro de 1649: «Aqui estou na maior confusão em que me vi jamais, e sem alguma esperança de sair dela, depois de ver barrados os caminhos ou os não ver. Passa já de vinte dias que subiu a minha Consulta, já pudera baixar...» (p. 724).*

A influência da prisão sobre o talento do escritor é confessada por D. Francisco Manuel de Melo em carta de 21 de Dezembro de 1649: «Posso afirmar a V. M., meu mestre e senhor (tudo é um bom amigo) que desde que estou nesta miséria, uma só hora não discorri com gosto ou descanso. Veja-se agora, sendo tal o humor que me ministrou a eloquência, que tais haverão sido as 2.600 cartas que por conta terei escrito nos seis anos da minha prisão! São largas, são prolixas, como aquela dor que lhe serve de motivo.» (Cent. III, p. 362, nº 29).

«Os mais destes papeis são escritos com suma infelicidade. Prisão, desordem, pouco gosto, espirito ocupado de dores; quanto enfim, que faz desviar as melhores penas. Contudo, por minha consolação, dei há muitos anos em ir ajuntando copias e borrões de algumas Cartas, que hoje vou reduzindo a um livro. Afirmo a V. M. que mais foi guardar a memória dos meus trabalhos, que por elas se derramou, que para que ninguém visse o modo porque os refiro, e os acuso.» (23 de Novembro de 1649. – Cent. III, nº 97).

Em carta ao Conde de Castelo Melhor, João Rodrigues de Vasconcelos, datada de 1 de Dezembro de 1649, alude D. Francisco às vésperas do seu julgamento: «Obriga-me tudo a pedir de novo a V. S. que neste novo intento se prossiga com máxima cautela; servindo-se V. S. de me ir avisando do que vai obrando, porque eu (assi como doente a quem seus males fizeram medico) possa dar alguma razão a propósito dos accidentes que sucederem.» (Cent. I, nº 76).

Em carta de Agosto de 1649, fala do processo: «Decendo ao negócio, sei que a minha parte faz diligencia por segundo Alvará, que lhe está concedido, com que ou seja em virtude deste despacho, ou do primeiro, não tardará muito em se pôr em juízo esta fatal acção, cujo fim e prémio hei-de ser eu; porque uma vez que tive preço, não fui mais ditoso. – Tempo é já de fazer contas com o sucesso, nem sairá enganado quem as fizer de pior.»<sup>118</sup> Em outra carta, de 29 de Abril de 1649, falando nas delongas dos juizes, não deixa de desafogar nos seus gostos literários: «havendo três meses que lá tem o meu feito, e sabendo o hão de ver ainda dois juizes tão ocupados como ele. Com alvoroço espero os Cantos de Tasso... Não tive o Tasso por satírico como o Berni ou Aretino; mas conheço que nas glosas e comentarios se lhe tem dado maior honra que ele podia tirar nem dar a seus inimigos e a seus mimosos.» Deixa transparecer a esperança de abrandar o ódio de D. João IV, apresentando-lhe a *História de D. Teodósio*, que lhe

---

<sup>118</sup> *Cartas*, Cent. II, nº 60. «N. (D. João IV) holgá de que yo te escreviesse, historiando la *Vida y Acciones* de su Serenissimo Padre, que é empeçado y prosigo. La obra será grande e por la materia, no por el artifice; y por que no sin causa, le adjudico sessenta y dos años de historia deste Reyno, y sus conquistas, de que espero sacar tres volumenes, y tengo casi acabado el primero, etc. – De la de más, que a Portugal pertenece, tengo sufficiente caudal de observaciones y antiguallas, y aun de las cosas modernas no me faltan noticias». (Cent. I, nº 8).

encomendara:

«Nesta ida de Alcântara, que me dizem se faz esta semana, farei eu presente dos três livros de Teodósio, porque poderá ali haver mais lugar de ser visto. Eu darei aviso a V. M. para que tome à sua conta atizar a leitura, e defender o Autor, como tem tomado defendê-lo quando réu.»<sup>119</sup>

Torre, 10 de Janeiro de 1649: a um dos Juizes da 3<sup>a</sup> Instância: «nas mãos de V. m. haverei de entrar *sem liberdade, sem fazenda, sem pátria e sem esperança*, que nada disto me deixou o ódio de meus inimigos. Confio na bondade de Deus e na intenção de v. m. haverei de sair delas com toda a emenda e consolação de tamanhas perdas e sem razões, como as que em mim se tem exercitado.» (p. 60). Era ao Dr. Martins Monteiro, p. 72.

Ainda preso na Torre Velha, escrevia em 7 de Janeiro de 1650, referindo-se à última instância: «V. M. haverá entendido o estado em que de novo fico. Qual a causa? Dos documentos dela não sei, por isso lhe não respondo. – Eu sei que não heide parar em *ser acusado por matador e por facinoroso*. Novos delitos se hão de inventar para mi, que como não custam (por agora) mais que uma leve diligencia; emprego tão barato quem deixará de o provar, a troco de ver consumido este portento de maldades, em cuja ruma consiste o remédio de muitos, como se eu fosse no mundo cousa para alguma cousa.» E termina angustiosamente: «Último, senhor, meu pranto, com dizer a V. M. e a todos que queiram haver por bem de me mandar despachar, porque a justiça é larga e as minhas culpas não são maiores que seu império.»<sup>120</sup>

Em carta a Jacinto Freire de Andrade *dando-lhe conta da sua soltura* sob fiança: «Agora recebi um papel de N. em que me diz nomeie pessoa que pela minha fique. Veja V. M. quem ficará por um homem que sempre fica mal? – Enfim, senhor, já tomei casas e na Ribeira, piores que na praça, e junto aos *Diamantes*. Será por ventura esta a pena que me dessem por meus delitos, vê-los e desejá-los... Mas é muito pera considerar que estas casas se chamam igualmente dos *Bicos*, que dos *Diamantes*; tudo deve ser uma mesma cousa, os diamantes e os bicos.»<sup>121</sup> Escrevia em 28 de Novembro de 1653.

Em 7 de Janeiro de 1650: «É muito longo um martírio de seis horas; este há seis anos que dura, sendo tão estreito. Desejava-vos dessa banda, a ver se podíamos desencahar deste cachopo, tratando de pedir aos Ministros, muito ao descoberto sejam servidos de me mandar castigar, pois ter-me assi não é justiça nem misericórdia.» (Cent. III, nº 82).

Em carta ao Conde Camareiro-mor, de 7 de Janeiro de 1650: «Senhor, quando há-de ter termo o estar um triste homem exposto à fúria do ódio que não merece? e pelo que não merece? Penas há, castigos há para tudo. Sou eu pior que tudo, que ainda se não acha um castigo que me venha? Se se me busca um, que me venha justo, Deus sabe que se não há-de achar. *Primeiro, disseram que matei: Agora, que fujo.*» (III, 81).

Ainda na Torre Velha, em data de 9 de Janeiro de 1650: «Quatro anos há que aqui estou; em todos eles se fez confiança, sempre obrei de sorte que não se arrependeram de a fazer de mi, quem com ela me tratasse.» (Cent. III, nº 385).

Nesta mesma data, a D. João Pereira: «V. m. haverá já sabido das novas ordens que sobre mi vieram e a causa delas.» (*Ib.*, nº 88). E na carta nº 89: «como se não estivera por prezo me tornaram a prender.» E ao Conde Camareiro-mor, nesta mesma data: «Seis anos de dor na alma muito é para quem já não a trazia sã.» (*Ib.*, nº 83).

*Em carta de 19 de Janeiro de 1650, a um ministro: «Tem-me já tanto sem espirito todas as horas de seis anos de contínuos trabalhos, que me não sobeja alento nem para*

---

<sup>119</sup> *Ib.*, nº 61.

<sup>120</sup> Cent. II, nº 66.

<sup>121</sup> *Ibid.*, nº 99.

*seguir aquele inviolável preceito da natureza, que nos manda defender e conservar.»*  
(Cent. IV, 35).

Em carta de 6 de Março de 1650, escrevera a António Luís de Azevedo: «Eu já que das abelhas não posso tomar o mel tomo pelo menos a industria. De tudo provo. Escrevi a S. Majestade essa Carta. Entendo, pelo aviso que tive, irá cedo às mãos de El Rei, e já pode ser que com outro papel mais, com que o Conselho quer que eu a acompanhe.» (Carta 27).

Referir-se-á à entrega do pequeno *Memorial*, muito resumido para poder ser lido pelo Rei, em que pedia a transferência da Torre Velha para o Castelo de Lisboa, como declara na Carta 29 de 15 de Março:

*«Saiba v. m. como hoje deu o P.º Confessor uma Petição minha a S. Majestade, por que peço se sirva S. Majestade de me mandar passar daqui para o Castelo de Lisboa. Respondeu-me logo, achara em El Rei tal modo, que esperava cedo mandar-me a resposta, digo, despacho. V. M. bem sabe e vê o que me vai nesta mudança de caminho e de descanso; não há senão andar todos a ver se pode abalar este Monte, que de dificuldades pode muito bem ter o nome.»*

São deliciosas as quintilhas com que agradece a Francisco de Sousa Coutinho, embaixador na Holanda, a carta que lhe dirigira; com ela fechamos o seu martirólogo na Torre Velha:

De terras tão apartadas  
Lembranças de um perseguido,  
Lembranças tão desejadas,  
Aonde as porei, guardadas  
Que fiquem como é devido?

Guardá-las-ei na vontade,  
Na memória e coração,  
Guardá-las-ei na amizade,  
Guardá-las-ei na verdade,  
Que ali não se perderão.

.....  
Depois que em duros grilhões  
Escravo vivo dos erros,  
Amarrado às aflições,  
Onde as imaginações  
Também querem lançar ferros;

Outra tal voz não subiu  
Doce, por cima do pranto,  
Qual esta que hoje se ouviu;  
Chave foi que a porta abriu  
Das trevas do meu encanto.

.....  
Aquela tempera antiga  
Da nossa honrada nação,  
Tão honrada e tão amiga;  
Senhor, não sei como o diga,  
Destemperou-a a ambição.

Os arneses vencedores  
De Marte, que o mundo observa  
São já de chumbo os melhores,  
E reluzem com mil cores,  
Pelos roupões de Minerva.

.....  
Tão cega corre a insolência,  
Mãe da soberba e cobiça,  
Que nos embarga a clemência  
E nos taxa a providência  
Da soberana Justiça...

Que eu viva desenganado,  
Miserável, perseguido,  
Isso é próprio deste estado;  
Porque o sempre desprezado  
Que faz em ser conhecido?

(Carta V, p. 89: *Çanfonha de Euterpe*)

Na Carta a D. João de Saldanha, estando doente e retirado em Santarém:

Tenho tanta cousa vista,  
Que já mais ver não quisera;  
Nesta mundanal conquista,  
Oh quanta gente prevista  
Vi cair de azas, de cera!

Andei de aquém para além,  
Vi o *Thomas*, e o rio  
*Reno*, que ao mar riço vem;  
Vi muito do mar de quem  
Tanto custa o senhorio.

Grão trabalho e varia dor  
Passei por tão grã jornada;  
E de todo o meu suor  
Não trouxe cousa melhor,  
Que não trazer dele nada.

.....  
Eu cá metido na toca  
Deste Castelo ancião,  
Falo segundo me toca,  
Oxalá não diga a boca  
E o desminta o coração.

(*Ib.*, p. 88)

Na Carta IX, a Francisco de Sousa de Meneses, Arcediágo de Valdigem:

A esta Torre, que o mar cansa  
Onde tenho a liberdade  
Enterrada e a esperança;  
Tal força teve a amizade  
Que chegou cá co'a lembrança.

Porém que espanto é o meu  
(Bem que foi raro entre nós)  
De ver este tiro seu?  
Amigo, se fostes vós,  
Quem tanta força lhe deu.

(*Ib.*, p. 102)

Em carta de 17 de Março de 1650, pedia a intervenção de um poderoso amigo para que seja mudado para a prisão do Castelo: «na verdade, a medo, a medo peço, não pedindo outra cousa, se não que se haja por bem mandar-me mudar desta Torre para o Castelo de Lisboa. Como o heide dizer, ou a quem o heide dizer... Não tenho já dinheiro para dar a barcos, nem grãos a hospedes. Que será de mim? Tenho dividas, tenho legados que satisfazer: tudo em vésperas de fazer jornada larga e incerta. Que me mandem castigar no corpo, se o mereço, santo, justo e bom, mas na alma nem na honra, não parece idóneo. Um homem que está fora de sua casa seis meses, há mister um ano para a pôr na razão: que serão seis anos?» (Cartas, p. 651). Em 18 do mesmo mês escrevia a um ministro: «A primeira cousa que pedi em seis anos de prisão, é a presente. Meu desejo se não estende a mais que a alcançar me mudem de prisão a prisão, e não dela para a liberdade. Isto faz um corregedor aos presos do Limoeiro cada vez que lho pedem: passai-os da cadeia da corte para a da cidade, e ao contrario. Aqui donde estou, com a nova ordem do meu aperto acresceram cousas que, não sendo eu de ruim sofrimento, me será mais leve sofrer qualquer sentença, que sofrê-las. – Sempre professei o não vir com as minhas queixas a publico; e a risco de todo o meu dano o observo. – Diga-se-me quem mais tem padecido e eu direi quem mais tem errado. – N. (D. João IV) entra como Juiz, superior e Prelado meu (Grão Mestre da Ordem de Cristo) o que tudo pode ser sem que se torça o fio da equidade. – Eu fico que da clemência que se exercitar em mim se não ofenda a Consciência nem o Mundo.» (Cartas, p. 608). E em 20 de Março: «Hoje – ofereci uma petição – em que humilissimamente represento a miséria do meu estado; pedindo se sirva de me mandar passar desta prisão ao Castelo de Lisboa, – não acabarei de crer me pode chegar este alívio. Que ele me seja licito; parece que toda a razão o está mostrando. Porque, como se poderá duvidar de que terei padecido e estou padecendo, na falta de saúde e de fazenda, em seis anos de Torre? cousa não praticada com outro por tanto tempo. Que seja junto, ainda é mais claro, pois no meio dos maiores rigores de minha prisão, e a três meses dela, se houve por bem mandar-me fazer este mesmo favor. – Só a minha fortuna o poderia embaraçar, eu o confesso. Porém, por isso mesmo invoco eu contra ela a grandeza de N. (D. João IV) e a intercessão de v. m. como o haver-me tirado desta Torre, se não do mais áspero cativo: porque as faltas e os incómodos vão sendo insuportáveis não menos à vida que à honra.» (Cartas, p. 614). E em 25 de Maio: «Aqui se me tem certificado que N. compadecido de meus trabalhos, se serve de me mandar passar ao Castelo de essa

Cidade. Esperando estou a ver o efeito, que poderá agora apressar-se, porque assistindo aqui o Governador desta Torre, um de nós é força que esteja desacomodado; e não é razão que seja ele. Se assim fosse, grande interesse seria o meu...» (*Cartas*, p. 616).

«Aqui estou já neste Castelo, como pedia e desejava. Bem sei quando devo ao senhor Gaspar de Faria nesta obra e à boa intenção de v. m.,... Castelo em 3<sup>a</sup> feira (31 de Março de 1650)». (Carta 44 a António Luís de Azevedo).

O que era essa prisão da Torre Velha, em que tantos anos sofrera, descreveu-a o poeta no Soneto XL da *Tuba de Caliope*:

*Responde a um amigo, que mandava perguntar à vida que fazia em sua prisão:*

Casinha desprezível mal forrada,  
Furna lá dentro mais que inferno escura,  
Fresta pequena, grade bem segura,  
Porta só para entrar, logo fechada;

Cama, que é potro, mesa destroncada,  
Pulga, que por picar, faz matadura,  
Cão só para agoirar, rato que fura,  
Candeia, nem c'os dedos atiçada;

Grilhão. que vos assusta eternamente,  
Negro boçal e mais boçal ratinho,  
Que mais vos leva, que vos traz da praça.

Sem amor, sem amigos, sem parente,  
Quem mais se doe de nós diz: – Coutadinho!  
Tal vida levo, santo prol vos faça.

Nos últimos dias de Março de 1650 foi transferido D. Francisco Manuel de Melo para a prisão do Castelo de Lisboa; a um ministro que se achava fora de Portugal, escrevia: «Bastará que se saiba como N. (D. João IV) não se servindo que eu fosse ao Brasil, também não houve por seu serviço passasse este ano à Índia. Eu por esperar os bons efeitos da sua grandeza, pedi mudança e a consegui, para este Castelo de Lisboa, onde fico de 8 dias a esta parte. As gentes me vêm a ver como a cousa monstruosa; e certo podem, que monstruosidades se tem padecido e vencido. Alguns me pronosticam o bom sucesso. Mande Deus o mais conveniente.» (*Cartas*, p. 712). E a uma senhora sua parenta: «Aqui me fico com estas minhas cadeias invisíveis ao pescoço, sem as quais já não poderei viver. E isto guardo eu por mezinha, para que quando acabar de me enfadar da vida peça que de todo me livrem delas.» (4 de Abril de 1650). Na mesma data, a um Religioso amigo: «Cinco dias há que estou neste Castelo, Paraíso, se se compara ao que deixei.» (*Cartas*, p. 710).

Em carta ao erudito Manuel Severim de Faria, escrevia em Janeiro de 1650: «se eu não vira tantos *aleives coroados* (quero dizer, premiados...)» Esta frase revela a consciência que ele tinha no sentimento de justiça de D. João IV. Barata sublinhou: «Aqueles *aleives coroados* são forçosamente alusão directíssima a D. João IV, pois que se não o foram, escusava de mudar o adjectivo para premiados – não escrevendo aquilo com dobrada intenção.» (*Um Duelo*, p. 281).

Já na prisão do Castelo, escrevia em 5 de Abril de 1650 a Francisco de Sousa

Coutinho, embaixador em França, «havendo dous anos contínuos» que lhe escrevia sem em todos eles ver letra sua: «Grandes cousas ouço aqui; porque de novo foi Deus servido *se passasse minha prisão a este Castelo de Lisboa*. E como entre nós há muitos fumos, e eu moro no alto, não é muito que me cheguem as cousas de fumo ou o fumo das cousas. – O nosso amantíssimo Tejo está eleito para teatro de mil tragédias, a umas ou outras Armas britânicas, qual se os seus cristais fossem aqueles das Dunas de Inglaterra, onde a Fortuna já fez tão infausto espelho para escarmento de acções inconsideradas. Negocio é o presente que mais oprime, que ocupa a imaginação de nossos Políticos; cousa que eu em tudo ao revés desejara, por ser em tudo ao revés dos outros.» (*Cartas*, p. 714).

Depois que D. Francisco Manuel de Melo foi transferido da Torre Velha para o Castelo de Lisboa, em 1650, parece que lhe fora permitido o sair com homenagem; em uma carta datada do Castelo, a um amigo, diz-lhe: «se V. S. quiser que domingo muito por bem nos *vamos ao campo, e a uma quintinha que eu lá tenho*, chegue-se V. S. por aqui, *faremos romaria até Alcântara...*» (*Cartas*, Cent. I, nº 28).

Referindo-se à sua repentina saída de Portugal: «porque, como eu estou tão embaraçado, todo o pouco que tenho será minha total perdição fazer daqui ausência sem tempo de poder dar ordem a minhas cousas.» (Cent. II, nº 63).

Já no Castelo, escrevia em 16 de Dezembro de 1651:

«Estes negócios vão tão cheios de mistério, que verdadeiramente não sei até onde me é permitido esperar; porque se eu pudesse fazer alardo dos meus pensamentos, pouco tinha que temer.» (*Cartas*, p. 778).

«Tal foi o sucesso de meus negócios, que depois de seis anos de variedade, vejo afirmar-se esta tormenta na pior ruína. Nunca, certo, resisti à perdição; contentara-me com que fora à minha vontade. Lá sou em phateosim *lançado para esse Brasil*, como a lenha inútil, me lançaram nas brasas, depois d me haverem abanado aqueles a cujas abas eu me acheguei. – Certo que nem a minha vida, nem a minha fortuna eram tais que merecessem andá-las eu assoalhando pelo mundo; mas pois assim há de ser, assim seja.»

Na Epístola declamatória ao Príncipe D. Teodósio, recorria neste lance final das suas esperanças:

«Vinha, Senhor, para minha prisão (que dura há nove anos) terça-feira 29 de novembro, e certo que vinha de fazer, como pude, serviço a V. A., quando fui avisado, que um Corregedor da corte me buscava para me levar deste Castelo a uma Torre (a mais áspera, disse então a ignorância conjurada pode ser com a malícia). Perturbei-me como homem a quem os trabalhos tem cerceado boa parte do coração, que contudo ainda ficou de peso. Não direi a V. A. que me tomou a mudança de sobressalto: mudança de prisão esperava, Senhor, mas aquela que eu em tal tempo esperava (e comigo muitos) era que S. M. me mandasse defender-lhe uma praça com a confiança que de mim devia fazer; não que a Mesa da Consciência ordenasse enterrar-me em uma Torre.» (*Inst.*, de Coimbra, vol. XV, p. 67).

«Costumado sou, Senhor, a ser logo prezo nas mudanças de remos e de estados, porque o próprio correio que levou a nova ao exercito de Catalunha, em que me achava, de que este reino se havia isentado do jugo castelhano, esse próprio correio (como se a vingança muito conviesse) trouxe ordem para que eu fosse prezo e levado em ferros a Madrid. – Combine V. A. que igualdade há em ser eu prezo em Barcelona, quando se perde Portugal, e ser de novo prezo em Portugal quando se perde Barcelona;» etc.

Este apelo de D. Francisco Manuel para o Príncipe D. Teodósio revela-nos que ele, nos longos anos de isolamento do cárcere, desconhecia as intrigas da corte; a malevolência entre o rei e o príncipe tornava contraproducente este apelo. E no mesmo

engano caiu, por ignorar que a mãe do Príncipe D. Teodósio andara em ajustes do casamento de seu filho com a Princesa D. Maria Teresa, filha de Filipe IV, plano que se não realizou por Ana de Áustria, Regente de França, casar seu filho Luís XIV com a princesa espanhola. O pobre D. Francisco Manuel, por transees difícilimos, obteve uma Carta de Intercessão de Ana de Áustria a favor da sentença que D. João IV tinha de dar nesta terceira instância. Como receberia D. Luísa de Gusmão esse documento emanado de Ana de Áustria em nome do jovem Luís XIV?

A carta (6 de Novembro de 1648) intervindo a favor de D. Francisco Manuel de Melo, pareceu ao desgraçado prisioneiro que teria um efeito absolutamente benéfico; planeava-se o casamento da Infanta D. Catarina com o jovem herdeiro do Trono de França. Como não seria atendida a carta ditada pela Regente Ana de Áustria? Pois a carta tornou-se uma agravante da fatalidade que pesava sobre D. Francisco Manuel. A política francesa teve uma transformação brusca; em vez de prosseguir o plano de Henrique IV e de Richelieu, contra a Espanha, Luís XIV casa com a filha de Filipe IV, Maria Teresa de Áustria, que tanto como sua mãe *espanholizara* os costumes da corte de França, reflectindo-se na própria literatura.

A salvação que D. Francisco Manuel não encontrou neste projecto de casamento com Luís XIV, julgou encontrá-la no outro plano do casamento da Infanta D. Catarina com Carlos II de Inglaterra. A família Bragança patrocinara a causa do Pretendente Inglês, manifestando-se na protecção ao Príncipe palatino que se refugiara no Tejo. Essa aproximação de Portugal da atracção Inglesa, parecia-lhe o ponto de apoio único para a independência de Portugal, depois da defecção da política francesa sob Mazarino.

Respondendo a uma Carta do embaixador da Holanda Francisco de Sousa Coutinho, que lhe fora entregue na Torre Velha em 10 de Janeiro de 1648 por Mr. Lanier, narra D. Francisco Manuel de Melo o resultado do seu segundo julgamento:

«Não há muitos dias que por um framengo, natural de Anvers, que aqui assistiu, e se foi por via desses Estados, seu nome *Lucas Vurosterman*, escrevi a V<sup>a</sup> S<sup>a</sup> uma carta, que ele me prometeu pôr em mãos de V<sup>a</sup> S<sup>a</sup> e creio o haverá feito, se chegou a salvamento. Nela dizia, o que mais breve agora: Como, havendo apelado da sentença se houveram comigo os novos juizes de tal sorte, que me condenaram muito mais; eis aqui os nossos juizes e nossos juizes. Poderá consolar-me o publico escândalo com que o caso foi recebido. Mas eu me vejo sem fazenda, sem pátria e sem esperança de me ver nela; e a eles em seus tribunais, tão bem acomodados, que ainda farão outra pior, se acharem a julgar outro tão mofino como eu. Todas as razões de me serem infestos representei antes a N. (D. João IV) mas não foram remediadas, ainda que não foram desconhecidas. – Ora eu, aproveitando-me da faculdade de nossa Ordem, pedi terceira instancia donde ser julgado. Tem-se concedido; mas com o envite de três juizes bem a propósito dos propósitos de quem mos buscou tais, que verdadeiramente nenhum o podia ser, pelo haverem já sido varias vezes. E são, com estes três, mais trinta e seis os que me tem julgado. Cousa, de que pode ser se não visse exemplo; e menos ainda de que, havendo sido tantos (Deus me é testemunha) nenhum acertasse com a justiça, que é uma só, e dizem que andavam a buscar todos. Esta última sentença está em minha mão ditá-la, e o vou fazendo; assi pelo beneficio que do tempo podia esperar, como por outras observações das quais era a de maior consideração esta resposta de V<sup>a</sup> S<sup>a</sup> que esperava. Meus longes tenho de que não haveria dificuldade em que se me comute ao Brasil o desterro da índia. Mas eu, em quanto não vir a V<sup>a</sup> S<sup>a</sup> desta parte e segura a sua jornada, por nenhum respeito me adiantarei com o desejo ou diligencia. – Mas porque a minha mofina é tal que, por mais males que eu espere muito mais me soem vir, me vem a ser necessário pôr a mira alta ao remédio, a ver se posso ficar onde e como desejo. A este fim tenho procurado a intercessão da Rainha Regente de França e do Cardeal

Mazarino. Confio em Deus, que me não faltem. Nada disto será perfeito se V.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> (sendo-lhe possível) se não puser a coroar com seu valor esta obra, procurando-me algumas cartas do Príncipe de Orange e dos Estados, que em favor meu recomendem minha causa, cousa que não julgo impossível, e mais sendo V.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> o instrumento...». <sup>122</sup> Sobre esta última intercessão, escrevia em carta de 4 de Maio de 1649: «E mesmo da carta do Príncipe quando haja lugar (sc. não faço lembrança) se bem creio que, não vindo agora, seria tarde, porém útil sempre». <sup>123</sup>

Em carta de 23 de Fevereiro de 1648 a Frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo, agradece-lhe a interferência que ele teve com os ministros franceses para lhe alcançarem a carta de recomendação de Luís XIV: «Não posso dizer a V.<sup>a</sup> P.<sup>e</sup> lhe mereço toda a mercê que me faz, mas afirmar si lha soubera merecer se pudera os efeitos do bom animo de V.<sup>a</sup> P.<sup>e</sup> tão certamente como os esperei, havendo recebido a honra de uma carta de intercessão de el Rei Cristianíssimo. Eu que de mais perto trato os meus merecimentos conheço o pouco que valem, e logo assi conheci também, que recebendo novo valor por serem de V.<sup>a</sup> P.<sup>e</sup> representados aos Ministros franceses, puderam eles avultar de sorte que se fizeram dignos de um favor tão grande. Por este meio confio alcançar algum seguro porto, em que possa salvar-me na ira desta minha Fortuna, que há cinco anos me persegue, contra aquele antigo provérbio: De que a tormenta não exceda o porte da embarcação.» <sup>124</sup>

Pelas relações que D. Francisco Manuel conservava com Frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo e com o Embaixador de Portugal, soube o desgraçado escritor que o Conde de Brienne, secretário da Rainha Regente Ana de Áustria, adquirira algumas obras suas para a Livraria que possuía; sob este pretexto e por estas vias indicadas, remeteu-lhe D. Francisco Manuel de Melo uma carta com data de 1 de Julho de 1648, para que se dignasse apresentar à Rainha Regente e ao Cardeal Mazarino as súplicas a fim de intercederem perante D. João IV, para lhe conceder a liberdade: «*La affliction de una carcel de muchos allos, la terribilidad de una (y aun de muchas) injusticias, dan occasion y confiança a mi peticion y lamentos. É suplicado a S. Magestad Cristianissima, y al Eminentissimo Señor Cardeal Mazarino, se dignassen de valerme. Pero como a tan altas personas llegaran mis humildes y estrangeras vozes, si V. S. por su sola bondad no fuere servido de darles mano?*» <sup>125</sup> Vê-se, portanto, que a carta dirigida a Ana de Áustria é de 1648, quando o escritor, tendo já três anos de cárcere, via-se exposto ao arbítrio irresponsável de um déspota obcecado. Transcrevemos alguns trechos da súplica a Ana de Áustria, que bem definem a sua situação: «*Aqui, nas trevas de um escuro e dilatado cárcere, estou vendo, ó Cristianíssima Rainha, é só vossa grandeza quem poderá vencer minha fortuna. A qual depois de me arrastar por vários casos e gentes, me trouxe a fazer naufrágio ao porto do descanso: a tempo que nem o prémio nem o repouso me foram ilícitos. Por uma acusação ordinária padeço há muitos anos trabalhos extraordinários, fruto da violência de poderosos inimigos – inclinando-se a interceder com uma afectuosa recomendação para que se veja minha causa com todo o bom respeito devido à interposição de V. Majestade; e não fique sem remédio aquele que soube buscar vosso poderoso auxílio.*» <sup>126</sup> Em carta ao Cardeal Mazarino, oferecendo-lhe os seus livros, diz-lhe com

---

<sup>122</sup> Cent. III, n.º 21.

<sup>123</sup> Cent. I, n.º 64.

<sup>124</sup> Cent. II, n.º 42.

<sup>125</sup> *Cartas Familiares*, Cent. I, n.º 5.

<sup>126</sup> *Cartas*, Cent. I, n.º 3.

Com a mesma data de 1 de Julho de 1648, escreveu D. Francisco Manuel de Melo mais duas Cartas pedindo a intercessão de dois ministros franceses, junto de Ana de Áustria e do Cardeal Mazarino. Em uma alude ao tempo em que o conheceu na sua embaixada em Espanha: «el tiempo de su embaxada

simplicidade modesta: «Meus infortúnios podem haver dado de mi às gentes aquele conhecimento, que seus merecimentos aos bons lhe solicitam.»<sup>127</sup>

A Carta da Rainha regente, que D. Francisco Manuel tanto desejava, e que também solicitara pela amizade de Mr. Lanier, Residente do rei de França, foi-lhe entregue em fins de Janeiro de 1649. Agradecendo a Mr. Lanier, escreve-lhe o desventurado escritor: «Pocos dias despues de la partida de V. S. yo recebi la honra de una Carta de intercession de S. Magestad Christianissima para N. (D. João IV). Lei en ella La Magestad de un Rey de Francia bien descrita; pues sin embaraçarse su grandeza en mi cortedad, assi pudo dar me credito y esperança: cosas que ya no tenia, y dudo si las mereco.

«Tambien conoci en el pronto y avantajado effeito de mi pretension, los officios de V. S. la magnificencia de los señores Ministros dessa Corona... El Secretario N. (Conde de Brienne) que en todo sabe ser criatura de V. S. y mas en hacerme merced, me assegura podrian venir algunas respuestas de aquellas cartas mias.»

Em Carta a Francisco de Sousa Coutinho, embaixador na Holanda, escrevia-lhe em data de 23 de Janeiro de 1649 dando parte da terceira instância: «Estão meus negócios no último ponto, juizes nomeados e o processo já em seu poder. Arrebentarei com as arvores, e praza a Deus que com algum fruto, que não seja mais amargoso que o temor e trabalho com que o espero há cinco anos. Os juizes, me dizem, estão bem affectos à causa; mas isto mesmo me diziam os outros. De El Rei Cristianíssimo alcancei a honrada intercessão de uma carta, de que ainda não tenho usado, por esperar oferecê-la mais perto da resolução. Dizem-me que se tem por certo não passarei o Cabo da Boa Esperança. – Ajunta-se a tudo isto, haver-se nomeado para ir ao Brasil o Conde? nosso parente, para a qual jornada (ainda muito duvidosa) me afirmam que estou convidado. Deve de ser fatal aquele dito de V. S. de que eu houvesse de invocar as Musas do Capibaribe...»<sup>128</sup> Nesta mesma carta remete ao Embaixador dois volumes que acabara de imprimir, e acrescenta:

«V. S. não quis lembrar-se daquela encomenda dos meus três livros que lhe pedi e torno a pedir e lembrar. São: *Espelho Áulico*, de Adam Contzen, *Poblacion General de España*, de Rodrigo Mendes da Silva (se lá chegou já) e Phelipe de Comines comentado por D. Juan Vitrian, que se imprimiu em Anvers.»

Em carta a Fr. Bernardo de São Pedro, em Roma, escrevia em 13 de Fevereiro de 1649: «Ficam para ultimar-se meus negócios, e eu com vezes de sol; porque tais me querem para o Oriente, tais para o Ocidente. Dizem enfim, que *para a Índia, ou para o Brasil*, haverei de fazer viagem. Nas mãos de Deus estou, Senhor é de todo o mundo, bem pode fazer que caia bem em qualquer parte, que os homens me lançarem. Todavia fico com alguma melhor esperança, havendo conseguido hũa instante intercessão del Rei Cristianíssimo, que por minha causa escreveu com honra e affecto a N. (D. João IV) agora meu último juiz.» (Cartas, p. 145).

A notícia da Carta do Rei de França intercedendo em seu favor era já falada; mas D. Francisco Manuel de Melo reservara-a para fazer presente a D. João IV quando tivesse de dar o seu julgamento sobre os votos consultivos dos Desembargadores da Terceira Instância. Em carta de 15 de Março de 1649 a *um Parente* (D. Francisco de

---

en Espafla, adonde yo alcancé la honra de verle, ya que no la de servirle. *Una inevitable desgracia me detiene çinco aflos há, en miserable y rigurosa carcel, con amenazas de mas riguroso y miserable fin.*» (Cent. I, nº 49). Na outra carta, refere-se aos livros que lhe oferecera um personagem português ilustre, e pede que lhe valha na soa pretensão junto da Regente e do Cardeal: «se digne valer a un miserable injustamente affligido entre los suyos, y en su propria patria naufragante.» (*Ib.*, nº 50).

<sup>127</sup> *Ib.*, nº 4.

<sup>128</sup> Cent. III, nº 19.

Melo): «A carta anda já tão mandadeira, que *esse homem, que a todo o propósito me persegue, me persegue já por ela, muito de propósito*; dando por desculpa que quer concluir este negocio *antes que me chegue um favor de França*. Estou para lhe mandar dizer, que se não canse por que já é chegado, mas que não importa.» (Cent. III, 71 bis).

Em carta de 14 de Junho de 1649, a Azevedo, está na incerteza de se na Secretaria apareceu a Carta da França, e em 17 escreve: «Persuado-me que a Carta de El Rei de França haverá passado à Secretaria do Estado; porque a não ser assim, já nessa houvera de haver notícia dela.» (Carta 14, ed. Prest.).

Em carta de 9 de Setembro de 1649: «Será hoje, até manhã em mão do Sr. Secretario aquela Carta de El Rei de França em meu favor...» (Carta 19, ed. Prestag.).

Em carta de 6 de Janeiro de 1650: «Fico de novo (como v. m. ouviria) em nova tribulação; prezo de novo, com apertos, com guardas e com desconfianças. Não sei que haja outra cousa, salvo se o conformar-me com o que de antes padecia, que deve parecer menos do que querem meus inimigos. Asseguro – que me tem prostrado de todo este acidente – havendo começado com o ano esta novidade.» (Carta 28).

Na carta de 25 de Fevereiro de 1650 a Azevedo: «não delirava na pretensão que tive de que fosse mandado para a índia. Mas sobre que as causas eram muitas e o meu juízo justíssimo, nunca passou de desejo este negocio, e só o em que fiz maior diligencia foi em buscar meios para poder entender se S. Majestade queria ou não mandar-me. O que de tudo tenho recolhido é que se não serve que eu vá, e assim tenho já cessado de falar mais nessa matéria, procurando o possível compor o animo para qualquer successo.» (Carta 26).

«Desejei cousas tão menores, e as fico desejando, que, prezo e degredado, folgara muito de ir neles, por ver se entre aqueles Mangues me podia esconder e escapar a tamanhas tempestades. – Espero de lembrar agora a N. que pois não quer que seja para a índia, queira que seja para o Brasil esta minha jornada, e se acabe assi de alimpar a terra de tão ruim cousa como eu. Muito estimara saber se a partida deste successo será depois da jornada das naus; por que se fosse, entrara em melhores esperanças.» (Carta de 7 de Março de 1650, p. 594).

*Em 4 de Junho de 1650: «O Conselho haverá, segundo me dizem, descoberto muitos modos de proceder no caso presente. – O negócio já deixa de ser particular e é Real, pela opinião, que se perde, e comum pelo interesse que se não ganha. Devia como tal ser visto e remediado com repetidas instancias. A mim me desconsola assaz, ardendo-nos a honra e o proveito, que só para os perdermos juntos, parece que se fizeram combináveis.» (Cartas, p. 718).*

Em 30 de Junho de 1650: «Tenho o ódio, toda a iniquidade, toda a violência, toda a maldição que cabe em homens, e homens maus, se armou contra mim fraco, prezo, abatido e indefeso; veja V. m., que igual batalha eu que esperança posso ter de vitória neste transe? Os sucessos são tais e tantos, que larga escritura pediam. Mas esta máquina se dispõe a perpetuar-me nesta prisão, e que não consiga aquele grande alívio (veja v. m. que tal) de ir desterrado para o Brasil; e aquilo que nem os inimigos puderam negar-me, querem que o tempo mo negue, dilatando a execução deste juízo.

«É já subida a Sua Majestade a Consulta da Mesa da Consciência; constante cousa foi dizerem todos que lá se haviam estranhado de que os Juizes, havendo ano e meio que o eram, e proviam como tais nos autos, agora duvidassem se o podiam ser. Eles tinham nos mesmos autos a resolução donde estão estas Sentenças contra mim, havendo eu posto a um deles a própria suspeição.

«Finalmente, Senhor António Luís de Azevedo, o que lhe eu peço – queira ajudar esta minha pretensão, lembrando ao Senhor Secretario dirija e alembre e disponha o despacho dela, porque de outra sorte eu ficarei aqui até que o eco da trombeta do Juízo

Universal nos chame a todos e confunda, como confundiu aos que assim me tem julgado, e nem acabam ainda agora.

«Eu escrevo ao senhor Gaspar de Faria, de cuja mão espero este grande beneficio.» (Carta 32).

O espírito de D. João IV, vendo-se contrariado pela política francesa, fez da sentença a dar sobre D. Francisco Manuel de Melo a expressão do seu despeito.

A política francesa, que Richelieu e Mazarino sustentaram para cindir a Casa de Áustria nos dois ramos da Espanha e Alemanha, compreendeu a conveniência de auxiliar o sentimento da autonomia de Portugal, mais forte do que os dissentimentos da Catalunha e da Holanda; mas as suas negociações foram sempre capciosas, como se patenteia pelos casamentos espanhóis, de Ana de Áustria e Maria Teresa, feitas rainhas de França. Assim, escreve com justeza João Francisco Lisboa: «O cardeal de Richelieu, ministro onipotente de Luís XIII, que as acolhera favoravelmente (as negociações para a Revolução de Portugal) faleceu pouco depois de as iniciar; e o cardeal Mazarino, que lhe sucedeu no poder e governou a França quase absolutamente durante a longa menoridade de Luís XIV, deu provas constantes de uma política dobre e de má fé, durante dezanove anos, exigindo e extorquindo a Portugal avultadas quantias, prometendo-lhe e negando-lhe socorros, exprobrando-o por não fazer com mais vigor a guerra à Espanha, a quem por derradeiro sacrificou na Paz dos Pirenéus, em 1660, fazendo primeiramente jogo com ele nas negociações celebradas com D. Luís de Haro, a fim de o vender mais caro.»<sup>129</sup> Nessa negociação, como declarou o diplomata português Duarte Ribeiro de Macedo, «aquela resolução *restituía este reino ao domínio de Castela*; e não pareceu então errada esta opinião, toda a Europa o julgou, vendo contender só este reino com todo o poder unido da Casa de Áustria». Deste abismo salvou a nacionalidade portuguesa a mudança política resultante da morte de Mazarino.

A natural aliança com a Holanda, inimiga da Espanha, é impedida pelos interesses coloniais: «Assim em 1640 fez-se a Paz de Munster entre a Holanda e a Espanha, que de inimigos encarniçados que eram, estiveram a ponto de unir as suas forças colossais para assoberbar Portugal, quase desamparado; assim, em 1651 e 1657, quando a Holanda está para cair sobre Portugal com as suas formidáveis esquadras, o golpe é desviado por uma guerra com a Inglaterra, e finda esta pela atitude ameaçadora da Suécia.

«No meio destas terríveis complicações, D. João IV, príncipe de animo pouco belicoso, nascido e criado no seio e doçuras de Vila Viçosa, dado em demasia aos prazeres da caça, da musica e da mesa, achou-se estranho e muitas vezes indeciso, outras desalentado e abatido diante do poder colossal e ameaçador de Espanha.» (*Ib.*, p. 40).

«Sabida cousa é que D. João IV foi de animo tão pouco belicoso, que nos dezesseis anos decorridos depois da sua aclamação até ao seu falecimento, nunca tomou a menor parte na guerra incessante que pela conservação do seu trono se fazia nas fronteiras a pouca distancia da capital, e quase à vista, podemos dizer-o, da tapada do seu antigo solar de Vila Viçosa, onde a paixão da caça ainda o atraía uma ou outra vez. Foi sempre em vão que se lhe representou, até por parte dos embaixadores das potências alhadas, quanto importava à estabilidade do seu trono o prestigio da gloria militar, e de uma grande batalha ganha debaixo do seu comando.» (*Ib.*, p. 150). A visita do Príncipe D. Teodósio ao campo da batalha, como simples excursão, despertou o ódio implacável do pai, e esse desgosto que apressou a morte prematura do Príncipe, cuja popularidade o incomodava.

---

<sup>129</sup> *Vida do P.<sup>e</sup> António Vieira*, p. 35.

D. João IV homologou os votos consultivos da terceira instância, tornando-os sentença de *degredo perpétuo* para o Brasil. E o requinte da malvadez vê-se no tom peremptório como lhe recusa os últimos recursos da defesa e que se execute a sentença:

«Eu El Rei, como Governador e perpetuo Administrador que sou do Mestrado e Ordem de Nosso S.<sup>r</sup> Jesu Xp.<sup>o</sup>, faço saber aos que este alvará virem, que vendo-se ultimamente em Terceira Instancia a matéria dos embargos com que, na causa da morte do filho de Domingos Cardoso depois de D. Francisco Manuel de Melo ser sentenciado em *degredo perpétuo para o Brasil*, e nas penas pecuniárias, veio ao Alvará de vinte e dous de Março do presente ano pelo qual fora excluído dos primeiros embargos que pusera a outro Alvará de vinte e quatro de Fevereiro antecedente, foi servido resolver que sem embargo dos embargos a sentença dada contra ele se execute, e não fosse mais ouvido de alegação algũa que na causa fizesse; e estes se cumpra e guarde como se nele contém, sendo passado pela Chancelaria da Ordem. Nicolau de Carvalho o fez em Lisboa aos quatro de dezembro de seiscentos cinquenta e dous. Francisco Pereira de Castro o fez escrever. Rei. – Foi por mim registado. António Lopes Moreira.»<sup>130</sup>

«Eu El Rei, como Governador e perpetuo Administrador que sou do Mestrado, Cavalaria e Ordem de Nosso S.<sup>r</sup> Jesu Xp.<sup>o</sup>, faço saber aos que este Alvará virem que a resolução tomada por mim por outro decreto de vinte e um de Maio de seiscentos e cinquenta na terceira instancia da acusação de Domingos Cardoso contra D. Francisco Manuel de Melo se execute não obstante os embargos com que ele veio depois de sentenciado em final, porque de mais de não terem lugar estando o negocio já naqueles termos, se não alegou por sua parte cousa que o relevasse; e este se cumpra e guarde como se nele consta, sendo passado pela Chancelaria da Ordem. Nicolau de Carvalho o fez em Lisboa, aos vinte e dous de Março de seiscentos e cinquenta e dous. Francisco Pereira de Castro o fez escrever. Rei – Foi registado por mim António Lopes Moreira.»<sup>131</sup>

O célebre chantre da Sé de Évora Manuel de Faria Severim, em correspondência literária com D. Francisco Manuel de Melo, remetera-lhe um maço de documentos para os entregar a Manuel de Faria e Sousa; em data de 2 de Novembro de 1653, quando D. Francisco Manuel já estava transferido para o Castelo de Lisboa, acusa a recepção dos documentos, e refere-se à sua situação: «As pessoas graves (qual V. m. diz é a que lhe deu *novas de minha embarcação*) ainda são mais sujeitas aos enganos que as humildes. Eu cuido que foi pensão que Deus pôs à grandeza, faltar-lhe a verdade aos ouvidos para que ninguém desejasse um estado donde de ordinário falta a melhor cousa, que há no mundo, se a há no mundo. E tornando a mi, digo, Senhor, que até o presente se me não ordenou passasse ao Brasil. Já o tivera por grande mercê, por mais que em som de castigo me fosse mandado; porque os perigos da guerra são mais honrados que os da desesperação. Não era melhor morrer a ferro que de cautelas?

«Fico no mesmo estado em que estava, e só me serve de esperança aquela certeza que tenho de que me há-de acabar esta pena o mesmo mal que hei passado e vou passando.» Termina, dizendo que fará chegar a carta e quaisquer livros às mãos do *nosso Escriitor* (Faria e Sousa): «estou aqui prontíssimo, e poderei como desejo, visto que *os grilhões dos Príncipes não chegam às vontades, ainda que se forjem nelas.*»<sup>132</sup>

Jacinto Freire de Andrade também se interessava pela situação do preso, que do Castelo lhe escrevia em data de 27 de Novembro: «Continua-se por minha parte o negócio. E mando agora a casa do Secretario (António Pereira da Cunha) porque em a do outro Ministro não acho razão. Quando se acha ela ali? Beijo as mãos de V. m. pela

---

<sup>130</sup> Ordem de Cristo, *Registo*, vol. 41, fl. 184.

<sup>131</sup> *Ibid.*, fl. 184 v.<sup>o</sup>.

<sup>132</sup> *Cartas*, Cent. II, n<sup>o</sup> VIII.

boa diligência e melhor advertência.»<sup>133</sup>

Os últimos meses que D. Francisco Manuel de Melo gemeu na Torre Velha, achava-se em uma disposição filosófica, que tanto se revela no delicioso livro *Carta de Guia de Casados*, cujas provas tipográficas reviu já no presídio do Castelo. Em 5 de Março de 1650, declara na conclusão do opúsculo: «quando comecei a escrever foi com animo de uma carta a rogo de um noivo, e acho-me agora com um processo escrito. Eu de meu natural sou miúdo e prolixo, e *o estar só e a melancolia, que de si é cuidadosa*, me fizeram armar tão longas redes... Em carta a António Luís de Azevedo, de 6 de Março de 1650, dá-lhe conta deste seu último trabalho: «Se João Roiz de Sá, nosso amigo, tem feito romaria a V. m., depois que cá esteve, dirá dos princípios de um Discurso em que me ocupei estes dias... Servir-nos-á de falar. Chamo-lhe *Carta de Guia de Casados*. Houve causa para se escrever, e tem-me enganado: chegará às mãos daquele critico, e desenganar-me-ei.» (Carta 27). Este bom humor filosófico suscitava-lhe um trabalho, a que alude em carta de 13 de Fevereiro ao Conde Camareiro-mor: «um meu Livro querido, que escrevo aos poucos, como quem lavra sepultura (porque também quisera acabar com ele). Chamo-lhe *Cortes da Razão*. Disputa-se ali advertidamente a matéria, entre o Filósofo das Lágrimas e Teobaldo, Rei da Navarra, acusado de harmónico ante a Razão... Finalmente, senhor, sirva-se v. s. de representar este prezo (que eu me rogo, a quem a ouça e ouça-a Deus), que tanta justiça ache a minhas razões quem me julgar, como eu achei a estes que julgo.» (Cartas, p. 691).

Ao Bispo Capelão D. Manuel da Cunha, escrevia D. Francisco Manuel, já da prisão do Castelo em 4 de Abril de 1650: «Mudo-me esta semana a outra casa, e ali determino estender os livros, segui-los e persegui-los (fazer como me fazem). Sirva-se V. S. de me mandar a *Margarita*... Outro papel também, porque honremos com ele a livraria. Pôr-me-ei logo a continuar a *Historia do Senhor D. Teodósio*, e temo que no borrador que cá me ficou há algũa folha menos. Sirva-se V. S. de me fiar aquela *copiã dos três livros* que lá estão, que eu a tornarei pontualmente.» (Cent. II, nº 78). Por isto se vê que D. Francisco já entregara a D. João IV a obra que lhe encomendara, podendo atribuir-se a isto a obtenção da transferência para o Castelo de Lisboa.

Ao Conde Camareiro-mor, escrevia em 16 de Julho de 1648:

«Senhor, v. s. haverá entendido como (D. João IV) houve por bem de encarregar-me a honra de que eu escrevesse a *Historia de D. Teodósio*. É suposto que um espírito afligido está incapaz de todo o bom discurso (pois assi como o furor ministra as armas, a dor entorpece o entendimento) todavia aquele grande desejo que em mi há de me ocupar em tão louvável emprego lutou com as dificuldades, e as venceu; não sendo estas só as vencidas, mas até as de minha insuficiência, nada menores. Tenho escrito a primeira parte, das três em que dividi esta obra; porque me pareceu convinha à dignidade dela aplicar-lhe todas as grandes cerimónias que se notam em outros não tão grandes sujeitos. Agora achando-me em vésperas de pôr em limpo este primeiro volume, e procurando seguir em tudo aquele modo, que a El Rei for mais agradável, peço a V. S. me faça mercê de entender dele se é servido, que a linguagem desta Historia seja portuguesa ou castelhana, porque no estado de hoje se pode com facilidade trasladar em aquele estilo mais conveniente.» (Cent. III, nº 51). Em carta de 16 de Dezembro de 1648 a António Luís de Azevedo, mostra como trabalhava nesta *História do Duque D. Teodósio*: «Achaques, aflições, misérias, tudo junto fazem uma ruim composição de humor .... Mas para a *Historia do Senhor Duque D. Teodósio* cito eu a atenção de V. m., porque tanto pelo assumpto, como pelo empenho, e sobretudo por ser mais do génio meu, espero fazer boa escritura. Do feito porém espero mais alguma parte

---

<sup>133</sup> Cent. II, nº 9.

brevemente de S. Majestade, e então comunicá-la aos doutos.» E termina com a dolorosa notícia: «ficando em vespuras de ser julgado, trago espirito de fazer uma Oração sobre minhas cousas a qual já a alguns estrangeiros com quem me correspondo tenho prometido em romance e latim...» (*Carta 5*, p. 16). Seria a *Declamação Jurídica (Justificação)* de valor auto-biográfico. Que carácter este de D. João IV, que se utilizava do talento do grande escritor e do seu senso histórico e político, conservando-o preso em uma Torre sobre o mar, longe do convívio social, sendo um Cavaleiro de Ordem de Cristo, a quem o Rei, como seu Grão-Mestre, tinha, por dever moral, de prestar toda a defesa! E sob esta inqualificável tirania, escrevia, em carta de 9 de Março de 1649, a um ministro francês: «O meu *Teodósio* desejo assim de fazer publico, mas *esta minha vida é mais para lagrimas que para escrituras.*» (Cent. I, nº 59). E em 7 de Maio de 1649, ao grande erudito Vicente Nogueira: «havendo N. (D. João IV) cometido historiar a *Vida do Senhor Dom Teodósio*, seu Pai, não me deixou liberdade para que eu pudesse escreveria em nossa língua. A obra é grandíssima, necessita de muitos anos e mais gosto do que de vida me permite o pouco gosto com que vivo.» (Cent. I, nº 63). Deste trabalho falava ao Dr. João Bautista Moreli, em carta de 30 de Setembro de 1649: «N. (D. João IV) holgó de que yo la escribiese, historiando la *Vida y Acciones* de su Serenissimo Padre, que hé empeçado y prosigo. La obra será grande por la materia, no por el artifice, y por que, no sin causa, le adjectivo sessenta y dos aflos de historia deste Reyno y sus conquistas, de que espero sacar Ires volumes, y tengo casi acabado lo primero...» (Cent. I, p. 14).

«Quis S. M. que Deus guarde, que se manifestasse ao mundo a horrenda traição que lhe maquinaram seus inimigos por mãos de Domingos Leite, e foi servido de escolher a minha pena para este *Manifesto*, que imprimi nomeando-me, por que a incerteza do autor faz duvidoso o verdadeiro. Foi este papel tão ouvido e tão crido pelo mundo, quanto se prova que dele se ressentente D. Nicolas Fernandez de Castro, no seu *Portugal convencido*. Avultou nele tão iníqua e perversa aquela acção, que presando-se o Nicolas de responder a todas nossas objecções, e escurecer todas nossas verdades, não achou aqui que dissesse, senão negar o facto, pelo menos a intervenção de Castela nelie. Passou muito além a confiança que S. M. fez de mim, mandando-me *historiar a Vida do sr. Duque D. Teodósio*, sereníssimo avô de V. A. Pareceu (pouco depois) conveniente, justificar o procedimento deste reino entre os *Partidos ingleses, Realistas e Parlamentários*, e fui elegido, entre tantos, para este serviço, a cujo trabalho assisti por mais de seis meses contínuos, porque foram tão vários os accidentes daquele negocio, que para o publicar na forma conveniente, se necessitava da observação dos últimos sucessos. Fiz, por ordem do

Conselho de Guerra o *Regimento das Torres e Fortalezas*<sup>134</sup> desta barra, e na referida ocasião em que Lisboa pôde receiar-se das Armadas inglesas, escrevi o papel da defesa desta cidade, tanto a contentamento de El Rei N. S., como informará a V. A. o porteiro-mor Luiz de Melo, por cujas mãos o recebeu S. M., mandando guardai-o em tudo que então quis que se obrasse. Logo pelo próprio ministro me ordenou lhe desse os meios de conveniência, pelos quais se podia concluir aquele negocio grande: assim o fiz, tão venturosamente meditados que foi pouco mais diversa deles a resolução última.

«Quando prezo e afligido como estava, furtei as horas às lagrimas e queixas que são próprias daquele estado, pelas empregar em servir a causa publica e a de V. M., na maneira possível. Direi mais com toda a verdade.., que fui e sou desta causa publica tão

---

<sup>134</sup> Este trabalho ajudou a demover D. João IV a permitir a mudança da Torre Velha para o Castelo de Lisboa. Na Carta 41, a António Luís de Azevedo escreve: «Em 16 subiu a consulta do Conselho de Guerra *sobre o negocio das Torres*. Em 19 se deu a petição. Hoje (13 de Março) me escreveu o P.<sup>e</sup> Confessor e o Camareiro Mor, que S. Maj. lhes *dera o sim, da mudança.*»

amante, que... poucos são os negócios grandes de guerra e paz, embaixadas, jurisdições, casos novos, regimentos, capitulações, competências e cousas semelhantes, das que se passam nestes remos e seus tribunais, conselhos, exércitos, fronteiras e conquistas, dos quais em algum modo, eu deixe de ter notícia e intervenção, mais ou menos, por parecer ou conferencia como aqueles que o dirigem.»

As relações de D. Francisco Manuel de Melo com Vicente Nogueira, que então se achava refugiado em Roma, e exercendo o cargo de Referendário apostólico, datam de 1650. Em carta de 23 de Maio desse ano, escreve-lhe: «Para eu dar a V. M. inteira informação de minha fortuna remeto a copia de um *Manifesto*, que fiz há poucos tempos, *de cujo credito resultou ser passado de outra prisão a este Castelo de Lisboa*, aonde fico, e donde com maior cómodo poderei empregar-me em servir a V. M. no que por estas partes se oferecesse.» (Cent. II, nº 56).

«Tornando ao *Manifesto* eu desejei não sem causa estampai-o neste reino, a que fui persuadido dos grandes e dos grandes ministros. Respeito houve para suspendê-lo. Tivera hoje muito contentamento de que nessa cidade se imprimisse na forma conveniente, para o que logo que V. M. se servir avisar-me, o mandará pôr em obra; eu acudirei com os efeitos necessários à despesa da oficina por via do Padre Mestre Fr. (Francisco de Santo Agostinho de Macedo) ou pela que mais prontamente chegar às mãos de V. M.» Por esta mesma ocasião D. Francisco Manuel enviava a Vicente Nogueira a colecção das suas obras impressas: «Para informar a V. M. desse pequeno talento que Deus foi servido repartir-me, ousou oferecer a V. M. *esses seis livros*, parte dos que tenho publicado, e que bem poderão servir de desengano ao pouco que de mi há que esperar<sup>135</sup>. Alguns faltam dos impressos, porque os perdi pelo mundo, em que andei perdido muitos anos, mas para o que eles são muitos são estes. – Bem me consta da universal curiosidade de V. M., e por mais que conheço terá V. M. neste reino grandes e sábios correspondentes, todavia eu me ofereço a esse exercício se valer para tanto.» (*Ib.*).

Que *Manifesto* seria este, que merecesse D. Francisco Manuel que o rei lhe satisfizesse o pedido de transferência da Torre Velha para o Castelo de Lisboa? Revela-o ele em Carta de 24 de Maio de 1650: «Eu estou muito ocupado com *um papel, que se me mandou escrever*, manifestando às Nações a inteireza com que temos procedido neutralmente entre estes dois Inimigos, nossos Amigos. Empresa é grande, e muito maior que eu. Enfim, o que não merecer acertando, poderei merecer obedecendo. Mas

---

<sup>135</sup> Os livros enviados eram o *Eco Político*, de 1645; *Historia de los Movimientos y Separacion de Cataluña*, 1645; *Manifesto de Portugal*, 1647; *El Mayor Pequeno*, 1647; *El Fenis de Africa*, 1648; *Las Tres Musas de Melodin*, 1649. Não remeteu os *Doze Sonetos en la muerte de D. Snez de Castro*, 1628, e a *Política militar*, de 1638, de que não conservava exemplares. D. Francisco Manuel explica o motivo por que escreveu os dois livros religiosos. Em carta de 15 de Maio de 1649: «Quando escrevi aquele meu livro a que chamo *Eco*, me acharam todos tão modesto, que se não fui castigado, fui pelo menos repreendido. Não sei como isto pode ser. Por essa razão me resolvi a escrever só vidas de Santos, já que não faço vida do Santo.» (Cent. III, nº 71).

Em carta datada de 26 de Junho de 1646 diz: «Vós, senhor meu, fazeis o siso com essas ginjas, e eu aqui à doudice olhando para mi e para estas águas. – E pouco a pouco vou perdendo o gosto de tudo. E já com este péssimo exercício tenho *guerras apregoadas*, e mando mais raramente um papel de que mandara um Tosão se fora Duque de Borgonha. Até com as escrituras da casa me vou muito mole, mole. Contudo o *Sam Francisco* está em dous livros. E ainda que tão de vagar, me parece que a este passo poderá neste ano chegar à praça.» (Cent. II, nº 13).

Em carta de 28 de Julho de 1646: «S. *Francisco* anda em o livro 4º e se me enfado um pouco mais, um dia acabo com o bom do Santo antes do tempo, porque já não há paciência para estes marchotes.» (Cent. II, nº 19).

«Este meu livro (*El Mayor Pequeno*) foi escrito com melancolia; leva isto de antemão, além do meu, para não ser desagradável. E mais para ler com paciência que com apetite. Tem seus modos. E fala de causas de siso e propósito, donde lhe vem a ser para os menos.» (Cent. I, p. 47).

fique aqui dito, que no tal papel haverei de pôr pouco mais que será voz de Oraculo, que também fala dos bronzes, e que assi falará de mi.» (Cent. V, nº 32).

Em carta de 15 de Maio, deste ano escrevia a António Luís de Azevedo: «Terá V. m. lá ouvido como S. Majestade foi servido de me mandar fazer um *Manifesto* em justificação do procedimento de seus ministros acerca do recebimento e mais progresso destas Armadas Inglesas (enfim, isto em que andamos, é uma inglesia). Ocupadíssimo estou com este papel e assombrado, vendo a muita desigualdade que há entre a sua importância e a minha suficiência.» (Carta nº 31, p. 79). Referia-se à Armada de Realistas e Parlamentários que pretendiam bater-se no Tejo. Entre os escritos inéditos de D. Francisco Manuel figura com o título de *Manifesto de los Palatinos*, isto é os Príncipes Roberto e Maurício; a este trabalho alude nos *Apólogos dialogais* com o título de *Congresso militar de los Parlamentarios e Realistas*, que é também identificado com o papel político *El Pueblo Lusitano a todas Naciones del Mundo desea universal concordia*, e designado era outro manuscrito *Astrea Constante pera en justa balança la igualdad de acciones del Rey de Portugal N. S. entre los dos Partidos Ingleses Realistas y Pariamentarios*. Demonstrala D. Francisco Manuel. (Na Bibl. Nac.).<sup>136</sup>

Apesar da crueza com que D. João IV tratava o grande escritor, a quem já em 1647 encarregara de escrever o *Manifesto de Portugal*, ele bem conhecia o valor da inteligência e o seu nítido estilo para na língua castelhana universalizar na Europa os protestos políticos de que carecia. O prémio que deu a este trabalho foi transferi-lo de cárcere, estendendo o favor a permitir algumas saídas até à sua quinta de Alcântara, e a Belas. Do Castelo escrevia a um amigo: «Se v. s. quiser, que domingo, muito por bem, nós vamos ao campo e a uma quintinha que eu lá tenho, chegue-se v. m. por aqui, faremos romaria até Alcântara...» (Cartas, Cent. I, nº 28). Mas no meio de tantos e tão prolongados rigores, pasma-se das intimidades que lhe dava D. João IV, pedindo-lhe versos para pôr em música, ou mandando-lhe motes para glosar: «e vá do peito *esse Romance*, que para a musica del Rei alinhavei cá um dia destes.» (Cent. II, nº 28). E sobre a rubrica *Manda quem pode*, glosa a cantiga popular para uma festa do Natal:

Os vossos olhos, Menino,  
A vender andam na praça,  
Não há dinheiro que merque  
Olhos de tão linda graça.

(*Viola de Talia*, p. 203)

E sob o pseudónimo de Calado, enviava-lhe D. João IV uma Glosa, para examinar: «Vi esta vossa Grosa, que não valerá mais uma de botões de diamantes.» Fazia o trocadilho da Glosa métrica e grossa ou doze dúzias. «Tal é a elegância e agudeza com que penetrastes o espirito daquele mote: gloriosíssimo motivo a vossa discrição. – Este é o meu sentimento, de que sendo vós tão discreto sejais Calado. – Bem sabeis que a mascara dissimula, mas não desmente o valor de quem até nos acenos reverbera. – Mas contudo vos prometo, Senhor – que eu vos faça ser o *Calado* mais falado que houver no mundo.» (Cent. III, nº XXVIII). Referia-se à vida do monarca,

---

<sup>136</sup> Quando o Almirante Blake tentou forçar a entrada do Tejo para atacar os Príncipes Palatinos, embaraçaram-no as Torres de S. Julião e a do Bugio ou Cabeça Seca. Nesta Torre se achava D. Francisco Manuel de Melo, para observar o movimento, como o declara sua relação inédita *Astreo Constante*. Daqui formou-se a tradição, que o prisioneiro da Torre Velha estivera na Torre da Cabeça Seca. (Prestage, p. 244).

que estava encarregado de escrever obrigadamente em *castelhano*. Na dedicatória das *Obras métricas* ao Infante D. Pedro alude aos talentos do pai: «no solo estimando pero exerciando la Poesia con terminos tan dulces y graciosos, que a los mas estudiosos destas Letras, solia damos no sé si mayor lecion ó mayor embidia.»

Conhecendo estas intimidades literárias o Conde Camareiro-mor emprestou-lhe por especial favor o opúsculo da *Defensa de la Musica*, obra anónima de D. João IV.

*Ao Conde Camareiro maior, havendo-lhe tornado o livro da DEFENSA DA MUSICA MODERNA:*

Faça-me hoje mercê voss' Senhoria,  
Se a grandeza aos pequenos se dispensa,  
De lhe dizer ao Autor desta *Defensa*,  
Que me defenda todo o santo dia.

E pois que tem tal mão para a Harmonia,  
(Que é parte que anda co' a brandura apensa;)  
Me defenda também de tanta ofensa,  
Que é muito já, se vai de zombaria.

Se os avexados defender pretende,  
Não gaste seu valor por vãos caminhos,  
Já que as *Defensas* lê, já que as entende.

Ouçã os corvos também co's passarinhos;  
Que a Musica a si mesmo se defende;  
E o pranto é só quem há mister padrinhos.

(*Tuba de Caliope*, p. 45)

Tudo servia de memorial ao desgraçado poeta; o título de *Defensa* sugeria-lhe meio de exorar piedade ante o encarniçamento da perseguição. O Soneto que acompanha a *Defensa de la Musica moderna* foi escrito por quem teve conhecimento do manuscrito muito antes do rei resolver-se a mandá-lo imprimir para dedicá-lo ao seu ilustre mestre João Lourenço Rebelo; pela intimidade que D. Francisco tinha com os artistas desse meio palaciano, era ele o único poeta a quem se podia pedir essa engenhosa forma de fixar o *incertus Auctor* nas letras iniciais das 14 linhas: *El Rei de Portugal*. O poeta, no verso – Todo misterios que el respeto occulta – exprime também a individualidade do *Encoberto*:

El que la nueva Musica defiende,  
Luso escritor, con peregrinas flores,  
Retratar sabe en metricas cobres  
Effectos con que el alma se suspende,  
Injusta pluma, desluzir pretende  
Del Arte, en vano, harmonicos primores;  
En quanto sus defensas superiores,  
Pluma discreta felizmente emprende.  
Oraculo divino es todo quanto  
Repulsaveis de accusacion mentida,

Todo mysterios, que el respeto occulta  
Vence censuras criticas en tanto  
Gloriosamente el arte presumida  
Al discutir de inteligencia culta.

No exemplar da *Defensa de la Musica* da Biblioteca Nacional de Paris, lê-se uma nota manuscrita: *O autor deste livro é o Rei de Portugal D. João IV. Foi feito a 2 de Dezembro de 1649, como se lê a pág. 44, e deram-mo em Lisboa em 1666, como sendo um livro muito raro*<sup>137</sup>. O falecimento de D. Francisco Manuel em 13 de Outubro de 1666 suscita o critério esotérico, de ter sido ele, que com essa raridade bibliográfica brindasse algum dos eruditos estrangeiros que visitavam Portugal. Era do seu carácter generoso honrar ainda antes de morrer aquele que implacavelmente lhe desbaratara a vida.

Na *Lira de Clio*, Soneto XCIII, encarece esse trabalho: *Elogio al Opusculo que en Deffensa de la Musica moderna escriviò un grande Principe:*

En esta y aquela accion sempre lograda  
Crea, ó Senhor, que nasce en fuerza en buelo  
Tu Pluma, a defender la voz del Cielo,  
Del mundo a defender la voz, tu Espada.

Que una y otra pronuncien celebrada  
Tu fama, que me admira? Si a tu zelo  
Deve, docto el valor, dulce el disvelo  
Aquela el verso iliustre, esta iilustrada.

Defiende, pues, la voz que canta oy vivas  
Con que el Cielo, a la voz del Mundo abona,  
Y a voces, cada qual, tu voz derrama.

Devrante mas favor, que la recibas;  
Bien que el Cielo en su voz, tu ser pregona,  
Bien que el Mundo en su voz tu nombre accíama.

No ano de 1628 já as *esperanças* sebásticas se personificavam no Duque de Bragança D. Teodósio II; e dirigia-lhe o Dr. Bocarro versos, que ligavam a sua representação:

Estando tu, grão Duque, aí presente  
Do consanguíneo *Rei, sem morte, ausente*.

Falecendo D. Teodósio em 1630, passou-se para D. João IV, que até a Revolução de 1640 o consideravam como o *Encoberto*. D. Francisco Manuel de Melo em umas *Trovas A el Rei nosso senhor pelo gosto antigo*, invoca-o com este poder misterioso:

---

<sup>137</sup> Ap. J. de Vasconcelos, *Os Músicos Portugueses*, t. I, p. 147.

Guardou-vos Deus tantos dias,  
*Encoberto* e da maneira  
Que ordenou;  
E qual o Anjo a Tobias,  
Convosco nossa cegueira  
Alumiou,  
Reolveu-se esta piscina  
C'o poder do espirito novo  
Que em vós há;  
O bom Rei é medicina  
Curai co's olhos ao povo,  
Sará.

.....  
Bom Rei, como a fonte sede,  
Que ela só não se contenta  
Com nacer;  
Mas por nos matar a sede,  
Corre, salta e se apresenta  
A quem quer.

Achando-se em Belas, com licença fora da prisão D. Francisco Manuel de Melo, publicou D. João IV, anonimamente em 25 de Setembro de 1654 um opúsculo intitulado *Respuestas à las dudas que se puzieron à la Missa: Panis quem ego dabo, de Palestrina, impressa en el Libro quinto de sus Missas*. Deixando de parte o que vale esta crítica reveladora de elevados conhecimentos de contraponto, vem o opúsculo acompanhado de um SONETO *Aí Autor encubierto D. B. sobre ias Dudas y Respuestas à la Missa de Palestrina*.<sup>138</sup>

Oraculo del cielo ai mundo dado,  
Resuélveme uma Duda, que deseo  
Entender de tu pluma, pues la veo  
Ir bolando tan cierto en lo dudado.

No puede Autor incierto ser nombrado  
El que solo en certezas hace empleo,  
Poniendo del armonico trofeo  
Obelisco, a verdades consagrado?

Respondeme (Señor) bien advertido  
Tu livro, lo que cifra el nombre incierto:  
Un tesoro, dize, es mas escondido.

Gran respuesta; emperá mayor acierto  
Alto ser, *por misterios que é leido*,

---

<sup>138</sup> Sobre este pequeno opúsculo, observa o musicógrafo Joaquim de Vasconcelos: «Nesta obra se encontram citadas e aproveitadas inteligentemente as principais obras da Palestrina, de Ferrabosco, de Adriano Willaert, de Filipe Regier, de Guerrero, de Jorge de Lebele, de Christobal de Morales, e os livros teóricos de Cleonides, de Juan Giudeto, de Stephano Vanneo, de Horacio Trigrino, de P.º Augino, de Boécio, etc.» (*Músicos Portugueses*, I, p. 140).

Llamarte felizmente EL ENCUBIERTO.

Só podia escrever este Soneto quem estivesse na intimidade de D. João IV quando andava imprimindo esse opúsculo, deixando-o incluir como panegírico ao autor, e com as iniciais do Duque de Bragança, aludindo à sua missão política *prodigiosa*. Compôs o Soneto D. Francisco Manuel de Melo, em convivência com os compositores da Capela e Câmara real, para quem escrevia a letra dos Vilancicos e Enseladillas que se cantavam na corte.

Quando já se achava transferido para a prisão do Castelo de Lisboa em 1650, teve D. Francisco Manuel de Melo conhecimento da publicação da *Defensa de la Musica moderna contra la errada opinião del O bispo Cyrillo Franco. Al señor Juan Lorenzo Rabelo*. Lisboa. In-4.º de 56 p. A obra apareceu aparentemente anónima, conquanto trouxesse indicações que a denunciavam escrita por D. João IV, tais como a folha assinada D. B. (*Dux Bragantice*); e o Soneto acróstico *El Rei de Portugal*. D. Francisco Manuel de Melo conhecia esse trabalho na sua elaboração, e obteve furtivamente a sua comunicação.

A intimidade de D. Francisco Manuel de Melo com D. João LV manifesta-se em várias composições da *Viola de Thalia*. Assim no Epigrama LXXIV:

*Memorial el Rei sobre cierto negocio.*

Vossa Majestade tem  
de um meu Juro uma Consulta,  
onde a Fazenda consulta  
que mo mude, por que é bem.

Peço a Vossa Majestade,  
que se ê justo e pode ser,  
me faça merca de a ver  
com favor e brevidade.

(Pág. 236)

Revela uma afectuosa confiança o *Memorial a El Rei Nosso Senhor D. João o Quarto, com uma Petição sobre o negocio que refere*: Quintilhas:

Meu Senhor Dom João o Quarto,  
Que a ser Carlos fôreis Quinto;  
Cuidareis ora que minto:  
Pois não vos falo de farto,  
Antes de muito faminto.

Tão faminto, que não sei  
Como vos posso falar;  
Mas, enfim, para gritar  
Sobre El Rei – *Aqui del Rei*,  
Eu farei por me esforçar.

A Petição é simplesmente jocosa, queixando-se de que os coelhos lhe devastam uma sua quinta, aludindo à sua situação:

Coelhos, são certo agouro <sup>139</sup>  
Da pobre quinta assolada;  
Por que sem lhe valer nada  
*De hũa parte a cerca o Douro,*  
*Da outra penha talhada.*

Em carta de 4 de Abril de 1650 ao Conde Camareiro-mor, falando da mudança para a prisão do Castelo, alude ao que ali já poderia receber da sua Quinta de Entre-os-Rios: «Passar-me-ei de breve, a outra pousada mais cómoda; e postas as mesas, correrão aquelas viandas que no cedro de Entre Douro e Minho estão em depósito». O cedro de Entre Douro e Minho é a madeira de castanho com que se fazem as pipas para o vinho verde e as salgadeiras para os presuntos e pernil de porco. Era desses depósitos da renda anual da Quinta de Entre-os-Rios, que o poeta podia ali melhor receber as remessas para mimosear os amigos que o visitassem, não já com grãos (mandubim, favas torradas), como na prisão da Torre Velha.

Falava da Quinta de Entre-os-Rios, próxima do Porto, que visitara pouco antes de ser preso. Passaram-se os tormentosos anos de encarceramento, de sentenças iníquas de Três instâncias, e estava pendente a viagem para o degredo perpétuo no Brasil.

Na *Aula Política* (p. 130) refere D. Francisco Manuel, que por suas lástimas o rei «houve por bem continuasse na minha prisão *debaixo do judicial protesto de que estaria presente e seguro, para que se executasse em mim o cumprimento de minha sentença* tanto nas penas pecuniárias, quanto ao degredo perpétuo do Brasil em que estou condenado. Prometi-o, Senhor, e nunca em outra resignação mereci menos.» Por isto que declara na *Epístola Declamatória*, vê-se que desde 1652 se lhe transformara o encarceramento em prisão de homenagem, podendo assim ir passar alguns meses, antes da ordem de partida para o Brasil, na sua Quinta de Entre-os-Rios. A Carta XV, respondendo a Jorge da Câmara, é uma animada descrição daquele retiro donde o afasta o degredo perpétuo, e cuja vida simples o encanta:

Que conta dera agora dos meus erros  
Ou das minhas desgraças ou de tudo,  
Se não fizesse a paz com meus desterros.

.....  
Enfim, senhor, pois todos somos lulas,  
Bus! nesta boca; e todas queixas minhas  
Daqui, para com Deus, as dou por nulas.

Aqui vivo sem sal nestas marinhas,

---

<sup>139</sup> Barata no *Esboço biográfico de D. Francisco Manuel de Melo* (no romance, p. 283) considera os versos:

Coelhos são certo agouro  
Da pobre quinta assolada...

referentes à «sua quinta de *Entre-ambos-os-Rios*, junto do Porto, a qual lhe parecia haver sido demandada por uns fidalgos Coelhos...».

Vendo esta ribanceira, cuja praia  
São penedos, em vez de ser conchinhas.

*Se quero lá mandar a Miragaia*  
(Como na vossa terra, é cá Lisboa)  
Heide esperar que o mar ou entre ou saia.

Se quero pão, *apenas há boroa*  
E quando agua hei mister *água-pé* trazem,  
Que indo do pé à mão *dizem que é boa*.

Os ventos já do mar seu dever fazem,  
Que como moços são, e a casa velha;  
Cada hora estou tremendo que m'arrasem.

*Toda a minha parreira se me engelha*  
Veio-se-me a uva ao chão, de podre toda,  
E eu cuido quando cai, que me aconselha.

Este meu pátio vai cercado em roda,  
(Mas que digo, se ouvistes o outro dia,  
Que para mi foi tal, como de boda.)

Os casados da pobre companhia  
Vivem neles tão ricos de morganhos,  
Que enfim, não falta à torre infantaria;

Uns tamaninos são, outros tamanhos,  
Choram sempre por pão, nenhum se cala,  
Quer diante dos pais, quer dos estranhos.

Uns me dão corredelas pela sala,  
Livre para eles só; um bate à porta,  
E enquanto aquele bate, este outro falia.

Uma velha, que há muito era bem morta,  
Grita, para que é mais? por desenfado,  
Vede bem que fará pelo que importa.

Pois o que vos eu gabo, que fechado  
A sete chaves, fugirei do fumo  
Do tabaco de fumo; mal pecado.

Logo se nesta vida me consumo,  
Chamai-me para pouco; pois por vida  
De... (não quero jurar) que o não presumo.

Desta sorte se passa e vê cumprida  
Aquele maldição, que o fado escuro  
Foi cortar para mim, mas sem medida.

De comprida me arrasta; e se procuro  
Que lhe tome um refego, o sofrimento  
Nem assim de embicar vivo seguro.

(*Çanfonha de Euterpe*, p. 130)

Estes tercetos pintam com a cor local a casa e os costumes minhotos; D. Francisco Manuel foi passar alguns dias na velha casa da sua quinta de Entre-os-Rios, sujeitando-se a comer *broa* (pão de milho) e *beber água-pé*, a dispensa dos pobres lavradores. A casa é invadida pelas crianças da família do caseiro, com quem a velha tia ou avó ralha sempre. Mas que interesse tem para a vida de D. Francisco Manuel de Melo estes pequeno episódio antes da partida de Portugal? t neste tempo e neste meio, que foi gerado o seu filho natural D. Jorge Diogo de Melo, que morreu em 1674 na batalha de Seneffe. Pelo alvará de legitimação de 11 de Dezembro de 1668, sobre o que constava do testamento, «ficou de D. Francisco Manuel de Melo um seu filho menor, natural, e de D. Luísa da Silva, solteira, e sendo o dito D. Francisco solteiro também, como foi até o tempo do seu falecimento, que faleceu sem casar, e por tal declarou ao dito seu filho e o legitimou – por Breve apostólico...». (Prestage, Doc. 82). Pelo estado de espírito em que se achava D. Francisco Manuel de Melo, sua idade, sob continuados desgostos, não era natural que fosse galantear uma Dama para o amor livre, sendo aliás bastante religioso; esta mãe de D. Jorge seria pois uma filha do caseiro da quinta de Entre-os-Rios, Luísa da Silva, mocetona fresca, repolhuda e de atractivos ingénuos e alegres facilidades. Assim se explica a vida independente do poeta em Lisboa, em 1660-62, por Academias Literárias, e depois em 1663 a entrada na vida pública e as missões ao estrangeiro. Jorge de Melo foi-se criando no casal de Entre-os-Rios; e pela sua legitimação ficou D. Luísa da Silva a governar nele, até que não entrando na sucessão do Morgado da Ribeirinha, ou por outra influência desconhecida foi com patente de Capitão servir no Terço de Lombardia, o mais afamado de Espanha. Pela patente, e acção militar em que entrou, não podia D. Jorge de Melo, ter menos dos seus dezoito anos; e esta circunstância induz<sup>140</sup> que fora gerado em 1654, quando se preparava D.

---

<sup>140</sup> A batalha de Seneffe, em que morreu Jorge de Melo, em 11 de Agosto de 1674, é uma das páginas em que mais se acentua a capacidade do grande Condé, na campanha da Bélgica, nessa luta contra um exército de coligados de setenta mil homens, com que a Holanda combatia a França. Jorge de Melo pertencia aos terços do exército de Espanha sob o comando do Marquês de Assentar. Foi às 10 horas da manhã que se deu o primeiro recontro na ponte de Seneffe, sendo aí derrotada pelos franceses uma vanguarda de confederados de mais de oito mil homens. Descrevendo minuciosamente os feitos militares deste dia, na sua *História dos Principes da Casa de Condé* \*, escreve o Duque de Aumale: «Este primeiro conflito duraria hora e meia; foi ele que conservou mais particularmente o nome de *combate de Seneffe*.» Durante o dia travaram-se outros combates mais importantes, como formando parte de um plano; tal foi o combate do meio-dia, mais rápido em quanto à acção, mas em que os aliados sofreram, ficando ferido e prisioneiro o general espanhol Marquês de Assentar, D. Fernando da Cunha, grande de Portugal, e Mestre de Campo do mais valente terço espanhol denominado o Terço da Lombardia. Seguindo, portanto, as tradições correntes no século XVII, que dava o nome de *combate de Seneffe* ao recontro das 10 horas da manhã do dia 11 de Agosto de 1674, foi nessa derrota da vanguarda aliada que morreu Jorge de Melo, herdeiro da bravura e da desgraça que sempre acompanhou seu pai. Pela patente de capitão com que entrou no combate teria dezanove anos, nascendo em 1655.

Prestage, colocando o seu nascimento em 1660, observa: «sendo capitão de cavalos, teria por consequência só catorze anos, *idade bem pouca para tal posto* – e parece mais provável que a intriga de que nasceu D. Jorge começasse em Lisboa, *antes do desterro de seu pai*.» (*Esboço*, p. 296). Camilo escreve: «Este D. Jorge *casou vergonhosamente em Lisboa, donde saiu afastado*, e pereceu capitão de cavalos na batalha de Seneffe em 1674, não deixando filhos.» (*Hist. e Sentiment.*, I, 238. Ed. 1914). O

Francisco Manuel de Melo a partir para o degredo no Brasil, tendo ido com licença régia à sua Quinta de Entre-os-Rios. A lembrança do Visconde de Ponte do Lima, Governador de Entre Douro e Minho, em Carta a D. João IV de 6 de Fevereiro de 1654, pedindo a mercê que pretendia D. Francisco Manuel de Melo, de «mudar o desterro que tem para o Brasil para uma das Fronteiras deste Reino, e sendo esta a mais distante da corte, e que mais necessita de pessoas com quem se possa tomar resolução em muitas matérias, sem a esperar de V. Majestade...». E referindo-se a D. Francisco Manuel: «que pela grande qualidade de sua pessoa e grandes postos que ocupou em Itália e Flandres, é seguido de muitos e bons Cabos e Conselheiros, – não cumprirei eu com minha obrigação se não representar a V. Majestade o grande efeito de que será a seu serviço, tratando V. Majestade de fazer a D. Francisco Manuel a mercê que pede da mudança de desterro, o ser para esta Província (de Entre Douro e Minho) onde parece que a necessidade é maior que nas outras... ainda que da pessoa de D. Francisco se haja de fiar tudo, sempre parece que o seu serviço será com diferença, pois no Brasil servirá como homem que vai a cumprir degredo, e nesta província o fará – como obrigado à mercê que V. Majestade lhe faz de o mudar para ela.» (Doc. 77. Prestage).

Estava ordenada a partida da Armada da Companhia, para o Estado do Brasil sob o comando de Francisco de Brito Freire, e ainda surta no porto de Lisboa e D. Francisco Manuel de Melo apresentou-se como degradado, partindo nessa Armada de trinta e sete naus em 17 de Abril de 1655; refrescaram na Madeira, demorando-se no porto do Funchal um mês, agradavelmente. Em 15 de Maio avistaram a ilha de Palma chegando às ilhas de Cabo Verde em 26, dividindo-se aí a frota, uns para refrescarem e outros para adiantarem a viagem. Em uma carta de D. Francisco Manuel, que ia na nau *Conceição*, escrevia: «Esta não leva alguma falta de agua pelo ruim estado da piparia e muita carga; tanto por esta como pela necessidade de refresco, sendo possível que quanto às que estão em Cabo Verde, nós por duas horas mandemos a lancha à terra para fazer esse provimento.» (Ap., *Esboço*, p. 277). Na costa da Guiné, a nau do Almirante sofreu uma grande calmaria durante quarenta e dois dias, tendo o Capitão-General de seguir sua derrota para a Baía. D. Francisco Manuel ia no Almirante dos navios que se dirigiam à Baía; foram governados pelo ilustre degradado<sup>141</sup>, sofrendo nas calmarias da Linha trinta e quatro dias de retardo, gastando três meses e meio até chegar à Baía. Chegava em um momento de revivescência da Colónia liberta do domínio holandês; mas o sentimento do injusto exílio não deixa o imo de sua alma abrir-se à eflorescência do Novo Mundo. Refugiou-se, como usara na Torre Velha, nos seus estudos literários, escrevendo esses curiosos *Apólogos Dialogais*, dos quais é datado o segundo da Baía, em 13 de Novembro de 1655; a 2ª Epanáfora, de 5 de Fevereiro de 1657, e a dedicatória do *Hospital das Letras* de 14 de Setembro, ainda deste ano. Os conhecimentos de crítica literária acumulados neste pitoresco quadro, levam a inferir que se utilizasse da livraria do Colégio dos Jesuítas da Baía. Nos vários diálogos: *Relógios falantes*, *Escritório do Aparento*, *Visita das Fontes* e *Hospital das Letras*, é de uma riqueza de linguagem portuguesa o quadro que traça dos antigos costumes populares, contendo os mais valiosos subsídios para o folclore nacional.

---

casamento vergonhoso seria uma dessas cabeçadas de um moço de quinze a dezassete anos.

\* *Revue des Deux-Mondes*, 1º de Maio de 1894, p. 1 a 45.

<sup>141</sup> Na *Relação da Viagem que fez ao Estado do Brasil a Armada da Companhia no ano de 1655*, a cargo do General Francisco de Brito Freire, vem: «Entre as pessoas embarcadas na frota se fazem mais lugar em esta lembrança...: D. Francisco Manuel de Melo, *sujeito conhecido da nossa e das Nações estrangeiras*... É o primeiro inscrito na lista de vinte e oito portugueses. E na 2ª edição desta *Relação*, escreve Brito Freire: «no governo da Frota da Bahia, que na viagem se encarregou às largas experiências e mais estimados que venturosos merecimentos de Dom Francisco Manuel, por ele haver de ficar na Baía...»

No seu isolamento ou quase degredo na penhascosa praia de Monserrate, a uma légua de S. Salvador da Baía, a sua vida espiritual não se harmoniza com esse meio; no Soneto LXXV da *Tuba de Caliope*, expende a *Vária ideia estando na América e perturbado no estudo por bailes de Bárbaros*:

São dadas nove; a luz e o sofrimento  
Me deixam só nesta varanda escura...

Mortos da mesma morte o dia e vento  
A noite estava para estar sisuda;  
Que desta negra gente, em festa ruda  
Endoudece o lascivo movimento.

Mas eu que digo? solta o tão sublime  
Discurso ao ar; e vou pegar da pena  
Para escrever tão simples catorzada.

Vedes? não falta pois quem ma estime:  
Que a palha para o asno é ave de pena,  
Falando com perdão da gente honrada.

Apesar de se entregar às suas composições em prosa, «estilo fácil sem guarnições novas», D. Francisco Manuel nem por isso abandona a poesia:

Esta nossa arte de fazermos trovas  
Já lhe eu fui mais devoto, mas era antes  
De viver como lontra pelas covas.

Contudo, não lhe nego aos consoantes  
Um és não és de império assi divino  
Que nas tribulações nos tem constantes

Na aspereza do Ponto, de contino  
Cantando o Sulmonense e escrevendo,  
Vivia natural e peregrino.

Mas vamos nós assim;...

(*Çanf. de Euterpe*, p. 129)

Datada de Monserrate Antártico, 5 de Fevereiro de 1657, é a Epanáfora trágica, do Naufrágio da Armada portuguesa, em que alude à sua situação: «Escrevo um sucesso marítimo, porque há dias que vivo entre dois mares, que com seu obstinado movimento me estão sempre oferecendo espécies produtoras de semelhantes lembranças: Uma Relação de tempestades; porque as que de presente padeço em minha sorte não me deixam admitir imaginação mais serena; sendo sem duvida de maior perigo as injurias do animo que as da vida. Que quereis que escreva ou que quereis que cuide um afligido, se não aflições?» (*Epan.*, p. 152).

Privado dos recursos económicos pelas exacções das sentenças de três odiosas instâncias, D. Francisco Manuel de Melo teve de recorrer à vida mercantil, na abundância de géneros coloniais e largueza do crédito; assim se explica o dizer de uma carta: «Tive ontem aviso de Pernambuco e notícia de ser ali chegado algum dinheiro meu de Angola; com o que será força fazer alguma carregação.» (Prestage, *Esboço*, p. 286). Quando D. Francisco Manuel, ia alargando por via de Pernambuco a sua exportação de caixas de açúcar para Angola, eis que subitamente *quebranta* o seu degredo perpétuo e trata de se embarcar para a Europa. Qual o motivo dessa resolução abrupta?

Chegara a notícia, que D. João IV falecera em 6 de Novembro de 1656, em consequência de uma vida dissoluta<sup>142</sup>. No *Portugal Restaurado*, o Conde da Ericeira explica o falecimento precoce do monarca pelo «desdém com que vivia, assim nos mantimentos de que usava como em *outros intempestivos exercícos*». Cobre este eufemismo as comezainas e aventuras de alcova. D. Francisco Manuel vira-se exposto ao arbítrio do déspota coroado, que podia a qualquer hora mandá-lo degolar. Para ele, o desterro era uma segurança. Álvaro Rodrigues de Azevedo observa, como advogado: «A diuturnidade com que Mello gemeu na prisão da Torre Velha, – tem mais visos de vingança de potentado, do que de detenção de um réu ou punição de um crime. (Ed. *Saudade da Terra*, p. 377). Por Março de 1658 se deduz a partida para Portugal, de carta íntima ao seu velho amigo Cristóvão Soares de Abreu.

4º *Quebrantando o degredo perpétuo: embarca para Portugal em Março de 1658. – Arribada à ilha de S. Miguel em Junho. – Acha-se em Lisboa em 1659. – Frequenta a Academia dos Géneros. – Pela aclamação de D. Afonso VI e governo de Castelo Melhor é-lhe perdoado o quebrantamento do degredo, e restituído às honras cívicas por carta de 30 de Julho de 1662. – Missão política em Outubro: indo às cortes de Inglaterra, França, Parma e Roma. – Regressa a Portugal em 1665. – Vitória do partido do Infante D. Pedro. – Falece em 13 de Outubro de 1666. – Pelo extraordinário caminho como veio ao conhecimento de D. Francisco Manuel de Melo a lenda de Machin, chegou também ele à ilha de S. Miguel, como refere em carta dirigida da cidade de Ponta Delgada, em data de 14 de Junho de 1658 a Cristóvão Soares de Abreu:*

---

<sup>142</sup> Cinco dias depois de falecido D. João IV, escrevia-lhe de Roma Francisco de Sousa Coutinho: «Com esta entregará a V. Maj. o padre mestre fr. Manuel Pacheco uma *Comedia em musica*, que já nos meses passados escrevi a V. Maj. que se ficava copiando; não será musica que lá se haja de cantar, mas por ventura que será a primeira que deste género haja ido a V. Maj. e servirá para ter de tudo. Vai mais outra que também tem seus assomos de Comedia, mas que se canta aqui nas igrejas particulares nas sextas-feiras e domingos de quaresma. Os que a cantam não se vêem, mas fazem-no com tal arte que os que ouvem por representação; a musica desta me dizem que é excelente; o autor dela e da Comedia é o Marco Ferracioli, musico do Papa, mas mais conhecido pelo nome de Marco del Arpa. À imitação desta, se a V. Maj. lhe parecesse se podiam lá formar outras que se cantassem na quaresma ou fora dela, porque aqui é ao que mais acode gente, e tantos os Cardeais, Príncipes, Senhores, Prelados que entram nas igrejas às punhadas, e quase não fica lugar para o povo.

«Vai com estes papeis um cadernete que me deu uma freira depois de lho ouvir cantar, composição que se fez para ela só cantar à Rainha de Suécia. É uma moça *filha de pais portugueses*, nascida em Roma, e deixada por morte deles em idade que nem os conheceu, nem falia outra língua que a italiana. A voz é uma raridade, que até conhecer isto chega a minha ciência e fio eu se V. Maj. lhe ouvira cantar esse papel, e fazer com a boca a trombeta, creio que me houvera de dizer que não ouvira cousa semelhante em sua vida, que o não ponho em menos. Tem demais para eu fazer dela maior estimação dar-se por seu pai por *parente de António Galvão*; e estimarei muito que seja agradável a V. Maj. o presente, para com isso mandar outros semelhantes; mas não lhe há-de ficar este barato a V. Maj., porque depois de o ouvir cantar me há-de a mim ouvir chorar minha pouca fortuna, mas celebrar no meio dela, que já que não presto para outra cousa, preste para moço de mandados, já aqui, já acolá; e contudo não quero que tenha nome de queixa, o que agora direi, etc.» (*Corpo Diplomático português*, t. XIII, p. 370).

«Dias há, s.<sup>o</sup> meu, que recebi uma carta de v. m. cuja resposta eu antes quisera dar que escrever; mas, quanto mais perto de o fazer entendi que estava, *ventos inimigos e inimigos como os ventos, nos fizeram arribar nesta ilha de São Miguel, depois de 84 dias de molestíssima viagem*. Eu passei com pouca saúde, porque vim do Brasil sem ela; mas o agasalho do Governador desta terra, Luiz Velho, fará ressuscitar os mortos, quanto mais convalescer os doentes. Aqui fico, e suposto que em lugar donde tenho alguma fazenda, como a procissão destas minhas peregrinações não saiu para se acabar aqui, fico desejando de achar via segura para me ir provar aventuras de essa corte, a ver se é da cor das passadas, ainda depois de tantas mudanças, e em tempo que as necessidades e as misericórdias eram fora de mão.» Parece que Cristóvão Soares lhe dera conhecimento do que se passava na Regência de D. Luísa de Gusmão: «foi esse, entre os mais votos semelhantes, aquele que mais *me persuadiu aos novos riscos da viagem e luta dos émulos*.» E pedia-lhe que com seus amigos e parentes o ajudassem «*nesta obra de redenção, em a qual não posso arbitrar os meios... porque de todo moro o estado de meus negócios, por haver muito tempo que deles não tenho aviso*.» Lembrado ainda da deprecada que foi ter à Baía pela Inquisição de Lisboa, para ser interrogado, ele declara: «já me contentara que aqui me deixaram estar quieto; mas *é tal a minha sorte, que ainda me temo de algum marítimo precatório*, que de novo me descomponha e remonte.» Receava que tendo quebrantado o degredo perpétuo, viesse de Lisboa qualquer ordem de captura; e assim insiste: «V. m. se sirva de lançar sobre tudo suas observações e inculcas; porque *a mão é de perder ou ganhar o jogo*; e eu não fio nada neste da minha fortuna.» Como D. Francisco Manuel de Melo se achava desde Abril de 1655 alheio a tudo o que se passava em Portugal, principalmente desde a morte de D. João IV e complicações da Regente, pede ao bom amigo que lhe relate os acontecimentos: «Agora se vindo eu do Outro Mundo e vindo do outro Mundo pedir a v. m. *largas novas dessas guerras, pazes, benefícios e injurias, mortes e casamentos*, diga v. m. que estou ocioso... me mandará este socorro, compadecido da minha grande inorância.» A esta carta respondeu Cristóvão Soares, em 2 de Setembro de 1658; deveria ser interessantíssima, descrevendo as transformações que se passavam depois da morte de D. João IV, a luta dos dois partidos, da aclamação de D. Afonso VI, e a da importância do Infante D. Pedro; as notícias dos *casamentos* compreendiam a política internacional, que actuariam nas angustiosas circunstâncias que envolviam a independência de Portugal. Rodrigues de Azevedo, resumiu esse terrível quadro em uma nota às *Saudades da Terra*: «Com a morte de D. João IV, cobraram os Castelhanos ânimo, e embora a vitória coroasse as armas portuguesas na memorável campanha do descerco de Elvas, o perigo da nova invasão era iminente e temeroso, porque o país estava exausto de dinheiro pela guerra sustentada durante vinte anos, na qual *os seus aliados, França e Inglaterra, o deixaram só por só em luta contra Espanha*, e ser-lhe algoz o seu heroísmo mesmo... Portugal fora afrontosamente excluído de tomar lugar no Congresso europeu de Munster e da Paz Geral, aí pactuada em 24 de Outubro de 1648; e por isso condenado a continuar a guerra ou vergar-se ao jugo de Filipe IV. Os Holandeses traíram-no e acometeram-no nas Colónias da América. A corte de Roma, depois tão achegada à Casa de Bragança por efeito das devotas prodigalidades de D. João V, repelia-a, então, por intrusa. Desde a aclamação de D. João IV, nada menos de onze embaixadores foram mandados às diversas cortes da Europa, tendo ao tempo sete em diversas partes, e em Lisboa não se via um só embaixador de um príncipe, como diz o P.<sup>e</sup> António Vieira. Por último, depois de malogradas varias tentativas de aliança matrimonial em França e Espanha, primeiro com o príncipe D. Teodósio, prematuramente falecido, e depois para a infanta D. Caterina, Luiz XIV, a quem a mão da mesma infanta fora oferecida, se não solicitada pelo seu ministro o cardeal Mazarino,

com o dote de dois milhões de cruzados e a praça de Tanger, enjeitara o casamento, celebrara com a Espanha a Paz dos Pirenéus em 7 de Novembro de 1659, e por virtude desta, tomou depois por mulher em 9 de Junho de 1660, a infanta D. Maria Teresa de Áustria, filha herdeira de Filipe IV, juntando por este modo ao abandono a ignomínia de Portugal, que na França só em Mr. Turenne achou amizade e favor honrados. Como conjurar esta crise tremenda?...

«A solução possível a bem da independência portuguesa era uma única. Ou consegui-la sem olhar a sacrificios ou sucumbir. Os acontecimentos por si a prepararam. Em Maio de 1660 fora Carlos II chamado ao trono de Inglaterra... Só o casamento desse potentado com a Infanta D. Caterina podia trazer a Portugal a paz honrosa, ou assegurar-lhe meios eficazes de prosseguir com vantagem na guerra contra Espanha.»<sup>143</sup>

Todo este quadro teria sido apresentado a D. Francisco Manuel de Melo, nesses dias pacíficos passados na cidade de Ponta Delgada, na convivência confortante do Governador Luís Velho, e no convívio literário no sumptuoso Colégio dos Jesuítas, e atendendo à parte prática da vida arrecadando os rendimentos do seu Morgado da Ribeirinha. A demora na Ilha de S. Miguel até princípios de 1659 é explicável por esta urgência. É natural, que tendo notícia do nascimento do seu filho Jorge depois de 14 de Abril de 1655, já em viagem para a Baía, um novo sentimento o impelisse ao regresso a Lisboa, a abraçar esse liame que o prendia à vida.

Só pelo bom conselho e alto valimento do Doutor Cristóvão Soares de Abreu, é que se arriscaria D. Francisco Manuel a desembarcar em Lisboa. Dedicara-lhe em 1657, no desterro da Baía, a *Visita das Fontes* (o 3º dos Apólogos Dialogais) expondo no preâmbulo: «Desterrado, perseguido e achacoso, (tende mão) e ainda por se requintar contra mim a fortuna, desterrado do mesmo desterro, me acho agora morador de novas praias desertas, cujo caminho só sabem as ruínas novas. Veja-se se em tal estado fará grande despropósito, quem cuidar muitos despropósitos, a troco de lhe não virem ao pensamento os acintes do Fado... Estes devários me fizeram boa companhia, ajudando-me a passar saudades e solidões entre a porfia destes mares e as asperezas destas penhas donde vivo.» (*Op. cit.*, p. 127, 129). É presumível que por conselho de tão valioso amigo, quebrasse o degredo.<sup>144</sup>

Nesses dias tranquilos, a sua actividade de espírito levava-o a visitar a Livraria do Colégio dos Jesuítas que tinha na melhor parte sido doada pelo Doutor Gaspar Frutuoso, falecido em 24 de Agosto de 1591. Devia ser preciosa essa livraria, porque o Doutor Gaspar Frutuoso graduara-se em Teologia em Salamanca, onde ouvira as lições do moralista Sotto; pela sua profunda cultura, o bispo de Miranda D. João de Alva o encarregou da leitura de uma cadeira de Teologia no Colégio dos Jesuítas de Bragança, e acompanhou este prelado como seu secretário, quando fora nomeado Capelão-mor de D. Sebastião. Gaspar Frutuoso viveu em Lisboa bastantes anos, trabalhando em uma obra que lhe encheu a vida, a *História dos Descobrimentos das Ilhas ou Saudades da Terra*. Ofereceram-lhe por vezes a mitra do bispado de Miranda, mas rejeitou-a sempre, preferindo o ser vigário de N. Senhora da Estrela da Vila da Ribeira Grande. Ele saudou Camões, na publicação dos *Lusíadas* em 1572. Os Jesuítas do Colégio de Ponta Delgada

---

<sup>143</sup> Ed. das *Saudades da Terra*, p. 379.

<sup>144</sup> O Doutor Cristóvão Soares de Abreu era vereador do Senado de Lisboa, Residente por Portugal na corte de França e Deputado régio ao Congresso de Osnabrue à sanção da Paz Geral. Da sua competência jurídica diz D. Francisco Manuel ser «não só a Jurisprudência adquirida por tantos hábitos de gloriosos estudos mas a prudência própria, em que tão cedo vos sinalastes. – Não poucas vezes a Corte de Castela, uma, e outra de França; a de Inglaterra alguma vez, e muitas a de Alemanha, se gloriaram (vendo-vos) de ver tantas partes juntas em um só – a cortesia, a política, a discricção, o luzimento, a arte, o juízo, e o zelo». Somente um homem deste ascendente moral é que podia ser a égide do grande desventurado.

conservaram o precioso Manuscrito das *Saudades da Terra* até à hora em que por ordem do Marquês de Pombal foram expulsos e embarcados na fragata *Graça*. O Reitor do Colégio ofereceu o manuscrito das *Saudades da Terra* ao Governador da Ilha de S. Miguel António Borges de Bettencourt, para que o conservasse; por herança veio o livro a pertencer ao ouvidor Luís Bernardo, vigário de Alagoa e o herdeiro José Velho Quintanilha o vendeu ao Visconde da Praia Duarte Borges de Medeiros, e se conserva na casa Praia e Monforte.

Conheceu D. Francisco Manuel de Melo esse autógrafo das *Saudades da Terra*, e leu os capítulos do Descobrimento da Ilha da Madeira, em que novelescamente narra as aventuras amorosas do inglês Ricardo Machin e Ana de Arfet, cujo entrecho seguiu na *Epanáfora amorosa*. É preciso notar, que D. Francisco Manuel de Melo aponta as fontes da tradição desta terceira Epanáfora: «O nosso Lívio português (bem se sabe que digo João de Barros) começou a escrever dela em a sua primeira *Década de Ásia*. O Doutor Manuel Clemente, que foi pregador de três pontífices em Roma, compôs desta historia um livrinho em latim, que dedicou à santidade de Clemente VII. Poucos anos há, que Manuel Tomás, nosso amigo, publicou da própria acção, o seu poema chamado *Insulana*. Antes e melhor que todos, Francisco Alcoforado, escudeiro do Infante D. Henrique fez de todo o sucesso hũa Relação, que ofereceu ao mesmo Infante, tão cheia de singeleza como de verdade, por ser um dos companheiros neste descobrimento; a qual Relação original eu guardo como jóia preciosa *vinda à minha mão por extraordinário caminho*.»

D. Francisco Manuel bem sabia que este Francisco Alcoforado nunca teve realidade histórica em qualquer documento, mas acobertava-se com ele: «porque conheço não é meu credito bastante, para que por si somente, *inculque por verdadeira uma história tão esquisita*.»

Para ocultar o *extraordinário caminho* por onde à sua mão viera a Relação, data-a de Belas, 9 de Setembro de 1654, esta *Epanáfora*. Mas na dedicatória deixa a impressão dos anos que passara na América: «os incógnitos desertos *da nossa barbara América, ásperos até para as feras*, que antes os recebem por pátria, que morada.» (*Ib.*, p. 273). Estas palavras só podiam ser escritas em 1658, arribando à Ilha de S. Miguel, *extraordinário caminho*, por onde lhe chegou o conhecimento desse livro que só no século XVIII foi compendiado pelo P.<sup>e</sup> António Cordeiro<sup>145</sup> sob o titulo de *História Insulana*. E nas fontes que cita, D. Francisco Manuel limita-se a referir-se à epopeia *Insulana*, que segue a mesma trama das *Saudades da Terra*, podendo tê-la lido durante o mês que estacionou no Funchal a Armada do Brasil de Brito Freire, em que ia. Na mesma dedicatória escreve: «Vendo-me agora nesta solidão a cujo favor *vim fugindo da justiça* ou da injustiça do povoado, me pus a discorrer vagarosamente, sobre de que maneira poderia satisfazer – escrevendo a Relação de algum sucesso grande – de aspectos amorosos.» Em Belas não podia fugir à Justiça, por que estava sob homenagem, mas sim quando

---

<sup>145</sup> Como se vê em algumas cartas, D. Francisco Manuel de Melo alterava as datas. Na ilha de S. Miguel teve notícia da veneração em que era memorada uma dama D. Margarida de Chaves, e aí tratou com um filho dela em 1658; pois na *Carta de Guia de Casados*, escrita em 1650 e impressa em 1651, intercala uma anedota passada em 1658-1665, na sua segunda edição: «Solicitava com esquisita importunação em Roma a beatificação da venerável matrona *Margarida de Chaves* um seu filho, que eu muito bem conheci, e de sua boca ouvi o que digo. Tinha o Papa Paulo V remetido a causa a certo Cardeal, que já andava tão temeroso do requerente, que em o vendo fugia dele. Sucedeu chegar a falar-lhe um dia, estando o Cardeal tão enfadado; e havendo-lhe lembrado, como costumava, seu negocio, lhe respondeu: – Senhor, não vos canseis em provar a santidade de vossa mãe; provai somente que vos sofreu, que o Papa a declarará como santa.» No Divertimento de Estudiosos vem esta anedota, com a resposta do Cardeal em italiano: – *Signore, non pigliar fastidio in prove di Santità della vostra madre; solo basta provare che vi soffreri, per che il nostro Pontifice appunto la dichererà Santa.*

*quebrantou o degredo da Baía.* Conhecendo o poema de Manuel Tomás onde vem o episódio dos amores de Machin, entendeu D. Francisco que melhor lhe quadrava uma Relação com particularidades históricas.

D. Francisco Manuel escrevendo os seus quadros ou Relações históricas com o título de *Epanáforas de vária História portuguesa*, indica o modelo que seguiu: «Alguns dos discursos que vos digo, tenho acabado, e outros perto do fim, nenhum da perfeição. Mas havendo (já há muitos anos) lido aquelas singulares Relações do Cardeal Bontevollo, tanto há que fiz propósito de o imitar, com outras, em nossa língua portuguesa. E quando cheguei a ler a fuga do Príncipe de Condé, e notei o vagar e a galanteria com que um tão grave juízo se deteve em retratar os afectos do amor humano, certifico-vos que me fez inveja; entendendo eu então de mim, que para semelhantes matérias era mais conveniente a minha pena que a do Cardeal, poeta que sábio, velho e religioso.» (*Epan.*, p. 271).

A Epanáfora trágica, escrita na Baía – Monserrate Antártico, 5 de Fevereiro de 1657, em que define a sua concepção da história, alude à situação em que se achava: «quase de outro mundo vos escrevo, posta entre mim e vós não só a África inteira e os imensos mares que dividem a América da Europa, mas interpostos silêncios, anos e sucessos, que por larguíssimos intervalos nos apartam.» (Pág. 150).

A concepção que D. Francisco Manuel tinha do que era a História, indica-a: «Secas e infrutíferas se podem chamar aquelas Historias, das quais se não tira outro fruto, que a precisa narração do sucesso delas; e ao contrario, utilíssimas e deleitáveis aquelas que, sem perder o fio dos acontecimentos propostos, nos levam por tal caminho, que juntamente chegamos ao fim da informação dos sucessos, e ao da compreensão das várias matérias, que com a historia deles fazem harmonia. Por este modo de historias (que é aquele que eu desejo ler) pretendo escrever sempre; instruindo brevemente aos leitores das ocorrências da acção, que lhes ofereço, conforme se verá nas Histórias que tenho publicado; e como esta regra, seguindo minha opinião favorecida da melhor parte dos Autores historiógrafos, tenha lugar em todos os negócios que se desejam perpetuar na lembrança das gentes, parece que muito mais propriamente se pode introduzir neste modo de compor Histórias, que agora seguimos em Relação, a qual não requiere tão épicas observações, como a particular historia de um sujeito heróico, tendo mais proporção com o Poema misto que com a Epopeia.» (*Epan.*, p. 210). Por estas ideias, expressas em 1657, quis D. Francisco Manuel contrapor em 1658, à *Epopeia Insulana*, a sua *Relação* em prosa singela e movimentada da *Epanáfora amorosa*. Manuel Tomás, cónego da sé do Funchal e grande amigo de Manuel Severim de Faria, entreteceu a expedição dos Navegadores portugueses com a lenda dos amores de Machin e Ana de Arfet, sendo a notícia do descobrimento da ilha da Madeira revelada por um dos seus companheiros, que caídos no cativeiro de Marrocos comunicaram essa notícia a outro cativo espanhol João de Amores, por cujos informes se dirigiu João Gonçalves Zarco:

Não acabava, quando claramente  
Uma ponta da terra descobrindo,  
Com mor gosto da nova a toda a gente  
Alvíssaras alegre foi pedindo,  
Já cada qual a vê perfeitamente  
E de seus vãos receios se vão rindo.

.....  
Reconhecendo o sitio assinalado,  
Publicou claramente João d'Amores,

*Que dos ingleses era a Ilha aquela,  
Que o Céu lhe demonstrava fresca e bela.*

Depois de largarem ferro na enseada, Rui Pais vai por terra dentro à exploração com os companheiros e:

*Se envolvem com os seus pela espessura,  
Na sepultura deu dos dois amantes.*

Pela época em que Manuel Tomás escrevia, 1634-1635, havia uma funda depressão moral e quase perdida a esperança de restauração da nacionalidade; o casamento do Duque de Bragança feito pelo conde-duque de Olivares a aprazimento de Filipe IV, com uma *castelhana* da casa de Medina Sidónia, era uma quase renúncia do pretendente português. Isto reforça a observação do Dr. Rodrigues de Azevedo: «não é aventuroso supor que a *Insulana* tivesse já um pensamento reservado de nos abrigarmos ao protectorado da Inglaterra para nos libertarmos da tirania dos Filipes.» (Ed. *Saudades da Terra*, p. 398).

As *Epanáforas* foram publicadas em Lisboa, em 1660, por D. Francisco Manuel de Melo; pela *Epanáfora bélica*, do Conflito do Canal, vê-se que já se achava recolhido na sua Comenda do Espinhel, datando-a de 30 de Setembro de 1659; e a *Epanáfora triunfante*, da Restauração de Pernambuco, quando residia já na sua quinta de Alcântara, e a datava de 23 de Dezembro de 1659. A publicação do livro em 1660 coincidia com complicados e importantes sucessos políticos. A Paz dos Pirenéus de 7 de Novembro de 1659 entre a Espanha e a França, teve a sua condição de estabilidade no casamento de Luís XIV com Maria Teresa de Áustria, filha e herdeira de Filipe IV. No mês anterior fora auxiliado pela França o mísero Pretendente que foi esse devasso Carlos II; aí estava a calhar um noivo para a Infanta D. Catarina de Bragança, e continuando Luís XIV a sua protecção ao filho do justicado Carlos I, favoreceu esse projectado casamento. A Regente D. Luísa de Gusmão compreendeu a importância deste consórcio para a filha, e facilmente convenceu os ministros de que era isso o último recurso para salvar Portugal das garras de Espanha; todos os recursos da diplomacia resumiam-se na questão da Infanta de um estado em situação periclitante. Nesta data de 1660 faz-se a doação da Ilha da Madeira à Infanta D. Catarina, diploma *fabricado* com data de 1656 quando D. João IV agonizante nada podia conhecer, e revalidada e mandada cumprir em 1660, quando se tratava do dote da Infanta para se efectuar esse casamento com Carlos II de Inglaterra. Em 17 de Novembro de 1660 é despachado Diogo de Mendonça Furtado, Governador da ilha da Madeira; em 2 de Dezembro toma posse no Senado da Câmara do Funchal; em 7 de Dezembro apresenta duas cartas da Regente, que se registam em traslado, ficando o Governador em seu poder com os pseudo-autênticos e em nome de D. Afonso VI manda-lhe tomar posse da Ilha por doação que à Infanta D. Catarina fez El-Rei «meu senhor e pai, que Deus tem, – e será isto em quanto a infanta não toma casa – tudo isto há-de cobrar quando for tempo». (Lisboa, 18 de Novembro de 1660, RAINHA). E esta peça fabricada da doação de D. João IV da Madeira à Infanta D. Catarina em data de 1 de Novembro de 1656 (já o rei estava em estado comatoso) foi registada na Chancelaria da Corte *quatro anos depois da sua data*, e onze dias antes da expedição da Carta da Rainha. (Dr. Azevedo, *op. cit.*, p. 364). D. Luísa obrava como castelhana e no exclusivo interesse da família; preparava tudo para satisfazer qualquer exigência inglesa.

Cooperou D. Francisco Manuel de Melo neste arranjo do dote da Infanta para facilitar a doação da ilha da Madeira? Rodrigues de Azevedo julga que a data das Epanáforas e da Doação, 1660, e a dedicatória a D. Afonso VI sob a regência de sua mãe, e a lenda do inglês Machin vindo a propósito, o fazem cúmplice desse plano diplomático. Não aceitamos tal juízo; porque D. Francisco tendo *quebrantado* o degredo, e sendo ainda vivo o seu implacável inimigo Conde de Vila Nova, mantinha um obscuro isolamento de toda a acção política. Como poeta e artista, tratou literariamente uma lenda a que dera curso Valentim Fernandes para lisonjear a aproximação das coroas de Espanha e Inglaterra <sup>146</sup>, lenda a que apenas António Galvão alude, e que o Dr. Gaspar Frutuoso floreu na história do Descobrimento da Madeira. Se algum intuito político houve no autor da *insulana*, esse passaria para a Epanáfora.

A Infanta D. Catarina era o isco para alianças políticas fomentando interesses dinásticos; projectou-se o seu casamento com D. João de Áustria, o bastardo de Filipe IV. Trabalhava solertemente a intriga jesuítica da antiga aliança da Casa de Áustria e de Espanha, que, atacada pelo governo de Richelieu, foi favorecida ao gosto de Ana de Áustria por Manzarino, a quem o P.<sup>e</sup> Vieira tentava imitar influenciando em D. João IV e na Regente D. Luísa. Entre as várias noivas em que Luís XIV tinha de escolher, estava inclusa a Infanta D. Catarina, o que encheu o olho a sua mãe; veio a Lisboa o pintor francês Nocret para fazer o retrato, que o embaixador Comminges enviou a Ana de Áustria; segundo o testemunho de M.<sup>me</sup> de Motteville, o retrato «*la faisait belle, quoiqu'ele ne le fût pas*»; e Comminges contara-lhe, que a Rainha regente de Portugal «oferecia ao embaixador grandes tesouros para conseguir que a princesa sua filha fosse Rainha de França». Mas Ana de Áustria preferiu casar seu filho com a princesa de Espanha Maria Teresa de Áustria, filha de Filipe IV, convindo-lhe assim alcançar um direito eventual na casa de Áustria. Uma vez no trono, Luís XIV, tendo auxiliado a restauração de Carlos II em Inglaterra, quis dar-lhe uma esposa católica, sendo uma Princesa de Parma indicada pelos Jesuítas; como Carlos II recusasse por achá-la muito gorda e feia, o rei de França negociou-lhe o casamento com a Infanta D. Catarina de Portugal, firmando assim um elemento de resistência contra a Espanha, se lhe fosse necessário. As habilidades de D. Luísa de Gusmão seriam impotentes, se não interviera Luís XIV, que tanto protegera a causa do Pretendente e o subsidiara. Também D. João IV favorecera os Príncipes Palatinos comprometendo a neutralidade de Portugal. O dote da Infanta D. Catarina de 350.000 libras esterlinas e entrega de Tanger e Bombaim (sem a ilha da Madeira, porque não foi exigida) pouco pesavam na balança política de Luís XIV. Carlos II tinha já os seus amores com mistress Paumers, depois condessa de Castlemaine, quando D. Catarina de Bragança entrou nessa Corte devassa, que ela transformou pela firmeza do seu carácter honesto e invencível bondade. O que era a esposa, disse-o Carlos II em uma carta: «Nas suas feições regulares, apesar de não ser uma beleza, nada havia que desagradasse; olhos belos e fisionomia simpática, uma boa mulher, com a mais interessante conversação, cheia de espírito, com uma voz de tom especialíssimo. Demo-nos logo desde os primeiros instantes, e julgo-me felicíssimo.»

Em Maio de 1662 realizaram-se as festas do casamento de D. Catarina de Bragança com Carlos II, com iluminações e touradas. D. Francisco Manuel de Melo celebrou o Conde da Torre «*havendo salido en las reales Fiestas de las bodas de los serenissimos Reyes de Inglaterra*». (*Lira de Clio*, p. 42). E simbolizava o Touro, que aparecia desta vez «*llevando al Anglia nuestra real Europa*». Também celebrou em um Soneto *Apostrophe a las luminarias que se hicieron por las fiestas de los serenissimos Reyes de Inglaterra*. (*Ib.*, p. 10). E no estilo heteróclito das Academias culteranistas,

---

<sup>146</sup> Quando Henrique VII casou Artur com a 4ª filha de Fernando e Isabel de Castela, e também quando a filha deste enlace, Maria Tudor, casou com Filipe II, sob o plano megalomânico de Carlos V.

concorreu com um *Soneto ordenado sobre as letras iniciais de Carlos e Catalina, Lisboa e Londres, Tejo e Tamisa*. (*Ib.*, p. 2). Todas estas festas deslumbravam a Rainha Regente, que acreditava no seu alto tino político, tratando logo de resolver também por casamentos a situação dos dois filhos, D. Afonso VI, que ela pretendia substituir na sucessão pelo mi ante D. Pedro, mais moço cinco anos. Por esta diferença de idade, tratou D. Luísa de conservá-lo em prolongada menoridade, deixando-o sem cultura e abandonado aos seus instintos, até que seu irmão chegasse à maioridade, e cercado de simpatias arranjadas, pudesse ser aclamado convenientemente. Mas o príncipe, como o descobrem as *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, conheceu «que a Rainha mãe, na católica diligencia que havia feito, *lhe queria tirar a coroa, e dá-la ao Infante D. Pedro, seu irmão*». (*Ib.*, p. 3). Não conseguindo toda a simpatia para o filho mais novo, cercou-o de uma grande pompa, rodeando-o de fidalgos os mais influentes, e fazendo ele então 14 anos de idade em 4 de Junho de 1662, instalou-o em um palácio, com fausto régio, com um numeroso pessoal de camareiros e criadagem fidalga. Desmascararam-se assim os dois partidos, e a Regente anunciava-lhes que brevemente daria por terminada a sua Regência, recolhendo-se a um mosteiro. No Soneto XXVI da *Harpa de Melpomene* D. Francisco Manuel de Melo traz a consagração do seu governo, em que de alfinetes fez espadas.

Na *História de Portugal*, Shaeffer explica o antagonismo criado entre os dois irmãos: «Na verdade a Regente opondo ao Príncipe D. Afonso o Infante mais novo –, que era de melhor índole, de mais viva inteligência e mais instruído – animando-lhe a ambição e desejo de dominar e a esperança de ascender ao trono. Já em 1657, quando as Cortes foram convocadas para Lisboa, a fim de jurarem D. Afonso como sucessor do trono, nasceu entre os dois partidos uma grande questão sobre se não deveriam prestar o juramento antes ao mais novo, sendo como eram conhecidas as qualidades dos dois irmãos?» (*Op. cit.*, t. IV, p. 449). A crise dinástica avançava para a explosão. Observa o historiador Shaeffer: «Claramente se via, que todas estas intrigas se haviam feito a fim de que a Regente conservasse eternamente o governo, sem excitar o descontentamento do povo, que contava já os dezanove anos do Príncipe; somente queria mostrar que a incapacidade do Rei era a causa de se terem lesado as leis durante cinco anos, enquanto que só a Rainha é que tinha a culpa das desordens do Príncipe por causa da má educação que lhe dera no intuito de o tornar incapaz para o governo, pois que queria eternizar-se nele e procedendo de modo a poder entregar o reino ao Infante D. Pedro, que amava ternamente.» (*Ib.*, p. 457). A explosão era inevitável entre os dois partidos; doze dias depois de ter dado casa ao Infante em 16 de Junho de 1662, a Regente, depois de mandar prender os dois favoritos italianos do Príncipe, apresentou-se na sala do Despacho, contígua ao aposento real, comparecendo com prévio aviso o Senado de Lisboa e os altos magistrados e perante todos mandou ler pelo Secretário de Estado uma exposição de queixas de todos os agravos que recebera de seu filho. O Príncipe D. Afonso, surpreendido com o espectáculo e com a crueza das acusações da mãe perante aquela gente qualificada, ficou como interdito. Dissolvida a assembleia, quando se viu só e teve a compreensão das intenções de sua mãe, manter-se na Regência mais cinco anos, até o Infante chegar à maioridade, veio-lhe uma exaltação violenta; foi neste momento que o Conde de Castelo Melhor, camarista de semana, conseguiu aplacar-lhe o arrebatamento, dar-lhe calma e, fortalecendo-lhe a consciência, fez-lhe notar a promessa que a Rainha fizera de abdicar da Regência e recolher-se a um convento, e que lhe competia daquela hora em diante a Soberania. D. Afonso VI reconheceu a supremacia moral do carácter do Conde de Castelo Melhor, pediu-lhe para o acompanhar para o paço de Alcântara, em 17 de Junho de 1662, ficando o seu primeiro-ministro. O primeiro acto do governo, que tanto se assinalou na história, foi uma

amnistia geral <sup>147</sup>, em que foi incluído expressamente D. Francisco Manuel de Melo. Aqui aparece pela primeira vez esse consolador documento:

«Eu El Rei como Governador e perpetuo .Administrador que sou do Mestrado, Cavalaria e Ordem de nosso Snr. Ihs. Cristo, São Tiago de Espada e São Bento de Avis, Faço saber aos que este alvará virem que D. Francisco Manuel me representou que haverá vinte anos pouco mais ou menos que foi julgado na morte de um Francisco Cardoso, pela qual esteve preso muito tempo e saiu condenado em pena pecuniária que logo satisfez, e degredo, que não acabou por causas de enfermidades que lhe sobrevieram, com manifesto perigo de sua vida, por cuja razão e por haver ao depois alcançado perdão das partes se achasse hoje no estado em que costumava fazer graça e mercê a meus vassallos de lhes perdoar por expediente ordinário culpas semelhantes e visto não ter outra parte mais que a justiça, e por que os senhores reis seus antecessores em ocasião de publicas alegrias e novos governos usarão sempre perdoar qualquer delicto achando-se nos termos deferidos e eu a sua imitação o avia feito agora do mesmo modo reconciliando à minha graça e serviço todos os vassallos beneméritos que por qualquer via estavam impedidos, a cuja consideração e exemplo e muito mais por minha real clemência o pedia, que atentando as Rezões referidas e *aos grandes trabalhos e moléstias que tinha padecido por espaço de vinte anos* e pelo respeito que se podia ter a *seu zelo e suficiência, que tudo o que fazia digna de ser ocupado em serviço publico deste Reino*, houvesse por bem mandar fosse perdoado da dita culpa e quebrantamento de degredo, pera que *solto e livre se pudesse achar hábil para me servir*; e tendo em consideração a referida informação que se houve do Desembargador Manuel de Tovar de Vasconcelos Juiz dos Cavaleiros ao que me consultou pelo meu Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens *perdão da parte que o dito Dom Francisco ofereceu certidões* por que consta haver pago as condenações pecuniárias em que outrossi foi condenado e *rezões particulares que concorrem em sua pessoa para lhe lazer mercê*, Hei por bem perdoar-lhe livremente o degredo perpetuo para o Brasil em que foi condenado pela dita morte e a culpa do quebrantamento dele que cometeu, para que daqui em diante e em nenhum tempo se proceda mais contra o dito D. Francisco Manuel por nenhuma das culpas referidas digo daquelas das referidas e fique para sempre livre das penas que por

---

<sup>147</sup> Escreve Prestage: «Inesperadamente encontramos de certo modo comprovada esta nossa opinião no seguinte trecho do raríssimo papel *Declaracion por ei Reino de Portugal*: Porque luego que Su Magestad entró a governar hizo *mercê de su gracia real a todos quantos se hallaban apartados della...* Absovió de su condenacion a Monsieur Castiilo y a *Don Francisco Manuel*, que por 20 aãos y graves accusaciones estuvo preso y desterrado del Reino, *escusá el destierro...* Mas não aparece a Carta de perdão». (*Op. cit.*, p. 328, not. 2).

Tivemos a ventura de encontrar esse Alvará de perdão de 30 de Julho de 1662, nas investigações que fizemos na Chancelaria da Ordem de Cristo, para a monografia sobre D. Francisco Manuel de Melo, que forma o vol. XVI da *História da Literatura Portuguesa*.

Álvaro Rodrigues de Azevedo atribui à Regente D. Luísa a liberdade de D. Francisco Manuel: «*A restituição dele à pátria e ao valimento da corte* foi desafronta para ela. Fosse qual fosse o motivo da prisão e do desterro, é certo – que o sábio governo da rainha regente D. Luísa já lhe tinha aberto as portas da pátria em 1659.» (Ed. *Saudades da Terra*, p. 378). Ignorava que o escritor quebrara o desterro em 1658, e ilibava a regente da tirania de D. João IV. Com igual falta de senso histórico procede Barata: «Apenas D. João IV expira e sem que houvesse outra sentença, D. Francisco Manuel de Melo é posto em liberdade e volta ao continente nos fins de 1657. Aí se patenteia, a toda a luz, na perseguição do grande homem, o vingativo monarca a quem o destino escolhera para dar o seu nome aos esforçados cavaleiros de 1640, aos conspiradores imortais.» (*Um Duelo nas Sombras*, p. 233). Desconhece o quebrantamento do desterro, a data do regresso a Lisboa, e gratifica a Regência do acto consequente da sua terminação.

Também Prestage dota D. Luísa de Gusmão de uma auréola de demência: «tornou-se necessário, isto é, a Rainha Regente lhe desse licença para regressar. D. Francisco Manuel pôde enfim voltar ao reino, mas ficou em casa sem emprego, até ao advento do seu parente o Conde de Castelo Melhor ao poder.» (*Esboço*, p. 293).

qualquer delas devia ter. E esta se registará nos autos daquelas culpas e mais partes em que houver, para a todo o tempo constar do que por ele mando, o qual valerá como carta posto que seu efeito dure mais de um ano, sem embargo da ordenação em contrario. Manuel Paulo de Andrade a fez em Lx.<sup>a</sup> a trinta de Julho de mil seiscentos e sessenta e dous. Pantaleão Figueira o fiz escrever. Rei.»<sup>148</sup>

Depois de constituído o novo governo, o Conde de Castelo Melhor entendeu tratar do casamento de D. Afonso VI, pensando por esse meio actuar na formação de uma aliança política com a França. É nesta situação que o jesuíta Chiaramonti, visitador da Companhia, achando-se em Portugal, lembra a sua confessada, a filha mais velha da Princesa de Parma. Pareceu o caso conveniente, e em data de 27 de Outubro de 1662 foi passada procuração de D. Afonso VI, com minuciosas instruções dadas a D. Francisco Manuel de Melo para ajustar e celebrar o casamento do rei com a filha segunda da Princesa de Parma. Era o primeiro acto consequente da sua reabilitação cívica, com o intuito de aproveitar os seus talentos e grato testemunho à velha amizade por seu pai o Governador geral do Brasil. A esta missão confidencial ajuntava o encargo de ir a Roma tratar da questão dos Bispados portugueses que estavam desde 1640 vagos, por não quererem os Papas reconhecer o Rei de Portugal exercendo a sua soberania na nomeação das mitras. Para esta missão, em que continuaria até ordem em contrário, foram-lhe arbitrados 4.000 cruzados para despesas da viagem e 500 cruzados por mês entregues ao seu procurador. A viagem que devia ser em uma das naus inglesas a partir para Génova de Leorne, foi sustada, sendo-lhe ordenada a viagem a Inglaterra para tratar com o embaixador português Marquês de Sande, porque o casamento do Rei emaranhara-se em variadas propostas.

Em 8 de Abril de 1663 chega a Inglaterra D. Francisco Manuel de Melo «com ordem de passar a França para tratar do casamento com M.<sup>lle</sup>» d'Orleans». (Santarém, *Quadro*, IV, 523). Sabidas tão poderosas negociações de Ana de Áustria para dissuadir a princesa de casar em Portugal, pelas instruções que levava D. Francisco Manuel «pusse em pratica o casamento da filha mais velha do segundo casamento do Duque de Orleans, ou o da Princesa de Parma. Sendo a negociação de França difficil de concluir-se, foi o Marquês de Sande de parecer que D. Francisco Manuel passasse a Roma, fazendo caminho por Parma, para que vendo aquela princesa pudesse informar a el-rei». Demorou-se D. Francisco Manuel na corte inglesa de 8 de Abril a 17 de Maio; ele recordava-se da sua passagem por ali no tempo de Carlos I e da Revolução de Inglaterra, quando o poeta estava preso na Torre Velha, referindo-se em uma carta à execução de 30 de Janeiro de 1649: «Eu beijei a mão a El-Rei Carlos duas vezes em Londres, e por esta honra que dele recebi, estou de novo na alma escandalizado e aflito.» Apreciando o talento musical da rainha D. Catarina escreveu uma Enseladilha que intitulou *Corte na Aldeia*, para ser cantada pelas suas damas, entre as quais figurava sua prima D. Maria de Portugal; (*Avena de Terpsicore*, p. 62) e outros versos *Para cantar na Câmara da Rainha de Inglaterra, música de Miguel Herrero*. (*Ib.*, p. 53). Na sua viagem diplomática para Roma, a Rainha D. Catarina dá-lhe carta de recomendação para o Dr. Belling, seu enviado junto ao Papa, a fim que o auxilie na missão delicada que leva. O poeta deixou-nos um fio para seguir-se esta deambulação interessante desde que outra vez a fortuna o afastou do Tejo.

Na Epístola V a Francisco Correia de Lacerda, *Maestro de su Alteza* (o Infante D. Pedro), descreve a súbita saída de Portugal, percorrendo na sua missão vários estados europeus:

---

<sup>148</sup> *Chancelaria da Ordem de Cristo*, Registo, vol. 47, fl. 261.

Observando *mandados y secretos*  
Daquel, a quien por duefio nos han dado,  
Los benignos, altissimos decretos  
Dexo el dorado *Tejo* y al plateado  
Oceano la vida, y la esperança  
L'entrego en leño fragil, bien que armado.  
Si es a costa de penas la mudança  
De la patria y el Amor, allá lo diga  
El que goça y el que pierde esta bonança.

.....  
Entonces vimos las cervizes yertas  
Del *Herminio* y el *Artabro* levantadas,  
Que a piloto le dan rayas mas ciertas.

.....  
Buscando a la siniestra el rumbo, en quanto  
Duras *Biscayas*, asperas *Galicias*  
Se quedavam, sin quexa y sin quebranto.

.....  
D'onde se acaba el Mar, comiença junto  
A sacar de las aguas l'alta frente  
Da Selva, que do Chipre es el transunto;  
Essa que *Caledónia* antigamente  
*Albion* y *Anglia* despues; *Bretaña* agora,  
La denomina doccta y ruda gente;  
Presto del burgo que en la arena mora,  
Plaustro, que si la toca no la hiende,  
Nos conduce, con rueda baladera  
A la Corte, a la Menfis, ya se entiende  
*Londres*, juzgo su igual, hallando en medio  
*Canterbi*, *Cidemburg*, *Ruistel*, *Gravzende*.  
De la grave fadiga era remedio  
El hermoso verdor, que aí gusto amigo  
Salsa frué, de los ojos, contra el tedio.  
Surto en *Huythal* <sup>149</sup>, ya nuevos golfos sigo  
Y aun pudiera temer nuevos naufragios  
Si a pedir y a esperar el alma obligo.

.....  
*Tres lunas*, poco menos, cortezanos  
Si no loco, gasté passos perdidos,  
Passeando en salones soberanos.  
Pero ya recogido, y reogidos  
En mi los embarqué, y a mi me embarco  
Temeroso, a otros mares mas temidos.  
*Dexo a Londres*, en fin, y en sutil barco  
*Lo Canal atraviesso* que divide  
Gaília de la Bretaila, como en arco.

.....  
El viento a la esperança el passo cierra

---

<sup>149</sup> Whitshal, o palácio real.

Que un ayre encontra aí otro y en fin quexoso  
*Buelvo otra vez a la anglicana tierra;*  
Mas, osado tambien, de temeroso  
Pruevo, o rogar aí aquilon, y buelve  
A templarle mi ruego, respetoso.

Na sua passagem por Marselha encontrou o P.<sup>o</sup> Manuel Godinho, que deixou na sua *Relação do novo caminho da Índia que fez por terra e Mar vindo da Índia*, fixada a impressão moral que lhe causara D. Francisco Manuel de Melo: «Fui logo visitado do Senhor D. Francisco Manuel, o qual com o nome suposto de Monsieur *Chevallier de Saint Clement* <sup>150</sup> passava a Roma, recomendado a todos os Príncipes e Republicas amigas por cartas patentes dos senhores Reis da Inglaterra e França. Não é crível, o gosto que me causou a visita deste fidalgo; só o pode considerar, quem souber estimar suas inestimáveis prendas, quem tiver gozado da *sua admirável conversação*, quem for lido em seus engenhosos livros, quem de seu singular juízo formar aquele conceito que dele tem feito o mundo todo, quem do seu primor estiver obrigado como eu o estou; porque todas estas cousas juntas foram os motivos de meu gosto naquela visita.» (Cop. 30).

Espalhará-se a notícia da tomada de Évora por D. João de Áustria, caso que complicava as negociações do casamento régio.

En medio apues destas congojas, Fabio,  
Bevi en vez del antidoto, veneno  
Oyendo de la patria el nuevo agravio.

.....  
Supe de nuevo, como Marte ayrado  
Se sentara en la silla de Sertorio,  
Igualmente dichoso que arrojado.

.....  
Depues de quatro dias, pocas horas  
Tardó en Paris la nueva de postrarse  
Las contrarias vanderas agressoras.  
Dixo que nuestra hueste, por vengarse  
Con treynta y mas de las contrarias, pudo

---

<sup>150</sup> No *Hospital dos Letras*, ao examinarem os críticos Quevedo e Justo Lúpsio as obras de seu colega, vêm-lhes à mão a *Guerra da Catalunha*:

«LÍPSIO: Tende mão; esse livro não corre em nome de Clemente Libertino? Por sinal que por esse citam os autores que lhe sucederam... Pois que causa teve o Autor para em um livro tão verdadeiro pôr nome fingido?

AUTOR: Se bem olhardes, não foram, e folgo muito que se ache aqui um castelhano, que as ouça... porque também a juízo publico parecia suspeito, que um português em seus traí os (e por isso em Castelo punido e vexado) falasse em suas obras e justificasse sua razão ou sem razão, fiz mudança antes do nome que do propósito: usei por essa causa deste nome suposto, chamando-me *Clemente Libertino*, porque a não ter o nome que tenho esse houvera de ser o meu nome, sendo *Clemente* o Santo titular do meu nascimento, o qual estimo pelo mais estimado horóscopo e ascendente; *Libertino*, porque já sabeis que era entre os Romanos o nome dos filhos dos escravos libertos; assim acudindo à liberdade que já gozava a minha pátria, fiz dele brasão e apelido; se em tudo erre, bem pode ser culpa da eleição, que pertence ao juízo, não do propósito, que é filho da vontade.

LÍPSIO: Não errastes, certo, e menos de o haveres aqui explicado... depois que soube que este vosso livro corre por Europa com honesta opinião e o citam os mais dos Autores que vos sucederam, e de presente se traduziu em francês com muito aplauso.» (*Op. cit.*, p. 398 a 402).

De su agravio fatal desagraviarse.

.....  
Yo viendo entonces la teniebla clara  
Si no el fin del negocio, el del camino,  
Con diligencia elijo, en nada avara.  
Puedo decir que buelo y no camino,  
Mas del buelo se cae; y así sucede  
De un postillon al ciego desatino.  
Mi sangre lo pagá, y mientras puede  
A caliarse el dolor, es ya forçoso  
Que poco tiempo a restaurarme quede.  
Passá, y passo tambien aquel hermoso  
Fertil espacio de la *dulce Francia*,  
Qual lhe llama el proverbio argumentoso.  
Cien leguas ay, pobladas de abundancia,  
De Castillos, de Pueblos, quantos cuentan  
*De Paris a Leon* en la distancia.  
En medio solamente se presentan  
Más notables *Nevers, Molin*, que tanta  
Fertilidad poseen, más que ostentan.  
Aqui ceñida de una y de otra planta  
Riega a *Ruana*, la famosa Luera,  
Y de Tarára el monte se levanta.  
Entro, enfin, en *Leon*, la estacion era  
Quando el brama en el cielo, porque Apolo  
Toda su piel convierte en crespa hoguera.  
No la baña el Meandro ni el Pactolo,  
Pero el *Rhone* y la Saona la circunda  
Que ambos a poco espacio és *Rihone* solo.  
La tempestad en calma se dissuelve,  
Que en viage el naufragio, el guelfo en puerto,  
Tanto pesar en tal placer resuelve.  
De la *Normandia* al termino que inserto  
Oy contiene la *Francia* dilatada,  
Desde el baxel, passamos coa pié incerto.  
Visitamos alli su celebrada  
Metropoli *Ruan*, que aun oy se precia  
Del antigo Breton reedificada.  
Regadas es de la *Sena* ó mansa ó recia  
Segun la nieve, en su natal consiste.  
Quando la halaga el Sol ó la desprecia.

.....  
Descubrimos la vega en los umbrales  
De la *Sena* otra vez, que para espejos  
À *Paris* apareja los cristales.

.....  
Quantos del Oceano, en corvas quillas  
Conculcaron los terminos aí Mundo  
Por ver, por admirar sus maravilías;  
Si a este *Mundo frances*, si a este segundo

Cosmomega llegassen, en un hora,  
 Jubilaran el curso vagabundo.  
 Aqui del negro Ocaso e blanca Aurora,  
 Quanto rico pintó pincel celeste,  
 Mas desperdicia el Cielo que atesora.  
 La Belleza, del Hombre hermosa peste,  
 La Delicia, del Hombre afanpreciado,  
 La Riqueza, del Hombre luz terrestre;  
 Todo aqui despendido e bien cifrado  
 É? se encuentra, ó se anhela; y si se goça,  
 Es solo aqui, donde se antoja, halíado.  
 Yo, pues, a quien el gusto ya destroça  
 Tanto desgusto y tanta primavera,  
 Que decrepita mas quien mas remoça;  
 Los estribos perdidos ya del Era,  
 Dixe mirando quanto ver no osava:  
*Eu não sei se serei quem dantes era.*<sup>151</sup>  
 Este el famoso *Rhodano*, es que inunda  
*Saboya y Francia*; el otro, el que sereno  
 De Borogofla los carmenes fecunda.  
 Ya de Leon dexando el sitio ameno  
 Al Mar buscando, la Durança infame  
 Transfiero de agua triste y vil terreno.  
 Ya miso el Mar, que aunque arrogante brame  
 Lo saludo en *Marsella* que Mar belia,  
 No Marselia, por bella es bien se llame.  
 Poblada de hermosuras es Marsella,  
 Donde quiçá per esto la Hermosura  
 De Magaad, vivió y llorá en ella...

.....  
 Bolviendo a recoger todo mi engano  
 Me dirijo a *Tolon*, habiendo visto  
 Gentes, y tierras de costumbre estraño.  
 Para nuevas viajes siempre listo  
 Visitando aquel puerto, que és de todos  
 Los del temido Golfo, el mas bien quisto.  
 Passo ias Islas, que por varios modos  
 Fueron teatro del rancor, que irrita  
 Franceses, Galos y Españoles Godos.

.....  
 Huyendo entonces, los que se derraman  
 Desde Germania, por Saboya a Italia  
 Montes inaccesibles, que *Alpes* llaman.  
 Sin temer dentro el Mar nueva Farsalia  
 De muchos escapado, ai Mar me entrego  
 Quando tambien el Hespero ó Acidalia.  
 Poco por el Ligustrico navego,

---

<sup>151</sup> Este verso português intercalado nos castelhanos é o final do maravilhoso soneto *Formoso Tejo meu, quão diferente*, dos últimos versos de Camões. Esta excepcional homenagem de D. Francisco Manuel de Melo só a podia prestar assim a Camões. (*Vide retro*, p. 107).

Ya *Monaco* se encuentra, levantado  
Cuya cogulla fué mi abrigo luego.

Queda un espacio atrás (el *Var* pasado  
Que entre la Italia y Francia se interpone)  
De *Nisa* de Provença, el breve Estado.

.....  
Tiende las aias mi ligera haya,  
Dexando del Poniente en la ribera  
*Saona*, en medio su famosa *Vaya*.

.....  
*Llego a Genova* enfín, y a mi me liega  
Nueva ocurrencia, que a passar me obliga  
Por ley del que obedece, sirve y ruega.  
Devo y confieso una cortés memoria  
A tal Corte y Ciudad, de quien no puedo  
Medir, por breves numeros, la gloria.  
Casi sesenta soles, mudo y quedo  
El tiempo vió passar, mientras yo estava  
Tanteando negocios con el dedo.  
Y por que el tiempo estivo se passava,  
Otra vez azia el Mar, otra azia el monte  
Mi planta y mi designio encamiflava.  
Trueco subitamente de horisante,  
Y de *Liguria* a *Lombardia* vuelo,  
Antes que el Sol la ecliptica remonte.  
Subir a *Apennino* és mi desvelo  
Y no solo subirle, mas passarle,  
Hasta ilegar a *Parmesano* suelo.

.....  
Mientras del Ayre ya la fugitiva  
Nieve. en ligeros velos no le cubre  
Qual hace nueve mezes sucesiva.  
Subo y apenas la vista lo descubre  
Quando del *Pó*, la decantada orilla  
De verdes lutos de alamos se encubre.  
Con animo sincero y manso paso  
Arrivo en esta Corte, d'onde escrivo  
Su exceso liberal con modo escaso.  
Daqui donde el *Bagança* y *Palma* baña  
Fabio amigo, un rincon de la ancha tierra  
Que *Lombarda* llamó la lengua estrafla,  
Entrambos con raudal, que en la alta sierra  
Del sobservio *Apennino* halló su cuna,  
Y su tomba en el *Pó*, que ambos encierra.  
Agora, en tanto, pues que mi Fortuna  
Parece que cançado de llevarme  
Rodando las regiones una a una.  
En ocio oy quiso justa tregua darme  
Mi Musa en metros disponerla intento

Y empleralos en ti, por obligarme.

(*Fístula de Urânia*, p. 97 a 106)

Nas *instruções* dadas em 27 de Outubro de 1662 a D. Francisco Manuel de Melo para ir a Roma tratar com a Coroa as questões pendentes dos Bispados, dos cristãos-novos e conjuntamente do casamento de D. Afonso VI, recomenda-se-lhe que não manifeste logo a sua qualidade diplomática de enviado: «dareis sempre a entender em primeiro lugar *passais a Roma como pessoa particular*, enquanto vos não pareça a ocasião acomodada de vos declarardes mais nesta matéria...» E ainda depois de visitar o Cardeal Orsini, apresentar-se-ia como «um fidalgo português, que favorecido dos meus ministros *ides a Roma a negócios particulares vossos, e introduzindo por este modo a vossa negociação*, procurando alcançar dessa com destreza as primeiras notícias». (Doc. nº 85 vº, Prestage). Fácil foi a D. Francisco Manuel encontrar um plausível pretexto como postulante: obter do Papa um Breve apostólico de legitimação de seu filho natural D. Jorge de Melo, menor e havido de uma mulher solteira, «tornando-o hábil para suceder em todas as honras, dignidade, heranças, morgadio e tudo o mais que pertencer ao dito menor como filho de seu pai».

Era um interesse natural, que cobria todas as suspeitas dos passos que desse em Roma e convivência com diversos personagens. Tratado este assunto da legitimação, que estava fora da casuística canónica, D. Francisco Manuel de Melo recorreu a um outro interesse: relevar das penas da Inquisição o Conde de Vila Franca, D. Álvaro Manuel de Noronha, condenado por *nefando* (sodomia) reincidente por denúncia de 1651. O Conde, que estava ausente de Portugal, ainda era seu próximo parente, e o cúmplice de 24 anos era filho do seu feitor dos bens que D. Francisco Manuel de Melo possuía na ilha de S. Miguel. Obtido o Breve de Alexandre VII, que comutava as penas corporais em espirituais, o Conde de Vila Franca regressou à pátria em 1664, ainda assim amparado por uma carta de D. Francisco Manuel de Melo recomendando-o ao P.<sup>e</sup> Baltasar Teles, seu *antigo mestre*. Em Roma, entre os postulantes encontrou o dedicado filho da extinta dama micalense *Margarida de Chaves*, que promovia impertinentemente a canonização de sua mãe, como conta em um dos conceitos jocosos da *Carta de Guia de Casados*.

Apesar de todos os segredos diplomáticos, a espionagem castelhana era tão constante sobre os actos da política portuguesa, que a missão confiada a D. Francisco Manuel de Melo pelo Conde de Castelo Melhor, aparece referida na correspondência do Cardeal de Aragão enviada de Roma para Filipe IV. Na Carta de 30 de Dezembro de 1662, comunica-lhe o texto de uma carta do Prior de S. Domingos: «Ha se señalado para yr a Roma a Don Francisco Manuel, *no con titulo de embaixador, sino de Agente*, que trate las materias en esa Corte que se ofrecen a esta, aunque otros dicen que es pretexto para que salga por no alborotar el pueblo con casamiento, haviendo quedado empobrecido con el pasado: *venlo a tratar para El Rey*, no se save a donde; etc.» E em carta de 20 de Abril de 1663, comunica o Cardeal de Aragão ao Rei: «en carta de 7 de Febrero escriven de Lisboa que *partiu este Don Francisco Manuel para Inglaterra*, y de alli goçando de la conjuntura destas diferencias en Italia havia de passar a Paris y tratar el casamiento con Madamosela de Monpensier, cuya noticia he participada al Marques de la Fuente para que esté advertido, y luego dicen que pasará aqui este enbiado y que trayendo credito para su sustento tiene ya aviso dello el mercantes de aqui...» E em carta de 27 de Agosto de 1763, aludindo às notícias que lhe escrevera o Cardeal Ursino, informa o rei: «y segun me escribe de Paris el Marques de la Fuente, puedo *esperar*

*aqui presto a Don Francisco Manuel, que sera bien modesto embarazo en esta conyuntura...»* Em 4 de Setembro informa o Cardeal de Aragão ao monarca: «Diego de Lavra en fecha de 25 del passado me avisa como *ya havia llegado Don Francisco Manuel vestido à la Franceza* a aquela ciudad (Paris) y tambien el Embaxador de Venecia al mismo tiempo me participó por aviso del Ministro de su Republica, que assiste alli el arrivo desto sugeto, intitulandose *Conde de San Clemente*, añadiendo que le escrivia que traya treinta mil doblones, que venia vestido de muitos papeles para la consecucion de los Obispados...» Em carta de 15 de Setembro informa o Rei: «En la audiencia desta mañana, con la noticia de haver *lie gado Don Francisco Manuel a Genova*, representa a Su Santidad tudo lo que me pareció conveniente, descorriendo en tudo do que tuvo por a proposito *sobre los pretextos con que este sugeto queria dare a entender*, pues decian venia *con animo de disimular primero el intento en el exterior con revistirse de largo, y aun pasando a pretender en Dataria, siendo este medio para facilitar mas su introducion con todos*, que aseguro a V. Mg. es cosa bien artificiosa... por los avisos que tengo a la última trae comision de admitir los Obispados de *motu proprio*, con que – reduciendose a esto queda sola a que de ninguna manera parecia le há movido con representacion exterior; el Tirano (sc. Conde de Castelmelhor) le há mandado socorrer aqui con seis mil escudos; trae otros creditos; que es quanto é podido hasta ora entender, y que *no quiere hacer exterioridad de representacion*. –» Recomenda atenção para os Genoveses «pues aquella Republica se va vestiendo de afectos Francezes... E na sua insistente espionagem o Cardeal de Aragão em 10 de Outubro de 1663, «é descubierto que *el que se suponía en D. Francisco Manuel era pretexto que havia tomado el Conde de Castei Milhor, parente y amigo suyo, por no sacarlo con desayre de Lisboa, ya que era preciso por las quejas del Conde de Vilianova que contra el tenia*<sup>152</sup>, de que V. Mg. se hallara noticioso como *de la soltura de la prision en que estuvo este Don Francisco Manuel hasta que entró el Tirano (o Conde de Casteimelhor) en el gobierno, con que se publicó que parava a Inglaterra, Paris y Roma a negociar*, diciendo que se le remitirian los despachos, que nunca se le han cambiado.» Pela sua activa espionagem, o Cardeal de Aragão em 30 de Novembro, comunica ter já fixado residência, e que entre os portugueses corre ter vindo com missão dos Reis de Inglaterra; em 20 de Novembro participa que fora-lhe recomendado cuidado sobre o disfarce de alguma negociação secreta, não havendo ainda sido tocada a questão dos Bispados portugueses.

Quando estavam mais acesas as dissensões entre os personagens do Partido da Regente e os de D. Afonso VI, os retratos de todos os personagens da Corte representaram-se pelos títulos das Comédias famosas mais conhecidas. Aí aparece D. Francisco Manuel de Melo, contendo-se toda a sua vida no título da Comédia *Lances de amor y fortuna*; e aí, sob o título *La madrasta mas honrada*, vem a alusão da Condessa viúva de Vila Nova. Vê-se que a este tempo já estava morto o Conde D. Gregório; ao Conde de Castelo Melhor, liga-se o título da Comédia famosa *Quen todo lo quier, todo lo pierde*, aludindo à acção forte do seu governo e às situações violentas com que apressou a sua queda. Da *Rainha que se espera* (a noiva que se negociava para D. Afonso VI), é significativo o título *Los Encantos de Medea*, revelando que se conhecia já as tendências do casamento na Casa de Sabóia, que M.<sup>lle</sup> de Aumale viria fazer triunfar. *Dos Sebastianistas*, que eram os partidários do Infante D. Pedro, que o impeliam a apoderar-se do trono do irmão, frisa *Correr para mas fiestas*. De António de Sousa de Macedo, que sucedeu no governo do Conde de Castelo Melhor, *Otro demonio tenemos*, e para caracterizar a Mesa da Consciência, *Tarde, mal e nunca*.

---

<sup>152</sup> O Cardeal D. Pedro de Aragão não fora bem informado pela espionagem castelhana, porque o Conde de Vila Nova era já falecido em 1663.

(*Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, p. 6).

Depois da libertação de D. Afonso VI, a Regente sua mãe levou tempo a cumprir a promessa de recolher-se a um convento; fê-lo em 17 de Março de 1663, entrando para o Mosteiro de Xabregas das Agostinhas Descalças. Nas negociações do casamento de Afonso VI, dissera D. Luísa, antes de largar o governo, que o casamento do rei com M.<sup>lle</sup> de Orleães daria o apoio a Portugal da Aliança francesa. Embaraçado pelas intrigas castelhanas, o Marechal de Turenne, que se interessava por Portugal, lembrou-se de M.<sup>lle</sup> de Montpensier, e procurou convencê-la a consorciar-se com o jovem rei de Portugal. Ela estava prevenida da instabilidade da monarquia portuguesa e não queria ficar para um canto rainha teatral; e acerca das circunstâncias do noivo, vê-se como lho tinham representado, que Turenne replicava «que era bem parecido, e seria bem feito de sua pessoa, se não tivesse vindo ao mundo com certa paralisia de um lado do corpo, que não tinha nem boas nem más inclinações e que tomaria a que ela quisesse...» A relutância da Grande Mademoiselle era o efeito da malevolência da Regente, que em combinação da rainha D. Catarina, de Inglaterra, queria que se tratasse ao mesmo tempo do casamento dos dois irmãos. Parece que obedecendo a este intuito, o Marquês de Sande, recebeu em 13 de Abril de 1663 «a carta do Duque de Guise para que se tratasse do casamento de M.<sup>lle</sup> de Nemours. Em 25 de Setembro de 1663 o Conde de Castelo Melhor escrevia ao Marquês de Sande com créditos para tratar do casamento do rei com M.<sup>lle</sup> de Nemours. E enquanto se tratava deste enlace, a rainha D. Catarina de Bragança escrevia em 19 e 20 de Fevereiro de 1664 a M.<sup>lle</sup> de Aumale, irmã da Nemours, augurando um casamento auspicioso e de brilhante futuro, que vinha a ser o do Infante D. Pedro. E a rainha D. Catarina não procederia assim sem ter combinado com este irmão, facilitando as trocas de retratos e até as declarações mútuas. Por isso, escreve o historiador Shaeffer: «A princípio pensou-se em *aliar os irmãos com as duas irmãs*: o rei com a mais velha, M.<sup>lle</sup> de Nemours, e o Infante D. Pedro com a mais nova, M.<sup>lle</sup> de Aumale. Este plano foi porém alterado, devendo o rei casar com M.<sup>lle</sup> de Aumale e o Infante com a filha mais nova do Duque de Bouillon, irmão do Marechal de Turenne. Isto resolveu-se *ainda em vida da rainha mãe*, mas esta lutou por todos os meios contra tal plano, vendo que o Infante perdia deste modo completamente a perspectiva de obter a coroa. Conseguiu ela também, já depois de o Marquês de Sande ter partido para França a fim de concluir o sponsal dos dois irmãos, que o Infante retirasse o seu consentimento, não se deixando o Infante D. Pedro levar nem por admoestações do ministro e próprios camaristas, nem pelas ameaças de seu irmão a cumprir a palavra.» (*Hist. de Port.*, IV, p. 457). Como se deu esta transmutação da cena epitalâmica, é o que Shaeffer não aponta, mas que é essencial para o conhecimento da *Catástrofe*, como se chamou à deposição de D. Afonso VI, pelo irmão, que lhe tirou o trono e a mulher.

Pelos documentos extractados pelo Visconde de Santarém, os castelhanos faziam grandes diligências, ajudados pelo Duque de Lorena, para que M.<sup>lle</sup> de Nemours casasse com o príncipe Carlos da mesma casa e título, sobrinho e herdeiro do duque de Lorena. Declarou-se que o casamento já estava tratado e trocadas promessas, sendo por isso substituída logo M.<sup>lle</sup> de Nemours por sua irmã mais nova M.<sup>lle</sup> de Aumale para esposa de D. Afonso VI; para o Infante D. Pedro negociou o Marquês de Sande o casamento com M.<sup>lle</sup> Febronia de la Tour d’Auvergne, sobrinha do Marechal de Turenne, a quem Portugal devia estremados serviços, e filha do Duque de Bouillon. Nas *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, lê-se: «que se não dera parte a S. Alteza se não depois de assignado o contracto»; e sabendo o Infante «de como estava casado, estranhou a novidade e repreendeu o atrevimento, abominou a desigualdade, não consentiu no conluio, tão resolutivo que nem carícias nem ameaças, com todo o género de diligencias que se chegaram a fazer o puderam reduzir». (*Ib.*, p. 5). Estes extremos em um rapaz de

dezoito anos, que tinha em 1666, não eram somente suscitados pela mãe lá do convento de Xabregas, mas pelas relações amorosas motivadas pelas promessas da rainha de Inglaterra sua irmã. A rainha D. Luísa morreu em 28 de Fevereiro de 1666, sem chegar a ver o quadro deplorável da conspiração que trabalhava para derrubar o grande ministro o Conde de Castelo Melhor, servindo-se da paixão amorosa de D. Pedro, feito um novo objectivo de esperanças sebásticas, o *Encoberto*, que tanto patrocinava o P.<sup>e</sup> António Vieira, por conta da Companhia de Jesus, que o ameaçava ostensivamente de expulsão.

Terminadas as negociações das cinco noivas de D. Afonso VI, recebeu D. Francisco Manuel de Melo carta régia de 12 de Julho de 1664 para retirar-se de Roma. Por circunstâncias, como a expectativa de ser recebido pelo Papa, demorou-se até realizar-se esse sucesso diplomático, que tanto incomodava o embaixador castelhano; em 14 de Outubro ainda se achava em Roma, provavelmente terminando a impressão das duas Obras, que formavam parte do plano geral de publicação dos seus livros: *Obras Morales*, dedicadas à rainha Catarina, rainha da Grã-Bretanha, e as *Cartas Familiares*<sup>153</sup>, dedicadas à Academia dos Generosos. No empenho de realizar este pensamento nos aparece em 2 de Maio de 1665 na cidade de Leão de França, subscrevendo a protestação de Fé no fim das *Obras métricas*. Regressa a Lisboa para dar conta da sua missão diplomática, e quando tratava de coordenar o volume das *Obras Históricas* e organizar os seus trabalhos inéditos é desviado para as funções políticas e administrativas, nomeado deputado da Junta dos Três Estados, pelo que o Marquês de Sande, que tanto o considerara no perfeito desempenho das Instruções de que o encarregou, o felicitava por carta de 31 de Março de 1666.

No Soneto VII da *Lira de Clio*, increpando a Fortuna, faz o quadro das suas largas peregrinações, terminado pelo pressentimento da paragem:

Sacasteme del *Talo*, y ai quieto  
Arunque me arrojaste con porfía,  
Pero, presto al *Mondego* y al *Liz* me embia  
Tu locura, vestida de preceto.

Apenas con mis males quiero estarme,  
Quando ai dado *Tamasis* me buelves,

---

<sup>153</sup> Na carta-prefácio da Primeira Centúria de suas *Cartas familiares*, declara D. Francisco Manuel de Melo: «só nos primeiros seis anos da minha prisão (1650) escrevi vinte e duas mil e seiscentas cartas. E que fora hoje (1664), sendo *doze os de prezo*, (1654) *seis os de desterros* (1660) e muitos o de desditoso?» E das centúrias das Cartas diz: «as mais foram escritas com sangue, enxutas com lagrimas, dobradas com singeleza, seladas pela desgraça, levadas pela mofina. S6 se deleitará de as ler a fortuna, que as fez ditar, como quem nela está vendo o dibuxo das façanhas da sua sem razão. Em os assumptos há pouca variedade, porque sempre o humor da Sorte estava fixo na melancolia. – Posto que cintila o queixume, apesar da modéstia, que procura embaraçá-lo e desmenti-lo, mas a dor é tão atrevida, como quem nunca lhe falta coração, de avezado a viver nele.»

Enquanto D. Francisco Manuel de Melo esteve em Roma preparou o volume das suas *Cartas familiares*, aí impressas em 1664. Lê-se no prólogo Aos Discretos: «Escreveu-as peregrinando pelo mundo, e depois entre as maiores tribulações, *prezo em uma Torre, falto de saúde, sem gosto, sem liberdade, deixado dos parentes, desamparado de amigos*: desses quero dizer, que retinham o nome, não o officio, porque deixaram de o ser quando era necessário o fazer mais. – Estas Cartas mais parecem de quem vive entre delicias de um sossegado retiro, do que quem lida com os cuidados de uma prisão penosa. Quem assi não cede às desgraças, digno era de grandes felicidades. Queixa-se algumas vezes da sua fortuna, mais para se mostrar sensível, que para mostrar-se queixoso. – Das queixas vai tanto com pedir o remédio para o de que se queixa. De ele creio, nos pede a compaixão, como quem sabe, que para males de tantos anos, não pode haver outro remédio.»

Y oy mandas vengá aí *Sena*, por buscarme.

Di, que traças? que piensas? que rebueives?  
Si tengo de ir aí *Tibre* para haliarme?  
O adonde de perderme te resuelves?

Quando D. Francisco Manuel se achava com a existência tranquila, altamente considerado entre os sábios e cortes estrangeiras e acatado na sua pátria, tendo o seu filho um adolescente gentil, parecia que lhe estava reservada a *verte vieillesse*, esse sereno outono da vida. Como explicar o seu falecimento com 58 anos de idade, em 13 de Outubro de 1666? Dera, dois anos antes, uma terrível queda, quando de Paris se dirigia a Lião; refere o acidente grave na Epístola a Francisco Correia de Lacerda:

Puedo decir que buelo y no camino,  
*mas del buelo se cae*, y assi succede  
*de un postillon el ciego desatino.*  
*Mi sangre lo pagó, y mientras puede*  
*a caliarse el dolor, es ya forçoso*  
*que poco tiempo a restaurarme quede.*

Na agitação em que andava envolvido na complicada missão de Inglaterra, França, Parma e Roma, a excitação nervosa não lhe deixou sentir logo os efeitos físicos da violenta queda, em que ficou ferido. O descanso na sua *quintinha de Alcântara* veio-lhe fazer pelo agravo da idade sentir a sua pouca resistência no meio da odiosa cabala formada para expulsar do poder o Conde de Castelo Melhor, recorrendo até ao assassinato por mão do Infante; assim fez testamento, mas já sem tempo para legitimar seu filho Jorge, confiando a execução da sua última vontade ao antigo e sempre dedicado procurador António Varela, que realizou essa legitimação em 11 de Agosto de 1668.<sup>154</sup>

A queda do Conde de Castelo Melhor do seu fecundo governo de 1666 e o princípio do governo de D. Pedro II com o título do Regente, teve um facto análogo com o abandono do poder do Conde de Clarendon, não podendo suportar as tropelias de Carlos II, entregando o governo a uma cabala de devassos com quem convivia. Nesta dissolução das cortes portuguesa e inglesa, pôde D. Francisco Manuel de Melo prever as calamidades, que desabavam sobre a sua pátria e sobre esse amigo, o ministro que melhor a servia.<sup>155</sup>

---

<sup>154</sup> Tendo publicado em 1647 *El Mayor Pequeno* «Oferecida a la Venerable Provincia de la Arrábida», quis D. Francisco Manuel de Melo ser sepultado no conventículo dos franciscanos arrábidos de S. José de Ribamar.

<sup>155</sup> Da queda do ministro Castelo Melhor escreveu Fernando Palha na sua monografia: «Uma princesa ambiciosa, um príncipe ingovernado, e violento, cortesãos devassos, padres sem escrúpulos, e a par destes, generais vitoriosos e homens de estado de uni certo valor, conluiados em si não hesitaram em lançar mão contra ele das armas mais vis, das mais obscuras tramas, não hesitaram em sacrificar a prosperidade da pátria à satisfação da desenfreada ambição. Da calúnia, da credulidade popular, das paixões torpes dos príncipes, de tudo se serviram para o derrubar, para vencer os obstáculos que se antepunham entre eles e o poder. Conseguiram-no e o conde, quando começou a jornada, que o conduziu a um desterro de dezoito anos...» (*O Conde de Castel Melhor no exílio*, p. 14. Lisboa, 1883).

«Quando o Conde começou a governar, a Espanha, em paz com as demais potências, tinha encaminhado um poderoso exercito para a fronteira portuguesa, com a fortuna de D. João de Áustria a comandá-lo, e parecia resolvida a empregar os meios necessários para acabar vitoriosamente a guerra.

O casamento de M.<sup>lle</sup> de Aumale com D. Afonso VI, fora decidido por Luís XIV para firmar a influência francesa em Portugal, tratando-se logo de desfazer a negociação da Paz entre Castela e Portugal por mediação da Inglaterra, estabelecendo um tratado de Liga de Portugal e França contra a Espanha. O contrato do casamento de M.<sup>lle</sup> de Aumale foi celebrado em 24 de Fevereiro de 1666 com D. Afonso VI, e sabendo-se os amores do Infante, já se procurava obter dele a promessa da aprovação e cumprimento do tratado antes da abdicação do rei oito meses, exercendo a rainha para o efeito o seu *encanto* sobre o cunhado. Quando a rainha chegou ao Tejo em 9 de Agosto de 1666, D. Afonso VI foi buscá-la a bordo, vindo com ela na mesma carruagem e o Infante. Na presença um do outro, começam as crises da tristeza, procurando o Infante afastar-se da corte, pretextando doenças, *amore langueo*; a rainha executa a sério o papel de que a encarregaram, tomar parte em todos os negócios de Portugal, diminuir a influência do Conde de Castelo Melhor, dirigida pelo astuto embaixador Saint Romain, aconselhada pelo seu confessor P.<sup>e</sup> de Viles, pelo jesuíta P.<sup>e</sup> Verjus, ensaiada pelo seu secretário, e tendo todo o apoio do Marechal Schomberg, comandante das tropas de Portugal. A pureza de Luísa Maria Francisca Elisabete de Sabóia preconizada pelo jesuíta padre Orleães, o seu talento revelado em elegias enternecedoras e um tino prático de uma vasta correspondência política, justificam todos os conflitos que se produziram logo que tomou parte nos conselhos de estado.

A jovem Rainha de Portugal M.<sup>lle</sup> de Aumale veio acompanhada de um séquito, que constituiu uma camarilha de intrigantes, visando a cimentarem a política francesa e dirigirem a sua real pupila entre os dois partidos, do ministro Conde de Castelo Melhor e do Infante D. Pedro. Acompanhou-a o bispo de Laon, que veio a ser Cardeal de Estrées, com os padres Verjus e Viles, ronha jesuítica que trazia o seu plano, bem desempenhado por M.<sup>lle</sup> de Aumale com toda a insensibilidade moral. Acompanhava-a Saint Romain, ministro da França em Portugal, por meio do qual a rainha sustentava uma importante correspondência com Luis XIV; trazia o seu médico Joelin, o seu secretário particular, damas de honor como Victoria de Cardillac e mais duas que mereceram referência de Hamilton. O séquito sabia para o que vinha, e nele tencionara incorporar-se a viúva Scarron, que a fortuna empurrou para os braços de Luís XIV, feita esposa morgânica do rei com o nome de M.<sup>lle</sup> de Maintenon. *Lisboa era muito longe*, deu ela por escusa; e a ingénua M.<sup>lle</sup> de Aumale com os seus directores espirituais não carecia de tão exímia mestra. O embaixador de França, escrevia em Fevereiro de 1666, encarecendo o respeito e estima com que era tratada: «*mas o futuro ser-lhe-á ainda mais importante*; ela precisa sobretudo nestes começos dos bons officios do Conde junto do Rei.» Estava já alvejado o grande ministro Conde de Castelo Melhor; D. Afonso VI, com os seus vinte e três anos, era fácil de empolgar pela galante francesa, pelo que o P.<sup>e</sup> Verjus escrevia a Colbert em 9 de Agosto de 1666: «O rei passa todas as tardes no quarto da rainha, e não pode estar sem a ver. Tem com ela *complacências que só se têm*

---

«O Conde de Castel-Melhor não se acobardou; criou recursos, dobrou o efectivo das tropas, pôs no comando delas os mais dignos; fez mais, conciliou-os entre si e olhando para mais longe, começou em França a especular com o desejo evidente, que lá havia, de ver fraca a Espanha. Menos de um ano depois, a *batalha do Ameixial* vinha recompensai-o destes esforços. – Continuou na mesma política e em 1665, dois anos, *Montes Claros* punha de facto termo a guerra.

«Começa então a negociar, não como vencido mas como vencedor, e como, apesar da intervenção inglesa, a Espanha não se resignasse a aceitar as consequências das suas derrotas, e recusasse assignar a paz com as condições que ele lhe queria impor, lançou-se nos braços da França, e a 31 de Março de 1667, firmava a liga defensiva com aquela potência, coroando assim o edificio da sua política. Se tivesse continuado no governo, teria por certo no meio desta aliança, obtido uma paz gloriosa em vez de se contentar com o tratado apenas honroso, que os seus sucessores assignaram.» (F. Palha, *O Conde de Castel Melhor*, p. 13).

*com pessoas que se amam muito... e isto tem aparência de durar, pois que do seu lado, a rainha enternecida pelos cuidados e afecto do rei, corresponde-lhe com igual complacência. Aqueles que melhor a conhecem, estão persuadidos que ela tem já muito ascendente sobre o seu espírito, e que daqui por diante terá mais...»* A lenda que se propagara da impotência era contraditada pelos factos; porque com toda a ladinice jesuítica a rainha simulava uma gravidez, para manter a simpática benevolência de D. Afonso VI, enquanto o Infante D. Pedro criava situações conflituosas com o ministro Castelo Melhor, e ela com o secretário de Estado Sousa de Macedo. Na obra escandalosa *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, Diário dos sucessos da corte de 1662 a 1680, atribuído ao frade beneditino Fr. Alexandre da Paixão, vê-se este combate travado contra o Conde de Castelo Melhor, pelo partido que para apeiar o prestantíssimo ministro, queria pôr no trono o Infante D. Pedro, mais novo que o irmão cinco anos. A camarilha jesuítica empurrava esse tresloucado de dezoito anos, lembrando-lhe que quando M.<sup>lle</sup>» de Nemours era noiva de D. Afonso VI, sua irmã D. Catarina, rainha de Inglaterra, entrara na negociação do casamento dele Infante com M.<sup>lle</sup> de Aumale. As queixas contra Castelo Melhor versavam sobre não lhe ter posto casa do Infantado com grandeza, e depois de afectar doença conservando-se em Queluz homiziado da corte, chegou a ameaçar o Rei, que abandonaria Portugal, indo militar em exércitos estrangeiros. O Infante visitava particularmente a rainha, tão nova como ele, lembrando-se talvez das cartas que trocaram no pouco tempo em que foram oficialmente noivos; M.<sup>lle</sup> de Aumale era muito dada a epistolografia, tendência de que se serviu na sua política embrulhada. Neste desencadear de paixões, com o relevo da sexualidade, entre os dois, o Infante D. Pedro delibera matar o Conde de Castelo Melhor em qualquer parte que se lhe oferecer (*Monstruosidades*, p. 11), no Natal de 1666. Não o favorecendo a ocasião, o Infante é compelido a ir impor-se ao rei para que expulse do governo e de Portugal Castelo Melhor. A antipatia da esposa é manifestada no afastamento mútuo; começou ela a acusar «*un mari de ne l'être point*». Ante a exigência do atizado Infante D. Pedro, o apoquentado rei mandou chamar o Conde de Castelo Melhor, como narram as *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*: «o mandou chamar uma quinta feira à noite, em 9 de Setembro de 1667, e lhe disse que sentia não lhe poder valer, porque ainda que desejara não podia só, tendo contra si a nobreza e o povo; que se ausentasse para uma jornada fora da corte... (p. 15); despedido del rei se partiu no sábado pelas duas depois da meia noite. – Na segunda foi o Infante ao paço para beijar a mão a S. M... foi beijar a mão da Rainha, que o recebeu com agasalho e afabilidade a um tal defensor.»

Em 21 de Novembro «estava a Rainha disposta – a pôr em execução... o que havia muitos dias determinara e se dizia pela corte, que era *anular o casamento, inválido pelo impotência do rei.*» (p. 22). O Infante D. Pedro convoca a seu arbítrio todos os conselheiros de estado para se acharem no paço, deliberando com espanto do rei a convocação de cortes; rainha recolhe-se ao convento da Esperança, requerendo ao Patriarca a anulação do seu casamento com D. Afonso VI, e na reunião das cortes fazem-no assinar a sua abdicação no irmão, que desde logo o detém, e encarcera. O processo canónico e jurídico decorreu apressadamente, «anulando o casamento pelo impedimento que fica em termos de certeza, ao menos moral». Na pressa de realizar o casamento com a cunhada, D. Pedro justificava-se com «a impossibilidade do reino para restituir o dote à Rainha era a total causa que o obrigava a sujeitar-se a semelhante matrimonio». (*Monstr.*, p. 42). A rainha saiu da Esperança «acompanhada de muitas senhoras, e rompendo por grande multidão de povo, que havia concorrido a ver com os olhos o que por estranho não podia crer proposto pelos ouvidos, e se foram aposentar na quinta que os Reis tem em Alcântara, sem se ouvir um viva de todo aquele povo, tão

*pasmado ou doido o tinha a novidade do caso». (Monstr., p. 43).*

*Nas poesias satíricas do tempo encontram-se estrofes, que são como marcas de fogo que nos dão a vibração moral que as inspirava:*

Enfermo de mal francês  
Há anos está Portugal;  
E não sara deste mal,  
Porque o curam ao revés...

De uma rainha francesa  
Que aqui veio a Portugal,  
Se pegou tão grande mal  
Nesta Nação portuguesa;  
Penetrou mais na nobreza  
Este pestífero humor,  
Já não há grande senhor  
Que este veneno escondido  
Lhe não tenha corrompido  
De seu peito o interior.

Levanta-te, reino, logo  
Desta mísera piscina,  
Arranca a espada fina  
E põe tudo a ferro e fogo.  
Não te abrande algum rogo  
Destes infames traidores  
Que querem com vis horrores  
Por modo ou por interesse  
Deixar o amor português  
Pelos franceses amores.

Da Casa de Áustria e solar  
Tomou posse a de Bourbon,  
E pretende a este som  
Em a de Bragança entrar.  
Eia, pois, filhos, armar  
Contra esta traça francesa,  
E com formosa crueza  
Sustentemos sempre a lei  
Que deve à pátria e ao rei  
Esta nação portuguesa.<sup>156</sup>

Na dedicatória das segundas *Três Musas de Melodias* sintetiza D. Francisco Manuel de Melo todos os seus trabalhos literários em «um grande desejo de ressuscitar o grave estilo de nossos passados». A sua laboriosidade literária, com que se defendia contra o horror da solidão de presidiário e da opressão moral das calúnias e do arbítrio coroado, realizou o aperfeiçoamento, vencendo o contágio dos arrebiques culteranistas,

---

<sup>156</sup> São doze décimas, publicadas pela primeira vez por Francisque Michel, *Les Français en Portugal*, p. 243.

e conscientemente declara: «Sempre escrevo, mas como risco em uma hora o que em muitos dias debuxo, luz pouco a obra.» (*Cartas*, p. 107). Levou para o desterro perpétuo no Brasil os seus manuscritos, planos e esboços, tentando no *Hospital das Letras* o inventário bibliográfico dos seus trabalhos inéditos. Refugiava-se no labirinto dos seus papéis, para anestesiar-se da angústia do degredo em outros degredos. Traçou o plano geral das suas obras na intitulada *Obras Morales*, e apenas realizando a publicação com as *Cartas Familiares* e as *Obras Métricas*, interrompidas pelo seu regresso a Portugal por ter terminado a difícil missão diplomática. Como prosador, equilibra-se na galantaria de uma aristocrática cultura com as fulgurações dos sofrimentos e amarguras que nunca o deprimem, e como temperado nos combates, sem alarde de estoicismos. Com um carácter definido, uma imaginação pitoresca, animado por uma reacção emotiva, exprimindo ideias próprias, sempre verdadeiro e natural, verifica-se neste prosador a observação de Buffon: *o estilo é o homem*. E como sobrevive a sua individualidade moral e histórica, também a sua prosa, apesar de três séculos que passaram é ainda actual. Como poeta, vai mais alto, pela delicadeza e intensidade do sentimento, velando o mistério da psicose que o inspirou. Eleva-se à craveira dos grandes *quoniam dilexit multum*.

#### MANUEL DE FARIA E SOUSA

A desgraçada época em que nasceu e o meio social em que viveu actuaram no seu talento, impondo-lhe a feição de mediocridade, tendo aliás faculdades distintas e sentimentos generosos que o tornariam criador de uma individualidade dominante. Camilo ataca-o ferinamente pelas suas compilações históricas, e Storck pulveriza-o pelo critério com que compilou e comentou as obras de Camões, acusando-o de falsário; mas todos estes rigorismos provêm do desconhecimento dos dados biográficos. Por eles vemos que era uma verdadeira organização poética, inspirada por um profundo amor, e no pouco que escreveu em língua portuguesa pode ombrear com os bons líricos camonianos; por desgraça, pelos acidentes da sua vida teve de escrever em castelhano, e essa língua pomposa e enfática banalizou todos os seus pensamentos, dando aos sentimentos o tom falso das imagens convencionais dos conceitos que desnaturam a verdade da expressão. Pelo espírito do imperialismo ibérico, realizado pela Casa de Áustria, a língua castelhana perdeu a sua bela energia máscula, para se tornar voz de comando, de entono conselheiral, de autoridade académica, e de retórica tribunícia. E deste mal enfermou a literatura espanhola, desde que sob a unidade castelhana, o génio catalão, aragonês, andaluz e galaico tiveram de exprimir-se subservientemente no idioma oficial. O poeta e escritor Manuel de Faria e Sousa põe em evidência como o génio luso se deformava sob o *castelhanismo*. É um aspecto interessante da sua biografia.

Nasceu em 1590, em 18 de Março no Souto de Pombeiro, paróquia do Mosteiro Beneditino de Refóios, em uma quinta paterna denominada a Caravela, no lindo vale regado pelo Vizela. Diz o poeta, na sua Égloga X: «Souto fué aquel sitio de mi nacimiento, entre la region de Entre Douro e Minho.» E comentando as suas Églogas VII e VIII: «A la parte dei oriente de la comarca de Entre Douro e Minho, se levanta una montanha que corresponde aí centro de la mesma comarca, el qual es el sitio de mi nacimiento.» Foram seus pais Amador Peres de Eiró, fidalgo da casa real, segundo Moreno Porcel, e Luísa de Faria, filha daquele Estácio de Faria, celebrado em um Soneto de Camões por também usar simultaneamente ora a pena ora a espada.<sup>157</sup> Desde

---

<sup>157</sup> D. Francisco Moreno Porcel, no Retrato de Manuel de Faria e Sousa, § 7, fala assim de Estácio de Faria: «Esse su abuelo servio al Rey en la milicia y despues en officio de los primeros d'hazienda en el

criança ouviu Faria e Sousa na tradição doméstica estas gloriosas recordações:

«Al tiempo que empecé a estudiar, que fué a los aflos de 1600, è los onze de mi edad, me cogió este libro un mozo que luego se fué a estudiar a Coimbra, aonde entonces florecia Francisco Rodrigues Lobo.» Referia-se Faria e Sousa a uma colecção de prosa e versos, que passadas algumas dezenas de anos, sob a vesânia camoniana, imaginou achar plagiados na *Primavera*. O que o facto manifesta é que nos seus onze anos, já nos estudos que seguia em Braga se distinguia por habilidade caligráfica, desenhando e compilando coisas literárias. É provável que frequentasse alguma disciplina especial no mosteiro de Refóios, por ter chegado essa tradição até ao tempo em que o bispo do Grão Pará fora aluno daquele Cenóbio. Aos dez anos Faria e Sousa fazia-se notar pela grande habilidade caligráfica e tendências para o desenho; isto fazia pressagiar-lhe um lugar de secretário junto de qualquer prelado ou personagem diplomático. Dos traslados das boas letras, foi passando para a imitação da poesia, metrificando nos géneros italiano-hispanos. A prosa era também cultivada em esboços novelescos imitando o *Palmei rim*. Entrava nos seus catorze anos, e a sua musa tornara-se uma realidade; começou a amar uma menina, D. Catarina Machado, filha do Contador-mor da Chancelaria do Porto, Pedro Machado e de sua mulher D. Catarina Lopes Herrera. Nos versos em que a celebrava com o nome de Cândida, adoptara para si o de Menálio. Na Égloga I, intitulada *Valdemouros*, justifica:

..... o nome tinha  
que parece tomado da brancura  
com que segundo a muitos olhos vinha,  
nas mãos, no peito, e colo e frente pura.

No fim da Égloga explica o título de *Valdemouros*, «é uma vila que fica à mão esquerda do Vizela, no que corre por meio de Entre Douro e Minho e ali vivia então *Albânia*». Tornou-se este nome a forma poética com que em todas as composições da *Fuente de Aganipe* celebrou a sua namorada e esposa D. Catarina Machado. No preâmbulo declara:

«Ya escribi muchas Eglogas; ...Los sucessos delías todos son verdaderos, asi que exornados con invenciones poeticas. Los nombres que dey a los Interlocutores son acomodados a los de las Personas que alli se representan e algunos vienen a ser anagramas deilos, à casi que es lo que usaron algunos maestros. – *Albania*, que por la maior parte es la heroína en todos mis poemas, tambien en algunas vezes va con otros nombres, como hizo el Camões antes...» A fama do seu talento chegou aos ouvidos do opulento e bondoso Bispo do Porto D. Fr. Gonçalo de Morais, que o recebeu com intuito de protegê-lo para seu segundo secretário, principalmente pela sua bela caligrafia. Querendo abrilhantar-lhe o futuro, o bispo julgou atrai-lo para a vida eclesiástica. Por 1612 torna-se conhecida a sua inclinação para Albânia, e em vez de entregar-se ao estudo das Sacras páginas, a predilecção pela mitologia helénica leva-o a iniciar em 1613 os estudos para o Comentário dos *Lusíadas*, que se tornou o pensamento em que veio a consumir vinte e cinco anos de sua vida.

O bispo D. Fr. Gonçalo de Morais era implacável em questão de mulheres, ao ponto de não admitir a entrada de nenhuma no paço episcopal, e a ter de dar qualquer resposta verbal a alguma dama era no claustro da Sé que o fazia acolitado. A desavença

---

Brazil y compuzo varias *obras poeticas* com acierto. Algunas se ponian en diversos manuscritos por de Luis de Camões. Tan felis fue en ellos. Bien se infiere de'aqui quanto obrava en la poetica quien a tan grande hombre se parecia tanto.»

com o Bispo e *Menálio* foi motivada pela resolução de casar-se o esperançoso secretário; perdeu Faria e Sousa o rendoso emprego em 1614, realizando, com desgosto do prelado, o casamento com D. Catarina Machado. Sem recursos para sustentar o casal, Faria e Sousa viveu no Porto até 1618, em que se recolheu ao lar paterno na quinta da Caravela no Souto do Pombeiro.

Parece referirem-se a esta crise angustiosa o Terceto III (*Fuente de Aganipe*, p. 11):

Se com ver-vos *perdi o belo emprego*,  
Desculpa poderosa hei conseguido,  
Porque só pude errar depois de cego.

Mas se um perdido bem é mais querido  
Para com mais firmeza pretender-vos,  
Fostes formosa luz, meu bem perdido.

Agora, pois, que chego a conhecer-vos,  
Não quero mais de amor, que esta ventura;  
Mas que posso eu querer mais que querer-vos?

Farei por merecer essa luz pura,  
Que seja para mim felice sorte;  
Mas, quem merece tanta formosura?

De meus cuidados sois famoso norte,  
Por vós, a morte vida me é notória;  
Mas, quem na vida tem tão doce morte?

Os tercetos continuam-se sempre em graciosas antíteses, imitados de uma forma camoniana, a que Faria e Sousa deu um grande relevo. Como os erros de amor são fáceis de perdoar, o sobrinho do Bispo do Porto Pedro Álvares Pereira, Senhor de Sertã e designado Conde de Muge, tendo de partir em Março de 1619 para Madrid para o Conselho de estado de Filipe III, convidou Manuel de Faria e Sousa para o acompanhar como seu secretário. Não podia encontrar quem melhor exercesse tal cargo.

Realizava-se neste ano a prometida viagem de Filipe III a Portugal, tendo de acompanhá-lo a Lisboa com a régia comitiva Pedro Álvares Pereira. Era uma bela ocasião para Manuel de Faria e Sousa ver Lisboa e obter notícias tradicionais para entretecer a vida de Camões. Inesperadamente falece o seu patrono, vendo-se Faria e Sousa forçado a regressar imediatamente a Madrid.

Quando a vida lhe sorria agora, e floria a prole feliz, veio a morte e arrebatou-lhe Pedro Álvares Pereira. Já bem relacionado com Lope de Vega e outros homens de letras, foi nomeado Secretário do Conselho de Portugal, trabalhando junto de Francisco de Lucena, ao qual dedicou em 1623 o seu primeiro livro impresso, as *Noches Claras*, referindo-se lisonjeiramente a seu pai Afonso de Lucena. Acompanha este livro em insulsa prosa castelhana uma décima encomiástica de Lope de Vega *al Autor*:

Peregrina erudicion  
De varias flores vestida,  
Enseñança entretenida

Y sabrosa correccion;

Fuerças del ingenio son,  
Dolce pluma y docta mano  
De un Filosofo Cristiano,  
Sosa, de las letras sol,  
Demosthenes español,  
Y Seneca lusitano.

E como não bastasse esta glorificação, dedicou-lhe na Parte Vinte das suas Comédias uma delas. Mas, como observa Tickor, «é tão pedantesca e pesada, como todas as obras deste erudito português, que não publicou a segunda parte que prometera». (*Hist. Lit. Esp.*, III, 427). Essa segunda parte, licenciada pela Censura, tinha por título *Divinas y humanas flores*. Por certo, esses versos foram distribuídos pela coleção da *Fuente de Aganipe* (impressa de 1624 a 1646). Em um dos Diálogos das *Noches Claras* discute as Academias, que estavam em moda, onde quiseram ver certo despeito contra a Academia de Medraño, aonde o não admitiram. Estavam acesas as dissidências das escolas poéticas; alude a elas António Lopes de Vega, poeta português residente em Madrid: «Mas en esta guerra civil entre el antiguo e el moderno, procure no fazerme parcial en mis escritos, conformandome con ambos i siguiendo una mediania, segura en todo.» (*Lírica Poesia*, 1620). A necessidade de escrever os versos em castelhano, para poder imprimi-los, obrigou-o também a converter um Poema em 16 Cantos sobre as *Vidas dos Reis portugueses*, em prosa narrativa do *Epítome das Histórias portuguesas*, que publicou em Madrid em 1628.

Desta obra fala constantemente Camilo, em uma sumaríssima biografia de Manuel de Faria e Sousa compendiada de Moreno Porcel, sem atender que em 1628 nenhuns sinais existiam de resistência nacional contra o jugo castelhano. Tudo parecia conformado com o imperialismo da Casa de Áustria; D. Teodósio II ainda confiava nas *esperanças sebásticas*, mandando consultar beatas italianas, e o seu primogénito tinha em volta de si em Vila Viçosa um *partido castelhano*. Que havia escrever Faria e Sousa, em 1628, senão o que ouvia dos testemunhos contemporâneos, que viram a defecção da aristocracia portuguesa diante de Filipe II, e mesmo o que ele vira com os seus olhos, em Lisboa no recebimento de Filipe III? Faria e Sousa, secretário do Conselho de Portugal em Madrid, em relações de dependência íntima com D. Manuel de Moura, Marquês de Castelo Rodrigo, filho de Cristóvão de Moura, como podia ter severidades de julgamento histórico sobre o modo do estabelecimento do domínio filipino em Portugal? Mais do que a ganância de obter mercês, era a dependência de funcionário, o servilismo panegiricante da época, a inconsciência moral, que não deixam resistir às sugestões dos que reservadamente o favoreciam, que o levou a transformar o poema de 16 cantos no *Epítome das Histórias portuguesas*. Diz Camilo: «Que melhor documento para captar a generosidade do monarca e bater moeda que o levantasse... Qual meio mais eficaz e operativo que escrever um livro de louvores a Filipe II, e a Cristóvão de Moura? Um livro em que a legitimidade, a prudência, a honradez e tolerância do usurpador realçassem à custa de muito denegrir nos portugueses rebeldes ao jugo de Castela?» E acusa-o de referir-se assim às Cortes de Tomar: «onde já com alegria e aplauso o tinham jurado legitimo herdeiro daqueles estados.» Se esta degradação aí se patenteou, para que rojar na lama o pobre compilador do *Epítome* de 1628? Quanto às mercês que lhe pagaram o *Epítome*, escreve Camilo: «Não é fácil determinar a razão da mesquinha de Filipe III com um requerente de não vulgar capacidade.» (*Curso de Lit.*, p. 73). Ele tinha falecido sete anos antes da publicação do *Epítome*. E por fim em

nota (p. 302) chega à conclusão: «A primeira vez que vimos bem compreendido Manuel de Faria e Sousa em poucas linhas, foi em um recente opúsculo do Simões Dias, *Lições de Literatura Portuguesa*, e diz assim: – «Manuel de Faria e Sousa (1590) que procurou as graças de Filipe II, e para o lisonjear escreveu o Epítome das Historias Portuguesas em 1628.» Camilo não reparou na calinada contida nesse período, em que se dá Faria e Sousa, nascido em 1590, oito anos antes do falecimento de Filipe II, procurando as graças depois de trinta anos de inumação.

Em 1628, achava-se em Madrid D. Afonso Furtado de Mendonça, Arcebispo de Lisboa e um dos Governadores do Reino de Portugal, e apreciando os conhecimentos de Faria e Sousa, secretário do Conselho, ou para auxiliá-lo nas suas pesquisas históricas, planeando refundir o *Epítome das Histórias na Europa Portuguesa*, trouxe para Lisboa a Manuel de Faria e Sousa com a sua família, para aqui estabelecer-se definitivamente, como Secretário do Estado da Índia. O Marquês de Castelo Rodrigo, D. Manuel de Mendonça sabia que Faria e Sousa trabalhava em uma importante obra genealógica, a *Historia de los Marqueses de Castelo Rodrigo y de la Familia de Moura*, e para lisonjeá-lo opôs-se ao despacho dado pelo Arcebispo, pretextando que esse cargo estava abaixo dos méritos de Faria e Sousa; o Arcebispo propôs nova solução, nomeando-o para Secretário da Câmara de Lisboa. O Marquês de Castelo Rodrigo reservava-o para ir como secretário da sua Embaixada de Roma. Enquanto permaneceu em Lisboa escreveu a Égloga *Talo*, em que discreta com Álvaro Ferreira de Vera, sobre a característica da Nobreza de nascimento e da Nobreza de Acções próprias. Na Égloga *Ulyssipo*, revelamos o íntimo desgosto que o inspira; e dá a razão do título de *Ulyssipo*, «por aver sido en Lisboa la muerte de una hija segunda pero la mas querida de sus padres; su nombre era Ana; sua edad tierna; su belleza mucha. (Esta sucedió el año de 1629).» Cabe aqui a bela referência à sua consorte, que foi durante trinta e cinco anos o apoio moral da sua existência de trabalho extenuante, e a providência doméstica dos seus dez filhos; assim na Égloga XI:

Tu fiel e suave companhia  
Minha, em tanta horrendíssima fortuna  
Que de todo refugio me desvia  
Em que nunca alcancei luz oportuna,  
E em que sempre da dor tive matéria,  
Peregrino por uma e outra Hespéria.

Faria e Sousa carecia de remanso para a sua actividade literária, e resistia ao convite do Marquês de Castelo Rodrigo para o acompanhar a Roma; transigindo pela necessidade, no ano de 1630 foi ao Minho despedir-se de seus velhos pais, e dos sítios que não mais veria. De Lisboa, aonde regressara, dirigiu-se para Madrid, partindo com a Embaixada para Roma em 1631. A corte de Urbano VIII era um foco esplêndido de toda a erudição; ele próprio, consumado latinista, já depois de eleito papa completou os seus estudos da língua e literatura grega, dedicando-se também à cultura da língua hebraica, e compunha poesias em latim, grego e em italiano. O seu bibliotecário Leone Allacio, grego natural de Chio, a quem o papa Gregório XV encarregara de recolher a Roma a Livraria de Heidelberg que Maximiliano duque de Baviera tomara na sua invasão do Palatinato em 1622 e a oferecera ao papa, foi pelo novo pontífice nomeado custodiário da Biblioteca do Vaticano, pela sua grande erudição. Foi neste meio que Faria e Sousa, secretário do embaixador Marquês de Castelo Rodrigo, apareceu sendo acolhido na intimidade intelectual de Leone Allaccio, e recebendo-o Urbano VIII e

pedindo-lhe com interesse notícias do *Grande Lope de Vega*. O papa tinha mandado o seu camareiro-mor Conde Castel-Veliani cumprimentar o erudito português. Leone Allaccio escrevera então um catálogo de todos os homens célebres que estavam em Roma de 1631 e 1632 com o título da *Apes urbanae* com a nota bibliográfica dos seus escritos; daqui a aproximação com Faria e Sousa. Neste meio, sentindo-se impellido para os seus estudos, começou a coordenar todas as suas notas colhidas para o *Comentário dos Lusíadas*; e por certo a parte filológica, compreendendo notícias de mitologia, de referências de história clássica, e exemplares de boa poesia italiana para a crítica comparativa, encontraria seguras indicações nas conversações com Leone Allaccio, que veio a ser bibliotecário do Vaticano; Faria e Sousa, para corresponder à amabilidade do Papa, oferece um poemeto celebrando-lhe a coroação; coligiu-o na Parte II das suas Rimas. A consideração que lhe prestavam causou certas invejas, e bastavam as suas conversações para o enredarem em qualquer complicação diplomática; efectivamente saiu de Roma para Madrid em 1634, sendo logo preso à chegada *por inconfidente* em casa de D. Pedro do Vale de Lacerda <sup>158</sup>; tendo desde 1614 até 1634 exercido a função do secretário, redigindo em asiático estilo centenas de cartas de parabéns, de pêsames a várias entidades, entendeu pôr termo a esta ocupação de *escrever trinta anos em vão*. Esteve três meses em cárcere, foi-lhe dada a soltura pelo seu honrado procedimento, tendo por homenagem a cidade, concedendo-lhe Filipe IV sessenta ducados por mês, com faculdade de pedir uma mercê. Pretendendo regressar a Portugal, foi-lhe negada essa faculdade, sob pretexto de assim o exigir o real serviço. Madrid era-lhe então um presídio de homenagem; sentiu-o, quando em 1635 foi detido por ordem de Olivares em uma tentativa de retirada.

Voltou-se para a absorção do seu Comentário aos *Lusíadas*, ao cuidado dos desenhos de retratos, das gravuras de madeira, do arranjo tipográfico e por fim esse longo calvário das censuras eclesiásticas e seculares. E depois de tudo pronto tornou-se-lhe necessário traduzir o Comentário em castelhano, e dedicá-lo a Filipe IV.

Em Março de 1638 apareceu este trabalho de vinte e cinco anos e à custa de sacrifícios pecuniários e de saúde; imediatamente, sem tempo para um cabal

---

<sup>158</sup> No *Hospital das Letras*, alude D. Francisco Manuel de Melo a este caso de Inconfidência:

*Autor*: Também quem rodeia chega, e às vezes primeiro que os que atalham. O suplicante é meu grande amigo Manuel de Faria.

*Quevedo*: Quem lhe fez agravo a um homem tão modesto e tão sabia?

*Bocalino*: O mundo todo inteiro, que sempre esteve mal consigo e com todos, por não errar os inimigos, em cujo traje às vezes acomodava os amigos e benfeitores, *segundo o pavor que se tomou em Roma e Castela de suas inteligências com o Papa*.

*Quevedo*: Deixemos perigosas matérias de estado, não pertencentes a Coplistas; que por muito menos que isto, me mandou prender o Conde Duque, e teve apertadíssimo quatro anos em prisão do Convento de S. Marcos em Leão.

*Autor*: Quase dessa maneira procederam os trabalhos ainda mais urgente de Faria.

*Bocalino*: Não tem que se nos queixar desses, pois são de outra jurisdição.

*Quevedo*: Mais lhe doerá a esse pobre sua pobreza, de que foi observantíssimo em todo o estado.

(*Apólogos Dialogais*, p. 252 e 254)

Na Égloga II, a D. Leonor de Sá e Meneses, Condessa de Miranda, escreve no argumento:

Incerto, vago, errante, peregrino  
Me traz a fatal Roda  
Da Insolente Fortuna  
Soberba, inexorável, importuna.  
Por toda Espanha, por Itália toda.

conhecimento da obra, D. Agostinho Manuel denuncia os Comentários dos *Lusíadas* à Inquisição, secundando-o nesta malvadez o gramático Manuel Pires de Almeida, ambos levados de ressentimentos pessoais de Manuel de Faria e Sousa, um porque ele lhe notara plágios de Camões nos seus versos, este outro porque o comentador negava os erros que notara nos versos ou frases de Camões. O efeito da denúncia seria o suprimir o Santo Ofício os Comentários dos *Lusíadas*, ou proibir a sua leitura, tornando suspeita a obra, ou mesmo chamar Faria e Sousa ao cárcere penitencial. O momento era asado para a denúncia, porque então o *Índice Expurgatório dos Livros* estava sendo renovado pela Inquisição. Como os teólogos espanhóis não achassem fundamentada a denúncia, os mesquinhos acusadores recorreram à Mesa pequena do Santo Ofício em Lisboa, e conseguiram que, sem Faria e Sousa ser ouvido, ordenassem os Padres revedores de livros, fossem recolhidos os Comentários por conterem proposições irreligiosas. Era um completo naufrágio para a empresa. Valeu-lhe o Capelão-mor D. Álvaro de Castro e mesmo Frei Francisco Brandão, que intervieram, sendo por isso procurado e lido o Comentário com mais interesse. Juromenha publicou algumas cartas de Faria e Sousa a Frei Francisco Brandão, referindo-se a esse êxito: «eu mesmo me admiro da aceitação do Comento, e que com esperar que a não tivesse pequena, nunca me passou pelo pensamento que fosse tanta;...» (Madrid, 26 de Julho de 1639). E agradecendo ao cronista o ânimo em que está da defesa do Comento, diz que o merece «em referencia ao *altíssimo poeta*... E inimigos meus, que aqui o acusavam antes de o ler, o tiveram por maravilhoso depois de lido. – A mim até agora não me passou pelo pensamento responder a cousa que se me diga sobre isto; por que, depois de farto de falar, me meto em casa: Vê, ouve e cala, viverás vida folgada, – e entretanto me chucho o melsinho de ver andar a rodopio tantas cartas de tontos em toda a Espanha, só de desatinados com o Comento, que, se eles não foram tontos, houveram de calar só por não gloriar-me». (*Ib.*, 24 de Agosto, 1639). Em 1640, com data de 12 de Novembro (da última censura eclesiástica), publicou Faria e Sousa uma apologia, *Informacion* sobre a odiosa denúncia. Poucos dias faltavam para dar-se esse acontecimento, cujo impulso moral derivava do sentimento nacional redivivo nos *Lusíadas*.

No *Hospital das Letras* D. Francisco Manuel de Melo alude pitorescamente a esta polémica:

«*Quevedo*: Vozes soam de grande aflição, mas, se me não engana o eco, portuguesas parecem.

*Bocalino*: Pelo menos não são italianas nem francesas.

*Lípsio*: Quem?

*Autor*: É o pobre LUÍS DE CAMÕES, que está ali lançado a um canto, sem que todos os seus Cantos tão nobremente cantados lhe negociassem melhor jazigo!

*Bocalino*: De que se queixa o famoso poeta português?

*Quevedo*: De nós todos se poderá queixar; por que sendo honra e gloria de Espanha, tão mal tornamos por ele, que se são poucos os que o lêem, são menos os que o entendem.

*Bocalino*: Cuidei que se queixava de quatro traduções e dons Comentadores que o têm posto na espinha.

.....  
*Lípsio*: E os Comentos?

*Autor*: São dous, e nenhum santo; de Manuel Correia o primeiro e de Manuel de Faria o segundo.

*Lípsio*: E que tais?

*Autor:* Um, breve e repreensível; e outro dizem que repreensível e longo, mas eu sou tão amigo de quem os fez, que ainda me parece breve, não o sendo o trabalho do seu autor, que por mais de vinte anos estudou esse livro.

*Lípsio:* Negócios grandes, antes se ofendem que lisonjeiam da brevidade; esses livros que tratam imensas matérias, têm por qualidade principal serem difusos;...»

«*Quevedo:* Direi o que vi do Comento de Faria; que sobre ser eruditíssimo, affectou excessivamente a prova de algumas opiniões improváveis, que o fizeram resvalar a perigoso, como de muitos varões doutos e pios foi julgado.

*Autor:* Há mais certos Comentos manuscritos...

*Bocalino:* Todos portugueses?

*Autor:* Todos; porque se o melhor remendo é o do patino próprio, a pior bainha é a do mesmo pau. O abade João Soares de Brito e o sacristão Manuel Pires levantaram sobre o triste Camões novo Aqui-del-rei, com uma apologia e uma Defesa, que Deus lhes perde. Fora outras demandas e respostas ou libelos e contrariedades que sobre o seu Comento se puseram, D. Agostinho Manuel e o mesmo Comentador Manuel de Faria e Sousa.» (*Apólogo Dial.*, p. 302 a 307).

Pela Revolução de 1640 foi proibida a saída de Espanha a todos os portugueses, contra os quais se estabeleceu uma terrível espionagem. Ignorando este facto, Camilo, increpou injustamente: «Restaurado o trono português em 1640, Faria e Sousa continuou a residir em Madrid. Se o desejo de se ver com portugueses restaurados era enérgico, certo que não foi tanto que o impelisse como a D. Francisco Manuel de Melo.» (*Curso*, p. 78). Só militares conseguiram sair de Espanha, requerendo para servir em Itália ou em Flandres, desertando daí para Inglaterra, donde regressavam a Portugal. Era impossível ao pobre Faria e Sousa este audaz estratagema.

Pela Revolução de Portugal a curiosidade pública desviou-se do Comentário dos *Lusíadas*, e Faria e Sousa achou-se com sua família em grande falência de recursos. Não era favorável a sação aos poetas, que enxameavam em uma inconsciente mediocridade; D. Francisco Manuel por isso explica a situação dos pedintes, pondo nos lábios de *Bocalino*: «Essa é já manha velha dos Poetas mendicantes, entre os quais Manuel de Faria e Sousa poderia bem ser Reitor. – Ora, galantes homens são os Poetas! Todos vereis queixar da malícia dos tempos e da avareza dos Príncipes; eu provo, que nunca os tempos foram menos maliciosos, nem os Príncipes menos avaros; se não, dizei-me, como podem os tempos deixar de ser muito bem inclinados, se eles sofrem tal quantidade de desvarios, como no mundo correm com o nome de Poesia! E como deixariam os Príncipes de ser agora mais liberais, se os Poetas são tantos, que não há monarca no mundo que tenha hoje para poder dar um almoço cada ano aos Poetas da sua freguesia! – mas hoje, que se comutaram a Poetas as sete pragas do Egipto, quem quereis vós que os farte, quanto mais quem os esqueça!» (*Apól. Dial.*, p. 354).

Na sua angustiada situação, o Marquês de Monte Belo, Félix Machado Castro e Silva, escritor genealogista e fidalgo do Minho, que residia em Madrid, acolheu no seu opulento palácio a Manuel de Faria e Sousa e sua família, em 1643. Procedeu como um verdadeiro Senhor de Entre Homem e Cávado, dos Solares de Castro, de Vasconcelos e da Comenda de Coucieiro na Ordem de Cristo. Faria e Sousa tinha-o celebrado na sua Égloga IV intitulada *Araduca* (a antiga Guimarães), e na Égloga III, celebrara a Marquesa de Monte Belo D. Violante de Orozco, terminando um Soneto fechado pela

graciosidade camoniana:

Que a Lusitana Lira sonora  
Por ti só disse, que o Amor queria  
*Viola antes* que lírio, nem que ‘rosa.

Uma filha de Faria e Sousa era admirada em Madrid como exímia cantora, D. Luísa de Faria, e esmaltava os salões dos Marqueses de Montebelo; o próprio poeta chegou a compor duas Églogas na linguagem rústica da província do Minho, que seriam de um efeito artístico lidas pelo saudoso ausente do pátrio Vizela. Não havia falta de pundonor em receber a franca hospedagem do seu compatriota Marquês de Montebelo, onde aí lhe fecharam piedosamente os olhos ao fim de dois anos de torturante doença, que o Marquês escreveu num apontamento especial.

Em 1644 imprimiu Faria e Sousa a Parte IV da *Fuente de Aganipe*, dedicada a D. Gregório de Castelo Branco, *Conde de Vila Nova e da Sortelha*, senhor da antiquíssima Casa de Góis e Guarda-mor de Sua Majestade nos Reinos de Portugal. Por esta dedicatória se deduz que ele estava então casado com D. Branca da Silveira, Condessa da Sortelha e sua sobrinha. Donde proviriam estas relações? Cremos que do tempo em que o Conde de Vila Nova se refugiara em Madrid por ter envenenado a sua primeira consorte, tendo regressado a Portugal em 1641, após a Revolução. Nesta dedicatória, declara Faria ter impresso esta parte dos seus versos à custa de D. Gregório, que dera asas de ouro à sua musa para voar. Mas estas relações explicam-nos como Faria e Sousa entrou em correspondência com D. João IV. Essa correspondência foi considerada como de espionagem e de informações políticas. Camilo incutiu-lhe em brasa o ferrete de traidor, de vil espião. Essa correspondência tratava de compras de composições musicais, que D. João IV ambicionava para a sua incomparável Livraria. Joaquim de Vasconcelos publicou uma dessas cartas, que D. João IV dirigiu ao Marquês de Nisa, em Paris, datada de 29 de Agosto de 1648, prevenindo-o de que Gaspar de Faria lhe fará entregar 400\$000 rs. para pagar a Manuel de Faria e Sousa «*algumas curiosidades de Música*». E na carta de Gaspar de Faria Severim, ao Marquês, lê-se: «S. Majestade que d. g. me manda remeter a V. S. a letra de cem, que com esta será de mil cruzados, para Manuel de Faria e Sousa, que assiste em Madrid, por cuja via quer algumas copias de papeis de Musica, que deseja e entende alcançar por sua industria de um grande Musico português que vive naquela corte, de alcunha *O safio*, que o serviu em Vila Viçosa neste ministério. Ordena que lhe enviem logo cem mil reis e o restante fique em poder de V. S. para se lhe irem remetendo assi como forem vindo os papeis a poder de V. S. Bem sabe V. S. o gosto que lhe dá em lhe alcançar estas curiosidades...» (10 de Setembro, de 1648).<sup>159</sup>

As curiosidades musicais que tanto interessavam a D. João IV, aparecem indicadas em carta de Gaspar Severim de Faria ao Marquês de Nisa, e lembrando o auxílio de Manuel de Faria e Sousa: «Com esta envio a V. S. carta de S. Maj. com um papel de obras que tem de Carlos Patinho e diz-me que envie a V. S., que estimara que V. S. as haja dele, remetendo este papel a pessoa que lhas tire com toda a boa execução e que lhas pague muito bem; e que isto poderia fazer muito bem Manuel de Faria e Sousa, se ele viesse por estas partes ou por França ou pelas outras Províncias, que não fosse a d’Alentejo, porque ora Badajoz toma muitas vezes. V. S. destro é para esta diligencia com o cuidado que V. S. tem de me dar gosto. Guarde Deus a V. S. muitos

---

<sup>159</sup> Ap. Joaquim de Vasconcelos, *El-Rei D. João o IV*, p. 94-5. Porto, 1900.

anos. Lisboa, 29 de Janeiro de 1648.» (Ap, Vasc., *op. cit.*, p. 83).

O papel referido das Músicas do mestre Carlos Patinho, contém a indicação de todas as obras dele que D. João IV já possuía, para não virem duplicadas, 3 Missas, 1 Magnificat, tonos, motetes e salmos; numerosos Vilancicos da Natividade, de Nossa Senhora, de SS. Sacramento e dos Reis. Aquelas que deviam obter são catorze Vilancicos designados pelo primeiro verso. (Vasc. *ib.*, p. 94). Empenhava-se extremamente D. João IV em obter todas as composições do maestro *Capitan* e em especial a obra teórica do *Parque de Música*. Para estes intentos contava com a capacidade de Faria e Sousa, que estava no penúltimo ano do seu padecimento. O 4º Conde de Ericeira conheceu a existência de cartas trocadas entre o rei e Faria e Sousa, e supôs que eram «com as notícias mais seguras e os avisos mais ocultos e os conselhos mais prudentes...». Não imaginava que D. João IV ligasse à Música uma importância acima da política; Camilo, apontando as palavras de Ericeira, prorrompe: «Por conseguinte – *Espião*.» (*Curso*, p. 79). Para nós ainda hoje essas curiosidades musicais teriam um vivo interesse, como os Tonos compostos por Fr. Bartolomeu da Cruz sobre poesias de Camões, de que diz em uma carta: «particularmente con el postrero que hice cuya letra es del Camões (como todas), que dize:

Falso cavallero ingrato  
Enganaes-me...»

(Vasc., *ib.*, p. 18)

Pela data desta carta, vê-se que Faria e Sousa tocava o penúltimo ano da sua existência, sob os mais implacáveis sofrimentos, tendo «na bexiga cento e cinquenta pedras e um tumor duro como pequena laranja, e com a hipertrofia de um rim e do fígado», como constou da autópsia feita em 3 de Junho de 1649 em que morrera. As encomendas musicais de D. João IV eram desempenhadas por D. Luísa de Faria pela sua competência excepcional. Durante esta prolongada doença, como apontou o Marquês de Montebelo, «atravessou sempre em um perpetuo estudo em a escrição de mais de sessenta livros que escreveu e com dilatar a cura deste mal, de que morreu, – viveu seis anos na minha casa, e nunca o vi colérico – era verdadeiro filósofo cristão em todas as suas acções, inimigo de tudo que não fosse verdade, e por ela padeceu muitos trabalhos». (Ap. Jur., *Cam.*, 1, 340). A viúva trouxe o corpo do marido para Portugal, e seu filho Pedro de Faria foi recebido por uma forma especial, concedendo-se-lhe a mercê de 50\$000 rs. de tença no reguengo de Aguiar, como pessoa benemérita e galardão dos serviços de Manuel de Faria e Sousa. Diante deste diploma também o visconde de Juromenha pende para a suspeita de serviços políticos, segundo o Conde da Ericeira. Como é que um homem, tanto em evidência em Madrid, e aí preso em homenagem, e absorvido nos seus incessantes trabalhos da *Europa Portuguesa*, *Ásia Portuguesa*, *África Portuguesa*, *Comentário às Rimas Várias* de Camões, *Comentário à Ulisseia* de Gabriel Pereira de Castro, afora os trabalhos que queimou pouco antes de sua morte, podia cooperar em qualquer afanosa missão política? A mercê concedida a Pedro de Faria corresponde a uma compra desses inéditos que trouxera para Lisboa, sendo ele mesmo encarregado pelo rei de dirigir a publicação das obras citadas. Juromenha esclarece a situação: «Por motivo da morte de Manuel de Faria e Sousa se passou de Castela a este reino com toda a sua família, seu filho o Capitão Pedro de Faria e Sousa, onde foi bem recebido por el-rei D. João IV, que por alvará de 9 de Março de 1651, lhe fez mercê de um lugar de justiça que estivesse em relação com a sua pessoa, atendendo à falta de meios em que se achava ao ter-se passado de Castela a este reino e

ser filho de pessoa tão benemérita nele pelos escritos e obras que compôs e deu à impressão, e na mesma data lhe faz mais mercê de uma tença de 50\$000 no reguengo de Aguiar.» (*Op. cit.*, I, p. 336). Joaquim de Vasconcelos publicou uma carta dirigida ao Capitão Pedro de Faria, Governador de Castelo de Castra Laboreiro, com data de 11 de Fevereiro de 1653; nela se tratava de contratar um músico castrado (*capon*) que estivera com noventa escudos de salário na igreja de S. Tiago, dizendo «ya lo é oydo e su musica no es mucho avantajada». Esta carta foi pelo Capitão Pedro de Faria remetida ao Visconde de Vila Nova de Cerveira, da Província do Minho, que a mandou ao Secretário das Mercês Gaspar Severim de Faria. (*Vase.*, *op. cit.*, p. 85). Por aqui se vê que o filho de Faria e Sousa ainda era ocupado por D. João IV em assuntos musicais, tratando de negociar em Orense uns *lindos capones* por duzentos ducados, sendo os melhores os de S. Tiago que eram levados à Capela Real. Por qualquer suspeita política, Pedro de Faria foi preso e condenado a degredo para o Brasil, depois da impressão do tomo primeiro da *Ásia Portuguesa*, em 1666; sendo-lhe concedido a seu requerimento pelo Regente D. Pedro II por alvará de 13 de Janeiro de 1672, que tivesse por homenagem a cidade e prosseguisse na publicação das obras de seu pai, sendo possível com os dez volumes que lhe tinham sido furtados. A malevolência suscitada em Espanha contra os *Comentários aos Lusíadas*, continuou-se em Portugal com relação ao inédito *Comentário às Rimas Várias de Camões*, que só alcançaram a publicidade em 1685.

#### MANUEL DE AZEVEDO MORATO

Entre os líricos do século XVII acentua-se o influxo de Camões na beleza do verso e na expressão do sentimento ideal, em que os poetas se achavam espontaneamente *camonianos*, resultando aparecerem nas compilações de D. António Álvares da Cunha e Manuel de Faria e Sousa, encontradas por cancioneiros manuscritos, poesias que foram arrancadas aos seus autores para avolumarem as *Rimas* de Camões. À parte este equívoco, que vai sendo esclarecido por um Cânone crítico, a influência de Camões defendeu os poetas seiscentistas do sincretismo das formas hispano-italianas: o cansado estilo de Cancioneiro cortesanesco de glosar Motes banais, que só se poderiam salvar pela mordacidade satírica, elevou-se parafraseando em glosas os mais belos Sonetos ou as mais majestosas Oitavas de Camões; a forma italiana dos *Poemeti*, também recebeu vida artística desenvolvendo quadros tratados por Camões nos *Lusíadas*, como os episódios de *D. Inês de Castro* e do *Adamastor*. Seguindo esta corrente do gosto, e através de todos os exageros das expressões metafóricas e translatas, de imagens mitológicas afogando a beleza moral da palavra, que é naturalmente melódica e pitoresca, o que escreveu Manuel de Azevedo na segunda metade do século XVII, por esse influxo camoniano sobreviveu ao arcadismo, sendo valorizado pela crítica, vindicando o seu lugar na história literária.

Quando em princípios do século XVIII Matias Pereira da Silva empreendeu formar uma colecção de composições seiscentistas, com o título *A Fénix Renascida ou Obras Poéticas das Melhores Engenhos Portugueses*, «de muitos e singulares manuscritos que viu, trasladou e conferiu, resolveu tirar das sombras do esquecimento em que há tantos anos estavam sepultados» entre outras obras os *Sentimentos de D. Pedro e de D. Inês de Castro*, por UM ANÓNIMO, em 1716.<sup>160</sup>

Neste mesmo ano foi reimpresso este poemeto em Coimbra com o título de

---

<sup>160</sup> *A Fénix renascida*, t. I, p. 92 a 113. Lisboa. Ano MDCCXVI.

*Saudades de D. Inês de Castro*, sendo a licença requerida por João Lopes da Rocha, e sendo pelo censor régio patentado o nome do autor Manuel de Azevedo; assim escreve Lourenço Botelho de Souto Maior no seu parecer oficial: «Os *Sentimentos de D. Inês de Castro e Sentimentos do Príncipe D. Pedro*, que são os dois primeiros troços de Oitavas, que contém este papel, os compôs o licenciado Manuel de Azevedo, depois de andarem muitos anos escritos pela mão de curiosos, se acham já impressos em este mesmo ano de setecentos e dezesseis;... como tiveram já licença de Vossa Majestade para se imprimirem, não aparece razão para que se negue agora ao suplicante João Lopes da Rocha a que pede para os imprimirem de novo em a cidade de Coimbra.» Vê-se que houve o intuito de pôr em evidência o nome de Manuel de Azevedo, que, como Anónimo, podia a sua obra ser confundida com as *Saudades de Lídia e Armido*, do anónimo com que o juntaram na *Fénix*, de 1716. Em alguns manuscritos do século XVII andam trasladados estes dois poemetos, mas com o nome do autor <sup>161</sup>. A competência do censor régio para autenticar a sua afirmativa, é estabelecida pelo erudito Ramos Coelho, apontando Lourenço Botelho de Sotomaior, como sócio da Academia dos *Anónimos*, onde lera e imprimira diversas poesias, e à qual dedicara o *Sistema retórico*. Em Coimbra tornou a ser impresso o poemeto das *Saudades*, em 1734, em tudo conforme à edição de 1716 e pelo mesmo João Lopes da Rocha, tendo por autor o

---

<sup>161</sup> Em um manuscrito de Poesias do século XVII, constando de Romances assonantados, Décimas, Sonetos, e Poemetos em Oitavas, de que nos deu notícia em um longo e consciencioso extracto o sr. Baltasar Dias Coelho, de Viana do Castelo, encontra-se aí trasladado:

*Sentimentos do Príncipe D. Pedro em ausência e morte de D. Inês de Castro*, por Manuel de Azevedo.

*Sentimentos da Rainha D. Inês de Castro em ausência do Príncipe D. Pedro*, por Manuel de Azevedo.

A valiosa colecção seiscentista começa pelo poema *Filís* em dez cantos de António da Fonseca Soares (Fr. António das Chagas), em oitava rima, com 5.869 versos. Vê-se por este número de versos, que é uma das cópias mais antigas do poema, por que contém menos do que o exemplar da Biblioteca da Universidade de Coimbra, 175 versos, sendo dos traslados que escaparam a sequestração pelo próprio autor. Por isto se pode avaliar a data da colecção onde há mais 43 romances de Frei António das Chagas. e composições a factos históricos, como um Poemeto em 384 versos hendecassilabos em oitavas *Ao Marquês de Marialva na gloriosa vitória das Linhas de Elvas, sendo Conde de Cantanhede*. Vários Sonetos ao *nascimento do Sereníssimo Príncipe*; a *D. João de Áustria na batalha em que foi vencido*. Soneto por Socarello; de *D. Tomás de Noronha, a sua mulher, que queria parecer formosa*.

Mas o que prova mais a antiguidade da cópia do poemeto de Manuel de Azevedo é o encontrar-se nesta colecção o poemeto *Despedidas de Lídia e de Armido*, de Fr. Fray Manuel de S. José, religioso graciano, que está impresso na *Fénix Renascida*, t. I, p. 32 (ed. 1716), com o título *Saudades de Lídia e Armido*. Canto heróico por um Anónimo. No manuscrito de Viana do Castelo, consta apenas de um canto com 135 Oitavas; na *Fénix* vem um segundo canto pelo Dr. António Barbosa Bacelar com 40 Oitavas e um Soneto final.

No manuscrito que serviu para a edição do poemeto de Manuel de Azevedo na *Fénix* (t. I, p. 99 a 139, ed. 1716) foi transcrito como *anónimo*; esta circunstância motivou a reedição de Coimbra neste mesmo ano, restituindo-lhe o nome do seu autor *Manuel de Azevedo*, Conimbricense.

O nosso dedicado informador escrevia-nos em 2 de Maio de 1895, de Viana do Castelo: «Eu não creio que seja desconhecido este poema, que deveria ter colocado o seu autor a par dos bons poetas do seu tempo.

«De um *Manuel de Azevedo*, tenho eu ideia, – homem d’armas e não poeta, agente secreto do Conde Duque de Olivares, cujas intrigas arrastaram à morte o desventurado Francisco de Lucena. Infelizmente as épocas coincidem, porque o traidor que andava a soldo do Conde Duque, viveu no tempo em que foi escrito este poema.»

Há outros escritores do mesmo nome, como o teólogo poeta Manuel de Azevedo, mas este problema ficou fundamentalmente estudado pelo académico José Ramos Coelho, e desde 1890 publicados os seus resultados na *História do Infante D. Duarte*.

licenciado Manuel de Azevedo, conimbricense <sup>162</sup>. Por esta referência podem descobrir-se dados históricos para conhecer a biografia deste poeta; vê-se pelas Habilitações de Santo Ofício (Maço 35, nº 774), que Manuel de Azevedo, causídico em Coimbra, pretendia o lugar de advogado dos presos da Inquisição daquela cidade, em 1688; contava pouco mais ou menos setenta anos, chamando-se seus pais Gaspar de Azevedo e Ana Morato. Este apelido de sua mãe justifica a notícia da *Biblioteca Lusitana*, atribuindo o poemeto a Manuel de Azevedo Morato, que prevalece <sup>163</sup>. Ainda na edição de 1744, da Oficina Joaquiniana de Música, reconhece-se por autor o licenciado Manuel de Azevedo, Conimbricense, mas aparece aí pela primeira vez aditada uma *Parte única ou terceira das Saudades e Sentimentos de D. Maria de Lara*. É nesta edição que começa a fabricar-se a lenda de uma imaginária D. Maria de Lara e Meneses, neta ilegítima do Duque de Vila Real e criada em casa de seu tio o primeiro Duque de Caminha, a qual tivera amores com o Infante D. Duarte, irmão de D. João IV, que a rainha D. Luísa contrariara obstinadamente.

À série de documentos laboriosamente fabricados por um ardiloso falsário, que fortificava as fórmulas tabeliônicas e as datas com circunstâncias que por fortuitas, se aceitavam sem discussão, acresceu a adaptação do poemeto do licenciado Manuel de Azevedo como expressão dos amores saudosos de D. Maria de Lara e Meneses inspirada pela ausência do Infante D. Duarte, que militava na Alemanha. Em 1762 chegou ao descaro a burla esboçada em 1745 e 1749, apresentando o título: *Saudades dos Sereníssimos Reis de Portugal D. Pedro e D. Inês de Castro, Escritas por D. Maria de Lara e Meneses, e Outras Obras de Sentimento Próprio*. As dedicatórias fictícias destas edições assoalham os entroncamentos genealógicos, que pelo interesse das peripécias amorosas eram lidos com curiosidade e até credulidade. Adiante resumiremos o longo processo em que Ramos Coelho, que estudou de um modo exaustivo todos os documentos relativos ao Infante D. Duarte, deslindou esta capciosa meada.

Barbosa Machado, conhecedor de toda a actividade literária dos Seiscentistas, considerou o licenciado Manuel de Azevedo Morato «um dos celebres poetas do seu tempo»; e entre as suas obras, «que correm entre as mãos dos eruditos», aponta o poemeto em trinta oitavas *Dafne convertida em loureiro*, e uma Glosa ao Soneto de Camões – Alma minha gentil que te partiste – à morte de um amigo, que foi publicada em 1717. Estas duas formas literárias eram as mais tratadas pelos bons poetas entre 1640 a 1680; são as que figuram na *Fénix renascida*, como o Doutor António Barbosa Bacelar, que também glosou esse mesmo Soneto de Camões (*Fénix*, t. II, p. 56 a 61) e que continuou as *Saudades de Lídia e Armido* (2ª e 3ª parte) começadas por Frei Manuel de S. José, frade graciano. Também Fr. Carlos da Mota, do convento da Graça de Santarém, falecido em 1670 escrevia, segundo a paixão da época, um poemeto intitulado *Saudades de Inês de Castro*. O Doutor António Barbosa Bacelar, graduado em direito civil, era opositor às cátedras da faculdade, tendo exercido lugares na magistratura e ascendendo a Desembargador da Casa da Suplicação em 22 de Novembro de 1661. Nascera aproximadamente em 1610, como Manuel de Azevedo, e floresceram ao mesmo tempo nos currículos escolares. Estavam no gosto dominante as Fábulas tratadas como poemetos, à imitação da *Polifemo*, de Gôngora; vem na *Fénix*, sobre este tema, outro de Francisco de Vasconcelos (t. II, p. 1 a 95) e também por Jacinto Freire de Andrade (t. III, p. 293 a 313), dominando sempre a Oitava rima.

---

<sup>162</sup> Observa Ramos Coelho: «Inocência errou dando como *autor* na de 34 João Lopes da Rocha, quando é o publicador de ambas as edições.» (*Hist. do Infante D. Duarte*, II, 780).

<sup>163</sup> Quando foi reimpresso o tomo I da *Fénix Renascida* em 1746, reproduzia o poema já com o nome do autor Manuel de Azevedo Pereira, com que apareceu também no *Postilhão de Apoio* em 1761.

A versificação do licenciado Manuel de Azevedo é perfeita, e apresenta estrofes sentidas, segundo o seu conhecimento das poesias de Camões, e esses lampejos são intempestivamente manchados pelas sombras dos requintes do cultismo:

Mas Ignês, que por pena só vivia  
Naufragando em soluços cada instante

.....  
Discreta, grave, terna e generosa,  
Que da mesma beleza foi Atlante  
Tenha por menos prenda o ser formosa  
Nos donaires do talhe tão galante,  
Nos alinhos de graça tão vistosa,  
Que topando nas culpas de Narciso,  
Fora sem culpa o seu discreto aviso.

Entre os braços de Pedro, ardente frágua  
Se acosta Ignês sem vida e sem sentido,  
Que multiplica a dor e dobra a mágoa  
Lograr o bem presente, que é perdido;  
Dos olhos solta dois chuveiros de água,  
Oceanos de neve, onde Cupido  
Que da beleza já molhando as velas,  
Chegasse a tempestade até às estrelas.

No meio da exuberância das imagens retóricas e inesperados epítetos, a lembrança do ideal camoniano acorda a beleza da naturalidade; e a par da estrofe com que desenha Camões – na bonina cândida e bela – Inês exangue, descreve Azevedo:

Qual a branca açucena que cortada  
Sentiu do tempo ou ferro a crueldade  
Em seu mesmo candor amortalhada,  
Defunta flor em flor, na flor da idade;  
A quem ficou somente de engraçada  
Os antigos rascunhos da beldade,  
Tal fica a bela Ignês amortecida,  
Sem gala, luz, sem cor, graça nem vida.

Na falsidade da frase mitologicamente figurada, e na ênfase que supre a emoção da realidade, e em que os transportes do sentimento são translações alegóricas quase enigmáticas, apesar de todos estes defeitos, o poemeto do licenciado Manuel de Azevedo é um belo exemplar do género gongórico, de um culteranismo sem esforço, como de quem respirava nessa atmosfera deletéria do seu século. É esta a sua verdade na arte, e por ela sobrevive.

Depois de ter sido publicado e vulgarizado o poemeto das *Saudades de D. Inês de Castro*, em 1716, anonimamente em Lisboa, e Coimbra; em 1734, reconhecido como seu autor *Manuel de Azevedo*, cujo nome aparece nas edições de 1744-745, 1746, e na de 1749, um audacioso falsário, com reservados intuítos, publicou em Lisboa, em 1762, uma nova edição com o título: *Saudades dos Sereníssimos Reis de Portugal D. Pedro e*

*D. Inês de Castro, escritas por D. MARIA DE LARA E MENESES, e outras obras de sentimento próprio.* Na oficina de Pedro Ferreira. Ano MDCCLXII. Na dedicatória – ao Senhor Guilherme Joaquim Pais de Meneses e Bragança, posta em nome de um P.<sup>e</sup> Fernando José Cardoso, reivindica-se para D. Maria de Lara e Meneses a composição das *Saudades* e considera-se Manuel de Azevedo como um plagiário. Em outros exemplares desta mesma edição, foi posta outra dedicatória à Senhora D. Maria de Meneses Lara de Bragança, por Diogo Rangel de Macedo (falecido oito anos antes). Esta dedicatória é uma pura fraude, porque a D. Maria de Meneses Lara, nascida em 14 de Março de 1752, não podia oferecer Rangel de Macedo a edição de 1762, a qual apresenta outra dedicatória ao pai desta menina de dez anos, Guilherme Joaquim Pais de Meneses e Bragança. A dedicatória ao pai, visava a patentear os talentos de escritor, poeta, desenhador e matemático, e entroncado com os Braganças, como descendente de um filho de D. Maria de Lara e Meneses e do Infante D. Duarte. Na dedicatória à filha, a vaidade impudente põe sob o nome do linhagista as afirmações: «Escreveu a senhora *D. Maria de Lara e Menezes*, terceira avó de vossa Senhoria, as *Saudades* da rainha D. Ignês de Castro, empresa que lhe era muito própria *por ter sangue desta rainha.*» Esta preocupação nobiliárquica, é que vai revelar o embuste literário. Na edição das *Saudades* de 1744 e na de 1745, na Imprensa de Bernardo Fernandez Gaio (Oficina Joaquiniana de Música) em que ainda tem como autor Manuel de Azevedo, apareceu pela primeira vez – Seguida da Parte única ou Terceira das *Saudades e Sentimentos de D. Maria de Lara*. Há a forma equivocada de parecer que esta é a autora das *Saudades de D. Inês de Castro*. Nesta mesma imprensa, em 1744 publicava este Guilherme Joaquim Pais de Meneses o seu livro intitulado *Tratado de Pontos de Honra*, em que vem como encómio um Soneto, chamando-lhe:

Prodigioso Menezes, illustre rama  
*Del tronco de los Braganças* celebrados.

De 1745 até 1762, fora da intervenção de Guilherme Joaquim Pais de Meneses (que esteve ausente em Angola até 1759) publicaram-se com o nome de Manuel de Azevedo, a edição de 1746 (na 2.<sup>a</sup> edição do t. I da *Fénix*), a de 1749 e a de 1761 (no *Postilhão de Apoio*). No ano seguinte de 1762, é que Guilherme Joaquim se arroja a tomar o terreno que já tinha marcado em 1744 e 1745, por que tendo trabalhado com baldrocas genealógicas para se aparentar com a Casa de Bragança, inventando uma D. Maria de Lara de Meneses, imaginária neta do Duque de Vila Real, e sobrinha, por parte da mãe, do Duque de Caminha, tomara amores com o Infante D. Duarte, irmão de D. João IV, e dele tivera um filho, casando-se por procuração com o Infante, que estava ausente de Portugal. Fixados pelas suas gírias estes dados, convinha dar-lhes uma base qualquer; D. Francisco Manuel de Melo na *Vida de D. Teodósio* alude aos amores do Infante D. Duarte com uma criada menor da Duquesa de Bragança no paço de Vila Viçosa, e que por tal motivo deixara a companhia do irmão indo para a quinta de Francisco de Lucena. Para tirar a esta referência a inferior situação de criada menor, e identificando o quadro de uma amante ausente com o de D. Inês de Castro, o poemeto de Manuel de Azevedo era um belo elemento para realçar os talentos de D. Maria de Lara de Meneses, dando-lhe mais ainda o relevo de uma entidade real. Assim servia Guilherme Joaquim Pais o intuito do seu entroncamento heráldico com a Casa de Bragança não só pelas genealogias como por um belo documento literário. Como hábil nesta exploração genealógica para justificar parentescos e alcançar direitos a heranças, achou na vida do Infante D. Duarte a brecha para o seu assalto, já aproveitada por outros. Escreve Ramos Coelho: «no ano de 1645 o Conde de Vidigueira recebeu *uma*

*carta de um homem que se dizia filho do Infante* para apanhar talvez algum dinheiro, imaginando que por estar este prezo, não se podia averiguar a verdade, na qual pedia-lhe encaminhasse a resposta para certo sujeito. Avisou logo o Conde Sua Alteza da ocorrência, e o Infante apressou-se a responder-lhe por meio de Taquet, que tal filho não tinha, a não ser que Deus lho houvesse tirado de alguma costela, como fez a Adão para formar Eva, e que escrevesse ao dito sujeito que tudo era engano e velhacaria. Nem se contentou de rejeitar a paternidade; concluiu até que o impostor devia ser um moço que o servira a ele e a seus irmãos no tempo do duque D. Teodósio, filho de um inglês e de uma portuguesa, o qual, cativo dos mouros, fingiu em Argel vários pais cuidando melhorar de partido, pelo que não facilitou, dificultou a liberdade, pois com as invenções aumentou cada vez mais a soma exigida pelo seu resgate.» (*Ms. da Bibl. de Évora*. Ap. Ramos Coelho, t. II, p. 788). Guilherme Joaquim Pais, engenheiro, matemático, desenhador e poeta tinha as melhores condições para servir os seus fumos heráldicos e interesses litigiosos. Neste caso de D. Maria de Lara, juntaram-se estes dois processos; assim escreve Ramos Coelho: «Houve pois dois trabalhos em parte isolados, tendentes ambos ao fim de engrandecer-se a descendência de D. Maria de Lara, aparentando-a pelo casamento desta com o Infante D. Duarte com os reis portugueses; tiveram ambos idênticas bases no dito casamento e no nascimento de...; encontraram-se até em varias circunstâncias e empregaram diversos meios para atingir o alvo a que miravam, fingindo diplomas régios, decretos, alvarás, mercês, certidões, cartas, autoridades e sucessos, que se destroem a si mesmos, apenas se aproximam e examinam uns à luz dos outros, e todos à luz da critica.» (Ramos Coelho, *op. cit.*, II, 792). Neste trabalho foi Guilherme Joaquim Pais auxiliado por seu irmão Francisco Xavier Pais de Meneses, trabalhando ambos em litígios, em que foram as suas alegações julgadas incoerentes e falsas por sentença, em que os advogados abandonavam a causa por conhecerem a burla e dos documentos que apresentavam, escrevia um advogado, que não só havia falsidades suspeitadas pelo costume destas aleivosias, tendo perdido o pejo descaradamente ante o público dos auditórios e na presença dos magistrados. (Ramos Coelho, *op. cit.*, p. 806 a 811). Esses documentos relativos ao caso genealógico do parentesco com D. Maria de Lara e seus amores vieram no fim do século XVIII parar à mão do ferrenho compilador Fr. Vicente Salgado, cujo espólio veio para a Academia das Ciências, e donde os copiou e publicou em 1843, outro ferrenho compilador de antigualhas António Joaquim Moreira. Além destes documentos fabricados, que as regras da diplomática anulam, acrescem os que foram inventados nos prólogos em dedicatórias das *Saudades* de 1744, 1745 e 1762, desconhecendo a carta apócrifa de 20 de Dezembro de 1634, em que D. Maria de Lara dava parte ao seu amante que escrevera e lhe enviava esses versos dos seus *Sentimentos*.

A publicação destes pseudo-documentos por António Joaquim Moreira no IV tomo de uma História de Portugal (traz poucos capítulos de Shaeffer) de Domingues de Mendonça, que lhe deu um relevo romanesco, veio acordar a imaginativa de José Silvestre Ribeiro, de Luís Augusto Palmeirim, e até o próprio autor do *Dicionário Bibliográfico* acusa Barbosa Machado, por não ter dado lugar de honra a D. Maria de Lara Meneses, tendo dado notícia de Manuel de Azevedo. E incorporando-a na sua obra, escreve: «D. Maria de Lara é, segundo se afirma, a verdadeira autora dos *Sentimentos ou Saudades de D. Ignês de Castro*, que... foram varias vezes (impressos) com o nome do licenciado Manuel de Azevedo.

«Há porém duas edições das referidas *Saudades* (1144 e 1762), e cujos títulos transcreverei aqui miudamente confrontados, *por serem uma e outra documentos únicos que podem contribuir para elucidação* destas espécies ignoradas...» Eram justamente esses prólogos e dedicatórias, que desnorteavam a crítica, e dos quais o próprio

Inocência foi vítima. E destituindo o verdadeiro autor Manuel de Azevedo Morato, conclui Inocência: «Afinal parece que a verdadeira autora destes cantos fora D. Maria de Lara e Menezes, filha do Duque de Caminha e casada, segundo se afirma, com o Infante D. Duarte.»

«E ainda, apesar de tudo, se fez uma nova edição das *Saudades* em 1824, creio que na tipografia Rollandiana, em que se dá por autor Manuel de Azevedo». A este propósito escreve Ramos Coelho, que estudou capitalmente este episódio na *História do Infante D. Duarte* (t. II, p. 739 a 822): «Este espanto de Inocência, para que não há nenhum motivo e a maneira como menospreza o licenciado não pondo nem ao menos no artigo respectivo as edições que lhe pertenciam –mostram a mal empregada e indesculpável fé que prestou as mentiras das copias de Salgado e dos prólogos e dedicatórias das *Saudades*.» (*Op. cit.*, p. 802).

Como os documentos copiados por Frei Vicente Salgado acerca do nascimento, amores e casamento de D. Maria nada dizem do poemeto das *Saudades*, era natural que os autores do prólogo e dedicatórias das edições de 1744, 1745 e 1762, ajuntando-lhe uma Terceira parte com o nome de D. Maria de Lara, fabricassem umas Oitavas simulando o mesmo estilo de Manuel de Azevedo, e acentuando os tópicos novelescos do seu amor. Demais, Guilherme Joaquim Pais também fazia versos. Ramos Coelho, examinando essas Oitavas, assegura que – «essas poesias nada têm que se aplique aos seus amores e casamento com o Infante: que tendo o nome de saudades não exprimem nem saudade nem outro algum sentimento consentâneo...» As rubricas em prosa acompanhando os versos dizem coisas que se não tratam nos versos, ou até os contrariam; sob a rubrica *ao mesmo pesar*, a poesia vê-se que é feita a um esposo que chorava a morte da esposa:

Mas vós, a quem a dor custa mais caro,  
Direi do dano dela atormentado,  
Que não corais da esposa o rico amparo,  
Mais que corais a vós desamparado.

Restituído o poemeto ao seu autor Manuel de Azevedo Morato e à época seiscentista, apura-se filologicamente como sobre um facto banal se desenvolve uma legenda, que tomando visos de realidade se transforma em história.

## B) Os Líricos culteranistas

ANTÓNIO DA FONSECA SOARES  
(FREI ANTÓNIO DAS CHAGAS)

No *Hospital das Letras*, D. Francisco Manuel de Melo, ao caracterizar os seiscentistas, destaca uma classe pela forma lírica que insistentemente cultivaram: «Vejo aqui grande tropel de *Poetas romancistas*...» (p. 360). Compreendia todos aqueles que versejavam nos metros de redondilha em assonâncias simulcadentes, segundo o gosto dos Romances castelhanos, de uma grande facilidade e exuberância narrativa ou descritiva. A eles se refere mais adiante o autor das musas de *Melodino*: «Poetas há, e não poucos, porque se pode passar como cão por vinha vindimada, porque jamais a sua vinha dá fruto que apeteça à curiosidade.» (*Ibid.*, p. 393). Neste tropel dos poetas *romancistas* se confundiu e ficou por muito tempo esquecido António da

Fonseca Soares, apesar das numerosas cópias dos seus versos espalhadas por manuscritos dos fins do século XVII e todo o século XVIII; ele mesmo na sua conversão para a vida ascética em que se tornou uma individualidade histórica com o nome de Frei António das Chagas, tratou de apagar esses lampejos de uma imaginação ardente que o aproximava de Gôngora, o seu glorioso modelo. Por esta circunstância merecia ser estudado o melhor representante do lirismo gongórico em Portugal; e mesmo porque o sentimento amoroso toma uma nova expressão com as doutrinas teológicas do Amor divino. D. Francisco Manuel de Melo define bem esta imitação de Gôngora: «Todos os que em seus dias e depois deles versificamos, *temos tomado seu estilo como traslado* de Palatino, Barata ou Mirante, para ver se poderíamos escrever imitando aquela alteza, que justamente é majestade; poucos o conseguiram, precipitados como demónios do resplendor às trevas, donde disseram muitos mal intencionados, que este engenho viera para maior dano que proveito do mundo; pondo somente os olhos nos desbaratados e não nos instruídos.» (*Ib.*, p. 323). Todo esse lirismo gongórico refulge nos Romances de António da Fonseca Soares, que se ocultou sob a cúgula monástica de asceta varatojano; neles deve existir a vibração sensorial da sua vida mundana, o drama passionai que se transformou em ardente apostolado. Como achar essa nota viva no meio da farfalhada monótona do tropel dos poetas romancistas do século XVII? Felizmente esta fase ignorada da vida, que se sintetiza no renome de *Capitão Bonina*, com que as damas o condecoraram, acha-se hoje bem estudada<sup>164</sup>, facilitando a sua colocação primacial no grupo seiscentista, e integrando-se com a fase ascética de Frei António das Chagas, o *lonas*, *Soldado-Poeta e Frade*, como maliciosamente o designava o seu contemporâneo Padre António Vieira.

1º *O Capitão Bonina*. – O nascimento de António da Fonseca Soares liga-se à convulsão das lutas religiosas em Inglaterra sob Carlos 1; o rei procurava fortalecer-se com todos os privilégios do absolutismo, apoiando-se para isso no restabelecimento da igreja anglicana, no papismo; o parlamento e as comunas, reivindicando as liberdades civis, sustentavam a igreja presbiteriana. Foram em 1628 e 1629 que romperam estas lutas, em que o rei se atreveu à perseguição dos protestantes. Vivia na Irlanda católica o castelhano D. Terêncio de Zuniga, e antevendo os morticínios que tinham fatalmente de dar-se, resolveu afastar sua filha Helena Elvira de Zuniga para um país católico, ficando ele mais livre para sacrificar-se à causa do papismo, que então pregava o fanático Land. Achando-se restabelecida a paz entre a Inglaterra e a Espanha, Zuniga achou meio de vir para Portugal sua filha, sendo confiada, por influências católicas, à Condessa da Vidigueira, D. Leonor Coutinho, que prontamente lhe arranjou marido. Casou pois Helena Elvira de Zuniga com o bacharel António Soares de Figueiroa, que vivia na Vila da Vidigueira, onde se conservou até ao nascimento do seu segundo génito, em 25 de Junho de 1631, das «*três para as quatro horas da madrugada*», como passados anos referia em uma carta António da Fonseca Soares. Pode já inferir-se que esse fanatismo religioso a que se votara seu avô D. Terêncio e os sustos de sua mãe foragida em uma vila do Alentejo, entre estranhos, lhe transmitiram essa tendência para a credulidade que veio a tornar-se exclusiva pelas decepções do amor. A psicose religiosa tornou-se extensiva à família, como observa Alberto Pimentel: «Quase toda a família, irmãos, irmãs, sobrinhos foram a seu exemplo, atraídos à vida monástica... (*Op. cit.*, p. 125).

Passadas sete semanas depois do nascimento deste segundo filho, foi o doutor

---

<sup>164</sup> Alberto Pimentel, *Vida Mundana de um Frade Virtuoso* (Perfil histórico do século XVII), Lisboa, 1890. In-8.º, de 161 p. e Fac-simile. – No exemplar com que nos distinguiu escreveu: «*A Teófilo Braga o maior e melhor apreciador destes trabalhos.*» Ao fim de vinte e cinco anos entra em construção este primoroso estudo.

António Soares de Figueiroa despachado juiz de fora de Vila Nova de Portimão, no Algarve, onde proliferou abençoadamente. Ai passou a infância António da Fonseca; na sua família seriam conhecidas as grandes perseguições de Carlos I contra o presbiterianismo da Escócia em 1640, para implantar a ferro e fogo a igreja anglicana. Aos doze anos foi frequentar os estudos médios, gramática latina, retórica e dialéctica no Colégio e Universidade dos Jesuítas em Évora. As lutas depois da Revolução de 1640, que se feriam no Alentejo, acordavam-lhe a paixão pela vida militar, pelo prestígio então dominante dos aventureiros e oficiais de fortuna, que alcançavam altos postos, governos de províncias e fortes prebendas. A dura disciplina do colegial quebrou-se repentinamente; em 1649 faleceu-lhe o pai. Cessaram os recursos da judicatura, e Helena de Zuniga regressou com sua família à vila da Vidigueira. António da Fonseca Soares, apenas conhecedor do latim, que era então a base de toda a cultura, e com tendências para o floreado verbalista de retórica, na desenvoltura dos seus dezoito anos achou-se impelido para a desforra de seis anos de prisão material e subserviência moral do colégio jesuítico. Nos exercícios escolares familiarizara-se com as regras da metrificação, e aos ouvidos lhe tinham chegado, por discussões e admirações, algumas poesias de Gôngora. A poesia foi o filtro mágico com que se lançou às galantarias amorosas, e as raparigas lisonjeavam-se com os seus requebros de envolvente ternura. A sua fecundidade espontânea condiz com os vários estímulos de inspiração, celebrando as Tisbe, Nise, Amarilis, Clori, Lice, Marfisa, e também Francisca, Isabel, Brites, Maricas, Clarinha, Madalena e Leonor. Não o arrebatava uma paixão profunda, nem mesmo nessa *Filis* cuja morte celebra em antíteses:

Ídolo posto em sombras  
Laz morta em nuvens negras,  
Eclipse vivo em tintas,  
Sol desmaiado em trevas...

A falta de um sentimento íntimo era suprida pela vaidade que origina o ciúme, a rivalidade, o ponto de honra, que arrasta para os conflitos da pragmática dos duelos, que estavam em moda. Nesta situação de uma mocidade irreprimível, deu-se um acidente, que veio ensombrar toda a sua existência.

As aventuras amorosas do jovem escolar defrontaram-se com rival mais feliz e segundo o estilo do tempo, achou-se António da Fonseca Soares forçado a um duelo, por fatalidade ficando morto o seu adversário. Em um Romance inédito referindo os ciúmes que sofre, dirige-se sarcasticamente à namorada:

É possível que andeis sempre  
Jogando comigo a choca;  
Não sei que isto seja graça  
Nem por onde o julgueis moda.  
Algum dia heide passar  
Sem que mil carrancas sofra,  
E se achais que é muito um dia,  
Não será sequer uma hora.  
Não queirais da minha vida  
Dar a Deus estreita conta  
Pois vive pouco quem mata  
E morre também quem zomba.

Que vos fiz para que andeis  
De arrufada ou raivosa,  
Ou já voltando-me a cara  
Ou já torcendo-me a boca?  
Sempre para mim irada,  
Se Deus vos fez tão formosa,  
Essa cara há-de estar fusca,  
Esse beijo há-de ser tromba.  
Apenas me vedes, quando,  
Como se eu fantasma fora,  
Subis a *fechar a adula*,  
Desceis a trancar a porta.  
Isto é morte, mais que vida,  
Que sofrimento há que possa,  
Quando, comigo trombuda  
*Ver-vos com outro risonha!*  
Parece que quando o vedes  
Que cobrais uma alma nova,  
E mais que não sereis minha  
Me aflige o não ver-me vosso.  
Não basta por penitencia  
Em verem sortes opostas,  
Que quando a um afago assisto,  
Outro as travessuras logra.  
Isto é vida para turcos,  
Pode haver maior chacota?  
Ele a descobrir as índias  
Eu a carregar as Frotas.  
Sempre por conta dos dois,  
Que corra quereis em todas,  
Pela minha a pôr em carga,  
Pela sua em dar à bomba.  
Quando de raiva me como,  
É justo que ele vos coma;  
Um há-de ser o que gasta,  
Outro há-de ser o que .....  
Sendo tal, *que temo dele*  
*Que a ver-vos mil riscos corra...*  
Não sei em que se conforme  
Andando convosco às voltas,  
Ser ele o que logra as brisas,  
Ser eu o que mando as jóias...

(Romance 33)

As nuvens carregavam-se e a tempestade desabou; António da Fonseca Soares, perto dos vinte anos encontrou-se com um rival, com certeza da mesma idade e bateram-se em duelo, no seu estouvado desvairamento. O padre Manuel Godinho, na biografia do venerável asceta, alude a esse crime, casual erro da mocidade, à *defesa do*

*desafiado*. Para fugir à vindita da família do morto e à penalidade do inesperado desastre, António da Fonseca Soares evadiu-se da Vidigueira e foi homiziar-se em Moura, assentando praça para ficar sob a alçada exclusiva do *foro militar*. Era um recurso frequente. Agora o escolar galanteador aumentava o seu prestígio no elemento feminino com o garbo marcial e com as audácias do profissional da bravura; os versos o denunciavam:

Basta! que estais agravados,  
Meus olhos; ai, que rigor!  
Dizei quem foi o atrevido,  
Dizei quem vos maltratou?  
Prometo *sair a campo*  
*Co'as armas* do meu amor.  
*A pelejar peito a peito*  
Com quem obrou tal rigor.  
*Força a força, braço a braço,*  
*Corpo a corpo,* só por vós,  
Me porei vida *em campanha*,  
Pois que me dais o valor.

(Romance 36)

É característico o Romance que intitula *Sítio amoroso*:

*Toquem arma* as liberdades,  
Ponha-se a vida em *defensa*.  
Que *contra a praça* de uma alma  
Sai à *campanha* a beleza.  
Despede por batedores  
Aqueles vistas travessas,  
Que *a tiros* de luzes chocam  
Dos olhos com as *sentinelas*.  
*A ganhar os postos* saem  
Um as raras altivezas,  
Contra quem não valem nada  
As maiores eminências.  
Os movimentos atacam  
Uma *escaramuça* fresca,  
Pois que até *ferindo fogo*,  
Que matam do ar se experimenta.  
Como acham numa vontade  
*Sítio* para tanta *em preza*  
No *primeiro assalto* d'alma  
A bizzarria se empenha.  
*A bateria* aos sentidos  
Pôs a formosura, que era  
*General da artilheria*  
Que é quem tudo põe em terra.  
Dentro na *praça* o juízo

Servia de inteligência,  
Com que dobrando os *avisos*  
Foi fomentando as entregas.  
Feita a primeira chamada  
De uma hipócrita clemência,  
A quem foram dando ouvidos  
Uns suspiros e ternezas;  
Por ver que se não *rendia*  
Ao partido das finezas.  
*Investiu à escala Vista*  
Todo o *exercito* de prendas.  
Já por toda a parte rodam  
Os alentos e as cruezas  
Chovendo de uns olhos raios  
E de umas pestanas setas.  
Já se perde *a contra escarpa*,  
Porque na estrada encoberto,  
De um coração se faz *forte*  
Uma galharda violência.  
Pelas portas de um sentido  
Fazem logo as vistas *brecha*.  
Por onde já lhe não pára  
Causa enfim que viva seja.  
Nas *muralhas* do alvedrio  
Anda a vontade suspensa,  
De ver que os seus *rendimentos*  
Se empenham na resistência.  
Sobre as rumas e estragos,  
Vendo as *minas*, que estão feitas  
Intentam fazer *sortidas*  
As ultimas labaredas.  
Mas como a peito oprimido  
Ardendo em fogo *rebenta*.  
Pretende nas cortaduras  
Ter de seu mal a defesa.  
Não lhe dão fôlego as iras  
Com que a prevenção soberba  
Nas *baterias* não pára,  
Nas *avançadas* não cessa.  
Vendo-se em fim reduzida  
Já à ultima diferença,  
E as forças deste inimigo  
Que a *sangue e fogo* faz guerra.  
Sobre a *homenagem* da ânsia,  
De *paz tremula a bandeira*  
Com que a vozes de um gemido  
A *pedir quartel* começa.

ESTRIBILHO:

*Bom quartel!* porque uma alma  
A *render-se* intenta;  
A formosura os golpes  
Pare e suspenda,  
Que são *tiros* ociosos  
A *quem se entrega*.

Era censurado D. João IV de não tomar parte na campanha militar do Alentejo, sobretudo pelo efeito moral da sua presença. Para suprir esta deficiência, os apaixonados da causa nacional lembraram-se de subtrair o príncipe D. Teodósio à apatia em que a exaltação religiosa o envolvia, incitando-lhe os bríos, e suscitando-lhe uma visita ao exército em campanha no Alentejo. D. Teodósio compreendeu a oportunidade do momento, mas conheceu que seu pai se melindrava com esse acto; levaram-no a uma resolução súbita em fins de 1650, que se malogrou talvez por denúncia palaciana. Insistindo na sua, o príncipe D. Teodósio saiu em Novembro de 1651 de Lisboa, iludindo a vigilância paterna, e recebido com entusiasmo pelo exército, visitou todos os postos dos diferentes acampamentos, exaltando os ânimos com a sua presença. D. João IV tornou-se implacável contra esta iniciativa do príncipe, como uma violação da autoridade paterna, fazendo-o voltar a Lisboa a pouco menos de dois meses de ausência. t neste curto período de 1651 a começar de 1652, que esse entusiasmo pela presença do príncipe se reflecte na dedicatória em cinco estâncias do poema *Filís*, de António da Fonseca Soares, que roçava pela mesma idade, e militava na campanha do Alentejo. Nos primeiros versos do poema, alude às suas poesias amorosas, os romances, de que já circulavam cópias:

*Yo, que en la flor de mis premeros años  
canté de Amor las dulces tiranias.  
Y en los echizos de agradables dafios  
menti las horas, engané los dias...*

E transitando para a presença do príncipe D. Teodósio nos campos das batalhas faz a antítese com o seu espírito bélico:

*Y vos, Joven illustre, cujas prendas  
Tanto ya de entendido y generoso  
Se compiten .....  
Escuchad, no las armas y furores  
De Marte, que à la patria heroico intento  
Cantar, si no los tragicos amores  
Que expango en dulce líanto, en triste accento;  
Harei si con espiritos mayores  
Me infundis vuestro agrado y vuestro aliento,  
Que dexe el fuego, que mi pecha inflama  
*Mi ruda lira trompa de la Fama.**

O príncipe D. Teodósio falecia pouco tempo depois pela depressão moral causada pela crueza do pai, e António da Fonseca consagrou-lhe o passamento em um belo

soneto cujo primeiro verso – *ignorada razão, fatal mistério* – encerra a essência do facto:

*Acabou, ensinando na altiveza  
Do que foi, que acabou, porque declina  
Todo o ser, que os fins toca da grandeza.*

Era desesperada a luta pela independência nacional contra a invasão castelhana no Alentejo; António da Fonseca ai patenteou o seu heroísmo, como se autentica por uma carta patente de D. Afonso VI de 20 de Janeiro de 1661 «tendo em consideração as qualidades e merecimentos que concorrem na pessoa de António da Fonseca Soares e aos serviços que me tem feito do *ano de seiscentos e cinquenta a esta parte*, achando-se em muitas entradas de Castela, encontros e pelejas que se ofereceram com o inimigo, sendo de sua muita parte de se aprisionarem um tenente e nove soldados com seus cavalos, sinalando-se em todas estas ocasiões com grande valor,...».<sup>165</sup> Nos intervalos das refregas acordam-se-lhe os pruridos poéticos:

*Alarma, alarma, tormentos  
Alerta, alerta, cuidadas!  
Senti, coração, soluças,  
Rompei meus olhas em pranto.  
Senti trágicos assumptos,  
Chorai motivos infaustos,  
Que já para vós são mortos  
Alivias, vistas e aplausos.  
Retumbem funestos ecos,  
Que já senti enlutadas  
Cento a cento os paroxismos,  
E mil a mil os letargos...*

(Romance 16)

Pertencem a estes primeiros anos da vida soldadesca os deliciosos romances de sentimento popular, às deidades plebeias:

*À fonte vai buscar água  
Com um cantara Isabel,  
Deidade rústica e igual  
Na beleza e no desdém.  
Era do loureiro a fonte,  
E foi a primeira vez,  
Que dos raios o loureiro  
Se pôde defendida crer.  
Cantando vai de caminho  
E na fonte ingrata a quer,  
Por não deixar de matar,*

---

<sup>165</sup> *Registo de Alvarás, Patentes, Cartas e Ordens de 1659 a 1662*, vol. XXV, fl. 102. (Achado laborioso na Torre do Tombo, por Alberto Pimentel, *op. cit.*, p. 74).

Matar de sede também...  
De puro ouro é o cabelo,  
Dizem que é ouro de lei  
Mas ela de puro falsa  
Não tem lei para ninguém.  
Logra com tanta grandeza  
O ouro que nela tem,  
Que já solto sobre os ombros,  
Toda lhe fica em anéis.  
Prata brunida é a testa,  
E seu cabelo se vê  
Sobre dourado lhe forma  
Pois sobre ela tem seu ser.  
Negros são seus olhos belas,  
Ou de Angola ou de Guiné,  
Mas são negros de engenho,  
Que só serve de moer...  
Em as faces neve e rosa  
Troca fizeram fiel,  
A neve lhe deu brancura,  
A rosa seu rosicler...  
Venda suas perfeições  
O sol enforçar-se quer  
Que primeiro veste alva  
Quando quer aparecer...  
Vai descalça pelo campo  
E advertência sua é,  
Por desengano das flores  
Levar descalços os pés...

(Romance 45)

Por três anos se prolongou a vida de campanha, embarcando-se para o Brasil, aproveitando a companhia de um desembargador seu parente que ia para a Baía e ao mesmo tempo para se eximir a qualquer vindita da família do morto da Vidigueira. A viagem demorada e enfadonha da carreira do Brasil, com as suas impacientantes calmarias, lançaram-no na concentração moral e no recolhimento subjectivo. Um pródromo da monomania religiosa, em que o espectáculo de uma natureza esplêndida se lhe torna inexpressivo. Lembram-lhe um casamento vantajoso, que repele; conforta-se com os padres da Companhia de Jesus seus antigos mestres, e refugia-se das suas perturbações espirituais entre os frades beneditinos. Era a adaptação ao meio que estava sofrendo, a nostalgia das saudades que novamente o inspira.

Minha saudade, onde estais,  
Que há muito que me não vistes?  
Se me não olhais, respondi-me,  
Se me não falais, ouvi-me.  
Que impossíveis vos escondem?  
Que distancias vos dividem?

Que nem ouvir-vos mereço,  
Nem ver-vos se me permite.  
Quem vos pôs de mim tão longe,  
Quando parece impossível  
Que dos meus olhos se ausente  
Quem dentro n'alma me vive?  
Quem vos pôs tão mal comigo,  
Que andando sempre a fugir-me,  
Nem vos doeis do que chora,  
Nem se vos dá que eu suspire?  
Não fujais de ouvir meus males,  
Ouvir meus suspiros vinde,  
Porque sempre foi discreta  
A conversação de um triste...

.....

Na solidão destes montes  
Desterrado, amante e firme,  
Vivo de um mal que engana,  
Morro de um bem que já tive.  
Busco-vos entre estas penhas,  
Que, como o sois sem me ouvirdes,  
Só entre as penhas presumo  
Que achar-vos será possível.  
Se vos busco entre estas praias,  
Faz a minha ânsia insofrível,  
Que o numero das areias  
O mal das mágoas imite.  
Se ao mar lagrimas levo,  
Maior que o mar onde estive,  
Corre outro mar de meus olhos,  
Pois o pranto é sem limite...  
Se do arvoredos as aves  
Ouvem meus suspiros tristes,  
Em lugar de alegres tonos  
Roucas cadencias exprimem.  
Se corro abraçar as sombras  
Em que meus olhos vos fingem,  
Nem por sombras me consentem  
Ver que em meus braços vos tive.  
Morre o dia, nasce a noite,  
Sem que a minha ânsia expire,  
Morre a noite, o sol renasce  
Sem que esta pena se evite.

.....

Tudo se alegre e renova,  
Por mais d'amores que sentisse;  
Eu sem ver gosto em meus olhos  
Vivo cada vez mais triste.

Desço o vale, chego ao monte,  
Enfim, por mais que varie,  
Sem vós, minha saudade,  
Tudo me ofende e aflige...  
Enfim, minha saudade,  
Aqui morrerei de triste,  
Sem vós, pois vos tenho ausente,  
Sem mim, pois cá vivo triste.

(Romance 10)

Depois desta personificação da Saudade, evoca o Pensamento em que todo se absorve, como em um consolador misticismo:

Vinde cá, meu Pensamento,  
Se é que não andais perdido,  
Pois que não posso ir convosco,  
Quero que fiqueis comigo.  
Bem sabeis que entre os estorvos  
De uma ausência e de um retiro,  
Nem do que padeço fujo,  
Nem ao que desejo sigo.  
Bem sabeis, que entre os pesares,  
De que choro e de que sinto,  
Nem para o martírio morro,  
Nem para o remédio vivo.

.....  
Ainda assim, quando relato  
As razões porque me aflijo,  
No que adquiro fineza  
Se me atribui delito.  
Porém, já, meu Pensamento,  
Nem me queixo nem me admiro,  
Que enfim não são para rescios  
Males tão bem padecidos.  
Os motivos por que peno  
Suavizam tanto o que sinto,  
Que na causa por que morro  
Acho razão por que vivo.

(Romance 13)

Mudando de ritmo faz a prosopopeia de um Suspiro, animando-o das circunstâncias que o provocam:

Onde ides, meu Suspiro,  
Onde ides tão ligeiro,  
Sem mais norte que um louco,

Sem mais guia, que um cego?  
Aonde voais perdido,  
Sem ver que é desacerto,  
Crece mais fogo ao fogo,  
E dar mais vento ao vento?  
Nascestes ainda agora,  
Entre os meus ais, morrendo,  
E já quereis, de ousado,  
Ser de uma alma correio?  
E sendo um desmaio,  
Correis com tanto alento,  
De meu, aos precipícios,  
De Fílis aos extremos.  
Não vedes que o caminho  
Desse veloz desejo,  
Vai por terra de abrolhos,  
Da esperança aos desacertos?...  
Não discorreis que tendes  
Para o mar frágil lenho,  
Para o sol breves azas,  
Para o ar pouco alento?  
Não vedes contra vós  
Erguer-se o mar violento,  
Vestir-se o sol de lutos,  
Encher-se o ar de medos?  
Pois não mais, meu Suspiro,  
Parai e já suspendei-vos,  
Não vades, não, mais longe,  
Tornai, vinde, que é tempo...  
Ficai pois, meu Suspiro,  
Que em tão divino incêndio,  
Fugir da morte é culpa,  
Morrer de frio é prémio.

(Romance 1)

As alegorizações da Ausência têm uma sentida vivacidade, exprimindo a ânsia do regresso. A morte inesperada de D. João IV, e a nova corte da Regente, com uma perspectiva de dificuldades em que Portugal se viu abandonado pela Europa e assaltado furiosamente pelo Castelhana, actuaram no ânimo do garboso militar, para vir à defesa da pátria; é por 1656 que António da Fonseca Soares embarca para Lisboa. Nos fundamentos alegados na carta patente de 20 de Janeiro de 1662, aponta-se um episódio do seu regresso: «em todas as ocasiões com grande valor; e vindo do Brasil na Capitânia, entendeu o General da Frota que a Armada de Inglaterra a esperava dispondo-se a pelejar com ela, pela boa opinião que tinha dele António da Fonseca, o encarregara do castelo de popa...» Referia-se à luta dos Parlamentários.

A Frota não foi atacada, e António da Fonseca Soares entrou logo em acção da guerra defensiva, indo, como se lê na referida patente, «assistir na campanha de Olivença com todo o bom procedimento e satisfação...». Toma parte na conquista da

Praça de Mourão, que celebrou em um poemeto de 62 oitavas *Mourão restaurado em 29 de Outubro de 1657*, e em outro poemeto em 49 oitavas *Aplausos da gloriosa vitória das linhas de Elvas*. Mas a sugestão da frequência das igrejas e dos conventos veio-lhe acordar a juvenil inspiração e o delírio amoroso.

Nas Igrejas é que se tomavam os namoros e campeavam as sécias; Fonseca Soares faz nos seus romances a crónica das suas aventuras galantes:

A San Vicente de Fora  
Lize aos sábados vai,  
Porque beleza tão grande  
Não cabe na corte já.  
Vestida toda à francesa,  
Sai somente por mostrar,  
Que é bem que se Lize é flor  
Flor de Lize seja já.  
É homizio e não rebuço,  
De manto o airoso desfaz,  
Pois pelas vidas que tira  
O sagrado vem buscar.  
Mil sinais leva na cara,  
Porque, se alguém duvidar  
Que a todos mata, repele  
A morte pelos sinais.

.....  
Tanto escândalo a menina  
A todos no templo dá,  
Que entrando todos devotos,  
Sair idolatras faz.  
Guardar pois a alma dela,  
Que o dia em que Lize sai,  
Como a todos é de festa,  
Seja a todos de guardar.

(Romance 59)

Outra cena do mesmo género eroto-ascético:

Maricas foi aos Caetanos  
Uma outava de Natal,  
Inda que o lugar faltava  
Ela se fez bom lugar.  
Entrou dentro, e dentro d'alma  
Entrou com ímpeto tal,  
Que saí fora de mim  
E em mim mais não pude estar.

.....  
A par dela as mais formosas  
Pretendiam assento igual  
E sendo as outras sem conto,

Ela mostrou ser sem par. Etc.

(Romance 60)

E fazendo o retrato de Tisbe, vestida de luto, serve-se de antífrases e locuções populares:

Em as luzes de seus olhos  
Mostrou tão suave influxo,  
Que as almas mete a saque,  
Quando as vidas leva a furto.  
A boquinha, em cuja graça  
Se enleia o melhor discurso,  
Dizer que enfeitiça é pouco,  
Crer que mata não é muito.  
Sapatinho a la moda,  
Que atropela todo o mundo,  
Faz com pouco mais de nada  
Gato sapato de tudo...

(Romance 61)

Foi Clóris a San Francisco,  
E foi de luto esta vez,  
Por mostrar que a tal beleza  
Nada pôde escurecer.

.....

Leva suas contas brancas  
Porque quando as toma, quer  
Deixar em branco os extremos  
Que fazem quantos a vêem.

(Romance 73)

Em decreto de 15 de Janeiro de 1657, mandou a Rainha Regente para «atalhar a inquietação com que se assiste, e o excesso com que falam homens e mulheres nas igrejas, – na porta ou no adro dela, assim homem como mulher, sejam castigados com todo rigor em pena pecuniária, prisão e desterro, se assim o merecer a qualidade do excesso. O Regedor da Casa de Suplicação faça pôr editais nas portas das igrejas...». As mesmas disposições se repetiam em 31 de Janeiro de 1659, e 8 de Junho de 1667, mas tudo ficou letra morta: o costume pode mais que a lei.

Pela referência à *Arrábida*, vê-se que este idílio freirático se passava em Setúbal, em volta do convento de Jesus, onde António da Fonseca Soares despendia a sua inspiração amorosa. Em Romance a Brites bela, recebendo uma carta exprime o seu gozo por termos litúrgicos:

Hoje, que vi vossas letras  
Foi para mim esta carta  
De seguro a meu receio,  
E de guia à esperança.  
Fiquei louco de contente,  
E como em *Quaresma* estava,  
Cuido, achei as *Aleluias*  
Antes da *Semana santa*.  
Acabaram-se as tristezas  
E a *Paixão* de penas tantas,  
E foram vossas notícias  
Para mim alegres *Páscoas*.  
*Ressuscitou* o meu gosto  
Já que *sepultado* andava  
No profundo da saudade  
E no abismo da magoa.  
A *Quaresma* desta ausência  
Mui *penitente* passava,  
Que quem de vós vive ausente  
*Arrependido* se acha.  
*Jejuava* aos alívios,  
De penas me sustentava,  
Eram muitos estes *Passos*  
*As mortificações* raras.  
Ia para traz nos gostos,  
E por *cadeias* levava,  
Nas lagrimas que vertia  
Duas correntes pesadas  
O coração repetia  
*As disciplinas* molhadas

.....  
Té que vosso papel veio  
Com *indulgencia plenária*  
Livrar-me de culpa e pena  
Pois trazia tanta graça...

(Romance 53)

Em um romance a uma dama chamada Francisca, descreve a sua situação na linguagem da ascese franciscana:

Francisca da minha vida,  
Por cuja divina cara,  
Inda que caro me custe,  
Vivo todo à *franciscana*.  
Na *Arrábida* desta ofensa  
Me vão seguindo as distancias,  
Com soluços e desejos,  
Burel de desconfianças.

Com *habito* de paciência  
Estou já tão feito a mágoas,  
Que *conventual* das penas,  
Sou *profano* de desgraças.  
Estou mal, meu doce emprego,  
Que há no *Calvário* desta alma.  
Cada saudade uma *cruz*,  
Cada memória uma *chaga*.  
Das cordas do coração  
Só tu me quebras e arrancas  
Sendo nó cego os soluços,  
Põem-se-me os nós na garganta.  
Sempre *descalço* de alívios,  
Vou pisando em minhas ancias  
Os *abrolhos* de ciúmes,  
A neve das esperanças.  
No *jejum* de teus favores,  
Como se me dão à larga,  
Pôs nas penas agua aos olhos,  
Vão passando *a pão e água*.  
Nas *contas* de meus extremos  
Passo os dias e semanas,  
Por que com tantos me achas,  
Com me *pôr na cruz* me pagas.

.....  
Pois, Francisca de meus olhos,  
Se uma fineza tão rara,  
Já por *penitencia* é digna  
De uma *indulgencia plenária*,  
Permite que torne a ver-te  
Essa peregrina graça,  
E por bem de tê-la à vista  
Não sentirei vê-la ingrata...

Pela notícia de soror Ana Maria do Amor Divino, nas *Memórias Históricas do Mosteiro de Jesus de Setúbal*; «quando era capitão de Infantaria desta praça, no tempo de seus desenfadados por eles mereceu António da Fonseca Soares *o renome de Capitão Bonina*». (Mem. IV, § 22). É um símbolo e uma síntese, que representam e resumem todos os requebros enternecidos do marcial enamorado. Em um dos seus romances inéditos revela-nos como as flores lhe serviam de linguagem alegórica:

Com o favor destas flores  
Quereis, meu bem, que agradeça,  
Se dar-me a flor em venturas  
É desenganar-me delas.  
Se ainda uma flor mais luzida  
É vida uma aurora apenas,  
De um bem que nasce morrendo  
Que frutos uma alma espera?

Se a flor desse *amor perfeito*  
Acaba quando começa  
Num favor que é *maravilha*,  
Como há-de a fê ser *perpetua*?  
Se da condição das flores  
Foi sempre a vossa promessa,  
Como há-de esperar-se os logros  
Se na esperança se seca?  
Em flor me dais esperança  
E nesses fios de seda  
Alma me põe por um fio,  
Dais-me o que me desespera...

(Romance 71)

No Romance em que celebra uma rosa exagera os requintes dos equívocos com que costumava engalanar as suas declarações e confidências:

Para que nasceste, rosa,  
Detém-te em nascer, que morres.  
Que nas flores tens alentos  
Desmaios cruéis da morte.  
No berço florido nasces  
Em que o sepulcro descobres,  
Sendo as mantilhas que vestes  
As mortalhas que te envolvem...  
Quando de aljôfar a Aurora  
Te enfeita a purpura nobre,  
Chora a monarquia breve  
Da for, monarca que morre...  
Não quis que muito durasses,  
Porque a beleza não fosse  
Escandalosa a inveja  
Que se cega em resplandores...  
Se muito tempo tiveras,  
Não te choraram a morte,  
Que o bem que depressa acaba  
É bem que se sinta e chore.

(Romance 75)

Ao fim de onze anos de bom serviço em campanha, é-lhe suprido todo o tempo que lhe faltava para a patente de capitão, sendo-o por carta de 20 de Janeiro de 1661, antes de romper a luta do partido da Regente com o da maioria de D. Afonso VI. Lê-se no referido documento: «e por confiar dele que em tudo de que o encarregar corresponderá inteiramente à confiança que faço de sua pessoa: Hei por bem e me praz de o nomear como por esta carta o nomeio por Capitão de uma Companhia do Terço que de novo mando formar em Setúbal, da qual é Mestre de Campo D. Manuel da

Câmara, o qual posto servirá enquanto o houver por bem e em ele haverá de soldo por mês quarenta cruzados pagos na forma das ordens e todas as honras, graças a preeminências, liberdades, mercês e franquezas que de direito lhe pertencerem. E para ele, António da Fonseca Soares haver de entrar neste posto, lhe hei por suprido todo o tempo de serviço que lhe falta pelo capitulo 15 do Regimento dos Fronteiros no qual dispense com ele sem embargo de se não declarar o que tem de menos. Pelo que ordeno ao Governador das Armas de Setúbal lhe dê a posse desta Companhia, jurando primeiramente de satisfazer as suas obrigações, e ao Mestre de Campo deste Terço lha deixe exercitar livremente e aos mais oficiais e soldados dela obedeçam e guardem suas ordens, como devem e são obrigados e o soldo referido se lhe assentará nos livros a que tocar para lhe ser pago a seus tempos devidos. Por firmeza do que lhe mandei passar esta carta, por mim selada e firmada com o selo grande de minhas armas. Dada na cidade de Lisboa a 20 de Janeiro. João de Mattos a fez no ano do nascimento de Nosso senhor J. C. de 1661. Francisco Pereira da Cunha a fez escrever. – *Rainha.*» Pela apostila a esta carta patente vê-se que a resolução régia data de 27 de Agosto de 1660. Parece que enquanto se criava o Terço pago por Setúbal António da Fonseca Soares foi autorizado à permuta com um capitão do Terço do exército do Minho do Mestre de Campo Álvaro de Azevedo Barreto em 11 de Junho de 1662. Como explicar este afastamento de Setúbal, do campo do seu império afectivo, em que as freiras do Convento de Jesus quase o adoravam? As loucuras do amor são perigosas em cidades marítimas, e segundo o biógrafo padre Manuel Godinho, serviu-lhe um grave achaque de aviso do céu; mais do que isso foi *«ferido por um bacamarte, com que em Setúbal lhe tiraram à queima-roupa, de noite, sem lhe tocar bala alguma no corpo...»*

Ligar-se-ia esta emboscada nocturna em que foi alvo de várias balas ainda à vindicta do duelo da Vidigueira, que se pode também relacionar com a partida brusca para a Baía? É certo que António da Fonseca Soares tratou de *acolher-se ao sagrado*, professando na ordem franciscana da Província do Algarve. Pela data da sua profissão em 19 de Maio de 1663 após o noviciado, vê-se que este se passou desde a permuta para a companhia de um Terço do Minho e justificada então a ausência por uma doença grave. Aqueles vigorosos trinta e dois anos não podem abafar-se sob o burel franciscano; todos os fogos dos seus fátuos amores vão concentrar-se em um sentimento exclusivo e absoluto: *crer*.

2º Jonas: *soldado, poeta e frade*. – Depois de nomeado Capitão do Terço de Setúbal por carta patente de 20 de Janeiro de 1661, António da Fonseca Soares obteve a permutação em data de 11 de Janeiro de 1662 com um capitão de um dos Terços do Minho; nesta transferência visava a preparar a sua entrada na vida monástica, porque em 20 de Maio de 1622 começava o ano do noviciado na Província franciscana do Algarve. A grave doença a que alude o seu biógrafo padre Manuel Godinho fora um recurso para cobrir o seu desaparecimento no ano de noviciado no convento em Évora. Deste passo decisivo ignorado de sua família, diz em Carta: «Meu irmão. Foi Deus servido de querer, que esta ovelha perdida se restituísse ao seu rebanho e conhecesse os seus erros; e desejando de empregar em *melhor guerra* o que me ficava de vida, *troquei o serviço d’Elrei* pelo serviço de Deus. E dia da Ascensão, (*sem que o soubesse ninguém, do mundo*) tomei o habito neste convento de S. Francisco de Évora, donde avisei a minha mãe e a parentes e a Lisboa aos amigos que me faziam mercê; e fico tão consolado com os favores do céu, que os maiores impérios da terra rejeitara eu, se fora grande príncipe... A todos esses senhores meus amigos dai muitas lembranças e pede me recomendem muito a N. Senhor... Dai a minha mãe grandes consolações, persuadindo-a que dê muitas graças a Deus por esta mercê; e ele vos guarde como desejo. Évora, 20 de

Maio de 1662. Irmão e amigo. *Frei António.*»

Este abandono da actividade militar pela vida monacal, no terrível momento em que os exércitos de Filipe IV invadiam o Alentejo, achando-se Portugal abandonado das outras nações, só é explicável pelo egoísmo ascético. No dia em que, decorrido o ano de noviciado, fazia com toda a pompa a profissão na capela-mor da igreja de S. Francisco, em 19 de Maio de 1663, a cidade de Évora achava-se cercada pelo exército comandado por D. João de Áustria, e uma bala de artilharia inimiga foi cair junto de Frei António das Chagas. A cerimónia da profissão foi seguidamente ser continuada na Capela dos Ossos, assim chamada por ser completamente revestida de ossadas humanas, de um efeito aterrador. A cidade de Évora foi tomada por D. João de Áustria, o feliz general bastardo de Filipe IV; mas murcham-se-lhe os louros, porque lhe foi retomada<sup>166</sup>. Neste transe decisivo da independência de Portugal, escrevia F. António das Chagas: «vivo aqui tão satisfeito com o meu estado, que tenho por usura ter deixado pelo burel as ostentações da maior gala e pelos nadas de não ter próprio todos os favores e esperanças de fortuna... Esta vida, que foi a todo o mundo toda escândalos e toda culpas, quisera que fosse agora toda exemplar e toda emendas...» Aquele temperamento activo e impulsivo não podia conformar-se com a vida contemplativa e apática do místico; o estado religioso imprimiu à sua individualidade uma energia moral e material que o elevou a um vulto preponderante da época. Observa Comte, na *Política positiva*: «O estado religioso assenta sobre a condição permanente de duas condições igualmente fundamentais, *amar* e *crer*, que, embora profundamente distintas, devem naturalmente concorrer. Cada uma delas, além da sua própria necessidade, ajunta à outra um complemento indispensável à sua plena eficacidade. Na nossa mesquinha constituição cerebral, a fé não é completa sem o amor, a qualquer grau que chegue a demonstração. Mas em sentido inverso, o melhor coração não pode *amar* uma potência externa cuja existência comporta dúvidas habituais. Só então o *amor* excita a *crer* vencendo o orgulho, a fé dispõe a *amar* prescrevendo a submissão.» (*Op. cit.*, II, p. 17). Segundo as relações destes sentimentos *amar* e *crer*, se manifestaram as doutrinas teológicas da igreja, a *Graça* e as *Obras*, que no século XVI perturbaram os espíritos com a questão da *Graça eficiente*, reaparecendo no século XVII sob um novo aspecto, o *Quietismo* formulado pelo místico espanhol Miguel de Molinos, tornando-o (prep. 28, 41 e seg.) um ascetismo sensual, e o Amor divino tomado como tema das subtilezas culteranistas estimulando uma deslavada poesia religiosa e um lirismo de freiráticos. A esta corrente obedeceu soror Violante do Céu. Fr. António das Chagas, detestando todas as suas poesias do amor mundano, libertou-se dos versos de redondilha e dos romances assonantados, e elevou-se à altura de Frei Luís de Leão, com as suas quatro Elegias na forma italiana do terceto. Mas a vida monacal tornou-se tanto ou mais turbulenta que a militar: pregar, missionar, doutrinar, vias-sacras, penitências, fundações, confissões e correspondência espiritual não lhe deixavam tempo para a idealização poética. Os seus antigos amores eram-lhe lembrado!, o que em extremo o contristava. Descreve Soror Maria do Amor Divino nas *Memórias históricas* do convento de Jesus de Setúbal: «No ano de 1669 pregou uma fervorosa missão nesta vila o venerável Padre Frei António das Chagas, filho desta Província dos Algarves. Como tinha militado nesta Praça, onde fora capitão de Infantaria no tempo dos seus desenfados, que lhe mereceram o renome de *Capitão Bonina*, quando já missionário apostólico em Varatojo, fundação sua, quis aqui vir pregar desenganos com a voz, e corrigir seus escândalos com os exemplos de sua santa vida. Pregou varias vezes em nossa Igreja ao povo, e outras só às freiras à porta

---

<sup>166</sup> Por decreto de 14 de Agosto de 1663 foram proibidas e mandadas recolher as *Oitavas rimas* de André Rodrigues de Matos contra o povo de Évora, advertindo os Desembargadores do Paço para não darem licença sem consultar a obra em que se envolvam coisas do estado ou reputação pública.

fechada.» Uma freira, repetindo uma quadra do tempo do seu fervor poético, Fr. António das Chagas, «parou, cheio do pejo, e na ira santa: – Oh! madre, não repita isso, que foi feito por um doudo». (*Ib.*). Sob este horror aos seus versos amorosos, conta o Bispo de Grão-Pará: «Depois de religioso, sabendo que no mosteiro de S. Bento da Saúde vivia o seu amigo Frei Jerónimo Baía, e que havia copia de seus versos entre aqueles cujos olhos se deviam tão somente ocupar em versos de David no coro, quis rasgá-los, por terem tais coplas muitas profanidades. Não obteve despacho; gracejaram com ele e meteram-no à bulha.» Também Barbosa Machado refere como procurava destruir os traslados do seu poema ainda inédito da *Filis*: «Prometia o venerável padre a quem lhas desse para as reduzir a cinzas, jejuar ou disciplinar-se um anuo por sua tenção.» Toda a sua impetuosidade e improvisação imaginosa irrompeu na prédica de 1672 em diante, dominando as multidões. Estava na pujança dos seus quarenta anos. O famigerado pregador padre António Vieira fala como jesuíta com certo desdém pelo seu rival franciscano:

«Poucos dias antes do ultimo correio, partido aos 13 de Novembro, se tinha em Lisboa hü Jonas prégando: *Adhuc quadraginta dies et Ninive subvertetur*. Este homem (que pode ser seja conhecido de V.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup>) é hum Capitam grão poeta vulgar, chamado antigamente António da Fonseca, o qual se meteu frade de S. Francisco haverá outo ou dez anos, (1663-1665) e hoje se chama Frei António das Chagas. Haverá dois ou três anos começou a pregar apostolicamente exortando à penitencia, mas com cerimonias não usadas dos Apóstolos, como mostrar do púlpito hüa caveira, tocar uma campainha, tirar muitas vezes hü Cristo, dar-se bofetadas, e outras demonstraões semelhantes, com as quais e com a opinião de Santo, leva após si toda Lisboa, prega principalmente na Igreja do Hospital, concorrem fidalgos e senhoras em grande numero, e hüa vez lançou do púlpito entre elas o crucifixo a que se seguiram grandes clamores; e com isto se entende que o dito pregador tem na mão os corações de todos e os poderá mover a quanto quiser, temendo-se que se seguir a opinião ou apreensão vulgar, e se meta no ponto de fê, poderá ocasionar algum alvoroito semelhante ao do tempo de elrei D. Manuel, não longe do mesmo lugar onde prega, e verdadeiramente que a consideração do lugar, a circunstância do tempo, a disposição dos ouvintes, e *ser o lonas soldado, poeta e frade*, e não acudirem a estas extravagancias os que costumam fazei-o com menores fundamentos, prenúncios podem ser de alguma tempestade, que se não se levantou nos primeiros dias, pode ser que se vá armando para o fim dos quarenta, que tantos são os sermões que tem prometido e vai sucessivamente continuando todos os dias.» (P.<sup>o</sup> Vieira, *Carta*, de 1675, de Roma, 1 de Janeiro).

O gesto patético de arrojar o crucifixo ao meio da multidão pávida, iguala a expressão de um Soneto religioso do século XVII, todo formado de antíteses:

#### A CRISTO CRUCIFICADO

Se sois riqueza, como estais despido?  
Se Omnipotente, como desprezado?  
Se Rei, como de espinhos coroadado?  
Se forte, como estais enfraquecido?

Se luz, como a luz tendes perdido?  
Se Sol divino, como eclipsado?  
Se Verbo, como é que estais calado?  
Se vida, como estais amortecido?

Se Deus, estais como homem nessa Cruz!  
Se homem, como dais a um ladrão  
Com tão grande poder posse dos céus?

Ah, que sois Deus e homem, bom Jesus!  
Morrendo por Adão em quanto Adão,  
E redimindo Adão em quanto Deus.

O misticismo não podia encontrar uma época mais adequada para as suas elevações e subtilezas do que o século XVII; escreviam-se por toda a parte livros de piedade. Os requintes do gongorismo prestavam-se à revelação das finezas do amor divino. A face do misticismo nesta época é toda especulativa, como o foi na Escola de Alexandria. Apareceram as palestras e as teses dos conventos, os casos, os escrúpulos, e quanto o admirável Pascal soube cobrir de um eterno ridículo. Ao lerem-se as poesias espirituais de Fr. António das Chagas, que se encontram no, de arrebicado, prolixo livro do padre Manuel Godinho, sobre a vida do venerável religioso, conhece-se o século XVII na poesia e na crença.

O delírio de imagens e sentimentos, às vezes sublime, que caracteriza a poesia de seiscentos, expande-se nas suas elegias. O conceito parece ter nascido da especulação mística. A Península é a terra do misticismo.

Soror Brígida de Santo António, no seu cântico sobre o amor divino<sup>167</sup>, iguala por vezes os mais vertiginosos transportes da Carmelita Doutora. Também Soror Clara de Jesus, religiosa do mosteiro da Madre de Deus, morre recitando aquele terceto de Santa Teresa de Jesus:

Vivo sin vivir en mí  
Y tan alta vida espero,  
Que muero, por que no muero.<sup>168</sup>

Possuidor do horror do claustro, para Frei António das Chagas é o hábito a mortalha, a cela onde se abriga a sepultura; deprime-se, compara-se ao gusano que se esconde no túmulo que vai abrindo. Os desvarios de uma mocidade turbulenta passam-lhe pela imaginação, como uma nuvem que tolda um céu esplêndido e aberto. A primeira elegia é uma alusão à sua vida mundana; António da Fonseca Soares, no século, sacrificava a sua musa às distrações lascivas; abnega dessa glória, quando procura o esquecimento das *loucas cantilenas*, que tantas Madalenas haviam feito. A sua vida é o lugar comum da de todos os ascetas; o hagiógrafo não cessa de tirar-lhe o horóscopo do nome, para fazer em tudo o paralelo com Antão Solitário. *Respondent rebus nomina saepe suis*, disse Ovídio. Pelos nomes do baptismo se descobre o sentimento místico da família na Idade Média. Em todas as idades religiosas existia este horóscopo como se vê nas leis de Manu<sup>169</sup>; na Meia Idade era ele frequente, porque a ascese consistia na *imitação*<sup>170</sup>. O mesmo horóscopo do nome se encontra nas lendas de S. Cristóvão, de S. Renato. Como Antão, o poeta varatojano ficou, quando adolescente, órfão de pai; o que S. Jerónimo diz do patriarca do deserto, o apologista vai aplicando a

---

<sup>167</sup> Jorge Cardoso, *Hagiolôgio Lusitano*, tom. 3, pág. 876.

<sup>168</sup> *Obras*, 1ª parte, pág. 579, ed. Plantiniana.

<sup>169</sup> Leis de Manu, pág. 32, § 31, 33.

<sup>170</sup> Vid. o canto XII do *Paraíso* de Dante, terceto: O padre suo, veramente Felice, etc.

Fr. António das Chagas.

As doutrinas místicas que professava acham-se nas Cartas a suas irmãs, também religiosas, e em vários apotegmas espirituais. Sobre o primeiro passo da ascese diz o poeta: «os bens deste mundo falso e enganoso dita é não chegá-los a possuir mais do que para os desprezar; nem há para que fazer caso mais que daquilo que por Deus se deixa, e só por se deixar se estima.» A sua linguagem é conceituosa e equivocada na descrição, aliás bela e difícil, do amor divino e do estado psíquico. O amor divino é o ideal de toda a poesia mística, o sentimento, como diz Hegel, que só determina o absoluto na forma.

O religioso poeta em tudo encontra imagens para exprimir a saudade do céu: «O caminho de uma alma para Deus parece as vezes espiritualmente como os caminhos da terra; uma hora se vai por campos de flores, outrora por matas de espinhos, ora por vales, ora por serras; o negocio de quem caminha consiste em não parar e ir por diante, ou seja por serras ásperas ou por vales aprazíveis, ou por flores de consolação, ou por espinhos de tribulação, apesar de que picam e magoam. A sua esposa disse o Senhor, que então lhe parecia uma flor, quando a vira entre os espinhos.» Vendo o sol cantava um hino, como a *seu irmão Sol* os sabia modular o serafim de Assis. A terra e o mar, as sombras e a luz, as fontes, os rios, e os descantes das aves, motivavam-lhe os pensamentos do amor divino. As flores lembram-lhe a brevidade da vida, e ela – «que é mais do que uma flor que se murcha, que é mais do que uma luz que se apaga e que é mais do que uma sombra que foge, uma figura que desaparece! Como não que não sente o curso do caminho que vai fazendo, como seta que em um ponto travessa os pontos a que tira, como ave que um momento penetra os ares que voa. Assim como entre espinhos nasce a rosa, assim entre as aflições a graça».

Outras vezes, arrebatado na veemência desse amor, eleva-se na inspiração hímico-ditirâmico de alguns cantos da Igreja; o epíteto converte-se em estrofe, é a ladainha. O que a doutrina mística de Fr. António das Chagas tem de fútil e ridículo mostra-se já nos títulos das suas obras <sup>171</sup>; tinha um tanto daquela faculdade inventiva de Escobar, cuja aberração para o *quietismo* originou a poesia obscena do século XVIII.

As quatro Elegias de Fr. António das Chagas, umas vezes sublimes de sentimentos, outras, manchadas de equívocos, levam-nos a fazer uma ideia mais justa da poesia dessa época, tanto tempo desprezada e escarnecida pelos espíritos pautados nos cânones quintilianescos e tropeços horacianos. A novidade de imagens, o arrojo das metáforas denotam sempre uma actividade intelectual. Aqui o poeta místico vai penitente chorar retirado *nas covas de seus olhos*. Ubique daemon! – foi o eco que restrugiu pelo vácuo do mundo, quando os Deuses se foram. Por isso em tudo há uma tentação para o poeta religioso, que tem um secreto amor com a Natureza que incessantemente combate e afinal aniquila em si; um ribeiro que desliza entre flores, compara-o, inspirado pela tentação, a um *áspide de prata*. Toda a poesia mística deixa sempre esta impressão de desgosto.

A malevolência do P.<sup>e</sup> António Vieira contra Frei António das Chagas provinha do antagonismo político; o jesuíta fora a alma danada da intriga da deposição de D. Afonso VI, favorecendo a causa do *Encoberto*, que veio a ser D. Pedro II, porém o franciscano pregando na corte, no seu fervor evangélico proclamava na presença desse rei: *Non licet*

---

<sup>171</sup> *Escola de Penitentes e flagelo de Pecadores.*  
*Ramalhete espiritual composto com as flores doutriniais.*  
*Desengano do mundo pelo mais desenganado.*  
*Fugido para o deserto o desengano do mundo.*  
*Lágrimas e Suspiros vertidos de um pedernal humano a golpes*  
*de Amor divino.*

*tibi habere uxorem frutis tui!* Para amaciar o ânimo apostólico do varatojano, o poder real ofereceu-lhe a mitra de Lamego; ele recusou-a com simplicidade e firmeza, e não deixou, de condenar a *generatio mala et adultera*, que exacerbava a cólera dos cortesãos que lembravam a D. Pedro II o expediente de mandar atirar ao Tejo o frade. Mais inteligente que esses áulicos, respondia-lhes: «Que faz isso a um *homem que calca mitras?*» Simão de Vasconcelos, irmão do Conde de Castelo Melhor que estava homiziado longe de Portugal, trabalhava para que lhe fosse concedido o regresso à pátria, e entre as pessoas de importância entendeu-se para esse fim com Frei António das Chagas. Em carta de 6 de Novembro de 1679, escrevia Simão de Vasconcelos, dando-lhe conta do que na corte se passava sobre a sua pretensão: «As cousas aqui estão como no passado dizia a V. S., sem alteração que se divulgue. O governo continua da mesma maneira, não faltam queixas...

O Duque (Cadaval) é o tudo aqui, com ele os camaristas;... a Rainha senhora é de tudo, e como faz tanta confiança no Duque, tudo o que nos toca tem ali o maior obstáculo; *assim me dizia Fr. António das Chagas*, que não havia mais que ter paciência, que não se podia esperar do governo presente cousa que não estivesse bem, que ele assim o reconhecia pelo que ouviu, e que só a Ilha da Madeira, V. S. conseguiria, querendo ir para ela, mas que no reino não consentiria a V. S. que quanto a intercessões da Rainha (D. Caterina), eram muito boas, mas que aqui se estimavam pouco, e que caso quer V. S. que delas se façam se o Duque chegou a dizer quando foi do principio destes trabalhos, que se a mandassem para cá, que ali estava o Sacramento e que não convinha romper a guerra com a Inglaterra; dizem que S. M. não pode saber o que lhes convém e que a sua conservação está diante de tudo, e que está só segura não estando V. S. no reino, *em quanto el Rei for vivo*. Isto me disse Fr. António das Chagas com bem mágoa sua, segurando-me que não tinha deixado de dizer tudo o que julgava conveniente e pio a este propósito, assim como a paciência é o melhor remédio para tudo, V. S. se não deve dar por entendido pelo que toca à Rainha (D. Caterina) e antes confiar muito nas suas intercessões para que ela se empenhe sempre em nosso favor...» Simão de Vasconcelos, depois de informar do que lhe dissera Fr. António das Chagas, que *enquanto el-rei for vivo* não podia regressar a Portugal, acrescenta que na corte se tratava de fazer a coroação de S. A. o Regente, não por natural sobrevivência ao irmão, mas *com indústria*. Absorvido na sua intensa prédica, nas penitências das vias-sacras, na disciplina do seu Seminário do Varatojo e missões por diferentes terras, e fundação do Seminário de Brancanes em Setúbal, Fr. António das Chagas caiu em um esgotamento nervoso, que lhe produziu vágados e pequenas síncope, que inanido o prostraram de vez no convento de Varatojo em 20 de Outubro de 1689, com cinquenta anos de idade, dos quais a monomania religiosa hereditária o vitimou pela doença da santidade, em verdade menos simpática do que os *desenfados* do *Capitão Bonina*.

*Soror Violante do Céu*. – E a expressão mais completa do lirismo seiscentista, enquanto aos requerebrados conceitos retóricos, ressumbrando um *quietismo* quase sensual com que traduz as emoções do amor divino, que muitas vezes encobre alegoricamente paixões de freiráticas intrigas. Nasceu em Lisboa, em 30 de Março de 1601, sendo seus pais Manuel da Silveira Montezuma e Helena Franco. Professou no Convento dominicano de N. S. da Rosa em 29 de Agosto de 1630, falecendo depois de sessenta e três anos de clausura em 28 de Janeiro de 1693. A poesia, ao gosto da sua época, foi uma distração na monotonia conventual, sendo as suas composições quase todas escritas em castelhano para as festas da Virgem, Romances e Vilancicos, que eram cantados pelas festas do Natal. Muitos sucessos da corte de D. Pedro II são celebrados nos seus Sonetos e Canções, que foram impressos em 1733 sob o título de *Parnaso de divinos e humanos versos*, em 2 volumes. Apenas publicou em sua vida as

*Rimas várias* em 1646, e os *Versos ascéticos ao S. Sacr. para antes e depois da comunhão*<sup>172</sup>. Em um Vilancico do Nascimento, o quadro é de sensualidade:

Príncipe, que à meia noite  
Saís a rondar amante,  
Porque sempre nesta hora  
É mais certa a soledade;

Não cuideis, que por sairdes  
Tão disfarçado e tão tarde,  
Falta quem logo dê novas  
De um excesso tão notável.

Porque os mesmos que vos servem  
Foram logo pelos ares  
A dizer em altas vozes  
Que sois mui de osso e carne.

.....  
Porque apenas do aposento  
Em que até agora habitastes,  
Saístes sem ser sentido  
Com este lindo disfarce, etc.

(Vil. LVII)

No meio dos assuntos religiosos como Natal, S. João. Santo António, Ascensão, Rosário, envolve assuntos contemporâneos, como o atentado contra D. João IV e o milagre do Crucifixo, a entrada da Rainha D. Luísa para a clausura ao fim da sua regência, o casamento de D. Pedro II, e o nascimento da princesa Isabel, as festas pelo casamento da Infanta D. Catarina com Carlos II de Inglaterra. Tudo isso dá um tom de vida a esses versos em que o sentimento está mais nas palavras requintadas do que na emoção simples.

No *Hospital das Letras* aprecia D. Francisco Manuel de Melo esta poetisa, enfeixando-a com D. Bernarda Ferreira de Lacerda: «*Autor*: Soror Violante do Céu foi compositora desse outro livrinho (*Rimas varias*) feito publico por D. Leonardo: ambas as cousas (*Versos ascéticos*) a meu juízo escusadas, por decoro de duas pessoas religiosas interpostas nesta discreta ociosidade.

«*Quevedo*: No século vi e ouvi muitos versos deste sujeito, e sempre tive para mim que sendo Divino havia parar em o divino, porque o espirito, menos ainda com o sangue, se quer rogado.

«*Autor*: Tem que curar este livro?

---

<sup>172</sup> O *Parnaso* de Sórora Violante do Céu, religiosa dominicana do mosteiro da Rosa foi dedicado pelo editor a Sórora Violante do Céu, religiosa do Convento de Santa Marta «pela identidade do nome com que singularmente se apelida... deixando de parte outras circunstâncias (a principal das quais é dever ao senhor seu pai uma estreitíssima amizade acompanhada de especiais obrigações) me anima a honrar esta edição com dedicar a V. M. as ditas Poesias, para que com tão grande patrocínio e livres do esquecimento a que estavam condenadas, respirem alentos de fama...». Esta Sórora Violante do Céu, de 1730, chamou-se no século D. Leonor de Mascarenhas Barreto, filha segunda dos Condes da Torre, tendo feito o seu noviciado em Lorvão e professado aos dezasseis anos.

«*Bocalino*: Todos os filhos dos filhos de Adão participam dos seus achaques.

«*Autor*: Também logo julgareis por doente um e outro Poema de D. Bernarda, que aqui agora estão, como vos parecem achacosos, os de Violante do Céu?

«*Quevedo*: Ambas vem desse solar por linha direita do talento, que em ambas resplandeceu, e como no Céu se não admite peregrinas impressões, claro está que não pode lá haver achaques.

«*Lípsio*: Muita notícia tenho destas duas poetisas portuguesas, e como é louvor em uma mulher cultivar tão varonilmente o entendimento pela parte laboriosa; porquanto é na data e sumário delas, não foram elas pior aquinhoadas...

«*Quevedo*: Eu, na minha *Culta Latiniparla* e o *Autor* na sua *Carta de Guia* não parece que nos amassamos bem com mulheres Doutoradas, Autoras e Compositoras, porque como dizia um cortesão... mas sem embargo dos embargos, louvemos estas nossas irmãs, e se o seu mal não é melindre, sejam as primeiras a quem se advirta a emenda e receite a mezinha, se de todo o coração a pedem para remédio das suas obras.» (*Apól. Dial.*, p. 393).

O D. Leonardo, a que se refere D. Francisco Manuel de Melo como colector das poesias de Soror Violante é autor de um livro intitulado *Colégio Espiritual da Teologia mística*. Confiou-o à autora do *Parnaso lusitano de divinos e humanos versos*; ela felicitou-o em uma Décima e tendo-lhe oferecido as suas *Deprecações devotas para quando se ouvir missa*, este Colector de Obras da Madre Soror Violante, presta-lhe louvor pelos mesmos consonantes forçados.

D. Francisco Manuel de Melo, no *Hospital das Letras* considerava estes cultores da poesia religiosa como os malfeitores que se refugiavam em lugares sagrados:

«*Autor*: Parece que saiu a trunfo de autores aquáticos; é a *Insulana* de Manuel Tomás, e com ele dous livros mais em verso: a *Vida de Santo Tomás*, seu assumpto, e os *Poemas sacramentais*.

«*Bocalino*: Aqueles que se nos acolhem a sagrado, parece que fogem da justiça, que já por essa causa conhecendo eu ali atrás o livro da *Conceição* de Luís de Abreu Melo, e o de *Santo António* de D. Luís de Tovar, com todos os de *Francisco Lopes Livreiro* e os de Fr. Manuel das Chagas, de propósito não quis perguntar por eles.

«*Lípsio*: Pois isso não há-de ser assim, porque uma vez julgados todos é força que venham à audiência e passe pela rasoura, visto que é para saúde das famas senão das pessoas.» (*Ib.*, p. 387). Vêm pois à audiência:

*D. Francisco de Portugal*. – Filho de D. Lucas de Portugal e de D. Antónia da Silva; sem se lembrar que pertencia à Casa de Vimioso, viveu na corte faustosa de Filipe II, onde apurou a sua graciosidade e espírito que se reflectiu no delicioso livro da *Arte de Galantaria*, tão louvado por Ticknor; Capitão das Armadas do reino, foi mandado à Índia por três vezes, sem receber recompensa, e batalhou em 1624 na restauração da Baía, que os Holandeses tinham assaltado por surpresa. Tomou o hábito de Terceiro de S. Francisco, cultivando a poesia ascética, às vezes inquinada do elemento picaresco ou gosto xacaresco, como lhe chama D. Francisco. Os seus *Divinos e humanos versos* constam de Sonetos, Canções, Oitavas, Sextinas, Romances e Motes em redondilhas na maior parte em castelhano. Faleceu em 5 de Julho de 1632. Sua

consorte, D. Cecília de Portugal, conservou um vasto Cancioneiro dos fins do século XVI, porventura coligido pelo marido. Dele extraiu Juromenha muitas poesias inéditas de Camões e de outros quinhentistas. Jacinto Cordeiro no *Elogio de Poetas Lusitanos*, completando o *Laurel de A polo* de Lope de Vega, consagra-lhe estes versos:

Discreto D. Francisco, sigo en tanto  
Portugal sin igual, cuyo sentido  
Para la elevacion moviendo à espanto,  
El ingenio mas alto y presumido.

D. Francisco Manuel de Melo, no *Hospital das Letras*, depois do elogio do Conde de Vimioso, primeiro D. Francisco de Portugal, acrescenta:

«Autor: O que vos posso afirmar é que esse outro D. Francisco de Portugal, de quem agora tratamos (de Poeta em fora) foi um dos sujeitos de maior aplauso que houve em nosso tempo, assim neste Reino como no de Castela.

*Quevedo*: Pelo Portugal se pode dizer à boca cheia, porque eu sei que era ele estimadissimo na nossa Corte, com ciúme de nós todos.

*Autor*: Tanta opinião lhe deram os estranhos, quanta quiçá agora lhe nega a pátria ou lhe regateia.

*Lípsio*: Que obras há suas?

*Autor*: As Tempestades e Batalhas, uma ideia galante e namorada que imprimiu em seus dias debaixo do nome de Tomás de Jape; muitos anos depois de sua morte se estamparam algumas Rimas suas com o titulo de *Divinos e humanos versos*, a que deu forma de livro e pôs os remates Francisco de Vasconcelos; cujas obras, também sem razão alguma houveram de padecer uma sorte semelhante, de seu engenho bem designadamente merecida; porque o sangue da veia da sua Musa foi muito parente do sangue de suas veias ilustres e ilustrado por avós e por estudos. Tinha composto D. Francisco a *Arte de Galanteria*, o *Solitário*, *Os Espíritos Portugueses*, e um famoso livro de Cavalérias que ainda hoje se guarda com o nome de *Dom Belindo*.

*Lípsio*: Oram trabalho, mas grande desculpa é essa de Autores de obras posthumas.

*Quevedo*: Não vos mateis por ele, nem por elas, que todos vemos em o caracter desses versos; gozava gentil espírito quem os compôs.

*Bocalino*: E quem é esse outro D. Francisco Rolim, porque entendo vos ouvi já neste lugar dizer e falar nele outras vezes?» (*Ib.*, p. 383).

Interrompendo aqui o diálogo com alguns dados biográficos, melhor se compreenderá o chiste do Autor.

Era D. Francisco Rolim de Moura, filho de D. António Rolim de Moura que morreu em Fez em 1578, e de D. Guiomar da Silveira, filha de João Rodrigues de Beja, vedor do Infante D. Luís. Nasceu em Lisboa em 1572, foi décimo quarto senhor de Azambuja e Montargil; era casado com D. Cecília Henriques. Segundo Juromenha faleceu em 12 de Novembro de 1640 e jaz na capela da igreja da Misericórdia da vila de Azambuja. Eis o que escreve das suas obras D. Francisco Manuel:

«Autor: Estes são os seus *Novíssimos do Homem*, poema misto, e ainda

mixto com muitas partes de moral e heróico.

*Lípsio:* Ah, sim; já o tenho visto e julguei mais doente que agradável; cure-se de melancolia, e ficará para viver muitos anos.

*Bocalino:* Será pouco mais ou menos como a *infanta Coronada* de D. João Soares de Alarcão, que eu vejo ali tão caída detrás daquele almário como caiu a grã Princesa de Bretanha.

*Autor:* Mais, e muito mais é o Rolim por singularmente estudioso como se mostrou no seu retrato de *Galateia*, à imitação de que Marino traz em sua *Galateia* retratando o Duque Carlos de Sabóia.

*Quevedo:* Também em sexta rimas?

*Autor:* Também.

*Quevedo:* Oh, valha-me Deus, que mestre sem sabor é esse;...

*Autor:* Escreveu de mais os *Dias Críticos*, e uma *Arte de Tourear* com extravagante capricho. – De tudo o que vi de seus escritos, que varias vezes me comunicou, não aparece parte.

*Lípsio:* Assim consome o tempo e esperdiçam os herdeiros o nobre lavor de tantos anos.

*Bocalino:* Deixai já essas lamentações, em que não incorrestes;..., haja Jogar de que o *Autor* nos faça capazes dos muitos que pedem visita.

*Autor:* Seja o primeiro este meu amigo António Gomes de Oliveira, nos seus *Idílios Marítimos*, parto nascido de uma dor, como ele diz em seu prólogo...»

Este poeta, quando estudante de Coimbra, pelo sentimento patriótico foi para a campanha do Alentejo e achou-se na batalha de Montijo e na das Linhas de Elvas; sendo depois secretário do conde de Alegrete. (*Dic.* de Cardoso, vg<sup>o</sup>. Torres Novas, fl. 708). Segue o Diálogo:

«*Bocalino:* Esse nome Idílio é frequente em os nossos Poetas italianos...

*Autor:* Não averiguo cuja é a invenção; mas afirmo-me que este Poeta foi o primeiro que trouxe a Portugal a cultura dos versos áureos, de que agora nos vestimos.

*Quevedo:* Dizeis verdade; e eu me lembro, que D. Luís de Gôngora me mostrou um exemplar desse livro e carta de seu autor, comunicado por D. Gonçalo Coutinho, grande, entre os vossos sujeitos em prosa e verso..., mas também me não esqueço que o Gôngora sendo soberbo e desabrido assaz, respeitou notavelmente esta composição de Oliveira.

*Lípsio:* Já sei que foi homem estudioso: há maré enfim bem estreada em nomes e símbolos; sei contudo, que padece sua indigestão de Musa infelice, que por precedida da frialdade do género, é de cura dificultosa.

*Autor:* Assim fundou não acabar suas obras.

*Bocalino:* Quais são as imperfeitas, se o não foram todas?

*Autor:* Deixou quase no fim um Poema heróico português de Elrei D. João I e as Historias em prosa da Ilha Terceira.» (*Ib.*, p. 384).

E depois de ter apreciado a *Ulisseia* de Gabriel Pereira de Castro passa a aquilatar dois poetas menos que secundários:

«*Autor:* Dous livros de menor grandeza se nos oferecem aqui juntos:

Paulo Gonçalves de Andrade e António Álvares Soares, ambos poetas líricos e contemporâneos.

*Lípsio*: Aqui estão esses dois. Não podem deixar de andar juntos, como a noite e o dia; porque de um a outro não lia menos diferença que do dia à noite.

*Quevedo*: E qual o dia?

*Lípsio*: Vós o sabeis muito bem: o Paulo Gonçalves foi um polido e galante poeta.

*Bocalino*: Por essa conta o Soares é farelo desta farinha, e no cabo o farelo leva a fama dos trovadores do seu tempo.» (*Ib.*, p. 279).<sup>173</sup>

No *Elogio de Poetas Portugueses* pelo Alferes Jacinto Cordeiro figuram setenta metrificadores glorificados em pomposas hipérboles; não vale a pena consignar-lhes aqui seus nomes, podendo aplicar-lhe o juízo do *Hospital das Letras*. «Poetas há, e não poucos, porque se pode passar como cão por vinha vindimada, porque já mais a sua vinha dá fruto que apeteça a curiosidade.» (*Ib.*, p. 393).

---

<sup>173</sup> António Álvares Soares, *Rimas várias*, 1ª Parte, Lisboa, 1628, in-8.º, VI-72 fl. Tem apenas 5 Sonetos e 6 Décimas em português; tudo o mais é em castelhano. A Cancion a Santa Isabel (Rimas, fl. 43 a 50) foi premiada no Certame que se fez em Coimbra pela canonização de Santa Isabel.

*Francisco Lopes Livreiro*, merece lugar de destaque entre os poetas hagiográficos por ter aliada a quintilha mirandina com a dicção popular, nos seus poemas lendários *Santo António* e *Mártires de Marrocos*, mau grado a sua prolixidade, e o poemeto *São Bom Homem* cujo mérito depende da sua relação com o mito de *Omomi*, o Mediador do culto Mazdeano.

*Leonel da Costa*, nascido em Santarém em 1570 e aí falecido em 28 de Janeiro de 1647; apesar de ser um bom latinista, traduzindo as *Geórgicas* de Virgílio e as Comédias de Terêncio, cultivou a poesia religiosa metrificando em quintilhas a Lenda *A Conversão miraculosa da felice Egípcia penitente S. Maria, sua vida e morte*, publicada em 1627. Segue a mesma forma do poemeto de Sá de Miranda *A Egípcíaca Santa Maria* que nessa época era ignorado. É dividida em sete cantos, com os argumentos em prosa.

*Manuel Tomás*. – Compôs e publicou em 1638 um poema em redondilhas *Vida do angélico Doutor Santo Tomás de Aquino*. O próprio autor dele escreve: «como o vulgo é monstro de muitas cabeças, em quem não faltam juízos e pareceres diversos, não faltou algum escrupuloso que no estilo de redondilhas pusesse objecção, sem conhecimento por ventura da dificuldade delas, que tão poucos alcançam, pois não só está na locução de convenientes palavras, mas na variedade dos conceitos e no copioso adorno das sentenças, sem consentir desaforadas adornações, a que muitos chamam fachina, e sendo tais são capazes de nelas se tratarem matérias altas – com cujas obras se enriquece Espanha e leva a palma às demais províncias da Europa. A estes procurei imitar, por não desmerecer na pátria do crédito do filho seu; e assi fiz ensaio naquele primeiro idílio – ainda que em redondilhas...» (Prólogo da *Insulana*, fl. 7 não num.).

*Manuel de Galhegos*, nasceu em Lisboa em 1597, filho de Simão Rodrigues Galhegos e Gracia Mendes Mourato. Viveu em Madrid na intimidade de Lope de Vega; e depois de ter viuvado de Luísa Freire Pacheco, ordenou-se presbítero. Morreu em 1665, a 9 de Junho. *Gigantomaquia* (1628) poema em cinco cantos da guerra dos Gigantes contra Júpiter. *Templo da Memória*, poema ao casamento do *Duque de Bragança* (1635).

## 2º – Os Poetas épicos

O prestígio dos *Lusíadas* na aspiração e esforço da restauração da Nacionalidade portuguesa acordou as imitações literárias seiscentistas. São numerosos os Poemas heróicos visando a exaltar as origens pátrias, os heróis e os altos feitos; neles se reflectem todas as correntes do gosto, uns seguindo a estrutura dos *Lusíadas* e mesmo plagiando-lhe versos, outros contrapondo-lhe a imitação da *Jerusalém Libertada* para se emanciparem da mitologia clássica. Assim rompeu o conflito no século XVII dos *Camoístas* e *Tassistas*. Os poetas que visavam as origens históricas, emaranharam-se na Lenda Troiana, seguida na Europa ainda por muitos cronistas nacionais; idealizaram os erros de Ulisses, e continuando os *Nostoi*, ou os regressos, fizeram o astuto herói grego vir fundar Lisboa no extremo Ocidente. Auxiliaram-se com as narrativas de Frei Bernardo de Brito, crédulo entusiasta das invenções arqueológicas de Ânio de Viterbo e Martin Polonus. Por essa pauta escreveram-se *Ulisseias* e *Ulissipos*, e o épico Brás Garcia de Mascarenhas, que se apropriara de gosto cavalheiresco de *Orlando*, confessa a maior admiração pelo cronista Brito, pelas suas narrativas tradicionais:

Mas investigue-as sempre o curioso,  
Que Portugal por falta dos passados  
É um bom cemitério respeitoso  
De valerosos feitos sepultados;  
De entre os golpes do Letes proceloso  
Salvando a muitos, vão poucos honrados,  
Que a um Brito e dois Brandões, únicos cientes,  
Devem muito os antigos e os presentes.

(*Viriato Trág.*, V, 40)

Conjunta com a Epopeia clássica tornando-se crónica rimada, mantinha-se a Epopeia medieval transformada em Novela de Cavalaria. A fusão destas duas formas foi realizada pelo génio de Ariosto, que no *Orlando* traçou os contornos do poema romântico moderno.

### A) *Camoístas e Tassistas*

#### GABRIEL PEREIRA DE CASTRO

Um jurisconsulto que exerceu o magistério na Universidade de Coimbra e os altos cargos da magistratura, nomeado por Filipe IV Chanceler-mor do reino de Portugal; para ele a poesia foi uma distracção das horas de ócio; assim o afirma o seu panegirista Manuel de Galhegos:

Cansado na jurídica palestra  
Ócio doce buscais, repouso brando  
E da pena aliviais a insigne destra  
.....  
O engenho singular, geral em tudo,  
Descansais de um estudo em outro estudo.

Nascido na cidade de Braga em 1571, era filho do celebrado Jurisconsulto Doutor Francisco de Caídas Pereira, autor do tratado *De Jure Emphyteutico*, que ele celebrou em uma *Elegie in laudem Parentis sui*, em 1601; foi sua mãe D. Ana da Rocha de Araújo, sendo um dos seus três irmãos o Doutor Luís Pereira de Castro, que exerceu importantes funções diplomáticas, que fez a edição de *Ulisseia ou Lisboa edificada* em 1636, quatro anos depois da morte do Poeta. Ficaram inéditas as suas poesias líricas, conhecendo-se apenas a Canção ao nascimento de Filipe IV, lida no certame que fez a Universidade de Coimbra em 1605, onde vem anónima, e em seu nome no tratado *De Manu Regia*. As Poesias líricas existiram na livraria do Arcebispo D. Rodrigo da Cunha, e vieram parar à do bibliógrafo Inocêncio Francisco da Silva, desaparecendo depois do leilão dos livros por sua morte.<sup>174</sup>

Muitos são os documentos que podem esclarecer a sua vida, existentes na Torre do Tombo; a escritura de dote para o seu casamento com D. Joana de Sousa, em 8 de Fevereiro de 1607, foi lavrada na cidade de Braga, donde era natural «na rua do Souto dela e pousadas de Ana da Rocha Araújo, viúva. Foi procurador por parte da noiva Gonçalo de Sousa, fidalgo da casa real e Desembargador da Suplicação da Casa do Porto, que representava os pais dela Matias de Sousa e Angela da Cunha Mesquita, moradores na vila de Amarante = que tinham contratado casar sua filha D. Joana de Sousa com Gabriel Pereira de Castro, desembargador outrossim de S. Majestade na dita Casa do Porto. O dote de Gabriel Pereira feito por sua mãe; = e por ela foi dito, que ela tinha e possuía a quinta de Esporões que é dízima a Deus, e assi a de S. Martinho e os Casal de Guimarães, convém a saber o de Aydis, e das Caldas e assi o Prazo da quinta da Regada, em que é a primeira vida, que é propriedade do mosteiro de Adaúfe, a qual fazendo assi dotava toda para este dito dote de seu filho Gabriel Pereira de Castro. Tinha ele já de seu: «Mas além do sobredito, tem e possui o Morgado e capela instituída na santa sé desta cidade e que ficou de seu tio Manuel da Rocha, que tudo vale bem mais de vinte mil cruzados, pera que ela dita dotadora fique podendo remediar sua filha D. Maria de Castro com dote para o Mosteiro e a seu filho João de Sousa, *no estudo*, conforme sua qualidade.» Teve o poeta um filho natural, Fernão Pereira de Castro que apresentou na igreja de S. Miguel de Fontoura, arcebispado de Braga, o qual morrera em Madrid. O seu testamento foi de mão comum.<sup>175</sup> Coma perspicaz jurisconsulto, sabia muito bem requerer a favor dos seus interesses um hábito de Cristo com tença ou pensão, o que contrastava com o ideal convívio das musas. Di-lo o documento:

«Por diversas consultas temos lembrado a V. Maj. o zelo, diligencia e cuidado com que o Doutor Gabriel Pereira de Castro, Procurador geral das

---

<sup>174</sup> No Catálogo Ms. de Inocêncio, p. 191: Obras de Gabriel Pereira de Castra. Manuscrito original que foi de D. Rodrigo da Cunha, 1 vol., in-4.º (Tinha 318 p. contendo Sonetos 48, Canções 4, Elegias 3, Églogas 3, Epístolas 7, Romances 12, Sátira 1, Sextina 1, Glosas e Décimas, segundo Barbosa).

<sup>175</sup> Inventário dos Papéis dos Jesuítas remetidos pelo Tribunal de Contas para a Torre do Tombo, Maços 71 e 72. Apontamos alguns documentos do Maço 72:

– Partilhas de Gabriel Pereira de Castro, fl. 33 v.º

Partilha de D. Joana de Sousa pela sua metade por morte do marido, fl. 31.

Vista das sentenças das partilhas do Dr. Gabriel Pereira de Castro, fl. 32.

Rol dos Documentos que houve na casa do Dr. Gabriel Pereira de Castro, fl. 32 v.º

Cartas de mercês a Gabriel Pereira de Castra, fl. 33 v.º

Testamento do Dr. Gabriel Pereira de Castro, *Ib.*

Escritura do seu dote, *Ib.*, fl. 34.

Inquirição sobre a sua geração, *Ib.*, fl. 35.

Ordens militares procede no serviço de V. Maj. e das milícias, e como por executar esta ocupação era conveniente fazer-lhe V. Maj. mercê do habito da Ordem de Cristo, como a tença ou pensão que fosse servido, por ser devido aos ministros das ditas Ordens, terem o habito de algumas delas; e por assi o considerarem os sñors Reis predecessores de V. Maj. ocuparam sempre neste officio pessoas que o tinham, e faltando na do Doutor Baltazar Dias Freitas, houve V. Maj. por bem logo que o proveu no officio de lhe mandar deitar o de Cristo, por ser qualidade necessária e mui conforme aos breves apostólicos da fundação das Ordens; e porque o Doutor Gabriel Pereira, pelo bom serviço que neste officio tem feito a V. Maj. e às Ordens, e pela pontualidade com que acode às cousas da sua obrigação é merecedor de toda a mercê, nos pareceu, obrigados do que V. Maj. nos manda, por Regimento desta Mesa, que o advirtamos dos ministros que servem com satisfação para lhes fazer mercê, que devíamos tornar lembrar a V. Maj., como fazemos, se sirva de mandar deferir ao Doutor Gabriel Pereira a pretensão que tem do habito de Cristo, por concorrerem nele as rezões referidas e ter todas as mais qualidades para V. Maj. haver nele nos Jogares de deputados deste tribunal. E porque ora se há-de tratar de um, nos pareceu representar a V. Maj. que assim pelo que toca a seu serviço, como pelas artes e letras que concorrem no Doutor Gabriel Pereira, e pela muita notícia que tem das cousas das Ordens, devia V. Maj. mandar tratar dele e ocupá-lo neste lugar, porque entendemos que deles será V. Maj. tão bem servido como té'qui o é nas cousas de que o tem encarregado. Lx.<sup>a</sup> 19 de fevereiro de 1621. Mascarenhas, Mesquita, Ferreira, Carvalho.»<sup>176</sup>

Em carta de Madrid, de 2 de Maio de 1621, lê-se: «e porque esta mateira não toca à Mesa, lho advirtirem; e para o lugar de deputado me proporeis pessoas na forma do Regimento; e pretendendo Gabriel Pereira o habito, se verá e consultará a sua petição pela via das mercês.»

Segue-se o Parecer da Mesa da Consciência e Ordens:

«O Doutor Gabriel Pereira de Castro, Corregedor do Crime da Corte e Procurador geral das Ordens, fez petição a V. Maj. nesta Mesa, em que diz, que V. Maj. lhe tem feito mercê do habito de Cristo; e por que passa de cinquenta anos e as ocupações que tem lhe não darão lugar a ir ao Convento de Tomar, P. a V. Maj. lhe faça mercê dispensar no impedimento da maior idade, e de lhe conceder que possa receber o habito no Mosteiro de Nossa Senhora da Luz, que é da mesma Ordem, sem embargo do estatuto em contrário.

A Mesa julga por justificada a pretensão de Gabriel Pereira, e é de parecer que na forma que pede lhe deve V. Maj. fazer mercê conceder dispensação da maior idade, e que possa receber o habito no Mosteiro de Nossa Senhora da Luz, como se tem feito a outras pessoas menos ocupadas que ele. Em Lx.<sup>a</sup> a 19 de Julho de 624.»<sup>177</sup>

Gabriel Pereira de Castro, é o épico seiscentista, que os contemporâneos quiseram colocar acima de Camões, maravilhados com o regular alinhamento da fábula da

---

<sup>176</sup> *Mesa da Consciência e Ordens*: Regista das Consultas de 1621 e 1622, fl. 78 v.º

<sup>177</sup> *Mesa da Consciência e Ordens*: Registo de Consultas, de 1622 a 1624, fl. 271 v.º – Foi-lhe concedido por despacho de Madrid de 29 de Setembro de 1624.

*Ulisseia*. O erudito Doutor, Corregedor do Crime da Corte, e nomeado pelo invasor castelhano Chanceler-Mor de Portugal, revela-nos em todas estas categorias o seu estado moral e ordem de ideias para a concepção de uma epopeia nacional. Como juiz a sua memória anda envolvida na trágica e injusta morte do namorado Simão Pires Solis; e como jurisconsulto, em plágios das consultas de Tomé Pinheiro da Veiga.<sup>178</sup> Manuel de Galhegos escreveu o elogio da *Ulisseia*, publicada em 1636 depois da morte de Gabriel Pereira de Castro; exalta-a acima dos *Lusíadas*, porque satisfaz a todas as regras da poética grega: é admirável quanto à *peripécia*, ou imprevisto das situações, magnífico na *magthaina*, ou emprego das máquinas do maravilhoso ou sonhos, vaticínios, magias; graduado na *periferia*, ou área percorrida pelos heróis; compassado na *bracologia* e na *ecthania*, ou ampliações e abreviações da fábula. Galhegos admira e emprego da figura *dianomi*, ou repartição simétrica das partes do poema, e das mais figuras de *parasceve*, *analogia*, *teliotis*, *gorgotis*, e *enargia*. Com a falsa tradição recebida de Frei Bernardo de Brito, com o conhecimento do texto homérico pelas *Selectas* das escolas jesuíticas, com subserviência a Poética de Aristóteles, e bajulando o usurpador da autonomia da sua pátria, como é que poderia Gabriel Pereira de Castro elevar-se a uma verdadeira idealização épica? Os melhores versos da *Ulisseia* são reminiscências dos *Lusíadas*.<sup>179</sup> Faria e Sousa admirou também esse poema e fez-lhe

---

<sup>178</sup> No seu tratado de *Manu Regia*, Gabriel Pereira de Castro serviu-se dos Manuscritos de Tomé Pinheiro da Veiga; deste integérrimo jurisconsulto escreve João Pedro Ribeira: «falecendo de 85 anos, mandou el rei recolher à Torre do Tombo, para se não distraírem, todos os seus Manuscritos, que aí foram emprestados aos Desembargadores Domingos Antunes Portugal, e Gabriel Pereira de Castro, para organizarem as suas obras *De Regiis Donationibus*, e *De Manu Regia*, de que tudo restam provas no mesmo Arquivo.» (Breves considerações ao opúsculo *A questão entre os Senhores e os Forenes*).

Transcrevemos do *Sumário de vária História* do Dr. Ribeiro Guimarães, este caso do desacato de Santa Engrácia:

«Na manhã do dia 15 e outros dizem do dia 16 de Janeiro de 1630, apareceu roubado o cofre das partículas da freguesia de Santa Engrácia. – Espalhado o caso pela cidade, produziu a maior sensação. A justiça sem detença empregou todos os meios, então em uso, para descobrir o autor do crime. Logo se lançaram pregões por toda a parte... imediatamente se passaram a correr todas as casas, inquirindo que pessoas haviam sabido naquela noite, onde haviam estado, a que horas tinham recolhido...

«A justiça acertou com um Simão Pires Solis, homem de boa condição, que fora encontrado nas vizinhanças da igreja de Santa Engrácia, na noite seguinte, a cavalo, levando os cascos do cavalo entapados, para que se lhe não sentisse o tropear. – A justiça tomou conta de Solis, e em breves dias foi processado, condenado lhe cortaram as mãos e o queimaram vivo.

«O povo murmurou da sentença e julgou-a iníqua. – Era publica a notícia que Solis requestava uma freira do convento de Santa Clara, que lhe ia falar a desoras... O juiz deste processo foi o celebre Gabriel Pereira de Castro, poeta e jurisconsulto afamado, autor do Poema *Ulisseia* e do tratado jurídico *De Manu Regia*. Há uma tradição pela qual se afirma que Gabriel Pereira de Castro era rival de Simão Pires Solis, requestando ambos a mesma freira, sendo Solis o preferido e por isso Pereira de Castro tratara de se vingar. – Consta que foram tantos os remorsos que assaltaram Gabriel Pereira de Castro, que chegara a enlouquecer, vendo sempre diante de si o espectro de Solis. O caso é que o juiz morreu daí a dois anos.»

De um manuscrito de um contemporâneo, extraiu Ribeiro Guimarães outros factos:

«Eu vi esta execução e os desmaiados. Assistiram a ela a cavalo os dois Corregedores do Crime da corte, Gabriel Pereira de Castro e Manuel Alvares de Carvalho, com todas as mais Justiças.

«Gabriel Pereira de Castro lendo o processo se embaraçou de maneira, que não atinava o que dizia...» (*Op. cit.*, t. I, p. 72 a 88).

Entre os papéis que acima apontámos vem consignado o seguinte facto: «Declarou o Desembargador Gabriel Pereira de Castro, estando para morrer, que no enterramento de seu corpo dispusesse eu Luís Pereira de Castro como me parecesse.» Passados quatro anos depois da sua morte, deu seu irmão publicidade à *sesquipedal e quixótica* epopeia, como à *Ulisseia* chamou Garrett. A edição de 1636 nem veio valorizada com os encómios dos poetas espanhóis Lope de Vega e Lopez Zarate.

<sup>179</sup> A carta de Manuel Severim de Faria a D. Bernardo Peneira de Lacerda sobre a *Ulisseia* diz que ali é imitada nos seus episódios dos *Lusíadas*. (Ms. 484 da Col. Pombalina).

um comentário, porque era um excelente pretexto para explanações mitológicas e aparatos eruditos; deste comentário fala o Conde da Ericeira, no prólogo da *Henriqueida*: «Não saberíamos haver também comentado a *Ulisseia*, se o R. P. Pedro Alvares da Congregação do Oratório nos não trouxesse de Madrid este e outros tesouros literários; etc.» Debalde se procurava ofuscar o poema dos *Lusíadas* opondo-lhe a *Ulisseia*; a espíritos que exploravam a corrupção do jugo castelhano, esse poema aparecia com os defeitos da falta de unidade de acção e de herói, mistura da mitologia com o cristianismo, oitavas menos perfeitamente construídas, e omissão de acentos que tornavam o pensamento obscuro. Não faltaram um advogado Manuel Pires de Almeida, um João Soares de Brito, um D. Francisco Child Rolim de Moura, para deprimirem o grande épico nacional, cujo poema consolava o desalentado patriotismo do velho Bispo de Targa, e era comentado por João Pinto Ribeiro, o fautor da revolução de 1640. Por causa do seu assunto religioso preferiram alguns a *Jerusalém Libertada* aos *Lusíadas*, formando estes o grupo dos *Tassistas*. Galhegos queria impor a *Ulisseia* à admiração à custa dos *Lusíadas*: «Em nenhuma outra cousa mais o nosso poeta manifesta seu talento, que no exórdio da narração, pois começa do principio da fabula, que é o ponto donde deve começar o poema heróico, e não no meio coma fez Camões, vendo que Virgílio dá principio ao seu poema com Eneias à vista de Cartago...» E depois desta insinuação contra a originalidade de Camões, prossegue: «Valério Flaco no seu poema dos *Argonautas* (que é quase a mesma acção que a de Luís de Camões)... E não se entenda que o meu animo é reprovar a Luís de Camões; que isto em que ele se não ajustou com a arte, é cousa em que muitos se enganaram, e não lhe tira a autoridade; etc.» A glória de Camões venceu estas cabalas da crítica, descritas por D. Francisco Manuel no *Hospital das Letras*; com a reivindicação da autonomia portuguesa elevou-se a compreensão do seu maior génio poético:

«*Lípsio*: A Poesia épica é carreira que poucos no mundo tem acertado, porque são tantas e tão varias as leis e os preceitos de que consta, que vem a ser quase impossível ao juízo humano sua observância. Aristóteles a pôs em praxe...

*Bocalino*: Acabem alguma hora por isso os Épicos de se conformarem em suas regras, e haverá quem possa decorá-las e satisfazê-las; mas entretanto, que uns não querem que se cante mais que um só herói, como fez Virgílio com Eneias, e que outros admitam muitos companheiros, como Valerio Flaco em os seus *Argonautas*; e entretanto, que uns mandam se dê principio aos Poemas pelo principio da acção, segundo Homero em Ogígia, outros pelo meio dela conforme ao Mantuano com o seu herói à vista de Cartago; e que entretanto, que uns se matam sobre o final, Apostrófe ou Peroração, dizendo que o poeta de boa lei se devia despedir com cortesia do auditório, falando ao Mecenas, a quem convidou para ser ouvido, segundo que todos os poetas latinos o fizeram, e entre os mais elegantemente Sílio Itálico; e outros afirmam ser demasia indecorosa, de que fugia Lucano, Tasso e Camões, suposto que alguns vulgares o aceitassem, fique o negocio pois como de antes e faça cada um o seu Poema segundo Deus lhe ajudar... (*Op. cit.*, 332).

Durante a discussão dos poemas épicos Bocalino reclama que venham à apreciação:

«Não escondais lá de nos ess'outros livrinhos, que não vimos aqui a

empecer e censurar, senão melhorar e advertir, que é obra de misericórdia.

*Autor:* Tenho-lhe afeição, pelo que tive a seu compositor.

(D. Francisco Manuel de Melo aludia à sua amizade pelo autor do Poema).

*Lípsio:* Ora acabou; dizei-nos quem seja?

*Autor:* É a *Lisboa Edificada* de Gabriel Pereira de Castro.

*Quevedo:* Jesus! Este livro para ser são e salvo, não tendes mais que despegar-lhe aquele juízo critico que traz de Manuel de Galhegos ao principio, que se vos dou minha palavra, que logo ele fique rijo e valente.

*Lípsio:* O vosso Doutor Pereira de Castro escreveu em direito civil um livro *De Manu Regia*; mas com mais real mão ainda escreveu este que agora vós escondeis.

*Bocalino:* Tão bom livro é este?

*Lípsio:* Tão bom! Porque compreende grande poesia, pensamento, tropos, adornos, flores, clareza, elegância e majestade.

*Bocalino:* Acabai já de nos dizer, que esse livro é um estojo, e acabaremos de entender que há nele serventia para toda a cousa boa.

*Autor:* Não, quanto é por este, ponho eu que não tenha achaque.

*Lípsio:* ..... um livro, que apesar do frontispício prospero de aplauso dilatado da opinião estrondosa, lá por dentro padece seus trabalhos, que melhor se encobrem que remedeiam. – Deixemo-lo como estava, e sabei de caminho, que não há cousa de maior perigo que querer estar melhor que bom, aquele que não está mal.» (*Ib.*, p. 377-379).

D. Francisco Manuel de Melo mostra com fina crítica que a *Ulisseia* não corresponde à fama que lhe criaram, e ira passando na opinião vulgar não lhe atribuindo supremacias.<sup>180</sup>

Os poetas seiscentistas não viram na revolução de 1640 senão o tema de uma bajulação abjecta ao Duque de Bragança. Manuel de Galhegos no Epitalâmio *O Templo da Memória*, celebra o desposório do Duque; Frei Manuel de Santa Teresa, no poema em dez cantos a *Lusifineida*, sobre a decadência desde D. Sebastião até D. João IV, adula o novo monarca.

*Francisco Rodrigues Lobo.* – Pela publicação do *Condestabre* em 1610, abre a primeira manifestação épica da época culteranista; era bem achado o tipo do herói nacional, um Cid luso, em que os traços históricos já estavam idealizados na legenda. Passava-se nos espíritos depois da morte de Filipe II em 1598, um despertar da apatia que o grande déspota conseguira, não deixando transparecer no seu domínio nenhum aspecto de sujeição. Um alento se criava contra a política castelhanista dos ministros favoritos, e o Duque de Bragança D. Teodósio II começava a personificar a aspiração da independência da pátria. Rodrigues Lobo elaborando o poema do *Condestabre*, pondo em correctas oitavas as narrativas da *Crónica anónima*, visava a glorificação da Casa de Bragança, dando ao poema pela dedicatória o sentido íntimo, O facto não é isolado; é grande o número de escritores deste primeiro terço do século XVII, que dedicando a D.

---

<sup>180</sup> Camilo, apreciando o poema de Gabriel Pereira de Castro, conclui: «É certo que hoje em dia ninguém resistirá sem enfado à leitura de um canto da *Ulisseia*; mas o que aí nos enfastia não são as hipérboles, são os trocadilhos e equívocos; é o mecanismo mítico, a urdidura pagã, a desnaturalidade do maravilhoso.» (*Curso da Lit. Port.*, p. 30). E em seguida diz, que Gabriel Pereira de Castro «prevalece a *Camões* na harmonia, no número, na sinonímia, enfim, na abundância das locuções». (*Ib.*, p. 31). É de apertar as mãos na cabeça.

Teodósio II as suas obras, espontaneamente o reconheciam como destinado a dar convergência à aspiração nacionalista.

Aquele espírito de revivescência nacional que se revelou no último quartel do século XVI, imprimindo as obras dos Quinhentistas, continuou-se nos primeiros decénios do século XVII, dedicando os escritores os seus livros a D. Teodósio II, em quem se personificavam as *esperanças sebásticas*. Ramos Coelho coligiu esse significativo quadro bibliográfico:

«O célebre calígrafo Manuel Barata, mestre de escrita do príncipe D. João, filho de D. João III, dedicou-lhe os *exemplares de diversas sortes de Letras*. – *Naufrágio e lastimoso sucesso da Perdição de Manuel de Sousa Sepúlveda e D. Leonor de Sá com seus filhos...* de Jerónimo Corte Real –Dirigida ao Excelentíssimo Príncipe D. Teodósio, duque de Bragança e Barcelos (e depois da enumeração de todos os seus títulos e senhorios, termina com a frase *Suma felicidade*, impressa a tinta vermelha). Belchior Estaço de Amaral o *Tratado das Batalhas e Sucesso do Galeão S. Tiago com os Holandeses na ilha de Santa Helena e da Chagas com os Ingleses entre as ilhas dos Açores*; Pero Vaz Pereira, celebre arquitecto e matemático, a *Fábrica e uso do rádio latino*; o conhecido poeta Francisco Rodrigues Lobo, o poema *O Condestabre de Portugal*; Gaspar de Chaves Sentido, *Os Sucessos trágicos do Reino de Portugal e precedidos da infelice Jornada de Elrei D. Sebastião a África, e das Alterações que sucederam e entrada do exército del-rei de Espanha, Filipe II, e sua sucessão*; Manuel Correia Montenegro, a *Lusíada* de Luís de Camões *novamente reduzida*; Francisco Soares Toscano, os *Paralelos de Príncipes e Varões ilustres antigos, a que muitos da nossa Nação portuguesa se assemelham*; Francisco Saraiva de Sousa, o *Báculo pastoril* de flores de Exemplos, colhidos de varia e autêntica história espiritual sobre a doutrina cristã; João de Brito de Lemos, o *Abecedário militar* do que o soldado deve fazer até chegar a ser capitão e sargento-mor; João Alvares Frade, a sua *Égloga pastoril*, em que eram interlocutores Fradelio, Denio e Laurena; André Afonso Castela, a *Crónica de Santo António de Pádua*; António da Fonseca Osório, o *Perigrino Oriental de Várias Cousas e Sucessos da Índia*; Pedro Tácito Salmarinho, o *Cortesão Fortunato, no qual à sombra de duas curiosas Novelas, se trata toda a história, dos Holandeses no Brasil*; Francisco de Moraes Sardinha, o *Parnaso de Vila Viçosa*; Manuel Bocarro, *Outavas* e uma das *Anacefaleoses* intitulada: *Estudo político*, onde se relata as versões políticas que produziu Portugal; Manuel Severim de Faria, a *Árvore genealógica da Casa de Bragança*; Manuel Pinto de Sousa, a *Musa panegírica in Theodosium*, que saiu à luz em Braga no ano de 1624; Pedro Barbosa, a obra jurídica: *Comentaria ad rubricam et Legem Codicis De Praescriptionibus*; e de estrangeiros, por todos Lope de Vega, que lhe dedicou o poema acerca da *Tapada de Vila Viçosa*.

«Quanto devia influir este comércio literário de D. Teodósio, e o que teve com tantos homens sábios, como o Bocarro; Belchior Rego de Andrade, autor das *Antiguidades de Vila Viçosa*, Diogo de Paiva de Andrade, o sobrinho, Pero Mendes, António Correia da Costa, o P.<sup>e</sup> Bartolomeu Guerreiro, e o grande Fr. Luís de Souza, com quem frequentemente se correspondia.» (*Hist. do Infante D. Duarte*, t. I, p. 93). Por este quadro se compreenderá como o espírito do *lusismo*, junto de D. Teodósio se concentrava, resistindo à corrente do *elemento espanhol*, que chegou a contaminar quando Duque de Barcelos e depois de Bragança a D. João IV.

Francisco Rodrigues foi captado por este *elemento espanhol*, no meio aristocrático de Leiria, celebrando a *Jornada* de Filipe III a Lisboa.

D. Francisco Manuel de Melo no *Hospital das Letras*, apreciando as obras várias de Francisco Rodrigues Lobo, estabelece:

«*Lípsio*: As obras de prosa tem perfeitíssima saúde, não há para que lhes pôr mão; porque foi claro, engenhoso, elegante, grande cortesão, e não menor jardineiro da língua portuguesa, que tosou, poliu, e cultivou como bom filho e grato republico.

*Quevedo*: A *Corte na Aldeia*, que vi, sua, vantaja ao Conde Balthazar Castiglioni, na sua *Aldeia dos Áulicos*.

*Bocalino*: As *Églogas* me parecem o melhor livro deste poeta.

*Lípsio*: Tendes razão, que em nenhuma língua vulgar achareis versos de maior propriedade e energia.

*Autor*: Aos mais poemas que lhe diremos?

*Bocalino*: Já se sabe que os mandamos lançar *no Tejo, donde seu autor se afogou*, para que o vão buscar e lhe requeiram que os emende ou os sepulte.» (*Ib.*, p. 375).

As emendas a fazer no *Condestabre* não incidem na versificação, sempre bem ritmada e rimada, mas no traçado estrutural, transformando o poema de crónica em quadros emoldurando uma acção heróica obliterada entre séries genealógicas postas em oitava rima de insistente bajulação.

*Manuel Tomás*. – Nasceu em Guimarães em 1585, filho do Dr. Luís Gomes de Medeiros e de D. Grazia Vaz Barbosa. Na licença para a impressão do seu poema, *Insulana*, em 1636. apontam-se alguns dados biográficos: «quando nos oferece a terceira da sua, melhor diremos nossa, *Insulana*, em que trata do descobrimento da Ilha da Madeira... Não lhe faltavam ao autor gloriosas empresas *no pátrio solo da leal e insigne Guimarães*, em que pudera mostrar e empregar os subidos quilates do seu rico talento, mas como generoso se há obrigado a esta princesa e deleitosa Ilha, em que pelo discurso de muitos anos adquiriu o *bene esse* de que tão bem dotado está.»

Em uns versos em louvor da *Insulana* escreve o P.<sup>o</sup> Pero da Silva:

Guimarães vila famosa  
Se honra com teu nascimento,  
Com as glórias cento a cento  
Como rosal com sua rosa.  
Porém planta mais formosa  
Te vejo hoje transplantada  
(Qual a da Pérsia estimada)  
Na minha Ilha da Madeira,  
Cuja fama verdadeira  
Hoje é por ti sublimada.

No Canto X da *Insulana* Manuel Tomás faz uma descrição da Sé do Funchal, em que enumera as Dignidades:

Com cinco Dignidades eminentes;  
Cónegos doze, e quatro prebendados,  
Um doctoral e dez sempre assistentes  
Capelães, a seu clero dedicados;  
Curas, Sochantre e Mestres excelentes  
No canto e cerimoniais aprovados,

Moços do Coro seis, e os mais officios  
Com Ministros decentes e propícios.

(Est. 23)

Referia-se ao canonicato que fruía na Sé do Funchal; nesta cidade morreu assassinado em 10 de Abril de 1665 por um louco filho de um ferrador. O erudito Manuel Severim de Faria procurou obter notícias do autor da *insulana* e dos seus trabalhos em uma «Memória das diligencias que o snr. Pedro Milanez me pode fazer na Ilha da Madeira com relação a Manuel Tomás.

«Primeiramente se faz menção de como o sr. Manuel Tomás é natural da vila de Guimarães e 4º neto daquele homem, que sendo menino de 18 a 19 meses falou perfeitamente latim, como diz Garcia de Resende na *Miscelânea*; pede-se o nome do tal, em que ano faleceu e a terra da sua ascendência té o sr. Manuel Tomás e das demais particularidades que houver.

«E se nos quiser dizer em que ano nasceu e em que foi para a ilha, nome de seus pais, estas particularidades se escreverão. Também se pede notícia de alguns outros escritores, se os há na Ilha.»<sup>181</sup>

A passagem referida por Garcia de Resende contem-se na seguinte décima:

Em Évora vi um menino  
Que a dois anos não chegava,  
Entendia e falava  
E já era bom latino.  
Respondia, perguntava  
Era de maravilhar,  
Ver seu saber e falar,  
Sendo de vinte e dois meses,  
Monstro entre Portugueses  
Para ver, para notar.

Este facto acha-se autenticado em carta de D. João III, de 3 de Julho de 1536 ao Reformador da Universidade de Coimbra Fr. Brás de Barros, recomendando-lhe o escolar pobre filho de Manuel Tomás: «muito vos encomendo que do menino façais ter especial cuidado pera *latinidade* e grego há-de aprender, por que sendo de tão pequena idade tem já algum principio no *latim* como la vereis.» (CAMÕES – *Época e Vida*, p. 194).

A precocidade do seu quarto avô ainda se reflectiu em Manuel Tomás, que aos dezassete anos compôs o poema *Vida de S. Tomás de Aquino*, impresso em 1628; esta e as *Rimas sacras* precederam a sua terceira e melhor composição, como se declara na licença para a publicação da *insulana*, da qual diz o próprio poeta: «Na verdade da historia segui o mais apurado e verdadeiro Descobrimto manuscrito, cujo principio abreviou na *Primeira Década* da sua *Ásia* o nosso João de Barros... Observa-se nesta Ilha por verdadeiro, que sendo seu principio na era de 1419, e havendo até hoje 214 anos (escrevia em 1633) não é tão alheio na memória dos homens que mereça duvida, porque ainda hoje vivem muitos que da maior parte destes sucessos dão verdadeira notícia.» Manuel Tomás fiava-se às cegas em João de Barros, que na sua primeira

---

<sup>181</sup> Papel avulso oferecido pelo já falecido António Tomás Pires, escrivão da Câmara de Elvas.

*Década* deu curso à mentirosa lisonja do cronista oficial Gomes Fanes de Azurara, atribuindo ao Infante D. Henrique em 1418 a iniciativa de mandar descobrir a Ilha da Madeira e Porto Santo, que antes de seu nascimento em 1394, já figuravam no Atlas de 1375 e no Mapa Mediceo de 1351. Conveio a Azurara encabeçar no Infante D. Henrique todos os esforços dos Navegadores portugueses desde D. Afonso IV (1326-1357) até à morte de D. João I em 1434. João de Barros glosou retoricamente a atribuição fantasista de Azurara, dando-lhe minúcias descritivas que parecem factos históricos. Mas esta obra manuscrita era também copiada pelo impressor Valentim Fernandes (de Morávia) que vendia para o estrangeiro cópias da *Crónica da Conquista da Guiné*, fabricando a lenda de Machin e Ana d'Arfet que aportaram à ilha da Madeira, na *Descrição ou Notícia das Ilhas do Atlântico*, dando a iniciativa desse descobrimento aos ingleses e castelhanos, porque é um prisioneiro João de Flores que no cativo de Argel soubera desse descobrimento e o revelara a João Gonçalves Zarco. A intenção de Valentim Fernandes era servir Carlos V que tratava do casamento de Filipe II, seu filho, com Maria Tudor, rainha da Inglaterra, filha de D. Catarina de Aragão, castelhana casada com o príncipe de Gales, filho de Henrique VII. Foi desta fonte de ganância que a lenda se sincretizou com os esforços do tempo de D. Afonso IV, sendo notada em 1556 por António Galvão e romanceada pelo Dr. Gaspar Frutuoso nas *Saudades da Terra* (Descobrimto da ilha da Madeira) manuscrito legado em 1590 ao Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada (Ilha de S. Miguel). Manuel Tomás leu o caso dos amores de Machin e Ana d'Arfet imaginosa e narrado por Frutuoso, e sobre essa prosa compôs a base tradicional do poema *Insulana*, começando no canto II, em 1633; depois de impresso em 1635, veio ao conhecimento de D. Francisco Manuel de Melo, e só depois de 1658 em que arribou na viagem do Brasil para Lisboa à Ilha de S. Miguel é que, por *extraordinário caminho*, viu em Ponta Delgada o manuscrito do Dr. Gaspar Frutuoso e tratou esse tema novelesco como Relação histórica compondo a sua *Epanáfora amorosa*, que imprimiu em 1660. D. Francisco Manuel de Melo inventou um Francisco Alcoforado, criado da Casa do Infante D. Henrique, como autor dessa Relação, que Henry Major, na *Vida do Infante D. Henrique* tomou como documento histórico da iniciativa inglesa do Descobrimto da Madeira. Naturalmente a História amplifica-se e se universaliza na Lenda; mas a ficção artística converter-se em história é o processo *evehmerista* essencialmente erróneo.

Manuel Tomás, em Advertência antes de começar o poema *Insulana*, escreve: «Alguns Escritores nossos brevissimamente contam este descobrimto da Ilha, sem tratar da *causa e notícia principal que dele se teve*, como na verdade o tratam as Relações dos primeiros descobridores que seguimos.» Quais esses escritores? Valentim Fernandes, António Galvão e P.<sup>o</sup> Manuel Clemente, cuja alusões vagas romanceou o Dr. Gaspar Frutuoso. Vivendo na Ilha da Madeira, Manuel Tomás ainda pôde colher da família de João Gonçalves Zarco a notícia que ligava ao seu antepassado a primazia do descobrimto da Ilha da Madeira, privando dessa glória ao seu companheiro Tristão Teixeira, porque este não soubera do segredo de João de Flores ou de Amores. João de Barros cita os esforços que a família Zarco fazia para manter a primazia que fundamentava a posse do Capitão Donatário. Tirado o Episódio dos Amores de Machin e Ana d'Arfet, o poema é uma corografia posta em oitava rima, costados genealógicos, sem invenção, sem sentimento e com a deplorável ideia que a poesia consiste unicamente na metrificação.

*Francisco de Sá de Meneses*. – Filho de João Rodrigues de Sá, o Moço, e de D. Maria da Silva; cultivou a poesia como uma prenda aristocrática empreendendo também uma epopeia histórica. Escolheu um verdadeiro herói, Afonso de Albuquerque e um

grande feito, a *Conquista de Malaca*. Fez um poema descritivo e narrativo sem emoção, no mesmo sistema de crónica rimada usado por Francisco de Andrade, por Rodrigues Lobo, Manuel romãs, na monótona oitava rima, aliás a mais bela forma heróica. Pelo sentimento da morte de sua mulher D. Antónia Leitão de Andrade abandonou a vida civil, e como outros vários poetas seus contemporâneos recolheu-se ao claustro dominicano, professando em Benfca em 14 de Dezembro de 1641 com o nome de Fr. Francisco de Jesus. Além do abalo moral da sua viuvez, a agitação revolucionária de 1640, a que se seguiu o terror castelhano em permanente ameaça, actuaria neste seu refúgio na clausura monacal. Camilo determina o seu falecimento depois de 1658, ano em que reimprimiu a *Malaca conquistada*, retocando a edição de 1634 e aditando-lhe mais catorze estrofes; segundo Barbosa faleceu em 27 de Maio de 1664.

As façanhas dos heróis portugueses nas grandiosas conquistas de além-mar tinham um aspecto poético que estes metrificadores não compreenderam; corriam tradições orais referidas por aqueles que tinham batalhado. Cronistas como Gaspar Correia e Castanheda procuravam com inteligência essas relações. Temos um exemplo importante deste elemento lendário no facto histórico da *Conquista de Malaca* por Afonso de Albuquerque, em que nas próprias tradições orientais vem essa conquista com as maravilhosas situações de um extraordinário poema. Sã de Meneses, desconhecendo a riqueza tradicional que engrandece o facto histórico, tratou-o alegoricamente, sem movimento, sem vida, sem realidade.

Em uma *História dos Reis dos Malaicos de Malaca* (1252-1511), apresentada por Aristides Marre na undécima sessão do Congresso dos Orientalistas em 1873, lêem-se excelentes subsídios tradicionais para a concepção de uma bela epopeia sobre Afonso de Albuquerque. Transcrevemos aqui alguns trechos dessa antigo monumento, para que se note quanto os nossos poetas teriam sido admiráveis, se em vez de contrafazerem os modelos clássicos procurassem inspirar-se das tradições orientais.

«No tempo do Bandhara *Sri Maha Radja*, o porto de Malaca tornara-se o mercado mais importante das índias Orientais. Encontrava-se aí uma multidão de baixéis e de ricos mercadores vindos do Japão, da China, de Sião, das Molucas, das costas de Coromandel, da Pérsia e da Arábia. Desde *Ayer-Zélék* até à entrada da baía de *Maar*, era tudo um vasto mercado fornecido de toda a espécie de fazenda. Desde a cidade de *Kelang* até à barra de *Penadjar*, seguiam-se as construções ao longo da praia em uma linha não interrompida. Todo o indivíduo que fosse de *Malaca* a *Diagara*, não tinha necessidade de levar lume consigo, porque aonde lhe aprouvesse parar sempre achava casas habitadas. A cidade de *Malaca* além do que tinha fora dos seus muros, contava dezanove *laska* ou 190.000 habitantes. Tal era a metrópole da península malaia, quando apareceu pela primeira vez nas suas águas um navio *franggi* (europeu); era um navio português chegado de Goa para comerciar. O capitão foi perfeitamente acolhido pelo Bandhara, e ficou encantado de tudo quanto viu, durante a sua permanência em *Malaca*. Na sua volta a Goa fez ao vice-rei Afonso de Albuquerque um relatório tal, que este se apressou a mandar uma frota de sete navios e treze galeões, comandada por Gonçalo Pereira para submeter a opulenta cidade de *Malaca*. Esta primeira expedição falhou, graças principalmente à vigorosa resistência pronta e habilmente organizada pelo Bandhara *Sri Maha Radjá*. Os Portugueses voltaram para Goa, convencidos na maior parte de que enquanto o Bandhara fosse vivo, nunca conseguiriam apoderar-se de lima cidade que ele defendia tão bem. Alguns Capitães não temeram o manifestar esta opinião diante de Afonso de Albuquerque, que se contentou com responder: – Para que me falais assim? Não me é permitido abandonar Goa nesta ocasião, mas logo que me veja fora da vice-realeza e senhor meu, irei eu mesmo atacar *Malaca*, e então se verá se eu farei ou não essa conquista.

«Enquanto esperava o fim do seu cargo, Albuquerque adiou provisoriamente a execução do seu intento. O Sultão *Mahmud Clah*, livre do perigo presente, e crendo-se ao abrigo, de futuro, de novos ataques da parte dos Portugueses, entregou-se completamente, posto que já velho, a toda a soltura das suas paixões, e não tardou a cometer o mais negro dos seus atentados. O seu fiel *Bandhara Sri Maha Radjá*, casava a sua linda e sedutora filha *Tun Fatimah*, com *Tun-A li*, filho de *Sri Nara Diradja*. O rei foi convidado a assistir à cerimónia, que consistia em os dois noivos comerem juntos um prato de arroz. Foi então que o Sultão *Mahmud Clah* viu *Tun Fatimah*, e regressou para o seu palácio com o coração possuído de um amor desenfreado pela filha e de um secreto rancor contra o pai. O casamento não deixou de efectuar-se, e *Tun Fatimah* deu a seu esposo um filho, que se chamou *Tun Trang*. Durante este tempo o Sultão procurava um meio de satisfazer o seu furor, e de conseguir a sua vingança. Tendo-lhe sido dirigidas queixas mal fundadas, pelos inimigos de *Bandhara*, deu o seu próprio *kris*, como sinal de sua vontade soberana, a dois dos seus oficiais, *Tun Sina Daradja* e *Tun Indra Sagara* com ordem de matarem o *Bandhara*. O nobre velho entregou-se-lhes sem defesa, desarmando os seus parentes e a sua gente, sendo depois assassinado sem piedade com seu irmão *Sri Nara Diradja*, seu filho *Tun Hassan*, e o seu genro *Tun Ali*, marido de *Fatimah*.

«Logo que o *Bandhara* morreu, o Sultão tomou por mulher *Tun Fatimah*, e, melhor informado das falsas acusações contra o *Bandhara*, deu ordem a que matassem o *Radja Medelier*, um dos culpados, que empalmassem horizontalmente *Kital*, que fora a alma da intriga e com ele sua mulher e seus filhos, que arrasassem a sua casa e os lançassem ao mar.

«Mas a bela e enternecedora *Fatimah*, feita rainha de *Malaca*, nunca mais soube o que era alegria; conta-se que enquanto ela viveu com o Sultão, nunca a viram sorrir uma única vez; acrescenta-se também que quando ela se achava grávida procurara abortar, porque não queria ter filhos do Sultão. Esta invencível melancolia de uma mulher que ele amava loucamente, deu ao Sultão a tristeza e o remorso, e decidiu-se a abdicar em favor de seu filho *Ahmed*. Retirou-se para o interior da terra ao norte de *Malaca*, e ali em um sítio chamado *Kayer-Hara*, entregou-se ao estudo do Sofismo sob *Mokhadden Sadar Djckam*.

«Afonso de Albuquerque, cognominado o *Sadjerat malaio*, depois de ter resignado a sua realeza foi a Portugal reclamar uma Armada. O rei de Portugal deu-lhe quatro grandes navios, cinco carracas e quatro galeões; Albuquerque tomou a Goa, aonde equipou mais três baixéis, oito galeotas, quatro galeões, e quatro barcas mais pequenas, ao todo quarenta e três velas. Esta frota singrou direita para *Malaca*. Logo que chegaram, os Portugueses desembarcaram; o Sultão *Ahmed* monta o seu elefante *Djinaia* e vai ao seu encontro. Os Portugueses são repelidos e tornam-se a embarcar. No dia seguinte o combate recomeça encarniçado, os canhões portugueses fazem terríveis estragos nos malaqueses; o Sultão *Ahmed* sobre um dos seus elefantes e armado com uma longa lança faz prodígios de valor apesar de ferido em uma mão. Os Portugueses ficam vencedores e o Sultão *Ahmed* foge até *Pakch*, e dali subindo o rio, até *Panarigan*. Depois disto, o Sultão *Ahmed* e o Sultão *Mahmud*, seu pai, refugiaram-se em *Pahang*, donde tinham tirado grandes socorros e aonde receberam do *Radjá* um magnífico acolhimento. Pouco tempo depois, os príncipes se separaram; *Mahmud* retirou-se para a ilha de *Bintang*, e o Sultão *Ahmed* foi fundar a cidade de *Kepeh*. Ali, o seu proceder desprezador para com os grandes e nobres que o haviam seguido, irritou o ódio do Sultão *Mahmud* que lhe mandou um dos seus oficiais para o matar. Assim morreu o último rei malaio de *Malaca*, e foi enterrado em *Buki-Bata*. Quanto ao Sultão *Mahmud*, o seu ódio implacável contra o estrangeiro não se extinguiu com o seu alento vital no

principado de Djor, que ele havia fundado; porque, cem anos depois, é dali e de *Atchin*, que partiram os golpes, que lançaram por terra o domínio português em Malaca... com proveito da Holanda.»<sup>182</sup>

Por esta transcrição da *História dos Reis dos Malaios de Malaca*, se vê quanto os nossos poetas épicos se despreocupavam do elemento tradicional, para se mostrarem metrificadores segundo a banal retórica do humanismo jesuítico.

## BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS

No seu juízo sobre as Epopeias do século XVII, Camilo Castelo Branco condenou «a perderem-se no mar morto das bibliotecas inúteis o *Viriato Trágico* de Brás Garcia de Mascarenhas, a *Insulana* e a *Fénix da Lusitânia* de Manuel Tomás, o *Macabeu* de Miguel da Silveira, o *Alfonso* de Francisco Botelho de Moraes e Vasconcelos, a *Espanha libertada* de D. Bernardo Ferreira de Lacerda, e outros de tão fastidiosa análise que não podem ser aquilatados pelo apreço que lhes deram os contemporâneos...» (*Curso de Lit.*, p. 39). O conhecimento da vida de Brás Garcia de Mascarenhas e do meio beirão em que foi criado, ilumina o seu poema do *Viriato trágico*, revelando-nos como no seu espírito ressurgiu a tradição do Pastor do Hermínio lutando contra o invasor romano pela independência da Lusitânia, dando-lhe realidade combatendo também o invasor castelhano como chefe da *Companhia dos Leões*, por ele levantada na Beira após a Revolução de 1640. Esta relação entre o poeta e o poema, dando verdade e realidade a uma criação inspirada pelo sentimento nacional, suscita o interesse das investigações históricas sobre a sua individualidade. Por elas se reconhece como um tipo com o relevo excepcional de uma forte raça – apaixonado, aventureiro, destemido e sofredor. A sua vida é um poema, que ele mesmo resumiu nas estrofes autobiográficas, que constituem o Canto XV do *Viriato trágico*. Bento Madeira de Castro salvou o poema ao fim de trinta e sete anos depois da morte de Brás Garcia de Mascarenhas, e para inteligência desse Canto XV escreveu «uma breve notícia da *vida também poética do Autor* para maior pasto da curiosidade...» Pelas investigações recentes essa vida poética aparece determinada por um desventuroso amor, que actuou nos lances imprevistos da sua existência. Madeira de Castro, escrevendo em 1693, ainda *não eram esquecidas as suas juvenilidades*, consignou valiosos elementos biográficos tradicionais, mas sem a justeza das datas históricas. Os dados genealógicos laboriosamente coligidos pelo visconde de Sanches de Frias no seu livro *O Poeta Garcia*, e os numerosos documentos escavados pelo Doutor António de Vasconcelos no seu fundamental estudo sobre *Brás Garcia de Mascarenhas*, publicado na Revista da Universidade de Coimbra, dão-nos todos os elementos para resumir essa *vida poética*, que dá a inteligência do *Viriato trágico*.

Escreve Bento Madeira da terra da sua naturalidade: «a nobre e antiga vila de Avô, não longe da Serra da Estrela, na província da Beira... enobrecida com um Castelo e duas pontes – é retalhada de dois rios, o Alva e o Pomares, e muito mimosa de excelentes frutos.» No Canto IV, estâncias 90 e 91 descreve o poeta:

Da altiva Estrela nasce altivo infante  
Meu pátrio Alva, corno de Amalteia,  
Que em pomos e pescados abundante  
Mais copia cria do que tem de areia;

---

<sup>182</sup> Ap. *Congrès des Orientalistes*, t. I, p. 549 e 552 (1873).

Em partes mudo, em partes retumbante,  
De vila em vila plácido passeia,  
Que todas nele tem soberbas pontes  
Para quando soberbo investe os montes.

Com duas e um *Castelo*, a qual mais forte  
A cara pátria minha, aonde abraça  
O trutífero Moura, umbrosa corte  
De Flora e Diana lhe acrescenta a graça.

E no Canto XV descreve o encanto da paisagem que o fez poeta, e que o atraía com sedução através de todas as lutas da vida:

Creci-me nestes vales deleitosos,  
Refrigério de cálidos estios,  
Quente abrigo de invernos rigorosos,  
Labirinto de flores e de rios;  
De peixe, caça e frutos abundosos,  
De primor cheios, de ambição vazios,  
Que ambições e privanças, que namoram  
Fogem dos vales, e nas Cortes moram.

Porém, como estes bens não conhecia,  
Nem os futuros males receava,  
Quanto já na puerícia mais crescia,  
Mais os pátrios regalos desprezava.  
Em desejos de ver o mundo ardia,  
Estreita a pátria o coração achava...

(Cant. XV, est. 32-33)

O seu talento poético manifesta-se espontaneamente, acordado pela fulguração do amor:

E tu, filha do Alva cristalino,  
*Minha mais natural, que culta Musa,*  
Em cujas praias o senil Menino  
Me ensinou a tocar a Cítara lusa;  
Esse da natureza, dom divino  
Mal repartido à parte em que não se usa,  
Donde eu somente dei e tantos males  
Queixas aos montes, lágrimas aos vales.

(Cant. I, est. 4)

Da sua filiação e data de nascimento diz-nos Bento Madeira, seu parente por afinidade: «Aqui, a 3 de Fevereiro, na era de 1596, nasceu Brás Garcia de Mascarenhas;

seu pai se chamava Marcos Garcia e sua mãe Helena Madeira, gente nobre e principal da terra.»

O registo ou assento baptismal feito em 10 de Fevereiro de 1596, não declara o dia em que nascera; mas o poeta o revelou nas estâncias 30 e 31 do canto autobiográfico, aludindo ao nascimento de seu irmão Manuel Garcia em 1594, pela coincidência de terem ambos nascido no mesmo dia 3 de Fevereiro, em que se venera S. Brás:

*Dois anos antes (o contá-lo espanta)  
Três do segundo mês, dia do Prelado  
Santo, e nosso advogado da garganta  
(Mal de que fui grão tempo atribulado)  
Nasceu outro irmão meu, a quem por santa  
Devoção, foi na pia o nome dado  
Que na circuncisão se deu primeiro  
A quem nos deminuiu do cativeiro.*

Aludia ao nome de *Emanuel*, embora sem rigor teológico.

*No mesmo dia, e na mesma hora  
Que ele nasceu, nasci pera me darem  
Do Sancto o nome, que ignorância fora  
Ao que ele advertiu não repararem.  
O descanso, a que não conheço agora,  
Então passou por mim, sem mo mostrarem  
Que nenhum há no mundo tão perfeito  
Como o gozado no materno peito.*

O assento baptismal encerra elementos, que esclarecem a vida íntima da família do poeta:

«Aos dez de fevr.<sup>o</sup> baptizou o P.<sup>e</sup> Diogo Piz, *a bras*, filho de Marcos Garcia e de sua molher Ilena madr.<sup>a</sup> foi padrinho gaspar dias e madrinha Joanna pegada molher de Symão G.<sup>ia</sup> todos desta vila. Ant.<sup>o</sup> Dias.»<sup>183</sup>

Este Simão Garcia, viúvo de Verónica Nunes, era avô materno do neófito, o futuro poeta, e achava-se então casado em segundas núpcias com Joana Pegada, da qual houvera um filho em 1578, legitimado pelo matrimónio em 7 de Janeiro de 1598. Não são indiferentes estes dados; porque Simão Garcia, que desde 1557 exercia o cargo de Escrivão das Cisas gerais e dos Passos de Avô e de S. Sebastião, obteve licença para renunciar o dito cargo em seu genro Marcos Garcia em 4 de Setembro de 1595. O casamento com Helena Madeira celebrara-se em 19 de Agosto de 1591, nascendo em Junho de 1592, uma filha Feliciano Monteiro, da qual Joana Pegado foi madrinha. Era um modo de lisonjear o velho sogro, que depois do nascimento do seu segundo neto Manuel Garcia em 3 de Fevereiro de 1594 e em vésperas do nascimento de Brás Garcia, fez a renúncia da Escrivania das Cisas gerais de Avô e dos Passos, para auxiliar aquele fecundo casal.

---

<sup>183</sup> Publicado pelo Dr. António de Vasconcelos em 1907 na *Gazeta da Beira*, nº3, ano II (de Oliveira do Hospital).

No registo do baptismo de Brás Garcia torna a aparecer o nome de Joana Pegada, como um reconhecimento e figura como padrinho Gaspar Dias da Costa, Capitão-mor de Avô, a figura mais importante da florescente vila. As relações da família de Marcos Garcia com a do Capitão-mor de Avô tornaram-se íntimas como se infere pelo compadrio estabelecido pelo nascimento de vária prole. Assim pelo nascimento de Verónica Nunes, baptizada em 6 de Dezembro de 1597, figura como madrinha Susana Manuel, esposa do Capitão-mor Gaspar Dias da Costa. Pelo nascimento de Ana Monteiro, baptizada em 15 de Setembro de 1603, é mais uma vez madrinha Susana Manuel.

Na família do Capitão-mor era também numerosa a prole, merecendo apontar-se duas meninas, que foram gentilíssimas, Maria Madeira e Cecília Madeira, nascida em Maio de 1600. As crianças das duas famílias principais de Avô brincaram juntas em inocente confiança, à boa sombra dos seus padrinhos, em correrias pelos areais do Moura, pelos pomares do formosíssimo vale. No Canto XV, estância 24, descreve Brás Garcia esse meio encantado em que se criou:

Os bosques, em que está, vê deleitosos  
A Ceres loura e a Flora jardineira,  
Vê nascer entre os rios caudalosos  
Nobre Vila em península guerreira,  
Que com três edificios sumptuosos  
Ponte, Castelo, Igreja, honrando a Beira,  
Enobrece Dinis, segundo Brigo,  
Novo Restaurador do reino antigo.

Refere-se nesta estrofe ao rio Alva engrossado pela ribeira do Moura, que atravessa a vila separando os dois bairros de Santo António e do Adro, fazendo, pela confluência de ambas as águas, a esplêndida lagoa do Pego, que uma pequena insula torna mais esplêndida. Nunca se apagaram no espírito do poeta estas perspectivas; assim no Canto XIV, estância 104, descreve com alma:

Bem donde o Alva cristalino abraça  
O pomífero Moura, que correndo  
Pobre de cabedal, rico da graça,  
Censo estivo lhe está sempre ofrecendo  
De claras aguas, larga e bela praça  
Entre ásperas montanhas se está vendo  
Anfiteatro de plantas que autorizam  
O grão Lago, em que sempre se narcizam.

A ponte a que se referira o poeta era a de Santo António, do lado do norte sobre a ribeira, e foi mais tarde derrubada por uma cheia; a ponte que atravessa o Alva a oeste, do lado do Adro, também foi no fim do século XVIII reedificada.<sup>184</sup>

O Castelo na elevação escarpada do antigo Couto, em que se formou o bairro do Outeiro, era construído de grossas muralhas em forma de polígono, com onze lados, tendo a parte principal para o lado sul, com sua torre rectangular, e rendilhada de

---

<sup>184</sup> Sanches de Frias. *O Poeta Garcia*, p. 88.

ameias. No tempo do Capitão-mor Gaspar Dias da Costa, ainda o Castelo, bem conservado, tinha uma igreja padroeira e casa de moradia, comunicando por meio de rampas com as duas pontes.

Deste meio paradisíaco em que se lhe acordava o sentimento do amor e da poesia, escreve Brás Garcia de Mascarenhas:

Em desejos de ver o mundo ardia,  
Estreita a Pátria o coração achava,  
*E as Letras, a que quatro irmãos se deram,*  
Pelas armas seguir me aborreceram.

(Cant. XV, vol. 32 e 33)

Esses quatro irmãos eram Manuel Garcia, dois anos mais velho, que frequentou a Universidade de Coimbra, e Pantaleão Garcia, mais novo cinco anos, Matias Garcia, onze anos mais novo e Francisco Garcia, os seus dezasseis anos. Três destes irmãos seguiram a vida eclesiástica; das informações para receberem as ordens vem-nos o conhecimento dos seus aspectos físicos e morais, que nos representam idealmente o poeta. Assim as informações de 21 de Fevereiro de 1625 dão-nos Manuel Garcia: *homem alto de rosto, os dentes alvos, a testa grande, não muito gordo, não é muito alto, o corpo bem feito*. E de Pantaleão Garcia, em data de 17 de Fevereiro de 1628: «homem virtuoso e pacífico, quieto, homem *alto de corpo*, ainda sem a barba, *o rosto comprido, não muito alto, os olhos formosos, as mãos grandes e brando de fala.*» Brás Garcia sentia o seu garbo juvenil, enveredou por outro caminho:

Entro na adolescência, ponho espada,  
E dela apreendo uma e outra regra,  
Ramo não fica em que não vá provada  
Nem cabelo, em que não me dêem com a negra.  
*O tanger, e dançar muito me agrada*  
Mais o cavalo brincador me alegra  
De festa em festa ao néscio encaretado  
Aqui senhor me finjo, ali criado.

(Cant. XV, est. 34)

As danças, as músicas, passeios divertidos e imitações mímicas eram as afectuosas partidas, em que suas irmãs Feliciano, Verónica, Maria, Ana, Isabel e Maria com as duas filhas do Capitão-Mor, Maria Madeira e a formosa Cecília formavam os deslumbrantes ranchos de que o poeta era a alma irrequieta. Ele nos descreve esta crise de uma vaga sensibilidade que vai concentrar-se em uma paixão única:

Por que a toda a janela de cortina  
O pícaro disfarce reconhece,  
Que, *onde brilha a beleza peregrina*  
Sobe o sotaque a ver se o favor dece.  
Qual cala, qual responde, *qual se inclina,*  
*Qual favorece, qual disfavorece,*

Selada feita de *confiança honesta*,  
Festa, que todos têm por melhor festa.

Amor, que em noviciado entretivera  
Até ali minha louca ociosidade,  
Tratou de siso, como se o tivera,  
De me oprimir de toda a liberdade.  
*As Musas, que eu 'té então não conhecera*  
*Achando em seu calor facilidade,*  
*Cantando espalham queixas e louvores*  
*Que Amor sem versos é jardim sem flores.*

O mais inábil e grosseiro amante,  
Se não faz versos, os alheios canta,  
Passarinho não há que os seus não cante  
Por que seu metro tem sua garganta.  
Responde a fera à rude consoante  
Da que bramindo absente a voz levanta;  
A tudo o que ama enfeita esta harmonia,  
Por que é gala do Amor a Poesia.

(Canto XV, st. 34 a 37)

A vista das areias do Alva recorda-lhe os tempos em que as *duas irmãs* D. Maria e D. Cecília, na alegria da adolescência por ali corriam com seus namorados:

Se não filhas do Sol, filhas do Alva,  
Almas vencendo, corações ferindo...

(*Ib.*, IV, 103)

Porque sempre a beleza apetecida,  
Ou dos pés ou dos olhos é seguida.

Quanto mais fugitiva, mais buscada,  
Quanto mais presumida mais ingrata,  
Quanto mais vergonhosa respeitada,  
Docemente cruel, agrada e mata.  
Cada qual, quando envergonhada,  
Por onde passa as almas arrebatada;  
Que é tirana a beleza em dar cuidados  
Traz si leva aflições e deixa agrados.

(*Ib.*, 108 e 109)

*Ambas* amadas são e desamadas;  
Querem, não querem; rogam, são rogadas.  
Parece que as fizera a natureza  
Mui de encomenda iguais como as boninas,

Que iguais eram nos membros e beleza  
Iguais na graça e partes peregrinas.  
Correspondia o siso à gentileza,  
Que nem todas as belas são mofinas.

.....  
*Ambas* ao sol furtaram seus cabelos,  
E às índias os rubis das faces belas,  
O resplendor do branco aos caramelos  
E o cintilar dos olhos às estrelas;  
Os cramezis da boca aos cravos belos,  
A harmonia do canto às filomelas,  
A proporção dos membros à escultura,  
E todo o bem a toda a formosura.

(*Ib.*, 116 a 118)

Eram pelo contrario seus amantes,  
Posto que gentis homens e atentados,  
Naturalmente feros e arrogantes...

Amor lhe ensinou logo a policia  
Das galas, dos requebros, dos passeios,  
A brandura, primor e cortesia  
Dos sempre apetevidos galanteios;  
Ajudada se quer a galhardia  
Dos corpos com as galas e meneios;  
Outros parecem já, donde se entende  
Que na Escola do Amor tudo se aprende.

Mas este, que avassala tantos peitos...  
Pode só produzir vários efeitos  
De tão affectas e leais vontades...  
Que vai muito de amores a amizades,  
Que estas os tem conformes nos primores,  
E aqueles diferentes nos favores.

.....  
Amor costuma, vezes infinitas,  
Frustrar a muitos que a servi-lo acodem,  
Engana a firmes, paga a venturosos,  
Poucos alegres tem, muitos queixosos.

Que maiores serviços, que maiores  
Merecimentos, que os dos dois amantes?  
Que promessas mais firmes, que favores  
Mais certos, que os dos dois belos semblantes?  
E contudo vem malograr as flores  
E o fruto, por ser fruto de ignorantes,  
Que mal se logra, e nas mãos peúga;  
Se Egle isto negar, Tântalo o diga.

No Canto V desenha-se o quadro dos pares namorados escreverem na areia do Alva as suas queixas:

Pelas praias do Alva divertiam  
Todos quatro uma tarde os pensamentos,  
E por ela a escrever se divertiam  
Sobre o papel da areia seus tormentos.  
O que escreveram separados, liam  
Juntos, multiplicando sentimentos...

– Como esta areia, que meus olhos regam  
E que vão minhas plantas imprimindo,  
Que quando nela a estribar se chegam,  
Esquiva para traz lhe vai fugindo;  
Assim meus gostos, porque não sossegam  
Na areia da mudança viu fugindo  
E quando nelas, porque mais me enojem,  
Quero estribar-me para traz me fogem.

.....  
Triste de quem seus desconcertos pinta;  
Da areia faz papel, do dedo tinta.

(Canto V, est. 124 a 128)

O seu primeiro biógrafo por estas suas *juvenilidades* apenas diz: «Passando a infância e puerícia em companhia de outros seus irmãos que estudavam, *tomou algumas notícias da língua latina*, que ao depois soube com perfeição por sua muita O natural curiosidade e pronto engenho.» A língua latina dava uma cultura geral, actuando na correcção gramatical e Da expressão retórica; se recebesse as maciças doses das classes jesuíticas ficaria bestificado. O amor salvou-o, libertando-lhe a imaginação. É pena que as suas poesias líricas se perdessem pelo ignaro desleixo dos seus descendentes; por elas conhece ríamos a que empolgou todo o seu pensamento. Pelas relações da família de Marcos Garcia com a do capitão-mor Gaspar Dias da Costa acode ao espírito que seria uma de suas filhas.

Qual? Por 1617 casava sua filha Maria Madeira da Costa com João Manuel da Fonseca, que sucedera ao sogro na Capitania-mor de Avô; a outra filha, Cecília Madeira, estava nos seus deslumbrantes dezassete anos (nascera por Maio de 1600). Brás Garcia contava vinte e um anos, e como afillhado do velho Capitão-mor obedecia àquela observação de Camões: «Conversação domestica afeiçoa.»

Nas suas fortes investigações de documentos sobre Brás Garcia de Mascarenhas, o Doutor António de Vasconcelos, com a sua visão sintética, escreve: «Ignoro quem e donde seria esta dama que assim cativou o galã temível: certamente era da Beira e talvez *mesmo de Avô* ou cercanias. Por uma série de circunstâncias e coincidências, que bem estranhas seriam se se considerassem meramente casuais, sou tentado a aventurar a hipótese, embora não possa sustentá-la como facto histórico à falta de prova suficiente, que a grande paixão de Brás teria por objecto uma filha do Capitão-mor de Avô, Gaspar Dias da Costa, antecessor no cargo, e sogro do referido João Manuel da Fonseca.

«D. Cecília Madeira da Costa, se chama essa menina, e era quatro anos mais nova

do que o poeta, pois nascera no principio de Maio de 1600, sendo baptizada a 11 do dito mês.

«Herdeira de rara e afamada beleza e encantos de espirito de sua mãe, e de parte da grossa fortuna de seu pai, apelidado de *honrado e rico homem* em vários documentos da época; descendente de nobilíssima estirpe, tanto pela linha paterna como pela materna; possuidora de um nome dos mais ilustres de toda a Beira, esmaltado por tradições de família gloriosa, não admira que em volta desta jovem se formasse uma corte de apaixonados e pretendentes.

«Seria ela realmente a amada do nosso Brás Garcia? Suponho que sim... a paixão do poeta foi profunda e enorme, senão também que semelhantes paixões despertou a mesma dama em outros rivais. O que é certo, é que *exerceu sobre ele e sobre a sua vida uma influencia decisiva.*» (*Revista da Univers.*, vol. I, p. 35 e 36). Brás Garcia concentra em uma estância a conflagração em que lhe foi impelida a existência; diz referindo-se ao Amor:

Este tirano intrínseco me deve  
*Quantas desditas tenho padecidas,*  
*Que em tantas me enredou em tempo breve,*  
Que o não há para serem referidas.  
*Ciúmes, vento, chuva, calma, neve,*  
*Desafios, paixões, brigas, feridas,*  
*Resistências e trances, que não pinto,*  
*Tudo por ele passo, e nada minto.*

(Canto XV, est. 38)

Bento Madeira, no resumo biográfico que explica o Canto XV do *Viriato trágico*, assinala o primeiro transe, que lhe desarmonizou a sua vida: «Vindo a Coimbra a assistir a umas *Festas celebradas no Terreiro de Sansão*, por correspondências com uma Dalila, perdeu a liberdade sendo prezo na Cadeia da Portagem, da qual *depois de alguns meses de prisão*, ao receber um grande presente se escapou entre muita gente, deixando mal ferido o carcereiro, e bem montado, na Ponte, por não voltar ao cativoiro de ambas as liberdades, se passou a Madrid...» Bento Madeira não fixou datas, mas são lucidamente deduzidas pelo Doutor António de Vasconcelos. Descreve o seu transe o poeta:

Lá, donde com mais plácida corrente,  
O sereno Muliades caminha,  
Espelho dando à fabrica eminente  
Do ariano Ataces e cristã Rainha,  
Fui a ver, mais incauto que prudente  
Uma festa que foi tragédia minha,  
Que o sopro de malsim prezo exprimento,  
Que leva um sopro o mor contentamento.

Quem per mui grave caso não foi prezo,  
Não diga que passou tormento grave,  
Que, com a liberdade é todo o peso  
Calamitoso de levar suave;

Logo um prezo e tratado com desprezo,  
*inimigo não há que não o agrave;*  
*Deixado é de parentes e de amigos,*  
Muitos nos bens, poucos nos perigos.

Bem tenho à minha custa experimentado  
Verdade, que é de tantos tão sabida,  
Pois quanto era a prisão mais dilatada  
Achava mais difícil a saída;  
E como é na ocasião mais apertada  
A desesperação mui atrevida  
Com celebrado ardil e alheio erro,  
Rota a masmorra, abre caminho a ferro.

Cerrá-lo a vozes Némesis procura,  
Rústica plebe a seu favor se emprega;  
Mas quem deliberado se aventura  
Não teme a quem sobressalto chega.  
O perigo em que a morte se afigura  
A quem a solícita espanta e cega,  
E por horror confuso e sol ardente,  
Bem como a lebre os cães me segue a gente.

A mais distancia, de que o caso pede,  
Uma filha do vento um prado tosa,  
Que se é bruta, piedade me concede  
A madeixa da Calva melindrosa.  
Esta, daquela inextricável rede  
Me livra tão leal, quanto animosa,  
Pois sem fazer nos mãos encontros falta,  
Quanto alcanço com os beijos, e os pés salta.

Temor e Amor lutando vão comigo  
Por donde quer que vou; aconselhando  
O temor que me aparte do perigo,  
Amor que me detenha perigando.  
Reprovo o cauto lince, o cego sigo,  
Por ele a vida e crédito arriscando,  
Que quando Amor seus gostos solícita,  
Dificuldades grandes facilita.

(Canto XV, est. 39 a 45)

Fixou o Doutor António de Vasconcelos este transe sofrido por Brás Garcia de Mascarenhas em Novembro de 1616, porque se fizeram as grandes festas da entrada do Bispo Conde D. Afonso Furtado de Mendonça na Sé de Coimbra. No *Terreiro de Sansão*, o largo diante do Mosteiro de Santa Cruz, fizeram os Cónegos Regrantes (os chamados Bispos de Sansão) aparatoso e esplêndido festival como lhes competia por ter o Bispo-Conde sido Reitor e Reformador da Universidade nos anos de 1597 a 1605. Ao

Prior geral dos Crúzios competia o cargo supremo de Cancelário da Universidade. O nome do Terreiro despertou a Bento Madeira a ideia de sedução de uma *Dalila*; por certo um rapaz de vinte anos, como era Brás Garcia, entrou em alguma casa e sendo surpreendido por traição para lhe apanharem o dinheiro que em si tinha, facilmente veio para a rua, e aos berros e clamores foi preso por um partazana, contra quem, sacando a espada, lhe decepou dois dedos. Assim o que seria uma breve detenção policial, tornou-o réu de um crime contra a autoridade, sendo prontamente metido na cadeia da Portagem. Devia este acontecimento ter uma forte repercussão em Avô, e sobretudo no meio doméstico e relações distintas. Durou meses o encarceramento, por a ninguém interessar o andamento do processo. Foi então que Brás Garcia de Mascarenhas ideou o estratagema para evadir-se da Portagem: Nas festas de 4 de Julho de 1617, em que Coimbra se atulhava de gente pela canonização da Rainha Santa, é que ele fixou o momento para a fuga, quando todos estivessem embebidos nas músicas e procissão; para esse dia combinou a entrada de um presente faustoso, coisa volumosa, que obrigasse a abrir a porta do cárcere para a colocar, alguma pipa de vinho ou tassalhos de carne, coisa que enchesse o olho ao carcereiro. Surtiu bem o plano; e aberta a porta do cárcere, Brás Garcia safou-se, correndo por entre o tropel e os gritos para além da Ponte onde pastava combinadamente uma égua; e assim escapou do ajuntamento (*rústica plebe*) como caracteriza nos seus versos <sup>185</sup>, este angustioso momento da sua vida. Apareceu rapidamente em Avô, mas refugiando-se em Bobadela em casa de sua avó, arriscando-se de vez em quando pelo amor que o faz afrontar todas as dificuldades. Como consideraria a sua namorada esta situação de foragido? Neste ano de 1617 realizava-se o casamento de D. Maria Madeira da Costa, filha do Capitão-mor, com João Manuel da Fonseca, grande proprietário de Anceriz que ocupava depois a Capitania-mor de Avô; deste enlace nasceu no seguinte ano de 1618 uma menina D. Maria da Fonseca da Costa, da qual foi madrinha D. Cecília Madeira. Este facto provocaria um maior ascendente sobre o espírito da namorada de Brás Garcia. Os bens que em Anceriz possuía João Manuel da Fonseca, tinham de ser separados dos de seu irmão Alexandre Afonso da Fonseca, solteiro, que aí residia. A cunhada dele engendrou um projecto simplista para fazer o casamento de sua irmã e comadre com Alexandre Afonso da Fonseca; assim ficava tudo em casa. É natural que D. Cecília Madeira se não deixasse abalar às primeiras sugestões; mas Brás Garcia sente-se brevemente *enredado em ciúmes, paixões, brigas, resistências, transes* (XV, 38). Sente-se humilhado no seu carácter altivo, mal julgado entre parentes e amigos, e vendo falecer sua avó Ana Marques em 18 de Abril de 1619, perdendo o seu suave refúgio de Bobadela, parte resolutivo para a corte de Espanha. (*Rev. da Univ.*, p. 295). Saboreemos estas estrofes autobiográficas:

---

<sup>185</sup> Sobre este lance entreteceu Camilo Castelo Branco o romance intitulado *Luta de Gigantes*, em contradição com todos os factos históricos, como nota o Doutor António de Vasconcelos: «levado pela fantasia, e sem se preocupar com a realidade histórica, nos descreve o poeta a cursar a Universidade em 1619, tendo por condiscípulo e amigo íntimo o fidalgo lisboeta Diogo César de Menezes, cuja amizade, segundo ele conta, veio a ter uma acção muito importante e decisiva em toda a vida do poeta... Mas a verdade histórica é muito diversa daquela que foi romantizada por Camilo.

«Brás Garcia nunca frequentou a Universidade de Coimbra. Percorri com minuciosa curiosidade tanto os livros de Matrícula como de Provas de Cursos de todas as faculdades académicas, desde 1610 em diante, e posso assim com inteiro conhecimento de causa fazer esta afirmação. – Diogo César de Menezes também jamais frequentou as escolas universitárias. Nem era verosímil que fosse condiscípulo e confidente de Brás, pois havia entre eles notável desproporção de idade; no ano de 1619, a que são por Camilo reportados os acontecimentos por que abre o seu romance, Brás contava 23 anos, enquanto Diogo tinha apenas 14, – contando 16 de idade fazia este a sua profissão religiosa...» (*Rev. cit.*, p. 30). O trabalho de Sanches de Frias foi contaminado por esta fantasia romanesca.

Cansado em fim do *vil encantamento*  
Que o corpo debilita e a honra acanha,  
Me transfiro, a pesar do amante intento  
À Corte do feliz Numa de Espanha;  
No tempo, quando em seu maior aumento  
Gozando a paz, que os vícios acompanha.  
Parecia nos faustos e grandeza,  
O centro das delicias e riquezas.

(Canto XV, est. 45)

Era a Corte de Filipe III, a que aludia o poeta, e que descreve com traços magistrais:

Considererei, que a força da ventura  
Sem forças de que tal se imaginara,  
Aquela Babilónia mal segura  
De universais caídas levantara,  
Para quotidiana sepultura  
Das ilustres Nações que sujeitara,  
Por que os tronos reais são fabricados  
Sobre os ossos dos mal afortunados.

É mar a Corte, e rios os Senhores  
Que entrando nela, como nela os rios,  
Os que se têm cá fora por maiores,  
Perdem lá dentro a furna, nome e brios;  
Sem lhe os pulsos tomar, julguei dar cores,  
Que uns padeciam febres, e outros frios,  
Que esta ânsia de privar é divulgada  
Maleita bem prevista e mal curada.

Madrid, dizem, que estriba em fogo e agua,  
Deve ser por retóricas figuras,  
Que geral pranto e ambiciosa frágua  
Formam do vasto corpo as brasas duras.  
*Um ano inteiro vi*, com grande magoa  
Venturas de uns e de outros desventuras,  
Estas caindo nos indignos delas,  
E os delas dignos alcançando aquelas.

Vi os adultores mui possantes,  
O mérito mui fraco e desvalido,  
Com mau partido os pobres negociantes  
E os ricos todos com mui bom partido.  
E achando-me formiga entre elefantes,  
Por não servir, depois de ser servido,  
Deixei a Corte por abismo cego,  
E enfadado da terra ao mar me entrego.

(Cant. XV, est. 46-49)

No Canto V, estância 5, traçando um rápido quadro da Corte de Madrid, conclui pela previsão de calamidades:

Competiam na Corte de Castela  
Merecimento; e dinheiro certo,  
E de ordinário se antepunha nela  
Todo o rico risonho ao pobre esperto.  
Tanto dar tanto pode empobrecê-la,  
Que de Corte caminha a ser deserto,  
Que donde falta o prêmio a quem milita  
Nem habita a razão nem gente habita.

Quando Marte repousa sossegado,  
Bem sofre a Paz o que não sofre a Guerra,  
Que bem fraco pastor governa o gado  
Se de lobos está segura a serra;  
Mas, que quando solícito, indignado  
E estupendo resolve o mar e a terra,  
Se prefiram bisonhos a peritos,  
*Vésperas são de estragos e delitos.*

Fixa-se este ano de Madrid em 1620, Bento Madeira, sem datar o facto, aponta apenas a passagem a Madrid, corte de Espanha e também a este tempo de Portugal; e passado um ano nesse império do mundo, enfadado já da estância ou a instância da bolsa, «se partiu e se embarcou em o porto mais vizinho em um patacho que fazia viagem a Lisboa». Prossegue o poeta na sua autobiografia:

Da Turdetânia apenas me saía,  
Dobrando o Sacro Promontório, quando  
*De Meias-Luas abordado via*  
*O patacho, e conflito miserando.*  
De corpos destroçados se cobria  
O convés, em que o sangue anda nadando  
Que antes se escolhe em transe tão guerreiro  
Morte honrada, que infame cativoiro.

Tinha terminado a trégua de doze anos entre a Espanha e a Holanda, quando partira de Sevilha; foram imediatas as consequências:

Eis que por barlavento em popa assoma  
Tão alterosa nau, que em um momento  
Desaferrando as Luas de Mafoma,  
Partem voando a seu pátrio assento;  
Deixa os Turcos fugir, e os Cristãos toma  
O socorro do Herege fraudulento,

Que abordando com capa de amizade  
Prende a fazenda, e solta a liberdade.

Sobre a túrdula praia em batel roto  
Os poucos vivos quase nus alija,  
E com o Pirata só fica o piloto  
Pera que a costa mais perito aflija.  
Eu em vez de fazer solene voto  
De mais não contrastar fera tão rija,  
Como agua falsa, tão voraz e tanta  
Que espanta o vê-la, e o passai-a espanta.

(Cant. XV, est. 51 e 52)

A fragata holandesa que andava a corso é uma indicação preciosa, como observa o Doutor António de Vasconcelos: «este facto nos fornece um elemento cronológico; não sucedeu isto antes da primavera de 1621, por que então terminou a trégua de doze anos ajustada entre a Hespanha e os Países Baixos, pelo tratado de Antuérpia, assinado a 9 de Abril de 1609.» (*Revist., ib., p. 299*). A *túrdula praia* em que foram alijados os sobreviventes da matança do pirata turco e da pilhagem do corsário holandês, é determinada pelo criterioso investigador na região dos *Turduli veteres*, de Plínio, que Fr. Bernardo de Brito, a quem segue com admiração Brás Garcia, localiza na Estremadura, que se estendia até ao Tejo, como o poeta o admite:

Dos *Turdulos antigos*, que habitavam  
O que hoje Estremadura é nomeada.

(Canto XV, est. 18)

O desembarque na costa portuguesa motivaria o piedoso socorro aos seus ferimentos e indigência em que o deixaram, proporcionando-lhe em qualquer rasca de cabotagem o poder seguir para o Porto, demorando-se aí, até obter auxílio da casa paterna e seguir clandestinamente para a vila de Avô. A sucessão de Filipe IV motivava qualquer amnistia geral, segundo o costume; daí a confiança para voltar à saudosa pátria, aonde, como diz Bento Madeira, *ainda não esqueceram suas juvenilidades*. Mas pior que todos os golpes sofridos, veio encontrar tratado o casamento de D. Cecília Madeira com seu cunhado Alexandre Afonso da Fonseca, ficando assim unidas as propriedades de Anceriz. A irmã e comadre de D. Cecília aproveitou-se da longa ausência de Brás Garcia e das provas do seu estovamento para desfazer-lhe o doce sonho amoroso. Brás Garcia não tinha mais que esperar na pátria. A terrível data de 1623 comprova a realidade do seu romance de amor; em 16 de Agosto de 1623 casava D. Cecília Madeira da Costa com seu concunhado; e Brás Garcia, como observa Bento Madeira, «não cabendo seu animo em tão curtos limites, se passou à cidade do Porto e daí ao Novo Mundo...» nesse mesmo ano de 1623. E escreve o poeta:

Sobre a primeira queda, torno à luta,  
Sem me turbar de tão funesto agouro,  
Por que com pertinácia resoluta  
*Dentro em dous meses desemboco o Douro.*

Brevemente me ensina gente bruta  
A ciência, que apura a fome do ouro,  
Por que o sutil me alegre e maravilha  
Do astrolábio, da carta e balestilha.

(Canto XV, est. 53)

A sua partida para o Brasil em 1623 bem significa um acto de desespero, porque as notícias que constavam dos jornais holandeses, eram de que a República batávia, pela sua Companhia Ocidental mercantil preparava uma invasão das colónias Portuguesas do Brasil. Pelo monopólio do comércio do Brasil e África à Companhia, logo acorreram os capitais e dinheiro para organizar-se a liga ou expedição naval, e estabelecer o curso contra a navegação de Espanha. Tal foi o efeito da cessação da trégua ineptamente recebida por Olivares. Portugal tinha repellido as invasões francesas; agora, envolvido nas habilidades castelhanas, achava-se assaltado nos seus domínios pelos Holandeses (as Sete Províncias unidas pela Paz de Utrecht de 23 de Janeiro de 1579). O Governador da Baía, Diogo de Mendonça Furtado, recebeu aviso da metrópole para que se acautelasse da próxima chegada da esquadra neerlandesa.

Quando Brás Garcia seguia viagem para a Baía, já estava em acção um terrível curso que desde 1623 a 1636 destruiu e apresou 547 navios espanhóis, representando a perda de sete milhões de florins. No Canto XV descreve o poeta a tormentosa viagem:

Apesar de tormentas, calmarias,  
*Corsários*, e aflições de sangue e morte,  
Entrei pela rainha das *Baías*,  
Celebrado teatro de Mavorte.  
Desta Cidade ilustre em bizzarrias,  
Da nova Lusitânia nova corte,  
Julguei que era o Brasil jardim sem muro,  
*Tesouro rico, porém mal seguro.*

A Idade de Ouro inda então lembrava,  
E a de Prata, que nele florescia,  
Já com intercadências vacilava,  
Porque perto a de ferro trasluzia.  
Se a muita gente pobre alevantava,  
Também a muita rica empobrecia,  
Que é mal segura em quem compra e vende  
Toda a riqueza, que do mar depende.

(Cant. XV, est. 54-55)

O poeta não se quedou na Baía; fez digressões ao longo da costa do Amazonas e ao Prata, percorrendo as catorze Capitánias e vindo estacionar em Olinda até o sinistro dia 8 de Maio de 1624 em que branquejaram no horizonte as velas da Armada holandesa; assim narra o poeta:

*Navegando sua costa, desejoso*

De saber estranhezas não sabidas,  
*Naufração padeci* tão lastimoso,  
Que entre muitos salvamos poucas vidas.  
Escarmentando mais que curioso,  
*Tendo as Colónias lá reconhecidas,*  
Na de *Olinda* parei, tendo a de *Olinda*  
*Por maior, por melhor e por mais linda.*

(*Ibid.*, est. 56)

Este juízo de Brás Garcia de Mascarenhas acha-se confirmado pelo seu contemporâneo Fr. Manuel Calado, que no pomposo livro *Valeroso Lucidemo* descreve a fascinante Olinda, como uma cidade maravilhosa: «O ouro e a prata eram sem numero nas casas aparatosas, e por um pobre e miserável se tinha o que não tinha seu serviço de prata. As mulheres andavam tão loucas e tão custosas, que não se contentavam com os tafetás, chamalotes, veludos e outras sedas, senão que arrojavam as finas telas e ricos brocados; e eram tantas as jóias com que se adornavam, que pareciam chovidas em suas cabeças e gargantas as pérolas, rubis, esmeraldas e diamantes. Os homens não haviam adereços custosos de espadas e adagas, nem vestidos de novas invenções, com que se não ornassem; os banquetes quotidianos em que as delicias de manjares e licores, eram todos os que se produziam assi no Reino como nas ilhas; as escaramuças e jogo de canas em cada festa se ordenavam, tudo eram delicias, e não parecia esta terra senão um retrato do terreal paraíso.» Por baixo desta capa deslumbrante descreve o estiloso frade uma outra realidade: «As usuras, onzenas e ganhos ilícitos era cousa ordinária, os amancebamentos públicos sem emenda alguma, porque o dinheiro fazia suspender o castigo, as ladroíces e roubos sem carapuça de rebuço; as brigas, ferimentos e mortes eram de cada dia; os estupros e adultérios eram moeda corrente; os juramentos falsos não se reparava nisso; ...os ministros da justiça como traziam as varas mui delgadas, como lhe punham os delinquentes quatro caixas de açúcar, logo dobravam; etc.» Esta grande atracção fez que o desenvolvimento de Olinda, pela acção dos seus opulentos moradores, embaraçasse o desenvolvimento da população do Recife, que assim se tornaria em valioso posto estratégico para a defesa de Pernambuco.<sup>186</sup> E esse efeito viu-se no 8 de Maio de 1624, à chegada da armada holandesa; escreve o poeta:

*Estando aqui*, como trovão com raio,  
Rompe a guerra, estragando de repente  
A cabeça do Estado *um mês de Maio*,  
Infeliz ao repouso do Ocidente.  
Sobressalto cruel, moral desmaio  
Vai perturbando a paz de gente em gente,  
Branca, negra, gentia, moça e velha,  
Toda se espanta e toda se aparelha.

(*Ibid.*, est. 57)

Em 8 de Maio de 1624 o Governador Geral da Bala manda tocar a rebate para a

---

<sup>186</sup> Varnhagen, *História das Lutas com os Holandeses na Baía*, p. 38. Ed. 1871.

defesa; no dia 9 entram a barra trinta e três navios, dos quais cinco fundeiam diante do forte de Santo António, e os restantes em linha diante da cidade. A resistência ao holandês não se manifestou. Em uma carta Anua do jesuíta P.<sup>e</sup> António Vieira, descreve assim a tomada da Baía, o *mortal desmaio*, como lhe chama Brás Garcia: «Tanto que o sol saiu em 10 de maio, julgando os Holandeses da muita quietação da cidade estar sem defensores, deliberaram-se a entrar, não sem receio de algumas ciladas; mas a cidade ou para melhor dizer, o deserto, lhes deu entrada franca e segura, indo logo tomar posse das casas reais, onde estava o *Governador desamparado de todos* e acompanhado de um filho e três ou quatro homens. – Presos estes, e postos a recato na Almiranta, correm todos os despojos que tanto a mãos lavadas lhes ofereciam liberalmente as casas com as portas abertas, tudo roubam, e nada perdoam, empregam-se no ouro, prata e cousas de maior preço, e despedaçando o mais, o deitam pelas ruas, como a quem custara tão pouco.» Com estas e outras riquezas de carregamentos valiosos é que a Holanda manteve a sua guerra contra a Espanha; é este o sentido do verso de Brás Garcia, «Infeliz ao repouso do Ocidente». E diante desses novos Cartagineses, o Brasil é – «Tesouro rico, porém mal seguro».

Em Julho de 1624, chega a Lisboa e Madrid a notícia da perda da Baía; apresta-se com dificuldade uma Esquadra de oito a dez mil homens, comandada por D. Fradique de Toledo; somente em 22 de Março de 1625 é que ele aparece nas águas da Baía. Constava de 52 navios, trazendo 12.563 homens. Os Holandeses não se tinham prevenido a tempo; em 23 entram os navios, e no dia 30 põe o cerco à cidade; em 6 de Abril, a esquadra acerca-se, e recebendo reforços de Pernambuco e do Rio de Janeiro, os Holandeses capitulam, recuperada a Baía em 1 de Maio. No canto autobiográfico descreve Brás Garcia este combate:

Começa de ferver *em mar e em terra*  
O duro Marte, sem deixar em quanto  
De Equinócio ao trópico se encerra  
Cousa que não envolva em sangue e pranto;  
Tudo apalpa e revolve a dura guerra,  
Porque em tudo se opõe com grave espanto,  
Já sobre as velas, já sobre as amarras  
As santas Quinas, às hereges Barras.

(*Ib.*, est. 58)

No Canto LV, estâncias 24 e 26 descreve o poeta a guerra moderna, em que predomina o assédio em vez das batalhas campais, e refere-se ao cerco em que se reconquistou a Baía em vinte e oito dias, 12 de Abril a 1 de Maio:

Antigamente sobre grã batalha  
Grande Reino mui presto se perdia;  
E agora em torno de qualquer muralha  
Meses e anos aloja a Infanteria.  
.....  
Mais carrancas nos faz que bizzarras  
Nos sítios, que com mais credito abraça,  
O da *Bahia de vinte oito dias*  
*Por mar e terra*, atacada a praça.

Com sortida a San Bento e baterias  
Não chegou a custar de toda a massa  
*Trezentos homens*, nem em tanta prova  
Custou mais que vinte e oito Vila Nova.

No Canto XV, explica o poeta por que é tão sucinto na descrição da tomada da Baía em 1 de Maio de 1625:

Nem porque nossa poderosa Armada  
O perdido restaura, o mal sossega,  
Porque sempre é do Bêlgico infestada  
A costa porque indômita navega.  
*Em varias Rimas tenho lamentada*  
*Esta guerra*, que muito avante chega,  
Calo por tanto os mais particulares,  
Que é dobrar magoas repetir pesares.

(*Ibid.*, est. 59)

Por esta estância se poderá reconhecer que essas Rimas formavam o livro inédito, hoje perdido, das *Ausências Brasilicas*, do qual dizia Bento Madeira em 1693, dos escritos «que da sua letra existem; sobretudo suspira nosso affecto por um Tomo que compôs quando se voltou do Brasil, intitulado *Ausências Brasilicas*, pois nesses copiosos cadernos, que duram, nos excita as saudades do que quase gastou o tempo e o descuido».

Da participação do poeta nos combates contra os Holandeses de 1623 a 1625, tala com informação directa Bento Madeira: «se passou a cidade do Porto e daí ao Novo Mundo, e ambicioso de notícias e gloria militar percorreu não sem naufrágios por todo o Brasil, e aí *por espaço de nove anos militou contra Holandeses servindo de Alferes reformado*, e obrando sempre como esforçado e ardiloso.» Daqui se deduz que tendo partido em 1623, foi o seu regresso a Portugal em 1632, o que se comprova pelo documento de 21 de Novembro deste ano, em que figura como padrinho do sobrinho do licenciado António Dias, vigário de Avô, publicado pelo Doutor A. Vasconcelos. Eis a referência ao seu regresso:

Satisfeito porém da minha sorte  
No Brasil, *me parti dele contente*;  
Porque assim como a Agulha busca o Norte,  
Busca a Pátria o que dela vive ausente.  
Aderência não há que mais importe  
Que a de uma larga ausência a um delinquente,  
Porque sempre há-de ser esta enfadonha,  
De réus triaga e de Amor peçonha.

A larga ausência, di-lo como experimentado, *sempre há-de ser do Amor peçonha*; o casamento da sua namorada D. Cecília Madeira foi conseguido por esse efeito. Os Holandeses continuaram a sua invasão sistemática atacando Pernambuco e queimando Olinda em 1630; resistia-se-lhes à espera da Armada que viria comandada por D.

António de Oquendo; efectivamente chega à Baía em 13 de Julho de 1631. A perda de Olinda e do Recife não quebrantou a resistência organizada por Matias de Albuquerque, mostrando que o sentimento pátrio podia mais que o ouro da Companhia mercantil neerlandesa. As lutas encarniçadas com a Espanha, levavam a Holanda por este tempo, 1632, «discutir a ideia do abandono do Brasil». (*Varnaghen, op. cit.*, p. 57). Neste desalento, que precedeu a traição de Calabar, é que Brás Garcia de Mascarenhas embarcou para Portugal; por certo foi causa importante que o levou a esta resolução? Chegara-lhe a notícia de que estava amnistiado. Di-lo na seguinte estrofe:

Avisado de estar *convalecido*  
*Enquanto a réu*<sup>187</sup>, *sem cura enquanto Amante*,  
Três meses naveguei, já conhecido  
Por mal afortunado navegante;  
De esquadões e tormentos perseguido,  
*Derrotado a Ferrol*, bem que distante  
Porto, do que buscava meu desejo,  
Apostata do mar, a terra beijo.

(*Ib.*, est. 61)

Nestes *nove anos de importuna ausência*, ainda lhe sangrava a ferida «*sem cura, em quanto Amante*». Ia tornar a ver a terra da pátria, mas sem remédio à mágoa do amor perdido; por isso todos os seus afectos se concentravam agora naquele seio em que veio à luz:

Amor universal, doce atractivo,  
Empenho natural, divina honrada,  
Sempre foi, será sempre este incentivo  
Da Pátria sempre cara e sempre amada.  
Quem longe da em que nasce vaga esquivo,  
Não é por que seu clima o desagrada,  
Se não, porque não cabe um peito nobre  
De grande coração em Pátria pobre.

Exemplificando esse Amor na natureza física, animal e moral, em que – Tudo se volve à Pátria aonde nasce –, conclui que não existe cafre, cita ou gentio,

Que do ninho paterno em que vivia  
Saudades não sinta estando absente,  
Que é alvo a Pátria, a que nunca erram  
Os suspiros de quantos se desterram.

A defendê-la o corpo se provoca  
Por ser o ar primeiro o que respira,

---

<sup>187</sup> O primo de Brás Garcia, que o acompanhou para o Brasil em 1623, Luís Figueiredo, regressou a Portugal em 1628; eram passados dez anos sem o processo criminal de Coimbra de 1618 ter tido andamento. Estava feita a prescrição. Foi esta a notícia que determinou Brás Garcia a voltar à pátria em 1632.

Primeira cousa, que em nascendo, toca,  
Primeira luz, que abrindo os olhos vira.

.....  
Bem a Justiça na razão fundada  
Pena pôs de desterro ao delinquente,  
Porque o da Pátria sempre desejada  
É grão castigo de quem vive absente.  
Quem a troco de vê-la restaurada  
Por ela morre, vive eternamente,  
Ou quem por defendê-la do Inimigo  
A vida pôs em publico perigo.

(*Ib.*, IV, 57 a 63)

Mas este amor da terra natal não era uma paixão egoísta, antes um ideal que o levava a aspirar a libertação da Pátria portuguesa, e que morrer por ela, *bithanatos*, era ressurgir na memória infinda. Referindo o seu regresso:

Sobre *nove anos* de importuna ausência,  
Torno a gozar da pátria desejada,  
Como quem sobre larga penitencia  
Se absolve da censura reservada;

De importância lhe foi minha assistência,  
Pois está com mais obras ilustrada,  
Que dá mais honra ao que a pátria zela,  
Acrescentá-la, que morrer por ela.

Bento Madeira faz referência às aparatosas festas do Jubileu das Quarenta Horas, da exposição Eucarística, forma litúrgica do culto do Santo Espírito: «Aqui instituiu e celebrou com versos a Festa das 40 horas, que hoje logramos em Avô, (1693) e festejou muitos Santos com Comedias, que ainda existem para credito de seu engenho...» Isto refere no Canto auto-biográfico:

Sete anos festejei (cousa é notória)  
Juntando nestes vales Cortes belas,  
Porque o monarca da celeste gloria  
Quarenta horas cada ano assistiu nelas;  
Dura, e há-de durar, sua memória,  
Pela parte que às Musas tocou delas  
E por outros aplausos grandiosos,  
Que inda estão repetindo ecos saudosos.

(XV, est. 63)

Referia-se o poeta ao aplauso na representação das suas Comédias hieráticas no gosto das que Miguel Leitão de Andrade escrevia nas festas de Pedrógão. Nestas

festividades, com cortes ou certames poéticos, viu Brás Garcia a *sobrinha e afilhada* de D. Cecília da Costa, que nascera em Novembro de 1618 e que estava agora nos florentes dezasseis anos, D. Maria Fonseca da Costa, que talvez conhecesse a lenda do desventurado amor do poeta. A mãe dela, «que arrancara do coração da irmã a paixão que se lhe afigurava funesta», não desarmou e conservou-se-lhe hostil. Escreve o poeta:

Mas nem bom zelo da inveja escapa,  
Que é geral esta fúria de Cocito,  
E em terra não mui grande trazer capa  
Mais limpa, que a mais limpa, é delito.

.....  
O ver-me à quietação restituído  
Me fazia encolher e sofrer tudo,  
Que descanso em trabalho adquirido  
O não deve arriscar nenhum sisudo.  
Por outra parte, vendo-me ofendido  
De línguas, seus dosséis com ferro agudo  
Rasgo com mais rigor do que propunha,  
Sem propor, rasga a espada que se empunha.

Cuidava em tempo, que nas mãos estava  
Dos homens evitarem seus perigos,  
Mas vim a conhecer que me enganava,  
E que tem quem mais luz mais inimigos.  
Alguns amigos, que eu tais julgava,  
Que poucos são já hoje os bons amigos  
Mal invejando possessão rendosa  
De pacífica a fazem litigiosa.

Bento Madeira precisa o facto aludido: «voltou à pátria, aonde já era esquecido, mas logo se fez lembrar rebatendo uma briga em que houve mortos e feridos por conservar um seu irmão no priorado da Travanca.» Era este irmão Pantaleão Garcia, que já em 1630 servia em lugar de seu irmão Manuel Garcia, Prior de Travanca de Farinha Podre, «freguesia de grossa renda», como escreve Sanches de Frias. Como o priorado era de nomeação pontifícia, Pantaleão Garcia fora a Roma para efectuar-se a cedência; nesta ausência um clérigo intruso ia-se apossando do priorado apoiando-se no foro régio, e complicando as tricas de um litígio; Brás Garcia resolveu o complicado problema pela força:

Pleito de *misto-foro* nunca visto  
De Nemese cos rendo varias casas,  
Parou em força aberta, que eu resisto  
Que uma força com outra empata as vasas.  
Como de antes o mal tinha previsto,  
Com a razão à soberba quebra as azas,  
*A muitos com mui poucos destruçando*  
Caso raro, na paz, é memorando.

Na guerra os vi de menos sangue e gente,

Que em meu e teu, em causas não mui claras,  
A tanto obriga o litigiar presente  
A tanto chega o variar das varas.  
Sobre qual há-de ser o precedente  
Avante passam com pendências raras,  
Um me absolvem, outras me condenam,  
Penam-me algumas, outras me depenam.

(XV, est. 68 e 69)

Pela gravidade do conflito, Brás Garcia teve de homiziar-se acolhendo-se a casa de um amigo de seu irmão, o Abade de Santa Maria das Chás, no bispado de Viseu, e partidário da Casa de Bragança, Jacinto Ferreira de Andrade, que também foi bom amigo de D. Francisco Manuel de Melo. Era por fins de Novembro de 1640, e subitamente mudaram-se todas as circunstâncias. Narra o poeta:

Enquanto retirando a causa provo,  
Se *Restauram* com súbito estampido  
*Reino antigo e legítimo Rei novo*,  
Em cherubico trono prometido.  
Aguas envoltas são voltas de Povo,  
A que sai todo réu, peixe escondido;  
*Logo saí da Partia para a Corte*  
Onde o caso passava desta sorte.

Qual fica de grã fábrica assolada  
Em pé, firme coluna alabastrina,  
A parte sustentando reservada,  
Que o senhoril conserva entre a mina;  
Tal desta Monarquia sepultada  
A sempre real coluna Brigantina,  
Em pé, por alvo de olhos magoados,  
Os brios sustentou dos Reis passados.

(XV, est. 70 e 71)

Brás Garcia de Mascarenhas viu realizarem-se as Profecias que alentavam a alma popular desde o princípio do século XVII, as *esperanças sebásticas*, da independência de Portugal, na Revolução de 1640:

Antigas Profecias, bem que escuras  
Notadas de prudentes curiosos,  
Por entre a confusão das desventuras  
Uns longes transluziam venturosos.  
Porém sendo em proféticas figuras  
Os alvos de acertar dificultosos,  
Tendo perto de si o que atiravam,  
Como cegos sem luz, todos o erravam.

Abriu-lhe os olhos a necessidade,  
Ajudou a ocasião o intento honrado,  
Tântalo à vista da real Cidade  
Pondo o futuro Rei profetizado  
Que a gozar agua e fruta se persuade,  
Mas vendo seu intento malogrado  
*Precursor* de si mesmo se publica,  
O nome o diz; o tempo o verifica.

(XV, est. 74 e 75)

Já o morto valor ressuscitado  
Na hora sinalada, oito do dia,  
Primeiro de Dezembro, *ano apontado*  
*Em quarenta*, de antiga profecia;  
Com a gala encobrando o peito armado  
De varias partes lento concorria  
Ao Paço, como tinha de costume,  
Que este desmente, o que se já presume.

(*Ib.*, est. 87)

Espalhada a boa nova da Revolução, Brás Garcia apresenta-se em Lisboa, para servir a causa nacional, e Jacinto Freire de Andrade, estimado pelo príncipe D. Teodósio, leva-o à presença de D. João IV. Falou na rixa pela reivindicação do priorado de S. Salvador da Travanca; ao que o rei lhe respondeu com natural graça: – «Faze pela minha coroa o que fizeste pela igreja do teu irmão e estamos reconciliados.» (Sancho de Frias). A esta amnistia, alude a estância 102 do canto autobiográfico:

A ter estranho Rei longe, era certo  
Que poderão traidores derrocar-me;  
Com o ter natural, tão justo e perto  
Atropelei quem quis atropelar-me.  
Vendo-me livre com ditoso acerto.  
Não quis de cargos mais encarregar-me  
Por não dar ordens nem estar a elas,  
Por que o dá-las é mão, peior recebê-las.

A guerra sigo voluntariamente,  
Se ouço rebate, se me o facho acena,  
Que quem a professou e mandou gente,  
Por vicio a segue, sem assombro ou pena.  
Se o inimigo quer entrar potente,  
Ou se entrada de porte se lhe ordena  
Com grão zelo da Pátria me detenho.  
E se vejo que a cabras vão, me venho.

(*Ib.*, est. 102 e 103)

Bento Madeira, que escrevia trinta e sete anos depois de sua morte, comenta estas estrofes: «Porém, como neste come-nos se levantasse o Reino reconhecendo um legítimo rei o senhor D. João, o Restaurador, teve ocasião com esta revolta de se fazer esquecido ao crime e lembrado na guerra; porquanto ajuntou uma Companhia de mancebos nobres e luzidos das terras circunvizinhas, que levados da ambição da honra e gloria militar, que ele lhes persuadia, espontaneamente se apresentaram em a praça de Pinhel, e o tomaram por seu Capitão como experto e pratico na guerra, e com tanto esforço e brio, e generosidade se portaram nas empresas, que por abono lhe chamaram a *Companhia dos Leões*, como ainda hoje testemunham esses poucos que ainda vivem.» Nesta luta do guerrilheiro, Brás Garcia de Mascarenhas<sup>188</sup> sente reviver em si a tradição de Viriato:

Por um golfão de largo esquecimento  
Viemos até'gora navegando  
Com muitas velas e com pouco vento.  
Aqui e ali confusamente errando;  
Pela agulha do humilde entendimento,  
De Viriato os princípios penetrando,  
E esse pouco que dele escrito temos  
Às Inscrições e *Tradições* devemos.

Destas seguindo a luz andou a pena  
Mendigando os vestígios e escrevendo,  
As memórias que bem ou mal ordena  
Letreiros conferindo, serras vendo,  
Que induz a pedra, o vestígio acena,  
Da luz a tradição, apeteendo  
Aproveitar fragmentos esquisitos  
De Viriato, nunca doutros escritos.

Se letreiro o não fica declarando,  
Se de Cantar antigo o não sabemos,  
Se o não comenta Tradição antiga,  
Em vão curiosamente se investiga.

(Canto V, 34, 35 e 39)

---

<sup>188</sup> No seu valioso artigo sobre o *Viriato Trágico*, escreveu o prof. Carlos de Mesquita: «Muito verosimilmente o poema foi concebido durante o curto período em que o autor comandou a *Companhia dos Leões*. Não podia deixar de dar-se em Brás Garcia de Mascarenhas, simultaneamente literato e homem de acção, esse facto. – As reminiscências literárias acordadas pela analogia das situações deviam fazê-lo sentir-se como que possesso pelo espirito do remoto Chefe lusitano. Para nos convenceremos de que o *Viriato* do Poema, pelo menos na fase ainda regional e guerrilheira da sua história, é o autor transportado para os tempos pré-romanos, hasta comparar o feito de armas que rendeu a Brás Garcia a prisão no Castelo de Sabugal como um dos primeiros actos de bravura do seu herói – o destroço de uma força espanhola que levava consigo boas prezas feitas aquém fronteira, e o ataque de uma força romana que escoltava as bagagens de um forte exercito ainda distante. A estratégia de ambos é a das guerrilhas: a emboscada num desfiladeiro de passagem forçada em país montanhoso, o ataque imprevisto e a retirada pronta.» (*Gazeta da Beira*, 1907, nº3. Oliveira do Hospital).

A bravura de Brás Garcia foi justamente avaliada e por carta régia de 24 de Janeiro de 1641 foi-lhe conferido o cargo de Capitão de Infantaria. «Deste posto (escreve Bento Madeira) foi assumpto pera Governador da *Praça de Alfaiates*, em que se houve com tanto acerto e aceitação, não sem utilidade da Praça, que fortificou na forma que hoje permanece... Mas, nesta maior prosperidade voltou a fortuna à roda e caiu no antigo fado sendo a causa, que entrando pelas nossas terras um troço de Cavalaria e Infantaria castelhana depois de feitas muitas hostilidades se retiraram carregados de despojos e com mais de vinte mil cabeças de gado. Chegou-lhe ordens de D. Sancho Manuel, que não saísse da Praça pela não expor a perigo, por quanto logo chegaria com um socorro; e no mesmo dia chegou recomendação de Fernando Teles de Menezes que da outra parte avisava visse se podia impedir o passo ao inimigo; a esta segunda ordem como mais gloriosa se lhe acomodou o animo, e deixou algumas Companhias de presidio, saiu com duzentos mosqueteiros e os dispôs de emboscada sobre o rio Águeda em o porto de S. Martinho, dividindo-os em dois montes que abriam o vale por donde necessariamente haviam de passar os Inimigos, os quais sendo já chegados passaram diante todos os gados, e entrados já no vale lhes sobrevieram tais cargas de mosquetaria que se deram por obrigados a virar as costas persuadidos ser muito numeroso o poder contrario, e deixando muitos mortos e todos a preza, se retiraram fugitivos. Com tão glorioso sucesso se voltou o nosso Governador triunfante à sua Praça de Alfaiates...»

No Canto II do *Viriato Trágico*, de estância 58 a 72, descreveu Brás Garcia este lance representando-o no herói lusitano:

Mas já donde uma estrada outra cruzava,  
De gente satisfeita e chocarreira,  
Distante sentem vir tropa infinita  
Que ao som de carros baila, canta e grita.  
Logo Viriato, que com pronta orelha  
Cauto, de longe nota seu descuido,  
Sua gente desvia e aparelha,  
Tudo antevendo e prevenindo tudo.

Oculto gente de uma e outra banda  
Por que a romana tarde a reconheça,  
A qual da certa morte descuidada  
Vem a cair em meio da cilada.  
De cada lado foi logo investida,  
Atrás cercada e bem cortada avante,  
Pagando seu descuido com a vida,  
Que da morte se faz sempre distante.

.....  
Viriato que vê desbaratada  
A gente que a bagagem conduzia,  
E quanta em sua guarda vinha armada.  
Que um excessivo numero fazia,  
A viva perdoou, que manietada  
Com toda a carruagem que trazia,  
Armas, cavalos, mulas tudo encerra

Entre sua gente e marcha para a Serra.

Agora prossegue Bento Madeira, após a entrada triunfante na Praça de Alfaiates: «aonde logo chegou, como prometera D. Sancho Manuel, e achando já a empresa vencida ou a perca (*sic*) desta gloria *em que também já ia interessado* ou não se guardar a sua ordem, quando o Governador se saboreava nas suas esperanças de prêmio, de improviso se achou prezo na Torre do Sabugal, e acusado a El-Rei por falsário, que tinha tratos com Castela...»

A esta narrativa faltam as datas; suprem-nas os documentos. Em 22 de Maio de 1642, escrevia Fernão Teles de Meneses a D. João IV, pedindo-lhe a nomeação de um Governador para a Praça de Alfaiates, escrevendo: «A Praça de Alfaiates é a chave de toda esta província da Beira, necessita para a governar de uma pessoa de grande experiência e de grande talento, porque nela se manda pôr o maior golpe de gente que houver paga, porque ademais de ser necessário para sua defesa dela, se acode a muitos lugares vizinhos quando necessitam de socorros, o que soe ser muitas vezes por não se poderem defender de outra maneira, e assi se V. Maj. foi servido mandar-se gente para ela tal que possa ocupar bem este lugar, entendo que será muito conveniente a seu serviço...» Em 2 de Junho era consultado o Conselho de Guerra, sendo em consulta de 21 de Junho de 1642 logo indicados três nomes para a provisão de Capitão-mor de Alfaiates.

Em relatório autógrafo de Fernão Teles de Meneses a D. João IV, datado da Guarda de 25 de Julho de 1642, refere ter preso por *inconfidente* (traição) o capitão Brás Garcia de Mascarenhas: «Estando em Penamacor aonde me recolhi da primeira entrada que fiz em Castela, como tenho relatado, me veio aviso que d'Escarigo haviam fugido pera Castela 2 Capitães, um pago que aí estava de guarnição com uma companhia, e outro de ordenança com quatro ou cinco pessoas das mais nobres do dito lugar, de cujos nomes e sua fugida dei logo conta a V. Maj. e depois de estarem em Castela com informações que deles devia tomar o inimigo e *com o favor que achou em Brás Garcia Mascarenhas, Governador de Alfaiates, que eu tinha prezo por pouco confidente*, porque quando menos lhe queria entregar a Praça, como consta da sua devassa, veio por aquela parte da nossa arraia e achando resistência em Aldeia da Ponte de donde Brás Garcia tinha tirado a guarnição que ali estava porque melhor pudesse conseguir seu intento, e vendo como isso não podia passar adiante pera se meter em Alfaiates, como lhe tinha prometido o dito Brás Garcia, se foi fazendo algum dano nas aldeias daquela arraia, como são Forcalhos, Fuinhos, Lagiosa, Aldeia velha, queimando em cada uma destas aldeias algumas casas...» Pela Consulta do Conselho de Guerra, de 8 de Agosto de 1642, acentua «o descontentamento que Fernão Teles mostra ter que havendo-se-lhe escrito pela secretaria de estado com fervor e agradecimento, fazer-se pela da Guerra com advertência do que devera e há-de fazer».

A situação de Brás Garcia de Mascarenhas:

«Prezo na Torre de Sabugal e acusado a El Rei por falsário, que tinha tratos occultos com Castela, alegando por fundamento uma correspondência urbana que tinha com um seu grande e antigo amigo chamado vulgarmente o Maçacan, governador de uma fortaleza fronteira, nesta prisão solitária o privaram de toda a comunicação, e subtraindo-lhe pouco a pouco o mantimento, lhe pretendiam abreviar os dias; até que, vendo-se já desamparado de todo o favor humano, se valeu da sua industria mandando pedir pelo seu servente, que ao menos lhe mandassem um livro, seu ordinário alívio, já

que lhe não consentiam o divertimento de escrever, e juntamente para seus achaques lhe mandassem farinha e linhas e tesoura para refazer seus vestidos. Logo lhe mandaram um *Flos Sanctorum*, dizendo que era o que mais lhe servia pera se encomendar a Deus, e com o livro lhe mandaram as mais miudezas que pedia; e pegando da tesoura foi cortando as letras uma a uma as que lhe serviam do livro; fez cola da farinha com a qual unindo-as com muito vagar e industria compaginou *uma discreta carta em verso mui limado* para o Senhor Rei D. João IV, em que relatava a sua prisão e inocência, e dependurando-as pelas linhas da muralha no escuro da noite, falou a um soldado da guarda, seu confidente, que a entregasse a seu irmão pera que logo a levasse a Lisboa, como sucedeu. E lendo o paternal Rei a carta também lançada, despediu logo um decreto em que ordenava aparecesse logo sem demora em Lisboa Brás Garcia de Mascarenhas. Chegou à Corte rodeado de guardas, e quando todos agouravam final sentença a sua vida, lhe deu o piedosíssimo Rei audiência afável na qual de tal sorte se limou e inteirou o seu negocio, que saiu despachado com Habito de Avis e boa tença, e restituído por entretanto ao seu governo de Alfaiates.» (Bento Madeira, *Resumo*). Hoje, que estão publicados os documentos pelo doutor António G. R. de Vasconcelos, autenticou-se a narrativa tradicional, coligida por Bento Madeira: Em 5 de Abril de 1644 foi passada a portaria reconhecendo os serviços valiosos prestados pelo Capitão Brás Garcia de Mascarenhas, com a promessa de 20\$000 de tença com o Hábito de São Bento de Avis; mercê que se tornou efectiva por carta régia de 14 de Maio deste mesmo ano; e ainda em alvará deste mês e ano, são reconhecidos os grandes serviços prestados na Guerra de Espanha com a mercê da Comenda.

Prossegue Bento Madeira: «Voltou a Lisboa triunfante da inveja e do ódio; e repetida a posse do seu Governo apesar de seus émulos, aconselhando-se consigo se retirou à pátria, assim por não irritar mais a impaciência de seus adversos, como também para lograr algum descanso devido à sua idade e muitas peregrinações por mar e por terra...» Aqui foi omissa Bento Madeira, no facto capital de sua vida: em 19 de Fevereiro de 1645 casava Brás Garcia de Mascarenhas com D. Maria da Fonseca da Costa, então de vinte e sete anos de idade; era «sobrinha e afilhada de D. Cecília da Costa» que assim sanava a dor *sem cura em quanto amante*. O casamento revigorou-lhe os seus quarenta e nove anos; voltou à sua actividade militar, e em carta régia de 8 de Novembro de 1645 agradecendo-lhe os grandes serviços prestados exaltou a boa vontade no levantamento da gente de várias partes para guarnecimento das Praças da fronteira.

Nasce-lhe o seu primeiro filho Tomás Garcia de Mascarenhas em 1646; e por carta régia de 4 de Agosto é o poeta encarregado do levantamento de uma Companhia e de passar com ela ao Alentejo; toma parte na tomada de San Felice de Gallizes, louvado em carta régia de 13 de Setembro de 1647, pelo zelo e valor com que se portara. Em carta régia de 24 de Julho de 1648 recebe instruções sobre a leva que Brás Garcia andava organizando na comarca de Esgueira, e de 9 de Agosto sobre a mesma comissão. Em carta régia de 10 de Setembro ao Conde da Ericeira, é-lhe comunicada uma queixa contra Brás Garcia de Mascarenhas feita por Tomás da Costa Corte Real, de Aveiro, a respeito da *leva*, e encarregando-o de sindicar em segredo e informar sobre o assunto. Brás Garcia já estava cansado de intrigas, e refugiou-se na vida doméstica, na santidade da família. Ao terminar o *Sonho de Viriato*, revela-o na estancia 101:

Como estes Reinos teus se levantaram,  
Sua conservação, te não relato,  
Por ser um dos que a peitos a tombaram,  
Tão mal mo satisfez o vulgo ingrato

*Tanto émulos inúteis me invejaram*  
Que me chegaram a pôr em mais perigos  
Os naturais, que os próprios inimigos.

.....  
Retiro-me a estes vales, a estas fontes,  
A estes frescos jardins e pátrios rios,  
Quando vão cheios caço pelos montes,  
E neles pesco quando vão vazios,  
Contente destes ecos e horizontes  
Sem a corte invejar, passo os estios,  
Pelos invernos canto teus louvores  
De outra musa melhor merecedores.

O nascimento de sua filha D. Quitéria da Costa Mascarenhas, em 29 de Junho de 1651, veio dourar-lhe os últimos anos de sua vida <sup>189</sup>, entregando-se à composição do poema *Viriato Trágico*, cujo pensamento lhe dominou o espírito durante a prisão na Torre de Sabugal:

Melhor a guerra canta o que é soldado;  
Agradece a meu trágico planeta  
E a vis émulos meus este cuidado  
De, por patricio teu, querer louvar-te,  
*Pois quando prezo empreendi cantar-te.*

(XV, est. 105)

Fora Brás Garcia de Mascarenhas quem localizou a tradição de Viriato na região da Serra da Estrela. Com *robusta velhice*, como diz Madeira de Castro, faleceu em 8 de Agosto de 1656, ficando o seu espólio literário exposto a perder-se pela incúria da vida provinciana, sendo apenas salva, passados trinta e sete anos, a sua *Lusíada Viriatina*, tão tarde dignamente apreciada. Durante este período, apesar de inédita, foi conhecida e até plagiada «*pois antes de se dar ao prelo já era de muitos venerada*» assim pela gravidade e peso das sentenças, nas quais é muito frequente, como também pela muita e mui aprazível variedade de toda a história, etc. Estas palavras de Bento Madeira explicam o plágio do desembargador André da Silva Mascarenhas, que em 1671 publicou o poema *A Destruição de Espanha, Restauração Sumária da Mesma*, em que o poema de *Viriato Trágico* é saqueado. Sanches de Frias infere: «que pelo apelido e vizinhança da sua naturalidade, parece aparentado dos Mascarenhas de Avô.» Muitas

---

<sup>189</sup> D. Quitéria da Costa Mascarenhas casou em 9 de Fevereiro de 1677 com seu primo Manuel Garcia de Mascarenhas, filho do padre Matias Garcia, seu tio. A sogra, D. Maria Madeira da Costa, mostrou a sua funda animadversão contra este casamento deserdando a neta no seu testamento: «Hei por deserdada a Quitéria Garcia, minha neta (sendo que nem por tal a queria nomear) pois foi tão desmandada e atrevida, sem guardar respeito ao Senhor, que antes de ter idade de 25 anos, tendo ela de 23 para 24 anos, se namorou e fez mal de si, dando o seu corpo a um Manuel Garcia, filho bastardo que dizem ser do padre Matias, irmão de seu pai Brás Garcia Mascarenhas, por que além de ser espúrio para com o dito seu pai, é filho de uma mulher, além de ser de gente vil e baixa, mulher de ruim fama...» Transcrevemos este trecho para pôr mais em evidência a hostilidade, que lhe inspirava seu genro Brás Garcia de Mascarenhas, tendo-lhe contrariado o seu primeiro amor.

das oitavas da *Destruição de Espanha* são indecorosas cópias do *Viriato Trágico*<sup>190</sup> que jazeu vinte e oito anos inédito. Daí os elogios de André da Silva Mascarenhas pelos seus contemporâneos Cristóvão Alão de Morais, Soror Violante do Céu e António Craesbeck de Melo.

## B) OS NOVELISTAS

Depois da execução feita pelo licenciado Pero Perez das Novelas de Cavalaria que deram volta ao miolo de D. Quixote (na bela sátira de Cervantes), esse género decaiu com a obliteração dos costumes medievais, transformando-se em Pastorais, em Alegorias morais, e nas narrativas *picarescas*, como as *Novelas Exemplares* de Cervantes, o *Gusmão de Alfarache*, de Mateo Aleman e o *Gil Brás* de Lesage, transitando para o realismo do romance inglês. Nesta transformação da Novela de Cavalaria, já iniciada por Bernardim Ribeiro com a sua narrativa pastoral da *Menina e Moça*, e tornada modelar na *Diana* de Jorge de Montemor, compete o primeiro lugar entre os nossos Seiscentistas a Francisco Rodrigues Lobo, com a sua Trilogia *Primavera, Pastor peregrino e Desenganado*, em que os trechos líricos são de incomparável beleza, dissolvendo-se a prosa em difusos solilóquios, não animada pela vivacidade do diálogo. No seu rápido estudo da literatura portuguesa publicado por Cristiano Muller em 1809, depois de apontar Francisco Rodrigues Lobo como o «mais famoso dos imitadores da *Arcádia* de Sanazzaro», diz dos outros bucolistas, do século XVII: «Há um certo grau de insipidez além do qual acaba a escala que gradua o enfadamento; e a este grau parece que chegaram todos os escritores desta escola, tanto mestres como discípulos.»<sup>191</sup> Constam estas Novelas quase sempre de um apaixonado pastor, que desabafa as suas ausências em prolixos solilóquios dando largas à exibição dos conceitos culteranistas; recheia estas prosas crivadas de cansados epítetos com elegias e romances recitados junto das fontes; outros pastores intervêm para o consolarem prolongando a prosa, escutando-o as ninfas por detrás dos arvoredos, a confortá-lo, morrendo por fim quando tarde reconhecia que era amado. Produz um enfado esse estilo cheio de mágoas e comparações confundindo-se a prosa e o verso na monotonia da pompa declamatória em contraste com a simulada simplicidade popular da poesia. É um completo exemplo a pastoral de Elói de Sotomaior, de 1623, *Ribeiras do Mondego*, em que o ilegível autor pretende arrogar iniciativas suas à custa de Rodrigues Lobo. Abaixo dele, só os que saem da órbita do senso comum, como Diogo Ferreira Figueiroa com os *Desmaios de Maio em Sombras do Mondego*, escrito em 1636, em Vila Viçosa, onde servia o Duque de Bragança; e esse outro aleijão dos *Cristais d'Alma, Frases do Coração, Retórica do Sentimento e Amantes Desalinhos*, por Gerardo de Escobar, de 1672, que ainda foram reproduzidos em 1721.

Para cultivarmos a Novela picaresca faltavam-nos classes sociais e costumes típicos como na Espanha castelhana; mas a corrente do gosto impelia à imitação, como a continuação do *Bacharel Trapaça*, de Solorzano, feita por Mateus da Silva Cabral. A Novela moral aparece como um sucedâneo da doutrinação teológica, composta de embrulhadas situações de casos narrados como acontecidos, intermináveis descrições, considerandos e exortações, matizados de contos ou Exemplos, que estavam já fora de moda entre os Pregadores. Tornaram-se clássicas deste género as novelas volumosas dos *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*, do licenciado P.<sup>e</sup> Gaspar Pires Rebelo,

---

<sup>190</sup> Sanches de Frias transcreve as oitavas 39 e 40, do Canto III da *Destruição de Espanha*, em tudo semelhante à 6<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> do Canto I do *Viriato Trágico*, menos um verso.

<sup>191</sup> *A Literatura Portuguesa*, trad. do inglês por J. G. C. M. João Guilherme Cristiano Muller, p. 27.

de 1665; e o *Alívio de Tristes, consolação de queixosos*, do P.<sup>o</sup> Mateus Ribeiro, de 1688, e ainda pelo mesmo *A Roda da Fortuna e Vida de Alexandre e Jacinto* de 1695. Este género insípido fez escola, representado no século XVII, pelo *Feliz Independente do mundo e da Fortuna* pelo P.<sup>o</sup> Teodoro de Almeida, e no século XIX, *A Virgem da Polónia*, do conselheiro Rodrigues Bastos. Herculano, proclamando o talento de Camilo Castelo Branco revelado no romance *Onde está a Felicidade?* disse que nos veio libertar do influxo do *Alívio de Tristes* e do *Feliz Independente*. Nas lutas religiosas de Inglaterra, o pobre alucinado puritano Bunyan, suscitado pela angústia de dez anos de cárcere, onde trabalhava de sirgheiro para sustentar sua numerosa família, compôs uma Parábola-alegóricas *Pilgrim Progress*, que rivalizou pela sua popularidade com o *Robinson Crusóe* de De Foe. Esse livro, em que os personagens são Entidades nominais, agradou aos Jesuítas, adaptando-o à sua catequese na imaginação popular. O jesuíta castelhano Baltasar Gracian imitou o *Pilgrim Progress* no seu *Criticon*, como se vê pela descrição da feira do mundo. «Pode dizer-se que o *Criticon* é referente à religião católica e à vida dos espanhóis no reinado de Filipe IV, e que a ficção de Bunyan é para o puritanismo e ao estado da sociedade inglesa nos tempos de Cromwel, mas sem a animação dos fantásticos personagens do escritor espanhol.» (Ticknor, *Hist. Lit. Esp.*, III, 342). O jesuíta P.<sup>o</sup> Alexandre de Gusmão, traduziu a alegoria de Bunyan *História do Predestinado Peregrino e seu Irmão Precito*, em a qual debaixo de uma misteriosa Parábola se descreve o sucesso feliz do que se há-de salvar e a infeliz sorte do que se há-de condenar, *compоста* pelo P.<sup>o</sup> Alexandre de Gusmão. A palavra *compоста* cobre o plagiato jesuítico do célebre livro de Bunyan, adaptado a Portugal, quando a rainha D. Catarina de Bragança, esposa de Carlos II trabalhava na reacção católica.<sup>192</sup> também alegórico o *Peregrino da América* de Nuno Marques Pereira.

As novelas de Cavalaria actuaram também na forma dos Poemas clássicos da escola italiana, que foram floreados com episódios maravilhosos; assim na *Insulana* de Manuel Tomás os amores de Machin e Ana d'Arfet fazem um delicioso quadro no meio das prosaicas narrativas; e no *Viriato Trágico*, as Festas aparatosas nesse poema histórico distinguem-se por um brilhantismo novelesco. «Antes de partir para a Serra, Viriato mandara espalhar por toda a Península cartões convidando a um torneio todos os Cavaleiros que quisessem mostrar o seu valor, prometendo aos vencedores grandes prémios. Assim costumava fazer o grande rei Artur. Acedem ao convite cavaleiros de todo o mundo então conhecido, que viajavam pela Espanha buscando gloria e instrução, e trazem brasonados nos escudos alusões a seus passados feitos, a suas magoas amorosas e, por baixo das insígnias, divisas ora lastimosas, ora arrogantes. – Além do torneio e da regata, as festas compõem-se também de uma tourada, do jogo das canas, de combates de feras com cativos. Quase todo este canto é admirável e sem duvida o melhor do poema. A tourada, o torneio, a regata são obras primas de colorido e de movimento. As descrições de cavalos soberbas e garbosos são verdadeiros modelos de precisão de termos e de justeza de ritmo.

«Este poema de Cavalaria enxertado na rude epopeia da independência e que com ele se mistura, não descende directamente da literatura cavalheiresca anónima, nem mesmo das Novelas portuguesas que nela se filia. É um fruto tardio, talvez até o ultimo do interessante ramo que a Itália dos séculos XV e XVI fez brotar da velha arvore épica. Com Boiardo e com o seu grande continuador Ariosto os elementos dos dois ciclos épicos medievais, o carolíngio ou franco e o arturiano ou bretão, fundem-se. Do primeiro aproveitaram o pessoal, e a localização histórica, do segundo o maravilhoso e a parte do pessoal destinada a manobrá-lo: o sábio Merliu com o seu numeroso cortejo de

---

<sup>192</sup> A edição de Évora de 1685, foi precedida de outra, como declaram as licenças. *Pode-se tornar a imprimir. Pan.*, vol. II, p. 47.

encantadores – com o seu material de anéis mágicos, de lanças encantadas e outros talismãs. A colossal e justíssima popularidade dessa incomparável obra prima de poesia fantástica, humana e maliciosa, que é o *Orlando Furioso*, deteve cerca de meio século os modelos clássicos em respeito perante os domínios da poesia narrativa. Por cerca de meio século se sucederam as tentativas infelizes para conciliar os elementos clássicos da epopeia com os elementos cavaleirescos, que a influencia dos dois *Orlandos*, principalmente o segundo, tornaram inabaláveis. – Prolongaram-se estes artificios para resolver o conflito, até que já no ultimo quartel do século XVI, um grande poeta, – forçou pelo seu génio as duas tendências antagónicas a uma trégua mais duradoura – Tasso e a *Jerusalém Libertada*, de que deriva imediatamente a estrutura fundamental do *Viriato Trágico*.

«A actualidade que acontecimentos contemporâneos davam aos assumptos remotos dos dois poemas – a atitude ameaçadora dos Turcos no tempo de Tasso, a guerra do tempo da Restauração no tempo de Brás Garcia – torna muito maior a analogia dos dois poemas apesar da grande diferença de valor que os separa. No *Viriato Trágico* a supressão de todo o maravilhoso medieval aproxima mais este poema da epopeia clássica, embora também o maravilhoso pagão nele se ache reduzido às modestíssimas proporções de ornato literário... A influencia directa de Ariosto, além desta pelo intermédio de Tasso, é reconhecível até na criação da amazona Órmia que é a Bradamante do *Orlando*, (o poeta chama-lhe mesmo uma vez *a nossa animosa Bradamante*)...»<sup>193</sup>

Esta corrente literária explica-nos o intuito dos *Tassistas*, e o interesse que levou a fazer-se duas traduções da *Jerusalém libertada*, a de André Rodrigues de Matos, de 1682, com a de Pedro de Azevedo Tojal, de que se imprimiram somente cinco cantos, conservado o resto inédito na Biblioteca Nacional.

### 3º Teatro

a) *Os Pátios das Comédias. – Comédias de Capa e Espada.* – Enquanto as Literaturas modernas seguiram a corrente do gosto e imitação da Antiguidade clássica, o Teatro espanhol desenvolveu-se organicamente com uma extraordinária fecundidade, continuando a idealização dos costumes da Idade Média. Enquanto a Igreja católica deblaterava pelos seus teólogos contra as profanidades do teatro, as Novelas cavaleirescas e os Romances heróicos eram reelaborados dando forma dramática aos seus belos temas lendários, para satisfazer o interesse do público. Da forma simples do Auto hierático em que estacionou a escola vicentina, surgiu evolutivamente a *Comédia famosa*, que foi actuar em todas as literaturas, recebendo a sua estrutura definitiva no génio de Lope da Vega. O teatro tolerado pelo pretexto caritativo em favor dos hospitais, tornava-se assim uma instituição social, dando a opinião pública, que faltava em todas as outras manifestações individuais. Pela variedade infinita dos seus temas, quanto comprazia à multidão e à fidalguia, a *Comédia famosa* exerceu um prestígio excepcional em todas as Literaturas da Europa, no século XVII, em Inglaterra, em França, na Itália e na Alemanha. Em Portugal essa corrente acordou energias latentes no infindo repertório das Comédias de Capa e Espada. colaboraram entre os ingénios castelhanos muitos poetas portugueses, lisonjeados por verem representados em *Comédias famosas*, os grandes vultos e feitos históricos da nação portuguesa, que na cena sobrevivia à incorporação ibérica.

---

<sup>193</sup> Carlos de Mesquita, *O Viriato Trágico*, n' *A Gazeta da Beira*, de 3-111 de 1907.

Por alvará de 9 de Abril de 1603, concedeu Filipe III ao Hospital de Todos os Santos a mercê de se representarem comédias passada a Páscoa até ao Entrudo seguinte, ficando a censura prévia delegada aos desembargadores do paço. Em alvará de 26 de Abril do mesmo ano, permitia-se que oito Companhias de representantes funcionassem no reino. Entre esses oito directores figura o nome de Antonio de Villegas, um dos mais afamados representantes de Madrid, com a sua companhia de *Comediantes sevillhanos*. À companhia de Escamilha, que era a melhor de Madrid, chegou o Hospital de Todos os Santos a oferecer três mil cruzados «para afreguesar o Pátio e dispor melhor as vontades dos ouvintes». A predilecção do público pelas Comédias famosas; disso se queixa o jesuíta P.º Bento Pereira, escrevendo no seu *Florilégio*: «Todos los dias resuenan en los theatros de Lisboa la discrecion de sus Comedias, en todas las fiestas que en las Iglesias de este Reyno se celebran, con sus Coplas, Villancicos y Motetes se alientan las armonias.» Pela importância que tomavam as representações os *Corros* ou *Pátios* começaram a ser cobertos. O Hospital de Todos os Santos, em escritura de 9 de Maio de 1591, contratou com Fernão Dias Latorre a construção de dois Pátios *os quais cobertos*; em 6 de Julho desse ano já eram escriturados os seus rendimentos. O Pátio das *Fangas da Farinha* de 1588 a 1633 e o *Pátio da Betesga*, de 1691, foram absorvidos pelo *Pátio das Arcas* ou da *Praça da Palha*, onde se concentrou toda a actividade dramática, desde 1593, em que o construiu Latorre, até ao incêndio que em 1698 o destruiu, vindo depois de construído a desaparecer pelo terramoto de 1 de Novembro de 1755.

Não é indiferente o estudo dos *Pátios das Comédias* para o conhecimento da forma estética da *Comédia famosa*, no século XVII; tem para a Literatura dramática em Espanha o mesmo influxo que o *Globe Theatre*, para Inglaterra e *Hotel de Bourgogne*, para o génio francês. Lope de Vega, Shakespeare e Molière encontram-se debaixo das mesmas telhas. Groussac no seu livro *Um Enigma literário*, ao tratar do Drama espanhol, observa: «O *Corral* (*Corro* ou *Pátio*) como o seu nome indica era um terreiro descoberto, entre dois andares de janelas com grades, que eram camarotes; eram, efectivamente, verdadeiros quartos, em que as nobres damas mascaradas recebiam os seus amigos, sem fazerem muito caso da peça. Lá no alto a *cazuela* (torrinha) só para mulheres. Diante da cena, que ocupava todo o fundo e pouco mais elevada que o nível do *Pátio*, apenas algumas bancadas para os fidalgos *aficionados*, e logo fervilhava a plateia de pé, ruidosa, bulhenta, como todas as plateias. Estes *mosqueteiros*, merceeiros, soldados, artífices, estudantes, formavam o verdadeiro público, esse que decidia da sorte da peça, pois que para ele tinha sido composta. Esta multidão tinha os seus corifeus, diante da qual autores e actores tremiam. Eis aqui os areópagos para os quais escreveram os grandes poetas do século XVII as sua obras-primas. Para lhes conquistar, às tardes, os seus sufrágios e que Lope, Tirso, Moreto, Calderon e a plêiada completa exclusivamente visaram.

«Nada, efectivamente, mais afastado da verdade que atribuir a estes dramaturgos qualquer preocupação superior de arte ou ideal literário. Improvisaram em algumas manhãs, por vezes em poucas horas, peças que então só eram destinadas a viverem efemeramente. – Lope repelia o chamarem-lhe escritor por estes improvisos teatrais, em que falava como *nécio* ao gosto vulgar do público pagante. As belezas do pensamento e do espírito, que irrompem nesses dramas, nasceram espontaneamente. Os quatro ou cinco dentre os que deixaram obras-primas, elevam-se acima de cinquenta dramaturgos contemporâneos igualmente aplaudidos, porque tiveram génio a botar por fora. No exame da Comédia espanhola, sem este critério ela será julgada sem equidade nem clarividência.» (*Op. cit.*, p. 201).

Era justificada esta influência, porque o teatro estava dominado pelas criações imponentes de Lope de Vega, de Tirso de Molina, Calderon, Guevara, Moreto, Alarcon,

Luís de Bel-monte, que de vez em quando tratavam assuntos da História portuguesa. Entre essa grande plêiada figuram com vantagem os poetas portugueses João de Matos Fragoso, Jacinto Cordeiro, António Henrique Gomes e Manuel Freire de Andrade, que escreveram as suas peças em castelhano.

João de Matos Fragoso, natural de Alvito (Alentejo), tendo estudado filosofia e jurisprudência na Universidade de Évora, procurou, para expandir o seu talento, a corte opulenta de Madrid, dando-se a conhecer entre os poetas em 1659, pelo seu Soneto à morte de Perez de Montalvão, seu íntimo amigo, e colaborando na grande eflorescência das Comédias famosas com os celebrados dramaturgos Moreto, Diamante, Cancr, Velez de Guevara, Vilaviciosa, Zavaleta, Arce, os Figueroas e Gil Enriquez.<sup>194</sup> Tratou a lenda de *San Gil de Portugal*, o amor de D. Inês de Castro: *Ver y Creer, El Rey D. Pedro de Portugal y Dona Inês de Castro* (2ª parte de *Reynar despues de morir*); dramatizou o *Don Quixote* e *La Vida de Tristan*, e *Rolan*, no *El mejor Par de Doce*. Muitas das suas peças foram traduzidas para o teatro português do século XVIII, e impressas nos folhetos de cordel. Faleceu em Madrid em 4 de Janeiro de 1689.

Nas Coleções de Comédias espanholas figura o Alferes de Ordenanças Jacinto Cordeiro, nascido em Lisboa em 1606. As suas Comédias foram publicadas por Pedro Craesbeeck em Lisboa, 1630, em duas partes, contendo cada uma Seis *Comédias famosas*, destacando-se entre elas *Duarte Pacheco*, na sua próspera e adversa fortuna, dedicada a Gabriel Pereira de Castro; foi representada por Valdez. Na segunda parte das Comédias, dedicadas a D. Duarte, filho segundo de D. Teodósio Duque de Bragança, vem uma sobre *Los Doce de Inglaterra*. Muitas destas composições foram representadas por celebrados actores castelhanos: Tomás Fernandez representou *Amar por fuerza de estrella*; a célebre Riqueline, representou *El mayor transe de horror* e *El juramento ante Dios*; Manuel Simon, *El hijo de las batallas*; Salazar, a segunda parte do *Duarte Pacheco* (Adversa fortuna).

Na visita de Filipe III a Lisboa em 1621, escreveu Jacinto Cordeiro uma Comédia *de la entrada del Rey en Portugal*, aceitando porém com fervor a revolução de 1640, e falecendo em 28 de Fevereiro de 1646.

Outro comediógrafo, António Henriques Gomes, filho de pai português que servia como capitão de Couraceiros em Castela, Diogo Henriques de Villegas Vila Nova, nasceu em Cuenca em 1602, como ele próprio declara nas *Academias morales de las Musas*, que publicou em Bordéus, em 1642, dedicadas a Ana de Áustria. Quatro Comédias acompanharam as quatro divisões que intitula Academias: *A lo que obliga el honor*, *La prudente Abigail*, *Contra el Amor no hay engano*, e *Amor con vista y cordura*. Além destas imprimiu mais quinze Comédias, tendo uma por título *Fernão Mendes Pinto* (1ª e 2ª parte), *El caballero de Gracia*, *El Sol parado*, *El Trono de Salomon*, tudo inquinado por um intenso gongorismo. A sua vasta cultura impelia-o para a filosofia moral, que exhibe na sua novela picaresca, *El Siglo pitagorico y Vida de D. Gregorio Gadaña*, em que ombreia com Aleman e Quevedo. Refugiou-se em França por causa do seu judaísmo, vivendo com o seu íntimo e desgraçado amigo Manuel Fernandes Vila Real e Miguel de Barrios, também filho de pais portugueses, formando uma pequena corte junto do Marquês de Nisa, embaixador de Portugal a Luís XIII e Luís XIV. Em Ruão imprimiu a *Política angélica* em 1647, que foi por denúncia mandada destruir e interromper o curso das 187 páginas impressas «o qual é feito e dirigido a aniquilar e destruir o Tribunal e Justiça de Santa Inquisição de Portugal». Nestas intrigas trabalhava o celebrado Fr. Francisco de Santo Agostinho Macedo.

---

<sup>194</sup> O Dr. Garcia Perez, no *Catálogo Razonado* dos Escritores portugueses, que escreveram em castelhano, cita todas as comédias que Fragoso escreveu em colaboração com estes poetas. Pág. 359. Barrera y Leirado enumera-as no seu Catálogo.

Também em Madrid residiu por muitos anos Manuel Freire de Andrade, nascido em Alhandra; naquela corte figurou em Academias e Certames poéticos. Aí imprimiu em 1670 a Comédia *Verse y tenerse per muerto*; e no Ramilhete de Sainetes, em 1672 o *Baile del Colo*. Faleceu em 1686. Neste prestígio da Comédia famosa também D. Francisco Manuel de Melo, que viu os esplendores da corte de Filipe IV compôs Comédias de capa e espada em castelhano, *Laberinto de Amor*, *Los secretos bien guardados*, *De burlas hace A mor veras*, e *El Domine Lucas*. Lope de Vega na *Nova arte de fazer Comédias* revelara a forma definitiva do género: «Uma vez escolhido o assunto, escrevê-lo em prosa, em três actos, tendo o cuidado, se assim o puderdes, de encerrar cada acto no espaço de um dia. – Não deixeis adivinhar o desenlace até que chegue a cena do final, porque quando o público o descobre antecipadamente vira a cara para a porta... Que o teatro fique o menos tempo possível sem personagem que fale. A linguagem seja casta e nada de prodigalizar grandes pensamentos nem agudezas de espírito em cenas de interior. Acabai vossas cenas por algum traço gracioso... A exposição ocupará o primeiro acto; o segundo será para o desenvolvimento e encadeamento da intriga, de modo que até ao terceiro acto ninguém possa prever o desfecho; enganai o espectador deixando-lhe entrever um desenlace possível e diferente portanto daquele que lhe prometeis. Que a forma dos vossos versos seja apropriada avisadamente ao vosso assunto: as Décimas servem bem para exprimir as queixas; o *Soneto* coloca-se bem na boca daquele que espera; as narrativas pedem a forma de *Romance* ou melhor ainda, algumas vezes a *Oitava*; não empregando o Terceto a não ser nas coisas graves, e as *Redondilhas* para o amor. Acobertai a verdade com uma coisa que pareça bem. Escolhei o assunto que interesse a honra, porque comove vivamente o público;...»

Representavam-se as Comédias de Lope de Vega por todas as cidades de Portugal e aqui se reimprimiam; assim se universalizou o género; as representações faziam-se em *castelhano*. Lamentava este exclusivismo Manuel de Galhegos, no *Templo da Memória*, em 1636: «A língua portuguesa como não é hoje a que domina, esqueceram-se dela os engenhos, que com seus escritos a podiam enriquecer e autorizar; e quem agora se atreve a sair ao mundo com um livro de versos em português arrisca-se a parecer humilde; pois escreve numa língua cujas frases e cujas vozes se usam nas praças; o que não deixa de ser embaraço para a altiveza; que as palavras de que menos usamos soam bem e agradam em razão da novidade e por isso os retóricos lhe chamam peregrinas.» Restabelecida a nacionalidade pela Revolução de 1640, em Portugal entraram novas influências literárias, fundindo-se com a comédia castelhana de *Capa e de Espada*, com a italiana de *imbroglio*, misturando os comediógrafos Lope de Vega com Molière e Goldoni, visando à exploração do público, vindo a formar o vasto repertório da *Baixa Comédia* do século XVIII.

b) *As Tragicomédias dos Jesuítas*.<sup>195</sup> – No regulamento das Escolas da Companhia, a *Ratio Studiorum* de 1583, estabelecendo exercícios literários de composição e declamação, adopta os antigos costumes das Universidades e dos Colégios dos fins da Idade Média e Renascença: «Que o assunto das Tragicomédias e

---

<sup>195</sup> No vol. III da *História do Teatro Português*, publicado em 1870, tratámos extensamente das *Tragicomédias dos Jesuítas*. Passados dez anos apareceu o livro de Ernest Boyssé, intitulado *Le Theatre des Jesuites*. Paris 1880; aí observa: «É para estranhar que os historiadores do teatro tenham esquecido ou desdenhado o dos Jesuítas. Os mais exíguos tabladros e mesquinhos barracões, têm encontrado analistas aplicados e conscienciosos. Porque não se tem feito um rápido esboço do Teatro dos Jesuítas, que durou três séculos, que teve os seus cenários abertos em toda a Europa e nos legou uma biblioteca de peças em todos os géneros? Importantíssimo pelo lugar que ocupou na educação da mocidade, a fina flor dos séculos XVI a XVIII, não merece o olvido em que o deixaram.»

das Comédias, as quais sejam em latim e raramente, o argumento, essencialmente sacro, e piedoso; que não haja entre os actos entremez algum que não seja latim e decente; e que nenhum personagem ou trajo de mulher seja admitido.» Nas festas da Companhia usavam-se as representações dramáticas dos *Ludi majores e minores* como divertimentos escolares: extensas peças escritas em hexâmetros latinos, sobre assuntos bíblicos, postas em cena com coros e aparatosas decorações, levando dois e mais dias o seu desempenho. O que induziria os Jesuítas a estas práticas pedagógicas teatrais? Responde o jesuíta Prat, estudando Maldonado: «eles adoptaram as coisas tais como a experiência do passado as havia estabelecido. Eles não se dignaram de conservar o uso admitido nos Colégios da Universidade, de fazerem representar dramas, porque este costume, afastados os abusos, lhes prestava um novo meio de desenvolver no coração dos seus alunos os sentimentos mais generosos, de lhes pôr diante dos olhos o exemplo da constância e da coragem que exige a virtude...» Este espírito de continuidade como condição de estabilidade, é a base orgânica da Companhia de Jesus, preparando assim a sua psicologia do automatismo para alcançar a obediência pela abdicação da vontade individual. Foi no *Colégio de Santa Bárbara*, dirigido em Paris pelos grandes pedagogistas Diogo de Gouveia e André de Gouveia, que Inácio de Loyola recebeu a cultura humanista, escolhendo aí os companheiros para a sua fundação. Quando veio a estabelecer os Colégios de Roma e Germânico e o das Artes, de Coimbra, deu-lhes a organização que vira no de Santa Bárbara, adoptando as *Classes*, que ainda hoje conservam; e daí tomou a prática das representações dramáticas, que sobreviviam da tradição pedagógica medieval, nas suas festas escolares. No Colégio de Guienne, de Bordéus, dirigido por André de Gouveia, *le plus grand Principal de France*, como lhe chamava Montaigne, também se representavam tragédias latinas; entre os professores que trouxe para o Colégio Real, fundado por D. João III em Coimbra e de que os Jesuítas se apoderaram, vinham com André de Gouveia poetas latinos, como Buchanan e Diogo de Teive, que escreveram para as festas escolares. Pelos Estatutos da Universidade de Salamanca de 1538 (tit. LXI) as representações teatrais faziam-se pela Natividade, Quaresma, Ressurreição e Pentecostes, e os Colégios tinham de exhibir declamações públicas, representando-se anualmente uma Comédia de Plauto ou Terêncio, no primeiro domingo das Oitavas de *Corpus Christi*, ou Tragicomédias, que pelo melhor desempenho eram premiadas pela Arca do Estudo. Em França estas representações escolares eram exibidas pelas festas de S. Martinho, de S. Nicolau, Santa Catarina e Epifania. Os Jesuítas conservaram nos seus Colégios estas velhas práticas, e desde que se viram senhores do ensino público foram admitindo o emprego das línguas vulgares nas peças dramáticas e a Dança, na forma de *Ballet*, e aplicando o efeito espectacular para as festas das Canonizações dos seus santos e entradas e consórcios de monarcas. Quando Filipe III veio a Portugal, em 1621 os Jesuítas celebraram-no com dois Melodramas, como refere Soriano Fuertes, na sua *História da Música em Espanha*: «Conhecendo a afeição do monarca ao teatro e à musica, executaram nestas festas dous Melodramas, que chamaram sobremaneira a atenção do rei e de todos os espectadores. Um deles intitulava-se *Os Titans*, disposto pelo provedor Diego de Las Casas, e pelos oficiais da Aduana; sendo o argumento alusivo à expulsão dos Mouros, servindo-se da fábula dos Titãs, a qual simbolizava como os temerários esforços das forças africanas e turcas, à maneira dos titãs acumulando montes sobre montes, intentavam perturbar a paz e ofender a autoridade real; como Júpiter com um raio lançou no Averno os que queriam conquistar o céu, Filipe III também arremessou os Mouros para a África. O segundo melodrama *As nações orientais reconhecidas ao seu Bem feitor*, foi posto em cena e dirigido pelo Colégio de Santo Antão.» (*Op. cit.*, t. II, p. 201). Mais espectacular foi a *Real Tragicomédia do Descobrimento e Conquista da Índia*,

representada a Filipe III, na sua recepção em Lisboa em 21 e 22 de Agosto de 1619. Fora composta pelo mestre de retórica P.<sup>o</sup> António de Sousa, da qual publicou Mimoso Sardinha uma Relação descrevendo a riqueza do cenário e a pompa deslumbrante do espectáculo. As Tragicomédias foram-se convertendo em *Oratórias*, prevalecendo o canto sobre a declamação, o que com a *Zarzuela* em Espanha, o *Ballet* em França, o *Madrigal* na Itália, e os *Tonos* em Portugal, preparavam a criação da *Ópera*, no século seguinte.

c) *A Escola Vicentina*. – A criação de Gil Vicente, desenvolvendo a *Égloga* da monotonia *pastoril* em Auto, dando-lhe interesse dramático, estacionou cedendo diante da *Comédia famosa* espanhola, já com as suas três jornadas definidas. Não faltaram talentos para cultivarem a forma de Auto, que ainda hoje subsiste na literatura portuguesa, nem jamais lhe falhou a simpatia e o interesse popular. Resistiu o Auto à invasão da Comédia clássica latina e italiana; floresceu a par da Comédia castelhana de *Capa e Espada*, por que esta nasceu das Tragicomédias vicentinas; o seu estacionamento proveio da Censura clerical, dos *Índices Expurgatórios* que desde 1559 até 1624 dilaceraram, destruíram e impediram a floração do teatro nacional. Basta percorrer esse volumoso Index feito pelo jesuíta P.<sup>o</sup> Baltasar Alves, provincial e imposto pelo Inquisidor Fernando Martins Mascarenhas. Aí se atacam Gil Vicente, Baltasar Dias, Afonso Álvares, António Ribeiro Chiado, Fr. António da Estrela, Fr. António de Lisboa, Jorge Ferreira de Vasconcelos; mas combatendo contra a Escola Vicentina os Jesuítas adoptavam o Auto para a sua catequese dos indígenas do Brasil, como se vê pelo *Diálogo da Ave-Maria*, pelo P.<sup>o</sup> Álvaro Lobo, *Auto de Pregação universal*, *Auto de Santa Úrsula*, e o do *Rico avarento*.

Os costumes populares dos *Presépios*, *Lapinhas*, *Reisadas* e *Mouriscadas* vivificam essa forma nacional do Teatro nacional, que no século XVII encontrou cultores, como Fr. António da Estrela com a sua *Prática de três Pastores*, Francisco Rodrigues Lobo com o Auto do *Nascimento de Cristo*, e D. Francisco Manuel de Melo, com o *Fidalgo Aprendiz*, incomparável protótipo do *Bourgeois gentilhomme* de Molière, e o P.<sup>o</sup> João Aires de Moraes, com o *Tratado da Paixão de Cristo*, em que há a contaminação da Comédia castelhana. A *Prática de Três Pastores*, ainda hoje se representa por todo o Alentejo, conservada exclusivamente na transmissão oral; é um extraordinário fenómeno de assimilação tradicional popular, em que o texto seiscentista cotejado com as transcrições orais põe em evidência o processo da formação colectiva pelas independentes variantes, ampliações, substituições, eliminando o que não interessa à imaginação do vulgo. O *Fidalgo Aprendiz* de D. Francisco Manuel de Melo é a perfeição ideal da forma vicentina; o verso de redondilha rimado com flagrante lirismo, os tipos caricatos de um realismo vivo, as situações sucedendo-se naturalmente, e os costumes da época nitidamente definidos, tudo leva a crer que não é um simples produto de imaginação. Pelas relações íntimas que D. Francisco Manuel de Melo teve na corte francesa, com o embaixador em Lisboa e a quem enviava para Paris os seus livros, podemos inferir que o tema do *Fidalgo Aprendiz*, escrito em 1642, e representado na corte de D. João IV, foi reflectir-se no génio de Molière em 1670, quatro anos depois do falecimento de D. Francisco Manuel de Melo. Quando o Auto foi impresso em Lião em 1665, trouxe a rubrica *Farsa que se representou a suas Altezas*, que eram o príncipe D. Teodósio, e os infantes D. Afonso e D. Catarina. A farsa tinha uma intenção, visava a alguém; foi talvez isso que fez rir a corte, e que lhe provocou ódios cegos? A dama da Farsa é uma tal *Britiz* ou *Beatriz*, objecto dos galanteios canhestros de D. Gil Cogominho, que se enfronta em fidalgo. «Francisco Cardoso era casado com uma filha bastarda do Conde de Vila Nova. *Beatriz* da Cunha, nascida de

uma aia de sua casa».<sup>196</sup> Só mais tarde viemos a encontrar o nome dessa aia, a quem D. Francisco Manuel de Melo fez uns versos satíricos *sobre Helena da Cunha*. Esse criado, que se afidalgava casando com a bastarda do Conde de Vila Nova é o Francisco Cardoso, feito mordomo, cujo assassinato atribuíram ao poeta. Que maior motivo para o ódio figadal do Conde de Vila Nova, que como guarda do corpo de D. João IV açulou em seu real amo o ódio pela farsa que fizera representar na corte, e vista e festejada por O. Branca da Silveira? O *Fidalgo Aprendiz* vive, é uma realidade, que hoje se desvenda pelas lendas genealógicas; O. Francisco Manuel de Melo procedia como Camões no seu *Auto de El-Rei Seleuco*, em que as alusões se pagam com amarguras.<sup>197</sup>

## § II

### *Academias literárias e renovação dos estudos filológicos*

O movimento científico realizado fora das Universidades caracteriza-se no século XVII pelo desenvolvimento das *Academias* particulares ou Institutos, que vieram a receber dos governos a consagração oficial. Em Inglaterra, já sob o protectorado de Cromwel, reúnem-se alguns *filósofos* para investigações sobre fenómenos da Natureza; em França Richelieu e Colbert aproveitaram estas iniciativas particulares, fundando a *Academia Francesa* e a *Academia de inscrições e Belas Letras*. Ao novo critério científico deu-se o nome de Filosofia natural, e *naturalistas* aos que nos estudos experimentais, desprezavam a autoridade da tradição e só admitiam os resultados da razão. Nos países em que predominava a intolerância católica, esta emancipação dos espíritos era combatida, e o ensino público mantinha-se estável no velho humanismo, bem como as Academias conservaram um exclusivo carácter literário. Foi preciso o decurso de um século para que em Portugal se fundasse uma Academia de Ciências; as Academias seiscentistas, além de corromperem a literatura portuguesa, foram deploráveis instrumentos de apatia mental.

a) *As Academias dos Generosos e dos Singulares*. – Dava-se na Itália o nome de *Academia* a uma simples reunião de poetas e cantores; assim começou também em Portugal a *Academia dos Generosos*, porventura como efeito do grande

---

<sup>196</sup> *História do Teatro Português*, vol. III; e *Gil Vicente e o Desenvolvimento do Teatro Nacional*, 438. Camilo aponta um filho, que casou e morreu no Porto, por 1723; inferindo-se por esta data ser um neto do Conde.

<sup>197</sup> Em uma nota do Dr. Sousa Viterbo, de 24 de Maio de 1898, participou-nos este erudito académico que encontrara nos *Papéis da Aclamação*, da Torre do Tombo uma Comédia famosa *Contra si faz quem mal cuida*, escrita por D. Leonardo de S. José, cónego regrante, assinada com o nome de um Leonardo de Saraiva Coutinho, quando secular. No frontispício sem data nem impressor, lê-se: *Representada na Universidade de Coimbra*, a data das licenças é 1644, e na última página traz o nome do livreiro Paulo Craesbeeck. É composta em belos versos de redondilha com hendecassílabos; versa sobre o caso trágico de D. Maria Teles, que figura entre os outros personagens Infante D. João, D. Leonor rainha, Infanta D. Beatriz, D. Fradique, Diogo Afonso de Figueiredo, Garcia Afonso, comendador, Pero, criado, Medronho gracioso. Começa com uma Loa em que falam um Português e um Castelhana, cada um em sua língua; este acusa a ousadia de representar uma Comédia em português; explica-lhe o nacional

Comedia, alfim, portuguesa,  
Por que a língua castelhana  
Já em Portugal não reina

tendo sido usada para figuras ignóbeis, como Diabos, Mouros, Gentios, Fantasmas, Quimeras.

desenvolvimento que a música teve na corte de D. João IV, a qual influenciou na poesia pela forma dos *Tonos*, *Motetes* e *Vilancicos*. Foi a *Academia dos Generosos* fundada por D. António Álvares da Cunha, trinchante-mor de D. João IV, guarda-mor da Torre do Tombo, e um dos solícitos investigadores dos inéditos de Camões.

Pouco tempo depois do regresso de D. Francisco Manuel de Melo a Lisboa, e no curto período da liberdade que gozou de 1642 a 1644, entregou-se à distração literária de uma tertúlia que denominou *Academia Augusta*, que foi o núcleo da *Academia dos Generosos*. Em carta de 13 de Dezembro de 1647 ao seu amigo António Luís de Azevedo, queixa-se de não lhe terem dado notícia da sessão da nova *Academia dos Generosos*: «Seja-nos muito para bem a Academia,... Até hoje não me fizeram digno nem de uma notícia. Pois também Roma tinha cidadãos entre os Bárbaros. Eu soube deste mister de Academias bastantemente; *por que a agasalhei em minha casa alguns tempos*. Muito louvo este exercício e não menos peço a v. m. novas dos seus progressos. Cá a encomendaremos a Apolo em nossas fracas orações.» Nessa *Academia Augusta*, leu ele os *Caprichos de Amarilis*, e a ela pertenceu D. Agostinho Manuel à primeira época da *Academia dos Generosos*, antes de 1647, sendo então D. António Álvares da Cunha muito moço. A sua época florente em casa do fundador, aos domingos, documenta-se pela longa actividade de 1647 a 1667. Somente depois do regresso de D. Francisco Manuel do seu degredo é que toma parte nas sessões dos académicos *Generosos*. Desta fase citaremos alguns nomes ainda celebrados, como Luís Serrão Pimentel, Dr. António de Sousa Macedo, Francisco Correia de Lacerda, D. Francisco de Melo, Alexis Collots Jentillet, Cano António Paggi, Cristóvão Alão de Morais, Conde da Ericeira, Fernão Teles da Silva, André Rodrigues de Matos, Luís do Couto Félix.

Nas obras de D. Francisco Manuel de Melo vêm algumas das teses que se discutiam nesse cenáculo retórico, e os discursos que aí se recitavam. Pertenceram à *Academia dos Generosos* os principais escritores do século XVII, mas infelizmente esterilizou-os um tal meio; eram na maior parte fidalgos, e preferiam escrever em castelhano. As teses que discutiam são deploráveis. Em uma sessão académica, D. Francisco Manuel de Melo disserta sobre: *el descontento de algunos Autores quexosos de los principes por falta de premio*. E para bajular o príncipe herdeiro, toma-se: *Por assunto academico cuya lei era mostrar en pocas estancias como la gloria de los reales Alfonsos pide la pluma de mejores Tassos*. A poesia tornou-se um artifício insensato, de anagramas, obeliscos, acrósticos, labirintos, em formas de pirâmides, como o usavam os eruditos italianos. Eis como D. Francisco Manuel abriu uma sessão dos *Generosos*:

«Que é isso? Hoje é domingo? Hoje é o celebre dia do nosso celebrado ajuntamento? Hoje é o dia em que eu devo ostentar alguma generosa Oração ao generoso auditório dos nossos *Generosos*? Sim. Hoje é este dia. Tal é hoje minha obrigação, e minha maior divida; etc.» Depois da morte do trinchante-mor a Academia foi renovada por seu filho D. Luís da Cunha em 1693; nela floresceram os Condes da Ericeira e Tarouca, o Marquês de Alegrete, que transportaram para o século XVIII a paixão pelas academias literárias nos seus palácios.

Na 2ª presidência da *Academia dos Generosos* leu D. Francisco Manuel de Melo uma composição, *Banquete Métrico*, em que define perfeitamente o espírito da Academia e do Seiscentismo:

Altos conceitos, sólidas doutrinas,  
Sutis ideias, frases elegantes,  
Raras sentenças, flores peregrinas,  
Vivos exemplos, regras abundantes,  
Discretas notas, fabulas divinas,

Sentidos certos, opiniões constantes,  
São os sábios, sabidos, saborosos  
Destes Convite pratos numerosos.

(*Viola de Talia*, p. 272)

A *Academia dos Singulares*, instituída em Outubro de 1663 por Pedro Duarte Ferrão, deixou dois volumes de Conferências, das suas sessões, documento palpável da perversão das ideias literárias da época; desta tertúlia diz D. Francisco Manuel, no diálogo da *Visita das Fontes*: «Famosa Academia de Lisboa, que se chamou dos *Singulares* por ser a primeira que se celebrou nesta cidade à imitação dos *Illuminados*, *Insensatos*, *Líricos* da Itália, em Urbino, Pádua e Roma.» (p. 203). Dentre os seus membros destacam-se os nomes de André Rodrigues de Matos, que traduziu a *Jerusalém libertada*, o Padre João Aires de Morais, autor de um auto hierático *Tratado da Paixão*, António Serrão de Castro que deixou a longa e ininteligível sátira em redondilhas *Os ratos do Inquisição*, Manuel de Galhegos, conhecido pela *Gigantomaquia e Templo da Memória*.<sup>198</sup>

De ordinário as efemérides do paço eram o único tema da versificação académica; e em Espanha os reis chegavam a visitar estas tertúlias, sendo por isso uma glória o pertencer ao número dos seus sócios. Filipe IV visitava a célebre Academia poética de Sebastian Francisco de Medrano, à qual pertencia Miguel da Silveira, autor do poema épico *El Macabeo*. Manuel de Faria e Sousa procurou debalde entrar para a Academia de Medrano, escrevendo por despeito nas *Noches claras*, contra as Academias: «Cuantos poetas revientan por ver divulgados sus nombres en letras de molde, ó por menos, tener entrada en las Academias, piensan algunos que tienen mejor sila en el Parnaso; como si acá por fuera nos no diseran sus obras el lugar que les cabe.» A abundância de poesias sem ideal não correspondia a nenhuma necessidade moral da sociedade, e Faria e Sousa, clama na Parte III da sua *Fuente de Aganipe*: «Ya se tienen por escusados libros de rimas por ser tantas; por malas si, que por muchas, a ser buenas, no pudiera ser.» Por fim desculpa-se de ter escrito a maior parte dos seus versos em castelhano: «Algo se verá en portuguez de cada suerte de rima, por no negar a mi lengua, teniendo un justo sentimiento de que no me vea en nuestro reyno, para no escribir en otra: bien que hay en ella muchos, que estando en el escribiendo en la casteliana muestran claramente que no saben mmgana. Duélome que siendo tan parecidas estas dos lenguas, no se entienda la portuguesa en Castilla.» Os versos que compõem todas as partes da *Fuente de Aganipe* são medíocres, posto que Lope de Vega considerasse bastante o autor. Também em 1634 escreveu Manuel de Galhegos no prólogo do *Templo da Memória*: «A língua portuguesa, como não é hoje a que domina, esqueceram-se dela os engenhos; e quem agora se atreve a sair ao mundo com um livro de versos em português, arrisca-se a parecer humilde.»

As festas religiosas das canonizações, dos oragos, das eleições de abadessados eram o principal objecto da poesia em congressos académicos chamados *Certames*; o tio de D. João IV, D. Duarte, Marquês de Franchilla, foi juiz em um certame poético por

---

<sup>198</sup> Dos Mss. 5864, da Biblioteca Nacional, e 147, da Livraria da Universidade de Coimbra, transcreveu o sr. Prestage farto material destas Academias para o seu esboço biográfico de *D. Francisco Manuel de Melo*, reconhecendo embora a frivolidade de vultos de importância social se entregarem a estes irrisórios aparatos literários. Este seu processo de documentação, levou a revista mensal de Barcelona *Estudio*, a criticar-lhe a excessiva meticulosidade dos factos acessórios e «a insistir na necessidade de completar com o génio e a intuição as deficiências do documento».

ocasião da canonização de Santa Isabel, tendo por adjunto Lope de Vega. Foi talvez do conhecimento das poesias deste D. Duarte, que veio o atribuir-se ao infante D. Duarte, irmão de D. João IV, o livro de poesias que se diz andar publicado em nome do seu secretário João Bautista de Leon. Quando em Portugal constou a morte desgraçada do infante D. Duarte, a Universidade de Coimbra celebrou um Certame poético onde já figurou Brás Garcia de Mascarenhas com um *Labirinto de Sentimento na morte do príncipe D. Duarte*, que mereceu o primeiro prémio, porque se lia por todos os lados com diversos sentidos.

Onde se caracterizam bem os vícios do Culteranismo é na célebre colecção de poesias líricas *A Fénix Renascida*, coligida por Matias Pereira da Silva; ali se lê uma curiosa sátira contra essa aberração literária, parodiando o estilo:

Do quarto globo a gema nunca avara  
Que tem por casca o céu, nuvens por clara,  
Nunca ninguém tal disse,  
Não vi mais descascada parvoíce!  
Grande cousa é ser *Culto*,  
Fingir quimeras, e falar a vulto.

Mas sempre ouvi dizer desta poesia,  
Que vestido de imagem parecia,  
Pois quando vemos o que dentro encobre,  
Quatro paus carunchosos nos descobre.  
Faça-lhe a *culterana*  
Mui bom proveito à língua castelhana;  
Que a frase portuguesa por sesuda,  
Por prezada e por grave não se muda.  
Não se oculta entre *cultas* ignorâncias,  
Pois toda é cultivada de elegâncias.  
Mas porque me não digas, *culto* amigo,  
Que do ovo a metáfora não sigo...

Esse amigo de Frei António das Chagas, e que guardava os versos da sua mocidade, Frei António Vaia, autor do Soneto *Ao Girassol* a quem chama «águia das flores», é um dos que melhor caracteriza essa monomania das metáforas; a falta de sentimento e a consciência da falsidade da linguagem levava-os para o estilo *picaresco*, aplicado aos cantos de devoção e às odes sobre os triunfos das armas portuguesas nas lutas da independência. No género *picaresco* destaca-se Diogo de Sousa, ou também chamado Camacho, na sua *Jornada às cortes do Parnaso*, em que chega até à obscenidade. Para ele a tradição literária quinhentista, que ainda animou Rodrigues Lobo e D. Francisco Manuel era por antítese objecto de irrisão:

Um *Luis de Camões*, poeta torto,  
Que era em cousas de mar este mui visto,  
E já comera muita marmelada  
Desde o pólo de antárctico a Calisto...

No fim de companhia tão lustrosa,  
Um *Francisco de Sá* aparecia,  
*Poeta até o embigo, os baixos prosa.*

No *Hospital das Letras* protestava D. Francisco Manuel contra este verso travesso «maldito o mal que lhe tem feito» contra a autoridade literária de Sã de Miranda.

Entre os versos de D. Francisco Manuel de Melo vem um, que foi intencionalmente tomado de Diogo Camacho: – Um Luís de Camões, poeta torto. – Vê-se que ao dar-lhe um repelão no *Hospital das Letras*, reconhecia o merecimento do poemeto *Jornada às Cortes de Parnaso*, que só em 1728 fora impresso, variando o seu texto nos manuscritos. Quem era este Diogo Camacho, que representa a sátira causticante e chula contra a poesia culterana? Era um estudante, que foi juiz do Distrito da Inquisição de Coimbra; que assinava as suas sentenças com o nome de Diogo Guerreiro Camacho de Aboim, nascido na próxima povoação de Pereiró. Por um privilégio que requereu para a impressão de oito tomos de questões de Direito, que lhe foi passado em 30 de Maio de 1669, vê-se que a sua actividade poética se exercera na sua época escolar, chegando a ser considerada por D. Francisco Manuel de Melo. Os oito tomos que Diogo Camacho chegou a licenciar, constavam: cinco *De munere judicis Orfanorum*; um, *De recusationibus*; outro, *De privilegiis familiarium et Officialium Sanetae Inquisitionis*; e o último, *Escola política cristã e moral*.<sup>199</sup> Felizmente para a sua algibeira, Diogo Camacho não chegou a imprimir os oito tomos jurídicos. Tornou-o lembrado D. Francisco Manuel de Melo, pela graça estudantesca das *Jornadas às Cortes de Parnaso*. Infelizmente o manuscrito que se publicou no tomo V da *Fénix Renascida* foi muito deturpado pela censura. Na Segunda parte da Jornada, que começa:

Depois daquele caso desastrado  
Que aconteceu a Dafne sem ventura,  
Ficou perdido Apolo de enfadado.

foram omitidos os seis tercetos seguintes, que se acham no texto trasladado nas *Flores de diversos Autores lusitanos*, fl. 97:

E foi em tamanho aumento esta quentura  
Que lhe inchou com os carnaís desejos,  
(Falando com perdão) toda a natura.

Andando mariscando aos caranguejos,  
Dona Pobreza assaz consigo tinha  
Piolhos, lêndeadas, pulgas, percevejos.

Apolo viu-a, e como tesa vinha,  
Chegou-se a ela, conta-lhe seus males,  
E o remédio lhe pede que convinha.

Faltavam à senhora então reales,  
Pedi-lhos, deu-lhos, e ambos se encontravam,  
Sem pífanos também, sem atabales.

Todo o dia depois se retouçavam  
Sobre uma pouca de erva e verde rama,

---

<sup>199</sup> Chancel. de D. Pedro II, Liv. LIII, fl. 102.

Que ambos com as unhas arrancavam.

Ficou prenhe de Apolo a pobre Dama,  
Porque para emprenhar são escusados  
Travesseiros, lençóis, colchões ou cama.

Segue logo o texto impresso que começa no terceto:

Depois de nove meses já passados,  
No minguante da lua, em noite fria,  
A Pobreza pariu com dois mil brados.

Nasceu a Rapariga Poesia,  
Filha de Apolo, filha da Pobreza,  
Muito mais pobre que ela em demasia.

Não lhe faltou contudo gentileza;  
Mas nasceu a coitada em tal estrela  
Que nunca teve casa, cama e mesa.

Foi requestada em quanto foi donzela,  
Por ser formosa, mas foi mal fadada,  
Mofina como a mãe, como o pai bela.<sup>200</sup>

Em divertidos tercetos, sempre bem metrificadas e rimadas, faz a História da Poesia através das idades. Merecem ler-se pela sua pintura grotesca; a Poesia ficara viúva de Homero:

Mas buscando algum amo que a quera  
Que por qualquer soldada ou por dinheiro  
Todo o magano dela se servia.

Chegou de Itália ali um forasteiro,  
Que chamavam *Virgílio Mantuano*,  
Pobre saloio, pobre pegureiro.

Dela se namorou, mas por seu dano  
Porque a trouxera à Itália, e em seus braços  
Em Nápoles morreu como magano.

Depois deste morrer feita pedaços,  
E muito em que lhe pez', a esfaldaram  
De todas as nações muito madraços.

É então que Apolo, o pai da Poesia, chama dos Elísios os poetas das principais

---

<sup>200</sup> No Códice ms. tem uma Dedicatória em prosa e uma alocução ao religioso Leitão, e no fim três poesias assinadas por João de Bobadilha, Fernão Lopes, e Estêvão Ribeiro.

regiões:

Vinha Petrarca, de enjoado morto  
Por nunca se embarcar; zombava disto  
Um Luís de Camões, poeta torto,

Que era em cousas mar este bem visto.  
E já comera muita marmelada  
Desde o pólo de Antárctico a Calisto.

Enfim, este, e os mais de camarada,  
Partiram com mais outros companheiros,  
Que os quiseram seguir nesta jornada.

Carregado de muita veniaga,  
Das suas *Trezentas* vinha *João de Metia*,  
Por não achar ratinho que lhas traga.

Numa sanfonha inda não pequena  
*Garcilasso da Vega* entrou cantando:  
*Cerca dei Talo en soledad amena.*

Traz este, as Cortes todas assombrando,  
De mestres e pilotos rodeado  
O torto de *Camões* vinha bradando.

.....  
No fim da companhia tão lustrosa,  
Um *Francisco de Sá* aparecia,  
Poeta até o embigo, os baixos prosa.

A estes respondeu *Boscão* um dia,  
Porque como salsicha defumada  
Com seus safurros palmos a media.

Depois de reunidas as Cortes de Parnaso decretam a pragmática que tem de ser aplicada a todos os que fazem trovas, a sabias, a freiras, a donzelas ou viúvas, com as hilariantes penalidades. A *Jornada às Cortes de Parnaso* termina com o grau doutoral em latim macarrónico ao herói o poeta bordalengo; é uma paródia da *Viagem ao Parnaso*, de Cervantes que abriu nela a torneira aos elogios, continuados no *Lourel de Apollo* de Lope de Vega, e por Jacinto Cordeiro no poemeto em que consagra os Poetas portugueses nomeados até ao ano de 1631.

É natural que a organização poética e faceta de Diogo Camacho se manifestasse em outras composições. Pelo assunto e versificação, seguem-se à *Jornada*, mais três sátiras literárias, *Pegureiro do Parnaso*, *Saudades de A polo* e *Lágrimas saudosas*, que acusam a mordacidade jocosa de Diogo Camalho, dando-se aí por primo do poeta bordalengo e fixando a data de 1642. Reconhece-se o sentimento da independência nacional:

..... ia o português ardendo em sede;

Que antes que fosse o Reino libertado,  
De frase castelhana andava inchado,  
Que sempre compusera  
Com brava tromba e catadura fera.

.....  
Não sabes tu, que a língua portuguesa  
Não tem no mundo igual outra em nobreza.

.....  
Que tem o Português propriedade,  
Eloquência, brandura e claridade.  
Amourisca-se muito o castelhano;  
Tem muitos *ches* e *chis* o italiano;...  
Seja a conceite fundo,  
Mas que possa entendê-lo todo o mundo  
Que não perde a beldade  
O sol, por ter mais luz e claridade.  
Por escárnio somente ou zombaria  
Se pode escurecer qualquer poesia.

.....  
E que Camões famoso  
Poeta, ainda que torto, majestoso,  
Lá pelo tempo quente  
Na fonte mitigava a sede ardente;  
Por isso assim cantou em altos brados:  
*As armas e os varões ass'inalados.*

.....  
Aqui chegando em tempo o grão Miranda,  
Molhava toda a barba veneranda.  
Bernardes reverendo  
Da mais clara da veia ia bebendo.

E porque obram variamente estes licores  
Gerando espinhos nuns, em outros flores...  
Algun, sem que descanse,  
Faz às barbas do Cid logo um *Romance*,  
Outro, grave e quieto,  
Compõe a Durandarte algum *Soneto*;  
E por que nunca a consoante chega,  
Batendo no toutiço a testa esfrega.  
Outro mais facilmente  
Vai furtando a toada a Gil Vicente.  
Algun com fúria brava  
Unta com alho os versos de uma *Outava*,  
Outro por entre os ramos das *Canções*...  
Outro, porque a sua pipa está vazia,  
Mata-se por compor uma *Elegia*;  
Outro de imaginaria todo seco  
Alguma obra vai compondo em *Eco*.  
Outro que *Laberinto* faz por traça  
Cuida que tem cabeça e tem cabaça.

Na sátira *Saudades de Apolo* chasqueia mordazmente do culteranismo castelhano:

Faça-lhe a *culturana*

Mui bom proveito à língua castelhana,

Que a frase portuguesa por sisuda

Por prezada e por grave não se muda,

Não se oculta entre cultas ignorâncias,

Pois toda é cultivada de elegâncias;

.....

Outros poetas satíricos do século XVII aparecem em larga cópia nos manuscritos das Bibliotecas, sendo os que mais se distinguem D. Tomás de Noronha<sup>201</sup> e Gregório de Matos. O fidalgo, metrificando bem é chulo, picaresco, versejando à toa sobre os acidentes mais insignificantes; o brasileiro é má língua na expressão moral, tem esse temperamento azedo e causticador; servem-lhe de tema os frades devassos, as freiras tribades e as exhibições pornográficas, com as louvaminhas às mulatas provocadoras. D. Francisco Manuel de Melo soube manter a Sátira na beleza da sua tradição mirandina.

b) *Gramáticos e Filólogos*. – Enquanto o método *alvarístico* e a sintaxe retórica de Sanches dominavam absolutamente os estudos humanistas, já as ideias de Bacon sobre a Gramática geral se disseminavam pela Europa provocando a renovação do critério filológico. Bacon formula as seguintes frases, que encerram uma das maiores descobertas realizadas pelo nosso século: «Em verdade, seria obra preciosa aquela em que um homem que conhecesse perfeitamente o maior número de línguas científicas e vulgares, tratasse das propriedades de cada uma, mostrando os defeitos de cada qual... Basta-me distinguir a Gramática simples e elementar da *filosófica*, e notar que esta, que ainda está por nascer, é digna da nossa atenção.» Em Portugal, já em 1619 publicava Amaro de Reboredo o seu *Método gramatical para todas as línguas*, cujas doutrinas se derivam ou são um pressentimento das teorias de Bacon. Quer Reboredo, que se estude primeiramente o português para se ter melhor inteligência do latim: «Para o que fora de muita importância criar-se uma cadeira de língua materna, ao menos nas Cortes e Universidades... Saberão os principiantes por arte em poucos anos e melhor a língua materna, que sem arte mal sabem por muitos anos, com pouca certeza, a poder de muito ouvir e repetir... e serão mais certos e apontados no que falam e escrevem, terão mais copia de palavras e usarão delas com mais propriedade. Porque, por falta de regras, ainda nas Cortes e Universidades se falam e escrevem palavras necessitadas de emenda. Saberão por regras de compor e derivar, ampliar a língua materna e ajuntar-lhe palavras externas com sofrível correção e formar outras de novo; para que com menos rodeios se possam explicar os conceitos e as ciências quando nas maternas se queiram explicar. Porque a pobreza das maternas na tradução de livros gregos e latinos e na declaração de especulações filosóficas se manifesta. Saberão fugir de palavras externas ainda não recebidas, quando tem próprias, por não mostrarem que a língua é mais pobre... O

---

<sup>201</sup> Filho de D. Tomás de Leão e de D. Branca de Castro, filha de D. Gonçalo Coutinho. Serviu em Ceuta sob o governo de Marquês de Vila Real, nomeado gentil-homem do príncipe D. Teodósio. Casou com D. Helena da Silva, e em segundas núpcias com D. Margarida de Bourbon, filha do 1º Conde de Arcos D. Luís Brito de Lima, sendo por ela 2º Conde deste título, e seu sobrinho do mesmo nome terceiro. Não quadram com esta pompa nobiliárquica a chulice dos seus versas e baixa ideal, como os Sonetos à morte desgraçada de Francisco Rodrigues Lobo.

principiante que passar por este Método para as outras línguas, tem meio caminho andado... Como por exemplo: quem souber bem por Arte a Portuguesa ou Castelhana, percorrendo na Latina por semelhança irá descobrindo um concerto, propriedade e metáfora racional, e ainda as irregularidades e particulares modos de falar, que o ignorante vulgo introduziu: os quais são certas quebras da arte, que sendo muito arreigadas devemos usar. A razão é, que os Latinos eram homens com os quais concordamos na racionalidade, que encaminha o entendimento e língua a declarar o que sentimos; e ainda que as palavras sejam diversas, assi cada uma per si, como muitas juntas, na razão da frase contudo, a única racional delas em todos é a mesma.» A reforma filológica proposta por Amaro de Reboredo, foi, segundo o gramático Gomes de Moura «tão atendida como os vaticínios de Cassandra.»<sup>202</sup> Os gramáticos procuraram reduzir as regras da língua materna às da língua castelhana; os jesuítas, como Bento Pereira, transportavam do latim para o português o vocativo, o modo potencial, gerúndios e suplementos de supino. Em geral faziam-se divagações retóricas sobre as qualidades da língua portuguesa.

No seu *Elenco da História de Filologia*, Hillebrand, referindo-se às consequências das guerras religiosas que destruíram a Filologia em França, aponta: «O estudo das línguas mortas perdeu desde logo o seu carácter científico; e o método jesuítico, introduzido por esta época em todas as escolas francesas, sobreviveu mesmo à filosofia do século XVIII. É um depósito de conhecimentos quase invariáveis, que desde há trezentos anos, se transmite de geração em geração, em que a memória tomou a parte do pensamento, e donde a vida se afastou.»<sup>203</sup>

Em 1631, Álvaro Ferreira de Vera publica uma *Ortografia e modo para escrever certo na língua portuguesa*, confundindo com o modo material da transcrição da palavra os factos orgânicos das modificações dos sons e formas da língua. Apenas se encontra no trabalho de Ferreira de Vera uma observação importante: a incerteza da formação do plural dos nomes acabados em *ão*. Incapaz de compreender o critério histórico, Ferreira de Vera fixa a formação desses plurais submetendo a língua portuguesa à gramática castelhana: «E porque no formar dos plurais dos nomes, cujos singulares são em *ão*, se embarçam muitos sem saberem se hão pronunciar e escrever *cidadães*, *cidadões* ou *cidadãos*; *vilões* ou *vilãos*; *cortesães*, *cortesões* ou *cortesãos*, farei aqui regra geral para esta pronunciação e escritura: Todas as vezes que na língua portuguesa acabar qualquer nome em *ão*, havendo duvida na forma do plural, *veja-se como termina na língua castelhana*, porque se acaba em *an* faz o plural (cerca dos Castelhanos) em *anes*, como: *capitan*, *capitanes*, *gavilan*, *gavilanes*, *alleman*, *allemanes*. E assi forma sempre sem exeição alguma o Portuguez o singular em *ão* e o plural em *ães*; *capitão*, *capitães*; *gavião*, *gaviães*; *allemão*, *allemães*.» E prossegue comparando os plurais castelhanos *anos* e *ones* com os portugueses em *ãos* e *ões*. (fl. 25 v). Sob o domínio espanhol os

---

<sup>202</sup> *Mon. da Língua Latina*, p. 354.

<sup>203</sup> Para a Companhia de Jesus o ensino do Latim servia para o internato dos alunos e dependência das suas famílias, procissão pela cidade e espectáculo dos *Ludi*, empregando todos os meios de captação. Isto explica o Acórdão do Senado do Porto de 22 de Novembro de 1630 sobre um requerimento dos Procuradores da cidade: «que os Padres da Companhia, contra as portarias de Sua Mag. tratavam de fazer *Classes* entanto que rogavam e buscavam valias para alguns naturais desta cidade e moradores dela, mandarem os seus filhos aprender ao dito Colégio latim; e que ainda que eram poucos os que lá mandavam os seus filhos induzidos, e não respeitando o bem publico da Cidade, que era por este moda levantar *Classes*, e por evitar o grande escândalo que dali nascia – requeriam que qualquer que mandar seu filho ou parente estudar Latim aos ditos Padres da Companhia – sendo nobre se riscasse do Livro dos Cidadãos, e sendo oficial ou não oficial ser lançado desta cidade, e os que tenham ordenados pela cidade os perderão.» (Arquivo da Câmara Municipal do Porto, I-B, fl. 58-60). Como o Acórdão dependia da aprovação real para ser executado, Filipe LV obedeceu ao interesse dos jesuítas que colaboravam na sua política.

gramáticos lisonjeavam por esta forma os invasores; já Duarte Nunes de Leão, que alardeia a Filipe III a protecção que recebera sempre de Filipe II, explica o fenómeno histórico da mudança das formas dos nomes em *om* para *am*, no fim do século XV pela «analogia e respeito que a língua portuguesa vai tendo com a castelhana; que sempre onde a castelhana diz *an* ou *on*, que é sua particular terminação, responde a portuguesa com aquela pronúnciação de *ão*, que sucede em lugar da antiga terminação dos portugueses de *om*, que punham em lugar de *an* ou *on* dos castelhanos.»<sup>204</sup> A falta de critério histórico no estudo da língua portuguesa, levava a procurar explicações em uma língua que obedecia às mesmas leis da degeneração fonética latina. O jesuíta Bento Pereira, em 1655, «renovando a memória dos anos que professou letras humanas» compôs um *Florilégio dos modos de falar e Adágios da língua portuguesa*, no qual traz uma *Prosopopea del Idioma portugues a su hermana la lengua castelhana*, na qual ridiculariza os filólogos portugueses que derivam a língua pátria das sessenta e duas faladas na confusão da torre de Babel, e propõe a derivação tanto do castelhano como do português da língua latina. Na *Gramática da Língua Portuguesa*, que imprimiu em 1672 em Londres, e escrita em latim, o Padre Bento Pereira seguindo as opiniões do Dr. Manuel Luís, também da Companhia, acha na língua portuguesa vocativo no pronome *Eu*, género neutro nos pronomes *Isto*, *Isso*, admite nos verbos modo potencial, gerúndios e suplementos de supinos, e reduz a sintaxe a regras de concordância.<sup>205</sup> A sintaxe figurada fazia compreender a Gramática como uma retórica, e sob este ponto de vista do humanismo jesuítico os filólogos fizeram longas declamações sem valor; João Franco Barreto escreve em 1671 a *Ortografia da Língua Portuguesa* pobremente calcada sobre o opúsculo de Ferreira de Vera, a quem copia na regra de formação dos plurais dos nomes acabados em *ão*, e levanta sobre o uso dos acentos e perigos da anfibologia essa ridícula questão dos literatos do século XVII, que se encarniçaram para determinar a hora do Sonho de D. Manuel, nos *Lusíadas*. (*Op. cit.*, p. 207). Na *Corte na Aldeia*, Francisco Rodrigues Lobo, expande-se em amplificações sem crítica: «A língua portuguesa, assim na suavidade da pronúnciação, como na gravidade e composição das palavras é língua excelente... É branda para deleitar, grave para encarecer, eficaz para mover, doce para pronunciar, breve para resolver, e acomodada às matérias mais importantes da pratica e escritura... Tem de todas as línguas o melhor: a pronúnciação da latina, a origem da grega, a familiaridade da castelhana, a brandura da francesa, a elegância da italiana. Etc.» (*Dial.* I). A mesma vacuidade retórica apresenta Manuel Severim de Faria, no *Discurso das partes que há-de haver na linguagem para ser perfeita; e como a Portuguesa as tem todas e alguma com eminência de outras línguas*. Álvaro Ferreira de Vera deixou ainda outro documento desta erudição banal dos retóricos seiscentistas e que prova a decadência dos estudos humanistas sob a férula jesuítica; nos *Breves louvores da Língua portuguesa com notáveis exemplos da muita semelhança que tem com a latina*, conclui: «que não há na Europa língua, tomada nos termos em que hoje a vemos, mais digna de ser estimada para a historia que a Portuguesa; pois ela entre as mais é a que em menos palavras descobre mores conceitos, e a que com menos rodeios e mais graves termos dá no ponto da verdade. Os espíritos mais distintos, como António de Sousa Macedo, nas *Flores de España*, repisavam este tema das excelências da Língua portuguesa, começado por Magalhães Gândavo no *Dialogo em defesa da Língua portuguesa*, e Fernão Alvares d'Oriente na *Lusitânia Transformada*.» (liv. II, prosa 6). O vício capital da forma de ensino exclusivo do latim reflectiu-se nesta disciplina gramatical confundindo-se com a retórica pela sintaxe figurada. As construções sintáxicas explicavam-se pela figura *Elipse*, vencendo-se todas

<sup>204</sup> *Ortografia da Língua Portuguesa*, p. 29.

<sup>205</sup> *Gram.* de Lobato, Intr., p. XIX a XXV.

as dificuldades por amplificações ou redundâncias. Destes artifícios gramaticais ao estilo figurado dos conceitos dos culteranistas estabeleceu-se a conseqüente continuidade, em todos os países em que predominaram as classes jesuítas. Ainda no século XVIII, escrevia Dinis (*Elpino Nonacriense*) no *Hissope*:

Verte em mau português do Tridentino,  
Com o que, em repetir alguns exemplos  
Da *longa e jesuítica Sintaxe*,  
Passa entre os seus por homem consumado.

(Canto VII)

No entanto passava-se na Europa uma revolução mental, a transformação da erudição banal e opaca, na Filologia, que encetava os processos para a crítica histórica e comparativa. A Itália, que estudou os Autores gregos e latinos pela sua beleza artística, impeliu os estudos filológicos para o *humanismo* retórico. Mas em França os juriconsultos (principalmente o nosso António de Gouveia e depois dele Cujacio) explicavam o Direito romano à luz da compreensão das obras literárias, sátiras e Comédias em que representavam a vida social. Esta escola cujaciana deu o carácter definitivo à Filologia francesa, subitamente atacada e destruída pela Guerra de Religião e pelo êxodo forçado de um milhão de protestantes. É então que na Holanda se refugia a liberdade de consciência e com ela a de pensamento ou da crítica filosófica; assim como na política dessa heróica democracia vivificada pelo idealismo das instituições gregas e romanas, aí se renova com um brilho imponente a apagada Filologia francesa. De Holanda se comunica a Inglaterra esta nova orientação de filologia tornando-a a verdadeira escola da crítica histórica, reconstituindo pela compreensão dos autores o passado por uma intuição criadora do sentimento. Assim fez Bentley. Generalizado o processo crítico da Filologia holandesa pela Filologia inglesa, ampliando-se esse novo critério histórico-filosófico à compreensão dos autores modernos. Cessou o exclusivismo da admiração dos Clássicos antigos; procurou-se nas modernas literaturas a representação ideal da vida moderna, e surgiu a célebre *Querela dos Antigos e Modernos*, tomando ora o aspecto polémico de dissertações longas, e as Sátiras e Alegorias, como a *Batalha dos Livros* de Swift.

D. Francisco Manuel de Melo, liberto da obsessão dos Clássicos, representa em um quadro, que intitulou *Hospital das Letras*, o exame das Literaturas modernas, verdadeiramente doentes do mau gosto dos estilos *culto* e *picaresco*. É em uma Livraria de Lisboa que ele entra em conferência médica com o espanhol D. Francisco de Quevedo, velho amigo que tanto admirava, com o italiano Bocalino, e com o belga, o mais celebrado erudito do século XVII, Justo Lípsio. Estes três vultos, por isso que eram já de há muito falecidos, davam a este Diálogo dos Mortos uma certa irresponsabilidade às ironias e mordentes graças dos juízos sobre os autores de obras castelhanas, francesas e italianas apreciados no *Hospital das Letras*.

Baltasar Gracian não podia entrar nesta conferência douta, porque era contemporâneo e vivo, não devendo D. Francisco Manuel ligá-lo, como autor do *Criticón*, aos seus juízos. A escolha de Justo Lípsio, falecido dois anos antes do nascimento do autor do *Hospital das Letras*, dá-nos o intuito com que idealizou este quadro das Literaturas modernas. Resumiremos em poucas linhas quem foi essa grande figura: «Justo Lípsio desempenhou uma acção preponderante na historia do Humanismo. Os antigos mestres tinham editado e traduzido uma multidão de textos

gregos e latinos; desde logo se sentiu a necessidade de ter deles uma inteligência mais perfeita. Os filólogos lançaram-se a esse trabalho restabelecendo os textos alterados por meio dos manuscritos; eles mesmos prontamente notaram as falhas da sua erudição neste domínio crítico. A filologia não podia ainda abrir horizontes novos, acorrentada aos textos; para compreender os autores e restabelecer em toda a sua pureza os seus escritos, era preciso conhecer a língua que tinham empregado e o meio em que tinham vivido. A história da Antiguidade, dos seus costumes, de suas leis, de sua religião, o conhecimento das inscrições e das moedas, o estudo dos restos da antiga civilização, carga pesada era, certamente, mas indispensável ao Filólogo: Justo Lípsio foi o pioneiro mais ardente desta região inculta e inexplorada; – as suas obras sobre política e história, moral, filosofia, os seus comentários sobre os filósofos antigos, as suas obras filológicas abriram aspectos novos sobre a história da Antiguidade, e foram a base de todos os estudos filológicos ulteriores. As obras de Lípsio divulgaram-se por toda a parte com profusão. Poucos sábios gozaram de uma celebridade igual à que cercou Lípsio; em uma época em que a ciência era considerada um título de nobreza, a auréola do génio deste belga fascina a Europa inteira.»<sup>206</sup> D. Francisco Manuel, no período activo da sua vida militar tinha estado na Holanda, em Inglaterra e em Flandres; conheceu a nova corrente das doutrinas filológicas, e a influência exercida por Justo Lípsio; a sua presença no *Hospital das Letras*, dá-nos bem o sentido desta fantasia crítica, que bem merece um comentário histórico. Ele estava em relações pessoais íntimas com outros filólogos portugueses, como Manuel Severim de Faria e com uma larga correspondência literária, a começar pelo sucessor de Lípsio na Universidade de Lovaina. Devido a esse novo espírito é que D. Francisco Manuel se interessa vivamente pela Língua portuguesa, nos seus modismos, observando os costumes populares e colhendo elementos tradicionais; daí lhe vem a ideia de uma Bibliografia dos Escritores portugueses, ideia em que trabalham o P.<sup>e</sup> Francisco da Cruz, João Franco Barreto e João Soares de Brito, que precederam o autor da *Biblioteca Lusitana*. No mesmo espírito trabalhou Manuel de Faria e Sousa, comentando Camões em toda a sua obra e consultando os seus manuscritos. As biografias vieram como um novo subsidio para conhecer os autores, a que Manuel Severim de Faria (1583-1655) deu uma forma plausível, nas de Camões, de João de Barros e de Diogo do Couto.

Vicente Nogueira (15 86-1654) foi por muito tempo desconhecido, porque homiziara-se de Portugal, em 1631, perseguido pela Inquisição, pelo crime de nefando, imputação fácil de aniquilar qualquer capacidade intelectual. Viveu em Roma, mantendo correspondência literária com os grandes eruditos do seu tempo, e era um dos agentes de D. João IV para a aquisição de obras artísticas e literárias. Uma grande parte da sua correspondência, que existe na Biblioteca de Évora e na Torre do Tombo, começou a ser inventariada por Graça Barreto, com intuito de dar-lhe publicidade. O seu falecimento prematuro obstou a que este manancial viesse enriquecer a História literária. Morel-Fatio, um dos bons hispanizantes, escreveu uma sugestiva notícia sobre Vicente Nogueira.

E é nos fins do século XVII que começa a elaboração do Dicionário da Língua portuguesa.

Escreve o sábio teatino irlandês D. Raphael Bluteau: «No ano de 1678 cheguei a este reino e, desde aquele tempo, raro foi o dia em que me não aproveitasse de alguma notícia da língua portuguesa.» – «Já certo religioso estrangeiro dos mais conspícuos... admirado da grande quantidade dos meus cadernos, me disse que não imaginava que fosse a língua portuguesa tão copiosa». Bluteau cita os diferentes eruditos que o auxilia-

---

<sup>206</sup> Paul de Lannoye, *L'Université de Louvain*, p. 128-30 (1915).

ram para realizar a grandiosa empresa do *Vocabulário*: António Luís de Azevedo, o modesto oficial da secretaria das mercês, que tanto trabalhou para salvar D. Francisco Manuel de Melo, e o que lhe reuniu as suas *Cartas*; Mendo de Fóios Pereira, secretário de Estado, António Rodrigues Costa, latinista e grecista, D. Francisco de Sousa, capitão de guarda de D. Pedro II e do conselho de Estado, o marquês de Alegrete, Manuel Teles da Silva, que o auxiliou em termos de cavalaria, o conde de Ericeira, D. João de Almeida, conde de Alorna e de Assumar; os oratorianos, P.<sup>es</sup> António dos Reis e Domingos Pereira, e quatro teatinos eruditíssimos, D. José Barbosa, D. Luís de Lima, D. Jerónimo Contador de Argote e D. Manuel Caetano de Sonsa fornecendo-lhe cadernos de vocábulos.

Era o momento para salvar a língua portuguesa, que ia caindo em desdenhosa ignávia; assim observa Bluteau: «Também houve quem com rústica simplicidade me dissesse que não merecia a língua portuguesa tanto trabalho. A razão deste disparate é que na maior parte dos estrangeiros, a língua portuguesa não é língua de per si, como é o Francês, o Italiano, etc.; mas língua de enxacoco, e corrupção de castelhano, como os dialectos ou linguagens particulares das províncias, que são corrupções da língua que se fala na corte e cabeça do reino, v. g. o gascão, o normando, o provençal na França; o genovês, o milanês e o bergamasco na Itália. Sobre esta errada apreensão tenho tido grandes debates com estrangeiros de porte e literatos. A razão em que se fundam, é que muitos vocábulos portugueses são radicalmente castelhanos, mas truncados e diminutos, falta que (segundo eles dizem) denota a sua pouca derivação, trazem por exemplo umas dicções em que o português tem uma ou duas letras de menos: v. g., *Fogo, Morto*, que em castelhano é *Fuego, Muerto*; *Pé, Mão*, que em castelhano é *Pié, Mano*.» É justamente por estes ditongos *ue* e *ie*, privativos da língua castelhana, que os glotologistas modernos deduziram a independência da formação destas duas línguas hispânicas. Assim como a formação do Léxico português veio ao seu desenvolvimento como órgão de autonomia nacional, bem precisa se tornava a História Literária de Portugal, que oportunamente se iniciou pela Bibliografia, mas não mais se elevou das catalogações materiais até Inocência, estranho às exigências da história literária.

c) *A Eloquência sacra*. – Os sermões, no século XVII em Portugal, foram o que as Comédias eram para a sociedade espanhola; era o púlpito o único lugar onde havia liberdade para dizer tudo. No célebre sermão da *Sexagésima*, pregado por Vieira em 1653, estabelece-se esta relação entre os Sermões e as Comédias: «antigamente pregavam bradando, hoje pregam conversando... *os ouvintes vem como à comedia*, e há pregadores que vem ao púlpito como à comedia; há *pregação* e há pregadores que vem ao púlpito como comediantes. Uma das felicidades que se contava entre as do tempo presente, era acabarem-se as Comedias em Portugal; mas não foi assi: não se acabaram, mudaram-se; passaram-se do teatro para o púlpito. Não cuideis que encareço em chamar comedias a muitas pregações que hoje se usam. – Pouco disse San Paulo em lhes chamar comedia porque muitos sermões há que não são comedia, são farsa. Sobe talvez ao púlpito um pregador dos que professam ser mortos ao mundo, vestido ou amortalhado em um habito de penitencia... E nós o que é o que vemos? Vemos sair da boca daquele homem, assi naqueles trajos, uma voz muito afectada e muito polida, e logo começar com muito desgarro a que? A motivar desvelos, a acreditar empenhos, a requintar finezas, a lisonjear precipícios, a brilhar auras, a derreter cristais, a desmaiar jasmims, a tocar primaveras, e outras mil indignidades destas. Não é isto farsa a mais digna de riso, se não fora tanto para chorar?» O próprio Vieira era arrastado nesta corrente do gosto público, e a aristocracia mandava deitar de manhã tapetes na igreja de S. Roque, para ir ouvi-lo à tarde. O sermão apresentava dois aspectos, que o tornavam

apetecido: umas vezes era cheio de alusões políticas, outras impressionava pelos efeitos teatrais que inventava o pregador. O Padre Manuel Bernardes caracteriza estas formas: «O que mui ordinariamente ouvimos aos Pregadores deste tempo são ditames políticos e razões de estado, tocando nos vícios dos que governam, talvez com demasiada clareza e individuação, e por ventura para saborear a gente popular sempre queixosa.»<sup>207</sup> O Padre Vieira, em uma Carta de 1675, caracteriza o outro género de Sermões de efeito, descrevendo a forma das prédicas de Frei António das Chagas: «Como mostrar do púlpito uma caveira, tocar uma campainha, tirar muitas vezes um Cristo, dar-se bofetadas, e outras demonstrações semelhantes,... prega principalmente na Igreja do Hospital, concorrem fidalgos e senhoras em grande numero, e uma vez lançou do púlpito entre elas o crucifixo...; e com isto se entende que o dito pregador tem na mão os corações de todos e os poderá mover a quanto quizer...»

Ainda no meado do século XVIII persistia este estilo, como refere Cenáculo na *Memória histórica do ministério do púlpito*: «Este método proveio de frequentarem os homens a lição e a representação das Comedias de mau gosto. – Os homens habituados a verem e ouvirem as pessoas conferentes naquele jogo da Comedia, e aos assumptos e expressões pueris de que abundam as mesmas composições teatrais, nos produziram um costume de se explicarem apaixonado, mole e delicioso... Muitos pregadores ou por condescendência ou por ditame, nada menos eram que uns maneiristas daquela face de teatro.» (*Ib.*, p. 159).

A linguagem dos Sermões reflecte todos os defeitos literários do seiscentismo, contra os quais reclama o Padre Manuel Bernardes: «o estilo em que se tratam é tão aceiado, tão sumido em disciões, tão estafado de lumes retóricos, tão pendurado de correspondências de palavras e períodos, que não pode o serio e espiritual do assumpto lograr a sua eficácia.» (*Op. cit.*, p. 333). O Padre Vieira, que tanto abusou das alusões políticas, e dos equívocos culteranistas, como na célebre imagem do *homem-pó*, ataca também o vício das agudezas de engenho dos pregadores: «Um estilo tão empeçado, um estilo tão dificultoso, um estilo tão afectado, um estilo tão encontrado a toda a arte e a toda a natureza? O estilo há-de ser muito fácil e muito natural. Por isso Cristo comparou o pregar ao semear... É uma Arte sem arte, caia onde cair... Assi há-de ser o pregar. Hão-de cair as coisas e hão-de nascer: tão naturais que vão caindo, tão próprias que venham nascendo. Que diferente é o estilo violento que hoje se usa. Ver vir os tristes *passos* da Escritura como quem vem ao martírio: uns vem acarretados, outros vem arrastados, outros vem despedaçados, só atados não vem... Este desventurado estilo que hoje se usa, os que o querem honrar chamam-lhe *culto*; e os que o condenam chamam-lhe escuro, mas ainda lhe fazem muita honra. O *estilo culto* não é escuro, é negro boçal e muito cerrado. É possível, que somos portugêus, e havemos de ouvir um pregador em portugêus e não havemos de entender o que diz? Usa-se hoje o modo que chamam *apostilar o Evangelho*, em que tomam muitas matérias, levantam muitos assumptos;... pregam o alheio e não o seu.» Bernardes enumera o conteúdo dos Sermões seiscentistas em geral: «Mais, o que ouvimos são graças indecentes, apodos, chistes e historiazinhas ridículas, especialmente nas tardes de Quaresma e menhã de Ressurreição. Finalmente o que ouvimos são questões de Teologia escolástica, de que os ouvintes quase todos ficam em jejum; como sucedeu em uma ocasião, que tratando o Pregador com grande subtilidade da *Graça eficaz*, ficaram os ouvintes persuadidos que eram louvores a uma Santa chamada Graça Eficaz, e vieram perguntar pela sua vida e milagres. São fabulas gentílicas, panegíricos floridos, encarecimentos enormes e fora de toda a semelhança de verdade, comparações e preferencias de Santos entre si, injuriosas aos mesmos Santos, e

---

<sup>207</sup> *Últimos Fins do Homem*, p. 329.

tudo semeado de descrições poéticas, por agradar ao vulgo com o prurito dos ouvidos, que repreendeu San Paulo.» (*Ib.*, p. 331). O papa Inocêncio XI, ordenou ao seu Núncio em Portugal, Francisco Nicolini: «que avisasse aos Superiores regulares que pusessem aos Pregadores seus súbditos preceitos de obediência *para que não pregassem conceitos e floreios...*» Foi o aviso comunicado em 1688, e acrescenta o Padre Bernardes: «porém não me parece que se guarde.» (*Ib.*, p. 318). Também a questão jesuítica da *Graça eficaz* tinha sido proibida por Paulo V, mas continuava no púlpito como tema de subtilezas. Nas ordens monacais desviou-se o prurido retórico para teses aparatosas, às quais ainda no século XVIII alude Dinis no *Hissope*.

## O PADRE ANTÓNIO VIEIRA

O tipo mais completo do pregador do século XVII é o padre Vieira, cuja personalidade se envolve nas intrigas diplomáticas para a defesa do trono de D. João IV ou para a deposição de D. Afonso VI da soberania a bem de seu irmão D. Pedro II. Nasceu em Lisboa em 6 de Fevereiro de 1608, acompanhando seus pais Cristóvão de Oliveira Ravasco e D. Maria de Azevedo para o Brasil em 1615; aí na cidade da Baía de Todos os Santos, entra aos oito anos para os estudos menores do Colégio dos Jesuítas. A sua vivacidade, não escapou àqueles pedagogos, entrando aos quinze anos no noviciado da Companhia de Jesus, fazendo passados dois anos votos solenes em 1625. Maravilhados com a sua loquela, encarregaram-no do ensino da Retórica e pelas subtilezas formalistas confiaram-lhe o curso de teologia dogmática. Em 1641 voltou a Portugal na comissão que vinha declarar a D. João IV, que o Brasil aderira à restauração nacional, acompanhando D. Fernando de Mascarenhas, filho do governador geral. Vieira, já celebrado pelo seu extraordinário Sermão pregado em 1640 pelo triunfo contra os Holandeses, revelou-se em Lisboa um assombroso pregador e, deslumbrando a corte, entrou na intimidade do paço. D. João IV fê-lo seu conselheiro privado, comunicando-lhe a cifra secreta dos seus embaixadores, e confiou-lhe as missões mais reservadas.

Vamos resumir desta obra magistral de João Francisco Lisboa, *Vida do P.<sup>e</sup> Vieira*, as linhas nítidas de tão grande figura, que nos põe a descoberto o plano da Companhia de Jesus na questão da independência de Portugal. Pelo papel histórico do Padre Vieira conclui-se que foi – exclusivamente jesuítica – para quem «toda a pátria é uma terra estrangeira, e toda a terra estrangeira uma pátria». Trabalhou para os interesses da Companhia, à qual, depois de estabelecida a paz entre a França e a Espanha, interrompida desde o século XVI, não convinha que este pequeno território de Portugal continuasse autónomo entre estas duas potências. Enquanto a Companhia de Jesus teve de lutar com Filipe II, que votava as suas simpatias à Inquisição e aos Dominicanos, convinha-lhe a ela a

autonomia de Portugal como ponto de apoio da sua resistência; porém, desde que Filipe II compreendeu o jogo da Companhia facultando-lhe o desenvolver-se por toda a Espanha, entendeu logo a Companhia abandonar Portugal ao seu isolamento, certa de que nada perdia da sua influência na península ibérica sob a unificação do governo da Casa de Áustria.

Quando pela política francesa de Sully e de Richelieu, que tendia ao enfraquecimento da Casa de Áustria, se reconheceu que a independência de Portugal era um dos meios mais seguros para realizar esse golpe, ficaram assegurados os resultados da revolução de Portugal depois da missão secreta do cônsul Mr. Saint-Pé, que aqui viera garantir um contingente militar e uma esquadra no caso de malogro da revolução

nacional. Foi com este apoio e para a cooperação da política francesa que se fez a Revolução de 1640. Parecia natural que ficássemos como nação livre cultivando a aliança francesa e fortificando-nos com ela. Deu-se, no entanto, a paz entre a França e a Espanha; os jesuítas, que durante o século XVI não conseguiram estabelecer-se estavelmente em França, eram no século XVII os onipotentes directores espirituais e temporais do Rei cristianíssimo. Portugal, que fora o quartel-general da Companhia, o campo neutro das suas operações quando estavam em hostilidade a França e Espanha, agora, que estavam conciliadas as duas nações, Portugal tornava-se um estorvo para a Companhia por causa da sua impertinente autonomia. Tal é a situação, o quadro diplomático em que nos aparece a intervenção ou acção histórica do Padre Vieira.

Quando chegou ao Brasil a notícia da Revolução portuguesa, e que a nação redimida delegara a soberania na pessoa do Duque de Bragança pelas cortes de 1641, o vice-rei da Baía, que fora nomeado pelo governo de Castela, reconheceu a independência de Portugal e mandou seu filho D. Fernando de Mascarenhas à Europa oferecer a sua homenagem ao monarca proclamado pela nação. O Padre António Vieira acompanhou o filho do vice-rei como seu hábil mentor, e nesse mesmo ano de 1641 já o jesuíta se achava junto de D. João IV propondo-lhe gigantes planos de Companhias de Comércio para a Índia e Brasil à imitação das Holandesas. Por subtis sugestões assim se apoderou do ânimo de D. João IV, tendo entrada franca no paço e nas secretarias de Estado, assistindo às conferências dos ministros, possuindo a cifra dos embaixadores, e emitindo o seu parecer antes das resoluções dos tribunais. Em suma, o túbio D. João IV, diante de tão absorvente actividade e da onipotência dialéctica do Padre Vieira, só lhe pedia uma coisa – *que não empregasse lábia!* É textual. O Padre Vieira tratou de convencer D. João IV, que lhe seria impossível resistir à Espanha se esta potência se ligasse à Holanda; e que para evitar este perigo, mais seguro era, para estabilidade do seu trono e dinastia, abandonar Pernambuco e a Baía aos Holandeses, dando-se desde logo em penhor uma fortaleza no reino, fazendo a paz com eles, ficando assim a luta com a Espanha reduzida a uma guerra defensiva.

Felizmente, o Desembargo do Paço foi de opinião, que realizando-se este plano do jesuíta, sobre o qual o rei o mandara consultar, seria nem mais nem menos a perda do Brasil, e o reino de Portugal reduzir-se-ia a um território isolado, à situação de uma pequena Galiza, de incorporação fácil e inevitável. Para a Companhia de Jesus, que o Brasil fosse dos Portugueses ou dos Holandeses era isso indiferente para o vasto empório mercantil que estava ali fundando. D. João IV não pôde realizar os planos do Padre Vieira, porque por um tratado secreto reconheceu à Holanda o direito das conquistas feitas no Brasil; porque achando-se o Brasil abandonado pelo governo de Portugal às guerras dos Holandeses, as colónias portuguesas, pela sua própria energia e sob o comando dos sublimes patriotas João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, sacudiram o jugo estrangeiro, e depois de libertarem o seu território, ofereceram-se espontaneamente à obediência da metrópole, que as abandonara!

O Padre Vieira mudou prontamente de política; não pôde efectuar-se a oferta de Pernambuco aos Holandeses como preço da paz, e em vez disso tratou de engenhar vários planos de casamentos principescos para assegurar a estabilidade do trono a D. João IV à custa do holocausto da nacionalidade portuguesa ou à França ou à Espanha.

Com uma missão secreta em 1643, partiu o Padre António Vieira para Paris encarregado de tratar do casamento do príncipe D. Teodósio com a filha do Duque de Longueville, vindo Condé governar Portugal como uma espécie de Protector, e D. João IV iria ser rei do Brasil, aproveitando o acendrado patriotismo das Colónias portuguesas, que se tinham libertado dos Holandeses. Este plano, achado em um manuscrito do Arquivo da Casa do Marquês de Nisa, não chegou a realizar-se pela

circunstância fortuita de a Duquesa de Longueville aparecer casada clandestinamente com Lauzan.

Sempre fértil em expedientes e *com lábia*, o Padre Vieira architectou outro plano de casamento do príncipe D. Teodósio com a filha mais velha do Duque de Orleães, Mademoiselle de Montpensier. O pai da noiva vinha tomar conta do governo de Portugal. O Duque de Orleães, vendo os negócios de Portugal mal parados, não aceitou a proposta, alegando que tinha certos compromissos com o Pretendente de Inglaterra. Mais ainda em 1647 lhe foi proposto que ficaria o príncipe rei do Algarve, casando a infanta D. Catarina com o Duque de Beaufort. Por via do casamento desta infanta é que se entregou Bombaim à Inglaterra, que, apoderando-se logo dessa parte do império da Índia, nunca mais deixou o leilão desta nacionalidade como fiel aliada.

O biógrafo jesuíta André de Barros, conta como o Padre Vieira se achou em Roma em 1649, combinando com o jesuíta Gonzalez de Mendoza o arranjar o casamento do Príncipe D. Teodósio com a irmã de Carlos II de Espanha, unificando-se assim as duas nações. O embaixador espanhol Duque do Infantado enfureceu-se quando o jesuíta seu adjunto lhe comunicou este plano, e ameaçou o Padre António Vieira de mandar assassiná-lo, alardeando que o seu rei Carlos II não tratava com um rebelde e que lhe pertencia Portugal sem recorrer à indignidade de um tal casamento.

Vivendo e respirando na atmosfera da intriga política, o Padre Vieira, que andava munido de plenos poderes para tratar destes casamentos reais, e como o de D. Teodósio falhara, architectou uma empresa: voltou-se para um projecto de casamento da infanta D. Catarina com D. João de Áustria; e por acordo com a Espanha, D. João IV passaria para o Brasil com o título de Rei. Mas o rei de Espanha não chegou ao preço; não queria dar tanto pelo reino de Portugal, e limitava-se, segundo Mr. Vicoquefort, a consentir que D. João IV ficasse Rei do Arquipélago dos Açores, ou, por último alvitre, simplesmente rei da Sicília. Falharam todas estas intrigas em que o Padre Vieira se pôs tanto em evidência, deixando quase que a descoberto o jogo diplomático da Companhia de Jesus. Por este motivo foi mandado recolher ao Maranhão em 1650. Já no Maranhão recebeu a notícia do falecimento do Príncipe D. Teodósio em 1553, com dezanove anos de idade. A morte em seguida de D. João IV não embaraçou Vieira na elaboração dos seus antigos planos.<sup>208</sup> Segundo instruções secretas de D. João IV à rainha D. Luísa de Gusmão, quando ela não pudesse sustentar a guerra defensiva contra a Espanha, devia abandonar Portugal ao invasor e fugir para o Brasil com a família real e ali fixar o trono e a Dinastia de Bragança. Em 1660, vendo D. Luísa de Gusmão que, pelo tratado dos Pirenéus entre a França e a Espanha, Portugal se achava sem apoio para a sua resistência, por conselho dos Condes de Cantanhede e de Soure, mandou ao governador

---

<sup>208</sup> Além dos planos dos casamentos principescos, eram tremendos os da política internacional de D. João IV:

Para firmar o seu trono, afastando a hostilidade da Holanda, emergente das lutas com Espanha, D. João IV reconheceu aos Holandeses todas as conquistas que tinham no Brasil, isto é, cedia-lhes Baía, Pernambuco e Maranhão. Conhecendo o génio e carácter do Bragança, os Holandeses e Ingleses já lhe tinham proposto a cedência da Índia. D. João IV sentia a necessidade de desfazer-se desse embaraço da Índia, e exclamava: «*Pouvera a Dus, que eu pudesse abandonar com honra a Índia Oriental.*» E que móvel o embaraçava de realizar essa espantosa loucura? Ele dá a razão com toda a inconsciente insânia: «Que o único motivo que lho estorvava era o interesse da religião; os Holandeses e Ingleses já lhe haviam feito várias propostas sobre aquele particular, mas estremecia quando pensava que a religião católica havia de ser substituída pela dos hereges.» (Ap. *D. João o 4º*, p. VIII, por S. de Vasconcelos). Com estas hesitações fanáticas D. João IV não atenuou a malevolência de Roma contra a independência de Portugal: «A todas as humilhações e misérias havia a juntar o procedimento indigno da Cúria. Quatro Papas, Urbano VIII, Inocêncio X, Alexandre VII e Clemente IX, qual deles mais cobarde, recusaram receber durante 27 anos os enviados de Portugal, com medo das represálias dos Espanhóis, e só os admitiram depois do tratado especial na Paz de 1667.» (*Id., ib.*, p. XV).

de Pernambuco, Francisco de Brito Freire, que preparasse abrigo para a chegada da família real. O Padre António Vieira estava então mal visto na corte, mas é certo que esteve a pique o realizar-se o plano que tanto o preocupava.

Nas lutas tormentosas do reinado de D. Afonso VI, sob o governo do Conde de Castelo Melhor, os jesuítas foram separados da influência que sempre tinham exercido na corte. Para reaverem o ascendente perdido, trataram de demolir D. Afonso VI, e conseguiram tirar-lhe o trono e a mulher, dando-os a seu irmão D. Pedro II. Nestas intrigas preparatórias, o pretendente quase fratricida, patrocinado pela Companhia de Jesus, era denominado o *Encoberto*, e é a D. Pedro II que se referem as Profecias sebastianistas que os jesuítas fabricavam em nome do sapateiro Bandarra.

Vieira entrou no plano da deposição do monarca que repelira os Jesuítas da governação. Para sustentar no espírito popular as esperanças da vinda de um salvador, o *Encoberto*, que era D. Pedro II, imitou sobre fragmentos das Trovas do Bandarra, profecias com Comentários seus, os sonhos do *Quinto Império*, manipulando a seu jeito as profecias daniélicas. A esta *lábria* chamou a Inquisição credence supersticiosa. E tendo sido desterrado para o Porto, e logo depois para Coimbra, aí foi preso em 2 de Outubro de 1665, até 24 de Dezembro de 1667, sendo sentenciado a silêncio perpétuo.

Por causa destas profecias se viu o Padre Vieira envolvido em um volumoso processo da Inquisição (então governamental) e que assim dava um cheque à Companhia de Jesus (que era oposição); mas tudo mudou subitamente, desde que a Companhia pôs no trono D. Pedro II e o fez o carcereiro de seu próprio irmão. Restaurado o poder jesuítico no governo de D. Pedro II, ainda apareceu um projecto de casamento da filha deste com o príncipe castelhano, em 1676.

Triunfante a facção de D. Pedro II, Vieira viu-se solto, e pregou na corte na quaresma de 1669, partindo para Roma, pregando aí em Julho de 1670.

Vieira regressava a Portugal em 1675, mas na corte tinham medo dele, como declara o Conde da Ericeira: «o seu juízo era superior e não igual aos negócios»; e tratava-os «mais subtilmente do que o compreendiam os outros príncipes e ministros». Nestas subtilidades consistia o jogo da Companhia; por isso, como ele já nada aproveitava aos interesses da corporação, foi atirado para o canto, recolhendo-se à Baía em 27 de Janeiro de 1681, vegetando sem importância em um Colégio até ao momento da sua morte.

A vida em Roma, proporcionara a Vieira a larga exibição dos seus talentos; Cristina da Suécia, que aí vivia entre os homens cultos, quis ouvir-lhe os sermões. Ressentido dos vexames que sofrera na Inquisição de Coimbra, e do que pudera observar nesse antro, colaborou nas *Notícias recônditas* com a revelação dos processos criminais com que eram julgados, condenados, executados e confiscados os bens dos infelizes que por denúncias anónimas eram envolvidos nessa apertada rede. Também advogava perante Clemente X a causa dos Cristãos-novos. Mas a Companhia de Jesus receou-se desse intervencionismo em negócios tão delicados, e sendo-lhe atribuídos o *Papel crítico a D. Pedro II*, e o *Discurso em que se prova a vinda de D. Sebastião*, apócrifos; vivendo no olvido, viu-se também exposto às intrigas locais, que chegaram a envolvê-lo na cumplicidade de um crime de assassinato imputado a seu irmão, e malquistado com o Geral por suposta aliciação de voto. Aos 90 anos, veio a falecer de uma queda na escadaria do seu Colégio.

Tendo o P.<sup>o</sup> Vieira nascido em 6 de Fevereiro de 1608 e falecido em 18 de Julho de 1697, abrange a sua existência activa quase todo o século XVII, o século bem caracterizado pelas grandes sínteses filosóficas do *Baconismo* e do *Cartesianismo*, da criação das Academias científicas, e da Diplomacia. O julgamento de Vieira faz-se perante este quadro; em que cooperou ele? Despendeu a sua actividade nas estereis

intrigas políticas em que muito prejudicou a combalida autonomia da nação portuguesa. Com a sua fantasia e subtileza do pensamento, com a facilidade improvisadora, como profissional da retórica fez no século XVII sermões, com a mesma fé com que na época do parlamentarismo encheria as sessões com discursos taquigrafados no Diário das Câmaras.

### § III

#### *Historiógrafos, Moralistas, Viajantes, Epistolografia*

A forma literária da História não escapou à perversão do estilo culteranista, sofrendo a sua concepção do estado mental dos narradores, que foram principalmente frades, escrevendo na apatia da clausura, sob preceito de obediência à ortodoxia, em uma atmosfera de lendas e milagres, que os levava a aceitarem os documentos históricos com conseqüente apocrifismo. Os interesses da religião e o facciosismo patriótico cooperavam nesta degenerescência da história, conhecida pelo título de Falsos Cronicões, e em que os antiquários de Espanha e Portugal, com Higuera e Lousada, se entendiam e auxiliavam na exibição de autênticos diplomas.

a) *Cronistas e Historiógrafos.* – A abadia de Alcobaça recorria a mui piedosas fraudes, e Fr. Bernardo de Brito, membro dessa corporação, inquinou o seu talento neste espírito. Antes de professar no mosteiro de Alcobaça aos dezasseis anos, onde Baltasar de Brito e Andrade tomou o nome de Frei Bernardo de Brito, ele estivera em Itália junto de seu pai. Em Roma teve conhecimento do grande problema de alargar as notícias da História clássica, penetrando nos tempos fabulosos por novos descobrimentos arqueológicos devidos a Ânio de Viterbo. Daí até aos descobrimentos egíptológicos e assiriológicos passaram-se bem três séculos, para se lerem os documentos hieroglíficos e cuneiformes. Fr. Bernardo de Brito caiu no engano do seu século, e obedeceu à fantasia do seu temperamento poético. Em 1597 publicou a primeira parte da *Monarquia Lusitana*, em que narrou imaginosamente uma pré-história de Portugal, em que a Lenda troiana era então geralmente considerada o ponto de partida da História universal. Por este produto da erudição do tempo, entendeu que lhe era devida uma mitra, e por certo Filipe II lhe concederia; mas armaram-lhe uma terrível cabala; em 1597 aparece publicada e coordenada a *Silvia de Lisardo*, sonetos e romances amorosos com uma continuação do *Sonho de Crisfal* e malevolamente a atribuíram a Fr. Bernardo de Brito. Filipe II não lhe concedeu a mitra, sob pretexto que tendo nascido em 1569 não tinha os trinta anos, idade canónica para o episcopado; Fr. Bernardo de Brito ainda alegou que nascera em 1568, mas baldadamente. Em compensação Filipe II nomeou-o Cronista-mor do Reino; nesta situação publicou em 1609 a segunda parte da *Monarquia Lusitana*. Falecendo no vigor da idade em 1617, tratou-se de nomear um novo Cronista-mor; pretendeu esse cargo Diogo de Paiva de Andrade, filho do antigo cronista Francisco de Andrade, e para mostrar a sua competência publicou um *Exame de Antiguidades*, analisando os destemperos de Fr. Bernardo de Brito. A ordem sentiu-se ferida, e Fr. Bernardino da Silva saiu em *Defensão da Monarquia Lusitana*. A razão estava do lado de Paiva de Andrade, mas não ganhou a partida, porque foi nomeado Cronista-mor do Reino D. Manuel de Meneses, que comandava a Armada portuguesa que naufragou nas costas de França em 1627. Na *Epanáfora trágica*, em que D. Francisco Manuel de Melo narra este tremendo naufrágio, de que escapou, deixou notícia dos talentos históricos de D. Manuel de Meneses, para quem os seus autores

preferidos eram Tácito e Tucídides:

«Viveu largos anos retirado, em os quais fazendo grande cabedal de estudos, se declarou pretendente ao officio de Chronista-mor, que alcançou pelos anos de 1618, por morte do famoso historiador Frei Bernardo de Brita; o qual officio (pela de D. Manuel) tornou logo à Religião de São Bernardo em que se continua; sucedendo-lhe, *a despeito de vários e dignos pretendentes*<sup>209</sup> o Doutor Frei António Brandão, cujo sobrinho, discípulo e sucessor immediato é hoje (1657) o Doutor Fr. Francisco Brandão, que tantos eruditos testemunhos como livros, tem dado de seu talento.

«Na ocupação de Cronistas, sabendo eu tudo o que D. Manuel escreveu, (porque, já naquele tempo ele me tratava como a discípulo, já o ajudava a dispor alguns papeis e anotar-lhe as notícias que continham) me afirmo, em que só deixou escrito a boa parte da *Crónica de El Rei Dom Sebastião*, com que, violentado de ordens reais, determinava sair à luz em breves dias; e nos que durou a jornada, que tão tragicamente rematamos, escreveu no mar e porto a *Restauração da Bahia* também por expresso mandamento d'El Rei; uma e outra eram historias secas, e de extraordinário estilo, porém fiel; que ambas se devem conservar entre seus papeis. Tinha de muitos anos impressa uma Relação em português e latim do Sucesso e batalhas que teve na Nau São Julião, com a qual, sendo Capitão-mor daquela viagem se perdeu na Ilha de Comoro, além de Madagáscar ou S. Lourenço. Aos ordinários Livros de Linhagens, havia feito certos Escolios e Notas, muito mais conformes com a verdade, que com a política.» (*Ib.*, p. 265).

Como notou D. Francisco Manuel de Melo, o cargo de Cronista-mor volveu à Abadia de Alcobaça, sendo nomeado Fr. António Brandão, que em 1632 publicou a 3ª e 4ª parte da *Monarquia Lusitana*. Conhecedor da crítica diplomática, as suas narrativas fundamentam-se em documentos autênticos, no período até então quase ignorado, desde a vinda de Henrique de Borgonha a Portugal até ao reinado de D. Afonso III. Herculano, que estudou este cronista, foi norteado pelo seu texto, parando na *História de Portugal* até aonde Fr. António Brandão imprimiu. Sanchez Miguel, no Elogio que fez de Herculano, dá notícia de uma outra parte dos inéditos da *Monarquia Lusitana* de Brandão, no Escorial, e aventou, que se Herculano conhecesse esse inédito talvez continuaria o seu trabalho. Os Cronistas que levaram a *Monarquia* até à 8ª parte, Fr. Francisco Brandão, Fr. Rafael de Jesus e Fr. Manuel dos Santos caem na pecha comum dos analistas claustrais, em que a ornamentação do estilo se tornou exclusivo cuidado.

*Frei Luís de Sousa*, é de todos os Cronistas do século XVII o mais celebrado, atribuindo-se-lhe o maior purismo na dicção portuguesa. Escreveu a *Vida de Frei Bartolomeu dos Mártires*, e a *Crónica de São Domingos*; porém destas obras apenas lhe pertence o estilo, porque os materiais de investigação histórica tinham sido amontoados pelo desconhecido Frei Luís de Cácegas, falecido, segundo Barbosa Machado, em 1616, o qual tinha percorrido o país por mais de vinte anos. Os superiores da ordem dominicana, conhecendo os talentos cultos de Frei Luís de Sousa, excelente poeta latino, mandaram que se lhe entregassem os manuscritos de Cácegas, para que os apurasse e os vestisse com a exposição retórica. Contava Frei Luís de Sousa pouco mais de sessenta anos, essa idade apática em que o dizer toma uma forma conceituosa e autoritária. Liberto do trabalho das investigações, que tanto ensina ao historiador a critica da importância e vitalidade dos factos, entretinha-se Frei Luís de Sousa descansadamente a arredondar frases, e a soprar as simples narrativas de Frei Luís de

---

<sup>209</sup> Refere-se evidentemente a Diogo de Paiva de Andrade, que pretendia suceder a seu pai Francisco de Andrade no cargo de Cronista-mor do Reino, atacando a *Monarquia Lusitana* por falta de critério no *Exame de Antiguidades*.

Cácegas. No entanto, confessa quanto deve ao ignorado obreiro: «Frei Luís de Cácegas, a cujo nome e trabalho se deve *a parte mais substancial* da presente escritura, e dos outros dous volumes...» E acrescenta: «Serviram-me os seus caminhos para eu poder escrever assentado, quieto e escondido no canto da cela...»<sup>210</sup> Sobre o valor de Frei Luís de Sousa como cronista, transcrevemos o testemunho insuspeito do seu melhor biógrafo, D. Francisco Alexandre Lobo: «Estes Cronistas quase nunca são muito hábeis, e raramente podem ou se atrevem a sair da esfera que o costume, a autoridade dos superiores, e as ideias na corporação dominantes lhes tem assignado. A fundação dos Conventos ou Mosteiros, o descaimento e reformas, as vidas espirituais e reformas dos alunos, enchem totalmente a dita esfera; de ordinário os casos políticos e ainda militares, com que estes se prendem, as alternativas da literatura, as causas do descaimento, os meios sábios e eficazes de reforma, são deixados com descuido muito digno de censura. Não acusarei ou arguirei Frei Luís de Sousa de ir aqui pela vereda dos mais Cronistas: Sei que não foi a arbítrio seu... Mas nem por isso deixarei de confessar, que a sua Crónica é nesta parte como poucas, posto que com algumas excepções semelhantes às outras; e que não deve servir de exemplar no tocante à selecção dos factos graves e momentosos, que podem interessar e aproveitar a grande numero de leitores.»<sup>211</sup> Eis a severa opinião do Bispo de Viseu sobre a *Crónica de São Domingos*.

Sobre a *Vida de Frei Bartolomeu dos Mártires*, tão inconscientemente admirada, fala o erudito Bispo de Viseu citando a sua falsidade histórica: «o Arcebispo, que na maior parte dos casos representa um honrado príncipe da igreja, aqui e ali parece somente um frade rasteiro; e fora melhor que o oráculo de Trento, o desenganado e intrépido conselheiro do Vaticano ou de Belvedere se não mostrasse comendo as couves grosseiras em tsnada escudela nas choupanas de Barroso. Eu creio que Frei Luís de Sousa errou nesta parte por seguir os papeis de Cácegas...» (*Ib.*, p. 153). Frei Luís de Sousa serviu-se destas pequenas anedotas do Arcebispo para encobrir as manchas da sua individualidade histórica, que aparecem de um modo miserável nos documentos da terrível época da perda da nacionalidade portuguesa. Em hostilidade com Roma, por não lhe aceitarem as decisões do Sínodo que celebrou em Braga em 1566; em demandas contínuas com o seu cabido; em conflito com a jurisdição secular, não consentindo que entrasse em Braga uma alçada mandada por D. Sebastião; em recriminações contra D. Catarina por ceder a regência ao Cardeal D. Henrique, o celebrado Arcebispo está longe de ser essa figura estática repintada por Frei Luís de Sousa. Ele se opôs ao movimento de resistência nacional no Minho, exercendo a sua autoridade moral e religiosa em fazer reconhecer Filipe II, refugiando-se em Tui desde que viu que lhe era momentaneamente impossível opor-se à corrente patriótica, e vindo às cortes de Tomar com os Arcebispos de Évora e Lisboa reconhecer a soberania do invasor. Frei Luís de Sousa calava a verdade histórica acobertando a sua deficiência com as flores recortadas do estilo culto. Filipe IV, por carta de 20 de Outubro de 1627 escolheu-o para redigir a *Crónica de D. João III*; como o que se pretendia de Frei Luís de Sousa era somente o estilo, trataram de poupá-lo a todo o trabalho de investigação; o secretário Francisco de Lucena mandou-lhe um livro dos despachos de Pero de Alcáçova, D. Luís Lobo deu-lhe um manuscrito das coisas de África; Manuel Severiim de Faria ofereceu-lhe uma *Crónica de D. João III* esboçada por António de Castilho, as notas diplomáticas de Pero de Alcáçova, e uma *Crónica de Arzila* por Pedro de Andrade Caminha. Para escrever os seus *Anais de D. João III*, achados em um sótão da Biblioteca das Necessidades e impressos em 1844, consultou o Cronista-mor de Espanha Gil Gonçalves de Ávila: «que lhe parece bem escrevermos por anos, ao modo como escreveu o cronista del-rei D.

---

<sup>210</sup> *Cr. de S. Domingos*, P. II, liv. 4, c. 7.

<sup>211</sup> *Obras*, t. II, p. 151.

João II de Castela, cujas obras vimos e lemos, e é de estimar.» Herculano, que publicou esses *Anais*, diz que o manuscrito é «cheio de muitas emendas, *mais de estilo e de linguagem*, que de outra cousa»; quanto aos sucessos da Índia resume João de Barros, e os da metrópole «são pouco mais que uma série de apontamentos».

A vida deste escritor antes de entrar na clausura foi envolvida em lendas romanescas, que vieram a suscitar um romance histórico por Ferdinand Denis e o admirável drama de Garrett. Os documentos encontrados no Arquivo Nacional desfazem essa atmosfera de sonho que envolve os desalentos pela catástrofe de Alcácer Quibir, a perda da autonomia portuguesa e esse ímpeto de renúncia mística lançando as individualidades mais distintas na ascese monacal. Frei Luís de Sousa é o nome que apagou no claustro o nome civil e nobiliárquico de Manuel de Sousa Coutinho, 4º filho de Lopo de Sousa Coutinho, descendente do Conde de Marialva; nasceu em Santarém por 1555, indo habilitar-se para a nomeação de uma Comenda com o noviciado na ordem de Malta para aí ser armado Cavaleiro, o que se fixa por 1576. Foi ao regressar de Malta, que uma galera de piratas mouriscos apresou o navio em que vinha, sendo então levado para o cativo de Argel, seguindo os trâmites em que foi negociado o seu resgate ainda não passado um ano. Levado para Valência, aí permaneceu Manuel de Sousa Coutinho cerca de dois anos, tendo-se ali relacionado com Jaime Falcão, poeta latinista e especialmente matemático. As desgraças de Portugal o forçaram a voltar para Lisboa pelo luto comum, e a assistir às angústias do *tempo das alterações* e das traições. Entre 1584 e 1586, em que se fixa o seu casamento com D. Madalena Tavares de Vilhena, vivendo em Almada, tinha Manuel de Sousa Coutinho a patente de coronel de 700 infantas e 100 cavalos. Casara com D. Madalena de Vilhena, viúva de D. João de Portugal, que morrera na batalha de Alcácer Quibir, como refere Fr. Bernardo da Cruz na *Crónica de D. Sebastião*, incluindo o seu nome na lista de outros cavaleiros aí mortos. Tinha D. Madalena de Vilhena deste seu primeiro casamento duas filhas e um varão, o que obstava a um casamento precipitado, porque possuía bens próprios, dote e sucessão de heranças, que tinham de ser partilhadas com os filhos. Desfaz-se portanto a lenda do aparecimento de D. João de Portugal, quando D. Madalena de Vilhena já vivia em Almada com o segundo marido. É aí que se dá o episódio heróico do incêndio que este pôs ao seu palácio em 1599, quando os Governadores do Reino aí tencionavam refugiar-se da peste, que em Lisboa grassava. Por esse acto de independência, teve Manuel de Sousa Coutinho de refugiar-se em Madrid, donde regressou em 1606. Não abandonara as suas distrações literárias, imprimindo, em 1600, as poesias latinas de Jaime Falcão, e ao mesmo tempo entregando-se a negócios que o fizeram embarcar para o Brasil, e como deixa entender nos *Anais de D. João III*, aproximando-se das Índias orientais. Na volta a Portugal confinou-se na vida doméstica, com a esposa e uma filha única D. Ana de Noronha, e, convivendo com homens cultos, formou uma douta academia. Esta serenidade de espírito, que durara oito ou nove anos, desmoronou-se pelo falecimento dessa filha única. Que mais era preciso, para que os dois cônjuges, ao entrar na velhice, e na imitação ascética, resolvessem, na sua angústia irreparável, fazerem o *divórcio santo*, renunciarem ao mundo? Camilo formulou como psicólogo: «Os exemplos eram bastantes como incentivo. Já Francisco de Sousa Tavares, pai de D. Magdalena, vestira o habito na Província da Piedade, e morrera no mosteiro de Santo António de Aveiro. D. Luís de Portugal, amigo de Manuel de Sousa, estava então no mosteiro de Benfica (Fr. Domingos do Rosário;) – sua mulher D. Joana de Mendonça recolhia-se ao mesmo mosteiro onde D. Magdalena de Vilhena professou...» Terminado

o noviciado, Manuel de Sousa professou em 1614, no mosteiro de Benfica.<sup>212</sup> Na vida de clausura Fr. Luís de Sousa conformou-se com o domínio castelhano, e escreveu, por instâncias de Filipe IV, os *Anais de D. João III*, que ficaram inéditos até 1844. Faleceu em 1632, oito anos antes da Revolução nacional.

*Jacinto Freire de Andrade*, que já nas poesias se manifestara um exagerado cultista, como historiógrafo é um palavroso, que em vez do encadeamento dos factos busca o efeito das apóstrofes, dos discursos postos na boca dos capitães à maneira de Tito Lívio. Assim, depois de Frei Luís de Sousa, é o estilista mais admirado pelos sectários da tradição humanista dos colégios jesuíticos. Para comprazer com o Inquisidor-geral D. Francisco de Castro, escreveu Jacinto Freire, abade de Sambade e de Santa Maria das Chás, a *Vida de D. João de Castro, quarto Vice-Rei da Índia*. Sobre o estilo deste inchado panegírico, escreve D. Francisco Alexandre Lobo: «Um estilo tão discreto, tão agudo, tão afectado, não diz com um herói tão grave; diria melhor, por exemplo, com *Persiles e Segismundo*. Quer ser eloquente o autor e não é senão inchado. A larga oração de Coje Cofar nem tem verosimilhança, nem tem em vários rasgos senso comum... Até o numero e cadencia das palavras em todo o livro são pouco entendidos, porque fogem do que é dado à prosa, e vão entrar no que pertence à poesia. A cada parágrafo e quase a cada oração topamos com versos.» (*Ib.*, t. II, p. 164). É deste livro que ainda hoje se extraem os temas escolares.

Quando os Cronistas não tinham a preocupação do estilo, única forma da sua individualidade, plagiavam as relações manuscritas; assim as *Dozes excelências da China*, escritas pelo missionário português Padre Gabriel de Magalhães, em 1668, e mandadas traduzir para francês pelo Cardeal d'Estrées, com o título *Nouvelle Relation de la Chine*, acham-se incluídas no *Vergel de plantas e flores* de Frei Jacinto de Deus (de p. 149 a 264) titulo verdadeiramente culteranista para um livro de história.

Também o jesuíta P.<sup>o</sup> Baltasar Teles publicou em 1660 uma *História Geral da Etiópia Alta ou o Preste João*, em que plagiou à vontade a até hoje desconhecida *História da Etiópia*, do P.<sup>o</sup> Pedro Pais, em 4 livros, com os resultados de vinte e dois anos de viagens, a qual, por sua morte em 1622, fora enviada para Roma ao Geral da Companhia. Aproveitou-se mais Baltasar Teles da obra do P.<sup>o</sup> Manuel Barradas, em três tratados, *Do estado da santa Fé romana na Etiópia; Do reino do Tigre e seus mandos na Etiópia; e Da cidade de Ádem*. Outro jesuíta, Manuel de Almeida, escreveu, dividida em dez livros, uma *História de Etiópia Alta ou Abassia império do Abexim, cujo rei vulgarmente é chamado Preste João*. O plágio do P.<sup>o</sup> Baltasar Teles verifica-se pela recente publicação da História destes três viajantes do principio do século XVII em Roma em 1905-906, na colecção intitulada *Rerum Athiopicarum Scriptores occidentales inediti a saeculo XVI a XIX*, encetada em 1903 por Camilo Beccari. Aí ocupam o principal lugar os três portugueses nomeados.

Modernamente se descobriu a obra do P.<sup>o</sup> Fernão Queiroz, autor da *Conquista espiritual de Ceilão*, em que historia o antigo domínio português até ao cerco de Gale pelos Holandeses em 1640. Fernando Queirós nasceu em Canavezes em 1617, sendo admitido na Companhia em 26 de Dezembro de 1631, e enviado para Cochim em 1635, onde professou. Nomeado reitor de Puna e de Baçaim, depois Superior e Provincial de S. Paulo em 1688. Chegou a licenciar para a impressão e dedicada ao Vice-Rei Francisco de Távora a *Conquista espiritual de Ceilão com muitas outras proveitosas notícias pertencentes à composição e governo do Estado da Índia*. Foram publicados os

---

<sup>212</sup> Na sua última composição, *Persiles y Segismundo*, Cervantes tendo conhecimento do caso de Manuel de Sousa Coutinho, deu este nome ao personagem da sua novela, que era *um português que morreu de amor*.

capítulos 12 a 15 desta obra em 1902, por De Vos, em dois fascículos. Nesta obra manifesta-se a esperança da reconquista de Ceilão, terminando o autor expondo «o que mais anime Portugal pera recuperação daquela Ilha.»<sup>213</sup>

*D. Francisco Manuel de Melo.* – o único escritor seiscentista, que apresenta uma elevada concepção da história, influido na forma pitoresca e viva das suas *Guerras da Catalunha*. Ninguém na Europa o igualava no vigor das narrações e no exame das causas morais dos factos com um critério adquirido na vida real sendo parte activa nas revoluções políticas, também vítima das arbitrariedades da força, como prudente nas missões diplomáticas, e ainda excelente poeta, com o dom de animar o que se passara ante os seus olhos ou o que o impressionou profundamente. O seu alto critério histórico revelado nas *Epanáforas*, impõe o dever de o estudar na *Historia de los Movimientos, Separacion y Guerra de Cataluña*, escrita sob os ferros de el-rei. Embora escrita em castelhano, este escritor bilingue é, segundo Ticknor e o seu tradutor Gayangos, «muy de notar que en uno y otro idioma obtuve los honores de escritor classico». (*Hist. Lit. Esp.*, III, 399). No meio do desvairado culteranismo, o seu estilo vigoroso e animado «bastantes vezes lembra Tácito com o seu pensado laconismo e bruscas transições (Ticknor); o grande crítico francês Philarète Chasles, na sua *Voyage en Espagne* (p. 283) assim o julga: «acha-se ali o movimento dramático de Tucídides e de Heródoto, sem esforço, sem imitação da antiguidade.» E apreciando o seu estilo, observa este exímio crítico: «A simplicidade viril do estilo, alheio aos ornamentos ridículos com que a poesia se arreava então; a liberdade dos juízos, o vigor com que os caracteres se desenham, são dignos do assunto. Vê-se ali uma nação impetuosa combatendo pelos seus direitos...» Ticknor resume em poucas linhas o quadro contido no livro da *Guerra da Catalunha*: «a pintura dos primeiros alvoroços de Barcelona na festa de *Corpus*, quando a cidade se encheu de ceifeiros e labregos descidos da montanha; a luta das facções opostas e desesperadas, as questões e debates suscitados na Junta da Generalidad de Catalunha e as discussões daquela que mandou formar em Madrid o Conde de Olivares; o frustrado ataque ao castelo de Monjuich pelas tropas reais e sua desastrada retirada, são quadros pintados com o vigor e colorido que só podia dar-lhe um homem penetrado dos mesmos sentimentos e testemunha ocular das animadas cenas que descreve: narrando somente os sucessos de seis meses, que correspondem a fins de 1640 e princípios de 1641.» (*Ib.*, III, 400). Teria D. Francisco Manuel de Melo intenção ou plano de narrar «os sucessos e minas das armas do rei na Catalunha»? Diz ele no prólogo: «Largo é o teatro, dilatada a tragédia, *outra vez nos encontraremos*; já me conhecerás pela voz, eu a ti pela censura.» É possível que este livro acordasse terrores no ânimo assustadiço de D. João IV, tornando-lhe mais angustioso e prolongado o cárcere. Revela-o o abalo moral que impeliu o historiador para a composição de livros ascéticos, abandonando de vez o seu plano da obra que o revelou à Europa como um bom historiador.

*Os Moralistas.* – A teologia especulativa, tomando-se incompatível com a razão, dissolvia-se nas considerações e disciplina dos costumes constituindo uma moral. Os moralistas portugueses do século XVII ampliavam a prédica nas reflexões casuísticas, abonadas pela erudição patológica e por contos e parábolas com artificiosas alegorias. Quão longe desse carácter secular das *Máximas* de Larochefocauld, dos *Caracteres* de la Bruyère, estudando o homem nas suas relações humanas. Considera-se o P.<sup>e</sup> Manuel Bernardes, da Congregação do Oratório, como um luminar de estilo nas obras

---

<sup>213</sup> Fala desta obra do P. Fernão Queirós Paulus E. Pieris, *Ceylon: The Portuguese Era*, em 2 vol., em que história o domínio português.

*Exercícios espirituais e Meditações da Via purgativa, os Últimos fins do homem, Tratados Vários, Luz e Calor e Nova Floresta ou Silva de várias Apotegmas e Ditos sentenciosos espirituais e morais.* Compilações de variada e incoerente leitura em trinta e seis anos de apatia claustral. A meditação banal incidiu na forma literária, sempre perfectível quanto mais se copia; o seu estilo untuoso e monótono, sem nascer das emoções e contraste da vida, é um pouco anestésico. A língua portuguesa perde ali a sua tonalidade máscula, imperativa. Segundo os assentos de baptismo da Freguesia do Loreto (Liv. 6, fl. 10), Bernardes nasceu em 1644, e foi baptizado na igreja da Encarnação em 27 de Agosto, sendo seus pais João Antunes e Maria Bernardes. Em um Ms. da Colecção pombalina (n.º 305, fl. 46) há modificações nesta filiação, sendo filho de Maria Bernardes e de Domingos Leite Pereira, escrivão do Cível da Corte, que tinha naquele tempo mais de 400 réis de renda. Teve vários irmãos e irmãs, quase todos frades e freiras, e dois sobrinhos também Oratorianos, P.<sup>es</sup> João Bernardes e José da Silveira.

D. Francisco Manuel de Melo, na sua *Carta de Guia de Casados*, ele que foi um frecheiro e tanto sofreu por suas aventuras galantes, traçou um quadro de perfeita moral humana, repassada de suaves ironias no meio das insânias do seu tempo; foi um lampejo de sua alma atormentada em vago momento de uma filosófica conformidade. Lê-se com o encanto das graças do estilo, e pela curiosidade descritiva da vida doméstica portuguesa. Em 1630 publicava Diogo de Paiva de Andrade, sobrinho do célebre teólogo quinhentista, um pequeno tratado do Casamento perfeito, adstrito ao dogmatismo católico. A *Arte da Galantaria* de D. Francisco de Portugal, escrita em castelhano, segundo a praxe da corte, é também uma moral prática na forma agradável «pelas anedotas que pintam bem o estado da alta sociedade do seu tempo». (Ticknor, *Hist.*, III, 428). Foi publicada em 1670, trinta e oito anos depois da sua morte.

c) *Os primeiros Jornais em Portugal.* – Na *Política Positiva* definiu Comte este fenómeno, que hoje se apelida o quinto poder do estado: Do *Jornalismo*, escreve o filósofo: «instituição anárquica, nascida da impotência do teologismo, que floresce pela irracionalidade empírica do parlamentarismo e dos Governos de expediente.» (*Op. cit.*, IV, 382). E definindo-o historicamente: «Suscitou-o o antagonismo popular; – prepondera nele o carácter subversivo.» (*Ib.*, IV, 477). O aparecimento dos primeiros *Jornais* em Portugal deveria ter influído algum tanto na forma da redacção histórica. Em 1625 Manuel Severim de Faria publicou a *Relação universal do que sucedeu em Portugal e mais províncias do Ocidente e Oriente de Março de 625 até todo o Setembro de 626*; e continuou essa *Relação até Agosto de 1627*. Forma parte das trinta *Relações* que Manuel Severim de Faria escreveu desde 1610 até 1641, que se guardam na Biblioteca Nacional (Cód. 241). Graves acontecimentos provocaram o interesse pelas notícias imediatas, dando-se-lhe uma forma avulsa. Assim no mês de Dezembro de 1641 começou-se a publicar o primeiro periódico português com o título de *Gazeta*, tomado das primeiras folhas avulsas italianas. Era um fascículo mensal in-4.º, com seis páginas, a *Gazeta em que se relatam as novas todas que houve nesta Corte e que vieram de várias partes*. Na *Gazeta* de 1642, lê-se com relação a Bandarra: «Fez El-rei nosso Senhor mercê a um bisneto de *Bandarra* de uma Capela com que se pode sustentar suficientemente.» (*Panorama*, vol. III, 153). Vê-se que D. João IV acreditava nas *Trovas* do sapateiro de Trancoso, e que se identificava com o *Encoberto*, como o tratara já D. Francisco Manuel de Melo. A *Gazeta* dava notícias dos sucessos do país, principalmente da guerra entre Portugal e Espanha e do estrangeiro; o seu preço era taxado em seis réis por cada folha. Durou a *Gazeta* até fins de 1647, sendo em data de 4 de Novembro passado um alvará de privilégio a Manuel de Galhegos como proprietário

da folha periódica; o autor da *Gigantomaquia* e do *Templo da Memória*, vivera alguns anos em Madrid; e tendo viuvado de sua mulher D. Luísa Freire Pacheco, fez-se padre, falecendo em Lisboa em 9 de Junho de 1665.

Talvez devido a esta situação de Gallegos, apareceu em Janeiro de 1663 o *Mercúrio português*, redigido pelo secretário de Estado António de Sousa Macedo, publicando-se mensalmente até 1667; vê-se que pertencia a esse período de governo do Conde de Castelo Melhor, como meio de reagir contra as insídias dos partidários do pretendente D. Pedro, irmão de D. Afonso VI, por ele destronado. Sob o sistema de segredo da influência jesuítica não se publicaram mais *Gazetas*, até que em 1715 apareceu em 10 de Agosto um 1.º número das *Notícias e estado do Mundo*, que passou do 2º número em diante com o título de *Gazeta de Lisboa*, durando até 1760 sob a pressão da mais estrita censura, ocultando todas as relações com as nações europeias.

*Epistolografia.* – As Cartas, sendo essencialmente documentos, tornam-se uma forma literária, pela sua espontaneidade despreziosa, pela revelação íntima de sentimentos, pelas narrativas pitorescas de factos pessoais, quando, sobretudo, referem estados de alma. Exemplificam estas manifestações as Cartas espirituais de Fr. António das Chagas; são do maior interesse as Cartas de D. Francisco Manuel de Melo pelo seu valor autobiográfico revelando as iniquidades contra que debalde lutava. Desde os dezassete anos Vieira foi encarregado de redigir as *Anua* da Província brasileira, restando apenas 5 cartas de 1624 e 1625, a do Colégio da Baía aquela em que descreve *de visu* a tomada da Baía pelos Holandeses. Nesta prática formou o seu estilo conciso e nítido das suas numerosíssimas Cartas; poucas são as impressas, algumas inéditas e dispersas, muitíssimas perdidas. Chegam as cartas impressas de 6 de Abril de 1648; continuam-se em 19 autógrafos de 20 de Abril a 31 de Agosto desse ano, dirigidos ao Marquês de Niza, no período em que se tratava da Paz da Holanda, e ainda outra a Francisco de Sousa Coutinho sobre o mesmo facto. A carta de 6 de Junho de 1650 a D. João IV, sobre a missão de Roma, com as de 5 de Outubro de 1653, nas Notícias do Maranhão e na Relação da Viagem ao Amazonas, ao Provincial de Lisboa; as Cartas de 1673 a 15 de Março de 1674 (na *Dedução Cronológica*) não foram coleccionadas. Essa correspondência explica a sua acção histórica, e os seus intuítos políticos. Mas as Cartas de Mariana Alcoforado, conhecidas universalmente pelo título de *Cartas da Religiosa portuguesa*, são o documento psicológico mais verdadeiramente sentido, que representam a alma portuguesa no século XVII. Stendhal, Saint Beuve e Barthelemy Saint Hilaire emparelham-nas com as Cartas de Heloísa. Embora essas Cartas só existam com o texto francês, revelam as construções e modismos da sintaxe portuguesa. Não devem passar despercebidas na história literária, quando através delas transparece a expressão do génio nacional. A influência política da França na restauração de 1640, continuou-se sob outros aspectos, nos hábitos da vida sumptuária, na imitação dos *Ballets*, nas ideias económicas dos nossos estadistas, prolongando-se até ao século XVIII com o pseudoclassicismo.<sup>214</sup>

## CARTAS DA RELIGIOSA PORTUGUESA

Em todas as literaturas da Europa, e por todos os admiradores daqueles documentos espontâneos em que recebeu expressão incomparável o sentimento do

---

<sup>214</sup> Escreve D. Francisco Manuel de Melo, em carta de 27 de Junho de 1650: «...em tempo que todos os portugueses vestem pela *frasis francesa*, fale alguém pelo talho de França.» (*Cartas*, Cant. V, nº 46).

amor, as *Cartas da Religiosa portuguesa* são conhecidas, e carinhosamente estudadas com espanto. Apareceram à luz da publicidade em 1669, talvez por uma indiscrição de vaidade do seu possuidor, e, constantemente reproduzidas, correram a vária fortuna de andarem confundidas com imitações apócrifas, e serem rejeitadas por incompatíveis com a ingenuidade do sentimento feminino por Jean Jacques Rousseau<sup>215</sup>, chegando-se mesmo a negar a realidade da existência da mulher que as escrevera, como o julgou Herculano. A verdade, no domínio do sentimento ou no das ideias, impõe-se e vence todos os preconceitos, quer dos costumes automáticos, quer das doutrinas autoritárias. A Europa sentiu que aquelas doridas *Cartas* eram o grito de uma alma, a estrangulação de um amor mentido, e admirou-as equiparando-as às de Heloísa. As *Cartas da Religiosa portuguesa*, assim denominadas pela consagração de três séculos, não são obra de literatura, produto de reflexão, que procura dar forma a um vago ideal, e em que transparece uma individualidade consciente; são, como dizia Zola, um *documento humano* apanhado em surpresa, que assim como foram parar à mão do livreiro Claude Barbin, que as explorou comercialmente, também poderiam formar parte de um Processo do Santo Ofício. A confusão destes dois caracteres, literário e espontâneo, é que embaraçou os críticos, que, como Camilo Castelo Branco, já não duvidavam da existência da mulher mas ainda suspeitavam da genuinidade das *Cartas*.

– Quem escreveu, pois, essas *Cartas* atribuídas a uma Religiosa portuguesa?

– Quando e a quem as escreveu?

– Como se determinou a sua autenticidade histórica?

Esses três quesitos encerram os aspectos da questão que se liga a este belo e supremo produto do sofrimento humano.

Estas três perguntas já estavam cabalmente respondidas, antes de aparecer o importantíssimo trabalho de Luciano Cordeiro, a quem estava destinada a glória de restituir irrevogavelmente esta página luminosa à história moral do século XVII, e este monumento imperecível à nação portuguesa. Antes de nos referirmos à sua viagem a Beja, em 1887, donde lhe resultou a descoberta de inapreciáveis documentos que escaparam à perspicácia de outros investigadores, vejamos o estado da questão antes da sua intervenção fecunda. Pelo exame bibliográfico das edições das *Cartas*, mesmo antes do processo crítico de Sousa Botelho em 1824, já se determinam categoricamente como autênticas *cinco cartas*; de mais não constava a edição de 1669, então denominada *Lettres Portugaises*; porém neste mesmo ano publicou-se uma segunda parte, contendo sete cartas, expressamente atribuídas a *une femme du monde*, com um estilo em nada comparável às *cinco cartas*, que ficaram constituindo uma primeira parte. Algumas edições, como a de 1672, reproduzem somente as *cinco cartas* primitivas; mas a necessidade de distingui-las das que pertenciam a *une femme du monde*, fez com que o título de *Lettres Portugaises* se alterasse para *Lettres d'une Religieuse Portugaise*, como se começou a usar na edição de Colónia, de Pierre Marteau (sem data). Infelizmente os livreiros baralhavam as duas séries de Cartas, pondo tudo debaixo do mesmo título, como na edição de 1686; em outras edições as sete cartas da Dama de sociedade antecedem as da freira, como na de 1688. Sousa Botelho, no seu estudo crítico de 1824, deixou este problema resolvido, destacando as *cinco Cartas* como autênticas, tendo a intuição do sentimento antecipado a realidade dos factos.

A quem foram escritas as *Cartas*? Manifestando os editores completa ignorância a princípio, já na edição de 1671, de umas pretendidas respostas, dá-se como autor destas

---

<sup>215</sup> Em carta a d'Alembert, escrevia Rousseau considerando as mulheres como incapazes de sentir ou de descrever o amor, e para justificar tal asserção exemplificava com as Cartas de Soror Mariana: «Apostaria com toda a gente, que as *Lettres Portugaises* foram escritas por um homem.» Rousseau conhecia todos os processos estilísticos, mas não a sinceridade da emoção.

*Le Chevalier de C.* Nas edições de 1678, 1681 e 1682 continua a ser reproduzida esta referência, que na edição de 1688 se torna mais clara, dando-as como *écritas au Chevalier de C. Officier F. en Portugal*. Na edição de 1699, a inicial C já não é segredo, e na advertência do livreiro lê-se: «O nome daquele a quem foram escritas, é Monsieur *Chevallier de Chamilly*, e o nome daquele que fez a tradução delas é Guilleraque.» As *Cartas* tornaram-se um motivo de orgulho para aquele que as recebera, e por isso deixara vulgarizar o seu nome, facto que não escapou a Saint-Simon, que pasmava como o bravo oficial, um tanto bronco, merecera uma paixão tão exaltada.

Quem escreveu as *Cartas*? Além do próprio texto, vê-se que desde a edição de Colónia se atribuía a *uma freira portuguesa*. Quem ela fosse, parece nunca ter-se perdido a notícia da sua personalidade, por que Barbier, citando uma edição atribuída a 1778, explica a designação da *Chanoinesse portugaise*, «traduzidas do português de MARIANA ALCOFORADO, religiosa, pelo conde de Lavergne de Guilleragues». O nome de *Mariana* constava das próprias *cartas*; o apelido de *Alcoforado* é que provém de uma informação histórica. Esta informação, transmitida na curiosidade dos salões, foi escrita por mão inteligente em um exemplar das *Cartas*, de 1669, que em 1810 estava em poder do erudito Boissonade; nele se lia a notícia manuscrita: «*La religieuse qui a écrit ces lettres se nommait Mariana Alcoforado, religieuse à Beja, entre l'Extremadure et l'Andalusie. Le Cavallier à que ces lettres furent écrites était le Comte de Chamilly dit alors le comte de Saint-Leger.*»

Boissonade deu publicidade a esta nota manuscrita no *Journal de l'Empire*, de 5 de Janeiro de 1810. Ficaram, pois, definidos os elementos da questão para serem comprovados. Sousa Botelho nada encontrou relativo à família dos Alcoforados; mas nos *Tratados genealógicos* de Aguilar e Montarroio Mascarenhas, encontrou Camilo Castelo Branco notícias dos Alcoforados de Beja, aproximando nós depois em 1880 estes dados da referência das *Cartas*, o que lhes fortificava a realidade e autenticidade: «aí se nomeia o *irmão* que lhe facilita a remessa das *Cartas*, Miguel da Cunha Alcoforado, companheiro de armas, que veio a casar com D. Brites Montes, à qual aludem as *Cartas*, como confidente de Marianna. Pela citada genealogia se vê que *Mariana* entrara *muito nova* para o convento da Conceição de Beja, tendo por companhia com *três anos* de idade sua irmã *Peregrina* (nome que substituiu o de Maria, na profissão).» Sem reparar para estes dados, Camilo suspeitava que tal freira «apenas deu o amor e o nome para a vaidosa ficção». (*Curso de Lit.*, p. 307).

A importância dos achados de Luciano Cordeiro no Depósito de Livros findos da Câmara eclesiástica de Beja é evidente; além do tino da investigação, que fazia dizer a Agostinho Thierry, que os olhos lhe pousavam no documento que ele procurava, era preciso também a feliz casualidade, o acidente fortuito, de entre centenaes de volumes lançar a mão àquele onde estava o que pretendia. Luciano Cordeiro procurava referências a Mariana Alcoforado, e poisando a mão sobre um *Livro de Baptizados e Defuntos de Santa Maria da Feira desta Cidade de Beja, da Ordem da Cavalaria de são Bento de A vis, que mandou fazer o muito R. p.º frei Francisco Gago Prior em ela e Juiz dai Ordem e Conservador da Religião de S. João de Malta – comesa em dia de Páscoa que veio a 23 de Março de 636 anos, até o ano de 640*. Neste livro, a fl. 14 v., encontrou o termo do baptismo de Mariana, em 2 de Abril de 1640, filha de Francisco da Costa Alcoforado e Leonor Mendes, sendo seu padrinho o Conde da Vidigueira.

Neste livro, em sigla à margem do termo referido, há subtracção da data de 1640 da de 1723, sendo o resto 83. Esta curiosidade acha-se explicada pelo confronto com o termo de óbito de Mariana Alcoforado, que Luciano Cordeiro também descobriu, no *Livro das Religiosas defuntas do real Convento da Conceição de Bela*, cujo ultimo termo é de 1732; ali, a fl. 70 v. se encontra sob o n.<sup>o</sup> 125 referida a morte de Mariana,

dando-se-lhe erradamente *oitenta e sete anos* em vez de oitenta e três, quando faleceu a 28 de Julho de 1723. No assento de óbito pela escritã D. Antónia Sofia Baptista de Almeida, vêm algumas frases com luz moral. Referindo-se aos seus longos anos, diz: «todos gastou no serviço de Deus; continuamente seguiu coro e comunidades e contudo fazia as suas divagações, era muito exemplar – ninguém teve queixa sua; por que era mui benigna para todas; trinta anos fez ásperas penitencias; padeceu grandes enfermidades e com muita conformidade; desejando ter mais que padecer; e conhecendo que era chegada a sua ultima hora; pediu todos os sacramentos os quais recebeu em seu juízo perfeito; dando muitas graças a Deus pelo haver recebido e assim acabou com sinais de pridistinada falando até a ultima hora... » Além deste documento conservado no próprio convento, achou Luciano Cordeiro em mão de um cavalheiro de Beja o *Tombo novo* do Convento de S. Francisco, com o título: *Tombo 3º das Capelas que agora existem*, feito em 1778; neste livro, de fl. 32 a 57 vem o testamento e instituição do morgado de Francisco da Costa Alcoforado, em que nos aparece na sua existência completa a família de Mariana, com que Luciano Cordeiro refuta a tradição malévola contemporânea acerca de Leonor Mendes, *filha de uma tendeira, a qual chamavam a Maricota*, e de Francisco da Costa ter sido criado de D. Tristão da Cunha, o Torto.<sup>216</sup>

---

<sup>216</sup> No nº 4.291 do *Conimbricense* do ano de 1888, publicava esta informação Martins de Carvalho:

«Já há dias publicámos dois documentos, que nos enviou o sr. visconde de Sanches de Baena, nos quais, com a nota que hoje vai adicionada, se vê que *os avós maternos* de Mariana Alcoforado foram *mercadores com loja aberta, e também iam vender pelas leiras*; em contrario da opinião do sr. Luciano Cordeiro, no seu livro.»

É o documento inserto nesse nº 4.291, o alvará de 5 de Dezembro de 1647, para ser lançado a Francisco da Costa Alcoforado o hábito de Cristo, como noviço.

«Em quanto ao documento que vamos publicar, é fidedigno, porque se funda nas habilitações que Francisco da Costa Alcoforado fez, e foram julgadas boas, para ser aceite na ordem de Cristo, onde indubitavelmente confessou e provou ser viuvo, naquela data – 1647.»

E deste facto tira as seguintes conclusões, que por certo explicam o afastamento e olvido de Chamilly:

«Nasceu Mariana Alcoforado em 1640, mas pelo documento que publicamos se vê que seu pai Francisco da Costa Alcoforado era *viuvo* em 5 de Dezembro de 1647.

«Ora sendo Mariana Alcoforado filha de Francisco da Costa Alcoforado e de Leonor Mendes, e vivendo esta, casada com Alcoforado, quando ele fez o seu testamento em 30 de Setembro de 1660, segue-se – 1º que Francisco da Costa Alcoforado foi casado duas vezes; – 2º que a freira Mariana Alcoforado era *bastarda*, nascendo, ou durante a vida da primeira mulher de Francisco da Costa Alcoforado, ou já quando este era viúvo.

«No assento de baptismo de Mariana Alcoforado, publicado pelo sr. Luciano Cordeiro, aparece, na verdade, a declaração de ser – *filha de Francisco da Costa Alcoforado e de Lianor Mendes*; mas sem se dizer, com era e é costume, se ele fosse casado – *e de sua mulher Lianor Mendes*.

«Só muito depois é que aparece Leonor Mendes com o titulo de *dom*, que lhe competia por já então ser casada com um nobre.

«Francisco da Costa Alcoforado descendia de Barcelos, da familia nobre dos Alcoforados. Foi viver para Beja; aí agradou-se da *filha da tendeira*, e como lhe não convinha, pela sua nobreza, casar com ela, teve relações ilegítimas com essa Leonor Mendes, de que nasceram a freira Mariana Alcoforado, e vários outros filhos.

«Posteriormente resolveu-se Alcoforado a legalizar a posição dos filhos, casando com a mãe.

«Resulta do que dizemos.

«1º Que em 1640 nasceu Mariana Alcoforado, sendo filha de Francisco da Costa Alcoforado e de *Lianor Mendes*.

«2º Que em 1647 era *viuvo* Francisco da Costa Alcoforado; pelo que se ele tivesse sido casado com *Lianor Mendes*, já então necessariamente ela havia de ter falecido.

«3º Que em 1660, quando Alcoforado fez testamento, era casado com *D. Leonor Mendes*, a mesma *Lianor Mendes*, de quem em 1640 tivera Mariana Alcoforado.

«Portanto Mariana Alcoforado era filha *bastarda* e não *legitima*, como diz o sr. Luciano Cordeiro; pois que sendo o pai *viúvo* em 1647, não podia posteriormente casar *segunda vez* com a mãe dela.»

Na Torre do Tombo encontrou também Luciano Cordeiro o alvará do grau de cavaleiro conferido a Francisco da Costa, e o de uma tença por serviços notáveis à causa da Restauração. Por todos estes documentos, até hoje desconhecidos, explicam--se completamente as principais circunstâncias a que aludem as *Cartas*; essa fortuna teve Luciano Cordeiro esgotando o assunto, que por isso mesmo adquire um maior interesse. As *Cartas da Religiosa* foram escritas por uma mulher de vinte e seis anos (p. 174) a um garboso oficial francês de trinta anos. A paixão estava na sua intensidade, e absoluta.

Luciano Cordeiro ainda pôde descobrir nas *Cartas* uma referência histórica por onde determina a época em que efectivamente foram escritas: «Foi nas próprias *Cartas*, que procurámos e achámos essa data com uma certa precisão que parece impossível ter passado despercebida. Na que se considera a segunda, rejeita-se a notícia de que «a paz da França estava feita». Não é necessário uma grande investigação da historia para ver que essa paz era a que terminou rapidamente a guerra da *devolução* pelo tratado de Aix-la-Chapelle, em 2 de Maio de 1668. É sabido que o episódio decisivo dessa guerra fora a brusca e rápida invasão, em pleno inverno (fevereiro de 1668), de Luís XIV no Franche Comté, em que já tomou parte Chamilly, que pouco antes chegara de Portugal.» (p. 173). Daqui deduz, que não tendo Mariana recebido notícias havia já seis meses, teria Chamilly partido de Portugal por fins de 1667. Por documentos achados também pelo mesmo critico na Câmara de Beja, acerca de conflitos da cavalaria francesa na povoação em 1667, depreende-se que haveria qualquer pequeno escândalo freirático que fez com que o Marechal Schomberg determinasse a partida de Chamilly para França. A circunstância de Mariana ter recebido no Convento da Conceição uma irmã de *três anos* de idade, por 1662, para se encarregar da sua educação, é considerada como um maternal derivativo para a paixão violenta que a oprime. No testamento de D. Peregrina Alcoforado (no século D. Maria, e nascida em 1659) vem a cláusula de deixar «a sua irmã D. Marianna Alcomforada cem mil reis e os quais lhe deixa pelas muitas obrigações que lhe deve *pela haver criado de menina de três anos*». (p. 299). O drama do desditoso amor desvenda-se sob estes textos tabeliônicos. Depois procurou-se obliterar todas as notícias acerca da freira que tanto ruído levantara fora de Portugal; a vida de penitência, o seu carácter de benignidade conformada, os grandes sofrimentos nervosos de um organismo que resistia ao tédio da vacuidade ascética, levaram-na a esse automatismo ou vida vegetativa, a que as outras freiras chamaram sinais de predestinada, falecendo com oitenta e três anos! Esta longevidade não destrói a poesia deste nirvana em que pairou essa pobre alma. Sua irmã Peregrina sobreviveu-lhe vinte e cinco anos.

Pelo estudo literário do período dos Seiscentistas, torna-se mais compreensível o problema do *Castelhanismo*, que ainda se impõe. Filipe II, pela intolerância católica e pela megalomania do Imperialismo austríaco, isolou a Espanha das nações da Europa; e embaraçando o movimento religioso que era solidário com o movimento intelectual, deixou essa nação, ao fim de quarenta e quatro anos de uma política suicida, mergulhada na apatia mental e na ruína económica pelo esgotamento de continuadas guerras. O desmoronamento do *Castelhanismo*, de Filipe II e Filipe IV manifesta-se na perda da terça parte do território da Espanha na posse dos seus inimigos.

Como se tira a moralidade da fábula, também a história conduz à dedução de uma lei moral. A Castela, no seu estéril planalto, submeteu as ricas vertentes da Espanha, das regiões da Andaluzia, da Catalunha, das Astúrias e da Galiza, e por fim, por casamentos nas famílias dinásticas fanatizadas pelo unitarismo católico, conseguiu incorporar a vertente de oeste, Portugal, com os seus vastos domínios coloniais. O *Castelhanismo*

tornou a Espanha um perigo para a Europa (tal como prussianismo com a Alemanha de hoje) e foi batida pelos estados europeus do Norte, Flandres, a Alemanha, França e mesmo a Itália. Aos triunfos das tropas espanholas seguiram-se as derrotas, perdendo Graveline, Contay, Dunquerque; e derrotadas por Condé em Lens com 8.000 baixas, e todo o trem de guerra (1617), é nesta derrocada forçada a pedir a paz (1648), que se assina em Westfália, perdendo a Espanha os Países Baixos e todas as Colónias que tomara aos Holandeses. Sublevaram-se os Estados italianos; Nápoles revolta-se com Mazaniello, e vencida nas Dunas (1657), tem de pedir a paz dos Pirenéus e assiná-la, apesar de mais afrontosa do que a de Westfália; perde Roseil, Conflant, e numerosas praças de Flandres. O único torrão europeu conquistado, Portugal, liberta-se dessa incorporação absorvente pela Revolução de 1640 e vinte e sete anos de resistência armada. Escrevia neste ano da revolução o Dr. Aires Varela: «Os povos que abraçam apertadamente as razões de liberdade, o fizeram – porque *conhecem que o castelhano a grandes jornadas pretendia extinguir o nome português e reduzir-nos à miséria dos galegos.*»<sup>217</sup> Todas estas lutas, que duraram vinte e sete anos para Portugal libertar-se, criaram o sentimento nacional, que acordou essa energia com que fundou o assombroso monumento de Colonização, o Brasil, criando ali os elementos de uma futura Nacionalidade, as condições económicas da riqueza, que se tornou o esteio da metrópole. Mas a Dinastia dos Braganças, na sua apatia egoísta, tratando de firmar-se no absoluto *sentimento de família*, procurou sempre o apoio estrangeiro, comprimindo e afrontando o *sentimento nacional* pela cedência de território pátrio em dotes das princesas bragantinas, e acabando de vez com a convocação das Cortes. A independência de Portugal foi uma consequência da dissolução do *Castelhanismo* na Europa, porque o exagerado Imperialismo da Casa de Áustria jungira na sua soberania elementos incoerentes. Esclarece-o um pensamento de Sybel na *História da Europa Durante a Revolução Francesa*: «A natureza, que deu a cada nação qualidades particulares e caracteres distintos, não permite que, o que ela criara seja sacrificado à ambição dos homens. É o destino das dominações concebidas pelo orgulho, de cavarem a sua própria sepultura esgotando as fontes do seu poder.» (*Op. cit.*, t. I, p. 148). O *Castelhanismo* chegara a subjugar-nos materialmente, mas essas qualidades e caracteres do *Lusismo*, tornaram toda a união incoerente, indomável, e esse contacto de sessenta anos em vez de uma absorção fez com que fosse verdadeiramente impulsor do *Castelhanismo*.<sup>218</sup> Quando Philarète Chasles exaltava o alto valor histórico das *Guerras da Catalunha*, de D. Francisco Manuel de Melo, lamentava que este livro aparecesse pela primeira vez em Portugal (1645), em um país – «*que se precipitava rapidamente para a decadência.*»<sup>219</sup> A restauração tornou-se efectivamente uma prolongada decadência, porque o *sentimento nacional* foi sistematicamente obliterado pelo *sentimento familiar* da Dinastia dos Braganças<sup>220</sup>, iniciada com o casamento com uma castelhana. Camões, memorando as lutas para a independência de Portugal, apontou os dois seculares inimigos – o *Mouro* e o *Castelhano*:

C'um poder tão singelo e tão pequeno,  
Tomou do *Mouro* forte e guarnecido  
Toda a terra que rega o Tejo ameno;  
Pois contra o *Castelhano* tão temido

<sup>217</sup> *Sucessos de Portugal de 1640 e 1641*, p. 3.

<sup>218</sup> J. A. Coelho, *Evolução das Sociedades Ibéricas*, II, p. 387, 608.

<sup>219</sup> *Voyage d'un Critique en Espagne*, p. 283.

<sup>220</sup> Os livros *Arcádia Lusitana*, *Dissidentes da Arcádia*, *Bocage e Garrett e o Romantismo*, sintetizam essa larga decadência.

Sempre alcançou favor do Céu sereno...

(*Lus.*, Cant. I, est. 25)

\*\*\*\*\*

Obra digitalizada e revista por Ernestina de Sousa Coelho. Actualizou-se a grafia.

© Projecto Vercial, 2002

<http://www.ipn.pt/literatura>

\*\*\*\*\*